

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA**

Apresentada por

Cosme Alves Serralheiro

**A (RE) ESTRUTURAÇÃO DOS MEIOS NAVAIS E A
FORMAÇÃO MILITAR NAVAL: PROJETOS
IMPLEMENTÁVEIS NA BUSCA DA (RE)CONSTRUÇÃO DE
UM “NOVO” PARADIGMA EDUCACIONAL (1840-1885)**

Santa Maria, RS, Brasil
2021

Cosme Alves Serralheiro

**A (RE) ESTRUTURAÇÃO DOS MEIOS NAVAIS E A FORMAÇÃO MILITAR
NAVAL: PROJETOS IMPLEMENTÁVEIS NA BUSCA DA (RE)CONSTRUÇÃO DE
UM “NOVO” PARADIGMA EDUCACIONAL (1840-1885)**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como pré-requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História.**

Orientador: Prof.º Dr. Jorge Luiz da Cunha

Santa Maria, RS
2021

Serralheiro, Cosme Alves
A (RE) ESTRUTURAÇÃO DOS MEIOS NAVAIS E A FORMAÇÃO
MILITAR NAVAL: PROJETOS IMPLEMENTÁVEIS NA BUSCA DA
(RE)CONSTRUÇÃO DE UM "NOVO" PARADIGMA EDUCACIONAL (1840
1885) / Cosme Alves Serralheiro.- 2021.
469 p.; 30 cm

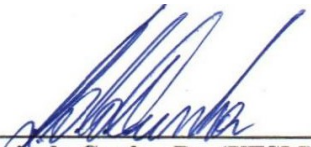
Orientador: Jorge Luiz da Cunha
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2021

1. Modernização dos navios 2. Aprendizes-Marinheiros
3. Ensino Militar Naval 4. Companhia de Aprendizes
Marinheiros I. Luiz da Cunha, Jorge II. Título.


**A (RE) ESTRUTURAÇÃO DOS MEIOS NAVAIS E A FORMAÇÃO MILITAR
NAVAL: PROJETOS IMPLEMENTÁVEIS NA BUSCA DA (RE)CONSTRUÇÃO DE
UM “NOVO” PARADIGMA EDUCACIONAL (1840-1885)**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como pré-requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História.**

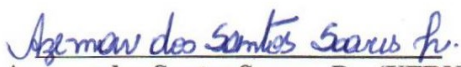
Aprovado, em 31 de agosto de 2021



Jorge Luiz da Cunha, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Fabiana Regina da Silva, Dra. (UFSM)



Azemar dos Santos Soares, Dr. (UFRN)



Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)



Marcello José Gomes Loureiro, Dr. (UFF)

Santa Maria, RS
2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, família (esposa e filhos), ao meu pai (*in memoriam*), a amigos, colegas e todos(as) que, direta ou indiretamente, têm contribuído para meu crescimento profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa tão simples assim, principalmente quando temos uma memória curta para dar graças pela vida de tantos que nos ajudaram na caminhada até aqui. Todavia, grato primeiramente a Jesus Cristo, sendo o autor e consumidor da minha fé; a Ele toda honra e todo agradecimento por ter me dado inspiração, força e saúde para essa tão árdua tarefa acadêmica.

Devo assumir simplesmente que esse trabalho de tese é uma aventura da imaginação. É uma responsabilidade devido às incompreensões contidas neste trabalho e reparto seus possíveis acertos com variados parceiros e colegas que, de alguma forma, contribuíram comigo parte dessas etapas, dentre os quais agradeço ao amigo e professor doutor Jorge Antonio Dias pelas dicas e apoio nos momentos de dúvidas e angústias.

Aos colegas do Comando do 5º Distrito Naval, Capitão de Fragata(T) Jaira e o Sargento (FN-RM1) Rocha, por todo apoio moral dado e mostrando consideração e admiração pelo meu trabalho, e, de igual modo, ao colega de setor, o Suboficial (ES-ID) Jerson, pelo afrouxamento das minhas funções nos momentos em que pensei que não conseguiria chegar até aqui. Agradeço também ao Suboficial (FN-RM1) Ayres, pelas pequenas correções nesse trabalho e ao Sargento André Farias, por ter me ajudado na formatação desse trabalho, assim como ao Suboficial (RM1) Roquelane por ter me ajudado na formatação de gráficos e tabelas no momento em que nada estava dando certo e ele, com muita calma e bom humor, soube sempre me acalmar e resolver esses problemas.

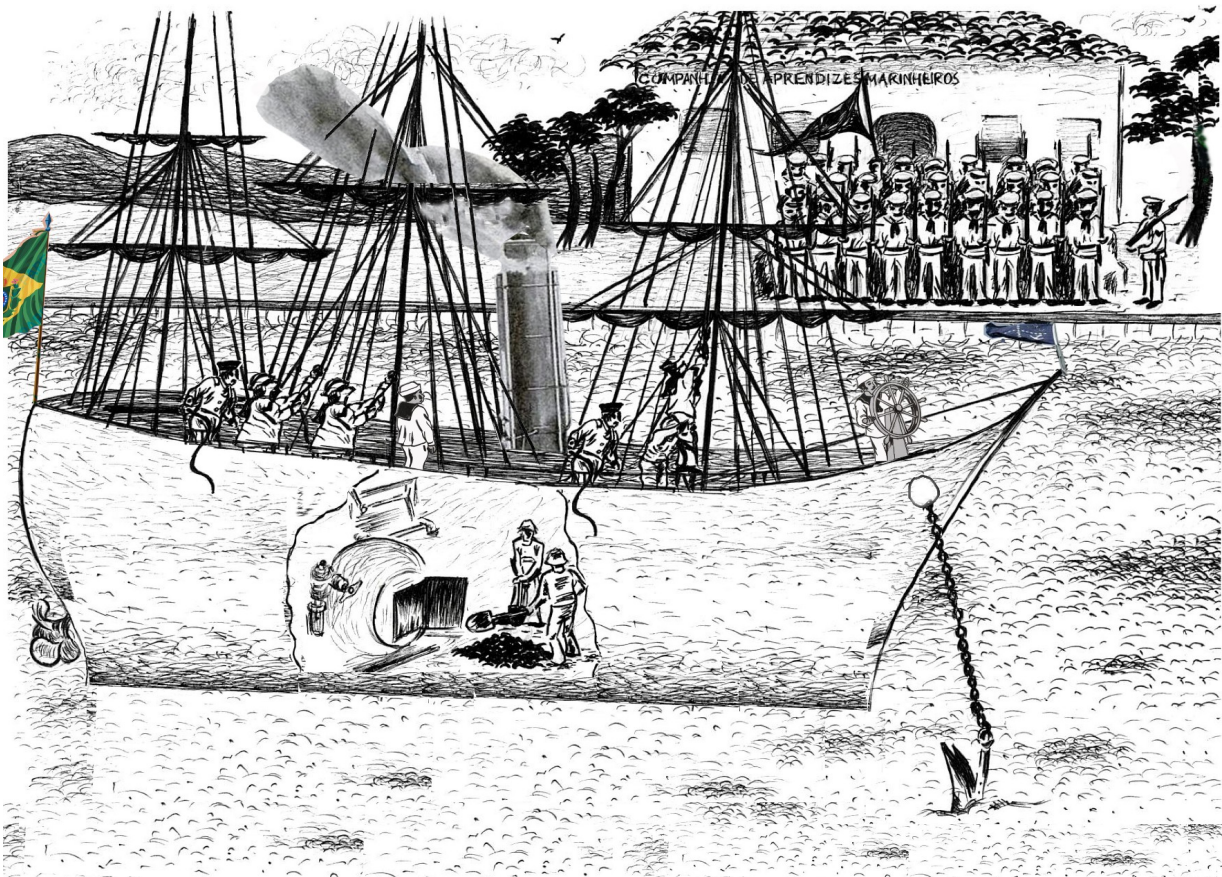
Aos professores do programa de pós-graduação em História da UFSM, pelos conhecimentos que me passaram durante o estudo de suas disciplinas: Carlo Armani, George e Gláucia Conrad, Maria Medianeira Padoin e Jorge Luiz da Cunha, este último meu orientador ao qual agradeço pela tranquilidade passada para mim e por ter me ajudado, pela paciência e acompanhado até o final desse trabalho.

A pesquisa não teria sido possível sem a ajuda material que permitiu que o acesso às fontes, documentação e literatura especializada decorresse ao longo de experiências nos arquivos e outras instituições de pesquisa. Ao pessoal do DPHDM, Márcia Prestes, Suboficial (RM1) Souza Lima, e o grande servidor civil José Antônio (*in memoriam*), pelo material enviado, pela troca de ideias e por terem aberto a porta daquela instituição para minha

pesquisa. De igual modo, sou grato às Doutoradas Khateryne e Marlise pelas correções, inserções, dicas e sugestões pontuais e pertinentes para completude desse trabalho.

Sob pena de esquecimento e por questões de espaço, gostaria ainda de agradecer aos colegas de Doutorado pelo apoio e pelas demonstrações singelas de companheirismo e parceria. O tempo em que aí fiquei, as pessoas que conheci e os relacionamentos firmados e compartilhados dificilmente serão esquecidos. Além disso, cito, com muito apreço, colegas Aline, Denise Frigo, Marcelo e Gustavo Andrade, este último pelo material enviado que muito colaborou na completude desta obra e pela troca de ideias. De igual modo, agradeço aos professores que aceitaram fazer parte de minha banca final de defesa, Dr. Jorge Antonio Dias, Dr. Azemar dos Santos Soares, Dr. Marcello José Gomes Loureiro, Doutora Fabiana Regina da Silva, Dra. Maria Medianeira Padoin e Dr. José Iran Ribeiro.

Também, gostaria de agradecer, inexoravelmente, à minha esposa Deise, minha eterna mola mestra, sei o quanto és incrível, a extraordinária mulher que tanto amo e que segurou as pontas do lar o tempo inteiro demonstrando ser uma verdadeira auxiliadora, meu sincero agradecimento e carinho. Por fim, meus maiores projetos, meus filhos Laryssa e Lucas. Começando pelo garotinho, 440 volts, peço desculpas a ele pela minha ausência por alguns períodos devido à pesquisa e escrita, mas quero que saiba que tudo que fiz foi para ele e por ele, eu o amo. E a Laryssa, a mestranda em pedagogia, não preciso nem dizer que eu a amo, a minha trajetória como pai já diz tudo. Filhos, o doutorado já acabou!



“Estamos aprisionados no reino da vida, como um marinheiro em seu pequeno barco, em um oceano infinito”

Refletido por Anna Freud

Arte da imagem, Cosme Alves Serralheiro e o amigo Ademiro Silva da Paixão

RESUMO

A (RE) ESTRUTURAÇÃO DOS MEIOS NAVAIS E A FORMAÇÃO MILITAR NAVAL: PROJETOS IMPLEMENTÁVEIS NA BUSCA DA (RE)CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO” PARADIGMA EDUCACIONAL (1840-1885)

AUTOR: Cosme Alves Serralheiro
ORIENTADOR: Jorge Luiz da Cunha

A presente tese tem, entre outros propósitos, analisar historicamente a formação básica, militar, disciplinar e técnico-profissional dos Aprendizes-Marinheiros do período de 1840 a 1885, no interior da Marinha de Guerra do Brasil. Foi necessário entender melhor as experiências vividas e sentidas, desenvolvidas por esses jovens dentro das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, sujeitos ao controle do Estado pelos Oficiais numa ótica institucional. Como domínio da história, será enfatizada a “História Cultural” e a “História Política”, pois, enquanto uma faz a abordagem ampla do grupo de iletrados e letrados que faram parte da Marinha, a outra privilegia o estudo do poder estatal na vida cotidiana daqueles sujeitos. Com a busca da Marinha em aprimorar seus meios materiais e logísticos, com a modernização dos navios batendo em sua porta, concentrava seus esforços em investimento e formação do material humano principalmente da base social militar. Trata-se de um estudo qualitativo e quantitativo, de cunho explicativo, analítico e narrativo, no qual foram realizadas pesquisas teórico-bibliográfica e documental. A delimitação temporal foi feita considerando o início do primeiro órgão fixo de formação de Marinheiros, em 1840, e devida ao processo de consolidação desse órgão como Escola, em 1885, sendo adotado em definitivo seu paradigma de ensino. As pesquisas se deram a partir de artigos publicados em revistas científicas, dissertações, teses e outros trabalhos em diversas áreas de conhecimento das Ciências Humanas, no “estado da arte”, examinada a relação entre Aprendizes, Oficiais e navios com suas peculiaridades. Também, foram fontes de pesquisa os relatórios ministeriais, as correspondências, os decretos e ofícios em arquivos e sites especializados, escolhidas de forma intencional por tratarem de temáticas de maior evidência no período de delimitação da pesquisa. Desvelou-se como ocorreram os acontecimentos que abarcaram as organizações militares incluindo as políticas públicas, passando pelos períodos beligerantes e quais as mudanças estimadas, as lutas e contradições na organização interna que pleitearam para a formação de um molde construtivo dos futuros “profissionais do mundo das águas”. Buscou-se compreender os mecanismos internos de recrutamento e controle dos sujeitos sociais dessa instituição estatal e, para compreender melhor suas rotinas internas, narraram-se, problematizando, seus cotidianos com base em fotografias observando a dureza da hierarquia e da disciplina militar e as concepções de mundo desenvolvidas a partir das classificações dos indivíduos pela raça, pela origem social e pela constituição física.

Palavras-chave: Modernização dos navios, Aprendizes-Marinheiros, Ensino Militar Naval, Companhia de Aprendizes-Marinheiros

ABSTRACT

NAVAL (RE) STRUCTURING AND NAVAL MILITARY TRAINING: IMPLEMENTABLE PROJECTS IN SEARCH OF A “NEW” EDUCATIONAL PARADIGM (1840-1885)

AUTHOR: Cosme Alves Serralheiro
ADVISOR: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

The present thesis has among other purposes to historically analyze the basic, military, disciplinary and technical-professional training of apprentice-sailors from the period from 1840 to 1885 within the Brazilian Navy. It was necessary to better understand the experiences lived and felt developed by these young people within the apprentice-sailor companies, subject to state control by the officers from an institutional perspective. As a domain of history, “Cultural History” and “Political History” will be emphasized, since while one takes the broad approach of the group of illiterates and scholars who were part of the Navy, the other privileges the study of state power in the daily lives of those subjects. With the search for the Navy to improve its material and logistical means, with the modernization of ships knocking on its door, it concentrated its efforts on investment and training of human material mainly from the military social base. It is a qualitative and quantitative study, of an explanatory, analytical and narrative nature, in which theoretical-bibliographic and documentary research was carried out. The temporal delimitation was made considering the beginning of the first fixed body for training sailors, in 1840, and because of the process of consolidating this body as a School in 1885, being definitively adopted its teaching paradigm. The research was based on articles published in scientific journals, Dissertations, Theses and other works in different areas of knowledge of the humanities, in the “state of the art” examined the relationship between Apprentice, officers and ships with their peculiarities. Research sources were also ministerial reports, correspondence, decrees and letters in specialized archives and websites, intentionally chosen from these documentary sources that deal with the most evident themes in the delimitation period of the research. It was unveiled as it happened the events that covered the military organizations including public policies, going through the belligerent periods and what are the estimated changes, struggles and contradictions in the internal organization that they pleaded for the formation of a constructive mold of the future “professionals of the water world”. I tried to understand the internal mechanisms of recruitment and control of the social subjects of this state institution. Anyway, to better understand their internal routines, I narrated problematizing their daily lives based on photographs, observing the harshness of military hierarchy and discipline and the conceptions of the world developed from the classifications of individuals by race, social origin and physical constitution.

Key words: Modernization of ships, Apprentices-Sailors, Naval Military Education, Company of Apprentices-Sailors

LISTA DE QUADROS

Quadro - 1 Autores que discutiram o assunto das Companhias/Escolas de Aprendizizes-Marinheiro.....	37
Quadro - 2 Gabinete regencial permanente eleito, em 17 de abril de 1831.....	50
Quadro - 3 Quantitativos da Esquadra, no primeiro e em parte do segundo reinado.....	52
Quadro - 4 Plano de ordenação das declaradas Companhias e Corpo de Imperiais Marinheiros.....	94
Quadro - 5 Menores voluntários e recrutados por cor da pele na Província de Pernambuco em 1858/1859.....	150
Quadro - 6 Reconfiguração departamental e funcional da Marinha, a partir de 1840	159
Quadro - 7 Vencimentos mensais, que competem as diferentes classes do Corpo de Maquinistas da Armada.....	177
Quadro - 8 Mapa estatístico da condição humana do Corpo de Imperiais Marinheiros.....	182
Quadro - 9 Refeições Diárias nos navios da Armada, 1847 (Navios a Vela).....	193
Quadro - 10 Ministros que comandaram a Marinha em parte do segundo Reinado entre, 1849 a 1864.....	199
Quadro - 11 Instrução pública primária e secundária no Império, em 1854.....	201
Quadro - 12 Mapa anual do Corpo de Imperiais e das Companhias de Aprendizizes da Corte, em 1855.....	206
Quadro - 13 Panorama da renovação da Armada.....	208
Quadro - 14 Quantitativa de ingresso e saída da Marinha no segundo reinado.....	210
Quadro - 15 Formação acadêmica dos militares.....	211
Quadro - 16 Composição do Estado maior e menor do Corpo de Imperiais Marinheiros.....	221
Quadro - 17 Local, ano e decreto de criação das referidas Companhias de Aprendizizes-Marinheiros.....	225
Quadro - 18 Mapa do estado das Companhas de Aprendizizes-Marinheiros das províncias baixo designadas.....	235
Quadro - 19 Organização administrativa da Companhia de Aprendizizes-Marinheiros do Pará.....	240
Quadro - 20 Atividades semanal dos Aprendizizes Marinheiros da Companhia da Bahia.....	272
Quadro - 21 Listas de atividades dos Aprendizizes da “CA de Pernambuco”.....	273
Quadro - 22 Mapa semanal das lições da “Companhia de Aprendizizes-Marinheiros do Ceará” em dez de 1871.....	276
Quadro - 23 Mapa do serviço semanal em que se aplicam aos Aprendizizes Marinheiros da Companhia da província do Maranhão.....	283
Quadro - 24 Gabinete ministerial de 29 de Setembro de 1870.....	346
Quadro - 25 Estado do material de guerra da força naval.....	353
Quadro - 26 Mapa do Estado dos Capelães da Marinha.....	359
Quadro - 27 Mapa do estado atual do Batalhão Naval referente aos Artilheiros Navais.....	364
Quadro - 28 Demonstrativo do potencial numérico dos encouraçados durante parte do Império.....	366
Quadro - 29 Alistamentos e deserções do Corpo de Imperiais-Marinheiros.....	373
Quadro - 30 Estado de instrução das Companhias de Aprendizizes-Marinheiros.....	375
Quadro - 31 Mapa estatístico com efetivo dos Corpos de Imperiais e Companhia de Aprendizizes-Marinheiros.....	380
Quadro - 32 Navios a vapor exceto os encouraçados.....	384

Quadro - 33 Estado situacional das Companhias de Aprendizes em 1884.....	389
Quadro - 34 Estado atual das Escolas de Aprendizes-Marinheiros.....	392

LISTA DE IMAGENS

Imagem -1	Ilha de Boa Viagem em Niterói –RJ, onde foi edificado o primeiro prédio fixo de ensino militar da Companhia de Aprendizes-Marinheiros.....	68
Imagem -2	Aula elementar Escola de Aprendizes do Rio de Janeiro. s/d.....	69
Imagem -3	Lagoa dos Patos, entrada da barra do Rio Grande/RS e canal do Rio São Gonçalo.....	80
Imagem -4	Fainas geral da marujada no tombadilho do navio Benjamim Constant (1906.	96
Imagem -5	Ofício enviado pelo chefe de polícia da Bahia ao Intendente de Marinha em 21 de janeiro de 1845.....	111
Imagem -6	Correspondência do intendente da Marinha na Bahia sobre o envio de menor a Companhia de Aprendizes Marinheiro daquela138 província.....	138
Imagem -7	Página do livro de socorro da Companhia de Aprendizes-marinheiros de Pernambuco.....	153
Imagem -8	Organograma da Estrutura Administrativa da Marinha entre 1847- 49.....	162
Imagem -9	Interior de uma oficina de machinas na escola de formação de Oficiais, s/d....	165
Imagem -10	Uma equipe de fogueiras acompanhados de seus instrumentos de trabalho. Ano s/d.....	179
Imagem -11	Cenas do mar – embarque de carvão a bordo do Floriano, em 1908.....	186
Imagem -12	Instrução da escola regimental a bordo do navio Benjamin Constant (1906)...	190
Imagem -13	Aprendizes Marinheiros, expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, início do séc. XIX.....	228
Imagem -14	Ofício de envio de jovens para a Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.....	231
Imagem -15	Ofício do Comandante da Companhia de Aprendizes do Pará em 10 de outubro de 1855.....	244
Imagem -16	Marinheiros na esplanada da Fortaleza de Villegaignon, quartel central do Corpo de Marinheiro. Ano s/d.....	263
Imagem -17	Exercício de baioneta. Ano 1917.....	265
Imagem -18	Instrução dos Grumetes de esgrima com fuzil baioneta, s/d.....	267
Imagem -19	Aprendizes do Ceará na arte Marinheira de coser os panos, 1917.....	274
Imagem -20	Aprendizes, Grumetes e Marinheiros no alojamento, s/d.....	278
Imagem -21	Escola de Aprendizes do Rio de Janeiro, ano 1910 - chamada noturna e toque de silêncio, s/d.....	280
Imagem -22	Velho sobrado e primeira Instalação da Capitania do Porto, ano não referenciado, Ano s/d.....	294
Imagem -23	Escola de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande/RS, s.d.....	295
Imagem -24	Prédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Norte, s/d. Parte 1.....	302
Imagem -25	Prédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Norte, s/d. Parte 2.....	303

Imagem -26 Prédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Norte, s/d Parte 3.....	305
Imagem -27 Licenciados no bondinho da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará (1917).....	307
Imagem -28 O aprendiz cabelereiro tosquiando o cabelo de outro aprendiz, “Ceará, 1917”	312
Imagem -29 Momentos de folga e entretenimento dos Aprendizes, s/d.....	315
Imagem -30 Escola modelo de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul, s/d.....	318
Imagem -31 Aprendizes em ginástica Sueca, s/d.....	322
Imagem -32 O batalhão naval em exercícios de esgrima ao ar livre, s/d.....	323
Imagem -33 Aprendizes na prática de esgrima de espada, s/d.....	324
Imagem -34 Exercício de educação física, s/d.....	326
Imagem -35 Prédio da Escola de Aprendizes do Rio Grande do Sul a margem da lagoa dos Patos, [1889?] data provável.....	327
Imagem -36 O Marinheiro Nacional em uniforme de inverno (flanela azul).....	334
Imagem -37 Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande, ano 1889.....	338
Imagem -38 Escola de Marinha na Praça Mauá no Rio de Janeiro (1849-1867).....	351
Imagem -39 Navio Encouraçado Riachuelo, 1884.....	386

LISTA DE FIGURAS

Figura - 1	Localização e geográfica das 18 Companhias de Aprendizes-Marinheiros nas províncias do Brasil nos regimes vigentes à época entre os anos de 1840 a 1874.....	234
Figura - 2	Vetores de transformação na implantação e continuidade das Companhias de Aprendizes-Marinheiros.....	249
Figura - 3	Triângulo conexo a Foucault tripé da sociedade militar.....	257
Figura - 4	Uniformes dos Marinheiros imperiais (1803-1831) e Artilheiros Navais (1808-1829-1832).....	330
Figura - 5	Uniforme dos Marinheiros imperiais em 1840 e 1856.....	332
Figura - 6	Marinheiro do período regencial 1832-1841.....	333
Figura - 7	Gola do Marinheiro.....	336
Figura - 8	Marinheiro imperial Marcílio Dias. Nota: Nascido em 19 de junho de 1838, no Rio Grande do Sul.....	337
Figura - 9	Formas das divisas para uso dos Marinheiros e inferiores.....	340

LISTA DE GRÁFICO

Grafico 1 - Trabalhos produzidos nas últimas três décadas sobre as Companhias/Escolas de Aprendizes-Marinheiros.....	14
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHRS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
AMPRG	Arquivo Municipal da Prefeitura de Rio Grande
AN	Arquivo Nacional
APEBa	Arquivo Público da Bahia
APEP	Arquivo Público do Pará
BN	Biblioteca Nacional
CPRS	Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul
CLI	Coleção de Leis do Império
CODES	Código de extensão de um arquivo
CN	Colégio Naval
Com5DN	Comando do Quinto Distrito Naval
CARS	Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Sul
DPHDM	Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
EAM	Escola de Aprendizes-Marinheiros
EN	Escola Naval
FN	Fuzileiro Naval
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MN(RM2)	Marinheiro da reserva não remunerada de 2ª classe
RMM	Relatório do Ministro da Marinha
RPP	Relatório do Presidente da Província
RM1	Reserva Remunerada
SG	Sargento
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO*	1
1 A HISTORIOGRAFIA MILITAR RENOVADA: DISCUSSÕES, REFLEXÕES TEÓRICAS DO EXÉRCITO E UMA SÍNTESE PANORÂMICA DA POLÍTICA DE ENSINO MILITAR NAVAL	23
1.1 A HISTORIOGRAFIA NAVAL BRASILEIRA POR UM DEBATE TEÓRICO	31
2 VIVEIROS PARA O MAR: E FOI DESSA FORMA QUE A MARINHA IMPLANTOU O ENSINO MILITAR NAVAL DE BASE PELO VIÉS PARLAMENTAR EM PLENOS EVENTOS BELIGERANTES	43
2.1 ATOS SUGESTIVOS DA CRIAÇÃO DE QUATRO COMPANHIAS DE ASPIRANTES MARINHEIROS PELAS DISCUSSÕES PARLAMENTARES	48
2.2 ENTRE DISCUSSÕES E IDEIAS PARLAMENTARES, FOI ASSIM QUE NASCEU O PRIMEIRO CENTRO DE FORMAÇÃO DE MARINHEIROS	59
2.3 JOVENS, RUMO AO MAR E AO NOVO ENSINO PREPARATÓRIO EM UMA NOVA ESCOLA DA MARINHA	66
2.3.1 Os efeitos da formação da Marinhagem sobre atuação beligerante frente a Farroupilha	73
3 ENSINAR, CIVILIZAR E ERRADICAR PARA SERVIR: CULTURA MARUJA DO ESTIGMA PARADIGMÁTICO	90
3.1 UMA PERIGOSA OPORTUNIDADE DE ENSINO, JOVENS: O SERVIÇO MILITAR NAVAL SE APROXIMA	91
3.2 A CULTURA ESCOLAR DA CATEGORIA MARUJA E OS ESTIGMAS DISCRIMINATÓRIOS	104
3.3 “VIVEIROS” NAVAIS: PARA INTEGRAR E SERVIR!	118
3.4 A MARINHA E A PROPOSTA DE ERRADICAÇÃO COMO ELEMENTO LABORAL DE ENSINO	125
3.5 A MARINHA NA PRÁTICA CULTURAL: MESTIÇAGEM E HIBRIDISMO SOCIAL NO SÉCULO XIX	141
4 ENTRE A MADEIRA E O FERRO, ENTRE A VELA E O VAPOR, A “EVOLUÇÃO” DE UM NOVO PARADIGMA DE ENSINO	159
4.1 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O INÍCIO DE UM NOVO PARADIGMA DA EVOLUÇÃO NAVAL	171
4.2 AS PRAÇAS DE MÁQUINAS E OS “BODES PRETOS” OU MAQUINISTAS E A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA	174
4.3 MAIS VALE UM HOMEM DE FERRO EM NAVIO DE PAU DO QUE O HOMEM DE PAU EM NAVIO DE FERRO	181
5 A (RE) FORMULAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA NA FORMAÇÃO DE BASE: IMPLANTAÇÃO, FIXAÇÃO E EXPANSÃO DAS COMPANHIAS DE APRENDIZES	198

* Essa introdução é, em quase sua totalidade, o projeto inicialmente apresentado para ingresso no programa de doutorado da UFSM.

5.1	IMPLANTAR PARA EXPANDIR AS COMPANHIAS DE APRENDIZES, UMA NOVA REALIDADE DE ENSINO, O DUPLO NASCEDOURO: BAHIA E PARÁ..	216
5.2	FIXANDO LEIS E REFORMULANDO AS NORMAS, UM ELEMENTO A MAIS PARA DISCIPLINAR OS JOVENS: O CASO GRÃO-PARÁ.....	236
5.3	A EXPANSÃO DAS COMPANHIAS DE APRENDIZES-MARINHEIROS: FUNDAÇÕES DISCURSIVAS.....	247
6	APRENDIZES, ALVORADA! “OUVE-SE AO LONGE UM ANDAR CADENCIADO” PELA ESTÉTICA DO PODER.....	253
6.1	DO CREPÚSCULO DO AMANHÃ AO PODER DA ORDEM UNIDA.....	260
6.2	OLHOS E LENTES NA ROTINA <i>VERSUS</i> COTIDIANO DA PRÁTICA “ESTÉTICA” DE MODELAR E ENSINAR.....	270
6.2.1	Cotidiano na vida militar das Companhias de Aprendizes e as sociabilidades identitárias.....	290
6.3	APRENDIZES “BÓI!, “PEGA TUDO”! TÔ PENANDO E VAMOS “VIRAR GÁS”.....	292
6.4	APRENDIZES GAIATOS: SUAS RELAÇÕES ENTRE FELICIDADE E O PODER.....	309
6.5	A ESTÉTICA DO CORPO NA EXPRESSÃO DO PODER.....	316
6.5.1	A estética da farda: um olhar pelas narrativas visuais dos Aprendizes.....	328
7	O PONTO DE (IN)FLEXÃO: ENTRE PERMANÊNCIA E MUDANÇA NO MODO DE RECRUTAR, A MELHORIA DOS MEIOS E DO ENSINO MILITAR NAVAL.....	343
7.1	A PERMANÊNCIA DO RECRUTAMENTO CONSERVADOR COMO PONTO INFLEXIVO NA FORMAÇÃO MILITAR NAVAL.....	367
7.2	A MUDANÇA DE HÁBITO, O SORTEIO MILITAR, UM PALIATIVO POLÍTICO-SOCIAL PARA O ENSINO MILITAR NAVAL.....	369
7.3	O RESULTADO DO ENSINO NAS COMPANHIAS PARA PRÁTICA NOS MEIOS NAVAI.....	377
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	396
	REFERÊNCIAS.....	402
	FONTES.....	430
	GLOSSÁRIO.....	440
	APÊNDICE.....	441
	ANEXOS.....	442

INTRODUÇÃO

Confesso que minhas pesquisas na área acadêmica se originaram de diferentes experiências vividas e sentidas. Tratam-se de alguns trabalhos que foram pensados e construídos também nos múltiplos envolvimento do pesquisador da área de História com sua vida profissional acadêmica e profissional militar. Conforme sugere o historiador Enrique Florescano: “estudar o passado sugere uma abertura a outros seres humanos e nos obriga a transportar-nos a outros tempos, a conhecer lugares nunca vistos, a familiarizar-nos com condições de vida diferentes das atuais” (FLORESCANO, 1997, p. 65-79). Dessa forma, o presente trabalho tem como proposta investigar e debater as transformações educacionais, dos meios navais da Marinha Brasileira, pelo viés dos grupos sociais vinculados a essa instituição, ou seja, os Aprendizes-Marinheiros oriundos das Companhias e, posteriormente, Escolas de Aprendizes e, em alguns poucos momentos, os oficiais oriundos de sua Real Academia Naval, entre os anos de 1840 a 1885.

De início, como objetivos gerais e específicos, foi importante analisar, através da evolução tecnológica de seus meios, a implementação de uma nova padronização do ensino militar naval nos centros de formações de Marinheiros próximo aos meados do século XIX, buscando compreender como era sua forma de ensinar e a dinâmica no momento de passar o ensino. Assim, busca-se entender como esse grupo social vivenciou essas transformações de uma “nova” teoria do conceito de instrução, em suas realidades dentro das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, através da análise da forma de ensino que se ministrava dentro dos órgãos de formação.

Para tanto, torna-se importante identificar os estudiosos que estudaram a forma de ensino que se ministrava dentro dos órgãos de formação e sua dinâmica do cotidiano de recrutamento. Contudo, nas pesquisas em bancos de dados, foi encontrado, no “estado da arte”, o trabalho de referência que aborda tamanha evolução tecnológica dos meios navais da Marinha no século XIX. Na Revista Marítima Brasileira, de cunho institucional, o trabalho de Armando Amorim Ferreira Vidigal (2000) e Lauro Nogueira Furtado de Mendonça (2001) traz certa contribuição para entender o contexto da ampliação dos meios navais da época. Desta forma, esse trabalho de tese não seria mais bem construído se não fossem os trabalhos anteriores dos estudiosos sobre o assunto de várias áreas das ciências humanas.

Obviamente, feitas as devidas ressalvas, assim sendo, foi importante retornar, como ponto de partida, ao ano de 1833, quando o Ministro, português erradicado no Brasil, Brigadeiro Joaquim Salvador Maciel, assessorado pelos Oficiais, pensando na máxima de tornar a Marinha mais fortificada, autóctone e mais profissional, tentou criar uma Companhia de Aspirantes-Marinheiros, que naquele momento não foi bem-vista, acarretando, com isso, em reprovação pelas autoridades competentes da época. Três anos depois, mais uma vez, Salvador Maciel, acompanhado do futuro Ministro da Marinha, Rodrigues Torres, com a ideia de profissionalizar a Armada, leva, em sessão solene no Senado de 19 de Julho de 1836, uma proposta que retira a nomenclatura Aspirante e insere Aprendiz. Essa proposta trazia a esperança de melhorar, a bordo, a qualidade da marinhagem brasileira; assim ele discursou:

Este sistema tenciona pô-lo em prática. Respondendo à impossibilidade haver destreza e flexibilidade na reunião dos dois exercícios, faz ver que a experiência em um pequeno número tem mostrado o contrário; pois que nos rapazes que existem a bordo da fragata Príncipe Imperial se encontra agilidade e firmeza no serviço de soldado, prontidão e flexibilidade no de marinheiros. Desta escola espera colher grandes vantagens, e talvez a nação consiga obter grandes homens, porque aqueles moços que são filhos da nação, observando que não têm por si senão o desempenho de seus deveres, puxarão por si; o que se não dá a respeito da alta mocidade, que, tendo patronato, não cuida no desempenho de suas obrigações, nem no progresso de seus estudos.

A partir de então, tendo a convicção de que esse embrião se fertilizaria melhorando a qualidade de seu pessoal e material e ajudaria a desenvolver a nação, em 1840, nasce, no Rio de Janeiro, no início do Segundo Reinado, o Corpo de Imperiais Marinheiros, que tinha adida em uma de suas companhias a Companhia de Aprendizes-Marinheiros, inicialmente com 200 jovens, sendo que um de seus prédios fixos ficou na capital Niterói. Com base nisso, o sentimento em estudar a fundo a gênese da primeira Companhia, que parece incentivar pesquisadores, para entender esses viveiros do mar, pelo menos destaca as referências de Edna Antunes (2011), Wagner Bueno (2016), Cosme Serralheiro (2017) e Jorge Dias (2017), os quais adentraram a fundo nesse estudo. Outros estudiosos, como Arias Neto (2001), estudando a Marinha com foco mais institucional, e Álvaro Nascimento (1997 e 2001), com sua dissertação e tese, autor que não se prendeu a uma só figura, mas foca na questão das resistências frente a personagens da base social militar, também serviram como fundamentação teórica para essa pesquisa. A partir dessa contextualização, agora busco

entender práticas voltadas à questão de instruir e aperfeiçoar os Aprendizes-Marinheiros quanto à forma de liderança e ao conhecimento frente às inovações tecnológicas que estavam por acontecer a partir da metade do século XIX, a saber, os navios a vapor. Na busca pelo “estado da arte”, procurei, através de várias obras, desvelar os aparatos usados pelas autoridades da época para estabelecer um novo paradigma à educação naval, tendo em vista que eram “recrutados”, geralmente, para essas Companhias e, mais tarde, Escolas de Aprendizes-Marinheiros, pessoas consideradas pelas autoridades políticas, militares e por alguns populares como “mendigos, capoeiras, ébrios, vadios, desordeiros e desclassificados sociais” (OLIVEIRA, 2013, p. 109), pois não possuíam boas condições sociais e a grande maioria era até mesmo desprovida de formação escolar.

Esses adjetivos que eram designados aos recrutados das Companhias de Aprendizes-Marinheiros ocorriam devido ao preconceito que ainda se mantinha muito forte referente à época de sistema escravista no Brasil, na qual estes sujeitos eram estigmatizados por suas origens, em sua maioria, negros, mulatos, pardos e cabras, pois esse grupo, voluntária ou forçadamente, teve suas vidas ligadas a essa instituição de formação Militar. Em sua dissertação de mestrado, Serralheiro (2017, p. 17-18) escreveu que “esses seriam os futuros ‘marinheiros’ o que demonstra o *status* social atribuído a esses indivíduos, bem como, ao conjunto dos subalternos da Marinha”. Nesse contexto, a Marinha direciona também seu olhar para um grupo de pessoas, como consequência do atraso tecnológico das embarcações e do avanço em investimento eficaz no ensino.

O ano de 1874 é a data que representa o ponto de mudança quanto à nova modalidade de recrutamento por meio de sorteio e a criação da última Companhia de Aprendizes, a Companhia de Alagoas, pois, dentre as dezessete anteriormente criadas, a maioria na região litorânea brasileira, houve continuidade devido à desativação e ativação desses órgãos de formação, depois, no ano de 1884, estavam sendo discutidas as reformas na estrutura educacional da Força Naval, a saber, a Marinha, com o objetivo de simplificar os serviços e reduzir o pessoal e as despesas¹. Por essa razão, houve calorosos debates nas Câmaras dos Deputados e do Senado, o que acarretou em decreto no qual reduziram o “número das Escolas

¹ BRASIL. Sessão do Senado em 28 de Maio de 1884, Ministro da Marinha, Luiz Fillipe de Souza Leão, p. 167. Disponível em: senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1884/1884_Livro_1.pdf. Acesso em 9 mai. 2018.

de Aprendizes-Marinheiros”², além da “anexação do colégio naval à escola da Marinha, com o intuito de prover alguma redução nas despesas”³, assegurando assim que o cunho prático no ensino fosse objetivado por essas reformas.

O ponto de parada na delimitação temporal é o ano de 1885, quando estava sendo colocado em pauta o plano concretizador marcado pela mudança da nomenclatura de Companhia para Escola, por exigir modificações na estrutura, não só em investimento, mas também na melhora da questão educacional de sua base: os Aprendizes-Marinheiros, cujos resultados se observaram na República. Na ótica de Lima (2013, p. 135), “ampliaram-se as expectativas em torno da organização de uma nação fundada no progresso social e econômico”. Dessa forma, observei que, na estrutura educacional e disciplinar, as mudanças não foram tão progressivas assim, ou seja, foram acontecendo lentamente na proporção em que os acontecimentos inspiravam as autoridades que haviam assumido o poder com o novo regime.

Muitos pesquisadores, já anteriormente citados, sustentados e movidos pelo desafio de conhecer a fundo a Marinha imperial e republicana, adentram no estado do conhecimento nesse período, todos nas áreas de conhecimento da Educação, História, Ciências da linguagem, Serviço Social e Políticas Públicas, abordando a história política junto com a história cultural, estudando a notoriedade que esse braço naval teve naquele momento.

As autoridades navais, cientes da importância educativa que as Companhias de Aprendizes-Marinheiros demonstraram com o passar das décadas desde sua criação, colocaram nela a responsabilidade com relação à admissão dos bons rapazes no intuito de prestar boa educação:

[...] O principal objeto do governo é introduzir no serviço naval menores bons e de merecimento, a fim de elevar o nível do pessoal da marinha, tornando-o mais próprio à defesa nacional. Portanto é expressamente vedada a admissão de alunos mal comportados e de más precedentes (VASCONCELLOS, 1891, p. 14).

Trazer bons rapazes para Marinha foi um discurso superficial trazido pelas autoridades, mas, no decorrer do trabalho, verificou-se que foi algo utópico, nas duas fases do

² A denominação Companhias foi alterada para Escola em fevereiro de 1885.

³ BRASIL. Sessão do Senado em 14 de Maio de 1884 – Senador Affonso Celso, p. 68. Disponível em: www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1884/1884 Livro 3.pdf. Acesso em 9 mai. 2018.

Império, Período Regencial (1831-1840) e Segundo Reinado (1840-1889), os quais passaram e a ideia ficou somente na intensão e na fala.

Com alguns regimes vigentes, as autoridades navais e principalmente civis “anunciam novas preocupações em relação a educação e ao papel do Estado em relação a sua promoção” (LOPES; GALVÃO, 2005, p. 22). Naquele momento, havia o pensamento inovador de dar a reviravolta na educação elevando o nível do ensino militar, usando o paliativo de se apropriar de homens da Marinha mercante, mas, sendo esta uma reserva da Marinha de Guerra, não podia se subtrair ao benéfico influxo que orientou todos os esforços desse ato reformador; então, por essa perspectiva, captar elementos de outra organização marítima não se evidenciava como um procedimento agregador e crescente de educação, atualizado e aperfeiçoado que tinha como cerne da questão prover, ao pessoal da Marinha mercante, o conhecimento básico, profissional e militar-naval necessário ao cumprimento de sua missão institucional.

Como de praxe, pelo fato de o pensamento ser bilateral, para algumas autoridades, aquela quantidade expressiva de Companhias de Aprendizes-Marinheiros era necessária para a causa conservadora, mesmo causando certa repulsa de alguns, não só pelos gastos, mas também pela ineficácia em sua formação. Bem mais tarde, na República, o Ministro Manoel José Alves Barbosa, em seu parecer, no relatório no ano de 1896, já declarava essa irrelevância dizendo que “é um erro a criação de uma escola em cada estado marítimo, volumando-se a despesas sem compensação alguma, nem quanto ao número de Aprendizes, nem quanto as habilitações profissionais desses futuros marinheiros”⁴.

No contexto brasileiro, depois da segunda metade do século XIX, a Esquadra brasileira se apresentava desgastada, defasada, obsoleta e híbrida, já que existiam alguns navios de propulsão a vapor e outros que usavam rodas no lugar de hélices. Com isso, “o seu poder de fogo [...] era tecnologicamente retardatário [...] já que boa parte da artilharia usada era de canhões de ferro montados sobre carretas, atirando, através de aberturas feitas nos cascos [...]” (VIDIGAL, 2000, p. 133). A tudo isso soma-se o fato das guerras internas que se permearam durante aquele século que se caracterizaram por ser movimentos sediciosos, liberais, lusofóbicos, federalistas e republicanos que perturbaram as províncias, tais como a Revolução Pernambucana, de 1817; a Confederação do Equador, em 1824; corrida em

⁴ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1896, p. 37. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 9 mai. 2018.

Pernambuco; a Cabanagem, que durou até 1840, no Pará agitado desde 1831 e a Farroupilha, entre 1835 a 1845, sendo esta última a mais desgastante para a Força Naval pela sua duração, o que demonstrou o quanto foi importante ter Marinheiros bem preparados e formados para agirem em momentos de pura tensão; além da batalha naval do Riachuelo, em 1865.

Esses fatos beligerantes demonstraram, em alguns momentos, a falta de preparo e de conhecimento do material, o que ocasionou dificuldades da Esquadra em abafar aqueles tensos momentos de convulsão social. Nas estrelinhas, pode-se dizer que os Marinheiros ainda eram amadores quantos as suas ações na guerra. Ora, cabe ressaltar que tê-los instruídos e prontos seria proveitoso nos futuros combates, pois, segundo (SERRALHEIRO, 2017⁵, p. 126):

[...] ter a bordo dos navios uma marinhagem despreparada poderia ser um grande perigo para a manutenção da soberania de nossa longa costa marítima. Por isso, ter um órgão formador de bons marujos seria o ideal na complementação de um legado para uma geração futura de Marinheiros.

Esses ditos “desclassificados” tinham um espaço desfavorável a seu desenvolvimento e inserção social, que vinha se arrastando por longas décadas, principalmente na relação estabelecida com a estrutura política do país. Sua inclusão na Companhia de Aprendizes, hipoteticamente, tornava-se uma indelével forma pela qual as identidades iam se estabelecendo e se reafirmando no contexto social, pois, ao chegarem nessa instituição militar, receberiam alimentação, fardamento, soldo mensal, educação elementar, aulas de náutica e educação religiosa, pois seria uma garantia simbólica e necessária para a construção e moldagem de seus comportamentos. “A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais” (WOODWARD, 2014, p. 14). Tais aspectos demandaram no aumento de políticas sociais, de paradigmas institucionais e de hipóteses e exercícios (re)educadores.

Portanto, a principal hipótese da existência das Companhias de Aprendizes é a ideia de uma nova modalidade de ensino para o combate da pobreza, controle da marginalização e de necessidade imediata social da profissionalização técnica dos militares, em especial da base e

⁵ Daqui por diante, na maioria das vezes que eu citar Serralheiro, farei menção à minha dissertação de mestrado, defendida no programa de Pós-graduação em História, na UFPel, em abril de 2017.

infância, bem como as novas respostas sociais centradas em instituições (re)educadoras, como essas já apresentadas (Companhias de Aprendizes). A outra hipótese é que tais instituições se qualificavam por pedagogias que lhes eram exclusivas, preferencialmente pela ênfase no adestramento, no trabalho e na atenção nos exemplos institucionais ou educadores que se destacaram por sua extensão e permanência ou por sua formação pedagógica para tê-los preparados em um futuro sinistro beligerante que pudesse ocorrer.

Com base nessas hipóteses, a tese que eu defendo, é que o Estado brasileiro, após ter tido a sua independência da metrópole, buscou nacionalizar sua força marítima e também expurgar das ruas aquilo de mal que incomodava a sociedade, ou seja, seres improdutivos e desvalidos, principalmente em tenra idade e com isso a Marinha se deixou apropriar, com a criação das suas organizações de base para prestar filantropia e ensino escolar com objetivo de moldar e civilizar aqueles vulneráveis de tamanha necessidade. Também profissionalizado seus Marinheiros.

Minha linha de investigação promove não só a problematização do afastamento e da segregação de crianças e jovens, em sua maioria de origem híbrida e mestiça, nas ruas, mas também o diálogo do papel gerador dessa instituição total voltada para a prática cultural pelo viés da educação profissional de crianças e jovens abandonados. Assim agiam as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, com propósito explícito de produzir a inserção social destes. Por isso, problematizou-se aqui a criação de instituições militares assim como seu interior daquele espaço pautado no cotidiano, umas das poucas alternativas de aprendizado profissional, não só no Império, mas, conseqüentemente na República e que, na análise de Lima (2013, p. 21), “diferenciavam da filantropia por partir de uma política pública do Estado. Isso ocorreu tanto no Brasil com a criação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros”.

Muitas lacunas desafiantes põem em cheque a história dessa instituição: Que tipo de ensino foi pensado para os meninos desvalidos? Qual formato de ensino foi colocado em prática? E como eram suas rotinas no interior dessas instituições? Apropriar-se desses sujeitos com a justificativa de prepará-los dentro do ambiente naval visando a tê-los prontos e profissionalizados seria a justificativa de expurgar das ruas aqueles que incomodavam os populares e as autoridades? Essas perguntas serão respondidas no decorrer da tese.

O ensino de ofícios e recolhimento de meninos desvalidos, entre os 10 e 17 anos de idade, é parte integrante de uma ação imperial, regencial e republicana, colocada em prática

em diversas regiões do país e, por isso, essas Companhias foram responsáveis pelo amparo e acolhimento desses menores para instrução e formação militar. Nos jornais, publicava-se a importância sociocultural da instituição à cidade, ao lado das fugas de alunos, das ações de coerção e do medo que esses elementos causavam à camada menos privilegiada da população. Os jornais eram usados como forma convocatória para trazer suas crias para a Marinha, uma estratégia para divulgar o recrutamento sem comunicar os leitores, o que acontecia depois de inseridos naquele espaço de formação.

Outro fator preponderante é o caráter escolar dos militares da base, pois uma minoria sabia ler e escrever. Já na Corte, Martinez (1998), em seus estudos, esclarece que devido à política de difusão do ensino primário, no final do Império e início da República em 1890, mais da metade da população (50,4%) do Rio de Janeiro sabia ler e escrever. Anos depois, já “na República, apesar da gratuidade do ensino primário estar estabelecida pela Constituição de 1891, a oferta de escolas era muito pequena e 85% da população brasileira constituíam-se de analfabetos” (RIBEIRO, 2003, p. 81), o que é algo relativamente paradoxal. Por essa razão, nessa tese, busca-se compreender empiricamente essa disparidade para o contexto militar naval. Logo, torna-se imperativo desenvolver uma história social das vivências dos Marinheiros a partir da Companhia de Aprendizes, considerando o universo dos sublevados na Marinha brasileira quanto aos valores morais (axiologia) e étnicos e quem eram antes de serem recrutados para compor as fileiras militares. Privilegiei a vivência de situações de sociabilidade e trabalho para o universo social daqueles jovens em questão; “pobres coitados” que “conformavam um certo grupo marcado por um forte estigma que os atribuía a fama de transgressores, desordeiros, indisciplinados, insubordinados, ébrios, brigões, etc.” (OLIVEIRA, 2013, p. 7), “pequenos delinquentes, os desempregados, os filhos tidos como rebeldes, os quase miseráveis [...]” (MAESTRI, 1982, p. 23) e “bêbado, sodomista e miserável”⁶. Busquei problematizar justamente esta fama atribuída a esses futuros homens do mar, como os Aprendizes e depois os formados, os Marinheiros, refletindo sobre os seus termos e significados para os diferentes agentes envolvidos (Estados, comandos navais, recrutadores e “desclassificados sociais”), o que, por sua vez, diz respeito ao início da desagregação desta disciplina e recrutamento concebidos pelos agentes recrutadores como

⁶ Fonte: Arquivo Nacional, Série Marinha, XM 723. Esses adjetivos foram aparecerem pela primeira vez no Relatório do dr. Emygdio José Barbosa do Corpos de saúde, segundo cirurgião do corpo de saúde da Armada Nacional Imperial, embarcado na corveta Imperial Marinheiro para o Dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles, cirurgião-chefe do corpo da Armada, em 1853.

modalidades de Antigo Regime, pois expressavam valores sociais e políticos dentro da Marinha que negavam a ascensão na carreira através das capacidades do indivíduo, preservando, assim, a antiga estrutura social nobiliárquica portuguesa. Em relação à disciplina, Juvenal Greenhalgh(1998) ressalta que a manutenção dos castigos físicos na Marinha estava em perfeita consonância com a atmosfera escravista brasileira do século XIX, pois esta, para se reproduzir, não dispensou os castigos corporais.

Acredito que determinadas práticas e posturas sociais desse pequeno grupo, não de “trabalhadores” e sim de categoria específica, de “desclassificados”, devem ser entendidas para além dessas adjetivações, uma vez que poderiam estar relacionadas a leituras políticas próprias quanto às relações de trabalho dentro das Escolas e ao lugar a eles reservados no projeto de consolidação do estado brasileiro por meio da força. A política de identidade e o que definia esses movimentos sociais são marcados por uma preocupação profunda pela identidade – o que esta significa, como é produzida e como é contestada. “A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (WOODWARD, 2014, p. 34). Dessa forma, a inserção obrigatória dos jovens tornava-se um fator preponderante de movimento social que envolvia a celebração da singularidade cultural, bem como a análise de opressão exercida pelo Estado através dessas “Companhias correccionais”, talvez com o propósito de usá-las como elemento civilizador, expurgador e disciplinador, não só no Império, mas também na República. Acrescento que é nada mais comum estender esse tipo de castigo a essa outra espécie de escravidão que era o serviço militar naqueles tempos. Consideramos esta proposição problemática, uma vez que será enfocada com mais ênfase a historicidade do processo de criação e sobrevivência tumultuada dos castigos físicos durante todo aquele período.

É oportuno ressaltar que essas instituições tiveram suas denominações alteradas com o nome de Escolas de Aprendizes-Marinheiros aconselhadas pela experiência do passado com o “fim educar e preparar marinheiros para diversos serviços da Marinha” (CAMINHA, 1986, p. 354). Com base no exposto, uma das questões a defender era a improdutividade que algumas Companhias estavam tendo e na pouca captação e formação dos Aprendizes e não na justificativa dada pelas autoridades, a qual desencadeou, depois, progressivamente, na desativação de algumas Escola de Aprendizes-Marinheiros, que era referente aos altos gastos

ou despesas que davam. Também, tem-se uma padronização única, com poucas Escolas na formação dos futuros marujos, e, somado a isso, o pensamento positivista incorporado pelas elites políticas e militares, oriundas do partido conservador, que tinham como papel principal a evolução do ensino frente ao avanço tecnológico naval, que estava ocorrendo aceleradamente na Europa com a construção dos navios a vapor, o que tornou fundamental, naquele momento, investir na questão pedagógica da formação dos Marinheiros para tê-los mais técnicos e/ou profissionalizados. Para isso, outra hipótese é que reduzir progressivamente a quantidade dos centros de formação, mudando a nomenclatura de Companhia para Escola, como já citado, e alterando o regulamento interno, reduzindo a forma truculenta e sanguinária para com aqueles “indesejáveis úteis sociais”⁷, contribuiria para reduzir as deserções e, principalmente, para ajudar no avanço do aperfeiçoamento de uma futura marinha forte, combatente e treinada, paliativo usado pela Marinha de Guerra do Brasil.

Uma questão importante para a escolha desse tema consiste na quantidade expressiva de trabalhos históricos sobre o recorte temporal, atinente ao ensino militar naval, e na significativa possibilidade de acesso às fontes de pesquisa, isto é, algumas fontes somadas às minhas de que eu poderia me apropriar e facilitar na pesquisa e no entendimento do que foi apresentado nesse trabalho. Com isso, a minha tese se justifica, pois, em meu entender, são razoáveis produções que enfocam a trajetória das transformações do ensino militar na história das Companhias de Aprendizes-Marinheiros disseminadas em várias cidades da costa marítima, seja também pelos rios do Paraguai e pela bacia Amazônica, constatação observada nas dissertações e teses produzidas. Entre algumas obras que podemos citar são: Silva (2002); Silva (2005); Machado (2008); Barreto Neto (2009); Lins (2012); Lima (2013); Santos (2016); Serralheiro (2017) e o artigo de Francisco; Alves; Junior (2017). Conforme a lógica desses autores, apropriei-me de seus estudos para entender o real motivo pelo qual elas, as Companhias/Escolas de Aprendizes, foram sendo desativadas e as rotinas dos Aprendizes dentro daquele espaço que também envolve certas travessuras e traquinagens. Apesar de Tarantini Freire (2014), Rozenida Castro (2005) e Silvia Capanema (2009) terem contextualizado e problematizado essas rotinas, tendo os dois últimos, ou seja, Castro e Silvia,

⁷ Quando me refiro a indesejáveis úteis sociais, estou querendo dizer que eram considerados para alguns como seres indesejáveis, o que será discutido no decorrer de tese. Úteis, por sua utilidade para o projeto conservador do Império, e Sociais devido a serem oriundos de uma sociedade específica.

usado fotografias de época, mas não terem feito o amplo detalhamento delas. Isso fez com que o diferencial de meu trabalho foi ter usado uma quantidade expressiva de fotos e imagens, analisando suas práticas com mais detalhes, fazendo uma descrição analítica, traduzindo as imagens para entender com maior compreensão como as atividades eram executadas por aqueles garotos e como eles se comportavam no interior da caserna com base na relação de poder empunhado pelo Estado sobre eles se aproveitando da estética de suas fardas para manipulá-los.

É oportuno deixar claro ao leitor de outras áreas que as fotografias, ao serem usadas nessa tese, serão apropriadas como fontes históricas tomadas como um fragmento de realidade, um indício, um enquadramento do passado da Marinha perpassado por discursos que podem ser analisados a partir dos olhares do pesquisador de uma realidade social munido de olhar crítico e exploratório de significações e de intencionalidades ali concretizadas.

Os esforços desses pesquisadores buscaram ampliar o debate sobre o tema bem como estabelecer diálogo conceitual dessa temática com enfoque na história cultural, com base no poder controlador político frente aos sujeitos representados por um grupo basilar, como elencado por Barros (2011, p. 96), que “ênfatisa o estudo de aspectos culturais – abre-se a estudos da ‘cultura popular’, da ‘cultura letrada’, das ‘representações’, se bem que em alguns destes casos dentro do domínio da história”. Cabe aqui ressaltar que a abordagem converge especificamente para um grupo social específico que foi inserido dentro da cultura dos iletrados, ou seja, devido ao fato do assunto tratar da educação daqueles jovens desprovidos de instrução.

Importante salientar minha opção por um desdobramento histórico educacional enfocando as várias “Companhia de Aprendizes-Marinheiros”, como anteriormente dito, e suas transformações em escolas modelos, aspectos que são um elemento a mais e valorizam os esforços de trabalho sobre esse recorte. Desta forma, agrega-se ao assunto, no contexto do desenvolvimento no século XIX, que o controle social por parte do Estado, em detrimento da prática humanitária e piedosa realizada por outras instituições da sociedade, foi notório, por isso verifiquei a emergência do assistencialismo público protagonizado pelo Estado em detrimento da formação de crianças pobres para os quadros militares. Entretanto, isso foi de suma importância, pois investiguei a proposta pedagógica desenvolvida na Companhia de Aprendizes-Marinheiros, problematizando as diferenças da formação destinada a crianças e

jovens desamparados com a educação da escola pública regular que ainda estava decadente na época. Ainda nos seus primeiros anos era de abandono e, embora houvesse “legislação sobre sua expansão e descentralização”⁸, havia pouco interesse de investimento em ensino público por parte do Império.

Na busca de entender os diversos tipos e as doutrinas educacionais, temos também retorno ao trabalho de mestrado de Rozenilda Castro Silva (2005). Dentre as conclusões do estudo, destaca-se a afirmativa da autora, com base em seus estudos sobre a relação do poder da disciplina na rotina e no cotidiano daqueles jovens desvalidos, de que a Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Piauí era uma instituição educativa militar que atendia a crianças pobres, menores órfãos e desvalidos, que não apresentassem nenhum problema de saúde ou físico, com o objetivo unicamente de preparar mão-de-obra qualificada, transformando-os em futuros marinheiros para os serviços da Marinha de Guerra Nacional.

Solayane Lima (2013), em sua tese de doutorado, destacou, principalmente nos Capítulos I, II e em parte do Capítulo IV, as análises educacionais das atividades de crianças e jovens nos afazeres marinheiros desenvolvidos na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Sergipe. A autora defende que o projeto de educação da instituição tencionava não apenas à formação profissional para suprir a defasagem da falta de mão de obra qualificada para os serviços navais, mas também o desenvolvimento moral de crianças e jovens desvalidos como exigência de inserção social.

Numa questão de cunho mais regional e local, em análise educacional pelo viés imperial e republicano, têm-se o artigo de João Pedro Dolinski (2013) e o de Wandoberto Silva (2013), sobre a Companhia do Paraná e a de Pernambuco, respectivamente; a dissertação de Wagner dos Santos (2016), da Companhia da Corte, Pernambuco e Santa Catarina; a pesquisa de Cosme Serralheiro (2017), da Companhia do Rio Grande do Sul; a análise de Gisele Machado (2007), da Companhia de Santa Catarina; a de Solayane Lima (2013), da Companhia de Sergipe; de Tarantini Freire (2014), de Companhia do Maranhão; a tese de Raul Neto (2009), da Companhia da Bahia; e a reflexão de Laelson Francisco (2018), da Companhia do Rio Grande do Norte, autores que tiveram como principal eixo temático investigar aspectos relacionados à história das Companhias/Escolas Aprendizes-Marinheiros e seus alunos. Boa parte desses trabalhos se enveredou pela análise da perspectiva educacional

⁸ Essa legislação diz respeito ao Ato adicional de 1834, conhecida como lei nº 16, de 12 de agosto daquele ano.

imperial e republicana à época, levantando caminhos oferecidos ao jovem de baixa renda em cada estado, sendo um desses caminhos a carreira militar.

Essa escolha de pesquisa também será importante para acrescentar a discussão sobre História militar, uma vez que há números razoáveis de pesquisas historiográficas focadas no recrutamento da Marinha em várias províncias do país, os quais são: Kraay (1999), Izecksohn (2002 e 2004), Neto (2001), Nascimento (2001), Ribeiro (2013), Freire (2014), Santos (2016) e Serralheiro (2017). Apesar de os dois primeiros e José Iran Ribeiro se debruçarem, em seus estudos, sobre o recrutamento do Exército imperial, tais pesquisas me deram subsídios consistentes para fazer a ligação do Exército com a Marinha imperial.

Percebe-se, ainda, a relevância do debate relativo à questão de como esses Marinheiros seriam inseridos dentro dos centros de formação militar. Devido ao momento de intensos debates políticos no país, referentes à abolição da escravidão, entende-se que a discussão sobre tal questão é fundamental para o entendimento da atuação dos agentes recrutadores para o Exército e Marinha neste contexto, conforme será trabalhado que “a maior parte do número de recrutados eram de ex-escravos, negros e pardos” (ANTUNES, 2011, p. 15).

Ao analisar a forma de recrutamento, somado à questão da inserção forçada ou não desses jovens, entende-se pertinente inserir na pesquisa o estudo dos objetos identificadores entre os recrutadores e recrutados da Marinha, já que quatro foram as formas de inseri-los dentro daquele órgão militar: recrutamento forçado, por sorteio, “por prêmio” e voluntários.

Os responsáveis por capturar esses homens para a Marinha eram oficiais, policiais, guardas, delegados e também alguns caçadores de recompensa que se ofereciam para cumprir essa tarefa. De certo modo, também havia outros responsáveis, como os próprios pais que entregavam seus filhos ao serviço militar por acharem que poderia ser um bom negócio para essas pessoas.

Para desenvolver a escrita da tese, destacam-se razoáveis fontes localizadas em arquivos, sobretudo no Rio de Janeiro, que permitem reconstruir a história dessa instituição tendo como foco prioritário de pesquisa as vivências dos subalternos, ou seja, das praças que

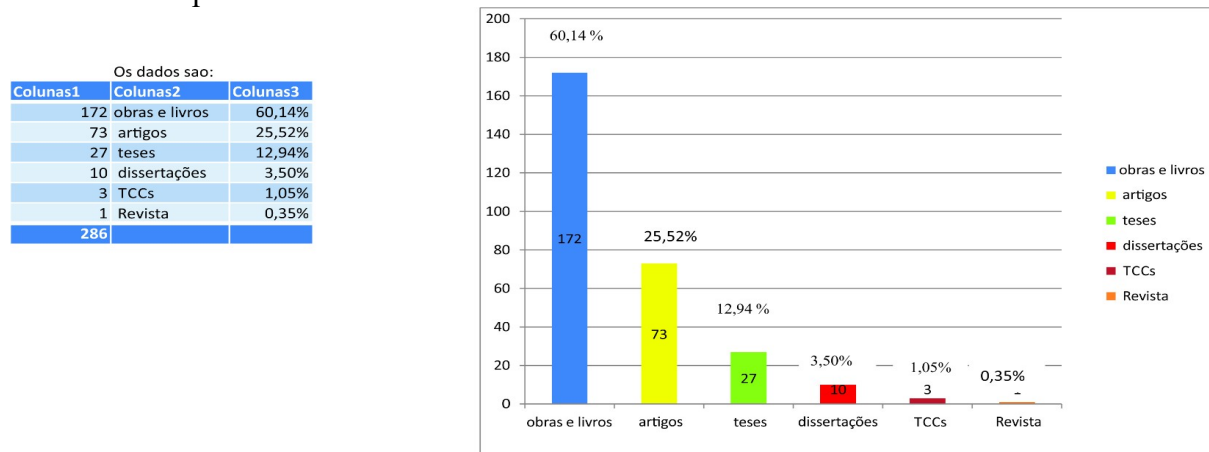
⁹ Apesar de recrutar por meio de prêmio em dinheiro já tinha sido proposto no relatório do Ministro da Marinha em 1848, isso só foi posto em prática pelo decreto 1591 de 14 de abril de 1855, onde foi estipulado um valor de 100\$000 para os pais, tutores ou quem as vezes fizer, mandando é claro observar as instruções pelas quais deve ser feito o alistamento de voluntários e recrutas para o serviço da Armada. Fonte: Coleções de Leis do Império. Disponível em: www2.camara.leg.br/. Acesso em 16 mai. 2020.

estavam sob ordens das autoridades e dos oficiais, tanto em sociedade quanto no seio da Marinha imperial/regencial e republicana Brasileira. No entanto, existe uma corrente de historiadores que entendem que a história não se (re)constrói de fato, apenas se produzem versões e interpretações não cristalizadas do passado, acerca de determinado tema e delimitações, munidos por nossos recursos, olhares, fontes e abordagens teórico-metodológicas. Esses autores “criam diferentes títulos para diferentes gostos. Nos catálogos há títulos curtos, longos, densos, subjetivos. Há títulos seguidos de ponto final (a maioria), mas também os acompanhados por interrogações, e até por reticências” (FERREIRA, 2002, p. 261).

Mesmo com as novas técnicas de produção acontecendo, gerar assuntos acadêmicos se torna parte primordial e dá muita notoriedade ao pesquisador, sem falar no bem-estar do próprio ego, algo bem pessoal, e também torna uma das maneiras ideais de um estudante dar qualidade em sua formação. Além disso, ela é indispensável para quem deseja continuar adiante na carreira acadêmica, não só como pesquisador, mas como produtor de conhecimento.

Talvez, ao contrário de que muitos pensam, estudar a Marinha no período delimitado deste trabalho traz uma quantidade ilimitada de fontes sobre esse assunto. Até agora, no estado da arte, foram encontrados quase 300 trabalhos sobre os centros de formação de Marinheiros, conforme demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Trabalhos produzidos nas últimas três décadas sobre as Companhias/Escolas de Aprendizes-Marinheiros¹⁰



Elaborado por (SERRALHEIRO, 2019), usando o programa LibreOffice Calc.

¹⁰ É possível que existam mais trabalhos sobre esse assunto, mas, em pesquisas realizadas, e por questões de conveniência, foram encontradas até agora esses quantitativos apresentados no gráfico.

Dos cursos de pós-graduação *stricto sensu e latu sensu*, das 25 dissertações defendidas, 2 Monografias e 3 TCCs, 9 teses, encontradas até agora, pesquisadas nos bancos de pesquisa da CAPES/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), e em programas de pós-graduação, como o PPGH (Programa de Pós-graduação em História), das universidades na área das Humanas, afirmo que todas as pesquisas eram de eixos ligados aos estudos de jovens desvalidos, sendo que a maioria dos trabalhos tratava de temas conexos à educação escolar e/ou educacional. Por meio destas pesquisas, busquei um panorama a respeito do empirismo que vem sendo exercitado nesse eixo, em termos de temáticas, ligados ao “estado da arte”. Ferreira (2002) sintetiza isso dizendo que os estudos podem ser definidos como uma modalidade de pesquisa bibliográfica, que têm por propósito:

O desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258).

Neste sentido, é preciso compreender que as produções acadêmicas se torna desafiante, devido tamanha diversidade de assuntos em determinadas pesquisas. De acordo com essa perspectiva, o que tem acontecido há tempos é que são muitas as produções e pesquisas sobre a Marinha de Guerra. Após organizar os dados levantados, num processo de numerosas leituras e releituras, tem-se o leque de oportunidades de sondar o atual quadro do conhecimento em um dado período da história, permitindo-me agregar o conhecimento absorvendo as diversas informações prestadas, “além de compreender as relações existentes entre elas, **as (re)leituras**, em termos de semelhanças e contradições” (SOARES apud FERREIRA, 2002, grifo nosso). Consequentemente, verificou-se a possibilidade do surgimento de diversas análises a partir do olhar panorâmico para um conjunto de produções que tragam diálogos e questões que refletem sobre o que fundamenta o uso da Marinha em erradicar, ainda que de forma nada aceitável e pacífica, as desigualdades sociais, para uma parcela significativa da população com enormes dificuldades socioeconômicas, seja por situações momentâneas de extrema necessidade seja por uma condição permanente de falta de recursos básicos para uma vida digna.

Pelo pequeno debate historiográfico apresentado, percebe-se que, pelo menos de três décadas até o dia de hoje, conforme já citado, no Brasil, tem-se produzido um conjunto significativo de pesquisas, principalmente no caso aqui do enfoque sobre a Marinha do Brasil pelo viés das Companhias/Escolas de Aprendizes-Marinheiros. Essas pesquisas tencionam-se pela metodologia qualitativa e quantitativa de pesquisa, que, na maioria das vezes, abrem o leque pela história cultural.

É imperativa, para o desenvolvimento desse trabalho de tese, a investigação nas linhas do campo do saber: poder, cultura e história. O conceito de poder, apoiado em Foucault (2009), é sobre como o controle de alguns sujeitos poderá ser apropriado, à medida que a presente pesquisa pretende utilizar esse recurso teórico. Esse supracitado conceito, também, poderá ser empregado no momento em que se pretende utilizá-lo como método analítico. Assim, esse conceito segue em uma linha tênue de uma representatividade dócil que caracteriza a imagem do “eu” marinheiro, elemento ainda subalterno na sociedade, mas inserido em uma situação/instituição que defende o “*status quo*” social. Com isso, o método analítico e teórico converge para o desenvolvimento, a aplicação e o uso do poder, ou para a reflexão de como um sujeito ou uma instituição atua sobre os outros, ou seja, o funcionamento e a ação do poder; para isso, como quadro teórico, me apropriei das ideias de Foucault abordadas de forma implícita em vários momentos dessa pesquisa, mas explicitado em capítulos específicos. Na questão da cultura, devido ao fato de ser um conceito amplo, dentro de uma proposta de ensino-aprendizagem, tinha como propósito gerar mudanças de comportamentos no sentir, no pensar e no agir, dos sujeitos recém-chegados na Marinha. Esse ato de propor no princípio de aprendizagem tinha prioritariamente as Companhias de Aprendizes-Marinheiros como estrutura oficial para desenvolver esse conceito, no intuito de promover mudanças na forma de se comportar, estabelecida no bojo do projeto conservador, engendrado por decisões propostas nos relatórios do Ministro da Força Naval levadas a debates nas casas parlamentares.

Para diluir melhor esse conceito de cultura, apropriei-me de Goffman (1961) para analisar a Marinha, como uma instituição total, com uma cultura interna e própria de si, pois, pelo fato destas instituições envolverem variadas dimensões de comportamentos de vida de seus membros, constroem identidades mais fortalecidas. Todavia, sabe-se que as Companhias de Aprendizes, em alguns aspectos, fazem parte do produto cultural que expõe o retrato de um

povo em um determinado momento. Nesse sentido, pode-se dizer que esses órgãos de formação são um produto de um fator cultural, produzido pela sociedade, seja ela política ou militar.

Foram inseridas neste trabalho, como fonte de análise histórica, as obras daqueles que já trabalharam, de alguma forma, temáticas parecidas com aquelas supracitadas juntamente de relatórios dos comandantes da Marinha da época e os debates das Câmaras dos Deputados e do Senado, para entendermos o que estavam pensando as autoridades políticas e militares e quais eram suas decisões a respeito do ensino na instituição Marinha do Brasil.

Somadas ao estado da arte, destacam-se várias fontes localizadas em arquivos, sobretudo no Rio de Janeiro, especificamente do AN e DPHDM, e outros arquivos regionais, que permitem reconstruir a história dessa instituição tendo como foco prioritário de pesquisa as vivências dos subalternos tanto em sociedade quanto no seio da Marinha imperial. Todos os dados foram analisados “como testemunho de um momento e como discurso de uma época”, (BARROS, 2011, p. 64) ou “em cada caso, a especificidade de um período histórico situada na singularidade e plenitude de sua própria experiência com o mundo” (ANKERSMIT, 2012, p. 127), visando sempre a algum propósito e objetivo.

Nesse horizonte, para compor a análise empírica embasada neste suporte metodológico, utilizam-se trabalhos na área que enfoca o ensino no Brasil, somados ao tipo de ensino militar que era ministrado aos jovens daquela época, o que dará diversos embasamentos a essa pesquisa. E para esmiuçar o assunto, será feita análise bibliográfica e documental que de acordo com Bardin (1977, p. 7), “[...] enquanto esforço de interpretação a análise de conteúdo oscila entre os polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”.

A análise de conteúdo baseia-se no cuidado principalmente com as fontes e bibliografias, me apropriando o máximo possível de seus conteúdos, na relação quantitativa *versus* qualitativa. Elas são complementares, porém apresentam esferas de atuação diferenciadas no interior de uma pesquisa, sendo a quantitativa o foco aqui trabalhado, devido à quantidade razoável de quadros e tabelas usadas nesse trabalho. Como aponta Bardin, destaca-se que: “[...] a abordagem quantitativa e a qualitativa, não têm o mesmo campo de ação. A primeira, obtém dados descritivos através de um método estatístico” (BARDIN, 1977, p. 115). Ainda na questão quantitativa, os mapas de entrada e saída dos Aprendizes, as porcentagens por meios de tabelas do recrutamento e os produtores de conhecimento que se enveredaram em escrever suas

obras referente às Companhias de Aprendizes serviram para a construção do “estado da arte”. A eficácia desta metodologia na presente investigação percorrerá as três fases destacadas pela autora, no instante em que se processa sua caracterização: a pré análise, a qual é composta pelo contato e leitura do documento; a exploração do material, momento em que se atribui um olhar ao caráter quantitativo do estudo; e, por fim, a interferência e a interpretação, em que se realiza a sistematização de uma interpretação, ou seja, se trata do perfil qualitativo da análise

Enfim, o que se observa que se atesta é que não se pode assegurar o resultado da obra pelo resumo e sim pelas produções que existem neste tipo de abordagem, sejam elas civis ou militares, mas também pelas propostas do “estado da arte” que pode “ser resultado da compreensão das marcas deixadas pelos autores/editores em cada resumo e do estabelecimento de relações de cada um deles”. Assim, a partir dos trabalhos, não só *stricto sensu* e *Latu sensu*, mas também de artigos e revistas sobre a Marinha, abre-se um leque de possibilidades de poder colher bons frutos ao se aproximar de pesquisas sobre essa instituição militar; por isso que a historiografia militar para desvendar outros assuntos no campo militar vem se renovando mais e mais.

No intuito de atingir os objetivos propostos, esta tese foi construída em sete capítulos, todos à luz da historiografia específica e dos referenciais conceituais e consolidadas à luz da problemática de estudo discutindo com variadas temáticas. Por isso, esse trabalho caminhou em alguns propósitos, elucidando várias evidências encontradas, sem, contudo, ter a intenção de esgotar o assunto. Apresentei a presente pesquisa estruturada da seguinte forma: No primeiro capítulo, foi abordado o quanto a historiografia militar tem se renovado abandonando a velha forma de escrever, ou seja, trazendo a história para o lado único e exclusivamente dos vencidos e sem muitas problemáticas, narrando, de forma linear, homogênea e factual, os acontecimentos. Assim, pelo menos nos últimos 30 anos, vem surgindo, com base no estado da arte, uma quantidade expressiva de profissionais de diversas áreas das Ciências Humanas que buscam renovar a historiografia de cunho institucional ou acadêmico. Nesse ínterim, a Marinha passa a ser objeto de estudo com debates e problemáticas dos pormenores qualitativos e quantitativos, sempre buscando o melhor, não como forma de esgotar os assuntos, mas trazer ao público informações basilares no tocante a base social das Forças Armadas.

No capítulo seguinte, mostra-se que, no ápice dos eventos beligerantes, como a revolução Farrroupilha, entre “vitórias e derrotas”, foi pontuada a necessidade da Marinha de

Guerra não só de criar, mas também de profissionalizar a marujada com intuito de tê-los treinados, prontos e formados para abafar não só aqueles tensos momentos, mas também futuras complicações que exigissem dela prontidão e preparo. Foi apresentado que a formação dos órgãos de acolhimento e preparação dos jovens iniciou-se, a partir de 1833, surgindo os primeiros debates que movimentaram as casas parlamentares, com seus atos sugestivos, com o objetivo de criar um embrião para consolidar os primeiros viveiros de ensino e formação de Marinheiros com o nome de Companhia de Aspirantes, a qual originou as Companhias de Aprendizagem-Marinheiros e conseqüentemente os Corpos de Imperiais Marinheiros.

No capítulo três, aborda-se o quanto conceitos de classe e categoria se entrelaçam sistematicamente tangenciando-se pela forma como a Marinha se comporta em suas atividades diárias, o que não deixa de ser um tipo de trabalho. Assim, a Marinha justificava a captura dos jovens, com propostas erradicadoras, para os viveiros navais, com a garantia de prover a eles uma formação escolar, principalmente naquele mundo cultural dos iletrados e da falta de mão de obra não qualificada, qualificando-os com algum tipo de ensino, mesmo sendo naval. Mesmo assim, essa era uma qualificação perigosa, devido às peculiaridades das fainas a bordo que os expunham a perigos constantes, também, oferecia-lhes a oportunidade de ascensão na carreira no fazer-se Marinheiros. Contudo, o tratamento dado a eles era cruel, repressor e opressor devido aos estigmas que carregavam, ou seja, eles serem pobres, negros, pardos e de várias etnias, formados também por mestiços e híbridos sociais, diferentes da elite imperial. Conjuntamente, demonstro que a Marinha, como elemento laboral, justifica o recrutamento com a desculpa de ensinar, civilizar, integrar e erradicar para servir, como melhor forma de mantê-los sob o controle do Estado, o que se tornava, para os jovens, uma perigosa oportunidade de receber o ensino.

No capítulo quatro, com a reconfiguração e/ou reorganização administrativa, a partir de 1840, a Marinha passa a investir na organização interna de seu pessoal e de seus meios navais, por meio da criação do conselho de ministros. Em 1854, com a posse do Ministro da Marinha, o Visconde de Albuquerque, trazia a proposta de melhor qualificar os jovens oficiais atinentes ao conhecimento das máquinas a vapor, que estavam operando nas marinhas estrangeiras. Assim, a Marinha apresenta um projeto que tinha como cunho prático investir melhor na formação dos oficiais para agregar na “nova” evolução do poder naval.

Discutiu-se o quanto a Revolução Industrial alavancou a construção naval trazendo a ampliação da composição de navios de ferro tendo suas praças de máquina o coração central dos navios. Então, para ter maior autonomia, houve investimento preciso na profissionalização das praças neste setor e, por isso, entram em cena os maquinistas, representados pelos carvoeiros, foguistas e apelidados de “bodes pretos”, sempre às voltas com óleos e graxas. Não eram fáceis suas atividades nos porões dos navios, pois eram submetidos à dura servidão. Apesar de, inicialmente, seus soldos serem diferenciados em relação à marujada, eram pessoas que teriam que suportar altas temperaturas, e, fora os perigos constantes e a falta de salubridade no ambiente de trabalho inóspito, teriam que ser, igualmente, “homens de ferro” em navios de ferro.

Problematizou-se que as atividades nos conveses não eram tão diferentes em relação às outras de bordo. Como as manobras de pano exigiam da marujada tamanho esforço somado à insalubridade, este foi fator primordial de doenças e mortes entre os Marinheiros a bordo, quando navios de madeira foram parcialmente sendo trocados por ferro junto com a inserção de navios a vapor, não só na estética naval, mas principalmente funcional. Apesar de serem homens rudes, eles eram submetidos e privados de conforto a bordo, o que era mais do que uma exigência no cumprimento das funções. Foram sendo pejorativamente igualados a “homens de pau” em navios de ferro. Muitos desses sujeitos, mediante as condições a bordo, se transformaram em homens de ferro em navios de pau e outros homens de pau em navios de ferro, o que será mais bem explicado no decorrer da escrita.

O mote do capítulo cinco remete às disputas políticas entre conservadores e liberais, no momento em que o Brasil estava passando por várias ebulições sociais. Nesse contexto, a Marinha passa a melhor investir em seu pessoal. Para dar continuidade a esse plano de ação, retorna, à pasta da Marinha, o conservador Joaquim José Rodrigues Torres, dando início a uma nova fase atinente ao ensino de base. Assim, o Rio de Janeiro, como laboratório social, é tido como cobaia para implantar uma nova ideia em sentido centralizador, alfabetizador e civilizador do Estado. As autoridades da Marinha convergiram suas decisões de expandir a já fixada Companhia de Aprendizes da Corte, com uma fundação discursiva, no momento em que se tinham passado 15 anos desde a fundação, em 1840. Após terem visto que essa Companhia tinha dado certo, resolveram criar duas Companhias, uma na província do norte, Pará, e outra no nordeste, Bahia, devido ao fato de suas localizações serem um celeiro fértil

para o recrutamento de crianças desvalidas e também estarem em locais de maior embate em batalhas imperiais, tais como a Sabinada, a Revolta dos Malês e a Cabanagem. Assim, esses órgãos passam a tomar forma com base em sua organização pela ótica de uma nova reformulação de normas.

O capítulo seis teve, entre alguns objetivos, o de investigar como era a rotina da alvorada ou amanhecer, ao acordar, e a forma como o poder controlador impunha suas próprias vontades, o que se fazia de forma autocrática nos corpos dos Aprendizes. Discutiu-se o conceito de poder dominador à luz da bibliografia especializada e, para isso, convergi minhas ideias na estética dos uniformes pelas narrativas visuais, para entender o quanto o poder disciplinador se dava com base na hierarquia social militar. A ordem unida e as ginásticas foram os recursos simbólicos como métodos consolidadores na arte de controlar e manter a forma física dentro dos espaços de formação e harmonizar as formaturas dando identidades específicas aos garotos das Companhias para modelar e ensinar. Também, analisei os elementos físicos que, com a dureza das instruções e dos horários, não impediam os Aprendizes de evadirem ou desertarem, sem autorização, para o mundo externo, a saber, os muros, o que me fez buscar entender o motivo de algumas Companhias terem sua fundação sem esse recurso de segurança. No decorrer desse capítulo, apropriei-me das fotografias para saber se os ambientes eram somente de tensão e rigor, porém, as fotos revelaram que, apesar dos jovens serem militares, também havia momentos de gaiatice, travessuras e entretenimentos em suas folgas, conforme demonstram seus corpos e gestos.

No sétimo e último capítulo, à luz do empirismo, mostraram-se os detalhes de como, a partir da Guerra do Paraguai, o Brasil entra em lutas políticas e ideológicas, e a Marinha como bastião do Império passa a traçar metas com o intuito de consolidar a nacionalização não só seus oficiais e praças nos quesitos relacionados ao ensino, investimento, fixação de instalação, valorização de seu pessoal, aumento no número das Companhias e, por último, redução de órgãos na formação, não só de seu pessoal quanto de material flutuante. Tudo isso ocorreu no momento em que a nação passava por algumas ebulições sociais acumulando, desde a Guerra do Paraguai, acarretamento em grandes gastos e dívidas. Foi também o momento em que a Marinha em definitivo investe de forma eficaz em novos e sofisticados meios navais.

Com a busca de melhorar a profissionalização dos seus Aspirantes, que seriam os futuros tomadores de decisões na Marinha, concluiu-se que a fixação em prédio único seria a

melhor forma pedagógica de ensinar e de valorizar um oficial. Para flexionar isso, foi necessário tirar os alunos das embarcações e colocá-los em nível de internato, sendo que, num primeiro momento, avalei que a falta de compatibilidade desses jovens com a vida militar causou evasões, mas, por outro lado, formou alguns bons oficiais prontos para comandar as “modernas” embarcações que estavam chegando da Europa.

Verificou-se que todos os esforços para conter as evasões não foram tão eficazes quanto pareciam, mesmo com as Companhias gozando de *status* e boa reputação. No entanto, muitas autoridades questionavam o excesso de órgãos de formação de base, indicando que o gasto excessivo e a positiva produção de Marinheiros não estavam surtindo o efeito desejado. Por isso, foi necessário criar mais um paliativo para recrutar: a lei do sorteio, que mais uma vez não teve sua aceitabilidade pelos populares de várias regiões das províncias, fazendo se transformar numa letra morta. Outra questão discutida nesse capítulo diz respeito à necessidade de desativar algumas Companhias, o que seria o motivo de debates que motivaram a supressão de algumas. Por fim, a consolidação, em definitivo das Companhias se deu em 1885, devido às experiências passadas e quando se desmilitarizou o nome institucional de Companhia para Escola de Aprendizes-Marinheiros.

1. A HISTORIOGRAFIA MILITAR RENOVADA: DISCUSSÕES, REFLEXÕES TEÓRICAS DO EXÉRCITO E UMA SÍNTESE PANORÂMICA DA POLÍTICA DE ENSINO MILITAR NAVAL EM ANDAMENTO

Neste momento, discutiremos diferentes clivagens e abordagens relativas à importância das instituições militares dentro de um panorama mais heterogêneo da historiografia pelo viés de renovação da história social vivida em diferentes anos, a partir de uma perspectiva histórica e cultural. Para isso, torna-se de fundamental importância a compreensão das Forças Armadas, enquanto instituições de poder, e dos sujeitos que, ao longo da história, fizeram parte ou interagiram com o meio militar. Assim sendo, tem-se percebido um crescente interesse historiográfico, antes dedicado às Instituições Militares, em relação ao homem de farda. A partir desse aporte percebido, discutirei as possibilidades e as contribuições da historiografia atinente ao Exército e principalmente à base social da Marinha.

No decorrer dos séculos e principalmente nas últimas décadas, não só exclusivamente na história no Brasil, mas também em todo mundo, tem-se visto que os atores sociais das casernas ditos militares passaram a ser personagens política e socialmente ativos com suas falas e comportamentos atinentes à historiografia. De certa forma, muitos profissionais das áreas das Ciências Humanas, principalmente da História, têm trazido novidades quanto aos assuntos atinentes aos militares, “pois [...] a ciência histórica é um fenômeno si mesmo histórico, submetidos as condições históricas” (BLOCH, 2001, p. 18). Com isso, tem-se pensado o papel destacado e desempenhado pelo seletivo grupo de historiadores, por outro lado, não significa afirmar automaticamente que tenham desenvolvido sempre as mesmas práticas intervencionistas na história das sociedades. A fusão por meio dos militares, da política e da sociedade deve ser entendida como consequência de um saber histórico específico, produzido ao longo do século XX, que teve por desfecho a implantação de regimes governamentais, entre esses os governos militares em diferentes Estados. Essa experiência tornou-se, nas últimas décadas, com o processo de restauração da democracia e do estado de direito, em países ou regiões que passaram por um período de autoritarismo ou ditadura, objeto claro de empirismo sistemático na esfera das Ciências Humanas.

É importante entender que, no passado, a história militar foi elaborada pela ótica da exaltação dos fatos gloriosos, usando-se a técnica da arte militar, também empregada para

clarear as redes de conspirações políticas. Nesse contexto, “a batalha deixa de ser vista isoladamente e passa a ser analisada como parte da história, uma vez que enfoca a dependência contínua do homem à força como um instrumento da política [...]” (PARET, 1993, p. 220). Dessa forma, a prioridade deixa de ser somente a guerra em si e passa a ser as relações entre as instituições militares e a sociedade, ou melhor, deixa de ser as Forças Armadas e entram em cena os protagonistas como elemento histórico e individual, o homem do Estado, o chefe militar. Conforme salientado por Soares e Vainfas (2011, p. 115),

[...] os historiadores antigos não escreveram apenas histórias de guerras, mas também de instituições, conspirações e imperadores e, tampouco os textos de história militar dos historiadores antigos se limitaram à descrição de batalhas, visto que muitos incursionaram no campo da política, investigaram as causas das guerras, examinaram os *casus belli* e produziram relatos etnográficos de grande valor em meio à descrição dos povos e exércitos em conflito. Talvez não seja exagero dizer que, para os historiadores antigos, desde Heródoto, a guerra era o principal fator explicativo das mudanças históricas, um autêntico “motor da história”.

Dessa forma, a “Nova História Militar” se desvencilhou de uma versão tradicional da história batalha, na qual os grandes nomes ganham papel de destaque, mas, principalmente, busca a multidisciplinaridade dos estudos históricos, se reconfigurando numa “História Total” com a utilização de novas fontes de pesquisa. Com isso, “[...] se propõe a voltar suas atenções para o estudo da instituição militar como corpo social, procurando determinar a sua composição, funcionamento e fatores de evolução, enfim, uma história social dos exércitos” (TEIXEIRA, 1995, p. 93). Pensando nisso, retroagimos a Heródoto¹¹, Tucídides¹² e Políbio¹³, considerados no passado como sendo os três primeiros e principais historiadores militar, mesmo não sendo militares, apresentaram a história como uma das ciências mais antigas da humanidade, pois narravam as técnicas de guerrear, ponto máximo da arte da guerra e também vistos como os precursores na ciência de contar a história. Esses três como historiadores tiveram como desafio “lutar contra o erro, contra o falso, procurando produzir a ‘verdade’” (REIS, 2010, p. 17). Esses personagens da Grécia antiga, oriundos do século V a.C. até IV

¹¹ Heródoto de Halicarnasso (485-420 a.C.) transcende a narrativa poética de Homero e inaugura uma nova forma de descrição e de explicação dos fatos, dando ênfase à “pesquisa”, à “investigação” sobre as causas das Guerras Médicas, os conflitos entre os antigos gregos e os medos-persas nos séculos IV e V a.C, pela disputa sobre a Jônia na Ásia Menor (XAVIER, 2015, p. 23).

¹² Tucídides (460-404 a.C) com a *História da Guerra do Peloponeso*, que relata os eventos relacionados aos conflitos entre Atenas e Esparta, de 431 a 404 a.C.(XAVIER, 2015, p. 23).

¹³ O historiador grego Políbio (203-120 a.C.) relatou a história das Guerras Púnicas, entre Roma e Cartago (264-146 a.C.) (PEDROSA, 2011, p. 1).

d.C., “foram testemunhas oculares de vários eventos e nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com as suas simpatias por um lado ou pelo outro, ou de acordo com a sua memória” (TUCÍDIDES, 1986, p. 28). Para esses historiadores gregos, envolvidos com movimentos beligerantes, a história foi testificada nos tempos, a mestra da vida, a luz da verdade, da memória, a mensageira da Antiguidade e a protetora do futuro, por isso o passado foi história, o futuro sempre será um mistério a desvendar, e hoje um presente real, por isso, é chamado de dádiva. Sendo a história cíclica, há previsibilidade no futuro, contido genuinamente no passado.

Pelo mundo afora, a história que se contava no decorrer dos tempos, desde o início das guerras, nos remete à história contada a respeito dos comandantes das embarcações e das tropas; a história apologética vinda de dominadores, aos que detêm o poder. Com isso, a História Militar é, por outro lado, o estudo de instituições, regimentos, estados-maiores e escolas de estado-maior, dos exércitos e das marinhas em geral, das doutrinas estratégicas adotadas na batalha (KEEGAN, 2000, p. 28-30). Também, concordando com Rodrigues (2007, p. 31), destaca-se que a “História Militar é a parte da História da humanidade que nos permite reconstruir a História da Doutrina Militar”.

De acordo com Ramos (2004, p. 19), “no formato tradicional de escrita da história, o essencial era demonstrar, no discurso expositivo, objetos que remetessem à glorificação de heróis e indivíduos de destaque (ou considerados como tais)”. No Brasil, não foi diferente a história em seus primórdios, pois, desde os embates entre portugueses e indígenas, dos quilombos, passando pelos movimentos insurgentes, separatistas, liberais, lusofóbicos e republicanos, do século XIX, constata-se nos arquivos que não houve relatos, segundo Ribeiro (2002, p. 157), de “documentos de autoria dos soldados ou mesmo de praças graduados, mas sim de ofícios trocados entre quadros superiores e intermediários das tropas, ou seja, a história vista do alto patamar”.

Essa questão nos faz pensar na estigmatização dada à classe subalterna por suas origens e por sua incapacidade de relatar, devido a pouca formação escolar, pois, no contexto geral dos militares da base, raramente, encontrava-se quem sabia ler¹⁴. Se pensarmos na estrutura militar com ênfase numa pirâmide para fins demonstrativos, perceberemos que o maior contingente de militares estava distribuído, obviamente, na base, o que significa dizer

¹⁴ Cabe aqui ressalvas, pois no que se refere também aos recrutas do Exército, a mesma comparação pode ser dada aos militares da Armada Imperial quanto ao grau de escolaridade devido ao contexto social da época.

que Soldados “Artilheiros Navais”¹⁵ e Marinheiros constituíram significativamente o grosso do efetivo da instituição Marinha de Guerra do Brasil. Isso pode, hipoteticamente, subjetivar que a instância superior detinha o poder e a delegação de trocar e escrever cartas, ofícios, memorandos e relatórios, somados a debates nas câmaras do Senado e dos Deputados, gerando assim esses documentos que foram posteriormente objetos de estudo e/ou análise de boa parte não só de profissionais da história, mas também de algumas outras áreas acadêmicas das Ciências Humanas.

Ressalta-se que, no decorrer dos tempos, o uso daquelas documentações encontradas em arquivos passou a ser objeto de estudos de vários autores que apontaram, através desses documentos, que a criação das instituições militares, tais como centro de formações de soldados, Companhia de Aprendizes-Marinheiros, escolas de formação de oficiais do Exército e da Marinha, geram *boom* extraordinário nas pesquisas, na questão da formação militar. Essas foram marcadas por diferentes ideais ao longo de diferentes momentos históricos, destacando a cultura política que envolvia diferentes agentes institucionais, políticos e sociais no decorrer do processo de criação dessas instituições de instrução militar, inaugurando a preocupação das Forças Armadas, nos regimes vigentes na época, na formação militar de seus membros.

Na época da Guerra Fria, principalmente na segunda metade da década de 1940 até 1989, as duas maiores potências mundiais (EUA e URSS) tiveram como pano de fundo o questionamento do Estado-Nação, enquanto que a unidade de análise central na História tentou implantar, em outros países, seus sistemas político, econômico e ideológico do anticomunismo. No decurso de tal questionamento, vários recursos teórico-metodológicos

¹⁵ Esses Artilheiros Navais eram um corpo de guardas vinculadas à Marinha, anos mais tarde a proposta enviada a Assembleia Legislativa culminou com base no decreto 451, de 31 de julho de 1847, fixando as forças de mar para o ano financeiro de 1848-1849 que resultou com o Decreto 535, de 11 de setembro daquele ano, em que se extinguisse a denominação artilheiros navais e passasse a usar o nome corpo de Fuzileiros Navais, sendo que foram transferidos os oficiais para o Exército, ficando apenas as praças de *prét* no supracitado corpo. Esses corpos ficariam sediados na ilha de Villegaignon [...] onde alguns já estavam destacados em pequenos números a bordo dos navios. (Relatório do Ministro da Marinha, 1847, p. 5) ver também (CAMINHA, 1986, p. 293). É importante informar ao leitor que a palavra naval vem do latim *navio*, relativo a navio. Nesta acepção, atualmente, também é usado nas locuções: construção naval e engenheiros navais. Para saber mais alguns assuntos relativos à Marinha de Guerra, seu poder naval, estabelecimentos navais e Fuzileiros navais. Ver Dicionário Marítimo brasileiro (CAMINHA, 1996, p. 301). Também, é pertinente destacar que o Corpo de Artilharia era uma força de guarda que, junto ao Corpo de Marinheiros, formava o corpo de praças da Armada Imperial. Sua trajetória histórica remonta à origem do que é hoje o Corpo de Fuzileiros Navais. Já o decreto 1067A, de 24 de novembro de 1852, rebatiza de batalhão naval o Corpo de Fuzileiros navais e dá-lhe novo regulamento (CAMINHA, 2002, p. 20).

sugiram no esforço de elucidar o mundo contemporâneo cada vez mais multipolarizado. De anos anteriores até os dias de hoje, segundo Morais (2013, p. 101), o fazer historiográfico vem quebrando esse paradigma, pois, segundo o autor, “estamos bem próximos da mudança, o esgotamento dos espectros do anticomunismo com o fim da Guerra Fria tem possibilitado a aproximação entre civis e militares para discutir defesa nacional e a história militar”. Ainda assim, completando o pensamento do autor, se torna relevante discorrer que, com fim da Guerra Fria, do ponto de vista militar e político, acarretando na dissolução da União Soviética, abriu-se o caminho para que o mundo viesse a ser profundamente bombardeado pelo capitalismo financeiro. Além disso, a derrocada do socialismo de natureza soviética agregou para a caducidade do marxismo como filosofia social das possibilidades. Esse evento acarretou no surgimento de várias alternativas para os intelectuais, apontado por pensamentos mais abrangentes, tais como o feminismo, o estudo do ecológico, do nacionalismo, ou por questões étnicas que vieram a colocar gradualmente o marxismo na berlinda.

Não se pode afirmar que a história produzida sobre a questão militar foi somente escrita pelo topo superior da pirâmide social, pois também teve prioridade a questão dos graduados subalternos daquelas instituições, destacando-se que o próprio Peter Burke afirmava que:

A *‘history from below’* é uma corrente historiográfica preocupada com as experiências dos sujeitos históricos que foram negligenciadas pelas metanarrativas históricas tradicionais. As formas de vida, de trabalho, culturais e de resistência dos mais pobres são seu principal objeto de estudo (BURKE, 1992, p. 39-62).

Compartilha-se da concepção de que a história não é feita somente pelas classes dirigentes, mas por sujeitos históricos que estão espalhados em todas as esferas sociais, sejam estudantes, trabalhadores, camponeses, Soldados, Artilheiros Navais, Marinheiros entre outros. É a concepção da “história vista a partir de baixo ou a história da gente comum” (HOBSBAWM, 1988, p. 216).

Trazendo-se mais uma vez para o Brasil do século XX, a derrocada dos paradigmas estruturalistas e marxistas nos anos 1970, posteriormente, fez crescer novas modalidades do diálogo interdisciplinar no método de produzir histórias, tais como a história econômica, a história social e a história das mentalidades. A parceria entre esses três campos da historiografia poderia gerar bons frutos e renovar o campo da História Militar que tem ficado

à margem dos trabalhos históricos nas últimas décadas, pois “essas romperam suas relações com a histórica política e conseqüentemente, a história militar foi conduzida para o mesmo barco” (XAVIER, 2015, p. 25). Os cruzamentos dessas vertentes fizeram surgir vários teóricos/historiadores que se coadunaram num mesmo enfoque em produzir histórias. Podemos, é claro, apontar aqui nosso vértice para o olhar de novos historiadores sociais navais, o que ainda será discutido, os quais romperam, com base na escola dos *Annales*, com o discurso linear ou cronológico, homogêneo, político e individual, passando a estudar e pesquisar o sujeito da classe subalterna como personagem ativo da história, problematizando e buscando a história total referente de uma história progressiva, sobremaneira política ou militar elencada em grandes protagonistas de batalhas com base em fontes.

Na década de 1980, a visão tradicional passou por alterações realizadas por historiadores e cientistas políticos, somados a brasilianistas, como John Schulz, Peter M. Beattie, Hendrik Kraay e Thomas Holloway, que consecutivamente trabalharam a análise sobre o início da interferência militar na política – estudo regrado sobre o recrutamento e a performance do arcabouço militar, desde o início do transcurso de colonização portuguesa até meados do século XX, o funcionamento das instituições militares, o estudo da formação da instituição e as formas de resistência popular na cidade do Rio de Janeiro.

Por sua vez, na década de 1990, nas ebulições transitórias trazidas pela volta da democracia, no Brasil, houve um importante movimento de ampliação das perspectivas e abordagens na História Militar, renovando-a coincidentemente com os acalorados embates ideológicos após o término da guerra fria e dos governos militares. Assim, concorda-se com a ideia de Teixeira (1995, p. 93), que “[...] se propõe a voltar suas atenções para o estudo da instituição militar como corpo social, procurando determinar a sua composição, funcionamento e fatores de evolução, enfim, uma história social dos exércitos”. Nessa tônica, surgiram novos historiadores sobre assuntos militares, como Ricardo Salles, abrindo as portas para uma geração que começava, naquele momento, a escrever de forma diferente e entusiasmada sobre a histórica batalha em suas produções, tais como em *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*, publicado em 1990, no qual Salles, instigado pela Inglaterra, questiona os reais motivos que fizeram eclodir a Guerra do Paraguai como uma interferência imperialista brasileira contra uma possível forma de economia independente e um “socialismo pleno” no então novo no Paraguai (SALLES, 1990). Essa

alavancada de historiadores fez abrir a porta para uma geração promissora que nos trouxe novas ideias, tais como Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, com *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, o qual tem sido considerado um trabalho “modelo” em que o autor fez uma análise cabal sobre a guerra do Paraguai (DORATIOTO, 2002); Vitor Izecksohn, com *O Cerne da Discórdia*, sobre as demandas profissionalizantes no Exército Brasileiro surgidas com a Guerra do Paraguai (IZECKSOHN, 2002); Celso Castro acompanhado de Hendrik Kraay, que organizou o livro *Nova História Militar Brasileira* (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004); e Adriana Barreto (2008), com o livro que foi considerado o marco da historiografia especializada na temática, *Duque de Caxias: O Homem por trás do Monumento*, cuja intenção, de imediato, é não ser considerada uma literatura genuinamente de História Militar, assim, a autora fez uma abundante pesquisa da formação do Corpo de Oficiais do Exército Português na colônia e do Exército Brasileiro, na primeira metade do século XIX, bem como traçou o perfil social e familiar que fez de Luiz Alves de Lima e Silva um dos principais sustentáculos do Império e da unidade nacional (SOUZA, 2008).

É oportuno salientar que esses profissionais produziram seus trabalhos sobre o impulso do campo da Micro-História, reduzindo, em alguns momentos, as escalas do pesquisador. Essa análise microanalítica não será discutida amplamente aqui por não ser o foco prioritário do trabalho. Isso tudo levou à constatação, segundo Adriana Barreto (1999, p. 27), de que “o Exército por tempos foi a força armada que teve maior produção historiográfica, principalmente, logo após a guerra do Paraguai”. Entretanto, a partir deles, “inaugurou-se uma nova fase da história militar”, sobretudo a partir de 1964, após os efeitos referentes aos resultados dos fatos políticos nos anos posteriores, e a instituição passou a ser alvo de averiguação histórica; a autora resume que o Exército foi explicitado em superior escala. Em sua conclusão, Souza (1999, p. 17) discorre que “o Exército foi retratado, em maior escala, com um fundo memorialista; são poucos os trabalhos de fôlego dispensados à corporação”, entretanto, o trabalho do historiador José Iran Ribeiro (2013) faz essa conclusão cair por terra.

A pesquisa empreendida por José Iran Ribeiro (2013) contrapõe as ideias de Adriana Barreto sobre a questão dos poucos trabalhos volumosos referentes ao Exército e “ao desnível regional, lacunas cronológicas e teóricas” (SOUZA, 1999, p. 18). O trabalho de Ribeiro

demonstrou bastante fôlego ao refazer, pormenorizando, o processo de reconstrução do Exército imperial, a partir das ideias do partido dos políticos regressistas da época, enfocando exclusivamente a província de São Pedro do Rio Grande /RS no calor da prolongada Guerra dos Farrapos (1835-1845). Nesse trabalho, foi necessária a convergência para a ótica da historiografia militar em que foram salientados, segundo Ribeiro (2013, p. 15), “os aspectos coercitivos da mobilização militar nas províncias pelo prisma da relação mais direta entre Estado imperial e os setores da população que estavam sujeitos à execução violenta do recrutamento”.

O estudo da violência em corpo passivo dos elementos da sociedade para compor o efetivo na base da Marinha no que tange ao recrutamento, com seus pormenores e seus efeitos, faz com que a “Nova História Militar” não se diferencie da História como ciência humana, não só na História Política, História Cultural e História Biográfica, mas se diferencie dos paradigmas da “Antiga História Militar”, que aborda a história vista polo alto, porém, ambas se somam.

Esse trabalho se posiciona para agregar outros, em torno de um grupo de diversas áreas das Ciências Humanas, que, no decorrer de décadas, se prestam a escrever assuntos numa convergência militar, traduzindo, problematizando e analisando fontes atinentes não só a uma instituição militar, mas também a sujeitos discriminados por sua origem, etnia e cultura escolar, não deixando de lado o estudo daqueles que comandavam sua força, a saber, os oficiais, pluralizando as análises discursivas, diferente da “Antiga História Militar”.

Na antiga historiografia, na questão crítico-epistemológico, o que se vê é uma escrita linear, com pouco acréscimo de fontes, trazendo uma tradução mais institucional e exclusiva da própria força a que diz respeito, sendo que a factualidade sem problemática e as adjetivações são quase uma regra na escrita e isso acontece quando se fala da Marinha e do Exército. Na questão comparativa entre as duas Forças Armadas existentes naquele momento, o Exército apresentou-se como numericamente bem superior em todos os momentos beligerantes, em relação à Marinha, não só de material como de pessoal. Isso explica a maior produção historiográfica, mas também por ser uma força genuinamente autóctone e também porque as forças de terra tiveram maiores embates e mais baixas humanas em relação à Marinha, e isso, de certa forma, cria mais problemáticas e variados eventos para futuras abordagens. Para completar essa discussão e continuando, ainda, na questão do Exército

Imperial, é notório que, pelo fato dos eventos terem ocorridos no passado, aquela força demonstrou uma razoável presença na província do Sul e estava constantemente requerendo das autoridades aumento dos quartéis para manutenção de seu efetivo naquela região devido, também, à questão climática.

É justo informar, que o papel que tem a escrita militar no país que está em fase de afirmação, ainda é um processo em andamento. Há ainda a intenção de correlacioná-la à profissionalização e à institucionalização da historiografia brasileira. E nesse bojo está a historiografia militar naval com seus debates e reflexões para agregar ao universo acadêmico.

1.1 A HISTORIOGRAFIA NAVAL BRASILEIRA POR UM DEBATE TEÓRICO

Voltando nosso foco para a questão da Marinha, ao rememorar o século XIX, vislumbra-se a contingência de variados historiadores navais nacionais, tais quais Theotônio Meirelles da Silva (1820-1887), Sabino Eloi Pessoa(1821-1897), Manuel Pereira Pinto Bravo (1849-1885), Garcez Palha (1849-1895), e Dídio Costa (1899). Esses podem ser considerados a primeira geração de historiadores navais, sendo o último aquele que escreveu a “primeira História Naval do nosso país” (BRASIL, 1938, p. 13). É pertinente frisar que a característica marcante desses historiadores “foi a predominância de oficiais de Marinha como disseminadores da História Naval do Brasil e a toda ausência de estudos navais por pesquisadores provenientes do meio civil” (ALMEIDA, 2012, p. 34).

No final do século XIX, alguns civis e militares, com presença de forma dicotômica, passaram a trabalhar de modo mais sistemático e conjunto na produção de assuntos referentes à Armada Imperial e à sociedade como um todo, o que não era explorado até aquele momento, “proporcionando assim condições para contabilizar a presença do debate epistemológico atual na historiografia militar brasileira” (MORAIS, 2013, p. 101). No século XX, surgiram outros historiadores dessa área, como Henrique e Lucas Boiteux, ambos irmãos, João do Prado Maia, Arthur Oscar Saldanha da Gama, Hélio Leôncio Martins, Max Justo Guedes e Antonio Luiz Porto e Albuquerque e Amando Senna Bitencourt, esses são os principais, que podem ser chamados de historiadores de 2ª geração. Grande parte desses profissionais são historiadores institucionais que produziram histórias vinculadas à própria força armada da qual faziam parte. Seus esforços, de certa forma, corroboram com as Ciências Humanas sobre a Marinha, sem, contudo, diminuir o mérito da produção historiográfica sobre a história militar, pois:

historiadores militares, em geral, oficiais com experiência de campo, valem-se de sua *technical expertise* e do controle dos arquivos para construir, por assim dizer, uma segunda versão da velha história militar, uma história mais técnica, centrada em temas de logística, estratégia, armamentos e nas análises das grandes operações na história das guerras (MANCUSO, 2008, p. 3-4).

Essa concisa explanação e a derivada intenção de inserir os militares em um campo de investigação específico denotam nosso interesse e vinculação à compreensão de um trabalho com olhar voltado à “Velha História Militar”. Contudo, se torna pertinente afirmar que a maioria desses historiadores era ou já foi militar fortemente ligado à instituição Marinha do Brasil, os quais tiveram suas carreiras vividas e sentidas intensamente, observando e convivendo com fatos e transições atinentes ao cotidiano da “história marítima”¹⁶ (HATTENDORF, 2003, p. 15). Por isso, dentro do campo da História, esses historiadores institucionais faziam a ligação direta entre a história naval com a história política e história batalha devido a suas experiências diárias, ao estudar especificamente as guerras, e a caserna como instituição de poder. De certa forma, ter sido integrante da instituição por longo período ajudou aqueles historiadores a traçar um perfil mais detalhado e romper, em alguns momentos, com a escrita tradicional. Com base em alguns desses historiadores, passa-se a pensar metaforicamente a história verticalizada feita por aqueles braços e pernas que eram as engrenagens desgastadas em que se encaixavam umas nas outras fazendo a máquina girar a hélice da belonave, a saber, os Marinheiros vindo de seus órgãos de formação, ou seja, as Companhias Fixas de Aprendizes-Marinheiros que, posteriormente, passaram a ser denominadas Escolas de Aprendizes-Marinheiros.

Acompanhando o rastro da 2º Geração, surge um grupo específico, sejam eles militares ou civis, como Edmar Morel, Armando Vidigal, Mário Maestri, Alvaro Nascimento e Arias Neto, considerados, no meu entendimento, como a 3ª geração, que rompe a velha história, com paixões e ideologias próprias, sobre o surgimento das instituições de ensino, em 1836, as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, e trabalham a Marinha, seja de forma ampla ou delimitada, mas debruçados no topo ou principalmente na base social. Esses personagens da historiografia naval nos fazem entender a importância do uso de fontes, como cartas e correspondências, ofícios, relatórios de ministros e presidentes de províncias, livros

¹⁶ O professor Jonh Hattendorf é atual titular de História Marítima, da Escola de Guerra Naval dos Estados Unidos da América, na qual leciona na cadeira “Ernesto King”.

de socorros, somados a publicações em periódicos, o que alavancou a pesquisa na construção do entendimento sobre a formação da Marinha de Guerra do Brasil, do século XIX.

Em seu “*best-seller*”, o Jornalista Edmar Morel, intitulado *A revolta da chibata*, lançado originalmente em 1959, classificado como um clássico desde a primeira publicação, o Jornalista Edmar Morel julgou a maneira como o acontecimento de 1910, ou seja, aquela revolta na Marinha, ficou assinalado na história. Sua fala enalteceu a conduta dos marujos rebelados, revelou sua luta por dignidade e delatou os castigos físicos infligidos pelas Forças Armadas à época. Assim, a obra relembrou fatos que instituições governamentais gostariam de ter podido esconder e fortaleceu uma discussão em torno da quebra do silêncio ou, podemos dizer, do tabu da historiografia naval frente às abordagens históricas daquele(s) que, de certa forma, saíram da obscuridade e enfrentaram o sistema despótico sempre usado desde a época pela marinha imperial brasileira. Como disse o próprio autor, “os processos de recrutamento, em 1910, ainda eram os mesmos da época de Cochrane” (MOREL, 1963, p. 32).

Inspirado em Morel, *1910: a revolta dos marinheiros*, de Mário Maestri (1982), foi a produção, ou ensaio, que deu continuidade historiográfica de análise da forma ampla sobre a classe subalterna estigmatizada por suas origens, cor, formação cultural, ou então, pela trajetória negra daqueles marginalizados pelas autoridades da época, quando os atos eram punidos pelos castigos físicos enfatizando a metamorfose dos marujos. Na contrabalança da obra de Maestri está a obra *A revolta dos marinheiros* (1988), do contra-almirante reformado Hélio Alonso Martins, faz uso da história política tradicional, baseado na história factual com a história naval, que tenta desmistificar João Candido por sua coragem de liderança na desenvoltura daquela sublevação ou, assim sendo, de forma mais contundente, não sendo laudatório referente a esse personagem da história “narrada por baixo”. Assim, em vários momentos, Hélio Alonso utiliza-se das fontes escritas oficiais para descrever a Revolta, partindo do princípio de que o homem é fruto de seu tempo e está sempre em meio a interesses, logo, sua forma de fazer história vai ser sempre influenciada pelo meio em que vive. É possível verificar isso claramente, já que na historiografia raramente se usa a imparcialidade sobre aquele levante de fato e, tomando como base esse último autor citado, destaca-se que ele acabou se posicionando de forma a fazer a Revolta entrar em descrédito.

Apesar da existência de vários trabalhos acadêmicos e livros a respeito daquela revolta dos marinheiros, muitas lacunas foram preenchidas com a realização de discussões historiográficas mais profundas sobre o assunto, com o objetivo de contrapor os vários aspectos do tema. Isso ocorre porque este assunto foi escrito de várias formas e maneiras diferentes, sobre vários prismas a respeito dos mais variados assuntos sobre a revolta, como, por exemplo, a liderança de João Candido. Essas obras, citadas anteriormente, demonstraram que aqueles militares, vinculados ao mundo das águas, não eram somente homens que conformavam um mundo marcado por forte estigma que os atribuía à fama de transgressores, desordeiros, indisciplinados, insubordinados, ébrios e brigões, mas eram homens que tinham objetivos de acabar com os castigos corporais aplicados e com a defesa da dignidade e da justiça social.

A probabilidade de averiguação daquelas obras, que abarcavam a história popular dos mais variados temas promovidos pelo movimento da dita “Nova História Militar”, tem feito com que cada nova extensão ou campo específico da história leve em consideração fatos e contextos antes despercebidos ou de pouca influência para o processo historiográfico. Esse viés passou a inspirar outros a assumirem suas pesquisas voltadas para a base da sociedade militar naval, a saber, os Marinheiros. Apesar de raros e relativamente recentes, estamos nos referindo à segunda metade da década de 90 do século passado, quando estudos sobre os marinheiros negros fizeram surgir Alvaro Pereira do Nascimento (1997), com seu trabalho de mestrado *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. Nesse escopo, o autor entra no rol de historiadores acadêmicos, que se dedicou, ou ainda se dedica, aos temas das vertentes navais, debruçando-se sobre a Revolta dos Marinheiros de 1910, usando a redução de escalas “trançou a trajetória da revolta na perspectiva da história social, destacando o recrutamento, os castigos corporais e o enfrentamento entre praças e oficiais da Marinha” (SANTOS, 2016, p. 52). Neste trabalho em particular, destacam-se algumas das principais renovações, continuidades e rupturas nas áreas da Nova História Militar como campo que atualmente tem desenvolvido pesquisas a partir do uso destas novas abordagens e, por consequência, tem evidenciado que a influência do contexto dos fatos em análise é essencial para a sua cabal compreensão.

Na esteira desses produtores de conhecimentos navais, sejam do meio civil ou militar, conforme já apresentados, a partir do Sudeste indo ao Norte e atingindo o Sul, há uma

variedade de pesquisadores que se debruçam com coragem e intrepidez e passam a explorar com mais fôlego o assunto Marinha do Brasil, não só por motivo de conveniência, mas também pela disponibilidade de fontes ou fundos depositados nos arquivos, principalmente DPHDM, AN, BN e IHGB, nos cartórios, nos requerimentos ao poder público, nos jornais, nos autos policiais, nos registros eclesiásticos, nas escrituras públicas, e também auxiliados por site especializado do governo¹⁷ e outro disponibilizado em Universidade estrangeira¹⁸.

Assim, com diversas alternativas, passam a investigar o processo histórico e cultural que regeu as lutas das praças da Marinha. No encaço daquela geração que estava produzindo artigos, teses e dissertações, surge a figura de Arias Neto (2001), com sua tese de doutorado em que aborda a Marinha, numa delimitação temporal sensível aos embates dos militares da base que buscavam cidadania e reconhecimento como cidadãos de direito, mediante o regime de punição corporal ordenada por sentença impetrada pela instituição. Aqueles movimentos foram vistos como irrevogáveis e nefastos, um protesto decisivo contra uma situação transmitida como herança pelo Império à República. Por outro lado, ele relativizou a relação da oficialidade naval na questão militar e possibilitou uma desconjuntura das redes de hierarquia e disciplina na Marinha, criando circunstâncias para o agravamento do movimento de 1910.

Na trilha da pesquisa, incorporado com as ideias de Arias Neto, José Carlos Barreiro (2005) usa as fontes em forma de relatórios ministeriais para analisar a formação da disciplina de trabalho na Marinha do Brasil. Assim, o engajamento e o recrutamento, cujos objetivos, *a priori*, eram equipar com pessoal da Marinha de Guerra, transformaram-se numa verdadeira ideologia da vadiagem. A partir dessas perspectivas, deslancham vários acadêmicos, seja na área de memória e patrimônio, na área cultural ou em outras áreas afins, vinculando as escritas na história, procurando estudar e conhecer definitivamente a base social da instituição

¹⁷ Fonte: www2.camara.leg.br e www.senado.leg.br, acessados em vários momentos neste trabalho.

¹⁸ É imperativo ressaltar que todos esses relatórios ministeriais, a partir de agora, inseridos nesta tese de doutorado, principalmente, do Ministro da Marinha, foram retirados do sistema de dados da Universidade de Chicago/EUA, pois foi um projeto denominado “Brazilian Government Document Digitization Project”/Projeto Latino-Americano de Materiais (LAMP), do Centro de Bibliotecas de Pesquisa (CRL), que, após receber esses documentos do Brasil, os digitalizou em série, do poder executivo emitidos pelo governo brasileiro, entre 1821 a 1993. Os Relatórios Ministeriais da Marinha do Brasil, existentes na Biblioteca Nacional, foram completados com os do acervo da DPHDM, que em contrapartida recebeu cópias dos filmes digitalizados. Torna-se relevante informar que as informações adicionais sobre esse projeto estão disponíveis nas páginas da Web da LAMP. Esses relatórios estão disponíveis no site: ddsnext.crl.edu/titles/142.

Marinha do Brasil, a saber, a Marujada, antes, durante e após suas inserções no interior daquela força marítima, principalmente no decurso do século XIX.

O motivo que inspirou isso foram as ideias, em 1836, do Ministro Salvador José Maciel, que criaram as Companhias Fixas de Marinheiros¹⁹, com base no pensamento de seu antecessor, o Ministro Joaquim José Rodrigues Torres, que, em 1833, já vinha pensando em profissionalizar a Marinha com jovens que nada produziam e, por isso, seis anos depois, nasce aquele órgão militar de formação de Marinheiros. Tal forma de recrutar e controlar caía em cima de jovens desvalidos e envolvidos com a delinquência e a ociosidade, mas também estabelecia certo paternalismo para com aquela juventude, pois, de acordo com Venâncio (2000, p. 199), “é a partir da criação das Companhias de Marinheiro que se fundam, ineditamente no Brasil, instituições inteiramente públicas voltadas para os menores que não podiam estar sob os cuidados de seus responsáveis ou de hospitais”.

Essas instituições de acolhimento aparecem em várias vezes nos relatórios ministeriais que ficaram registrados todos os temas discutidos e as informações apresentadas pelos ministros e presidentes de provinciais. Com isso, muitos pesquisadores se apropriaram dessas discussões políticas e decisões para elaborar os seus trabalhos acadêmicos.

As propostas ministeriais inspiraram pesquisadores a produzir trabalhos acadêmicos voltados para os estudos daquelas organizações militares e, assim, esses passam a estudar a história da Marinha de maneira que não podem prescindir a um prólogo, mas avançar nos estudos daqueles que, também em tempo de paz, mantinham a máquina de guerra (navios) a funcionar: a marujada. A partir desse momento, com o objetivo de solidificar a história militar naval brasileira como área de pesquisa, interdisciplinar e plural e visando a juntar os diferentes entendimentos de pesquisa acadêmica, muitas já finalizadas e outras ainda em curso, surgem variados pesquisadores que têm, em seus trabalhos, como objeto de análise a trajetória histórica das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, de 1836 até 1910, e dos grupos sociais vinculados a essas Companhias, os Aprendizes-Marinheiros ligados à Marinha do Brasil. As pesquisas se avolumaram em sua gênese nas diferentes experiências vividas e sentidas. O período compreendido da limitação temporal já dá subsídio necessário à historiografia e a outras áreas produzirem quantitativamente, no estado do conhecimento, assuntos atinentes a esse centro de formação, conforme o quadro 1.

¹⁹ BRASIL. Decreto de 22 de outubro de 1836 cria 4 Companhias Fixas de Marinheiros. Fonte: CLI – 1836.

Quadro 1- Autores que discutiram o assunto das Companhias/Escolas de Aprendizes-Marinheiro

Ano	Autor	Tema	Evento	Publicação, Editora/Revista	Área
1909	Domingos Fonseca	Ideias e opiniões: escolas de aprendizes-marinheiros	Revista	Liga Marítima Brasileira	História
1910	Arthur Dias	Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da Marinha de Guerra do Brasil no quadriênio de 1906 a 1910	Livro	Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira	História
1938	Lucas Boiteux	Subsídio para história marítima do Brasil	Livro	SDGM	História
1986	Trajano Carvalho	Nossa Marinha – Seus feitos e glórias (1822-1940)	Livro	Fundação Emílio Odebrecht e SDGM	História
1999	Alvaro Nascimento	Marinheiros em Revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)	Dissertação de Mestrado	Unicamp	História
1999	Renato Venâncio; Mary Del Priori	Os aprendizes de Guerra	Livro	Contexto	História
2000	Irmã Rizzini	Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República	Livro	USU Ed	Serviço Social/História
2000	Dolores Aquino	Escola de aprendizes marinheiros do Ceará: Resgate Histórico	Livro	Fortaleza: Tipoprogresso	História
2001	Arias Neto	Em Busca da Cidadania: praças da armada nacional (1867-1910)	Tese de Doutorado	FFLCH/USP	História
2002	Eulálio Leandro	A Marinha e as camadas populares no Maranhão (1822-1872)	Livro	Ética	História
2002	Velôr Silva	A Escola de Aprendizes Marinheiros e as crianças desvalidas: Desterro (SC) 1857-1889	Dissertação de Mestrado	UFSC	Educação
2003	Vera Moura	Pequenos aprendizes: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX.	Dissertação de Mestrado	UFPE	História
2004	Vera Marques; Sílvia Pandini	Feios, sujos e malvados Os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista	Artigo	RBHE	Educação
2005	Rozenilda Castro	Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874-1915): história de uma instituição educativa	Dissertação de Mestrado	UFPI	Educação
Idem	Idem	Idem	Livro	UFPI	Educação

Quadro 1- Autores que discutiram o assunto das Companhias/Escolas de Aprendizes-Marinheiro

(continuação)

2007	Gisele Machado	“Escreveu não leu o pau comeu”: A escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930)	Dissertação de Mestrado	UFSC	Educação
2008	Vera Pandini	“Crianças Trabalhadoras: Os Aprendizes Marinheiros no Paraná Oitocentista”	Artigo	Revista Asclepio	História
2009	Raul Neto	“Pela Pátria”: ideologia e doutrinação em uma escola de marinha de guerra do Brasil (1910-1945)	Artigo	Revista Percurso	História
2009	Idem	Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)	Dissertação de Mestrado	UEBA	História
2010	Sílvia Almeida	Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910	Artigo	Revista Antíteses	História
2011	Edna Antunes	Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)	Dissertação de Mestrado	UERJ	História
2011	Silvana Jeha	A Galera heterogênea Naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c.1822-c.1854	Tese de Doutorado	PUC-RJ	História
2011	Edilson Brito	A serviço da pátria: o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)	Dissertação de Mestrado	UFSC	História
2012	Mônica Lins	Viveiros de “homens ao mar”: Escolas de Aprendizes-Marinheiro e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)	Tese de Doutorado	UERJ	Políticas Públicas
2013	Solayane Lima	“Recrutá-los jovens”: A formação de Aprendizes Marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905)	Tese de Doutorado	UFMG	Educação
2013	Vinicius Pereira de Oliveira	Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)	Tese de Doutorado	UFRGS	História
2013	Hardalla Valle	A Escola de Aprendizes Marinheiros e o aquartelamento dos meninos desvalidos na cidade do Rio Grande/RS (1861 a 1889)	Artigo	Asphe	Educação
2013	Rozenilda Castro	A Escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba	Livro	EDUFPI	Educação/história

Quadro 1- Autores que discutiram o assunto das Companhias/Escolas de Aprendizes-Marinheiro
(conclusão)

2014	Felipe Guimarães	Formação militar e “amparo aos desvalidos” na companhia Companhia de aprendizes militares de Minas Gerais (1876-1891)	Dissertação de Mestrado	UFMG	Educação
2014	Giana Reis	A construção de identidade no discurso militar-naval das Escolas de Aprendizes-Marinheiros	Dissertação de Mestrado	UNISUL	Ciências de linguagem
2014	Jorge Dias	Por uma Marinha forte, homogênea e exercitada: da Nau Vasco da Gama as primeiras Companhias de Aprendizes Marinheiros no Brasil Imperial	Artigo	ANPUH-Rio	História
2016	Idem	A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial.	Dissertação de Mestrado	UFRJ	História
2017	Cosme Serralheiro	A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)	Dissertação de Mestrado	UFPEl	História
2017	Rozenilda Castro	A prática educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915)	Tese de Doutorado	UFPI	Educação
2017	Thiago de Aguiar	Companhia de Aprendizes Marinheiros: um sobrevoo sobre coalizões de poder em torno da instituição do século XIX	Dissertação de Mestrado	UFRGS	História
2018	Sandra Alves	“Indisciplinado ofendeu com palavras obscenas: disciplinado e castigo na escola de aprendizes marinho do Rio Grande do Norte (1930-1942)	Trabalho de Conclusão de Curso	UFRN	Pedagogia
2019	Azemar Soares; Claudia Cury	“Para formar o viveiro de bons Marinheiros”:As Companhias de Aprendizes Marinheiros da Parahyba e do Rio Grande do Norte(1871-1890)	Artigo	Revista EDU FOR	Educação
2019	Anderson de Rieti	A música na Armada brasileira no final do século XIX: dos quartéis aos navios em comissão	Artigo	Revista Navigator	História
2020	Valdiron Silva	A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará: recrutamento, cotidiano e resistência século XIX	Dissertação	UFAM	História

Fonte: Quadro elaborado por Serralheiro (2019), usando o programa LibreOffice Writer

Ao encontrar trabalhos para elaborar o “estado da arte”, foram realizadas análises mais aprofundadas. Ainda assim, na busca dos indícios, usei palavras-chaves do tipo “Companhia de Aprendizes-Marinheiros” e “recrutamento na Armada imperial brasileira”, principalmente em programas de Pós-Graduação e em sites de busca. Para encontrar alguns trabalhos do tipo, apesar de ter que retroceder algumas décadas para explicar a criação do primeiro embrião naval que estava germinando na época em que foi a criação da primeira Companhia de Aprendizes-Marinheiros, nomeada Companhia da Corte/Rio de Janeiro, o foco foi em 1840, conforme já citado. Essa organização militar trazia a proposta pelo viés político e militar de segregar e erradicar, da sociedade, crianças e jovens em prática criminal, desvalidos, órfãos pela ótica do ensino civilizatório. A partir da Companhia do Rio de Janeiro, após 15 anos, surgiram a Companhia do Pará e a da Bahia, sendo que a primeira surge com novas normas para regular as rotinas no interior daquele viveiro.

Na questão da ruptura e continuidade, também convém ressaltar que, no ano de 1884, “o Estado dispunha de uma Força Naval composta por 8 encouraçados, 6 cruzadores, 12 canhoneiras, 9 torpedeiras e 20 navios auxiliares e/ou de instrução das tripulações”²⁰.

Entretanto, naquele momento, havia a percepção vinda das autoridades de que era preciso elevar o nível de aprendizado dos oficiais, o qual vinha se arrastando desde 1870, como elencando por Dias (1910, p. 34), “na Escola de Marinha ou escola de formação dos oficiais, o ensino era deficientíssimo sob o ponto de vista da preparação militar, mau grado se repetissem cada ano as reformas do regulamento”, assim como nas escolas de formação de Marinheiros “e mesmo daqueles 1.792 marinheiros a maioria era analfabeta e sem instrução profissional”²¹. Porém, entre alguns trabalhos sobre a academia de formação de oficiais da Marinha, elegi o de Carlos Lopes (2012), que, segundo Jorge Dias (2017), estuda um papel de organicidade ao se identificarem os oficiais, em sua maioria, responsáveis por uma extensa historiografia naval consumida internamente, ajudando no amálgama das bases identitárias da corporação naval brasileira. Para ampliar o catálogo do conhecimento sobre a Marinha, também estudar os oficiais traz uma conectividade com o assunto, devido ao papel dessa categoria ser de suma importância para a formação das Companhias, já que as ordens

²⁰BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1884, p. 5. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142 e www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio, acesso em 12 jun. 2018.

²¹BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1884, p. 5. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142 e www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio, acesso em 13 jun. 2018.

emanadas partiam desses servidores vindos do topo, dando certa qualidade ao estado da arte.

A lista é extensa, pois não são poucos esses objetos, as Companhias de Aprendizes, que apontam o norte das discussões teórico-metodológicas nas Ciências Humanas até os dias de hoje, e particularmente na História, por isso, a necessidade dessa lista para termos a relativa dimensão e a abrangência parcial historiográfica daqueles que trabalham a ideia da criação e a desenvoltura do assunto apresentado acima. Isso denota a quantidade seletiva daqueles comprometidos em produzir história com base nos grupos populares que estavam compondo a base da estrutura hierárquica da Marinha, grupos esses que, numa visão um pouco marxista, “têm sua ação política definida única e exclusivamente a partir do Estado e dos demais canais institucionais a esses ligados” (THOMPSON, 1985, p. 65).

Quero deixar claro que aqueles autores usaram diversas formas para transformar seus trabalhos em possíveis objetos de representação narrativa e análise discursiva. “Quem quer que originalmente codifique aquele mundo de modo literal estará inclinando a decodificá-lo, ou seja, ‘explicá-lo’ narrativamente e analisá-lo discursivamente – como um amálgama de individualidades” (WHITE, 1994, p. 144). Aproximadamente, nos últimos vinte e seis anos, até os dias de hoje, tem se produzido um conjunto razoável de pesquisas sobre a Marinha/Armada do Brasil. Definidas como de caráter bibliográfico e de fontes primárias, elas parecem trazer em comum o desafio de discutir diferentes assuntos nos campos do conhecimento sobre as Companhias/Escolas de Aprendizes-Marinheiros, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas monografias, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Como afirmou a professora Norma Ferreira, em suas pesquisas denominadas “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, tais discussões:

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 257-272).

Com base no que foi citado, a potencialidade investigativa de Foucault sobre os saberes, poderes e subjetivações, se encaixa perfeitamente no “Estado da Arte” para pensar

aquilo que não era visto ou outras formas de ver, as distintas dimensões e particularidades dos sujeitos e dos processos sociais e históricos e, como destaca Ribeiro (2013, p. 159), “eram mais ou menos integrados a todas as dinâmicas da vida, para além dos quartéis”. Naquelas pesquisas, a opção pelo estudo dos agentes sociais levou em conta que os indivíduos vinculados aos navios e às Companhias eram agentes sociais.

Grande parte desses autores, em suas pesquisas, se enveredou pelas discussões e reformas propostas para adequação do recrutamento, no século XIX, e, em paralelo, se fundamentou na historiografia sobre o tema para apresentar seu olhar sobre as formas de recrutamento empregadas na captação de homens para a Armada Imperial, tendo como foco o enquadramento social dos indivíduos das “classes perigosas”, como eram rotulados no contexto social do período analisado, e nas grandes diferenças entre o pessoal voluntariado e o do recrutamento forçado.

Já nas proximidades do final da segunda metade do século XX e início do XXI, deparei-me com o aumento da demanda de acadêmicos satisfazendo-se com as crescentes necessidades da produção de histórias envolvendo a história cultural. Grandes foram os desafios desses agentes de várias academias, no que se refere às fontes e ao cuidado de não repetir o mesmo assunto referente às Escolas de Aprendizes, trazendo várias novidades, a fim de mitigar os problemas advindos do aumento das produções dos mais diversos assuntos, tendo os órgãos de formação um papel de destaque. Neste ínterim, antes de 1990, se estabelecera uma distância entre a metodologia das ciências sociais tradicionais, que buscavam uma explicação casual para estruturas e processos, e as então recém-criadas ciências da cultura que compreendiam as culturas nos termos de Clifford Geertz, como “redes de significados”, que as viam, portanto, “não como ciência experimental em busca de leis invariáveis, mas, como ciência interpretativa em busca de significado” (GEERTZ, 1973, p. 5). Para entender a construção das leis em se tornarem viáveis no contexto da Marinha do século XIX, foi abordada a tematização dos discursos parlamentares, feitos por deputados e senadores, o que, no final, acarretava em decretos, mesmo em momentos de tensão, trazendo novidades ao ensino militar naval.

2. VIVEIROS PARA O MAR: E FOI DESSA FORMA QUE A MARINHA IMPLANTOU O ENSINO MILITAR NAVAL DE BASE PELO VIÉS PARLAMENTAR EM PLENOS EVENTOS BELIGERANTES

No decorrer do primeiro e do segundo reinado, o ensino militar naval trouxe a oportunidade de crescimento social e intelectual, sobretudo, para as camadas populares principalmente entre as classes sociais menos favorecidas e carentes de atenção do Estado. Por outro lado, tal ensino era prioritário e se constituía em importância estratégica na consecução de objetivos voltados para a construção do Estado-Nação, no Brasil.

O litoral, na época com seus 7.480 quilômetros de costa e extensos recursos fluviais, escancelada a ganância forasteira, é um convite permanente para recrutar jovens para compor as fileiras do Corpo de Praça da Armada. Muitos desses jovens largados ao ermo, praticantes de pequenos delitos, em vulnerabilidade social, viabilizavam condições de captura pelos agentes recrutadores, para compor inicialmente os vasos (navios) de guerra. Esse ato se tornou realidade através de decisão do governo imperial, na qual se “mandava recrutar para o serviço da armada os vadios e desconhecidos que fossem presos e não pudessem ser pronunciados”²². Para isso, se fez necessária a existência das forças tarefas provinciais, encabeçadas pelo Ministro da Marinha e pelos Presidentes de Província, para expedir, aos chefes de polícia, ordens de (re)capturas e prisões de marinheiros fugidos, atingindo crianças e adolescentes, escravos de ganho, chefes de família e, até mesmo, estrangeiros que vagabundeavam pelas imediações das regiões portuárias. Com isso, na gênese do processo de criação da insipiente armada imperial, os navios eram tripulados por uma marujada pouco capacitada mal estruturada e principalmente inabilitada para ajudar a Marinha a abafar aqueles tensos momentos, tais como a consolidação da Independência, a apaziguar os movimentos de cunhos separatistas, liberais, sediciosos, republicanos e lusofóbicos, e expulsar estrangeiros que ousaram macular o território nacional, como ocorreu na Bahia, de 1821 a 1823 (SILVA, 2012), em Pernambuco, Confederação do Equador, em 1824 (VALE, 2002), a Cabanagem, de 1831 a 1840, no Pará, (LEANDRO, 2002), a Setembrada, de 1831-1832 (MATEUS, 2015), a revolta dos Malés, em 1835 (REIS, 2003), a Sabinada, em 1837, na Bahia, a Balaiada

²² BRASIL. Decisão 145 de 20 de outubro de 1826. Fonte: BRASIL. Coleções de Lei do Império, 1826. Site www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html. Acesso em 02 jul. 2018.

(JANOTTI, 2005), em 1838, no Maranhão²³, a Revolução Farroupilha²⁴, no Rio Grande do Sul, tendo a atuação dos Farrapos com seus navios, gerando assim mais desgastes para a Força Naval que estava em formação²⁵ cuja atuação da marujada a bordo das embarcações será discutida mais adiante. Ainda, para piorar a situação, a minoria dos militares a bordo eram Marinheiros nacionais e majoritariamente estrangeiros, com isso, as tripulações tornavam-se o “calcanhar de Aquiles” não só dos oficiais militares, mas também das autoridades políticas. O péssimo relacionamento entre brasileiros e portugueses incentivou posteriormente os ministros da Marinha a nacionalizar a marujada dos navios, tendo a profissionalização do ensino militar naval como carro-chefe dos projetos conservadores da época. Isso leva a pensar como estava a situação dos Marinheiros a bordo com relação à instrução e ao relacionamento. Desta forma, o próprio Comandante Cochrane, mais à frente, sugeriu contratar diversos estrangeiros que trabalhassem também como instrutores e professores em suas respectivas áreas de domínio, nos próprios navios nos quais estavam em serviço.

Por isso, tornava-se importante implantar o ensino militar naval para instruir e disciplinar as tripulações, com um de seus objetivos em evitar lutas a bordo. Nesse sentido, coadunando com Barreiro (2004, p. 3), quando afirmava que “concebendo o navio como um espaço de lutas e contradições entre governantes, comandantes e Marinheiros [...]”. Essas constantes celeumas levam a reflexionar e até problematizar o macrocosmo de hostilidade permeado por tensões e rivalidades dentro do reduzido espaço que tinham as embarcações na época.

Observou-se, também, que aqueles eventos sinistros estavam incomodando as autoridades políticas, militares e principalmente os populares em transcurso naquele

²³ A armada Imperial lutou pela conquista do Maranhão ao Império e foi vital para garantir a ordem e resolver algumas contendas políticas. Durante esse processo, os navios da Armada não travaram lutas no litoral maranhense, porém, sua presença foi importante na consolidação da ordem imperial, por tratar-se de uma força armada que chegava ao Maranhão para estabelecer a ordem a qualquer preço; no entanto, não houve necessidade. A Armada Nacional, sob o comando de Cochrane, deu tranquilidade e paz aos marinheiros maranhenses e estabeleceu a autoridade política do imperador D. Pedro I (BITTENCOURT, 2006, p. 30-31).

²⁴ O trabalho de doutorado da professora Maria Medianeira Padoin (UFSM) aborda a temática da Revolução Farroupilha, como luta pelo poder, como espaço regional, pois, no século XIX, a província rio-grandense configurou-se, enquanto resultado das relações de poder, como já dito, em um espaço fronteiriço que se redefinia no conturbado processo de construção dos Estados Nacionais que essa região integrava (PADOIN, 2001, p. 9).

²⁵ A Guerra dos Farrapos, rebelião no Sul do Império, que durou dez anos, de 1835 a 1845, atingiu uma região de fronteira já conturbada por conflitos externos. A Marinha novamente atuaria em cooperação com o Exército no transporte e abastecimento das tropas e apoiando ações em terra com o fogo dos canhões embarcados. Os combates não ocorreram em mar, mas em águas restritas, como as Lagoas dos Patos e Mirim. O primeiro combate naval da Guerra dos Farrapos opôs o Iate *Oceano*, da Marinha Imperial, e o Cúter *Minuano*, dos revoltosos. Na Lagoa mirim, quando alguns navios rebeldes foi posto a pique (BITTENCOURT, 2006, p. 87).

momento. Muitos navios destacados para participar ativamente daqueles momentos beligerantes se apresentavam com a marujada despreparada e improvisada. Assim, as *Naus* eram um mero estoque de homens, como, por exemplo, “a velha *Nau* Vasco da Gama para depósito da Marinhagem e recrutas” (BOITEUX, 1939, p. 228). Continuando na mesma afirmativa este autor narra que:

[...] deverão as referidas *Naus*, destinada para depósito de Marinheiros e recrutas, exercícios duas vezes por dia, tanto de manobra como de artilharia, a bem de se adestrar a maruja e tropa, que devem guarnecer os navios de Guerra, exercitando além diço (sic) os Recrutas nas mais fainas que costumam ter lugar a bordo dos mesmos navios (BOITEUX, 1938, p. 228-229).

Para ter a tripulação dos navios preparada e habilitada, fazia-se necessário embarcá-la para ter esses navios como um laboratório de experimentos, sendo essas embarcações as próprias escolas de aprendizado, não só para adquirir conhecimentos teóricos, mas para sentir, na prática, os afazeres cotidianos como possibilidade de educação e disciplina. Conforme dissertado por Boiteux,

[...] estabelecerá a bordo do seu navio uma Escola de primeiras letras para instrução da respectiva equipagem e que abonara ao Grumete encarregado da direção da escola uma gratificação do seu bolsinho; além disso estabelecerá exercícios de infantaria e artilharia, com o que conseguirá adestrar a mesma guarnição e, para isso, solicitava fazer nos dias 1º e 15 de cada mês, prática de tiro de peça ao alvo, abonando-se uma pequena gratificação àqueles que nela mais se distinguissem. (BOITEUX, 1935, p. 232)

Dessa forma, como sinalizado por Serralheiro (2017, p. 77-78), “os jovens eram apresentados ao comandante da unidade e conduzidos ao oficial imediato ou subcomandante, a partir de onde eram distribuídos aos setores para posterior assunção de suas funções”. Convém ressaltar que essa *Nau* era o (Brigue) *Imperial Pedro*, outro depósito, e foi uma das primeiras embarcações a receber os jovens para receber instruções disciplinares relativas ao militarismo e “arte de marinharia”²⁶, além das primeiras letras, ou seja, ler e escrever. Os navios eram que o tinha naquele momento para formar um iniciante da vida marítima.

Naquele momento, a única opção de prestar algum tipo de ensino para as práticas de atividade de bordo era os navios, embarcações, assim como as outras, usadas como escolas,

²⁶ Estudo do aparelho do navio, da sua manobra, e da arte do marinheiro (CAMINHA, 1996, p. 280).

nas quais também se depositavam jovens oriundos, geralmente, da base da sociedade. Por outro lado, conforme Jeha (2011, p. 31):

[...] controle social e o uso do navio como depósito para indesejados, foram apartados por períodos variáveis dos locais que habitavam e submetidos a um trabalho árduo, as intempéries frequentes, ao distanciamento dos entes amados, além de baixos salários, má alimentação e castigos corporais e psicológicos.

Mesmo sabendo que o interior dos navios era um espaço carregado de repressão, opressão e comportamento truculento vindo dos oficiais, muitos pais, percebendo que a Marinha poderia proporcionar a seus filhos certa possibilidade de ascensão social ou algum tipo de seguridade social para discipliná-los e prover algum tipo de ensino técnico, passaram a entregar suas crias aos navios para tal fim. Esse foi o caso do pai Silvestre de Souza Pereira que suplicou o engajamento de seus filhos pequenos, João e Antônio Venâncio da Silva Pereira, a bordo do navio²⁷. Ainda reitera-se que muitos desses jovens futuros Marinheiros eram recrutados à força ou foram recebidos quando crianças, sendo recrutados por um aparato de agentes sociais por intermédio de policiais, juízes de órfãos ou trazidos pelos próprios pais.

Apesar da Marinha não ser a melhor das opções como emprego para os jovens devido à forma de tratamento recebido a bordo das embarcações, naquele momento, assume a pasta o ex-professor de matemática e lente da academia de oficiais o Saquarema e Ministro Joaquim José Rodrigues Torres, com a intenção de melhorar a formação complementar e/ou profissional dos Marinheiros. O citado Ministro, em seu primeiro ato, elabora a proposta para debate na assembleia geral, em 07 de maio de 1832, com trinta e uma páginas, na qual, em suas primeiras palavras, dizia que “para cumprir um dever, que me impõem a lei, venho hoje perante esta augusta Câmara fazer-lhe o relatório do estado da repartição, que me foi confiada”²⁸.

A partir do momento em que as propostas elaboradas pelo Ministro entram na pauta da Câmara, inicia-se a tematização dos discursos por representantes de grupos políticos, em parlamentos com composição variada. Entre oradores e ouvintes, oscilam face a face os discursos, gerando sintomas positivos ou negativos de acordo com as temáticas abordadas. Entre discursos acirrados sobre a fixação das forças navais para os anos seguintes, o

²⁷ Fonte: Arquivo Nacional - Aviso do Ministro da Marinha jul/dez 1833 -IIIM409 – CODES -f.B5.

²⁸ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1831, p. 1. Disponível em ddsnex.crl.edu/titles/142, acesso em 28 jul. 2018.

presidente da Câmara, nos atributos de suas funções, aborda o assunto discorrendo da problemática e de resultados que pudessem trazer relevantes propósitos aos ideais da nação, trazendo o convencimento fazendo “usos da retórica”²⁹ (WALKER, 1960, p. 49-56), dos sujeitos presentes na casa parlamentar. Analisando os debates da época, sobre a Marinha, observei que a influência da formação oratória das autoridades políticas e militares era nítida, da persuasão para aguçar seus ouvintes, pois se valiam dos detalhes e, muitas vezes, da omissão, do sarcasmo e da ironia, algo muito normal até nos dias de hoje. Convém ressaltar que o Ministro da Marinha, apesar de não ser militar, tinha naquele momento a obrigatoriedade de estar presente no parlamento para discorrer sobre sua proposta nas Câmaras, pois a representação política brasileira, na Carta de 1824, era dividida em duas Câmaras: a dos Deputados, temporária e eletiva, e a dos Senadores, igualmente eletiva, mas vitalícia. A escolha dos Senadores era idêntica a dos Deputados, por meio de sufrágio censitário, em dois níveis, indicando os eleitores de província e paróquia, e estes os Deputados e Senadores. Ao contrário do que ocorria com a eleição dos Deputados, a eleição dos Senadores, segundo o art. 43 da Constituição, outorgada em 1824, era feita a partir de listas tríplexes sobre as quais o Imperador escolheria o terço na totalidade da lista³⁰. Desde 1831, a vitalidade do cargo de Senador foi sempre e objeto de amplo e permanente questionamento por parte dos liberais, no entanto, tendo permanecido, como regra constitucional, até a entrada da República.

Continuando sobre a questão Parlamentar, principalmente do senado, José Honório Rodrigues, em seu entendimento discorria que:

Sempre se escreveu que o Senado constituía o elemento aristocrático da Constituição imperial. De princípio não se deve esquecer que os príncipes da casa imperial são senadores por direito, e terão, assento no Senado logo que chegarem à idade de 25 anos (art. 46), nem que havia requisitos especiais para a eleição do Senado, como por exemplo, o de ter rendimento anual de oitocentos mil réis (art. 41, inciso 4). Esses rendimentos podiam ter base em bens, indústria, comércio ou emprego. De uma ou outra maneira, era com base na propriedade que se podia ser Senador [...]. Por isso não seria exagero dizer que o Senado representaria a propriedade, o capital, a terra, enquanto a Câmara dos Deputados representaria isto tudo e mais a classe média (RODRIGUES, 1972, p. 172).

²⁹ Retórica (do latim *rhetorica*, originado no grego, literalmente, a arte/técnica de bem falar, do substantivo *rhêtôr*, «orador») é a arte de usar uma linguagem para comunicar de forma eficaz e persuasiva [...].

³⁰ BRASIL. Constituição de 1824, Título IV, Capítulo I. Disponível em mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/305-constituicao-de-1824, acesso em 29 jul. 2018.

Esses homens, como de praxe, por participarem de variados assuntos, incluindo aqueles sobre a necessidade de ensinar melhor os Marinheiros para servirem à pátria, tinham o propósito, por serem conservadores, em nacionalizar a marujada, formando-as na própria instituição, dando abertura a um novo campo de ensino e formação.

Assim, foi por intermédio dos debates no Senado, em 1833, por meio de atos sugestivos, que se deu início à criação e consolidação dos primeiros centros de ensino e formação de marinheiros, a saber, as primeiras Companhias fixas de Aprendizes Marinheiros, em 1836, as quais, em decorrência dessa criação, sendo o primeiro braço de recrutamento, formavam e distribuía para tripular somente os recém-formados marinheiros, com sede na Corte, que posteriormente receberiam a denominação de Corpo de Imperiais Marinheiros. Desta forma, as Companhias de Aprendizes foram fundamentais no processo, ainda que abundantemente parcial e incompleto, de instrução e educação formal dos Marinheiros, iniciadas em meados do século XIX, e, por isso, podem ser analisadas como um processo marcado por diferentes ideias e proposições delimitadas por diferentes momentos históricos e políticos imersos numa cultura política que envolvia diferentes agentes institucionais, políticos e sociais.

2.1 OS ATOS SUGESTIVOS DA CRIAÇÃO DE QUATRO COMPANHIAS DE ASPIRANTES MARINHEIROS PELAS DISCUSSÕES PARLAMENTARES

Os anos iniciais do período imperial brasileiro foram cruciais para a Armada e as Câmaras parlamentares representadas pelos Deputados e Senadores, no que diz respeito à possibilidade de serem criadas instituições de ensino militar voltadas, inicialmente, segundo relatos do Ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres³¹, “a formar jovens de 12 a 16 anos dando-os instrução primária, numa escola a bordo de cada navio de mais de vinte bocas de fogo com intuito de servirem à pátria”³². Ainda que o autor anteriormente tenha discorrido que seria de enorme importância ter os meios navais bem organizados para prestar relevantes serviços a Armada, disse que “[...] estas penetrado da magnitude dos serviços, que nos pode

³¹ Joaquim José Rodrigues Torres futuro visconde de Itaboraí por decreto de 2 de dezembro de 1854. Fonte: Dicionário das Famílias Brasileiras, de Carlos Eduardo Barata e AH Cunha Bueno e Almanak Laemmert (1844-1889).

³² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1833, p. 12. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 30 jul. 2018.

prestar a Marinha de Guerra, e do quanto convêm dar-lhe a mais apropriada organização ao fim a que se destina, e criar-lhe os elementos de organização, e prosperidade, a que deva ela subir [...]”³³. Tal discurso era voltado, única e genuinamente, para o crescimento, destinado a qualificar pessoal para a Marinha de Guerra e atividades correlatas no que diz respeito às atividades de bordo.

Ficava a cargo das elites políticas definir o papel da base social referente a certas funções correlatas a sua posição social, de acordo com a sua etnia e condição financeira, pois para classe subalterna, após implantar instituições militares de ensino da Marinha, elas eram direcionadas para esse local e para as classes relativamente modestas, o caminho seria para o serviço público.

Nas palavras de Gilberto Freire, o ensino militar foi:

[...] para os brasileiros de origem modesta e de condições étnica tida, em certos meios, por inferior, de se instruírem em escolas militares e a expensas do Estado; e se instruírem nessas escolas não apenas em assuntos tecnicamente militares como os políticos, sociológicos, econômicos, tornando-se rivais dos bacharéis em Direito, dos médicos, dos engenheiros, dos sacerdotes, em aptidões para o exercício de cargos públicos [...] (FREIRE, 1959, p. 318).

Em meio às reconfigurações estruturais que estavam sendo paulatinamente implementadas na Armada, estadista e proeminentemente naval, o Ministro da pasta, Rodrigues Torres, habilmente, procurou traçar estratégias não efêmeras, mas permanentes, em meio a um cenário político favorável à ideia de *progresso* a transformá-la, ou seja, uma Armada ainda incipiente de um aprimoramento técnico-profissional para marinheiros em uma realidade consubstanciada.

Retorna-se ao ano de 1831, para entender um pouco sobre sua ideologia agremicista, pela primeira vez, a Marinha é assumida por Torres, tendo ele como sua primeira agremiação político-partidária moderada, logo depois regressista e, por fim, e em definitivo, conservadora. No momento de sua posse, ele assume em um gabinete repleto de conservadores, alguns com forte tradição monárquica portuguesa, porém ligados diretamente a coroa regencial brasileira, conforme demonstrado no quadro abaixo:

³³ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1833, p. 3. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 30 jul. 2018.

Quadro 2 – Gabinete regencial permanente eleito, em 17 de abril de 1831

Pastas	Ministros	Gabinete	Decretos	Observação
Império	José Lino Coutinho – Diogo Antonio Feijó (Padre e deputado)	16 de julho de 1831	3 de janeiro de 1832	José Lino Coutinho voltou em 26 de janeiro de 1832
Justiça	Diogo Antonio Feijó (Padre) e Manoel da Fonseca Lima e Silva	Idem	Decreto de 1 de agosto de 1832	-
Estrangeiro	Francisco Carneiro de Campos	Idem	-	-
Guerra	Manoel da Fonseca Lima e Silva	Idem	-	-
Marinha	Joaquim Manoel de Almeida Joaquim José R. Torres(Capitão)	Idem	Idem	Decreto 28 de outubro de 1831.
Fazenda	Bernardo Pereira de Vasconcelos (Bacharel) e Joaquim José Rodrigues Torres	Idem	Idem	Decreto 10 de maio de 1832.

Fonte: (ARCHANJO, 1894, p. 16)

O Ministro Torres fazia parte do triunvirato saquarema fluminense, composto por ele (Visconde de Itaboraí), por seu cunhado, Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguai), e por Eusébio de Queirós. A meta de Torres, segundo Arias Neto, era a “profissionalização das Forças Armadas, ou seria talvez melhor dizer, a consolidação das Forças Armadas e afastamentos dos militares da política partidária” (NETO, 2011, p. 42). Essa era a forma usada pelo Ministro de combater a anarquia na tropa. Esse gabinete era formado por sua maioria conservadora composta pelo Ministro, somado à oposição que fazia defesa dos princípios imperiais, à pátria, à atuação centralizadora e à organização da Armada, que, naquele momento da consolidação conservadora, teve, sob sua responsabilidade, o aparelho do Estado no curto espaço de tempo a árdua tarefa de reorganizar a Esquadra; também, trabalhou na missão de fazer a transição na secretaria de estado aspirando designar um manejo mais rigoroso na sondagem do cabedal financeiro dos patrimônios do estado. “Haviam entre eles laços de família, amizade ou patronagem a grupos ligados à agricultura e ao comércio de importação e exportação, ao tráfico de escravos e ao comércio interno” (COSTA, 1999, p. 132). Tamanha era a amizade deles que, em muitas ocasiões, se contatavam através de encontros frequentes nas províncias, e incorporavam em si um pensamento ideológico voltado para o solo pátrio e suas ideologias faziam com que passassem a ser um

grupo homogêneo e restrito. Portanto, esses formadores de opiniões faziam parte de uma corrente de intelectuais formada em Portugal, Inglaterra e na França junto com outros no Brasil, possuidores de *ethos* aristocráticos³⁴. Suas ações foram o prenúncio da criação de plantéis instruídos nas primeiras letras e disciplinados para os trabalhos nas embarcações da Marinha, a saber, a transmutação de indesejáveis sociais necessários para as fainas nos navios em desejáveis úteis a si e à nação. Segundo a historiadora Edna Antunes,

[...] a principal questão levantada por Rodrigues Torres dizia respeito ao preenchimento das tripulações dos navios e à disciplina a ser empregada no interior dessas belonaves. Para o Ministro, o principal problema era a forma como eram selecionados os marinheiros: pelo engajamento e pelo recrutamento forçado (ANTUNES, 2011, p. 85).

As discussões tornaram-se mais acirradas quando foi apresentado, na Assembleia Geral legislativa de 1833, o relatório ministerial de Rodrigues Torres que fixava as forças navais para os anos 1834 e 1835. Após o recebimento do Ministro na casa parlamentar, o mesmo é perguntado do real efetivo das embarcações, e sua resposta foi de que “consta a tripulação de 1.700 e tantas praças; a lei de fixação de forças navais fixou o número de 1.500 praças para a tripulação de todas as embarcações de guerra [...]”³⁵, ainda que nas pesquisas foi verificado que houve um equívoco do Ministro referente ao quantitativo, pois havia 600³⁶ militares do corpo de artilharia e 1.648 marinheiros³⁷. Ressalta-se a não relevância desse pequeno erro no quantitativo devido à grande rotatividade por ocasião das baixas, da falta de voluntários e deserções que acontecia no Corpo de Praças da Armada. Assim, o discurso da propositura de fixação de força se debruçava em torno do aumento do efetivo para 1.800, não só para combater o “contrabando ao tráfico de escravos”³⁸ pela costa, mas também pelos eventos sediciosos, liberais e separatistas que aconteciam no país, naquele momento. “A repressão ao contrabando era difícil, pois ia além das possibilidades da Marinha brasileira a

³⁴ O termo grego *Ethos* tinha o significado de “costume”, “uso” “o que é habitual de alguém”. Verbetes *ethos*. Para uma definição do que era o *ethos* da nobreza em Portugal (MONTEIRO, 1998, p. 226-234).

³⁵ BRASIL. Anais da Câmara do Senado, 1833, p. 111. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1833/1833. Acesso em 01 ago. 2018.

³⁶ O Corpo de Artilharia foi reduzido bruscamente, em razão das prisões e expulsões devido à participação de parte de sua tropa nos acontecimentos que resultaram no 7 de Abril de 1831. Ver no BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1832, p. 1-3. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 05 ago. 2018.

³⁷ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM-84.

³⁸ BRASIL. Anais da Câmara do Senado, 1833, p. 111. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1833/1833. Acesso em 01 ago. 2018.

fiscalização do litoral em toda a sua vasta extensão” (COSTA, 1999, p. 282). De tal maneira, havia outra dificuldade, anteriormente debatida na Câmara dos Deputados, sobre o aumento de efetivo no Corpo de Artilheiros³⁹, pois, nesta Câmara, na proposta da lei de fixação das forças navais, ficou decidido que no “art. 2º a força do Corpo de Artilharia de Marinha em efetividade de serviço não excederá de 600 praças”⁴⁰. Assim, o governo tentou aumentar seu efetivo, porém atribuía ao recrutamento uma das maiores dificuldades para completar o Corpo de Artilharia. Quando essa proposta da lei de fixação de forças vai para a Câmara do Senado para discussão, o resultado foi a aprovação, em caráter excepcional, para o aumento de 1000 homens para o Corpo de Artilheiros Navais, sendo que, segundo o Ministro, “é menos dificultoso recrutar para a artilharia de marinha do que para o Corpo da Armada; porque para servir na artilharia da marinha não é precisa a mesma habilitação que para tripular navios”, isso nos obriga a remeter aos anos de 1827 a 1832, quando a esquadra teve progressivamente uma redução de navios armados, conseqüentemente, haveria poucos marujos a bordo. conforme explicitado no quadro abaixo do número de embarcações armadas e desarmadas:

Quadro 3 - Quantitativos da Esquadra, no primeiro e em parte do segundo reinado

Anos	Navios Armados	Navios desarmados
1827	76	-
1831	19	44
1832	16	-

Fonte: Arias Neto (2001 apud MAIA, 1975, p. 132-214)

Essas embarcações nesse período, não embarcavam Artilheiros Navais devido a não necessidade desses militares a bordo e por outro lado, referente aos gastos, analisando o quadro, com base em Arias Neto (2001, p. 56), “a Esquadra foi sendo ampliada até 1827, o ápice da guerra Cisplatina. Após o fim da guerra, ela foi reduzida, as guarnições contratadas foram despedidas, as contas liquidadas”. Após intenso período beligerante, no ano de 1829, houve um aumento de mais de 17% dos gastos do Ministério em relação aos gastos do

³⁹ BRASIL. Decreto 451 de 31 de agosto de 1847 extingue o Corpo de Artilharia da Marinha e manda criar o Corpo de Fuzileiros navais [...]. O decreto 535, de 11 de setembro de 1847, organiza o de Fuzileiros navais com 10 companhias de 120 praças cada um. Ver em Caminha (1986, p. 95).

⁴⁰BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, 1833, p. 287. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1833/1833. Acesso em 01 ago. 2018.

Governo. Entre os anos de 1829 e 1832, a despesa torna a cair vertiginosamente, isso porque naquele período o Império atravessava momentos de tranquilidade financeira. Quanto à questão do recrutamento, para ter efetivo eficaz com intuito de tripular os navios do Corpo da Armada, ainda mantinha as três formas de recrutar homens e jovens naquele momento: à força, através de prêmios, ou por alistamento de menores voluntários de forma espontânea que eram enviados para bordo, para receber instrução regular⁴¹.

O Ministro Torres, em seu relatório, reclamava sobre a dificuldade em recrutar, “[...] a lentidão [...], provém da dificuldade, senão quase impossibilidade, do recrutamento [...]”⁴². A partir do momento em que seu relatório chegava ao conhecimento dos parlamentares, sua fala ecoava em tom de justificativa, por outro lado, o senhor Senador e Marquês de Barbacena argumentava, em tom de questionamento, que o Exército em sua proposta de fixação de forças encontrava-se em dificuldade também em arregimentar recrutas. A partir disso, o parlamentar tece a seguinte pergunta: “pergunto se na Marinha acontece o mesmo; ou se o nobre Ministro tem meios de poder preencher este número, porque no caso de não o ter, para que serve esta fixação?”⁴³. Para responder, o Ministro se defende afirmando que, devido à dificuldade em recrutar, naquele momento, “as tripulações estavam compostas por engajados voluntários e de recrutados dos: engajados, que são os mais, e destes o maior número é de estrangeiros”.

Portanto, a questão dos estrangeiros a bordo incomodava muito as autoridades, e o próprio Ministro, mais uma vez, alertava da necessidade de nacionalizar os Marinheiros, por isso, mais uma vez, voltando ao ano de 1831, em seu relatório, ele já afirmava que:

[...] a heterogeneidade da tripulação dos nossos Navios de Guerra, que infelizmente não podemos ainda destruir, e talvez causa de não poucos males, que tenhamos sofrido. Qualquer que seja a habilidade dos Marinheiros Estrangeiros, e claro, que tomarão, como nós, tanto interesse pelo país, á que servem; e ninguém ignora os prodígios, de que e capaz o entusiasmo pela Glória Nacional, e quanto mais vezes dele e depende a sorte dos combatentes⁴⁴.

⁴¹ O recrutamento era interligado a uma complexa rede de relações patrono-cliente entre o Estado, membros da classe senhorial e os pobres livres (KRAAY, 1999, p. 116).

⁴² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1833, p. 13. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 07 jul. 2018.

⁴³ BRASIL. Anais da Câmara do Senado, 1833, p. 111. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1833/1833. Acesso em 08 jul. 2018.

⁴⁴ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1831, p. 5. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 17 jul. 2018.

Quando nos referimos conceitualmente a algo heterogêneo nos reportamos, na maioria das vezes, àquilo que não se mistura, a algo diferente, ou seja, àquilo que possui natureza desigual e/ou apresenta diferença de estrutura, função, distribuição etc. Essa heterogeneidade, naquele período, nos remete aos Marinheiros estrangeiros a bordo dos vasos de guerra, pois, naquele momento, as tripulações da Armada brasileira eram formadas em sua grande parte por estrangeiros, “como ingleses, franceses norte-americano e principalmente portugueses” (BOITEUX, 1939, p. 228). Mesmo assim, “uma minoria de ‘nacionais’ e escravos, muitos deles libertos para esse fim, também tripulavam os navios da Armada nos verdes anos do Império” (JEHA, 2011, p. 51). Já o raciocínio de Santos (2016, p. 134), sobre o assunto heterogeneidade, nos trouxe outra ótica do conjunto formado pela tripulação, para ele “verdadeira colcha de retalhos”, sem qualquer organização e que influenciava as relações entre oficiais e Marinheiros, e entre os próprios marinheiros, no inerente à disciplina, tendo em vista que os marujos estrangeiros, às vezes, se recusavam a obedecer, causando climas de constrangimento a bordo.

Na questão dos escravos libertos, observa-se que, como em todas as sociedades escravistas ocidentais, o escravo não podia ser recrutado para as Forças Armadas. Não havia lei que regulamentasse a não vinda de escravos para as Forças Armadas e que desse essa garantia expressa desta exclusão. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, Jurista da área de escravidão brasileira, traz uma discussão do ano de 1866, a qual questionava o porquê dos escravos não serem considerados cidadãos e o serviço militar recair, perante a lei, sobre os cidadãos brasileiros já que os escravos não podiam se alistar (MALHEIRO, 1866-1867, p. 2-3)⁴⁵. Além disso, o recrutamento de escravos violava o direito de propriedade garantido pela constituição, um tema que se repetia nas petições dos senhores pela devolução dos escravos recrutados à força⁴⁶. “Para os brasileiros do século XIX, ambos os argumentos eram claramente notariais” (KRAAY, 1996, p. 32). O fato é que muitos estrangeiros a bordo praticavam o desleixe com os afazeres diários e a insubordinação para com seus superiores, pelo fato de não se autodeclararem nacionais. Outro autor traz diferente apontamento,

⁴⁵ Petição de Vitoria Maria de Jesus para o Presidente, [Caravelas], c. 1852. APEBa/SACT: maço 2885.

⁴⁶ Para saber mais sobre essa questão, ver o caso das petições de Maria Florinda de São José para o Governo da Bahia, Salvador, c. 1823 APE13a/SACI: maço 2889; e Felícia Rosa do Amor Divino para o Imperador, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1847, AHEX/RQ, I-1-8. Uma exposição completa sobre as bases legais do direito de propriedade sobre os escravos e os libertos sob condições foi feita pelo desembargador procurador da Coroa para o Presidente, Salvador, 16 de setembro de 1865, APE13a/SACr: maço 3432. Ver também Kraay (1994, p. 32).

alegando que “as instituições totais são um híbrido social” (GOFFMAN, 1961, p. 22). Para isso, o Ministro Torres sugeriu uma legislação penal mais rigorosa para disciplinar as guarnições, seja de nacionais ou de estrangeiros, na tentativa de manter a ordem e a disciplina. Lopez e Mota (2008, p. 339) nos trazem um exemplo do quanto os estrangeiros, por questões adversas no momento na guerra da independência, não abraçavam a causa nacional brasileira, fato esse comprovado no momento em que José Bonifácio deu ordem para o comandante inglês Lord Cochrane⁴⁷ inspecionar os navios. Antes de suspender a Esquadra para os combates, ele “constatou que os navios estavam em péssimo estado” e que “a tripulação era formada por portugueses da ‘pior espécie’, descartados do serviço mercante [...] e por brasileiros que tinham [...] horror aos tripulantes portugueses”. Exemplo claro de insubordinação dos estrangeiros a bordo foi o fato ocorrido em 1823, na Bahia, durante a guerra de independência que obrigou o próprio comandante Cochrane a tirar de bordo os estrangeiros, como relatado por Freire (2014, p. 29) sobre que “no bloqueio ao porto de Salvador, no comando da *Nau Capitânia*, exigiu que toda a tripulação estrangeira fosse transferida para essa embarcação, com a qual empreendeu o cerco à cidade”.

No ano de 1833, em pleno curso das propostas liberais empreendidas pelos moderados, o então Ministro da Marinha, Rodrigues Torres, apresenta ao Senado, em sessões realizadas no início dos meses de junho e julho de 1833, o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados com aval da comissão de Marinha e Guerra daquela casa, composta pelos deputados Francisco do Rego, Vieira Souto e Baptista de Oliveira. Entretanto, o resultado de algumas das discussões acarretou na Carta da lei de 26 de agosto daquele ano, na qual se estabelecia o aumento dos Artilheiros para 600 praças⁴⁸.

Voltando na sessão dos dias 24 a 31 de maio, entra em pauta, em Ordem do Dia, a terceira discussão do projeto de lei que fixava as forças navais para os anos de 1834 e 1835, com a presença do Ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Naquela sessão, se fazia presente o Senhor Deputado Salvador Maciel, que frequentava as plenárias parlamentares desde 1830, quando havia se tornado deputado, ainda no posto de oficial do

⁴⁷ Apesar das leis inglesas que proibiam o alistamento de seus militares como mercenários, ele, ignorando essas leis, servindo a várias nações em processo de emancipação na América espanhola – inclusive Bolívia, Peru e Chile –, e posteriormente vindo ao Brasil a pedido de D. Pedro I com a promessa maiores vantagens que aqueles tinha no Chile. Fonte: *Jornal Correio da Camara*, 13 de setembro de 1822, Arquivo Diplomático da independência, Vol. IV.

⁴⁸ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1833, p. 14. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 25 jun. 2020.

Exército. O mesmo assumiu, três anos depois, a pasta da Marinha e propôs, para fins de nacionalizar a marujada, a criação de Companhias de Marinheiros com aval da comissão de Marinha e Guerra daquela casa, composta pelos Deputados Francisco do Rego, Vieira Souto e Baptista de Oliveira. Ficou concedido da seguinte forma:

O governo fica autorizado desde já a criar sucessivamente quatro companhias de aspirantes marinheiros, de cento e vinte e cinco praças cada uma, com vencimento de quatro mil réis mensais, ração e fardamento próprio de marinheiro, o mais simples possível; estas companhias serão organizadas da maneira mais apropriada ao serviço de mar; força efetiva destas companhias fará parte das forças ativas mencionadas no artigo primeiro⁴⁹.

Apesar de aprovada, na Câmara dos Deputados, a proposta foi recusada pelo Senado, tendo votado contra o Marquês de Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, que, por duas vezes, já havia ocupado a pasta da Marinha no primeiro reinado⁵⁰. Pode-se acreditar que o motivo para essa proposta seria, em sua lógica, a palavra “aspirante” por ser um nome mais digno e elegante à classe dos Marinheiros para ajudar a incentivar o ingresso de indivíduos e para estimular aqueles que quisessem aspirar sua inserção na Marinha. Todavia, não se contava, ou mesmo não se fazia ideia de que essa expressão seria alvo de intensos debates na outra casa legislativa.

A proposta alterava a nomenclatura de “aspirantes” para aprendizes. Esse assunto volta mais uma vez à pauta da Câmara legislativa, em 1836, enviada pelo recém-empossado Ministro Brigadeiro, Salvador José Maciel, que havia atuado como deputado três anos antes e foi o autor da ideia de criar as referidas companhias. Cabe aqui ressaltar que o Ministro, como oficial de carreira, após ter passado boa parte de sua vida dedicado à atividade militar, mesmo tendo alcançado um dos postos máximos da hierarquia militar do Exército, ou seja, Brigadeiro⁵¹ e Marechal de Campo, sendo um dos integrantes do partido liberal, após receber

⁴⁹ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 31 de Maio de 1833. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1833/1833. Acesso em 19 jul. 2018.

⁵⁰ Por intermédio dos debates no senado, em 1833, a criação e a consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros, em 1840, podem ser analisadas como um processo marcado por diferentes ideias e proposições delimitadas por diferentes momentos históricos e políticos imersos em uma cultura política que envolvia diferentes agentes institucionais, políticos e sociais. Para saber mais sobre esse assunto, ver debate detalhado em: Dias; Serralheiro (2016, p. 12-29).

⁵¹ Por ser português, Salvador Maciel herdou esse posto vindo das hierarquias daquele país. Desta forma, esse posto de brigadeiro foi criado pela primeira vez na França, em 1667, a pedido do general Turenne, quando foi estabelecida a brigada como unidade militar permanente no Exército Francês. O posto era oficialmente designado "*brigadier des armées du roi*" (brigadeiro dos exércitos do Rei). A passagem pelo posto de brigadeiro tornou-se obrigatória para os coronéis antes de atingirem a categoria de oficial general. Os brigadeiros podiam

do Regente Diogo Feijó o convite de assumir o comando da Marinha, na posição de Ministro, abandona a causa liberal e se torna, segundo o historiador naval Lucas Alexandre Boiteux, “adesista de última hora” (BOITEUX, 1935, p. 20) à causa conservadora do Império no intuito de trazer boas ideias na reestruturação ou (re)organização da Armada.

Foi, durante esse período, assessorado por seus escudeiros, o chefe de Divisão naval Capitão de Mar e Guerra, Francisco de Assis Cabral e Teive, e o Capitão de Mar e Guerra, Francisco Bibiano de Castro, personagens destacados na História da Marinha brasileira por terem desempenhado, respectivamente, papéis importantes nas batalhas no sul do Brasil e como inspetores à frente do “Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro”⁵².

No âmbito da qualidade dos recrutas, o próprio Ministro reconheceu a importância da formação correta deles para participar de tais conflitos, conforme consta em seu relatório datado de 1836, reproduzido pelo historiador Jorge Prata de Souza:

[...] os recrutamentos, além de serem muito morosos por causa das grandes distâncias, são igualmente retardados pelo modo de fazê-los, chegando os abusos a ponto de se remeterem de lugares remotos, homens com visível incapacidade física, idade avançada, e até pais de família (SOUZA, 1998, p. 37-38).

Naquele momento a marujada que compunham as guarnições, eram compostas por homens velhos e cansados, sem nenhum tipo de incentivo que pudessem continuar na vida de embarcados, por isso que havia a necessidade de reaver e obter variedades de homens que pudessem atender aos intentos da Marinha, numa nova modalidades de recrutas, tinha também a questão de melhorar a qualidade de seus homens da base. Não obstante, entre réplicas e tréplicas de personagens que já haviam participado dos debates anteriores, a proposta com a “nova” nomenclatura foi aprovada. Convém aqui ressaltar que, nos relatos biográficos de Salvador José Maciel, descritos pelo historiador Tavares Lyra, o Ministro Maciel havia sido encarregado, “pelos seus conhecimentos militares, refletida e reconhecida prudência de reorganizar os corpos de milícias de Pernambuco em 1824” (LYRA, Revista IHGB, 193,

comandar uma brigada – composta por dois ou três regimentos – ou um único regimento. O posto de brigadeiro existia também na Marinha como *brigadier des armées navales* (brigadeiro dos exércitos navais). O posto foi suprimido na França em 1793. Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Brigadeiro, acesso em 08 abr. 2018.

⁵²A história do Arsenal de Marinha passa a ser contada a partir de 1763, quando o então Vice-Rei, Dom Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, para controle e defesa da nova Capital da Colônia, em decorrência do ciclo do ouro, no Rio de Janeiro, fundou, ao sopé do Mosteiro de São Bento, o Arsenal de Marinha, com a missão de realizar a manutenção dos navios da Esquadra Real Portuguesa. O primeiro e desafiador projeto foi a construção, em 1764, da Nau “SÃO SEBASTIÃO”, entregue em 1767, e que prestou longos anos de serviço à Armada Portuguesa. Fonte: Ordem do Dia da Marinha nº 3, de 18 de dezembro de 2018 do diretor do Arsenal.

1946, p. 176), o que aponta que as experiências vividas por Maciel estavam, de certa forma, associadas àquelas também vividas pelos oficiais ajudando na concepção da ideia de que era preciso instruir e disciplinar mais e melhor os Marinheiros. Tal ideia estava presente na defesa da proposta de fixação de forças de mar de 1836 e no relatório ministerial de Salvador José Maciel,

Cumpra pois criar, quanto antes, companhias fixas de marinheiros, aonde se obriguem a servir, como Aprendizes Marinheiros todos os rapazes sem meios de subsistência, e os que se não aplicarem assiduamente a algum officio ou occupação: estes corpos devem ser organizados de tal forma, que se tornem aptos para todo o serviço de Mar, e aprendam conjuntamente o manejo d'artilharia, (sic) de Fuzil, e de todos as armas, que se usam nos combates navais, e nos de terra. Deste modo conseguiremos formar uma Marinha numerosa, e respeitável pela qualidade das tripulações, e converter em hábeis navegadores, e bravos defensores da Pátria, indivíduos, que pelas desgraças circunstâncias, em que se achavam na sociedade, seriam impelidos a viver na ociosidade, e no crime⁵³.

Nesse momento, o que me chamou atenção é o fato de Salvador Maciel ter feito parte da Câmara num período no qual se discutiu, pela primeira vez, a criação de Companhias de Aspirantes Marinheiros; por isso, teve um artigo adicionado, de sua autoria, sobre a criação das Companhias que teve apoio de Rodrigues Torres em projeto apresentado naquela Assembleia Geral Legislativa, em maio de 1833. De certa forma, a ojeriza em fazer parte das fileiras do Corpo de Praças da Armada com o propósito de fazer carreira não era vislumbrada com bons olhos pelos jovens das províncias.

Ao fazer uma profunda pesquisa nos arquivos da Marinha (DPHDM) e no Arquivo Nacional, onde se encontram os fundos sobre a Marinha nesse período, não encontrei nenhum documento que me leve a crer que o nome “Aspirante Marinheiro” tenha sido usado nas embarcações, mas o fato é que a intenção foi relevante em iniciar a primeira semente institucional de forma organizada na arte de formar um Marinheiro, além da semente plantada que passa a germinar e se tornar realidade a partir de 1840. Tal ideia se efetiva em 1840, mais uma vez, com efervescentes debates na Câmara dos Deputados, partindo da proposta Relatorial do Ministro da Marinha, Jacinto Roque Pereira Sena, com a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros, que culminou, finalmente, com as ideias de seu Sucessor Joaquim José

⁵³ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1836, p. 8. Disponível em ddsnxt.crl.edu/titles/142. Acesso em 21 jul. 2018.

Rodrigues Torres, a criação de uma escola de Marinheiros, como primeiro órgão fixo de formar os Marinheiros, as Companhias fixas de Aprendizes-Marinheiros.

2.2 ENTRE DISCUSSÕES E IDEIAS PARLAMENTARES, FOI ASSIM QUE NASCEU O PRIMEIRO CENTRO DE FORMAÇÃO DE MARINHEIROS

Os projetos implementáveis no intuito de uma reconstrução de novos paradigmas educacionais, na Marinha, antes de serem aprovados, tinham que passar pelas Câmaras parlamentares como discorrido no subcapítulo anterior. E no uso de suas retóricas polissêmicas com sintaxe ambíguas, entre a persuasão e o saber, muitos parlamentares demonstravam uma linguagem natural sem nenhuma limitações.

Em 1840, de 3 de abril a 20 de setembro, se reuniram na Corte em 119 dias, com pausas e recessos intercalados, 104 deputados, muitos deles representando suas províncias, para aprovar leis, propor e discutir assuntos de relevância para a sociedade, entre elas estava a de fixação da força de mar para os exercícios de 1840-1841. Muitos daqueles deputados eram ou já tinham sido, em sua maioria, intelectuais e profissionais liberais de várias áreas, como advogados, amanuenses, militares, médicos, padres, professores, alguns até com título nobiliárquico, entre eles estavam a figura considerável nos debates, mais uma vez, o recém-empossado e ex-professor de matemática da Escola de Marinha ou de formação de oficiais, de 23 de maio até 23 de julho daquele ano, o Ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres.

As reuniões dos plenários, em salões com pouca acústica, seguia uma ordem estabelecida com duração de cerca de aproximadamente cinco horas: após feitas as intimações ou chamada dos presentes, aprovação da ata da sessão anterior e leitura de correspondência, dava-se início à nova sessão. Com isso, minha atenção converge a partir de 01 de junho, quando oraram os senhores Ferreira de Castro, o próprio Rodrigues Torres, Oliveira, Alvares Machado, Henriques de Resende, Montezuma, Dantas, Cazado, Marinho, Veiga Pessoa, Carneiro da Cunha e Carneiro de Campos. Entre vários deputados, somente esses citados detiveram a palavra sobre o assunto referente à Marinha; entre os deputados que pediram a palavra sobre a Marinha, estavam os senhores Limpo de Abreu e Andrada Machado, mas o discurso acabou ficando com o deputado Carneiro Cunha. Em sua explanação, Cunha questiona da Câmara um projeto de recrutamento, para que essa ideia não caísse somente

sobre as classes mais pobres e desgraçadas, pois, segundo ele, essas são as que menos interesse tinham em servir ao país⁵⁴. Subsequente a isso, foi levado ao conhecimento da câmara que a qualidade e a repulsa dos recrutas para a Marinha era lastimável, além de ser insuficiente, “as províncias enviavam homens atropelados pela velhice, impossibilitados inteiramente para a penosa vida do mar”⁵⁵. A outra questão a observar era a repugnância do recrutamento naquele debate não era algo a ser defendida por todos, pois o próprio Ministro da Guerra apoiava a rigidez da forma como era realizada causando comentários do Ministro da Marinha, entendendo que os abusos não eram aceitáveis de um país constitucional⁵⁶.

As autoridades, pensando em ter Marinheiros mais qualificados com enfoque em prover melhor qualidade de ensino, tudo isso mediante as reclamações vindas dos oficiais, por causa disso, em 1840, por meio de orientação lançada a debates e aprovado de imediato. Essa aprovação deu origem ao “Corpo de Imperiais Marinheiros”⁵⁷ que nasceu com a proposta de elevar, logo que fora possível, ao número de 12 Companhias com 106 praças cada uma⁵⁸. Essa propositura vem no momento em que as convulsões nas províncias do Maranhão, Bahia e Pará necessitava de mais Marinheiros a bordo das embarcações, por isso surge a ideia de alterar o efetivo de praças na Armada. No envolvimento das propostas, o Deputado Andrada Machado interpela o Ministro da Marinha sobre a questão se o efetivo era apropriado ou não de manter seu efeito da forma como estava, devido aos gastos que poderia haver. Já o Ministro Torres questiona alegando que o efetivo não era apropriado, principalmente para sufocar aquelas rebeliões, proteger o comércio e o contrabando no extenso litoral. Torres alega que é muito difícil manter um efetivo de 4.000 homens para tal propósito; por isso, surge a ideia de recrutar índios para serem marujos, principalmente no Pará, entendendo que os mesmos tinham experiência do conhecimento da região por ser cortada de rios, e também para enviá-los para outras regiões de conflito, como o Rio Grande do Sul. O que se vê é que

⁵⁴ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de Junho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 25 jul. 2020.

⁵⁵ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1840, p. 7. Disponível em ddsnex.crl.edu/titles/142, acesso em 25 jul. 2020.

⁵⁶ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 23 de Junho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 25 jul. 2020.

⁵⁷ O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto no 45 de 26 de março de 1840. Fonte: Coleção Leis do Império, 1840.

⁵⁸ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1840, p. 4. Disponível em ddsnex.crl.edu/titles/142, acesso em 26 jul. 2020.

também o Pará foi celeiro fértil para recrutar devido à grande quantidade de indígenas, muito desses levados para a corte com o intuito de se fazerem Marinheiros.

Com a ideia do Ministro de recrutar privilegiando cada província costeira e deixando de fora as províncias centrais como a de Minas, observa-se que isso, posteriormente, acarretou na criação de um órgão fixo para recebê-los com o objetivo de formá-los e civilizá-los, seja alguns indígenas ou não, uma forma de nacionalizar os Marinheiros e assim prestar certo tipo de alfabetização a esses desprivilegiados.

O Ministro “persuadido de que é preciso recrutar exclusivamente no Pará, o recrutamento a de fazer-se em todas as províncias marítimas e dentro dos limites que for possível, de sorte que essa prática não se torne gravosa a qualquer das regiões em particular”⁵⁹. Ora, nesse debate fixaram-se 3.000 homens para as forças de mar. Cabe aqui uma ressalva: analisando o efetivo naquele momento, verificou-se que não chegava a 3.000 Marinheiros, divididos em 954 no Rio Grande do Sul, 443 em Santa Catarina, 559 no Pará e 184 em Montevideo (Uruguai), perfazendo um total de 2.633 praças⁶⁰.

Outro paliativo naqueles debates seria a incorporação de 600 Artilheiros em tempo extraordinário à marujada, ou seja, convertê-los em marujos, isso porque, segundo o Deputado Limpo de Abreu, “a arma de Artilharia da Marinha não estava nas mesmas circunstâncias da Artilharia e da Cavalaria do Exército, muito mais deve acontecer com artilharia de terra, cujos estudos, hábitos e práticas é muito mais difícil de se adquirir”⁶¹. Limpo de Abreu quis dizer que é mais fácil um Artilheiro em se converter em Marinheiro ao invés de ser somente um soldado de terra.

O Deputado Limpo de Abreu, pensando nos gastos e na redução do Corpo de Artilharia feita pelo Ministro da Marinha em 600 soldados e até menos, propõe aumentar para 1.202 praças, por isso ele resolve mandar uma emenda à mesa, para que o Corpo de Artilharia da Marinha, quer em circunstâncias ordinária ou extraordinária, fique reduzido a 600 praças, autorizando-se o governo para lhe dar a organização conveniente. Repare que o deputado cai em contradição, pois ao mesmo tempo em que ele pede o aumento do efetivo, também sugere,

⁵⁹ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 07 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 26 jul. 202

⁶⁰ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 07 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 26 jul. 2020.

⁶¹ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 07 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 26 jul. 2020.

por meio de emenda, a redução. O outro Deputado, Rezende, em sua réplica, rebate citando o Corpo de Imperiais Marinheiros, dizendo o seguinte:

Os imperiais Marinheiros, a força decretada, seria demasiadamente exagerada, e alcançaria a 6,7 ou 8.000 praças. Ora, os soldados de marinha a bordo fazem até certo ponto o serviço de marinheiros, assim mesmo estes fazem o serviço de peças (sic), havendo apenas em cada um artilheiro, a que me parece que dão o nome de chefe de peças (sic); e como não sou profissional, espero que o nobre ministro, quando der ao senhor Limpo de Abreu, os esclarecimentos que pedi, dar-me-á, os de que a este respeito necessito. Parece-me que devemos deixar o corpo de artilharia de marinha como está, e senhor ministro ficará livre, dentro de 4.000 praças decretadas, compreender a artilharia da marinha no grau que julgar conveniente; tanto mais penso que assim que deve ser; porque no relatório apresentado por esse ministro e nos mapas anexos, vejo que muito poucos soldados existem a bordo das embarcações de guerra, tanto no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como no Maranhão, havendo em muitos apenas 2,3 e 4 soldados[...]⁶².

É importante entender que a fala desse parlamentar cita uma ideia utópica do quantitativo dos imperiais marinheiros, talvez por falta de conhecimento ou por querer algo que pudesse agregar ao projeto de ter uma força naval bem numerosa, mas aqui na delimitação temporal estudada, não houve ainda naquele momento nenhum indício que a Marinha tenha chegado a efetivos 8.000 praças.

Outra questão também diz respeito, segundo a fala do deputado, sobre os soldados fazerem as funções de Marinheiros, porém o marinheiro não fazia função de artilheiro, pois o mesmo era preparado única e exclusivamente para as atividades de bordo, quiça que fosse ao contrário, pois seria necessário ter um lugar fixo para manusear armamento, aulas de lutas corporais e instrução de ordem unida, fatos que não aconteciam. Daí o Ministro da Marinha Rodrigues Torres de posse da palavra em sua tréplica rebate a tal questão da seguinte maneira, “creio que nós podemos dar aos nossos marinheiros uma instrução tal, uma organização militar de modo que possam desempenhar não só o serviço propriamente dito de marinheiros como de soldados de artilharia de marinha”⁶³.

Com isso, a tese que eu defendo é que com esses argumentos, motivou o Ministro Rodrigues Torres a posteriormente inaugurar um prédio fixo para aulas teóricas e práticas na questão de instrução militar, ainda porque em outros países o serviço de Artilheiros a bordo

⁶² BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 07 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 26 jul.2020

⁶³ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 07 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 26 jul.2020

era feito pelos Marinheiros, como por exemplo a França, Inglaterra e Estados Unidos. Por outro lado, na Marinha de Guerra do Brasil essas especificidades de Soldados artilheiros, em alguns momentos eram feitas pelos nossos Marinheiros, então nesse caso fica uma questão; até que ponto isso era realizado de forma técnica e profissional?

Não se pode esquecer, que nesse momento conforme já dito, existia o Corpo de Imperiais Marinheiros, que se tornou uma experiência, ou posso dizer um ensaio, que seria a inauguração de uma execução para transformar os Marinheiros em corpos permanentes, organizados militarmente; mas neste ínterim se não chegar a este ponto, enquanto não chegar à definitiva organização deste corpo ou Companhia, sendo, segundo interpelação do Deputado Rezende para com o Deputado Andrada Machado, esse corpo, naquele ano de sua criação, uma Companhia de Imperiais Marinheiros que “não trabalham senão em destacamentos a bordo dos navios, e não como batalhões”⁶⁴.

A partir daí, segue um intenso debate entre o Ministro da Marinha e o Deputado Coelho sobre a questão de aumentar, organizar, dividir e nomear um comandante para o Corpo de Imperiais Marinheiros; o Ministro ainda adiciona que o fato maior não é aumentar e sim aquartelar para melhor instruir, por isso, alega que seria melhor “apresentar uma proposta para dar nova organização a estas companhias sem autorização do corpo legislativo”⁶⁵. Uma curiosidade importante a declarar: boa parte do Corpo de Imperiais Marinheiros encontrava-se embarcados a bordo da Fragata *Campista* e o restante efetivamente em outras embarcações; dos 101 que existiam, 93 estavam embarcados, segundo o mapa estatístico do ano da criação desse Corpo⁶⁶.

Após várias discussões de lides na câmara, por fim, em 08 de julho de 1840, é aprovada a criação do primeiro órgão prático, fixo e teórico de formação de marinheiros para receber instruções precisas, ficando o Corpo de Imperiais Marinheiros sendo um grupo a parte, que, de forma ordinária e extraordinária, seria movimentado para servir nas embarcações. Ainda nesse momento havia discussão sobre equiparar os imperiais marinheiros aos aprendizes, mas o ministro da Marinha rebate dizendo que “os meninos do Corpo de

⁶⁴ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 08 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 26 jul. 2020.

⁶⁵ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 26 jul. 2020.

⁶⁶ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1840, Mapa do Estado Atual do Corpo de Imperiais Marinheiros, p. 25. Disponível em ddsnxt.crl.edu/titles/142, acesso em 28 jul. 2020.

Imperiais Marinheiros de 10 a 17 anos não estão nas circunstâncias de prestar serviços; por falta de forças e instrução precisa”. Por outro lado, o Deputado Andrada Machado se manifesta dizendo que “considera o artigo que envolve uma despesa desnecessária; pois na Companhia de Imperiais Marinheiros os menores que vi adquirem a necessária instrução para a vida do mar: e o que pretende o artigo é separá-los, dando-lhes organização”⁶⁷. Em suma, o sentimento revelador do debate aponta para o melhoramento da educação militar, assim como em alguns debates havia preocupação da educação pública, mesmo com a defesa de suas agremiações partidários, pois “os projetos e propostas [...] de lei constituem fontes importantes para o estudo da ideologia educativa dominante” (ADÃO, 2002, p. 11).

Quando a palavra volta para Torres, ele rebate alegando que, mesmo após a aprovação de dividir as Companhias de Imperiais Marinheiros em 12 e colocá-los a bordo para prestar o serviço de Marinheiros, “o governo tem a necessidade de educar moços para que um dia desempenhem esse serviço [...] com jovens que queiram aplicar á vida do mar, mas para que a vida não tem para isso forças e instrução necessária”⁶⁸. Fica nesse momento mais uma justificativa que levou à criação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, pois precisava de um tipo de militar que fosse instruído de forma melhor para as necessidades técnicas e doutrinárias que a Marinha necessitava.

A propósito, não era somente a questão de criar um Corpo ou uma Companhia capaz de atender às demandas existentes, era também ter condição de recrutar, já que iria começar as obras de criação de um lugar fixo para abrigar os recrutados, pois, naquele momento, havia um *déficit* no efetivo. Também, entrou por consequência na pauta a discussão do artigo 8º do decreto de criação da Companhia que será explicitado mais tarde aqui, que dizia o seguinte: “o governo fica autorizado para ajustar maruja a prêmio, preferindo os nacionais aos estrangeiros, e não havendo quem assim queira servir, poderá recrutar, na forma das leis, as praças necessárias para completar as forças acima decretadas”⁶⁹.

⁶⁷BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 27 jul. 2020.

⁶⁸BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 27 jul. 2020.

⁶⁹ Nessa mesma discussão o Deputado Coelho para título de esclarecimento do Art 8º que menciona a palavra maruja e marinagem, para que os deputados não façam confusão, ele elucida que maruja é uma das espécies que formam a marinagem, mas há outra espécie, que é, por exemplo, que são a marinagem aqueles que aceitam ser voluntários ao serviço da armada. Ainda assim para o mesmo deputado, marinagem o gênero e maruja a espécie. é Fonte: Fonte: BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 9 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 28 jul. 2020.

Mediante isso, o deputado Limpo de Abreu se colocou positivo à questão de votar esta parte do artigo da lei dando continuidade ao recrutamento por prêmio, mesmo sabendo que é algo dispendioso para os caixas do governo. O Deputado Rezende rebate opinando em sua prédica que na presente lei se deve decretar o prêmio a pagar, não no recrutamento, mas pelo engajamento, e que no orçamento cumpre dar a quantia em geral para ocorrer esta despesa. Importa aqui realçar que, ao final de sua fala, ele vota pelo artigo, mas por curiosidade ele pede ao Ministro da Marinha qual o valor do prêmio do engajamento de cada Marinheiro.

Nesse momento, a impressão que dá é que o Ministro se perde no momento de informar os valores, pois parece que faltou um bom assessoramento de seus auxiliares para emitir as informações necessárias. Assim, Torres conjectura, em uma resposta rápida, que o valor se dá dependendo da quantidade de cada engajamento, ou em alguns casos “podem ser de 20\$000, outras vezes por 30\$000, e em outras vezes por 40\$000, conforme também o tempo em que se obrigam a servir”⁷⁰. Portanto, quanto a esse tempo, o Deputado Oliveira, interpelando o presidente da mesa, entende ser justo e razoável o prazo de oito anos para os recrutas servirem, porque um prazo menor só faria com que tivesse sempre marinheiros novos, pouco habilitados para a prática naval; e um prazo maior os impossibilitaria de saírem do serviço em estado de poderem ter outro meio de vida. O que se percebe é a caracterização do Marinheiro como um ser improdutivo e que só serve para as atividades de marinha. Por isso, a criação das Companhias de Aprendizes, tendo uma nova modalidade de ensino, daria a oportunidade dos inseridos naquela instituição estarem ali de forma melhor aproveitada. As Companhias acabam fazendo uma seleção específica na sociedade, pois adotam procedimentos pedagógicos bastante restritivos, impondo disciplina e obediência. Desta forma, o Ministro Torres discorre que “é obrigação do governo cuidar com muita solicitude e proteger a ordem social, e que um dos meios mais eficazes para conseguir este fim, era promover a instrução intelectual e moral”⁷¹.

Para que os futuros Marinheiros estivessem em atividades marítimas a bordo das embarcações, o projeto conservador tinha que trazer ideias para ter um grupo de jovens bem formados para tal intento, por isso, foi importante observar que Rodrigues Torres propunha a

⁷⁰ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 27 jul. 2020.

⁷¹BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 9 de Julho de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 28 jul. 2020.

formação de marujo bastante diferente daquele formado nas embarcações e até em terra, o que foi o caso de alguns imperiais marinheiros. A diferenciação, entretanto, não residia apenas nos exercícios práticos indispensáveis àquela formação e nos conhecimentos a serem concedidos, mas na fixação de um novo conjunto de elementos interligados, a partir do qual a compreensão prática fosse ministrada segundo um método mais voltado para o ensino somado à disciplina, de modo que um novo ensino preparatório em uma nova escola da Marinha se fez importante. Agora bastava saber onde ficaria o primeiro prédio para implantar uma nova escola da Marinha fixa para colocar esse modelo em prática.

2.3 JOVENS, RUMO AO MAR E AO NOVO ENSINO PREPARATÓRIO EM UMA NOVA ESCOLA DA MARINHA

No subcapítulo anterior, discutiu-se sobre a proposta lançada para debate de obtenção definitiva da autorização para a criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, com seu primeiro prédio fixo em local apropriado. Esse lugar se deu na “ilha de Boa Viagem”⁷², em Niterói/RJ (SERRALHEIRO, 2017, p. 110-111), na região metropolitana do Rio de Janeiro, o que se deu por intermédio da lei nº 148, de 27 de agosto de 1840, conforme o ato assinado pelo Ministro Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti⁷³, que mandava abrigar uma quantidade expressiva de jovens e ficar subordinada a Companhia ao Corpo de Imperiais Marinheiros⁷⁴. Para desanexar o Corpo de Imperiais das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, foi criada a primeira turma de Aprendizes nessa Companhia que iniciou com no máximo duzentos jovens com idade entre dez e dezessete anos⁷⁵. Esse prédio fixo ali permaneceu por trinta e seis anos, isto é, até o ano de 1876, quando, por intermédio da decisão nº 268, de 20 de maio, decidiu-se que fosse retirado dali e transferido para uma construção

⁷² Uma interessante curiosidade é que o prédio da Companhia foi instalado ao lado na Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem.

⁷³ Ministro, político pernambucano simpatizante liberal que, durante sua passagem pela administração da Marinha, tornou a ideia de Rodrigues Torres um fato real – por ocasião de sua vigência na pasta da Armada criou a Companhia de Aprendizes-Marinheiros na Corte, durante o primeiro gabinete da Maioridade, isto é, no Segundo Reinado. A novidade que ele traz no momento que assume a Armada foi a proposta de aumento das Companhias para 14, ver BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1841, p. 2. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 22 jul. 2018.

⁷⁴ BRASIL. Lei nº 45 de 26/03/1840, pela qual é criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, adido ao Corpo.

⁷⁵ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1840, p. 4. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 28 jul. 2018.

desocupada, adquirida pelo governo por 40 contos de réis (40:000\$000), em 1871, a qual receberia as devidas adaptações, na parte litorânea da Ilha do Governador, numa fazenda chamada São Sebastião, antiga fábrica de cal (1861-62), pertencente a Maria Isabel Rosa do Amaral, também conhecida como viúva Amaral. Nesse local, também foi a residência do comandante e de demais oficiais da Companhia de Aprendizes-Marinheiros. Um dos fatores que motivou a transferência dessa Companhia para a Ilha do Governador foi a reclamação de seu comandante à Corte; o Capitão Tenente José da Cunha Moreira solicitava novas instalações para o aquartelamento da Companhia, já que as chuvas estavam provocando sérios danos nas instalações da fortaleza, tornando inviável o aquartelamento naquele local⁷⁶.

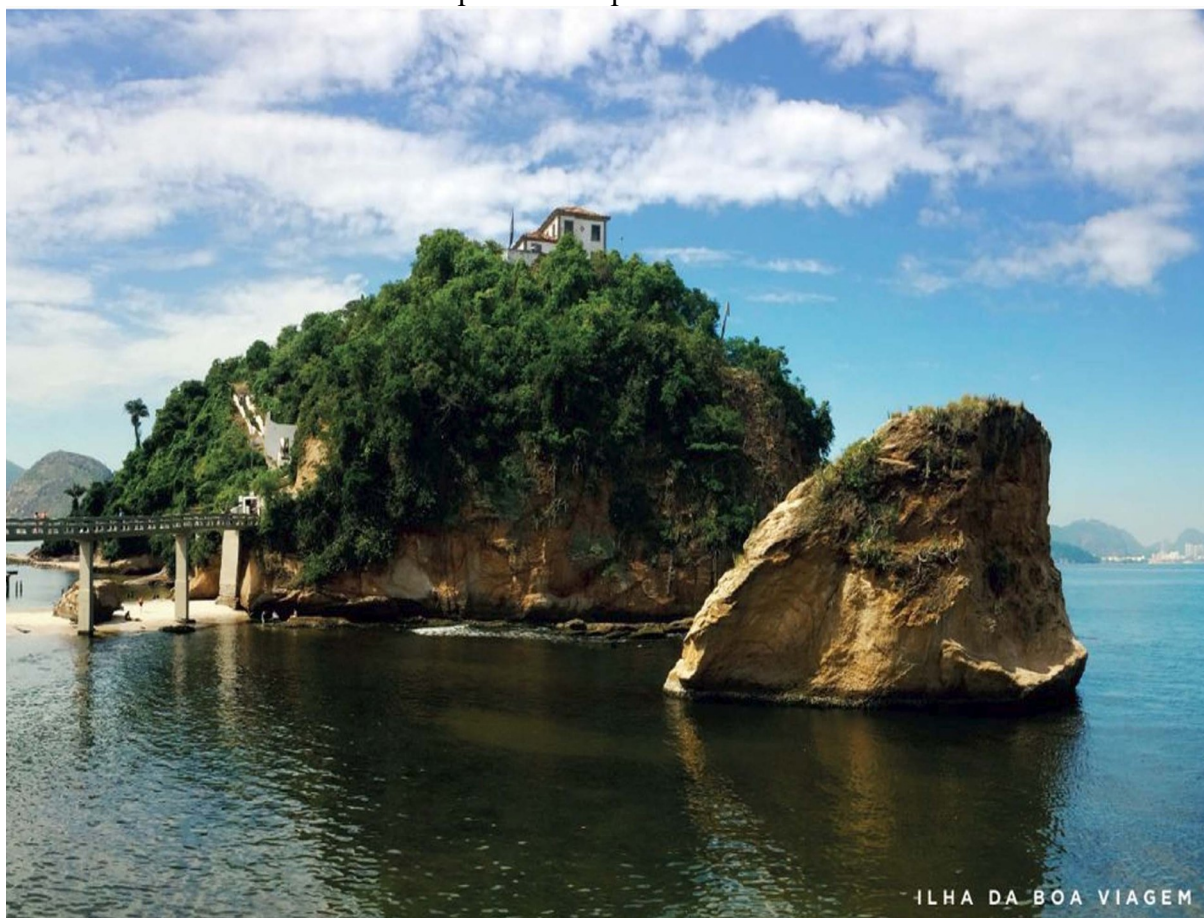
Havia a questão estratégica na instalação dessa Companhia, devido à possibilidade de reduzir as fugas, por causa da Ilha do Governador ser formada majoritariamente por mata fechada e em grande parte ser rodeada por pequenas praias que davam acesso à Baía da Guanabara, somados também ao perigo de ataques de pequenos herbívoros e bichos peçonhentos, como cobras, aranhas, escorpiões, lacraias, taturanas, vespas, formigas, abelhas e marimbondos. Depois de sobreviver a tudo isso, ainda tinha a questão da falta de conhecimento e da habilidade de alguns em não saber nadar até o continente, e parece ser essa a questão da transferência daquela Companhia de Aprendizes para aquele local.

Outra questão importante a analisar, retornando o assunto sobre a ilha de boa viagem, é a questão de espaço, já que, junto ao prédio da Companhia, tinha também a Igreja de N. Sra. De Boa Viagem, reduzindo mais ainda o espaço para dar aos aprendizes as instruções de ordem unida e de armamento. De acordo com o relato do viajante Thomas Ewbank, no século XIX, a capela era abundantemente memorizada por decorações e reportava-se ao tema ligados ao mar, que poderia inspirar os Aprendizes. Ela tinha um teto pintado com cenas de naufrágio e painéis de azulejos holandeses azuis que decoravam as paredes e a pia batismal de porcelana. Segundo ele, a maior parte da decoração era resultado de oferendas de marujos e fiéis, que frequentavam periodicamente aquele espaço. Para materializar melhor o imaginário, a imagem a seguir mostra o primeiro prédio de natureza fixa e não transitória, construído em local isolado, cujo único meio de sair será por uma pequena ponte, guarnecida por um sentinela, que evitaria a ação do desertor; outro meio de sair seria a nado, algo mais dificultoso, pois, conforme já dito, possivelmente aquele que não soubesse nadar se afogaria.

⁷⁶ Fonte: Arquivo Nacional XM 562. Documento 16 de 22 de Abril de 1872 e Decisão 268 de 20 de Maio de 1876 – transfere a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Corte, da Fortaleza de Boa Viagem em Niterói.

Por outro lado, ainda havia uma forma que seria por uma pequena praia junto à ilha, que acarretaria na facilidade dos caçadores possivelmente apanharem o evasor, ou seja, essa fuga não seria tão simples assim. Observa-se, ainda, na imagem, o formato da ilha que abrigou aquele quartel de Companhia.

Imagem 1 – Ilha de Boa Viagem em Niterói/RJ, onde foi edificado o primeiro prédio fixo de ensino militar da Companhia de Aprendizes-Marinheiros



Fonte: www.google.com.br/search?q=foto+da+ilha+de+boa+viagem. Acesso em 08 jan. 2018.

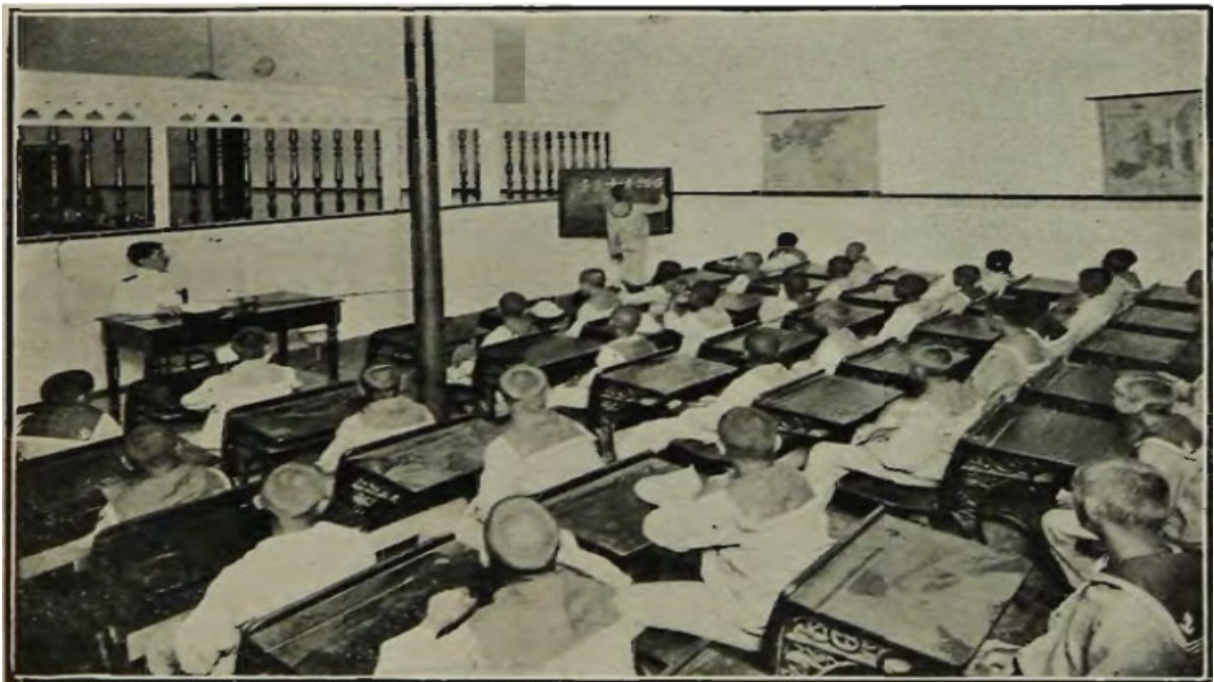
O prédio da Companhia foi erguido *had-hoc* próximo à capela construída no século XVIII. Por ficar na parte mais elevada da ilha, o quartel dos Aprendizes teve que ser edificado em outra posição menos elevada, o que acarretava em receber enxurradas das águas que danificavam sua estrutura.

A instalação da Companhia nesta ilha tinha como propósito deixar para trás a velha forma de formar um marinheiro, que consistia em recebê-los e inseri-los diretamente nas embarcações, tendo sua escola prestadora de alguma noção de navegação e artilharia, única e

exclusivamente, para os navios, e começava a partir daí uma nova modalidade teórica de formar um marujo. Assim a Companhia, tendo um novo ensino preparatório, passaria a refletir e refratar as demandas dos diversos afazeres dentro da especificidade do militarismo e o que se ensinaria na Companhia é uma seleção dos conhecimentos e valores específicos que permeiam a instituição naval.

A imagem 2 mostra como passou a se configurar a nova educação naval dentro de uma sala de aula, com uma Companhia de aproximadamente 33 aprendizes tendo aula elementar de matemática. Nas paredes, havia quadros intuitivos para o ensino de geografia, o que fazia destes espaços locais de pluralidade propedêutica.

Imagem 2 – Aula elementar na Escola de Aprendizes do Rio de Janeiro. s/d



Fonte: Dias (1910, p. 263)

Observam-se, na imagem, mesas e cadeiras voltadas para frente, o pequeno quadro na diagonal, um púlpito elevado, dando mais ênfase visual ao professor e/ou instrutor, o que fazia com que aquele espaço chamado de sala de aula passaria ser um local de dúvidas e, quando estas existissem, ela não deve ser considerada como somente um local físico, mas, sim, como um momento de construto social e intelectual. Assim, para completar o cenário, um local de uniformidade, disciplina e segurança; digo segurança, pois, ao contrário das

embarcações, em que os jovens estavam sujeitos a cometer algum deslize, disciplinar ou físico, acarretando em sofrer vários danos, a sala de aula dava aos jovens a oportunidade de serem resilientes e aprenderem teoricamente, nessa Companhia.

Essa Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio de Janeiro, que, segundo Dias (2017, p. 14), foi “a primeira a ser consolidada no Brasil Imperial”⁷⁷, iniciada no Segundo Reinado, e não foi um órgão de ensino completo, pois teve seus altos e baixos, mas também o início do seu apogeu se deu em 1855, quando começou a política de expansão das Companhias pelo Brasil afora. As Companhias vieram para dar à Marinha esperança frente aos problemas encontrados quanto às baixas e deserções que estavam acontecendo. Tamanho era o esforço de recrutar e manter os jovens nas Companhias que o Ministro autorizou, como forma de incentivo, dar um prêmio de 12\$000 réis aos pais que entregassem suas crias nas Companhias de Formação de Marinheiros. Outra condição, para não ter muito trabalho na hora de ensinar, era a de que esses jovens “preferencialmente tinham que ser filhos de oficiais de apito, Marinheiros, inferiores ou soldados de Artilharia da Marinha ou de quaisquer outros militares de emprego nos arsenais de Marinha” (ANTUNES, 2011, p. 17). Outra opção, sem precisar de decreto, foi fazer alterar no tempo de serviço para os Aprendizes-Marinheiros que se alistaram voluntariamente para cinco anos de serviço, enquanto para os que caíam na malha do recrutamento o tempo de serviço era de oito anos consecutivos.

A insatisfação das Forças Armadas da época, tanto o Exército quanto a Marinha, relativa à qualidade e quantidade de suas praças, referente à educação, era tamanha que foi o que motivou a criação das Companhias de Aprendizes para dar um *feedback* favorável a seus ministros e oficiais. “O investimento na educação de menores representava trabalho barato e garantido, e a possibilidade futura de soldados mais qualificados” (ANTUNES, 2012, p. 17), e servia para guarnecer os quartéis e as embarcações da Marinha.

O que fundamenta a ideia de que esse local foi o primeiro centro fixo na Corte, que recebeu Aprendizes-Marinheiros em quatro paredes, ou seja, em sala de aula de maneira mais pedagógica com professores à frente, tirando-os de bordo dos navios como escola, está

⁷⁷ O trabalho de doutorado de Jorge Antonio Dias (2017) procurou, de forma abrangente, destacar os momentos históricos e políticos percorridos para que fosse criada a Companhia de Aprendizes da Corte, discutindo e examinando esse processo com base nas diferentes ideias que permeavam as ações de diferentes Ministros da Marinha e as legislações específicas referentes à criação e regulamentação da Companhia. Ele defendeu sua tese de que as Companhias de Aprendizes foram fundamentais no processo, ainda que parcial e incompleto, de instrução e educação formal dos marinheiros iniciado em meados do século XIX.

baseado no relato do etnólogo estadunidense que passava por terras tupiniquins à época, e que visitou a Ilha de Boa Viagem. Seu nome era Tomas Ewbank e ele discorreu sobre o ambiente rotineiro daquele local, transcrevendo de forma impactante, a ponto de me chamar atenção, pela narrativa de forma detalhada, a tudo aquilo que estava vendo, o que lhe causou perplexidade, relativo aos elementos que compunham o quadro subalterno da Marinha imperial brasileira. Jorge Dias (2017) questiona essa perplexidade, pois não era de admirar que o viajante tenha encontrado índios entre os jovens aprendizes. O fato é que Ewbank visualizou o fato da seguinte maneira:

Chegamos a uma porteira de pedra. Passar por ela sem asas era impossível: do lado de dentro ficava uma sentinela de mosquetão e baioneta. Era auxiliada por um companheiro de quepe, jaqueta azul, uma caixa de cartuchos ao lado, e uma espada à mão. Nenhum desses guerreiros ia além de quatro pés de altura nem dez anos de idade. Percebo que um deles era índio. O que tudo isso significa não concluí nem tive fôlego para perguntar. Deixaram-nos passar, e passamos os dois suando e palpitando, exaustos, em direção ao santuário. Tomando ora este, ora aquele caminho, paramos finalmente para descansar, quando H me disse que o lugar tinha sido ultimamente pouco visitado por devotos, e que o governo tinha estabelecido ali uma escola para uma centena de meninos serem educados como marinheiros. O comandante era seu velho companheiro de armas. [...] Junto a um mastro de bandeira perto da igreja, ostentava-se um par de sentinelas liliputianas. Outros varriam os caminhos. Numerosos índios estão entre eles, principalmente índios domesticados, dos estabelecimentos jesuíticos. As autoridades recolhem-nos onde possam encontrá-los e mandam-nos para as escolas navais daqui. Dizem que acabam dando bons marinheiros. Afirmou-me ainda que os aborígenes, os selvagens e os mansos, ligam pouco para os filhos, às vezes vendendo-os por um trago de cachaça, e que seus filhos não dão importância maior aos pais. Para ilustrar estes sentimentos, o comandante chamou, por sugestão minha, um rapazinho das proximidades do Amazonas. Respondendo aos interrogatórios, disse-nos que o seu pai tinha morrido e que ele queria ir ver a sua mãe (EWBANK, 1990, p. 196-199).

Torna-se imperativo analisar detalhadamente aquele ambiente encontrado por aquele estrangeiro, devido à expressiva quantidade de rapazes com características indígenas, o que hipoteticamente denota que o recrutamento era não somente de jovens pobres, mas também de etnias inclusive indígenas e os marginalizados.

A passagem desse sujeito, residente nos Estados Unidos da América, é o ponto de ligação entre culturas diferentes. Contudo, o que o fez se espantar com aquilo que observou, de certa forma, “corrobora com as assertivas acima que diz respeito à percepção oriunda de uma zona de contato que se estabeleceu na relação entre culturas díspares produzidas pelos relatos de viagem [...] do deslocamento e do encontro de duas culturas diferentes [...]” (DIAS, 2017, p. 300). Outro fator que chamou mais atenção desse viajante foi o pleito de um

pequeno menino Aprendiz-Marinheiro índio e órfão de pai, que gostaria de rever a mãe, mas, por ser tão jovem e estar tão longe de sua casa, isso demonstra que eles preferiam estar junto a seus pais. Essa realidade do saudosismo era o sentimento de grande parte dos recrutas que integravam as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, vindo de regiões longínquas.

O fato é que essa Companhia de Aprendizes não nasceu de forma simples, pois houve embates parlamentares sobre os gastos que estariam imputados para ter esse nascedouro naval, mesmo sabendo que a aristocracia conservadora não tinha interesse de que as classes mais baixas possuíssem quaisquer possibilidades de amparo do estado em amplo sentido. Isso se coloca não somente na Companhia de Aprendizes-Marinheiros, mas, também em relação à implementação de escolas em geral.

É claro que, após a promulgação da lei, que criou essa companhia, ocorreram intensos debates na Câmara e se avolumaram com direção, redundantemente, ao cabedal financeiro do Império, devido aos grandes gastos dispensados para formar um Marinheiro, pois para uns estavam sendo um equívoco os dados numéricos apresentados quanto à proposta de fixação de força para os anos de 1841 e 1842. Essas propostas de fixação de forças não fluíam com muita naturalidade nos debates, pois havia intensões salutareis de consolidar a ordem naval, não só na organização e na estruturação do ensino, mas também no quantitativo da força. No entanto, quanto aos militares ativos embarcados e desembarcados, como o caso dos Imperiais Marinheiros e dos Artilheiros navais, segundo o Senador Sr. Vasconcelos,

a comissão não propõe fundos para diferença de 1.500 praças extraordinárias, e a razão é que a lei vigente de fixação de forças, marcando o nº de 4.500 praças, refere-se às forças navais ativas, isto é, as forças efetivamente embarcadas e em atividade do serviço naval. Não terá, porém, de acontecer o mesmo no próximo ano financeiro, porque o projeto, marcando o máximo de praças em 1.000, não trata de forças navais ativas, mas simplesmente de forças navais compostas de indivíduos de todas as classes, e que compreendem os embarcados e os desembarcados⁷⁸.

A criação desse braço naval ligado ao ensino fixo em terra demonstrou claramente que formar um Marinheiro e manter o efetivo nos meios navais, não era só sobre captá-lo a ermo e inseri-lo nas embarcações com aulas práticas, mas comprovou a importância de se terem aulas teóricas, como novo modelo de ensino preparatório, o que fazia aumentar as qualidades técnicas e profissionais frente aos eventos beligerantes que estavam acontecendo naquele momento, além de abrir mais espaço para o recrutamento voluntário em detrimento do

⁷⁸ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 25 de Maio de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 01 ago. 2018.

recrutamento forçado, fazendo melhorar os padrões de recrutamento. Entretanto, tudo isso custava caro para a nação, tanto que o próprio Senador Vasconcellos interpela o presidente da casa Parlamentar, dizendo o seguinte: “[...] eu julgo que esta despesa pode suprimir-se, e eu apelo para V. Ex^a.; diga V. Ex^a., visto que o nobre ministro da Marinha não quer tomar parte no debate, se devem gastar 11 contos de réis com marinheiros que ficam em terra [...]”.

No entanto, se formar um Marinheiro custava caro, por outro lado, colocar o Estado presente na figura da Marinha na questão educacional era quase impercebível, por estarem à frente de uma sociedade escravagista, déspota e formada para prestar apoio a uma minoria encarregada do controle sobre as novas gerações. Ficava claro a contraste da norma que defendia a educação primária para todos, mas na prática não se concretizava. O governo imperial atribuía às províncias “[...] a responsabilidade direta pelo ensino primário e secundário, através das leis e decretos que vão sendo criados e aprovados, sem que seja aplicado, pois não existiam escolas e poucos eram os professores” (NASCIMENTO, 2004, p. 95). A partir do momento da implantação de um prédio fixo, com cadeiras apropriadas, quadro negro, respeito ao professor, uniformes iguais, era um tipo de ensino preparatório com intuito de não só melhorar a qualidade do Marinheiro, mas também de amenizar o analfabetismo nas províncias.

Mesmo sendo oneroso ou não, entendo que era necessário tirar os Marinheiros somente das atividades práticas a bordo, e, assim como, direcioná-lo a um local específico para ter aulas teóricas para não só formar propedeuticamente, tirando-os do analfabetismo, mas dar-lhes um toque de qualidade, mediante algum momento que a nação encarava como, por exemplo, a Revolução Farroupilha⁷⁹ que será discorrida adiante.

2.3.1 Os efeitos da formação da marinhagem sobre atuação beligerante frente a Farroupilha

A abordagem sobre a importância da formação de uma marinhagem nacional e sua atuação a bordo dos principais vasos de guerra da Marinha imperial brasileira e as ações, sobretudo da Revolução Farroupilha, pelo viés do contexto histórico militar, especificamente,

⁷⁹ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 25 de Maio de 1840. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1840/1840. Acesso em 01 ago. 2018.

quanto aos aspectos relacionados à batalha naval, dependia não só das ordens emanadas pelos comandantes, mas também de uma boa marinhagem.

Entre vários movimentos está a Guerra dos Farrapos, com duração de 10 anos. O problema central está na análise dos efeitos que tiveram a criação das primeiras Companhias de Aprendizes-Marinheiros frente àquela guerra. Nessa perspectiva, cabe aqui narrar a desenvoltura da Esquadra para abafar a pequena força naval farroupilha naqueles tensos momentos em uma região específica no Brasil meridional.

Com a independência política e administrativa do Brasil frente aos lusitanos, a história da Marinha imperial brasileira começou a mudar. Com a notícia do ato ocorrido à beira do Riacho do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, que chegava a todo momento por meio de correspondências nas províncias, muitos movimentos sobre a instigação política, a favor e contra a emancipação do Brasil frente a Portugal, começam a eclodir. Após a independência, um pouco mais de uma década após brado retumbante, as províncias do Rio Grande do Sul e do Pará se rebelaram contra o governo central. Segundo Flores (1978), foi a partir de 1828, deu-se início no Rio ande do Sul, especificamente em Porto Alegre, um plano para se instaurar uma revolução de cunho liberal e republicano. Assim, o movimento de guerra mais longo e desgastante para a Força Naval que estava em formação foi o da província do Rio Grande do Sul e, por essa razão, é um dos focos prioritários da nossa discussão.

Para abafar aqueles tensos momentos, seria necessário ter uma força naval de pronto uso para transportar tropas com rapidez até aquela região. Por isso, desde a proclamação da independência, o Brasil não tinha uma Marinha institucional forte, homogênea e preparada para enfrentar aqueles tensos momentos e obter a vitória. Por essa razão, foram essenciais as visões estratégicas do Imperador, de seu Ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros, o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, patriarca da independência, e de Felisberto Caldeira Brant (Marquês de Barbacena), sobre a importância da Armada para a sobrevivência e o desenvolvimento do Brasil, além da mentalidade marítima, até então inexistente em nosso povo, ou seja, capacidade de uma nação em identificar no mar sua importância, o que, através de uma subscrição popular, contribuiu com recursos para a formação da Marinha. O trecho a seguir expõe quem eram esses homens e o que eles pensavam e faziam sobre a questão da Armada:

[...] sem dúvida, os fundadores do Império eram homens de formação basicamente rural, como não podiam deixar de ser, mas a educação que muitos haviam recebido na Europa, principalmente na Inglaterra, deve ter influído preponderantemente na maneira desses homens abordarem determinados problemas nacionais. Eram eles contemporâneos da luta do poder marítimo britânico contra o poder continental da França e não poderiam ignorar ensinamentos providos de tal provação para o mundo. Talvez residisse aí a clara evidência com que previram a importância de uma Marinha para o Brasil. [...], o embaixador brasileiro em Londres, Caldeira Brant escrevia para D. Pedro I: “persiste na opinião de depender a unidade nacional da existência de uma marinha eficaz.” José Bonifácio, por seu turno estava convicto da necessidade de criar uma Marinha de Guerra que seria instrumento capaz de dar remate à independência e de colocar o país a salvo de possíveis agressões (CAMINHA, 1986, p. 282).

Essa citação ilustra as preocupações dos grupos dirigentes em construir uma Armada Nacional capaz de garantir a liberdade política do Brasil perante a Corte Lusitana. Convém ressaltar que grupos expoentes, encabeçados por Bonifácio, tiveram a rápida percepção de formar uma Armada Imperial nacional que contribuiria para transportar suprimentos para as áreas de guerra e concentrar tropas leais ao Império no combate contra os portugueses. Essa elite imperial foi responsável por recrutar estrangeiros, principalmente ingleses, sendo eles oficiais e praças que se agregaram ao projeto político de consolidação por meio da força: John Taylor, Thomas Sackville Crosbie, John Pascoe Greenfell, James Sheperd, Steve Charles Cleuley, James Norton, Samuel Gillet, George Clarence, John Rogers Gildon, Charles Watson, William James Inglis, Duncan Ma-cright, Ambrose Charles, George Cowan, Ralf Wright, Charles Mos-zehu, Joseph Hitscostam e Charles Jell. Foram contratados também três Oficiais franceses: Reol Mongenat, Junius Villeneuve e Jean Baptiste Bailly.

Cabe ressaltar que, naquele período, diversas províncias não aderiram imediatamente ao imperador e, para complicar mais ainda, se revoltaram por um longo período após a independência, não só no primeiro, mas também no segundo reinado, trazendo intranquilidade ao poder central. Esses movimentos, de cunho sedicioso, lusofóbico liberal, republicano e também separatista, perturbaram o Império, como foi o caso da revolta Farroupilha. Esse movimento, que durou de 20 de setembro de 1835 a 1 de março de 1845, era também de cunho federalista. Assim, Aldo Janotti, em seus estudos sobre o período em questão, denominou essas ameaças desagregadoras de “o grande temor e a grande preocupação” (JANOTTI, 1990, p. 169-214). Em minha visão, a atenção especial dá-se em considerar que havia “sedição”, além de ser “separatista” e, também, perturbava o Império de modo que os

movimentos eram ilegítimos, por isso o “envolvimento das Forças Armadas”⁸⁰ e, do ponto de vista constitucional, essas rebeliões eram fora da lei, que havia algo como uma “unidade federalista”, isto é, um sistema de governo no qual o poder é dividido entre o governo central (a União) e os governos regionais independentes e soberanos em torno de um centro comum, do qual alguns queriam se “separar” e que o Império evitava acontecer como um projeto engendrado pelos conservadores. O fato a considerar é que, até a metade do século XIX, o Império só existia para os monarquistas do Rio de Janeiro, onde houve uma proscrição movida pelos saquaremas, que além do que “tinham seus interesses próprio”⁸¹, o que motivou a contratação dos mercenários de outras nações como Greenfell, para debelar movimentos daqueles que não aceitavam ser submetidos desde o Rio de Janeiro. Isso desde a Confederação do Equador, ou de antes, desde a revolução dos Padres (1817), que culminou no rompimento com o império lusitano.

O fato é que a Armada desempenhou papel decisivo na manutenção da unidade territorial, mesmo que tímida, aproveitando-se como pano de fundo da crise do Antigo Regime, identificada a independência política nacional. As ações contra os farrapos cristalizaram certa reputação aos ideais de consolidação do Império. Assim, segundo Frota (2000, p. 319), “as múltiplas agitações reprimidas com habilidade e presteza conduziram à formação do forte prestígio monárquico [...]”.

Por outro lado, no Brasil meridional, o descontentamento com o governo central e sua ideologia era enorme, como por exemplo, no Rio Grande do Sul, e a repulsa pelo elemento português foi preponderante pelo fato de grande parte dos cargos públicos e militares estarem nas mãos dos lusitanos. Muitos grupos audaciosos almejavam, juntos com as elites, os propósitos liberais, como listados por Boiteux (1935, p. 6-7):

Sociedades secretas, uma imprensa extremada e retaliadora influenciada por exaltados carbonários italianos, por agentes dos teimosos caudilhos platenses e por liberais avançados (apelidados pé de cabras e farroupilhas) semeavam ideias livres e adiantadas e o espírito de repulsão contra os elementos retrógrados na maior parte os

⁸⁰ Fonte: Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Cap. II, Art. 102, inciso IX. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm, acesso em 25 mai. 2020.

⁸¹ Havia locais de camada da população mais poderosa social e economicamente - a dos produtores (senhores de escravos e das terras) – eram estreitos, daí a persistência da contradição entre o regional e o nacional ao longo e após a luta pela independência, conflitandose Belém, Recife e Salvador, com o Rio de Janeiro e São Paulo, pela hegemonia política e administrativa do Brasil ou das regiões norte/leste/centro-sul do território (TAVARES, 1975, p. 58).

portugueses (galegos, camelos, corcundas e caramurús) e, ainda, contra as medidas injustas, muitas até iníquas, do governo do centro, com a gravação tributária, a aplicação das rendas das províncias fora dela, etc, e, finalmente, a prepotência e os abusos dos seus delegados.

Com todas essas celeumas dos liberais, a província estava se transformando numa panela de pressão pronta a explodir. Mesmo com sua chegada, em 12 de janeiro de 1834, a bordo do *brigue veloz*, o Coronel Bento Gonçalves não mediu esforços para apaziguar aquele clima de efervescência que estava instaurado, e assim ele “[...] conseguiu modificar o juízo existente a respeito da agitação liberal” (BOITEUX, 1935, p. 7). Diante do cenário político e social, em específico na região Sul, a movimentação do Estado e a energia de guerra da Armada imperial se fizeram essenciais desde o começo do conflito, pois a representação da Armada na província do Rio Grande do Sul na cidade de Rio Grande era inofensiva ou inócua.

Havia, em Rio Grande, puro descontentamento em relação ao governo central pelo despotismo e tirania ao nomear governantes que só legislavam a favor da Corte sem pensar nos ideais pampistas, devido à perda da cisplatina (1825-1828). Com isso, ao ser deflagrado o conflito, em 20 de setembro de 1835, havia certa preocupação e temor atinente à Força Naval do Império, pois com aquele poderio bélico poderia sublevar facilmente as forças insurgentes que ainda estavam se preparando para defender seus ideais, conforme apontado por Boiteux (1935, p. 19):

[...] os elementos navais existentes no Rio Grande eram ridículos e, além disso, haviam sido retirados pelo presidente da província (Braga) á época. Após a guerra do Prata, em 1828, o Ministro da Marinha mandara desarmar doze escunas e barcas canhoneiras que constituía a lagoa mirim, mantendo, apenas, uma escuna em meio armamento para evitar o contrabando.

Ao final do ano de 1835, o oficial reformado da Marinha, Capitão de Mar e Guerra, Antônio Joaquim do Couto, deu o ponta pé inicial da formação de uma modesta flotilha constituída de cinco pequenas embarcações de guerra para lutar contra as forças imperiais, que são: *Brigue Bento Gonçalves*, composto por 12 peças de fogo, comandado por José Pereira da Silva Junior; *Palhabote 24 de Outubro*, por 6 peças comandadas por Joaquim Gonçalves do Saibro; *escuna Farroupilha*, sob o comando de José dos Santos Ferreira; *Pataxó*

vinte de setembro, comandada por Miguel Antônio Magalhães; e Cutter *Minuano* sob o comando de Tobias Antônio do Santos Roballo⁸².

Nas províncias, existiam muitos oficiais reformados e poucos na ativa “para honra da classe, abraçou a causa revolucionária” (BOITEUX, 1935 apud MUNIZ, 2012, p. 45). Convém ressaltar que muitos desses oficiais eram de origem lusitana e a bordo das embarcações havia uma marujada heterogênea e relativamente amadora quanto às atividades de bordo.

Em Porto Alegre, não havia destacamentos da Marinha e sim o arsenal de guerra que estava mais sobre o comando do Exército e, então, era preciso o efetivo eficaz para defender os ideais de consolidação do Império. Por isso, a 24 de fevereiro de 1836, conforme Pinto Bravo (1959, p. 262), “uma primeira expedição naval constante da escuna *Bella Americana*, patacho *Venus*, lugre *Caboclo*, saía do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, enquanto outras ficavam se aprestando [...] transportando 400 homens de infantaria e um parque da artilharia”, esses navios compunham uma Esquadra de seis canhoneiras e treze embarcações, que atracaram numa praia na ilha de Itapuã denominada Saco do Faria, hoje Praia das Pombas, que desembarcou todos esses homens onde se confrontaram com quarenta e dois soldados farrapos sendo desses, trinta e três foram mortos em combate. Todos esses navios eram tripulados por uma marujada improvisada e desqualificada para tal propósito. Eram homens recrutados da Marinha mercante, da pesca, pegos a erro nas ruas e em portos à revelia, e havia a mescla, alguns poucos indígenas e estrangeiros formados, na sua maioria, por portugueses e ingleses remanescentes das campanhas cisplatinas e da guerra da independência. Dessa forma, foi necessária a criação das Companhias de Aprendizes com o propósito de não só formar, mas também nacionalizar e preparar aqueles homens para os futuros sinistros. Desse modo, muitos políticos convidados em sessões plenárias da Câmara dos Deputados se pronunciavam de forma veemente. Havia assuntos pautados em discussão na Câmara. Durante momentos, deputados, preferencialmente com pontos de vista distintos, discutem os grandes temas que passam a movimentar os trabalhos. Durante as sessões, o tema que rendeu muita discussão foi aquele que dizia respeito à Marinha, vindo por meio de propostas em formato de relatórios do Ministro da Marinha, subsidiados pelos oficiais comandantes de esquifes flutuantes e até informantes do Exército, com determinados tipos de

⁸² Sobre essa formação e sua composição ver em: ALMEIDA, 1935, p. 21-31; BOITEUX, 1935, p. 21.

informações chegando, em vários momentos, do sul do país. Nesse momento, o Brigadeiro e Ministro da Marinha, Salvador José Maciel, assume a pasta da Marinha com o seguinte discurso:

[...] em cumprimento da lei, venho apresentar-vos o quadro da repartição da Marinha, e suas mais instantes necessidades; bem certo que a vossa atenção e benevolência se dirigirá para administração de um tão grande elemento da força pública, à qual se acham intimamente ligadas a integridade do Império, a manutenção da lei, e da ordem, e a esperança, e refúgio dos cidadãos em toda parte, em que por desgraça nossa, a pública segurança tem sido alterada⁸³.

O Ministro assume com a função de buscar a solução para a preservação nacional. Por outro lado, seu esforço se deu como parcela do esquema de revisão da Marinha de Guerra Imperial, na dimensão em que se experimentava ampliar sua ação militar pelo litoral brasileiro. Nesse mesmo ano, tamanha era a vontade de abafar as forças rebeldes que foi feito o envio da barca a vapor *Liberal*, sob o comando do Segundo Tenente, Joaquim Raymundo Delamare, e mais duas embarcações para bloquear o canal de São Gonçalo.

Esse canal tinha cunho estratégico na questão de avançar as embarcações até a lagoa Mirim, passando por Pelotas, Rio Grande, e chegando até o rio *Cebolati* na fronteira com o Uruguai e seus principais pontos de convergências. Ali, naquele canal, havia as embarcações de guerra estacionadas, que estavam de prontidão para atacar a Esquadra Imperial. Basta também ressaltar que a maioria das embarcações não tinham estruturas apropriadas para navegação em confluente rios e canais. É claro que a barca *Liberal* não estava sozinha, havia, junto com ela, mais dezoito barcos de guerra, compostos por canhoneiras e escunas aguardando estrategicamente no lado sul da Ilha, só captadas pelos farrapos depois ao chegarem à ilha. Fechando o cerco por terra, Bento Manuel liderou todo o plano para o ataque, em 3 de outubro de 1836.

O Ano de 1836 foi crucial para atingir os determinados efeitos da formação da marinhagem sobre atuação beligerante frente a Farroupilha, no início de sua formação, para demonstrar o impacto dos fatores de “prestígio” que essa marinhagem representariam para a dissuasão nas estratégias navais em suas preparações para os conflitos em águas internas.

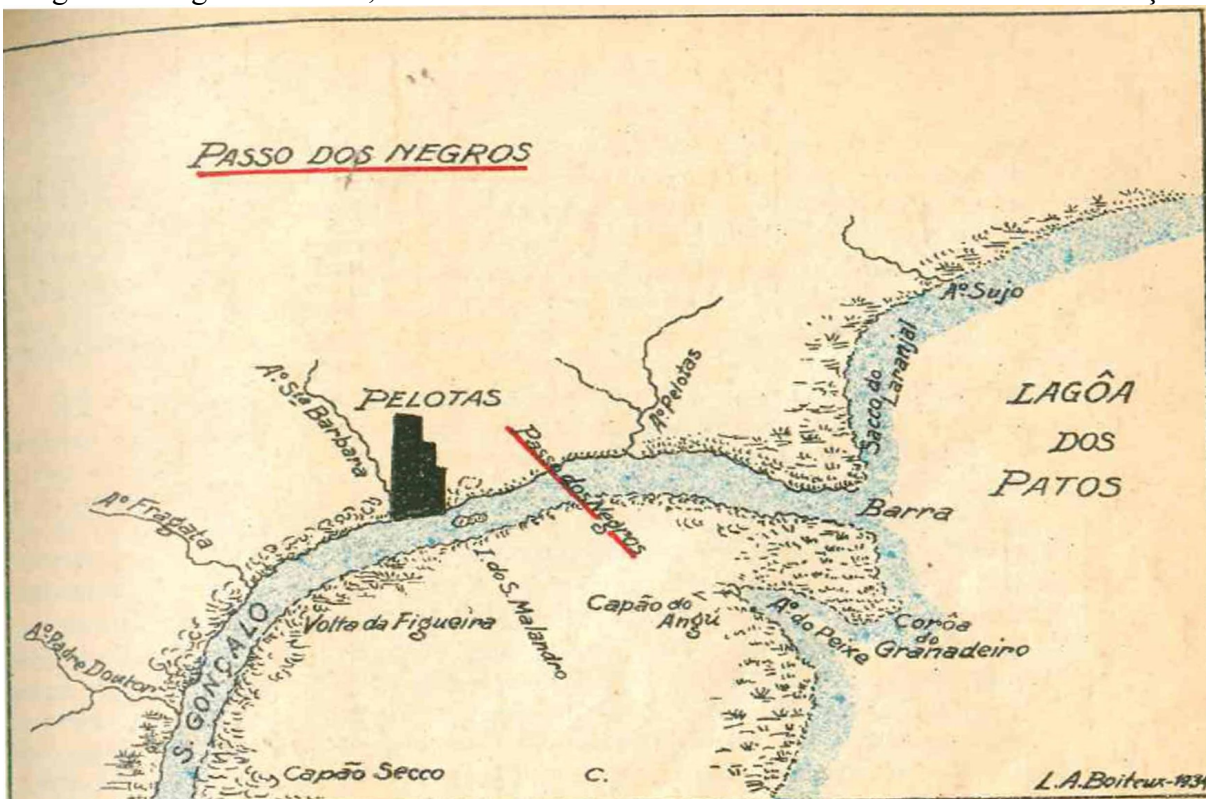
Fechando o canal de São Gonçalo e ocupando a Lagoa Mirim, enfraqueceria a resistência federalista e a pequena Esquadra desses insurgentes, não permitindo que

⁸³ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1836, p. 3. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 18 ago. 2018.

suprimentos e ajuda vindos da região costeira da província da Santa Catarina subsidiassem não só as forças marítimas como as forças terrestres de Bento Gonçalves. Afinal, os poucos barcos que os farrapos tinham, certamente, não conseguiriam dar conta de tantos navios que estavam a caminho vindo do Rio de Janeiro. Entretanto, levando em consideração que os dois lados não tinham Marinheiros prontos e experientes para tal finalidade, as forças farrapas tinham em si algo a mais para atacar e se defender; a ideologia regional e senso de nacionalismo próprio.

Movidos pelo ufanismo e o sentimento regionalista, levou aos comandos farrapos a interagir entre si estratégias para conter as forças navais vindas da Corte. Os estratagemas navais, mesmo com muitos de seus comandantes inexperientes nesse tipo de empreitada, não impediu de usar o conhecimento geográfico para tal desafio. Na imagem 3, tem-se a geografia do ponto de entrada e do ponto de saída da Lagoa Mirim e do Patos.

Imagem 3 - Lagoa dos Patos, entrada da barra do Rio Grande/RS e canal do Rio São Gonçalo



Fonte: (BOITEUX, 1935, p. 29)

Os lanchões *Farroupilha* e *Seival*, recém-lançados, adentraram na Lagoa dos Patos, depois de cercados pela frota de John Greenfell, não tiveram muito sucesso, mesmo assim, os

insurgentes capturaram alguns barcos de comércio desprevenidos, em Rios e Lagoas, distante da Marinha Imperial.

Cabe aqui uma ressalva: a barca *Liberal* foi o “segundo navio a vapor”⁸⁴ a ser empregado em conflito beligerante em águas brasileiras que teve a participação, em sua construção, dos cidadãos Domingos José de Almeida, Antonio José Gonçalves Chaves, José Vieira Vianna e Bernardino José Marques Canarim, homens de cunho progressistas que se juntaram e mandaram construir um estaleiro no Arroio Santa Barbara, em Pelotas, um robusto casco de madeira para nele assentar uma máquina a vapor, encomendada nos Estados Unidos. O primeiro teste de máquina aconteceu em 30 de setembro, no Rio São Gonçalo, em 07 de outubro aconteceu sua primeira viagem que foi da vila de São José do Norte a Rio Grande.

Outro fato curioso foi o nome *Liberal*, “que lembrava o partido de ideias adiantadas muito em voga na província e que combatia a corrente conservadora” (BOITEUX, 1935, p. 94). Na imagem, em Passo dos Negros, local em que aconteceram as primeiras operações navais e onde houve o primeiro ato de insubordinação da força contrária ao Império, que se deu quando o comandante Tobias de Roballo, do Cutter *Minuano*, componente da esquadilha farrapa, tinha sido notificado pelo comandante do Hiate *Oceano*, o Primeiro Tenente Manoel Joaquim Junqueira para que se dirigisse a Porto Alegre. O mesmo desobedeceu à ordem, o que resultou em sofrer ataque da Corveta vapor *Liberal*, junto a *Oceano* e *Pedro Duarte*, mesmo com ajuda das baterias farrapas que estavam apostos em Passos dos Negros. O resultado disso foi que o Cutter *Minuano* afundou e, no ato de desespero, “[...] seu comandante fez explodir o paiol de pólvora. Pereceu nesse desastre o comandante e mais dezoito da guarnição, sendo aprisionados os quatorze restantes” (ALMEIDA, 1935, p. 41).

Aquele ataque descortinou para Armada imperial devido à posição dos “lanceiros negros”⁸⁵ e do Exército farrapo em Passo dos Negros, abrindo caminho não só para as forças de terra, mas também para navios desembarcarem homens naquele local, a ponto de que “em 2 de junho os navios *liberal*, *oceano* e *Pedro Duarte* atacaram com resultado e duro golpe a

⁸⁴ As primeiras máquinas a vapor foram introduzidas e expandidas nos navios na primeira metade do século XIX. Ver em Araújo (2015, p. 9-22). Convém ressaltar que, em 1825, a Armada Imperial recebeu o seu primeiro navio a vapor – a barca Correio Imperial –, um Navio-Auxiliar adquirido na Inglaterra. Fonte: Marinha do Brasil, Boletim de Ordens e notícia nº 792 de 17 out. 2018.

⁸⁵ Eram negros recrutados nas charqueadas, no bojo da Guerra dos Farrapos, especialistas em ataques surpresa e cumpriam as missões mais arriscadas da guerra. Ágeis e resistentes, eles mantinham, durante quase toda guerra, uma antiga e eficaz tática de combate. Combatiam tanto a pé como a cavalo, usavam lanças de três metros, manejavam adagas e também serviam-se de armas de fogo – quando haviam munição. Para saber mais sobre o assunto, ver em Hasse; Kolling (2006, p. 41).

bateria do Passo dos Negros no rio São Gonçalo ficando porém nesse combate destruído o último desses navios” (ALMEIDA, 1935, p. 41).

O navio a vapor *Liberal* saiu ileso desse combate. Independente da qualidade do comandante e da marujada a bordo, esse navio a vapor mostrou tamanha vantagem naquele momento por não depender de ventos ou rodas para atingir maior velocidade e, sim, única e exclusivamente, da máquina para avançar, ganhando assim mais autonomia naquelas lagoas e rios com objetivo principal de manter a hegemonia do poder naval brasileiro. Cabe ainda ressaltar que a bordo dessa Corveta *Liberal* estava a primeira turma formada de Aprendizes-Marinheiros, que, após esse combate, possivelmente devido às grandes avarias da *Liberal* os Marinheiros, foi transferida para o Brigue *Três de Maio*⁸⁶. Nesse caso, alguns poucos da marujada que passou pela Companhia mostrou, pela capacidade através dos conhecimentos, ter logrado êxito no palco de combate.

Em maio de 1836, o Ministro da Marinha já tinha levado a proposta de criação em seu primeiro ato, através de um pequeno relatório com pouco mais de seis páginas, com o propósito de colocá-la em debate na Câmara, para fixação das Forças navais para os anos de 1837 e 1838, em que propunha utopicamente tripular todas as embarcações com o efetivo máximo, o que não poderia exceder a 1.800 praças de todas as classes de marinheiros e 1.200 praças do Corpo de Artilharia, não podendo exceder ambos num total de 3.000, sendo o excedente permitido somente em casos especiais. Digo utópica⁸⁷, pois esse número não foi alcançado conforme proposto⁸⁸.

Além dessa proposta o Ministro com a missão manter a ordem na região Sul, ordenou armar com 41 bocas de fogo 14 embarcações de vários tipos, isso estava acarretando maior embarque de marinheiros e aumento das despesas com a ração⁸⁹. Sobre a elaboração do Relatório Ministerial, cuja temática foi lei de fixação de forças, para Santos “muitas informações não chegaram ao Ministro, uma vez que precisava reunir informações de toda a Administração Naval encaminhadas pelos comandantes e chefes das repartições da Marinha” (SANTOS, 2016, p. 82).

⁸⁶ BRASIL. Debate da Câmara dos Deputados, do dia 10 de maio de 1837, p. 8, Sr. Vasconcellos. Fonte: site: [imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=10/5/1837#/,](http://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=10/5/1837#/) acesso em 23 jul. 2019.

⁸⁷ BRASIL. Debates do dia 10 de maio de 1837, proferida pelo Sr. Vasconcellos. Fonte: imagem.camara.leg.br. Acesso em 23 jul. 2018.

⁸⁸ Fonte: ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 12 set. 2018. Analisando os relatórios ministeriais de 1836 a 1839, constatou-se que, devido a repulsa dos recrutados pela Marinha e pela quantidade de deserções, aquele número não chegou a sua realidade.

⁸⁹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1836, p. 8. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 28 ago. 2018.

Eram as estratégias bélicas que o Ministro Salvador José Maciel elaborava para suprir o engajamento dispendioso representado pelos estrangeiros as quais concebiam certo quantitativo a bordo das embarcações. Marinheiros mercantes e pescadores eram considerados trabalhadores necessários e produtivos. Com isso, seriam recrutados jovens “desocupados, ociosos sem meios de subsistências, e os que não se aplicassem assiduamente a algum ofício ou ocupação, educando-os para a mais absoluta subordinação, julgando ser esta a solução para o problema das deserções”⁹⁰. As ideias norteadoras de tal objetivo tomaram corpo quando foram criadas as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, em 1836, e, entre outros objetivos, estavam os de promover certo ensino profissionalizante aos Marinheiros e conceder boa formação militar que agregaria aos propósitos de tê-los prontos para combater os movimentos instalados em algumas províncias, como no Rio Grande do Sul. Muniz, em seu trabalho monográfico, discorrendo sobre a participação da Marinha na Guerra dos Farrapos, destaca sobre um dos objetivos da criação dos órgãos de formação de Marinheiros:

[...] conclui-se, portanto, que as Companhias Fixas de Marinheiros foram criadas para a formação de contingente para o pronto guarnecimento dos “navios armados”, destinados às operações de guerra, visando suprimir os levantes nas províncias que se insurgiram, sobretudo no Rio Grande do Sul, contra as forças navais farroupilhas (MUNIZ, 2012, p. 74).

As Companhias de Aprendizes, nasceram em um dos momentos mais conturbado do Império, fazendo ser assim necessárias para guarnecer os navios nos levantes da época. No entanto, o que foi visto, tanto na Guerra dos Farrapos quanto nos outros movimentos no norte do Brasil, foi o esmagador desejo de se granjear uma expressiva quantidade de navios para as operações navais no Sul, mas, também outras, ágeis e modernas e algumas como as propulsionadas pela força do vapor, cujas tecnologias promoveram profundas transformações na visão estratégica daqueles e de outros combates navais. Tal incentivo contribuiu, em muito, para a vitória final das forças navais da legalidade.

A Companhia de Aprendizes quando nasce se apresenta com o principal propósito social de retirar ociosos da rua; a Guerra dos Farrapos, como outras existentes naquele período, foi uma consequência disso, na qual se foi apropriado dos Marinheiros que estavam

⁹⁰ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1836, p. 8. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 28 ago. 2018.

se formando naquele momento, restritamente no conhecimento prático e foram alçados a combatentes reais nos movimentos da época.

É importante frisar que o Ministro da Marinha do período inicial da Guerra dos Farrapos, Salvador Maciel, ocupou cargos importantes na administração do Exército, sem envolver-se diretamente em conflitos que poderiam ter-lhe rendido vasta experiência de combate como oficial de campo. Logrou êxito ao usar uma tropa profissional e organizada em Companhias para sufocar o possível caos que ameaçava subverter a província de Pernambuco. Para Santos (2016, p. 83), “estava ali se configurando uma ideia de tropa regular de Marinheiros em contrapartida à marinhagem recrutada à força”. O Ministro atuou administrativamente em diferentes frentes pela Independência, na Bahia e em Pernambuco, estando ainda às voltas na guerra contra as províncias Unidas do Rio da Prata. Distante dessas questões, ainda apresentou, na província do Rio Grande do Sul, um projeto de criação de seis Corpos de Cavalaria que seriam denominados Guardas da Fronteira do Sul. Contudo, seus traços biográficos, tal como descritos por Lucas Boiteux, reforçam a tese de Adriana Barreto sobre a ausência entre o Corpo de Oficiais do Exército brasileiro, dos anos iniciais do período regencial, de conhecimentos técnicos específicos sobre a arte da guerra, “de valores orientados por uma disciplina rigorosa, incorrendo para que os militares não se constituíssem em um grupo unificado detentor de uma forte identidade corporativa” (SOUZA, 2004, p. 161).

Uma hipótese plausível seria considerar que Salvador Maciel teria, com esse gesto, demonstrado uma boa convivência com esses braços das Forças Armadas e com as representações de parte da elite civil e, aliado a isso, certa demonstração das dificuldades históricas e sociais impostas pelo recrutamento às duas armas – Marinha e Exército. Outra possibilidade, relacionada à primeira hipótese, teria sido a aproximação do Ministro Salvador Maciel com o seu antecessor o então ex-Ministro da Marinha, Rodrigues Torres, enquanto este ainda desempenhava suas funções como lente substituto da Academia Militar, durante o período de 1826 a 1833 (com intervalo de dois anos, de 1827 a 1829), quando esteve licenciado e retornou à França. Rodrigues Torres paulatinamente era admirado e respeitado, inclusive pelos mais intransigentes adversários, como mestre, redator doutrinário da folha *Independente, moderado* inicialmente, integrante da Sociedade Defensora e Ministro da Marinha. Ambos partilhavam inclusive da ideia de que os verdadeiros homens do mar

deveriam ter sua formação completada quando embarcados. No ano seguinte, com a Guerra dos Farrapos ainda em curso, segundo seu regulamento de 1837, estariam destinados a formar uma Escola de Marinheiros Nacionais para o serviço da Armada⁹¹.

É verossímil, no entendimento político, que a principal maneira de adquirir Marinheiros seria criando esse braço naval de origem francesa. Por esse e outros aspectos, ficaram evidentes a admiração e a influência do modelo francês de organização militar defendida por Rodrigues Torres. O empossado Ministro Maciel assumiu a pasta da Armada em um dos momentos mais conturbados da Regência, o que requeria da Armada um fôlego a mais para abafar as tensões que estavam acontecendo.

Atinente àquele movimento em voga, uma das primeiras ordens de Maciel como Ministro e comandante da força foi orientar o Capitão de Mar e Guerra, John Pascoal Greenfell, a retirar-se do Rio de Janeiro com a Esquadra para Rio Grande, em 05 de junho de 1836, com o propósito de subjugar os rebeldes do Rio Grande do Sul. Antes de cumprir sua missão, o comandante Greenfell recebeu as seguintes instruções do Ministro:

[...] devendo V.S. partir amanhã para o Rio Grande do Sul no Brigue-Escuna *Leopoldina* tenho hora de significar-lhe que sendo objeto da presente comissão ficar ali com as Forças Navais do seu comando ás ordens do respectivo presidente, desempenhar todas incumbências de que for por ele encarregado, a bem de sustentar o governo legal, proteger os cidadãos pacíficos contra as tentativas dos sediciosos, procurando imprimir em todos indivíduos, que compõem as referidas Forças, entusiasmo e energia, tão necessários em semelhantes ocasiões, e conservando a disciplina, de cuja inteira observância depende sempre o bom resultado de todas as operações [...] e evite derramamento de sangue brasileiro (sic), e mantenha a integridade do Império (BOITEUX, 1935, p. 31).

Os apontamentos sobre esse período indicam a responsabilidade do Ministro Maciel referente àquele momento tenso. Em seu relatório, o Ministro lista os navios que a Armada possuía naqueles períodos sediados nas províncias do Império. Conforme referenciando em seu relatório, havia, entre navios com características bocas de fogo, transportes e paquetes, o total de 450, sendo que 44 estavam sediados no Rio Grande do Sul⁹². Igualmente, muitas dessas embarcações tinham sido apreendidas no porto de Rio Grande/RS, como citado acima, “e outras compradas pelos rebeldes, por pequena soma e outros extorquidos por

⁹¹ BRASIL. Decreto de 1 de julho de 1837, disponível em: www.legis.senado.gov.br/siscon. Acesso em 15 jun. 2018.

⁹² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1836, anexos. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 08 set. 2018.

particulares” (BOITEUX, 1935, p. 20). Todavia, muitos desses vasos (navios) não estavam atracados nesse porto, outros provavelmente estavam no mar ou fundeados em milhas distantes da costa Sul ou na Lagoa dos Patos ou Lagoa Mirim. Segundo Bittencourt (2006, p. 87), “a Marinha passou a atuar em cooperação com o Exército no transporte e no abastecimento das tropas, apoiando ações em terra com o fogo dos canhões embarcados”. Os combates não ocorreram em mar, mas em águas restritas, como as Lagoas dos Patos e Mirim, entre outros rios e lagoas.

O ano de 1836 foi de muita ebulição para ambos os lados, pois muitas batalhas navais foram acontecendo ativamente pela esquadilha farrapa, sendo que obtiveram vitórias e também derrotas, usando o emprego principalmente de duas embarcações como: Brigue *Bento Gonçalves* e patacho (sic) *20 de setembro*. As batalhas citadas por Bravo (1959, p. 264-265) foram: “assalto e tomada do forte do junco, em 23 de agosto de 1836, tomada do forte de Itapuã, em 28 de agosto de 1836, combate e capitulação da ilha do Fanfa, entre 3 e 4 de outubro de 1836”⁹³. Naquele primeiro combate naval da Guerra dos Farrapos, relatado anteriormente, quando opôs o Iate *Oceano*, da Marinha Imperial, e o Cutter *Minuano*, dos revoltosos, na Lagoa Mirim, quando o navio rebelde foi posto a pique, teve-se uma demonstração de força da Marinha imperial, mas não quer dizer que a marujada estava na sua essência preparada para isso, devido ao fato desses militares serem recrutados nas camadas populares à revelia, usando três requisitos, o recrutamento forçado, o voluntariado e através de prêmios. A rápida formação dentro das Companhias de Aprendizes e a falta não só de conhecimento da área de ação, mas também de experiência geraram algumas derrotas no Rio Grande do Sul. Os revolucionários, após montar sobre uma barranca do rio uma bateria de duas peças, aproveitando a escuridão da noite, dispuseram cerca de 600 atiradores que, coadjuvados por duas peças de artilharia, romperam, ao amanhecer, cerrando fogo sobre os navios, os quais não esperavam pelo violento ataque (MUNIZ, 2012). Em 1 de fevereiro de 1838, o combate no Rio Cahí demonstrou que a esquadra imperial não estaria sempre mantendo sua supremacia, pois as duas embarcações, lanchão e canhoneiras número 7 e 9, comandadas respectivamente pelo Primeiro Tenente, Antonio Santos Bélico, e pelo Primeiro Tenente, Manoel Pereira da Cunha, foram atacadas por mais de 1.900 homens, compostas por

⁹³ É pertinente ressaltar que houve outros confrontos navais entre as forças farrapas e as forças imperiais, mas, por não ser o objetivo desta tese, não me aprofundi em todas as batalhas navais ocorridas na Guerra dos Farrapos.

mais de duas peças de artilharia, sob o comando do General revolucionário Bento Manuel, acarretando em inúmeras perdas das guarnições compostas na sua totalidade por Marinheiros contratados. Isso indica que boa parte dos Marinheiros formados nas Companhias de Aprendizes da Corte não estava participando desses combates. Naquele palco de combate, “a canhoneira nº 9 era composta por elementos bisonhos. Tendo se arrebetado uma das espias, foi o navio encalhar junto a barranca onde se achava o inimigo e os revolucionários apoderaram-se dos navios” (ALMEIDA, 1935, p. 77). Naquele episódio, sob o comando da força naval Frederico Mariath, segundo Almeida (1935, p. 78), “logo que ouviu os tiros, deixou o fundeadouro em que estava e com os navios *Liberal* e *Cassiopéa*, o comandante Frederico dirigiu-se com a sua Esquadra para o local indicado”, onde ao chegar não mais encontrou vestígio da luta, não podendo assim socorrer os seus comandados.

Nesse episódio, a emboscada como elemento surpresa foi fundamental para o sucesso das forças federalistas, que contaram ainda com o despreparo das guarnições das referidas embarcações imperiais, o que demonstrou a falta de preparo de alguns Marinheiros imperiais para aquele combate naval. À guisa de desfecho, oferece-se ao leitor uma importante narrativa bem como posso presumir a capacidade de combate das forças federalistas, mas também a incapacidade marinheira de combates em qualquer região do país. Por outro lado, o despreparo não era motivo para tal derrota e sim a insubordinação. Muitas daquelas tripulações de Marinheiros a bordo ainda eram formadas, em grande parte, por portugueses que não tinham aceitado o “7 de setembro”. Desta forma, alguns não aceitavam ordem de atirar contra portugueses sulistas, fato muito parecido com o que houve na Bahia, quando a Marinha brasileira tinha a bordo Marinheiros e soldados da artilharia que eram portugueses de nascimento, causando a falta de confiança neles, o que era amplamente justificado pela reclamação dos oficiais e comandantes dos navios da Armada.

Analisando não só as fontes, mas também obras relacionadas àqueles eventos, constatou-se que a participação tanto da Marinha farrapa quanto da Marinha imperial teve no seu bojo batalhas travadas nos rios Cahi, Jacuhy, na Lagoa dos Patos e na Lagoa Mirim, além do canal São Gonçalo, do Rio Taquary e outros rios do estado de Santa Catarina. No entanto, faltou aos Farrapos mais articulação na questão do bloqueio na entrada do canal da barra, atacando de frente a Esquadra federalista, não deixando tomar a lagoa dos patos que dava acesso ao porto de Rio Grande, somada à falta de preparo de seus oficiais e praças, a bordo

das embarcações, talvez por falta de experiência por estarem em menor número. Ainda, desde o início da batalha, quando a Esquadra imperial não havia concentrado na província do Rio Grande do Sul elementos navais de maior eficácia, havia profissionais qualificados, sejam eles oficiais ou praças, capazes de dar-lhes um rápido golpe aproveitando-se da situação vantajosa daquele esquadramento estratégico naval, delineando assim, uma estratégia de campanha capaz de neutralizar o poder de combate da esquadilha farrapa. Contudo, a Esquadra não mostrou total capacidade para neutralizar os rebeldes, tanto que a revolta durou dez anos.

Uma das hipóteses que causou a derrocada dos farroupilhas nas batalhas navais, analisado por Boiteux (1935, p. 214-215), foi a de “os seus chefes que deveriam com um golpe certo, fulminante, assenhorar-se da barra do Rio Grande e a vila de São José do Norte, a única porta aberta à penetração dos elementos marítimos do inimigo e fortificá-la convenientemente”.

Sobre o Corpo de Imperiais Marinheiros e as Companhias de Aprendizes, em formação, Muniz (2012, p. 42) observa que “[...] levando ao entendimento de que eram extremamente necessárias, em função dos acontecimentos no país, que se dotassem as forças navais do Império com praças melhores preparados [...]”. Esse melhor preparo agregaria melhor na hora de agir durante os combates, por isso que dar atenção a essa classe, seria algo primordial por parte do Governo imperial.

Também, outro fator decisivo foram as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, que ainda estavam em fase laboral no Rio de Janeiro. Foram criadas com intuito de preparar e formar profissionalmente homens e/ou jovens, dando a eles melhores instruções e adestramentos, tendo como um dos objetivos acabar com o recrutamento dispendioso sobre a forma de contratação que estava causando perdas financeiras para os cofres públicos. É claro que a Marinha imperial se sagrou de certa forma “vitoriosa”, atuando conjuntamente com o Exército diuturnamente sendo este a força principal daquele evento. Contudo, de certa forma, a Marinha farrapa logrou êxito em sua empreitada, aproveitando-se, em vários momentos, da inferioridade com os obstáculos como recrutar sujeitos de confiança para as organizações das tripulações para suas embarcações que contavam com uma “marujada” também pega revelia, de qualquer forma para lutar contra o governo imperial. Por isso, a importância de boa formação que trata da educação dos jovens Marinheiros demonstraria melhores efeitos de

ambos os lados sobre a atuação beligerante frente a forças contrárias e a favor do governo central.

Se por um lado a marujada de Bento Gonçalves foi pega a ermo, escravos alforriados e muito recrutados à revelia do governo provincial, por outro, a Esquadra Imperial tinha seus Marinheiros formados, em fase laboral, para se transformarem em Marinheiros não só mais nacionais, mas também profissionais para os combates. Os objetivos foram estabelecer a vitória do curso da guerra, conseguir lograr êxito pretendido e sair vitoriosos, para que a região, em particular, a partir da Guerra dos Farrapos, pudesse incrementar a presença do Estado de forma eficaz e consolidada, resposta que o Imperador poderia dar à população naquele momento. Para isso, tamanho foi pelo êxito da participação da Marinha naquele evento que o Ministro naval à época, Jacinto Roque Sena, teceu bons comentários da participação dos Marinheiros:

Ninguém hoje ignora os serviços que este mesmo pessoal tem prestado, e o bio, bizzaria e denodo com que se tem comportado em diversos pontos do Império. A tomada da força inimiga na Província do Rio Grande do Sul, e o glorioso feito d'armas da Laguna falam por si. Vós mesmos, senhores, d'istos (sic) convencidos, já destes a grande prova da consideração que vos merece o pessoal da Marinha, quando decretastes as Leis de 15 de outubro de 1836 e 16 de agosto de 1838: mas permiti que eu tenha a franqueza de dizer-vos, ensinado pela experiência, que tão generosa legislação não produz o salutar efeito que tivestes em vista, preciosos são estímulos de outro quilate⁹⁴.

Boa parte dos Marinheiros, menores da idade de 10 até 17 anos⁹⁵, que estavam participando daqueles eventos, não receberam a devida atenção e o ensino necessário para combater os “inimigos”, pois, a partir de 1840, boa parte deles estava ainda em fase de formação. Chama-me atenção, porém, seu modo veemente e desesperado em tripular o máximo possível as embarcações de Marinheiros para uso nos combates. Muitos desses foram inseridos dentro de uma cultura imersa em estigmas de discriminação e preconceito, mas estavam ali para servir; contudo, muitos mal sabiam que estavam passivos de sofrer os horrores que uma situação bélica acarretava e, mesmo assim, participavam ativamente nos eventos de guerra daquele período.

⁹⁴ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1840, p. 5. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acessado em 08 set. 2018.

⁹⁵ BRASIL. Art. 5º da lei das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, apresentado no Relatório à Assembleia Geral Legislativa do Brasil, em 6 de maio de 1840, na Sessão Ordinária, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840. p. 1-2; BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1840, p. 5. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acessado em 09 set. 2018

3. ENSINAR, CIVILIZAR, E ERRADICAR PARA SERVIR: CULTURA MARUJA DO ESTIGMA PARADIGMÁTICO

Neste capítulo, discutir-se-á a respeito das questões relacionadas à forma de inserção de jovens na Armada Imperial e das maneiras como foram captados de forma compulsória, com intuito de prestar-lhes algum tipo de educação a qualquer custo, para servir à pátria. Porém, muitos desses enjeitados, sob “exclusão” social em uma cultura etnocêntrica, envolvida pelo caráter escravista permeado pela segregação étnica racial, tiveram suas vidas mudadas pela forma como foram inseridos no mundo do trabalho militar naval, que certa forma, se colocou como centro oportunista de ensino e instrução.

Assim, nas questões abordadas, levar-se-ão em conta os conceitos de cultura escolar e de categoria especificada. A primeira aponta para a conexão conflituosa numa modalidade de ensino que se apropria da rigidez e da violência, por isso que ela conceitualmente se manifesta “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 9), no caso, a cultura política imposta pelo Estado. Já a categoria especificada se tangencia pelos conceitos de classe, com uma abordagem próxima a da História Militar e com suas identidades marcadas por suas origens como ponto máximo de estigmatização como seres perigosos e malfadados.

A identidade desses aprendizes, como instrumento de submissão, baseava-se em nacionalidade, etnicidade, grupo linguístico ou ascendência, composta por sotaques regionais, mas no *status quo* herdado, atingido ou recebido. Devo considerar que as articulações, construções e reconstruções, tanto individualmente como pelo ponto de vista das esferas sociais, permaneciam em transformação e redefiniam-se mediante as interações e conflitos. Nesse sentido, as identidades formam limites e balizas entre as nossas concepções do “eu” e do “outro”. Por causa disso, desde a criação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, teve-se como função principal “moldar” os jovens na questão cultural através de dois pilares: a disciplina e a hierarquia; as suas tradições e os costumes. Nessa perspectiva, houve um abalo significativo no controle das tradições, pois elas estariam concentradas nas mãos da aristocracia social. Mesmo assim, vislumbrar a Marinha seria a esperança de ter condições de obter a cidadania e prestar algum tipo de serviço, mesmo segregado, com intuito de ter a temerária oportunidade de ensino. Não era somente a questão de inserir os jovens no mundo

dos letrados, mas a de erradicá-los da sociedade trazendo-os para a Marinha, civilizando-os, controlando por meio de sistemas regulamentais, não descartando a origem étnica e cultural, estigmatizando-os por isso, e estabelecendo os paradigmas militares. Mesmo com a oportunidade em mãos de resiliência, o ensino militar naval seria uma perigosa oportunidade de ensino, devido ao fato dos fins “justificarem” os meios.

3.1 UMA PERIGOSA OPORTUNIDADE DE ENSINO, JOVENS: O SERVIÇO MILITAR NAVAL SE APROXIMA

Considerando o iminente risco do serviço militar, os garotos necessitavam de uma atenção específica às suas necessidades de segurança e saúde enquanto possíveis prestadores de serviços numa sociedade em crescimento. Neste sentido, com o aumento progressivo da população iletrada, várias cidades das províncias, principalmente a sede (Corte), produziam a multiplicação de escravos alforriados, órfãos, pessoas de nenhum conhecimento técnico-profissional. Segundo as reflexões de Fausto (1984), miseráveis e pobres na maioria, vadios, mas também excluídos sociais, marginalizados, tais como criminosos, vagabundos e loucos, estes, passaram todos a fazer parte das pesquisas e diversos períodos do mundo acadêmico. Outras pesquisas contrapõem essa ideia são as executadas por Cunha (1986), Rago (1987), Pinto (1994) e Chalhoub (1996), entre outros. Existe aqui uma perspectiva paradoxal: eles dialogam com Thompson, para quem os desfavorecidos desenvolvem estratégias de ascensão social; não são meramente agentes passivos da exclusão social como parecem ser; se aproveitam das fraturas do sistema para a mobilidade social e estão sempre em movimento.

De certa forma, na mentalidade não só da população, mas também das autoridades, esses indivíduos “ameaçava[m] as propriedades e as vidas dos cidadãos” (CHALHOUB, 1996, p. 20). Assim, com a falta de mão de obra qualificada para os serviços navais, a captura de jovens vinha junto com a proposta de educá-los, para isso, o centro de formação de Marinheiros, naquele momento, se apresentava, para as classes dominantes civis e militares, como solução para o controle, a manutenção e a disciplinarização das camadas populares menos favorecidas.

Apesar disso, partirei de uma ótica mais inglesa, debruçado em E. P. Thompson (1981), baseado em seu conceito que norteia a consciência de classe como sendo a de que as

experiências dos trabalhadores são produzidas em termos culturais: interpretadas em ideias e aspectos institucionais, tradições e redes de valores. A experiência manifesta a evidência com a qual o historiador lida como objeto. Para ele, a história elabora e dissemina sapiências, e possui uma fala que pode ser decifrada. A peculiaridade da história são as evidências e não um corpo delineado e encerrado de conceitos (BEZERRA, 1995, p. 124). A organização teórica da evidência produz o processo histórico, como ratifica Thompson (1981, p. 51), em:

[...] uma soma unitária de comportamento humano, cada aspecto se relaciona com outros de determinadas maneiras [...]. Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um processo histórico, isto é, práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais.

É preciso, então, buscar essa consciência, por exemplo, em ocasiões mais informais, no cotidiano, na família, espaços nos quais as tais tradições e os sistemas de valores se expressam. Para isso, são necessárias outras fontes ou uma releitura, com outra ótica, no caso, militar, a qual abordarei. Os procedimentos históricos, nessa direção, compreendem o caráter ilimitado e inacabado, sofrendo constantes redefinições e modificações, em que as categorias são estabelecidas em contextos próprios.

Cabe ressaltar que, neste trabalho, não abordaremos o conceito de classe, única e exclusivamente, pelo viés do marxismo, seja ele ortodoxo, inglês, marxismo russo, ocidental, asiático, africano, norte-americano, brasileiro e/ou latino-americano, entre outros, pois discorrerei sobre a classe militar naval como uma “categoria”⁹⁶ específica, ainda porque o que difere essa classe do marxismo é o modo de organização social devido à mobilidade. Teoricamente, nos moldes capitalistas, pode-se migrar de uma classe para outra, existe uma mobilidade, pois o conceito de classe está ligado às relações econômicas com base na força de trabalho. Não é o caso aqui, isto porque não havia possibilidade, ainda naquele momento, de um Aprendiz-Marinheiro migrar de sua situação hierárquica, de praça para o oficialato, ou seja, o máximo que a maioria conseguia chegar era na graduação de Marinheiro de 1ª classe, pois as possibilidades de ascensão na carreira militar eram muito limitadas para os Marinheiros, sempre discriminados por suas origens, exceto em raras exceções, que foi o caso

⁹⁶ Convém ressaltar que me debrucei sobre essa nomenclatura para não me apropriar da palavra classe no sentido Thompsoniano, pois estaria indo de encontro à lógica do historiador inglês Thompson (1997, p. 10), que entende o significado de classe, de maneira dialética, como um processo histórico, nem como uma estrutura e nem como uma categoria rígida e cristalizada.

do Almirante Elisário Antônio dos Santos. Esse oficial era nascido em Lisboa, em 15 de novembro de 1806, filho de Manoel José dos Santos e dona Maria da Piedade; ingressou na Marinha, em 1820, como Grumete voluntário; serviu, à princípio, na escuna *Cossaca*; como primeiro Marinheiro voluntário, com funções de praticante, passou, a 1 de junho de 1823, para a charrua *Lucônia*; após cursar com distinção a Real Academia de Marinha, no Rio de Janeiro, então funcionando no Mosteiro de São Bento, embarcou a 17 de agosto de 1827 na Fragata *Niterói*, capitânia de uma das Divisões da Esquadra Imperial em operação contra a Argentina, na época conhecida como Província Unidas do Rio da Prata⁹⁷; dali por diante, seguiu carreira até ascender ao posto de Almirante.

A tese que defendo, nesse caso, foi de que Elisário era um jovem português de cor branca e arrimo de família abastada que entrou pela base na Marinha portuguesa, querendo dar a sua contribuição cívica a essa força Marítima, pois jamais se deixaria, no Brasil, algum Marinheiro de família estrangeira e privilegiada deixar de chegar ao posto de oficialato, ainda naquele período. Segundo os estudos de Pierre Paulo da Cunha Castro, ao analisar os livros de socorro de um dos navios da Armada brasileira, a Corveta “Trajano”, analisando também as hierarquias e as complexidades de ascendência, pela verificação da constituição das companhias deste corpo e do sistema de acesso ao Corpo de Oficiais:

[...] marinheiros que retornavam para o corpo nesta graduação para dar baixa da Marinha por tempo de serviço, além do que, não há um único registro de embarques de sargentos. É evidente que a graduação existia, entretanto a criação de uma carreira paralela, baseada em conhecimentos de marinharia aplicada a coordenação dos serviços nos conveses dos navios, que provia os subalternos intermediários por meio dos guardiões e mestres de 2ª e 1ª classe, tornava esta graduação praticamente desnecessária. Ao que parece, os indivíduos que alcançavam estes níveis eram empregados no adestramento e no controle administrativo das próprias companhias do corpo (CASTRO, 2013, p. 126).

A base da organização dos centros de formação de marinheiros é a hierarquia, composta por degraus e disposta fundamentalmente sobre uma ordem de prioridade entre os elementos de um conjunto ou sobre relações de subordinação entre os membros de um grupo, conceituadas gradualmente crescente ou decrescente, segundo uma escala de valor, de

⁹⁷ Transcrição de alocução realizada em Sessão memorativa ao centenário de falecimento dos almirantes Elisário Antonio dos Santos (1806-44) e Francisco Cordeiro Torres Alvim (1822-1883), que ocorreu no Museu Naval, em 27 de setembro de 1983, proferida pelo Prof. Antonio Pimentel Winz. Fonte: Arquivo da Marinha. Fundo: Extratos Biográficos. Envelopes de Elisário Antonio dos Santos e de Francisco Cordeiro Torres Alvim.

grandeza ou de importância ou com graus sucessivos de poderes, de situação e de responsabilidades.

A Marinha, assim como o Exército, dentro de um conceito não encapsulado, torna-se essencial à execução de sua política de controle da segurança nacional e destina-se a defender a Pátria e garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem do Império. São instituições regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do imperador. No quadro 4, tem-se a ordem de como era realizada essa disposição hierárquica da base.

Quadro 4 - Plano de ordenação das declaradas Companhias e Corpo de Imperiais Marinheiros

Patentes ou graduações ano 1836	Ano 1843	Ano 1845
Contra-Mestre	Sargentos ajudantes, mestre das armas e 1º sargentos	1º sargento
Guardião	2º sargentos	2º sargento
Primeiro Forriel	Forriéis	Forriel
Segundo Forriel	Cabos marinheiros	Cabos marinheiros
Cabos de Marinheiros	Marinheiros de 1º classe	Marinheiros de 1º classe
Primeiros-Marinheiros	Marinheiros de 2º classe	Marinheiros de 2º classe
Segundos-Marinheiros	Marinheiros de 3º classe	Marinheiros de 3º classe
Terceiros-Marinheiros	Aprendizes-Marinheiros	Grumetes ⁹⁸
Aprendizes-Marinheiros	-	-

Fontes: CLI, 1836, p. 215

Dec. nº 304 de 12 de junho

Dec. nº 411-A97 de 5 de Junho

Entre 1836 a 1845, houve poucas modificações na cadeia hierárquica das praças, a novidade é apropriação da nomenclatura sargento na liderança dos aprendizes. Outro fator importante a destacar é que as Companhias de Aprendizes com *status* de escola, não dignificavam esse nome, já que era insuficiente o ensino para com os “alunos”, que daquele lugar saíam, na maioria das vezes, analfabetos, o que, segundo Filho (2000, p. 25), “dificultava a ascensão ao baixo oficialato, quando na Marinha”. Por isso, para Thompson, classe é algo que diz respeito à movimentação e à experiência que as pessoas têm no interior de uma formação social e histórica. Ainda assim, trarei a classe como uma descrição que abstrai um conjunto de objetos com características similares, pois “‘classe’ [...] deriva de

⁹⁸ Na Marinha brasileira, esta é a primeira graduação depois de Aprendizes, isto é, “a primeira graduação na hierarquia do pessoal subalterno” (CAMINHA, 1996, p. 229). Já na Marinha portuguesa, os Grumetes são considerados marinheiros de baixa graduação, ou, em significado mais amplo, “moço do navio, cuja praça medeia entre os marinheiros e os pagens”, segundo Amorim (1841. p. 177).

processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 2001, p. 270), e o “conjunto das relações sociais” (THOMPSON, 2001, p. 248). Essas relações aconteciam fora e dentro das várias Companhias que, posteriormente, foram espalhadas pelas outras províncias no Império, como uma prisão de “passagem”, no sentido de servir como um espaço de correção disciplinar daqueles encontrados nas desordens, que negavam o trabalho e seu tempo de produção⁹⁹.

Então, ter os Marinheiros como “um tipo singular de trabalhador que viveu conflitos pouco conhecidos nas relações sociais, culturais e de trabalho travadas em portos e navios do Brasil e de todo o mundo” (BARREIRO, 2007, p. 2) corrobora para se entender a função representada pelas Companhias de Aprendizes-Marinheiros, sobretudo a da Corte, como um espaço que comportou e onde se manifestaram experiências vividas e sentidas, mas, também, no qual os jovens eram submetidos a regimes indiferentes ao *status* social, instrução e educação pelos indivíduos que compartilhavam o mesmo espaço de trabalho. Cabe aqui uma ressalva: quando nos referimos a trabalho, estamos fazendo alusão aos aprendizes que, de certa forma, exerciam algum tipo de trabalho nas companhias, varriam, limpavam, pintavam, trabalhavam na cozinha, e recebiam instrução militar, enquanto recrutas, e, depois de formados, a instrução remete ao trabalho intelectual plenamente realizado no interior e no exterior do homem. “Este é o trabalho humano abstrato, um elemento universal produzido pelo homem, que, no entanto, escapa às simples representações do senso comum” (ETGES, 1992, p. 83).

Depois de formados, os jovens que trabalhavam precisavam dominar as técnicas de navegação e o ofício das fainas navais, como cordoaria, mastreação e velame, isto é, deviam atuar na manutenção dos navios. Isso pode ser considerado um tipo de trabalho, muito diferente do conceito de trabalho pelo viés marxista que conceituava trabalho como a atividade humana realizada com o objetivo de produzir uma forma de obtenção de subsistência, ou seja, o trabalho é definido por Karl Marx como a atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para seu sustento.

Por mais que os Marinheiros trabalhassem na manutenção da embarcação, sempre restaria o que fazer, devido ao fato de as madeiras e os ferros estarem expostos às condições climáticas. A própria maresia e o excesso de sal causavam corrosões nas partes metálicas, por isso, alguns cuidados especiais eram essenciais para não abreviar o tempo de vida útil dos

⁹⁹ Para saber sobre o tempo de produção das fábricas e as transformações no cotidiano dos trabalhadores. Ver em Thompson (1998, p. 267-304).

conveses, como a lavagem constante com água doce, além de manter as cordas e os cabos sempre aduchados, ou seja, enrolados de forma uniforme para manter a boa estética e para deixar os caminhos livres, dispondo de uma área de circulação que permitisse o trânsito seguro da tripulação. Assim, tudo isso demandava esforços enormes dos Marinheiros em prol da segurança e da organização do “trabalho”.

Para melhor segurança e organização, foi ampliado dimensionalmente o tamanho das embarcações, mas isso tornava-as lentas e, para melhorar a velocidade, era preciso aumentar o efetivo de marinheiros a bordo com intuito de ter mais gente trabalhando nos conveses com as velas, de modo a garantir maior velocidade na navegação. Para manusear melhor as velas, era preciso maior número de pessoas para realizar o trabalho, o que causou problemas em termos de suporte de alimentos da tripulação. Para enfrentar tal problema, passou-se a considerar o trabalho de jovens, seja nos mastros como nos conveses, pois eram capazes de realizar diversas atividades ao mesmo tempo e, como alguns tinham baixa estatura, absorviam menos mantimentos, em comparação com os adultos que executavam as mesmas atividades. Isso fazia com que os jovens fossem resistentes para aguentar a dureza do dia a dia. O uso desigual do espaço das embarcações era igualmente outra dificuldade da vida embarcada, já que sua apropriação traduzia as relações hierárquicas existentes a bordo, “com os espaços menos privilegiados como os porões apertados e insalubres sendo tanto o ambiente de trabalho como de alojamento da escala mais baixa de seus trabalhadores” (VIEIRA, 2010, p. 45). Assim, a Imagem 4 denota um pouco da rotina de trabalho dos marinheiros a bordo das embarcações.

Imagem 4 - Fainas geral da marujada no tombadilho do navio Benjamim Constant (1906)



Fonte: (ANTUNES, 2011, p. 135).

Não se questiona, aqui, sobre a temporalidade da foto, mas fica a reflexão do historiador francês Michel Frizot (1997, p. 37): “sobre o olhar da história, propõe compreender o fato fotográfico como resultado de múltiplas possibilidades de pesquisas e de iniciativas em tempos e principalmente lugares diferentes”. Repara-se na participação dos Marinheiros na limpeza e na manutenção do convés dessa embarcação, sobre o olhar atento e cuidadoso do oficial ao fundo, à esquerda, com uniforme mais escuro. Isso demonstra a participação ativa dos Marinheiros para manter a limpeza e o cuidado com o ambiente de trabalho a bordo, a ponto de o Ministro da Marinha, Salvador Maciel, em seu relatório, assessorado pelos comandantes dos navios, sobre a atividade maruja, tecer elogios a respeito do bom comportamento desses homens, dizendo que “[...] é igualmente digno de maiores elogios, porque a despeito de grandes faltas, inumeráveis (sic) sofrimentos, e aturado trabalho e quando rodeados de variados elementos opostos à disciplina Militar, eles mantêm constantemente a seus superiores e fiéis e seus deveres”¹⁰⁰.

Os tipos de trabalhos exercidos pelos Marinheiros, além da “exigência da juventude”¹⁰¹, tinham que se acostumar com o jogo do navio devido na maioria das vezes serem submetidos aos grandes balanços do mar, a superar os enjoos. Tinham que aprender, desde cedo, as operações complexas de um navio, sendo as fainas totalmente dominadas e executadas após uma longa prática para se obterem diversos saberes técnicos, como mão de obra especializada. Isso cunhava o tipo especial de funções que, nas Companhias de Aprendizes, não os ensinavam, pois só sentiam e aprendiam isso somente na prática a bordo dos vasos de guerra.

Sabe-se que, nesse período, os jovens das Companhias de Aprendizes passavam mais tempo a bordo do que em terra, então, companhia só era um grupo, uma unidade imatura pronta a amadurecer, porém, a tentativa desses aprimoramento só estava no campo das ideias, pois, enquanto isso, o ensino estava se dando mesmo era na prática com variadas fainas.

As fainas aconteciam diuturnamente, eram extremamente exaustivas, exaurindo em vários momentos suas energias físicas daqueles garotos, mesmo a maioria tendo seus corpos

¹⁰⁰ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1836, p. 5. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 1 set. 2018.

¹⁰¹ O motivo dessa exigência não foi somente a falta de marinhagem, mas a situação em que se encontravam os homens: “velhos, casados e aleijados, o que aumentava as despesas da repartição”. CLI, 1866, p. 267; também ver em Serralheiro (2017, p. 86).

franzinos, fazendo parte de “uma rotina de trabalho muito intensa para as suas idades e suas constituições físicas, com pouco tempo de consolidação das aprendizagens e, ao longo da maior parte do período” (LINS, 2012, p. 16). No artigo sexto do Decreto n. 914, de 11 de fevereiro de 1852, podem-se ler as atividades rústicas de Marinheiros em relação a observar as instruções que um recruta para o Corpo de Imperiais Marinheiros tinha de aprender num navio, logo ao ingressar:

Enquanto o navio de instrução estiver fundeado no porto, os recrutas embarcados aprenderão, não só os nomes e usos das diversas partes do navio, de sua mastreação também a fazer as obras de marinheiro, como sejam costuras, redonda e de laborar, alças, rabichos, pinhas, nós; exercitar-se-ão em subir a mastreação, sair as vergas, envergar e desenvergar o pano, largar, caçar, içar, rizar, carregar e ferrar as diferentes velas, bracear as vergas, içar e arrear mastaréis e vergas de joanetes; e se aperfeiçoarão no exercício de remar nos escaleres, e de manobrar neles sobre a vela, e bem assim no de artilharia¹⁰².

De certa forma, fazer os trabalhos de “marinharia”¹⁰³ a bordo dependia da conscientização de todos, devido à troca de conhecimento na medida em que a responsabilidade era exigida para cada um dos Aprendizes. E, nessa consciência, conhecia-se o sujeito, percebendo-se de maneira ontológica o ser. Sejam Aprendizes-Marinheiros ou Marinheiros, do século XIX, ambos exibiam uma subjetiva consciência da sua situação social, porquanto nenhum daqueles jovens nasceu militar, pelo contrário, a maioria forçadamente tornou-se militar. Essa sólida afirmação, hipoteticamente, não os colocava como agentes passivos o tempo todo, pois havia rivalidades e contradições quanto ao ensino que lhe era prestado. Nessa máxima do tornar-se, também é importante compreender uma grandeza educativa que fica mais notória na ótica de Thompson, conhecido por ter se interessado pela maneira de constituição, o fazer-se¹⁰⁴.

Esse fazer-se, de certa forma, trazendo para aquela realidade naval, na prática, se transformava no aprendizado não só com atividade marinheira como também com a disciplina dos movimentos com as atividades militares. Tudo isso, tinha cunho pedagógico e instrutivo, incitando o jovem a ser mais disciplinado. Conforme o decreto nº 1517, de 04 de Janeiro de

¹⁰² BRASIL. Coleção de leis do Império, 1852. p. 31. Ver também Jeha (2011, p. 47).

¹⁰³ Compreende-se por marinharia o estudo do aparelho do navio, de sua manobra e da arte do marinheiro. (CAMINHA, 1996, p. 280).

¹⁰⁴ Tradução em português para a expressão inglesa *making* da qual Thompson se apropria para descrever um processo ativo que envolve a ação humana nesse processo de fazer-se de uma classe e que, portanto, está presente na formação de uma classe.

1855, em seu artigo 5º, tem-se que:

A instrução dos recrutas começará por ensinar-se-lhes a entrar em forma e perfilar; volver á direita e á esquerda; marchar a passo ordinário, dobrado, &c., até a escola de pelotão: seguir-se-á logo a instrução náutica, e a de artilharia, principiando por aprenderem a remar nos escaleres e lanchas, e a trabalhar como serventes de peça. Os dias, horas, duração, detalhe e mais regras a observar no ensino dos diferentes exercícios, será tudo consignado pelo Comandante Geral do Corpo em um regulamento especial, que organizará para esse fim.

A questão do fazer-se marinheiro, mais uma vez, nos aproxima de Thompson numa perspectiva mais abrangente quanto à relação entre consciência e formação de classe, ajudando-nos a pensar nesta perspectiva:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam à identidade de seus interesses entre si e contra os outros homens cujo interesse diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas sem termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

É bom pensar que, no decorrer do processo histórico, os Marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira distenderam uma incipiente consciência enquanto grupo social específico. Mesmo assim, este é um conceito que encapsula concepções de dados e dispositivos que espelham o objeto e a atuação comportamental de entidades do mundo real, representadas por objetos ou pessoas, também por ser um grupo constituído por pessoas com padrões culturais, políticos e econômicos diferentes. Se compararmos a Marinha militar imperial com o marxismo, ambos se tangenciam, mas não se igualam, pois, segundo o marxismo, em qualquer sociedade, encontramos um sistema de classes, ou seja, um sistema no qual há um grupo dominante e um grupo dominado, a diferença de um para o outro é que um tinha de posse seu meio de produção.

Marx destaca sobre uma classe social que tem consciência dela somente se sabe que está em luta contra outras classes. De um lado, temos uma categoria, os integrantes de uma oligarquia de trabalhadores navais, a saber, os oficiais oriundos da refinada aristocracia rural e escravista com títulos de nobreza, e, de outro lado, temos os indesejáveis úteis sociais, a saber, os Aprendizes-Marinheiros como grupos antagônicos e passivos, que, na maioria, são da

origem de classes, ou seja, filhos de classistas, homens trabalhadores do campo, numa sociedade majoritariamente rural. Esses homens, jovens e crianças, ao serem recrutados, passavam a fazer parte de elementos de manipulação, em que sua importância era limitada pelo interesse estatal. Não só nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros e principalmente no interior dos navios, à proa (frente), popa ou ré, bombordo (esquerda) e boreste (direita), resumindo, em todos os lados das embarcações, tinham-se as liberdades cerceadas pelo regimento autoritário e repressor, em que as desavenças ocorriam sem cessar. Era um desequilíbrio, ou seja, um equilíbrio instável, em momentos agudos, que poderia ser abalado pela menor das brisas, só que em alguns momentos ventava forte. Nesse sentido, concorda-se com Barreiro (2008, p. 194), quando o autor diz que “concebendo o navio como um espaço de lutas e contradições entre governantes, comandantes e Marinheiros [...]”. Assim como os tombadilhos e a beleza das fardas da Marinha velavam: o microcosmo dos navios de guerra que exibiam a prova tenaz a lógica excludente, os preconceitos e as adversidades daquela sociedade militar. Essas animosidades constantes levam a pensar e até problematizar o universo de rivalidade permeada por conflitos dentro do espaço reduzido que eram as embarcações na época. A hipótese dos conflitos a bordo poderia ser devido à exclusão preconceitual, que se baseou nas diferentes formas sociais e raciais retransmitido pelas teorias racialistas em voga, na Europa e principalmente no Brasil, desde meados do século XVI, com a chegada dos primeiros escravos.

A priori, nas três primeiras décadas do século XIX, mediante intensas pesquisas de “fontes no arquivo nacional”¹⁰⁵, verifiquei que, nas Galés, mais conhecidas como “presigangas”¹⁰⁶, e no Arsenal de Marinha, muitos escravos, criminosos, soldados e marinheiros eram enviados para esses lugares com o objetivo de pagar suas penas, sofrendo suplícios. Contudo, nesta pesquisa, não serão abordadas essas primeiras décadas deste século, pois tal abrangência fugiria do foco e ampliaria a delimitação temporal, causando

¹⁰⁵ Arquivo Nacional XM 726 (1816-1824), pacote 2, ANRJ, OI, XM 802, 21 de dezembro de 1829, IJ 6 maio 173 01 e 17 de outubro de 1836, XM 801 (1828), s. d, XM 801. 31 de dezembro de 1828, XM 798, 30 de dezembro de 1826, IJ6 204 maio a dezembro de 1845 e 11 de agosto de 1845. “Mapa da Presiganga”, XM 802, (1829-1830), 24 de janeiro de 1829 e XM 801, 15 de julho de 1828, XM 524 (1810-1826), 25 de junho de 1814, XM 524, 25 de novembro de 1814, XM 798, 20 de março de 1827, XM 793 de 1826, XM 802 dos anos de 1829-1830, XM 798, 12 de junho de 1827, XM 793, 1826, 15 de novembro de 1826. Sobre Sistema prisional no Arsenal de Marinha. Ver em (SOARES; GOMES, 2006).

¹⁰⁶ Era uma Nau, tipo navio, chamado Presiganga fundeada ao norte da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro entre 1804-1831. No célebre navio-prisão eram aglutinados os presos. Para saber mais sobre esse assunto. Ver em (GREENHALGH, 1998; FONSECA, 2008).

espaçamentos e certo anacronismo. Por outro lado, aqueles sujeitos estavam sob o julgo da repressão, mediante punições físicas existentes, assim trilharam os caminhos de seus estigmas, a que se encontravam submetidos, pela oficialidade, marcada pela “eugenia das elites agrárias,”¹⁰⁷ ao “regime provisional”¹⁰⁸. A repressão física e normativa submetidas aos militares subalternos era assimilada exclusivamente como um reflexo da punição exposta, ou seja, uma simples reação física à dor provocada no corpo e na alma pelo regulamento repressor chamado “artigos de guerra”¹⁰⁹, regido no interior da própria instituição naval,

Todos os mais delitos, como embriaguez, jogos excessivos e outros semelhantes, de que os procedentes artigos não façam particular menção, ficarão ao prudente arbítrio do superior para impor aos delinquentes o castigo que lhes for proporcionado; o uso da golilha, prisão no porão, e perdimento da ração de vinho, é o que se deve aplicar a oficiais marinheiros, inferiores e artífices; assim como à marinagem e soldados, que podem ser corrigidos por meio de pancadas de espada, e chibata, não excedendo ao número de vinte cinco por dia; isto é, em culpas que não exijam Conselho de Guerra (Artigos de Guerra, Artigo nº 80).

Assim, ficava complicado o uso do método violento para civilizar aquela massa de jovens dentro do aparato repressor. A peculiaridade do Estado brasileiro estava em manter o exercício da violência privada amoldada ao sistema escravista (COSTA, 1996), já que a crueldade e a violência dos castigos fazia com que buscassem, por todos os meios, a evasão nas Companhias. De certa forma, essa evasão era um tipo de motim dentro da economia moral do recrutamento.

Apropriando-se de uma reflexão nada hermética de James C. Scott (2002), dentro do conceito característico do contexto histórico-social de economia moral mais específica que estuda os camponeses asiáticos, elabora-se uma economia moral com um sentido mais amplo, que leva em conta a ética de subsistência e um senso de justiça que permeia as relações recíprocas na comunidade camponesa. Segundo Schenato (2010) reinterpretar o conhecimento profundo da economia moral local permite que os camponeses criem habilmente estratégias de resistência são testadas no cotidiano das relações de poder em que estão envolvidas.

¹⁰⁷ Sobre as concepções eugênicas e aristocráticas da oficialidade da Marinha Imperial, ver Mello (2011, p. 1-17).

¹⁰⁸ O Regimento Provisional, instituído pelo Alvará de 20 de Junho de 1796, substituiu o Regimento dos Capitães de Mar e Guerra. Tinha como propósito julgar e punir, em tribunal específico, atos de crime e contravenção cometidos por integrantes da Marinha.

¹⁰⁹ Regido em Portugal e expedido pelo Alvará de 26 de Abril de 1800. É oportuno destacar que o controle do comportamento individual, além das regras e dos castigos ou faltas, instrumentos de punição determinados por regimentos e artigos, teve mudanças só a partir de 1855, pelo Decreto 1517, de 4 de janeiro.

Com base nesses preceitos regulamentares, podemos nortear o conceito de economia moral, formulado por Edward Palmer Thompson (1998, p. 150-202), para além da reação evidente ao infortúnio gerado pelas punições corporais, e buscamos apresentar uma abordagem, entendendo as resistências cotidianas a partir das experiências dos indivíduos no ambiente do trabalho, tendo-os como agentes históricos, invocando, de forma selecionada, os costumes e tradições para legitimar suas práticas racionalmente levando suas expectativas em consideração no estabelecimento das suas estratégias de vida não só nas Companhias, mas também no interior dos navios de guerra, como um tipo de “economia moral”¹¹⁰.

Os Marinheiros, antes e depois de formados, nas Companhias, mostravam certa “visualização de diferenças de origem ou etnicidade como elementos desagregadores intransponíveis para apreensão desses trabalhadores enquanto grupo ou categoria” (CERRUTI, 1998, p. 175). Por isso, de uma forma ou de outra, culturalmente, os aprendizes e os marujos eram marcados por estigmas num paradigma social no qual ensinar, civilizar e erradicar para servir era a melhor forma de mantê-los sob o controle do Estado. Os tipos de instrução ou ensino passados para eles enquanto Aprendizes não surtiam muito efeito a bordo dos navios ou em portos, enquanto o navio atracado, mas geravam celeumas entre eles que:

[...] contendas se relacionavam com disputas e desgastes internos ao grupo, decorrentes das relações estabelecidas cotidianamente no mundo do trabalho e nos momentos de folga sobre os quais poderiam incidir aspectos diversos com os distintos arranjos identitários, de origem ou condição jurídica, a antiguidade na tripulação, as disputas por acesso a benefícios e por recursos materiais, simbólicos ou afetivos diversos, a bagagem cultural anterior de cada indivíduo, rivalidades decorrentes de fatores internos e externos ao mundo embarcado, etc. (OLIVEIRA, 2013, p. 147).

Era possível a coexistência de disputas internas entre oficiais e marujos, resultante de embates horizontais como um dos ingredientes vigentes em suas relações. Não adiantavam somente aulas de primeira letra, aulas de marinharia e instrução militar, se as relações de poder e violência, protegidas por um código disciplinar, que só abraçavam uma parte, abafavam a boa ideia de uma educação satisfatória, regrada pela preservação dos direitos políticos e civis dos cidadãos brasileiros. Ressalta-se que a própria Carta Magna salientava o direito à “Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos”¹¹¹. Nessa ótica, coube aos

¹¹⁰ Thompson (1998, p. 203-266) responde às críticas ao seu ensaio, indicando que a aplicação do conceito de economia moral não se deve retirar do contexto da análise dos “valores” ou as “atitudes morais”.

¹¹¹ BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824, artigo 179 inciso XXXII.

educadores, na figura de algumas praças e oficiais, “o poder” e a responsabilidade frente à educação na arte de ensinar devido,

[...] a legislação naval pode ser estudada pela perspectiva dos sujeitos da escola, já que é no cotidiano escolar que as políticas concebidas nos gabinetes, se transformam em realidade vivenciadas por educadores e educandos. Também as leis e suas aplicações são frutos das relações políticas e de disputas entre interesses econômico-sociais (GAZE, 2011, p. 10).

Havia interesses políticos do poder estatal, com suas ideologias próprias, crias leis para a sociedade civil e militar, com intuito de ter, pelo menos, uma parcela significativa da sociedade e dos Marinheiros alfabetizados, como seres, de certa forma, produtivos.

Aqui traça-se um paralelo, quando Althusser faz uma interpretação de Marx, sobre a classe dominante que detém o poder do Estado e a ideologia dessa classe atua diretamente nos aparelhos de Estado, aspirando a confirmar a reprodução dos meios, das forças e das relações de produção com base em interesses econômicos de uma certa sociedade. Para o autor (1998, p. 58, grifo nosso), “a escola, assim como outras instituições do Estado, tais como a família, a igreja e a **Marinha**, são espaços garantidores dessa dominação à ideologia submissa ou o domínio de sua prática”, pois nelas aprendemos as regras do bom comportamento, as regras da moral e o ensino pedagógico. Destaca-se que, naquele período histórico, “de cada 2.000 recrutas, às vezes, só dois sabiam ler” (JANOTTI, 1990, p. 19). Afinal de contas, de acordo com aquilo que afirmava Caminha (1986, p. 101), “era baixo o nível cultural dos ‘brasileiros’ como um todo”. Silvana Jeha lembra que, em 1852, “[...] no Livro de Socorros da Fragata Imperatriz [...] dentre uma centena de nacionais não se contava mais de seis alfabetizados [...] boa parte dos imperiais marinheiros frequentara a escola de aprendizes, onde deveriam ter sido alfabetizados” (JEHA, 2011, p. 99). Por isso, a Marinha justificava que, para ensinar, era necessário o recrutamento.

A Marinha, além do recrutamento, também se apropriava do “voluntariado”¹¹² de populares, algo incomum, como forma de captação de elementos para a caserna. Assim, era possível manter a educação como fio condutor da modernização na nação e a cultura como mola propulsora da população, fatores de inclusão e oportunidade, como um canal de ascensão daquela “classe” social, renomeada nesse trabalho como categoria específica, que tinha sob a égide do Estado seu papel social de estabelecer certa cultura escolar e passar

¹¹² Só a partir de 14 de abril de 1855, pelo decreto 1591, manda-se observar as Instruções porque deve ser feito o alistamento de voluntários e de recrutas para o serviço da Armada.

ensinamentos específicos para aqueles grupos que sofriam discriminação pelo que eram e faziam.

A educação oferecida pelas Companhias, de certa forma, era um tipo prestação de serviço de utilidade pública, que poderia inserir o jovem no mundo daqueles poucos detentores do conhecimento escolar, dando a eles o básico necessário para saírem da “estatística” dos que precisavam ter mais cultura, mas, por outro lado, era uma perigosa oportunidade devido ao ambiente encontrado permeado de ferocidade dos castigos da chibata, entre outros, sofrendo tudo isso por serem estigmatizados e discriminados pelas suas origens.

3.2 A CULTURA ESCOLAR DA CATEGORIA MARUJA E OS ESTIGMAS DISCRIMINATÓRIOS

De antemão, ao me reportar ao conceito de categoria diversifica em variados significados, torna-se notório fazer uma breve reflexão como cada uma das classes em que se dividem as ideias e os conceitos. Além disso, dentro do conceito filosófico, é definido como categoria algo utilizado para constituir divisões em grupos, de acordo com as características comuns que possuem relações com os elementos que a compõem. A categoria, portanto, é um elemento utilizado principalmente para classificar e facilitar a ordem dos grupos que apresentam qualidades homogêneas. Essa conceituação faz parte de uma noção preliminar, conforme refletido por Goffman:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular (GOFFMAN, 2004, p. 5).

Para a historiadora, a sociedade produz e revela conhecimentos e experiências que manifestam a evidência com a qual o historiador lida com o objeto e com uma fala que pode ser decodificada. Por isso, “a peculiaridade da história são as evidências e não um corpo definido e fechado de conceitos” (BEZERRA, 1995, p. 124). Partindo dessa premissa, a cultura escolar da categoria maruja mostra que corpos e mentes se comportam como elementos de sua época, que fazem serem analfabetos ou iletrados, mesmo sendo seres

racionais e históricos, sofrendo os estigmas discriminatórios. O próprio Thompson traz uma afirmativa clara quanto à organização teórica da evidência produz o processo histórico,

[...] uma soma unitária de comportamento humano, cada aspecto se relaciona com outros de determinadas maneiras [...] Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um processo histórico, isto é, práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais (THOMPSON, 1981, p. 50-51).

Sofrendo constantes redefinições, o processo histórico da instituição naval, no qual as categorias são definidas em contextos próprios, nesse sentido, possui caráter indeterminado e inacabado e é o indicador de expectativa, mas não modelo.

No interior das diversas categorias estabelecidas em uma matéria, pode haver algumas que estejam inclusas em outras, através de um sistema hierárquico, elas são uma construção pormenorizada e uma categoria transparente de investigação histórica que os historiadores forjaram para ajudar a organizar o estudo. Este seria o caso de uma classe específica, conforme já conceituamos anteriormente. Ainda que a Carta Magna, ou seja, a Constituição de 1824, não enquadrasse os marinheiros como cidadãos com todos os direitos cabíveis, ser enquadrado na categoria específica concorreria associá-los à posse de cidadania e, portanto, fariam jus a alguns direitos. Exemplo claro foi o pedido de cidadania do Marinheiro Pedro Paés, que não havia sequer históricos algum tipo de punição em sua caderneta de registro, fato raro à época para aquela categoria, por isso seu pedido foi deferido foi feito da seguinte forma:

Senhora!

Pedro Paés, cidadão brasileiro, imperial marinheiro de 1ª classe da Armada Nacional, na qual tem servido por espaço de dezesseis anos, achando-se já cansado para continuar num serviço tão pesado como é o de marinheiro, além disso, tendo em Pernambuco, sua província natal, sua septuagenária mãe e duas irmãs solteiras que precisam do suplicante para amenizar a miséria em que vivem, vem ele implorar a clemência de Vossa Alteza Imperial, a fim de mandar-lhe que lhe seja dada a baixa da referida praça, visto o suplicante já ter pago o tributo que todo o brasileiro deve à pátria.

E fiado na justiça que preside os atos de Vossa Alteza Imperial,
E.R.Mcê¹¹³.

Esse requerimento argumentativo do citado solicitante, levado ao comandante, tendo como atenuante seu bom comportamento, teve como desfecho o deferimento. O que mais

¹¹³ Fonte: Arquivo Nacional, Série Marinha, XM 890.

pesou foi o lado financeiro da instituição, devido à possibilidade de diminuir os gastos do Estado. Para o comandante, o fato de Pedro ter solicitado sua baixa e não a reforma – à qual teria direito dentro de poucos anos – implicava, segundo o comandante do Corpo, que o indivíduo havia desistido de seu direito futuro de reforma com pagamento integral de pensão (BANDEIRA, 2010).

No entanto, retornando ao termo “‘classe’ assim como o termo ‘cultura’, só começa a ser empregado de forma mais generalizada com o sentido social a partir do século XVIII, tendo sido quase exclusivamente associado ao cultivo agrícola” (MATTOS, 2012, p. 118). No século XIX, a cultura escolar estava caminhando vagarosamente. É claro que não podemos nos debruçar somente nesse conceito de cultura, por ser um campo abrangente e diversificado, “ela tem muito haver a partir do trato com as fontes” (LIBY; PAIVA, 2010, p. 105), e sua definição deriva da conjuntura, possui abundantes conceitos, do espaço e do tempo. A cultura escolar deságua aqui na mudança dos comportamentos e *habitus* dos aprendizes, no profundo desenvolvimento das almas e do caráter que decorre por uma disciplina do corpo e por um caminho das consciências. A cultura pode ser entendida como tudo o que o ser humano cria, o conhecimento aprendido e transmitido de geração a geração, tais como os símbolos e códigos que utiliza para se comunicar, as crenças, os hábitos, as formas de ser e de se comportar, os costumes adotados durante a vida, as ideias e também os julgamentos de valores que definem o certo e o errado, o próprio e o impróprio, o bem e o mal, o justo e o injusto, as religiões e as tradições, as leis que regem a sociedade, entre outros. Então, é necessário pensar nas artes, na política, na educação e na diversidade que estão inseridos no mundo social e cultural. A cultura vem sofrendo, com o passar do tempo, movimentos constantes, ainda que, no período estudado, era subjetivada pelo domínio de grupos detentores do poder e cultos, em sua forma de ser e se integrar. Segundo Morin (2005 apud PINSKY, 2015, p. 9), tem-se que:

Cultura não é saber tudo sobre um pequeno ponto. Tão pouco é saber pequenos pontos sobre tudo, como geralmente é o caso das pessoas que se dizem cultas. A cultura é uma argamassa, um cimento que permite construir sentido integrando conhecimentos.

Também, René Clifford Geertz (2008) traz sua contribuição conceitual de que a cultura é:

Um padrão, historicamente transmitido de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das

quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.

Destaca-se, então, que cultura é, por si só, um conceito multidisciplinar, e muito se vem discutindo na área das Ciências Humanas em busca de uma definição. Para Kuper (2002, p. 38), trata-se a compreensão da cultura “como um discurso simbólico coletivo sobre o conhecimento, crenças e valores”. No presente trabalho, estamos nos debruçando na cultura escolar dos militares iletrados. Outrossim, o enfoque entre cultura dos iletrados, Aprendizizes-Marinheiros e marinheiros e cultura erudita, dos Oficiais, parte do princípio de que a alta cultura, ou a cultura da “classe dos letrados” (VIANNA, 1964, p. 116; COSTA, 1999, p. 598) não dialogava e nem entendia a cultura popular, o que não se justifica, pois ambas conviviam praticamente no mesmo espaço e, provavelmente, sofriam influências do mesmo escopo social. Nesse ponto, é difícil pensar que a cultura popular parece imune às influências de outras formações culturais ou de uma cultura que se pretende ser hegemônica, que pretende dominar, que estava sendo plantada e implementada, que se considerava social, que é dominante no equilíbrio de forças pelo aparato repressor do recrutamento militar naval.

Na Marinha, olhando por uma ótica mais social, não havia uma cultura consolidada num padrão de ensino técnico, principalmente quando diz respeito à base hierárquica; por isso, pensava-se em prestar algum tipo de ensino menos oneroso aos cofres públicos e dar seguridade aos filhos dos artífices, Oficiais de apito, marinheiros, inferiores ou soldados da artilharia da Marinha, da mesma forma àqueles recrutados dentre órfãos e desvalidos, até 17 anos de idade. Oficializou-se, em 1840, algo que já existia desde décadas antes, mas não ainda oficializado nos Arsenais da Marinha, a Companhia de Artífices que foi um “investimento na educação de menores representava trabalho barato e garantido, e a possibilidade futura de soldados mais qualificados” (ANTUNES, 2011, p. 17). Esses jovens trabalhadores adquiriam o conhecimento técnico e específico para que fossem usados na construção e conserto das embarcações e caso o jovem viessem a sair da instituição, usaria seus conhecimentos no mundo externo fora da Marinha. Desta forma, de modo ideológico, a Marinha dava uma resposta às autoridades políticas e à sociedade na questão de sua importância em formar trabalhadores relevantes nos ofícios considerados como estratégicos (espingardeiros, serralheiros, serradores, telheiros, torneiros, carpinteiro de machado e ferreiros).

Tais matrizes descartam a possibilidade de relações dialéticas entre a sociedade política e a sociedade civil, devido à imposição de certo conjunto de valores em que uma ideologia passa de uma classe social a outra. Isso quer dizer, numa comparação mais inglesa, que “quando existe um enfrentamento entre duas classes sociais, no caso, em pauta entre a burguesia e o proletariado, a tentativa da burguesia em impôr seu conjunto ideológico ao proletariado se chama isso hegemonia cultural” (GRAMSCI, 1987, p. 224).

Essa hegemonia cultural, aqui nessa pesquisa, se concentrava apenas em grupos ou indivíduos das elites imperiais que buscavam impor suas relações de poder, ou melhor, suas influências nas relações políticas e econômicas sobre as classes menos favorecidas, se apropriando do seu *status quo* sobre um grupo específico estigmatizado pela sua falta de conhecimento escolar e cultural, a saber: índios, escravos e brancos vulneráveis.

Fazendo uma relativa comparação com as ideias de Gramsci, em relação à ideologia cultural da Marinha, tinha-se como cunho principal o controle da massa iletrada da população para impor, através de um sistema repressor e opressor, sua cultura instrutiva e construtiva de forma hegemônica, debruçados no antigo sistema colonial, e o influxo de ideias modernizantes procedentes do mundo europeu, que penetrou no processo durante a construção do Estado brasileiro. Na reflexão de Santos (2016, p. 25), tem-se que os “grupos dirigentes articulavam-se em defesa de seus interesses locais, compartilhavam e divergiam em pontos comuns, em destaque a questão da escravidão como forma de manutenção do modo de produção e acumulação de riqueza”. O próprio “Ato adicional”¹¹⁴ trouxe a descentralização do ensino, ao atribuir às Províncias a competência e a tarefa de legislar, criar, desenvolver, organizar e fiscalizar o ensino primário e secundário, e ao governo central a responsabilidade pela administração de ambos os graus na Corte e do ensino superior em todo o país. Mas o governo não estava preparado para essa descentralização; Tavares Bastos ponderava isso dizendo:

O jogo das instituições representativas dadas pelo ato adicional às províncias não podia desde logo funcionar regularmente. Nem no primeiro reinado, nem durante a regência era bem conhecido o mecanismo do sistema político que sucedera ao regime colonial. Ministros de estados, eles próprios, mal compreendiam suas

¹¹⁴ Esse ato representou certa clivagem no processo de modernização conservadora expressando o desacordo das elites hegemônicas pela expansão da instrução primária e secundária da população. Além disso, teve com derrocada o desenvolvimento do ensino de forma precária nas províncias por não contemplar a realidade das desigualdades regionais em matéria de recursos e condições de efetivar a construção dos sistemas de ensino. Sobre esta questão, ver o artigo de André Castanha (2006, p. 169-196).

atribuições. [...] votado o ato adicional, entrou-se em dúvida acerca de inúmeras questões; quase se não podia dar um passo da assembleia geral por medo de intervir nas atribuições das assembleias provinciais (BASTOS, 1937, p. 90).

Nesse conturbado período, permeado por convulsões políticas na definição de uma boa educação para a nação, José Joaquim Rodrigues Torres, antes de deixar a pasta da Marinha, gerou, inspirado nas ideias educativas do francês François Guizot, um embrião, que no futuro seria apropriado pelos seus sucessores para criar as Companhias fixas de Aprendizes, com a finalidade de profissionalizar e nacionalizar, mas, também, acolher jovens socialmente improdutivos. Aqui estou me referindo às companhias de Aspirantes-Marinheiros, conforme já discutido anteriormente.

Ao assumir a presidência da província do Rio de Janeiro do Império do Brasil, em 1834, dois meses após a promulgação do Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, Torres percebia o ensino público primário como um “remédio poderoso”¹¹⁵, com vias a formar os “membros” e estampar uma direção para um incipiente Estado em formação. Ele vislumbrava, na composição das escolas públicas de sistema de ensino primário, uma ferramenta estratégica na constituição de um “fio da trama”¹¹⁶ para toda política educacional da jovem nação que, no mesmo ato de se forjar, percebia os espaços em composição das escolas públicas de instrução primária enquanto estratégicos nesse fim, formado na instrução pública nacional naquele momento. Ao chegar naqueles centros de formação, mesmo com a instrução rígida, repressora e truculenta, muitos Aprendizes-Marinheiros aceitavam sua condição social e viam naqueles lugares uma forma de ascensão social, pois recebiam soldos, uniformes e as primeiras letras. Segundo Negro e Gomes (2006, p. 218), “tal percepção acurada, avaliou, era informada por sua própria linguagem social, produto no caso de uma cultura de classe”. Essa linguagem vinda do poder estatal em justificar o ensino não era bem aceita por alguns pais, ou seja, a repugnância, tão natural dos genitores, “a separarem-se de seus filhos para entregá-los em tenra idade ao cuidado estranho e à educação militar talvez fosse assim vencida”¹¹⁷. Assim, justificavam-se tendências não só dos Artilheiros navais/Soldados Fuzileiros Navais, mas

¹¹⁵ Fala com que o presidente da Província do Rio de Janeiro, o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres, abriu a 1ª sessão da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa da mesma Província, no dia 1º de fevereiro de 1835. Fonte: BRASIL. Relatório do Presidente da Província, 1835, p.3. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/184. Acesso em 29 abr. 2018.

¹¹⁶ Sobre essa questão do fio da trama: Livia Beatriz elabora considerações sobre Joaquim José Rodrigues Torres e a criação e expansão do projeto da escola normal fluminense em tempos de “discórdias civis” no momento laboral político e diálogos entre projetos para a instrução pública primária no governo de Joaquim José Rodrigues Torres (1834-1840). Ver em Conceição (2014, p. 198-199).

também os desertores, devido não só ao recebimento dos baixíssimos soldos, mas também à impopularidade do recrutamento¹¹⁸.

Cita-se o exemplo do governo do Pará, que demonstrou violenta demonstração de aversão ao recrutamento, através da população. Esse movimento se originou a partir da abdicação de D. Pedro I e teve como líderes o cônego Batista Campos e o seringueiro e jornalista Eduardo Angelim. Segundo pesquisas do historiador Caio Prado Júnior (1933), é neste governo que propriamente se inicia a revolta dos cabanos. Após ser empossado, o Presidente da província do Pará, Bernardo Lobo de Sousa, deu início a uma sanguinária política repressiva, efetuou prisões, perseguiu, matou e fez deportações em massa. No entanto, foi o recrutamento para o Exército e a Marinha, medida extremamente impopular, que precipitou uma rebelião de proporções sem medida. O recrutamento permitiu que fossem afastados os elementos considerados “incômodos”. Para Domingos Antonio Raiol, contemporâneo dos acontecimentos, a política de Lobo de Sousa conseguiu eliminar aqueles que “eram conhecidos por suas doutrinas subversivas, que pregavam e inoculavam no seio da população e que ameaçavam a ordem pública pela influência perigosa que exerciam entre as massas” (JÚNIOR, 1933, p. 73).

Já na Bahia, assim como em outras regiões do Império, por mais que a repulsa pelo recrutamento fosse algo notório pelos populares, os servidores do estado continuavam remetendo os menos favorecidos, principalmente menores, para o Exército e a Marinha. A esmagadora quantidade vinha para a caserna, remetidos por meio de documentos oficiais, como forma de oficializar sua entrada, eram expedidos por e/ou para autoridades com o propósito de tratamento dos assuntos oficiais pelos órgãos de segurança para com as Forças Militares ou vice-versa.

Para os capturados pelos chefes de polícia e enviados aos intendentes, que eram os representantes da Marinha nas províncias, os documentos pareciam mais como um mandado de prisão do que um documento de apresentação. O futuro aprendiz não tinha o conhecimento prévio do teor do documento e nem sabia o que aconteceria com ele. O fato é que seria enviado à Corte para servir a Marinha, como demonstrado no ofício (Imagem 5).

¹¹⁷ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos, 1853, p.22. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/184. Acesso em 27 set. 2019.

¹¹⁸ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, Zacharias Góes de Vasconcellos, 1852. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/184. Acesso em 28 set. 2019.

Imagem 5 - Ofício enviado pelo chefe de polícia da Bahia ao Intendente de Marinha em 21 de janeiro de 1845

Vossa Excelência fazo apresentar o menor José que pelo
 do Chefe de Policia me foi enviado, com
 destino de servir na comp^{ia} de Imperiaes Ma-
 rinhaes -

Deus Guarde a V^{sa} Intendencia
 da Mar^{inha} da Bahia 31 de Janeiro de 1845

M^o Sr. Rafael Mendes
 de Moraes Valle, Cap^{tao} Ten.
 Com^{andante} do Porto.

Augusto Merculio do S.^o Lisboa
 A Cap^{tao} Ten.^{ente} Intend^{ente} n^otr^o.

Fonte: AN: Série Marinha IX M-70 Intendência da Bahia

O documento acima diz o seguinte:

Vossa excelentíssima. Faço apresentar o menor José que pelo chefe de polícia me foi enviado, com destino de servir na companhia de Imperiais Marinheiros.
 Deus Guarde a Vs^a Intendência da Marinha da Bahia 31 de janeiro de 1845
 Excelentíssimo Senhor. Rafael Mendes de Moraes Valle
 Capitão intendente e Comandante do Porto

O ofício denota como a caçada humana se fazia na província da Bahia, ou seja, uma das formas de recrutar era recolhendo o menor nas ruas, pelos agentes capturadores, como chefes de polícia, e a partir daí eles eram remetidos aos agentes navais, sendo, finalmente, remetidos ao Rio de Janeiro, ao Corpo de Imperiais Marinheiros, para ficarem sob a égide do Estado, com o intuito de servirem à Pátria. Cabe ressaltar que a remoção desses jovens das províncias para a Corte era uma ida, em muitos casos, sem volta, devido à questão não somente geográfica do Brasil oitocentista, mas também à falta de estradas para ligar a Corte com as províncias mais distantes.

As circunstâncias da elaboração deste documento me faz pensar num Brasil de época conhecido por uma cultura escolar arraigado de desinformação e analfabetismo, deixando uma massa de jovens vitimizada à mercê do estado, como elementos passivos de captura, principalmente os que viviam na pobreza e no abandono.

Corroborando com Nascimento (2001), muitos daqueles jovens eram vitimados como “pobres coitados” e capturados a ermo de forma imperativa pelos delegados, juízes de paz, policiais e dos caçadores de recompensas. Havia, por trás de tudo isso, um grande aparato de recrutadores compostos por membros do judiciário e da segurança pública, o qual capturava, de várias formas possíveis, sem nenhuma justificativa plausível, aqueles que eles entendiam que deveriam ser capturados. Tudo em busca de recompensa, isso porque, no Brasil imperial e regencial, “milhões de pessoas, entre livres e escravos, estariam em condição de desclassificação social, desajuste cultural e marginalidade cultural” (MATTOS, 1998, p. 34). A própria sede política e administrativa do Brasil, a Corte, na segunda metade do século XIX, se apresentava com

[...] mais de 50 mil escravos e outras duas outras três dezenas de milhares de pretos e pardos libertos e livres. Os cativos se movimentavam bastante pelas ruas do Rio, e se tornava cada vez mais difícil identificar prontamente as pessoas e os sentidos de seus movimentos. O meio urbano misturava os lugares sociais, escondia cada vez mais a condição social dos negros, dificultando a distinção entre escravos, libertos e pretos livres, e demonstrando assim uma política de domínio em que as redes de relações pessoais entre senhores e escravos; ou amos e criadas, ou patrões e dependentes [...] (CHALHOUB, 1990, 192).

Essa diversidade de elementos espalhados pelas ruas, dos quais muitos eram discriminados pela cor e origem social, se torna um celeiro fértil para recrutar, porém a violência usada pelos agentes recrutadores não respeitava sequer a idade do futuro recruta.

Exemplo claro que positivou isso foi o caso de uma reclamante, “mãe do estudante pardo baiano Marcolino Sant’Anna também questionou da violência do recrutamento, além da pouca idade de seu filho de 10 anos de idade”¹¹⁹. Também, além do baixo poder aquisitivo das pessoas que justificava a sua inserção compulsória na Marinha. Muitos escravos alforriados faziam parte, segundo Nabuco, (1988, p. 39-40) de “uma população mantida ao nível dos animais e cujas paixões, quebrado o feio de medo, não conheciam limites no modo de satisfazer-se”. A caçada humana em busca de prêmio tornava tal situação costumeira, em várias províncias, a tal ponto que as famílias intensificavam suas precauções com seus garotos. De acordo com Loner (2001, p. 42), “devido ao pega-pega de menores, todos os verões, [...] as mães pobres tratavam de metê-los nas escolas e nos ofícios”.

É claro que “a Marinha era o espantinho a que recorriam os pais de família para reformar o comportamento das crianças travessas” (MOREL, 1963, p. 32). Os que faziam parte desse grupo de sublevados eram, às vezes, um tipo indefinido híbrido, como “na maioria negros, pardos e mulatos sem nenhuma perspectiva de ascensão social, eram comandados por uma oficialidade branca, elitista e escravocrata” (FILHO, 2000, p. 25), assim como forros, e não-brancos nascidos livres “passaram a entrar na história como agentes atuantes e construtores do seu próprio tempo [...], neste sentido em absoluta consonância” [...] (LIBY; PAIVA, 2010, p. 111). Para Schwartz (1993, p. 13), “a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação”. Segundo pesquisas da brasilianista Mary Karasch (1987, p. 66), em meados do século XIX, têm-se dados do quantitativo demonstrativo de que:

[...] uma parte significativa dos estudos sobre o século XIX brasileiro tende a desconsiderar que a população brasileira, neste período, era majoritariamente negra: dos 205.900 habitantes da cidade do Rio de Janeiro em 1849, por exemplo, quase 80.000 eram escravos, dos quais cerca de 60% eram africanos, e dos quase 11.000 libertos, cerca de 70% também tinham nascidos em África.

Tal ambiente se internalizava no interior das Companhias de Aprendizizes, por assim dizer, muitos dos recrutados se tornavam quase que homogêneos em termo de cultura étnica, devido ao fato de, em sua totalidade, os integrantes das Companhias de Aprendizizes serem

¹¹⁹ Em 1837, o presidente do Rio de Janeiro, em um ofício reservado, pedia autorização para o ministro Rodrigues Torres, para recompensar não somente juizes de paz e inspetores da Guarda Nacional que conseguissem recrutar ou engajar homens, mas também “pessoas de mais baixa esfera”, com 2\$000 ou 4\$000 réis, as quais “pela sua condição social, conhecem e estão em contato com aqueles outros que podem ser engajados ou mesmo recrutados”. Fonte: AN, Série Marinha, XM 68, 1835. Ver também Jeha (2001, p. 113).

negros e pardos. O problema aqui, no determinismo das consequências culturalistas, é que as ações envolvem agentes sociais com formações diferentes, ou seja, a verticalização do conhecimento. Explicando de uma forma mais detalhada, observa-se uma ideologia que passa, na mesma época, pela perspectiva que associa as ideias da classe dominante sobre a classe dominada, ou, por assim dizer, de um lado temos a oficialidade vinda de uma elite oligárquica e, de outro, a classe estigmatizada pela baixa instrução e pelos comportamentos duvidosos. Assim, na ótica de Dahrendorf,

As classes se baseiam nas diferenças de poder legítimo associado a certas posições, i.e., na estrutura de papéis sociais em relação a suas expectativas de autoridade. [...] Um indivíduo torna-se membro de uma classe ao desempenhar um papel social relevante do ponto de vista da autoridade [...] Ele pertence a uma classe porque ocupa uma posição numa organização social; i.e., o pertencimento a uma classe é derivado da incumbência de um papel social (DAHRENDORF, 1959, p. 148-9).

Dessa forma, compartilho com a ótica de Michael Pollak (1989, p. 4), o qual, ao pesquisar as “memórias subterrâneas das minorias, dos marginalizados e dos excluídos”, destaca que se torna possível assimilar, de modo mais aprofundado, como determinados acontecimentos políticos ocorrem, e só ocorrem a partir de pressões sociais. Neste sentido, de acordo com Thompson (1978 apud LUCA, 2011, p. 113), “ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo, traz-se ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados”. Contudo, essa discussão se envereda na ideia de experiência histórica vivida e contatada, inspirada no próprio Thompson (1978), a partir do envolvimento da relação hierárquica de classes, na qual envolve subordinação e disciplina. Essas experiências comuns foram herdadas e compartilhadas que articulam interesses entre Oficiais da Marinha e os recrutas: as experiências dos oficiais aconteciam por meio da exploração e consciência de liderança; já, para os recrutas, se davam pelo viés das resistências, conforme impressões deixadas pelas correspondências encaminhadas ao Ministro e pelos relatórios ministeriais sobre os processos de formação e educação das praças. Como afirmou Thompson (2002, p. 13), a “experiência modifica às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional”.

O uso das categorias subalternas, pela Marinha, fazia parte de um repertório pró-ativo político que tinha viés relacional estabelecido entre agentes públicos do Estado e recrutados, e está inserido no contexto que percebe essa relação identificada pela ótica da dominação e

resistência. Enxergo que a formação moral de jovens desvalidos e das crianças era exigência básica para a inserção social desses na sociedade, então educar para controlar e civilizar era o ponto máximo para esse fim.

Com base nesse pensamento apresentado, compartilha-se e/ou corrobora-se com a reflexão de Oliveira sobre os possíveis locais onde se encontravam aqueles “desclassificados sociais”, em lugares ermos:

[...] as regiões portuárias, com seus becos, tabernas e prostíbulos eram igualmente considerados potencialmente perigosas na medida em que abrigavam indivíduos com o referido estigma e que, pela particularidade da atividade de navegação, eram muitas vezes anônimas e de presença sazonal nas cidades onde passavam (OLIVEIRA, 2013, p. 15).

Tratavam-nos, assim, com suas identidades negativadas, como sujeitos à mercê da sociedade, pulverizados pela linha tênue que os julgava por seus comportamentos, vestes, falas, modos de vida e atividades sociais, ou seja, transgressores de valores e normas de condutas não aceitas socialmente, e por instituições elitistas, que não estavam em consonância dos conceitos sociais e políticos. Constituindo suas identidades, as instituições possuem, em seu caráter mais amplo, uma cadeia de relações sociais que propiciam seu desenvolvimento, corporificando-a como instituição (ELIAS, 2006). As identidades daquela massa de jovens eram tipificadas por estigmas formados pelo universo de pessoas de uma “classe perigosa”¹²⁰ e turbulentas, vindas dos extratos mais baixos da pirâmide social, somadas ao preconceito étnico-racial. Ora, aquelas identidades étnicas e raciais são fruto de formas de um arcabouço simbólico de contraposições inexplicáveis fora da dinâmica da vida de um definido grupo social em sua relação com outros diferentes grupos.

Numa perspectiva dialética, ou seja, identidade *versus* sociedade, convergente de Thompson (2002), no processo educativo, muito ligado ao social e consciência social das identidades, destaca-se como a categoria “experiência” pode contribuir para a análise na dinâmica entre os seres para receber valores, normas, regras, formas de comportamentos ou que afirma a socialização.

Nos regimes vigentes, daquele século XIX, a principal identidade de um habitante,

¹²⁰ Conceituado por Chalhoub (2001, p. 76), busca-se uma origem do uso “classes perigosas”, tendo como referência a Inglaterra, onde assim seriam chamados os indivíduos que ganhariam a vida de outras formas que não o trabalho, mas destaca que, no Brasil, o sentido foi mais amplo: “Os legisladores brasileiros utilizam o termo classes perigosas como sinônimo de classes pobres, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade”. Isso é uma forma ocular de estigma.

dinâmico ou estático, principalmente nas províncias, era seu local de nascimento. Com sua inserção na Companhia de Aprendizes, suas identidades iam estabelecendo e se reafirmando no contexto social e militar, pois, ao chegarem nessa instituição, os aprendizes passavam pelo processo de educação, institucionalização pela disciplinarização e pelo enquadramento social, vinculado à ideia de que as instituições totais são capazes de (re)socializar a ponto de obter certa colaboração de seus membros. Essas estratégias estatais teriam contribuído para a formação da identidade e consciência do grupo, devido ao “isolamento e o confinamento” (GOFFMAN, 1961, p. 25), em um “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1961, p. 22). As Companhias são o exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma desordenada.

Era de se esperar que, no interior das Companhias, a disciplina fosse rigorosa, incorrendo para que os militares não se constituíssem num grupo unificado detentor de uma forte identidade corporativa. Com esse repertório envolvendo extrema rigidez, segundo Soares e Gomes (2006, p. 20), faz-se a seguinte pergunta “como eram estes mundos do trabalho sob disciplina, vigilância e punições?” Podemos responder da seguinte forma: em um lugar com as rotinas tão rigorosas, e alguns recrutados compulsoriamente de múltiplas culturas sócio raciais, era de se esperar que os meninos tentassem resistir, burlar o que era exigido, de alguma maneira, sendo que as fugas eram habituais. Além disso, o número de alunos estava sempre abaixo do que era desejado, o alistamento tinha pouca procura. Dessa forma, ficava muito difícil daqueles jovens manterem certa identidade com o trabalho. Assim, as relações entre Oficiais e praças do Corpo da Armada são fruto das ações entre recrutadores e recrutados, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências desses jovens diversos e “imerso em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração” (LARA, 1995, p. 46), que acarretava em resistência que reverberava em deserções. Somados a isso, havia a Marinha como instituição total que incutia, nas Companhias de Aprendizes, a “‘desfiguração pessoal’, a ‘mutilação do eu’, ou perda da sua ‘identidade pessoal’” (GOFFMAN, 1975, p. 51). Também, as identidades iam se estabelecendo no momento em que mantinham certa civilidade de seus comportamentos, por outro lado, civilizar e, mais tarde, educar aparecem,

sem ambiguidades ou duplos sentidos, como esforço retirá-los não só de seu estado rústico, mas também das ruas e, sobretudo, de seu estado de ignorância, para servir à pátria. Além disso, o ambiente encontrado nas embarcações era hostil e perigoso e, muitas vezes, sombrio e melancólico.

Outro fator interessante que ajudava a estigmatizá-los mais ainda, por seus comportamentos perante a sociedade, eram suas atitudes nos portos. O historiador social, Álvaro Pereira do Nascimento, em seu seminal estudo sobre o recrutamento, nos períodos sobre os quais estamos discorrendo, analisa o mau comportamento dessa categoria, afirmando que:

Outra dor de cabeça para os oficiais comandantes dos navios era aqueles marinheiros que excediam a licença. Iam à terra, embriagavam-se com aguardentes, resolviam rixas com pessoas do lugar, visitavam prostíbulos, amigos, amigas ou parentes, passeavam pelas praças públicas ou qualquer outro atrativo que a terra firme proporcionar. Geralmente, encantados com esses atrativos, exteriores ao universo fechado, uniforme e masculino dos vasos de guerra e quartéis, atrasavam-se por horas ou dias e, quando retornavam, eram punidos pelos oficiais (NASCIMENTO, 2001, p. 54).

Esse desvio de conduta, ou transtorno de conduta, ou perturbação de conduta pervertida, seja qual for a adjetivação, era caracterizado por padrões persistentes de comportamento socialmente inadequado, agressivo ou desafiante, cuja violação de normas sociais e de normas militares se tornava uma linha tênue, pois tipificava o estigma dado a eles por essa péssima forma de se comportar, conformando uma espécie de estilo híbrido, gerando diversas formas de resistências. Isso só aumentava a péssima imagem, não só das autoridades civis, mas também dos militares em relação a esse grupo de rejeitados. Uma das possíveis explicações, que fundamentava este mau hábito, poderia ser a carência desses homens por ficarem muito tempo confinados a bordo das embarcações e afastados de seus entes queridos, sejam eles pais e mães, irmãos, cônjuges, entre outros.

Esta pesquisa que envolve as trajetórias desse seletivo grupo, como já destacado anteriormente, estigmatizado por suas origens, viabiliza compreender as instituições estatutárias e as condutas de seus trabalhadores no fundamento de um poder pulverizado, a partir do qual esses indivíduos teriam certa autonomia de ações. Neste sentido, o diagnóstico desenvolvido disso procura evitar o conceito de instituição total. Os estabelecimentos fechados em regime de internação, sejam eles das Companhias de Aprendizes ou dos navios,

em que um grupo numeroso é gerenciado por outro menor, seriam as prisões, os orfanatos, os asilos e, no presente caso, os navios, os quartéis, dentre outros. “Seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água [...]” (GOFFMAN, 1961. p. 16).

Segundo um dos viajantes estrangeiros que passava pelo Brasil meridional, no século XIX, John Luccock, os marinheiros brasileiros eram indisciplinados e/ou insubordinados, desonestos e maliciosos, algo como caráter comum aos homens do mar. É claro que isso não era uma regra naquela categoria, pois, segundo Molet (2009, p. 281), “Luccock não teve muita sorte com seus marinheiros em sua embarcação”. Isso era uma pequena demonstração de que as Companhias de Aprendizizes, com suas propostas de ensino, não moldavam na totalidade comportamentos e hábitos. A rotina no cotidiano das Companhias, a dinâmica do tempo dividido entre trabalho e estudo, a obediência à hierarquia e às normas institucionais eram situações que modelavam o comportamento dos menores rumo a uma disciplina desejada para civilizá-los, de maneira satisfatória, no intuito de quebrar um pouco os estigmas dados a eles, para integrar e servir a pátria.

3.3 “VIVEIROS NAVAIS”¹²¹: CIVILIZAR PARA INTEGRAR E SERVIR!

Nesse ponto, parto da ideia de que, no momento em que as autoridades pensaram na nomenclatura “viveiro”, pode-se remeter a um criadouro de controle e formação de novos seres, ou seja, de forma laboral, um local pronto para cuidar, criar e, nesse caso, civilizar, usando as Companhias de Aprendizizes-Marinheiros como local para tal propósito. Já Lins aborda de outra forma, pois a autora vislumbra esses órgãos de formação com “a concepção de laboratórios, de criadouros de marinheiros morigerados e verdadeiros ‘homens do mar’, por isso, nada como começar a produzir esse espécime marítimo para o futuro desde a mais tenra idade” (LINS, 2012, p. 24).

¹²¹ Após apurada pesquisa, verifiquei que essa terminologia passou a ser comungada pelas autoridades navais e civis, a partir do final da primeira metade do século XIX, especificamente em 1847, pelo Ministro da Marinha, Manoel Felizardo de Sousa e Mello, pois esse termo faz alusão às Companhias de Aprendizizes-Marinheiros, a partir daí se perpetuou até certo período do regime republicano. Ver Relatório do Ministro da Marinha, 1847, p. 8. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 29 set. 2019.

No Brasil oitocentista, as elites intelectuais, sejam elas políticas ou militares, compartilhavam do mesmo objetivo de modernidade em circulação na Europa e arriscavam na associação, na civilização e no progresso. A defesa da educação, pelo menos para uma razoável parcela da população, também se enraíza no Brasil, apesar das diferenças de contexto histórico em relação à Europa, porque, à medida que o capitalismo se internacionaliza no século XIX, devido ao processo de industrialização, as indispensabilidades humanas também vão se tornando universais, ou internacionais. Nessa época, a intenção dessas elites não era particularmente transformar o Brasil numa nação civilizada. Nos discursos de sujeitos, a noção de civilização aparece muito mais como uma forma das elites produzirem sua autoimagem, uma vez que permanecia entre elas a dúvida quanto às “condições de possibilidade de civilizar o povo brasileiro” (VEIGA, 2002, p. 101). Uma das hipóteses, para isso, era o forjamento do Estado moderno ao sistema civilizatório, em meados do século XIX, devido à constituição do Estado nacional brasileiro demandar a produção e a valorização de certos modelos sociais, como o do cidadão civilizado, modelo do qual decorreram várias outras representações como a docilidade dos filhos e a educação de jovens.

É claro que “algumas inovações educacionais ocorrem pós-independência do Brasil”¹²², quando as autoridades brasileiras passaram a se preocupar com a remodelação do sistema educacional vigente. Particularmente, essa preocupação vincula-se com a ideia de “civilizar” a sociedade e construir um quadro burocrático administrativo nacional. No entanto, é preciso expor que esse processo foi muito lento e permeado por uma série de percalços que, sob certo aspecto, tornou letra morta muito dessa intencionalidade (TAMBARA; ARRIADA, 2005).

Torna-se fundamental analisar a atuação de alguns sujeitos no território brasileiro permeado por uma massa de jovens a mercê de uma sociedade com característica etnocêntrica, patriarcal e escravocrata. Então, a Marinha de Guerra entrou no roteiro como uma das ferramentas granjeadoras do regime vigente à época, para moldar os comportamentos de alguns elementos, usando seus órgãos de base para esse fim. À guisa dos fatos, sobre os elementos humanos, concorda-se com tal “enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivas – sociais – na explicação histórica” (CASTRO, 1997, p. 54). Assim,

¹²² Para saber sobre as novas mudanças nos sistemas educacionais, sobre ensino primário e secundário, entre os anos de 1822 a 1833, ver em Valle (2013, p. 75-80).

referente à história das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, no Brasil, como espaço de experiências, precisamos entender e pensá-la como parte da história social e militar, na qual no interior da corporação, que aconteceu experiência e práticas na hierarquia social que vieram a mudar, em alguns aspectos, as vivências e o modo de ser da infância e da juventude que de certa forma lutaram pela aceitação como partes integrantes de grupos que ajudaram o Império e posteriormente a República a se consolidar.

O Estado brasileiro, em 1840, por meio da Marinha, buscava, de certa forma, capturar jovens com vulnerabilidade social para compor as fileiras do Corpo de Praça da Armada. A própria força tentava vários esforços para fazer valer as propostas de fixação de forças para os anos subsequentes. O Ministro da época, Jacinto Roque de Sena Pereira, apresentava proposta para o ano financeiro de 1841 a 1842, na assembleia geral Legislativa, na sessão ordinária de 1840, “que julgava necessário em tempo ordinário, elevar o número de praças para 2.500 e se necessário, em tempo extraordinário para 4.500 homens”¹²³.

Fica claro que essa proposta utópica não se tornaria uma realidade pelo fato da dificuldade em se recrutar, e a prática de confinamento em espaços de controle, que acarretava muitas evasões. Constituídas, assim, em regime de internato, as Companhias eram destinadas aos meninos desvalidos ou ingênuos e asilados, órfãos e, mesmo com baixa idade, essa era uma parcela da população acolhida pelo Estado Nacional, o que, em vários momentos, os levava a desertar, não deixando que as companhias chegassem ao quantitativo proposto. Além dessas condições, entregar os filhos em busca de gratificações ajudava os pais a manterem seus lares compostos, às vezes, de cônjuges e outros filhos e, também, havia a perspectiva de não só amansar, mas também, através do ensino militar, “civilizar”¹²⁴ o filho indisciplinado, o que, em muitos casos, se julgava necessário.

A questão do processo civilizatório não era exclusividade somente da Marinha. No Exército, a causa e o efeito também eram muito parecidos com a Marinha. Nas análises de

¹²³ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1840, p. 1. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 30 set. 2018.

¹²⁴ No Dicionário Português-Latino de Folqman, impresso em 1755, em que se pretendia uma versão resumida de Bluteau útil para o estudo de latim e português, só apresentava o verbete “Civil” (traduzido como Civilis), não constando nem civilidade, nem civilizar etc. (FOLQMAN, 1755, p. 119). Também, vale frisar que, no Elucidário de Viterbo, se pretendia um dicionário de termos antigos e em desuso, não aparece nenhuma entrada ligada a essa raiz (VITERBO, 1798, Vol. 1). De outra parte, não aparece o termo “civilizar” (ou “civil”) e seus correspondentes na língua brasileira (tupi), no Dicionário Português-Brasileiro, de 1795 (de possível autoria de Frei Mariano da Conceição Veloso), mas aparece “rústico” traduzido para “caapora”. Disponível na Brasileira, www.brasiliana.usp.br, consultado em 29 mai. 2018.

Nelson Werneck Sodré (1979, p. 128), “ser soldado era castigo, motivo de humilhação, destino de elementos incorrigíveis, de malfeitores mesmo”, o alistamento militar se tornava penúria e martírio, era “uma ótima estratégia para recuperar uma parte das opções vigentes aos homens pobres do século XIX” (NASCIMENTO, 2001, p. 85). Aqui é pertinente destacar que estou trabalhando única e exclusivamente as camadas mais baixa da população. Já das famílias abastadas, de modo geral, durante os períodos vigentes, da independência à República, a educação era provida de outra forma, isto é, a cargo da própria família, pois, nas reflexões de Xavier (et al, 1994), “a instrução elementar para as camadas mais privilegiadas da população brasileira”. “[...] Estas [escolas familiares] eram instaladas nas fazendas das pessoas mais ricas e em comunidades rurais, que, [...] contratavam mestres ambulantes” (COSTA FILHO, 2000, p. 93).

A proposta de acolhimento dos menores para civilizar seus costumes levava, como já foi dito, os pais a entregarem seus filhos nas Companhias, assim também outros que não tinham lar e estavam sob a responsabilidade dos órgãos de caridade pública. Os aprendizes das Companhias receberam a mesma instrução que as praças, não só de outras Companhias como da dos Corpos de Imperiais Marinheiros; faziam todo o serviço de marinheiros, compatível com suas forças; e além disso, na escola, aprendiam a ler, escrever, contar, riscar mapas, além da doutrina cristã¹²⁵. Os menores estudavam geografia, matemática e português, participavam de formaturas militares e cívicas na província, e tinham aulas religiosas com um capelão, por motivo de a tradição católica na Marinha ser muito enfatizada, herdada do catolicismo padreado vindo de Portugal. Em vista disso, os menores tinham necessidade de aprender a ler para ter acesso à leitura da Bíblia sagrada e adquirir base para sua formação profissional. É claro que, se diferenciar a arte de instruir e educar, se pode atestar que educar abarca os sentimentos, moralizantes, religiosos, disseminados no contexto da família, sob a influência da Igreja. Somado a isso, mesmo que as praticas religiosas católicas são oficializadas, os aprendizes traziam suas vivências culturais externas de outras vertentes religiosas, entre elas aquelas de culturas afro. Já a instrução relacionava-se ao desenvolvimento intelectual e presume-se que fosse adquirido por meio de outras instâncias que não pertenciam ao domínio reservado da família, como, por exemplo, no ensino público

¹²⁵ BRASIL. Decreto 411-A de 5 de junho de 1845, art. 20. Disponível em www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1517. Acesso em 30 set. 2018.

oferecido pelo Estado Imperial brasileiro. Convém ressaltar que “a formação escolar fazia parte do currículo escolar das Companhias” (LEANDRO, 2002, p. 49).

Durante o período imperial, na lógica de Veiga (2010), foi idealizado/arquitetado um imaginário de que a sociedade brasileira era disforme e que, portanto, as instituições eram necessárias para torná-la mais harmônica. Nesse imaginário político, as elites se auto intitavam detentoras como pedagogas da nação e julgavam que boa parte dela era composta por sujeitos ativos da desordem. Desta forma, a escolarização, pelo viés dessa elite, era parte do processo civilizatório, por isso, a Marinha se debruçava nas Companhias de Aprendizes pela obrigatoriedade do ensino escolar ser promovida pelos dirigentes políticos, que visavam à “inclusão de todas as crianças livres ao projeto civilizador [...]” (VEIGA, 2010, p. 265). Paradoxalmente, por outro lado, oferecer educação escolar a certos membros de segmentos populares da sociedade – não compreendendo escravos, índios e a maioria dos pobres – era uma demanda que se apresentava à elite de letrados e dirigentes, tanto dos governos provinciais, como do governo geral que pretendia firmar-se como Nação. Naquela época, chamada “época das Luzes”¹²⁶, “Nação e Civilização eram conceitos chaves que não se dissociavam” (SCHAFASCHEK, 1997, p. 29).

Fica claro que, nos enunciados políticos, a tentativa de controlar o processo de ensino, como explica Elias, o processo de civilizar, não está nas mãos de um ou de alguns indivíduos, de forma racional e idealizada. Óbvio é que “a coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum” (ELIAS, 1993, p. 193). Já na Marinha, o planejamento educacional se dava única e exclusivamente pelos relatórios ministeriais, em que os ministros, através de seus escudeiros, elaboravam planos para agregar ideias ao sistema de ensino. Através disso, o ensino foi moldado apenas para satisfazer aos objetivos almejados por resultantes daquilo que os meios navais exigiam dos aprendizes. Deste modo,

poderemos entender que a mudança psicológica que a civilização implica esteja sujeita a uma ordem e direção muito específicas, embora não tivessem estas sido planejadas por pessoas isoladas, nem produzidas por medidas “razoáveis”, propositais. A civilização não é “razoável”, nem “racional”, como também não é “irracional”. É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver (ELIAS, 1993, p. 195).

¹²⁶ O denominado “século das Luzes” corresponde ao século XVIII. Considerando-se a história europeia, mas na historicidade brasileira é no século XIX que as ideias da ilustração ganharam espaço e força.

A Marinha do Brasil do século XIX, guardadas as proporções, poderia muito bem ser “lida” nesse processo exposto por Elias, pois há uma relação com o querer, o desejar, a partir de regras pré-determinadas, mas não é possível conceber a mudança da instituição naval, como das demais forças, como o Exército e a Guarda Nacional, e os processos de civilização como dados e/ou planejados em todos os detalhes. Para ratificar tal entendimento, pode-se especificar o conceito de estratégia cunhado por Michel de Certeau:

Com respeito às estratégias (cujas figuras sucessivas abalam esse esquema demasiadamente formal e cujo laço com uma configuração histórica particular da racionalidade deveria também ser precisada), chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (CERTEAU, 2007, p. 97).

Na associação entre os indivíduos, as sociedades são expostas a regras e estratégias de condutas, mas encontram táticas intrínsecas para expressar e construir tanto um ideário como o estabelecimento das próprias regras de convivência. Um dos exemplos dessa realidade é o método coercitivo e violento usado junto aos jovens, na Marinha, mesmo que muitos tutores não os matriculassem pelo conhecimento prévio do uso do castigo físico dado a eles.

Em várias províncias, o destino das crianças eram lugares diversificados de acolhimentos. Exemplo claro de acolhimento no intuito de instruir e civilizar crianças abandonadas nas ruas era a “Companhia de Aprendizizes de Santa Catarina, sediada no Desterro”¹²⁷. Os enjeitados eram admitidos naquela Companhia de Aprendizizes não só para realizar o curso de primeiras letras, a partir dos sete anos, mas também para manter aquela cidade limpa. Segundo Silva:

ao propagar possibilidades para sanar a problemática das crianças pobres nas ruas, era tentar conferir uma imagem de civilidade para o espaço desterrense que, neste momento, passava por um lento e gradual processo de urbanização. As autoridades tentaram retirar das áreas centrais os indivíduos que consideravam inconvenientes[...] (SILVA, 2002, p. 90).

Além dessas constatações, o autor acrescenta que, pelos dados obtidos junto às fontes que pesquisou, sua percepção o levou à conclusão de que um dos grandes interesses das elites

¹²⁷ Criada pelo Decreto nº 2003, de 24 outubro de 1857, a Companhia de Aprendizizes, formada por duas seções, uma em Santa Catarina, sediada em Florianópolis e outra em Laguna, tendo sido criada também pelo mesmo decreto, uma instituição em Recife, Pernambuco. Relatório do Ministro da Marinha, 1857, anexo 22. Também citado por Machado (2007, p. 49).

em constituição no Desterro, ao propagar possibilidades para sanar a problemática da presença das crianças pobres nas ruas, era tentar conferir uma imagem de civilidade para o espaço desterrense que, naquele momento, passava por um lento e gradual processo de urbanização. Segundo ele, “as autoridades tentaram retirar das áreas centrais os indivíduos que consideravam inconvenientes, que maculavam o que entendiam como imagem de cidade limpa e civilizada” (SILVA, 2002, p. 90). Quanto à ideia central da elite desterrense, tem-se que “deveriam objetivar a unidade da elite intelectual do Desterro em torno do projeto comum de civilização, como também sua distinção em relação à maioria da população” (SCHAFASCHEK, 1997, p. 49).

Outra Companhia também que foi criada, posteriormente, com esse intuito de civilizar jovens desvalidos como propósito de consolidar o regime à época, por meio da força ao usar um de seus braços navais de formação localizada no extremo sul, foi a Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande/RS como elemento guardião no intuito de disciplinar, civilizar, controlar e até formar jovens para sua conveniência (SERRALHEIRO, 2017). Assim como o Rio de Janeiro, outras províncias do Brasil, principalmente aquelas em que se receberam as Companhias de Aprendizes, a saber, dezoito capitais, fizeram parte do roteiro experimental, o que, como observa Marx, não representou nenhuma novidade na nossa tradição urbana:

[...] a grande experiência atual, a mais ousada e requintada exceção, não é única, nem a primeira; culmina numa apreciável e um tanto esquecida tradição de ocupar a imensidão da terra através de fundação de cidades e de civilizar os vazios que a nossa evolução peculiar legou. Corresponde, historicamente, às capitais estaduais descritas e sucede no plano nacional a Salvador e ao Rio (MARX, 1980, p. 38).

A construção das Companhias nas cidades representou muito mais do que a concretização de um antigo ideal conservador ou de um exercício civilizatório. Representou uma oportunidade de expressar não só a materialização de um pensamento conservador, que foi sofrendo mudanças no seu tempo, mas também o amadurecimento político de uma Nação, que continuou a dar seguimento na sua execução pelo gabinete de 1853, já sob o signo da conciliação conservadora. Para essa corrente conservadora, preservar a ordem não era exclusivamente reelaborar a estrutura administrativa e colocar em execução um plano coercitivo contra crimes e repressão aos levantes; tratava-se de conservar em consonância as antigas relações de poder, hierarquias, propriedades garantidas ainda na época da colônia.

Cunhada a ordem, o processo civilizatório completava a dimensão do projeto de construção de um Estado. Era fundamental “manter a ordem e difundir a civilização – faces complementares dos processos de construção de um Estado e de constituição de uma classe” (MATTOS, 1987, p. 283). Isso nos remete mais uma vez ao próprio Ato Adicional de 1834, definindo que as assembleias locais passavam a legislar sobre como formar o povo. Portanto, a civilização viria por meio das instruções oferecidas pelo Estado, ajustada pelos poderes locais e administrada pela instância ministerial e aí entram os ministros da Marinha com suas propostas frente aos recrutados.

O processo de criação dos centros de formação de Marinheiros, distribuídos pelo território do Império, pretendia ser, além de um espaço de formação militar, um espaço de aprendizagem das primeiras letras. Também, pode ser entendido como parte do conjunto de medidas que contribuíram para o processo centralizador, como promoção ontológica, fortalecedor das estruturas administrativas, que buscou promover a ordem e difundir a civilização. Assim, a Marinha do Brasil se colocou à disposição no intuito de oferecer propostas de erradicação como elemento laboral de ensino, o que será discorrido a seguir.

3.4 A MARINHA E A PROPOSTA DE ERRADICAÇÃO COMO ELEMENTO LABORAL DE ENSINO

A questão da inclusão de jovens, nas Companhias e no Corpo de Imperiais Marinheiros, se transformou num verdadeiro embate, provocando polêmica e polarização, mesmo sabendo que ter uma marujada pronta e adestrada seria a solução parcial para os futuros sinistros que poderiam ocorrer em solo pátrio. De fato, pensando nessa concepção, aperfeiçoar o ensino-aprendizagem como projeto estatal visava a erradicar, das ruas, não só aqueles que praticavam atos ilícitos, mas também a juventude que vivia no ócio. Assim, o Ministro já deixava claro, em seu parecer, que:

A instituição Corpo de Imperiais Marinheiros e de Aprendizes Marinheiros é, por ora, e será ainda por longo tempo a esperança da Armada. Deles se compõem em toda parte as tripulações dos vasos de guerra, mas como se tem sido até aqui insuficiente o recrutamento forçado, e o voluntário para se completar estes corpos, convieria que o governo fosse autorizado a contratar voluntários por meio de prêmios vantajosos, a fim de preencher o número de praças marcado na lei [...] ¹²⁸.

¹²⁸BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1848, p. 7. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 01 out. 2018.

A Marinha continuava insistindo na forma de prêmio como a melhor forma de manter ajustado seu efetivo. Um dos maiores impactos na questão de manter o efetivo na arena da educação militar naval seria manter os prêmios como argumento recorrente à proposição vinda dos relatórios dos ministros para discussões e debates nas Câmaras dos Deputados e Senado.

A história das Companhias traçou conceitos de erradicação, como ensinar, controlar, e servir, aos Oficiais e praças mais antigos, pois foram os tutores na arte de passar o conhecimento e acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados no aspecto pedagógico, numa sociedade em que a educação formal era prerrogativa de uma minoria, esses instrutores desenvolveram suas dinâmicas em bases tutoriais, sendo eles próprios os professores dos recrutas. Entretanto, apesar de a Marinha estabelecer algumas experiências relativamente inovadoras naquele século XIX, a partir do momento em que o jovem era entregue nas companhias, por seus genitores, em troca de prêmio ou apresentando-se voluntariamente, o cuidado que eles recebiam era meramente de custódia e seus órgãos institucionais de base foram a principal resposta social para tratamento dos considerados desviados. Tal custódia era justificada pela crença de que a pessoa diferente na aparência, pela cor ou raça, deveria receber cuidado e proteção sob confinamento por algum período, o que, de certa forma, protegia o sujeito das mazelas da sociedade. Contudo, cabe ressaltar que, após o recebimento dos aprendizes, grande parte tinha sua formação básica a bordo dos navios, como foi o caso da Companhia de Mato Grosso, em que os jovens imperiais marinheiros, ficavam aquartelados a bordo das barcas canhoneiras¹²⁹.

Já na Corte, havia o revezamento entre a Ilha de Boa Viagem, a Fortaleza de Villegaignon e a Ilha do Governador, por serem lugares fixos de aprendizagem, assim a formação teórica era razoável e rápida. Paralelamente, havia, no quesito institucionalização, a diferenciação entre Corpo de Imperiais Marinheiros e Companhia de Aprendizes, como tipos de escolas para formar a marujada para responder pela aprendizagem de todos os alunos, de onde saíam para tripular os navios. Pelo viés analítico de Leandro (2002, p. 110), “o Corpo de Imperiais Marinheiros seria criado com intuito de selecionar os melhores, em

¹²⁹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1843, p. 5. Disponível em ddsnex.cr.l.edu/titles/142. Acesso em 01 out. 2018.

comportamento e aptidão, voltados para uma ótica de modernização e profissionalização do seu quadro”.

A tendência desse Corpo foi progressivamente elitizar-se a ponto de erradicar, de seus quadros, marinheiros de mau comportamento e até mesmo forçar uma legislação específica para não admitir indivíduos de certas procedências suspeitas. Assim, o acesso à educação, para os portadores de maus hábitos sociais, ia sendo progressivamente inserido na sociedade por meio das Companhias, tanto é que, no ano de 1850, o Corpo de Imperiais Marinheiros contava com 1.280 praças divididos em 12 Companhias de efetivo, tendo destacados a bordo 954, mesmo que, nos quatro anos anteriores, houvesse 909 deserções¹³⁰. Entretanto, tanto os Corpos de Imperiais Marinheiros quanto as Companhias iam se proliferar por várias províncias como alternativas de erradicação pelas propostas descentralizadoras, ou seja, ter a Corte como local de distribuição, a partir de 1855, conforme será discorrido nos próximos capítulos. Nessa metade do século XIX, esses centros de formação já apareciam como uma resposta à sociedade para os problemas da educação de crianças e jovens desvalidos, em decorrência das condições econômicas e sociais que pairavam no Brasil naquele momento. O país tinha acabado de sair do último movimento provincial que muito desgastou os cofres públicos, isto é, “a revolta liberal da praieira de 1848” (FRAGA, 2008). A partir da segunda metade da década de trinta, do século XIX, as provisões educacionais eram voltadas para crianças e jovens que, em muitos casos, haviam sido impedidos de acessar a escola comum, ou para aqueles que até conseguissem ingressar, de alguma forma, numa escola, fato muito raro à época. A proposta inicial das Companhias era baseada na ideia de que eles seriam instruídos militarmente em suas necessidades educacionais, se ensinados em ambientes próprios. Também, houve mudanças significativas na formação dos Oficiais das Forças Armadas, a Academia passou a ser designada de Imperial Academia Militar, “em 1832, de Academia Militar de Marinha, quando nela se incorporou a Academia Imperial da Marinha (1832), e em 1838 de Escola Militar, quando da separação definitiva entre a Marinha e o Exército” (LUCHETTI, 2006, p. 67). Outrossim, a educação militar naval foi se constituindo como um sistema paralelo ao sistema educacional, até que, por muitos motivos, lógicos, morais, legais, econômicos e políticos, surgiram as bases para uma proposta de erradicação. “O engajamento no Corpo Militar não significava uma mudança de *status* e o imediato

¹³⁰ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1850, p. 7. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 01 out. 2018.

afastamento de sua condição anterior de filhos, irmãos, amigos ou amantes [...]” (BRETAS, 1998, p. 220-221). “Um outro caminho para se fazer a história da consolidação do Brasil independente torna como eixo central a constituição de mecanismos de dominação e repressão” (BRETAS, 1998, p. 220-221). Os movimentos de guerra que permearam a primeira metade do século XIX, e duraram 26 anos, espalharam, principalmente nas províncias do Norte, uma quantidade grande de crianças órfãs, principalmente negras, indígenas e pardas, por várias regiões. Contudo, isso só ajudou a sociedade, muitos sem sensibilidade e conscientização, a segregar e marginalizar mais ainda aqueles grupos de indivíduos com *status quo* minoritários, tornando a segregação sistemática e endêmica. Tal contexto naval alicerçou uma espécie de base moral para a proposta de integração educacional, sob o pretexto irrefutável de que algumas crianças, sob vulnerabilidade social, teriam que ir para a Marinha.

Além dos argumentos morais, existiam ainda fundamentos racionais das práticas integradoras, baseados nos benefícios, tanto para os portadores de práticas criminosas quanto para aqueles voluntários ao recrutamento. Os potenciais benefícios para os jovens que vinham do mundo externo com vícios seriam: participar de ambientes de aprendizagem mais desafiadores; ter mais oportunidades para aprender e observar com os marinheiros mais antigos, que já haviam passados por aquela experiência; viver em contextos mais rígidos e realistas para promover aprendizagens significativas; e integrar ambientes sociais mais facilitadores e responsivos, uma vez que se eram pessoas com soldos muito baixos, pouca instrução e, em sua maioria, provenientes de outras províncias, evidenciando, assim, as experiências dessa categoria social em uma época tensionada da história brasileira, acima de tudo referente às condições de trabalho.

Outro fator de muita relevância era o sentimento de repulsa, analisado numa perspectiva sentimental, em relação aos trabalhadores. Tentava-se erradicar da sociedade aqueles que fizeram parte do mundo da ordem ou da desordem, e, segundo as reflexões de Marcos Bretas,

A construção dos agentes encarregados do controle social ainda não mereceu a devida atenção na ciência social brasileira. Recrutados nas camadas sociais que teriam preferencialmente que controlar, policiais e agentes semelhantes podiam muitas vezes se solidarizar com seus objetos, mesmo em detrimento da tarefa que

deveriam executar (BRETAS, 1998, p. 221)¹³¹.

O arcabouço de argumentos que fundamentou as práticas integradoras foi a base empírica dos capturados pelos agentes recrutadores para compor as fileiras dos Corpos de Praça da Armada. Isso não quer dizer que policiais e agentes se satisfaziam com essa prática. Um fato interessante que comprovou esse argumento foi o que aconteceu na cidade de Caçapava, Província do Rio Grande do Sul, onde o Juiz Municipal de Órfãos daquela cidade expunha tamanha dificuldade de fazer o recrutamento, através de correspondência, ao presidente da província:

[...] tendo presente a circular no. 15 de 07 de dezembro do corrente em que V.S.^a. me determina que faça todas as diligências, quer por meio de engajamento, quer de recrutamento, para obter o maior número de indivíduos a fim de se manter o número de praças do Corpo de Imperiais Marinheiros e do Batalhão Naval, de preferência os que tiverem idade de 12 a 18 anos para as Companhias de Aprendizes do primeiro desses corpos, na conformidade do aviso do Ministério da Marinha, de 22 de setembro do ano findo sob no. 05 que por cópia acompanha a referida circular e mediante as gratificações estabelecidas no mesmo aviso. Em resposta pois, cumpre-me significar a V.S.^a. que por meio de engajamento nada se poderá conseguir pelo horror que inspira o serviço da Marinha, ou abordo de vasos de guerra, aos habitantes desta Província e sendo por consequência necessário recorrer ao recrutamento, terei de lutar não com pequenos embarços por falta de força a minha disposição, visto que a Guarda Nacional dificilmente se presta para serviços desta natureza. Todavia, farei de minha parte os devidos esforços para o bom desempenho deste encargo, e com este intuito desejo que V.S.^a. me declare como, e por quem devem ser pagas as despesas de transporte e etapa, que necessariamente se deve fazer com os recutas, que tem de ser remetidos para essa capital segundo a ordem de V. Excelência. Caçapava, 29 de dezembro de 1854¹³².

Em certas regiões, a proposta de extirpar da sociedade não era missão tão simples assim para os agentes recrutadores, pois isso causava constrangimento, mesmo sabendo que sua missão era essa. Outra forma também realizada era a opção seletiva da erradicação, explicando melhor, essa se daria pela “boa condição física”¹³³ do capturado pelas ruas. O fator

¹³¹ Pode-se exemplificar determinado tipo de diferente agente e de um período um pouco posterior, pode ser a queixa do diretor do Asilo de Meninos Desvalidos em relação aos inspetores encarregados de fiscalizar os menores. Sendo muito jovens, eles confraternizavam com seus fiscalizados; tendo família, não podiam dar a atenção necessária ao serviço. O difícil era conseguir recrutar um quadro de homens de meia idade e sem família, dispostos ao serviço pelo salário pago (HOLLOWAY, 1993; MARQUES, 1996, p. 82-83; CÂNDIDO, 1998).

¹³² Fonte: AHRS - Fundo Justiça - Caçapava Correspondência – Juízo Municipal ou Municipal de Órfãos – Maço 005.

¹³³ O próprio Ministro João Maurício Wanderley propunha, de acordo com a constituição física, amputar, da sociedade, jovens ociosos. Ele dizia em seu relatório: As nossas cidades, vilas e aldeias estão cheias de jovens atléticos, que buscam à porfia algum emprego, e só como malogro e preguiça geram a dissipação e esta os reduz a degradação, tornando-os insuportáveis à família e a sociedade é que se julgam próprios para marinheiros da

de escolha seria a robustez do jovem, conforme requerimentos pesquisados pelo historiador Marcelo Bretas (1998), no Arquivo Nacional, cuja pesquisa verificou que a queixa de recrutamento forçado era constante, ainda que sistematicamente negada pela polícia, a qual reafirma que o engajamento foi voluntário. Mais uma vez, essa voluntariedade talvez se explique pelo desejo de escapar do serviço militar: aqueles que não se engajassem “voluntariamente” na força policial teriam o destino involuntário dos corpos de primeira linha, podendo deixar a cidade e sendo submetidos a condições de disciplina e pagamento ainda inferiores. Isso justifica o porquê de muitos pedirem para serem dispensados de servir a Marinha, como foi o caso de “Felipe José da Silva, em 16 de fevereiro de 1849”¹³⁴. Não se pode esquecer que os elementos responsáveis em capturar, a ermo, na Marinha, não eram somente aqueles autorizados pelo Estado que, segundo Nascimento (1999, p. 70), “havia indivíduos que não faziam parte da polícia nem do Corpo de Oficiais da Marinha de Guerra, não eram selecionados para o serviço através de qualquer critério, mas simplesmente aceitos como parte da malha do recrutamento”.

A proposta de erradicação era, na maioria das vezes, tão ferrenha que, em muitos casos, a peneira do recrutamento olhava não só para a condição social, mas também para a cor do menor:

Remeto [...] Manuel Antônio de Oliveira, a fim de que [...] faça sentar praça no Corpo de Artilharia ou na Marinha Nacional como marinheiro;[?] isso que é quando vadio e andar continuamente em desordens, sem se ocupar em coisa alguma.
Remeto a V. Ex^a. O pardo José Hilário para que me digne fazê-lo empregar na Marinha a fim de ser moralizado¹³⁵.

A gênese das Companhias tornou-se um laboratório de experiência que produziu formas de ensinar pessoas que, por muitas décadas, não foram sequer consideradas educáveis. Posteriormente, as Companhias passaram a produzir evidências, de boa reputação, que culminaram numa grande satisfação dos ministros navais em relação à natureza segregacionista e de marginalização dos ambientes de ensino. A partir daí, adicionalmente, a meta de desenvolver bons e comportados homens impulsionou a preocupação com a

Armada. Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1855, p. 7. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 02 out. 2018.

¹³⁴ Fonte: Arquivo Nacional - Fundo Polícia IJ6 180, 16 de fevereiro de 1849.

¹³⁵ Arquivo Nacional, Série Marinha, IIIM-655 - Ofício do chefe de Polícia ao Encarregado do Quartel General da Marinha (NASCIMENTO, 2001, p. 72).

qualidade de vida e com contextos culturais de normatização, a fim de maximizar as possibilidades de desenvolvimento interpessoal e inserção social futura.

O princípio da erradicação foi amplamente difundido não só no Corpo de Imperiais Marinheiros, mas também nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros e no Corpo de Fuzileiros Navais. As sequentes implicações dessas organizações militares, que operacionalizou o conceito de erradicação, para servir às forças de terra e mar, partindo do pressuposto de que ambientes apropriados seriam aqueles vivenciados pelos indivíduos captados em alguns ramos da sociedade. Era a questão da propositura de erradicar o externo para inserir no interno. Tal proposta trouxe o desenvolvimento de vários tipos de ações que visavam a integrar essa população de iletrados na sociedade, com a finalidade de usar meios de erradicação para promover e/ou manter características, experiências e comportamentos pessoais tão normais quanto possíveis. A definição focalizava a atenção sobre dois aspectos: o que o serviço militar almejava daqueles sujeitos excluídos da sociedade (características, experiências e comportamentos); e com quais meios isso seria atingido.

A partir de então, a Marinha deu continuidade ao princípio extirpador no planejamento da segregação, ao longo das décadas que se seguiram, ocasionando, nas companhias, a retirada das pessoas com deturpações sociais com cunho modificador para talvez pudessem ser (re)inseridas na sociedade. Com o passar do tempo, as Companhias de Aprendizes gozaram de tamanho prestígio quanto ao modo de civilizar alguns maus elementos da sociedade, a ponto de educá-los, tanto que o Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos, em seu relatório já propunha “a ideia da criação de Companhias de Aprendizes Marinheiros em algumas províncias, ideia apresentada por um dos meus ilustrados predecessores, me parece digna de ser ensaiada”¹³⁶.

Ano após ano, as autoridades navais perceberam que as velhas formas de extirpar da sociedade, em forma de recrutamentos herdados do antigo regime português, eram responsáveis por afastar os indivíduos da Marinha, e passaram a repensar as práticas utilizadas para arregimentar seu contingente de praças. Em 14 de junho de 1855, assume a pasta da Marinha o conservador na função de Ministro de Estado e negócios da própria Marinha, João Maurício Wanderley, primeiro Barão de Cotegipe, cujo “denso Relatório”¹³⁷ é levado a discussões na Câmara, para votar as propostas de Fixação de Forças Navais, para o

¹³⁶ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1853, p. S1-12. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 02 set. 2018.

ano de 1855-1856, e chegar à Assembleia Legislativa, onde ganharam força, juntamente com outras matérias, as que visavam a aumentar a quantidade de Companhia de Aprendizes. O próprio Ministro, questionado, naquela sessão, pelo Senador Barão de Buritiba, sobre autonomia dos centros de formação de marinheiros, expôs: “no regulamento do corpo dos imperiais marinheiros definindo-se a sua organização diz-se que ele se comporá de um estado-maior com certo número de oficiais e mais das companhias na lei designadas, mas não se fixa nesse regulamento o número das companhias”¹³⁸.

Na réplica do mesmo debate, o Ministro Wanderley responde:

Não sei se o ilustre senador compreendeu [...]. Quero dizer que na lei de fixação de forças que tem de reger do 1º de julho em diante somente se fez menção de três companhias mandadas criar nas províncias; e, contudo, o governo não se julga inibido de continuar a manter a da corte [...]

Esse debate foi o pontapé inicial da descentralização das Companhias e, com isso, depois de passados 15 anos após a criação da primeira e única Companhia de Aprendizes, no Rio de Janeiro, até aquele momento, o Governo procurou esboçar o projeto de consolidação não só na arte de nacionalizar, mas também erradicar da sociedade alguns maus elementos, espalhados em várias províncias, criando, a princípio, mais duas unidades em 1855, uma no Pará¹³⁹, em 04 de janeiro daquele ano, e outra na Bahia¹⁴⁰, em 27 de janeiro do mesmo ano, esta última com sede escolar no Arsenal da Marinha; com elas, baixou o decreto com seu Regulamento, conferindo certa autonomia à instituição dentro da cadeia de subordinação e comando da Marinha, definindo que cada unidade teria um comandante próprio. Esse decreto, com cinquenta e sete artigos, foi uma medida política e militar que parece ter causado muito impacto na área de educação naval, promulgada aos moldes da Marinha, a qual assegurou mais independência na educação apropriada para os recrutas capturados em situação anômala, instituída, oficialmente, em esfera nacional, causando assim o processo de integração entre Marinha e as províncias, como se fosse um tipo de pacto federativo. Tal legislação se

¹³⁷ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1853, p. S1-12. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 03 set. 2018.

¹³⁸ Sessão da Câmara do Senado de 1854. Disponível em: www.senado.leg.br. Acesso em 04 jan. 2020.

¹³⁹ BRASIL. Decreto nº 1517, de 4 de janeiro de 1855, manda observar as instruções por que deve ser feito o alistamento de voluntários e de recrutas para o serviço da Armada. Também essa lei cria uma Companhia na província do Pará e aprova seu novo regulamento, revogando o regulamento definido pelo Decreto nº 411 A, de 5 de junho de 1845, Coleção de Leis do Império

¹⁴⁰ BRASIL. Decreto nº 1543, de 27 de janeiro de 1855, CLI.

constituiu na base jurídica que definia a colocação de indivíduos pegos na malha do recrutamento, em alternativas minimamente restritivas, e que, conseqüentemente, incentivava a implantação gradual de uma educação regulada frente à organização das Companhias desanexando-a do Corpo de Imperiais marinheiros, em definitivo, para no final inserir os jovens, mesmo estando na Marinha, na sociedade por ter bons comportamentos.

Diante de uma proposta velada em erradicar alguns males da sociedade, criar institutos de ensino próprios para tamanha objetividade foi o plano orquestrado das autoridades daquele momento e sobre a questão da criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, se discorrerá mais profundamente no capítulo 5 deste trabalho.

Aqui cabe ressaltar que o Artigo 300 do regulamento n.12, de 1842, conceitua o crime de vagabundagem os indivíduos que, não tendo domicílio certo, não têm habitualmente profissão ou ofício, nem renda, nem meio conhecido de subsistência. Não obstante, no determinado ato, para o cumprimento não contrário ao estabelecido no decreto em questão, e por curiosidade, antes de estabelecer um órgão fixo em terra para instrução, os primeiros quartéis foram as corvetas *Bertioga* e *Euterpe*¹⁴¹.

Devido às batalhas provinciais, quase todas ocorridas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, a Bahia apontava como uma das províncias que tinham, segundo estudos de Ferreira (1878, p. 38), “maior proporção de cativos do Império”. Cabe ressaltar aqui que crianças e jovens não ficavam fora desse grupo. Isso corroborava para que fosse criada com o fim de expurgar, da sociedade, uma Companhia de Aprendizes naquele local. Walter Fraga Filho, em seus estudos, encontrou vários casos de mendigos, moleques e vadios recrutados para o Exército e a Marinha na Bahia e, segundo ele, “para as autoridades do interior e da capital uma alternativa à superlotação das cadeias e à presença desse contingente sem ocupação nas ruas era o recrutamento forçado” (FILHO, 1996, p. 95). Segundo o historiador baiano Luiz Viana Filho (1976, p. 89), “estima-se que 25% do montante de 3,6 milhões de escravos traficados da África para o Brasil, ou cerca de 1.067.080, nas contas dele, tenham sido transportados para a província da Bahia”. Já Eltis (2003 apud SILVA, 1998, p. 1) afirma que “a Bahia importou mais de 318.000 africanos entre 1801 e 1851, enquanto no mesmo período as importações em todas as províncias ao norte desta – de Sergipe até o Pará – não passavam

¹⁴¹ BRASIL. Decreto 1517, de 4 de Janeiro, Art 6º. A Companhia será aquartelada em um dos edificios do Arsenal de Marinha, ou a bordo de algum Navio que para esse fim for destinado, devendo ser considerada filial do Corpo de Imperiais Marinheiros.

de 260.000 escravos”. Fato é que tais dados colocam as regiões Norte e Nordeste como um celeiro fértil para recrutar e destinar jovens e ex-escravos para serem adestrados na Companhia de Aprendizes, não só do Pará como também da Bahia.

O decreto de 1855 finalmente regula, de forma mais legislativa, as questões sobre a formação de forças militares nas províncias e a maneira pela qual deve ser feito o recrutamento militar de menores como alternativa e manutenção da disciplina. Contudo, o êxito dependeria da efetiva participação dos poderes locais e regionais sob a égide do Governo Central. Destaca-se a tipificação em artigo:

O alistamento de voluntários se fará por intermédio das Capitânicas, e dos Comandantes das Estações Navais, nos portos e distritos do litoral até onde puderem efetivamente estender a sua ação, e por intermédio das Autoridades que os Presidentes das Províncias julgarem mais convenientes, em todos os outros lugares¹⁴².

Algumas unidade navais também eram usadas como ponto de alistamento daqueles que quisessem ser voluntários para servir à pátria, é claro, com o aval dos presidentes de províncias.

Ainda que as autoridades provinciais pudessem ter mais autonomia de nomear quem em sua jurisdição pudesse trabalhar para o Estado, no ofício de extirpar das ruas aqueles que incomodavam a sociedade, mesmo assim, a repulsa sobre o recrutamento continuava sendo um óbice para a população. O recrutamento deixava vila e povoados inteiros em clima de terror e até chegava a atrapalhar a produção agropecuária em determinadas regiões. Outro fato importante a ser registrado sobre a agropecuária, referente ao valor dado à educação, é que, para muitos pais pobres, a melhor saída para os filhos não seria a educação, mas sua transformação em cidadãos produtivos e úteis na lavoura, enquanto os filhos de um minoritário grupo elitizado eram ensinados por professores particulares. Estou me referindo ao século XIX. Antes da lei, ao menor sinal de agentes capturando para recrutar, a população largava seus afazeres nas plantações e se evadiam para o mato, conforme caso ocorrido na Bahia. O que denota isto foi quando “se começavam a fazer recrutas, era infalível a carestia dos gêneros de primeira necessidade, por que os lavradores abandonavam as roças” (PRADO, 1961, p. 309).

¹⁴² BRASIL. Decreto 1591 de 14 de abril, Art. 3º. Fonte: CLI. Disponível em www2.camara.leg.br. Acesso em 04 set. 2018.

Também, antes da lei, talvez, muitos pais, e inclusive os recrutas, quando eram recrutados pelos órgãos navais, como a Capitania dos Portos, não sabiam que, ao serem captados para servir a Marinha, na maioria das vezes, sua ida tinha como destino a Corte, e podia ser uma viagem de ida sem volta. No Maranhão, alguns agentes da segurança pública se apresentavam de forma voluntária para Marinha, caso ocorrido noticiado num dos principais jornais da cidade:

Ilmo Sr. - Com este será apresentado a V. Sr. Manoel do Bonfim Vieira, que se oferece a servir na Armada, e deseja fazer parte da guarnição do brigue Caliope. Sendo ele soldado do corpo de polícia, mandei dar-lhe a competente baixa.
Deus guarde a V. S. - Antônio Cândido da Cruz Machado – Sr. Comandante da Divisão Naval.
Palácio da Presidência da Província do Maranhão, 31 de janeiro de 1857¹⁴³.

É preciso pensar que, de uma forma ou de outra, o que pesava na população, ao ter seus filhos na Marinha, era a forma despótica que exerciam os agentes recrutadores para com os recrutados. Isso ocorria apesar do tratamento dado aos recrutas, no momento da ida à Companhia da Corte, poderia ser desconfortável, mas não tão truculenta, pois a princípio se dava em navios depósitos, e eles não recebiam algemas e poderiam frequentar o convés.

Cabe informar que os jornais noticiavam, como eram transportados aqueles condenados nas embarcações, se transformando numa fonte de informação negativa que não interessava para a Marinha. Assim, mais uma vez o próprio jornal maranhense do mesmo mês de janeiro trazia em uma de suas páginas a notícia de uma certa embarcação fazendo o traslado de recrutas de uma província para outra, da seguinte forma,

Hoje V.m.c., de mandar dar transporte para a Corte no vapor S. Salvador aos recrutas da Marinha, vindos do Piauí, de nomear Raimundo José Valcasse, Manoel Rodrigues dos Santos e Ignácio Francisco Xavier, prevendo-o de que despesas do transporte deveriam ser pagas ao gerente, pois neste sentido ofício ao Exmº o Sr. Ministro da Marinha à disposição de quem devem ser postos os ditos recrutas.

Esse tipo de escoamento de material humano se dava em transportes marítimo e terrestre de uma província para outra, contendo criminosos, facínoras, presos e sentenciados pela justiça tinham os mesmos direitos dos outros recrutados. Eles recebiam tratamentos diferenciados, ou seja, eles eram algemados e tinham todo aparato autoritário possível, para que não houvesse evasão para o mundo externo por parte destes.

¹⁴³ Jornal *Publicados Maranhense*, 30 de janeiro de 1857. Também, ver em Leandro (2002, p. 108).

O decreto de 1855, além de criar uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros na Província do Pará, conforme já referenciado, mandava observar o regulamento respectivo, destinado para a organização, comando e administração da Companhia de Aprendizes-Marinheiros. Essa norma, para melhor formar um Marinheiro relativamente completo, estabelecia certa divisão de espaços para sua formação, ou melhor, o Aprendiz, depois de inserido na Companhia, era quartelado num dos edifícios do Arsenal de Marinha, ou a bordo de algum Navio para esse fim destinado, que tinha sido filial do Corpo de Imperiais Marinheiros.

A norma tinha como propósito não só a civilidade e a cidadania do jovem, mas também mais subsídio e autonomia à Companhia para melhor formar um Marinheiro. Assim, o Brasil, com a população repleta de órfãos e desvalidos, viu-os passarem a fazer parte do requisito de ser um Aprendiz-Marinheiro remetido pelas Autoridades competentes. De acordo com os princípios básicos da legislação, a colocação seletiva de jovens de primeira viagem deveria levar em consideração os seguintes critérios: “Ser Cidadão Brasileiro, ter a idade de 10 a 17 anos, ser de constituição robusta, e própria para a vida do mar. Também poderão ser admitidos os que tendo menos de 10 anos de idade se acharem com suficiente desenvolvimento físico para começar o aprendizado”¹⁴⁴. É claro que o serviço do Quartel seria feito de forma análoga ao que se pratica a bordo dos Navios da Armada, com aquelas modificações ou ampliações que o local exigir¹⁴⁵.

Essa lei foi fruto de uma medida política que parece ter causado certo impacto na área da educação naval, promulgada após quinze anos da promulgação da lei que criou a primeira Companhia, que assegurou melhor educação apropriada para várias crianças sob vulnerabilidade social, instituída oficialmente, em âmbito nacional. Tal legislação se constituía como ferramenta jurídica que definia direta e indiretamente a inserção de indivíduos na tenra idade em alternativas minimamente restritivas. Também, incentivava a implantação gradual de outras unidades navais de recolhimento de jovens em outras partes do Brasil.

¹⁴⁴ BRASIL. Decreto 1517, de 4 de Janeiro de 1855, Art. 8º, inciso 1,2,3 e Art. 9º. Fonte: www2.camara.leg.br, acesso em 03 set. 2018.

¹⁴⁵ BRASIL. Decreto 1517, de 4 de Janeiro de 1855, Art. 20º. Fonte: www2.camara.leg.br, acesso em 03 set. 2018.

Na província do Pará, a proposta de erradicação, tendo a Marinha como elemento laboral de ensino, tinha naquela recém-criada Companhia de Aprendizes-Marinheiros uma das únicas instituições, compostas por Arsenal da Marinha e Arsenal da Guerra, que, a partir de 1855, drenava homens e menores de 14 anos pelo recrutamento compulsório, somadas ao Batalhão de Polícia da Província. A concorrência feroz, de fato, era realidade. Segundo documentação, no arquivo público do Pará, essa miríade de redes de recrutamento compulsório também pode ser lida não apenas como expressão da força do estado provincial, disciplinando suas gentes de cor, embora muito ainda seja necessário dizer sobre esses processos no Pará. Afinal, são centenas de encaminhamentos de homens adultos e adolescentes para um desses destinos, sem contar os mapas de recrutas, vindos de todas as vilas e povoações do Pará e do Amazonas¹⁴⁶. É importante ressaltar que por meio do decreto n. 426, de 24 de julho de 1845, que aprovou o regulamento acerca das Missões de Catequese e civilização dos Índios, colaborou-se para arrebanhar índios para a Marinha de Guerra, como forma de erradicação social.

A associação entre decreto e Companhia não era concebida como uma questão de tudo ou nada, mas sim como um procedimento com vários pontos, através dos quais o sistema educacional proveria os meios navais mais apropriados. Para a Marinha, a proposta de erradicação se tornava o baluarte promovido pelo Estado para expurgar aquilo que ele entendia como mal necessário, tendo como um dos objetivos centrais alfabetizar, nas primeiras letras, o menor analfabeto, mas isso não quer dizer que todos os jovens inseridos nas Companhias eram analfabetos, conforme o ofício logo mais abaixo na Imagem 6.

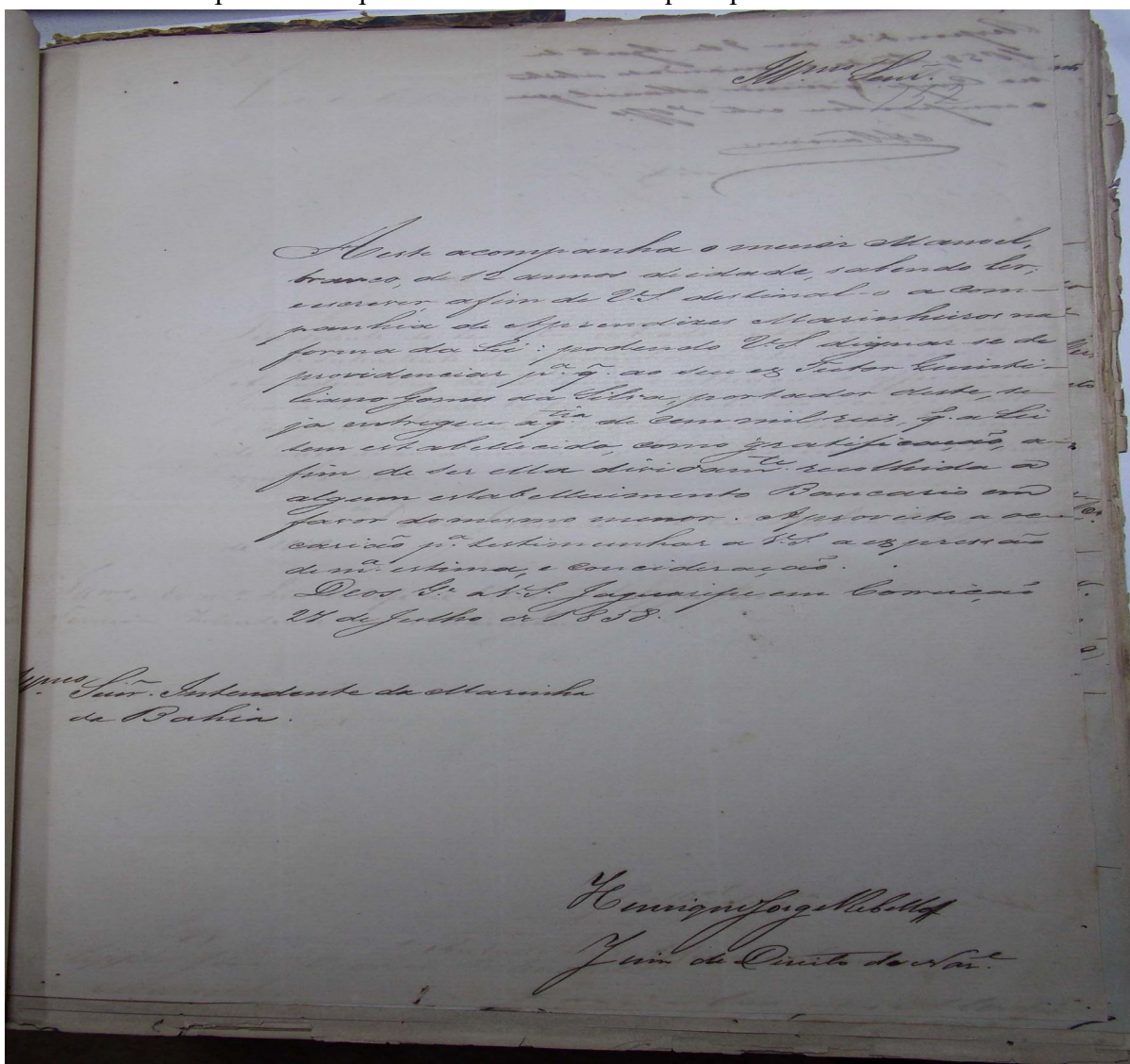
Foi um fato ocorrido com o jovem Manoel, recrutado para a Companhia de Aprendizes da Bahia, assinado pelo juiz de direito, Henrique Jorge, nos dá uma ideia clara da forma como alguns jovens chegavam à Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Esse documento incide sobre as condições que norteavam a chegada de alguns jovens nos centros de formação da Marinha, sobretudo, em relação ao recrutamento compulsório. Naquele período, a Bahia despontava como o maior celeiro sedutor para a prática de recrutar, pois foi uma das maneiras, como em outras províncias, encontradas pelas autoridades e elites locais de manter o controle da delinquência infantil na sociedade, e também de inserir ensino e

¹⁴⁶ Fonte: Arquivo Público do Pará (ApeP) – Fundo: Arsenal da Marinha, Vol. 16.

disciplina àqueles que precisavam de cuidado e de proteção do Estado. Esse instrumento de controle sobre a infância perdurou por grande parte do Império.

Com certa quantidade expressiva de crianças abandonadas, as autoridades daquela província, impetrava todos os esforços possíveis para que os meninos encontrassem uma família onde pudessem ampará-los, com a proposta de caráter caritativo dos meninos abandonados, mesmo assim, nem todos tinham sorte de ser adotados, caindo na mira dos capturadores para aquela Companhia de Aprendizes, mesmo sendo saber das habilidades de ler e escrever, conforme descrito no documento a seguir.

Imagem 6 - Correspondência do intendente da Marinha na Bahia sobre o envio de menor a Companhia de Aprendizes-Marinheiro daquela província.



Esse documento diz o seguinte:

Excelentíssimo Senhor

A esse acompanha o menor Manoel, branco, de 12 anos de idade, sabendo ler, escrever, a fim de Vossa destiná-lo a Companhia de Aprendizes Marinheiros na forma da lei: podendo a Vossa dignar-se de providenciar pagamento do seu es (sic) senhor Genisiliano Gomes da Silva, portador desse, seja entregue a quantia de cem mil réis a qual a lei tem estabelecida, como gratificações, a fim de ser ela devidamente recolhida a algum estabelecimento bancário em favor do mesmo menor. Aproveito a ocasião para testemunhar a vossa senhora a expressão de minha estima e consideração.

Deus salva a Excelentíssima Senhora Jaguaripe em Conceição

27 de julho de 1858

Excelentíssimo senhor intendente da Marinha na Bahia

Henrique Jorge Wellof

Juiz de Direito da (?)

O documento demonstra que, em minha concepção, era algo normal e justificava a proposta de erradicação, por meio da captura, isto é, o recrutamento dos menores para as Companhias era comum, os quais estivessem com deficiência no ensino, ou seja, que não sabiam ler e escrever, e que eram de cor negra ou parda.

As circunstâncias que justificam a caçada, com base na falta de formação e alfabetização, não se fez verdade, já que o jovem Branco sabia ler e escrever, ou seja, não havia exigência cabal no regulamento de que o recruta fosse ou não alfabetizado, pois tamanhas eram as dificuldades de arregimentar menores para completar as fileiras das Companhias que faziam com o que as autoridades navais aceitassem menores descumprindo as normas legais. Verifiquei que algumas crianças, com nove anos de idade, eram incorporadas nas Companhias; também foi apurado que a idade declarada do menor poderia não corresponder à verdadeira, embora os limites fossem entre 10 e 17 anos.

O representante da Marinha na província, representado pelos intendentes, fazia a ligação entre a instituição Naval e as autoridades da Bahia, para receber jovens, independente da cor, idade, classe social e entre outros, se apropriavam da publicidade nos jornais.

Devido às poucas condições de subsistência da população baiana, seus populares, aproveitando-se da sua precariedade econômica, levavam suas crias para tentar erradicar um pouco a fome. Esse grupo privado vinha a ser mais concentrado formando uma rede social que, ligada, construía um estímulo rentável ao mecanismo de recrutamento de jovens e crianças. Todavia, é necessário indagar em que medida elas se articulavam e como esse

entrecruzamento se formou, criando uma dinâmica por meio de notícias efusivas partindo da imprensa.

Santos (2016), analisando os matriculados mais novos nas Companhias de Aprendizes de Santa Catarina e Pernambuco, verificou que muitos agentes burlavam a legislação inserindo jovens com idade abaixo de 13 anos nas fileiras militares, causando certa confusão na hora de recrutar. Isso não foi exclusivo daquelas Companhias, já que em outra Companhia também acontecia isso:

Foi o que aconteceu na Companhia de Aprendizes da Bahia. O comandante relatou ao intendente da Marinha na Bahia que tinha muitos aprendizes que já haviam ultrapassado os três anos que determinava o Regulamento para permanecerem no quartel da Companhia, e que, pelo desenvolvimento físico dos meninos, estes já tinham mais de 16 anos idade. Diante disso, deveria o comandante obedecer ao Regulamento e encaminhar os meninos ao Quartel-General da Marinha na Corte, para assentarem praça no Corpo de Imperiais Marinheiros (SANTOS, 2016, p. 192).

Parece que a pouca idade e um regulamento que oficializasse a idade dos jovens não justificavam o impedimento dos agentes no momento de recrutar, com a intenção de amparar as crianças desvalidas e aproveitá-las no serviço militar, quando essas atingissem a maior idade. Na lógica, a máxima era captar/recrutar, manter e aguardar os de 14 anos para assentar praça, perspectiva e intenção das autoridades à época. Quanto à Marinha e sua proposta de erradicação como elemento experimental de ensino, de uma forma ou de outra, é possível observar, em ângulos completamente distintos, o potencial que tais miniaturas humanas portavam frente à sociedade, o que não significa que toda a criança brasileira, considerada futuro dessa nação em criação, sofreria intervenção por parte do poder estatal.

A Marinha, a duras penas, sabendo que a evolução naval estava a todo vapor, principalmente nos países anglófonos, precisava intensificar o recrutamento, mesmo sem respeitar os direitos, a infância, a idade adulta e até a “velhice” dos recrutados. Tal questão demonstra que, independentemente da situação, o importante era preencher as fileiras do recrutamento numa “política de erradicação” (COELHO, 2000, p. 22) como controle civil sobre os militares, uma das práticas que mais importava naquele momento, pois, neste ponto, durante o Império, o quantitativo das Forças Armadas era decidido por votação no bojo das discussões no plenário da Câmara e por meio das propostas de fixação de Forças encaminhadas pelos ministros da Guerra e da Marinha.

Em consonância com os fatos, as Forças Armadas fiéis ao regime vigente se apropriavam de suas intenções acobertadas pelo Estado para obter o monopólio da violência e, assim como o Exército, foram sujeitadas a uma política de erradicação que se estendeu por vários períodos da trajetória histórica da instituição. Por outro lado, a cultura de recrutar era muito agressiva; à frente desse costume das Forças Armadas em obter recrutas estava uma massa de atores sociais esteticamente diferentes, a qual era o ponto de contato entre o dentro e o fora, ou seja, da liberdade ao suplício nas Companhias, usando regras inflexíveis para seus intentos, operando em conjunto com outros agentes. Tal questão demonstra o quão obscuro é o recrutamento infantil. Se, por um lado, eles achavam que estavam dando proteção às crianças com o recrutamento, por outro, alguns sujeitos da sociedade não aceitavam essa forma de erradicação, compreendendo a dimensão do sofrimento dos pequenos Aprendizes-Marinheiros, dos quais muitos eram mestiços e híbridos sociais.

3.5 A MARINHA NA PRÁTICA CULTURAL: MESTIÇAGEM E HIBRIDISMO SOCIAL NO SÉCULO XIX

Para compor essa parte do assunto, apropriar-se-ão, com bastante ênfase, das ideias de teóricos e especialistas no assunto proposto, devido ao fato do Brasil, no período trabalhado, ser composto por uma população majoritariamente racista e preconceituosa, conforme já dissertado, principalmente frente a indivíduos mestiços e híbridos, “[...] embora a palavra híbrido surge em francês em 1595, só aparece em espanhol em 1817, quando entra na língua vindo do francês” (TAYLOR, 2013, p. 153). No entanto, de uns tempos para cá, tem havido bastante interesse sobre o tema mestiçagem na composição e formação militar, por parte de historiadores acadêmicos e institucionais impulsionados, principalmente, pelas perspectivas da História Militar, com enfoque na Marinha do século XIX. Assim, abordarei, de forma empírica e tecnicamente sucinta, as diversas formas comportamentais que a Marinha de Guerra do Brasil usou frente a certa parcela da população composta não só dos marinheiros, mas também dos Aprendizes-Marinheiros que eram culturalmente e socialmente híbridos em sua etnia. Desse modo, essa instituição naval se apropriou da mestiçagem dos recrutas para justificar o recrutamento compulsório, bem como suas implicações étnicas e sociais na forma de captar jovens para o interior daquela Força Naval. A análise proposta nesse seguimento aponta para o pensamento filosófico de que “todo brasileiro é um mestiço, se não no sangue,

nas ideias” (ROMERO, 1949, p. 85), essa citação que remete dialeticamente à questão da memória “coletiva e cultural” (HUYSSSEN, 1942, p. 13) da nação, considerando que o que prevalecia no povo brasileiro era uma miscigenação com a acentuação de uma nova modalidade da raça branca, constituída pelo predomínio lusitano, uma grande contribuição negra e poucos indígenas. Esse foi o ambiente encontrado pelos agentes recrutadores da Marinha imperial brasileira frente à sociedade.

Com a inserção de jovens oriundos de diversas etnias e de várias regiões, suas composições identitárias iam se estabelecendo de acordo com seus momentos de instrução e suas rotinas permeadas pelo sistema repressor e opressor, no interior dos centros de formação de marinheiros. Outro fato importante é que a identidade nacional brasileira é marcada pela ideia de mistura, de miscigenação, representada como integradora e homogeneizadora da nação. Em meu entendimento, numa questão mais antropológica, as infelizes circunstâncias da higiene, naquele Brasil do Império, e o decadente estado social da população negra foram os únicos fatores responsáveis pela existência da seleção, no que se refere às escolhas dos casamentos, resultando num progressivo, contudo acirrado, processo de branqueamento por parte da população nacional. Os fatores sociais, o entrelaçamento de etnias, a inexistência de regras para se casar e a falta de políticas de higiene acabaram convergindo e foram os responsáveis diretos pelo inevitável e pleno processo de mestiçagem. Segundo Taylor (2013, p. 144, grifo nosso), a própria noção de identidade racial entra no cenário americano e **brasileiro** como produto dessas cumplicidades complexas entre os sistemas arquivais e incorporados, ou seja, mesmo com a complexidade do assunto, muitos produtores de conhecimento se enveredaram em pesquisar o sistema de mestiçagem no Brasil, tais como Fernandes (1965), Candido (1976), Thiago Gomes (2004) e Flávio Gomes (2005) e Schwarcz (2014), e mais alguns que investigam esse sistema na base social da Marinha imperial. Pelo exposto, traz-se como exemplo o historiador José Carlos Barreiro, alega que:

[...] os marinheiros comuns eram oriundos de etnias e nações distintas e que nativos e negros escravizados uniam-se a mestiços e brancos livres e pobres nacionais e estrangeiros dando origem a um segmento popular diversificado no sustentáculo social do navio. No topo dessa pirâmide encontravam-se o capitão e os oficiais de alto e baixo escalão, cabia e eles, neutralizar a força da cultura popular proveniente da base dessa pirâmide (BARREIRO, 2005, p. 3).

Atualmente, alguns historiadores estão cada vez mais se convencendo de que os

estudos sobre a mestiçagem e o hibridismo cultural dentro do bojo da Marinha, principalmente no século XIX, são objetos de estudos e pesquisas confluentes, de modo que se entrelaçam, tecem interconexões, portanto, devendo ser tematizadas de forma dialógica. É claro que, segundo Hall (2003, p. 15), “a mistura cultural mestiçagem e hibridismo é um tema que capta muita tensão entre pesquisadores, nos discursos de identidade negra diante do racismo com suas múltiplas raízes [...]”. Sobre o hibridismo, o autor destaca que este “é um termo que tem sido utilizado para caracterizar as culturas cada vez mais mistas” (TAYLOR, 2013, p. 74), o qual pode ser associado aos indivíduos ou à lógica cultural, porém, reter-me-ei nos sujeitos ligados à Marinha imperial.

Convergingo para o Brasil, a mestiçagem, em muitos aspectos, se entrelaça, às vezes, com os discursos do hibridismo e da negritude em diferentes regiões, causando certa confusão em alguns momentos. O assunto é muito complexo, pois se baliza do cultural para o biológico ou vice-versa, e deste para processos mais especificamente “etnológicos”¹⁴⁷, antropológicos e literários, mas nos posicionaremos no biológico e no antropológico. Pode-se também perceber que as palavras não são pacíficas, isto é, os termos hibridismo e mestiçagem, “devido os estudos culturais nascerem impuros” (TAYLOR, 2013, p. 15), constituíram-se, ao longo da história, ora sendo incorporados ao discurso da nação ora sendo banalizados por um emprego indiscriminado dos agentes recrutadores.

Trata-se de um comportamento complexo, o dos agentes que tinham a responsabilidade de captar jovens para as fileiras do Corpo de Praça da Armada, cujas implicações políticas e ideológicas, associadas também aos desafetos que estão em voga, infiltram-se e intervêm na prática cultural. De certa forma, isso nos remete às formas de repressão e opressão medidas por cor e raça, teses que, na ótica de Laclau (2014, p. 14), “foram o resultado de uma eleição e que as alternativas descartadas continuaram operando em segundo plano e ressurgiram com a inevitabilidade de um retorno dos reprimidos”.

A cor e idade para ser escolhido, era nada oficial, mas, estava sendo o requisito básico para compor o quadro de Aprendiz-Marinheiro, foi o caso do menor fugitivo da Companhia

¹⁴⁷ Em 1859, foi instaurado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, chefiado pelo Ministro dos Negócios do Império, o primeiro registo geográfico sobre a questão etnológica brasileira, onde há nas instruções a clara preocupação com a descrição das “fisionomias” e “proporções gerais” dos “tipos humanos”, utilizando-se das orientações craniométricas de Gall e Camper. Entretanto, para além da atenção dada à classificação das “raças antropológicas” calcada nas teorias racialistas européias, há a preocupação de relacioná-las à ideia da formação de uma “raça histórica”, na qual o mestiço aponta um caminho específico na construção da nação (CUNHA, 20022, p. 274).

de Aprendizes-Marinheiros de Sergipe. O senhor de escravo solicita a entrega de menor escravo de sua propriedade ingresso na Companhia; a Marinha, com necessidade de tê-lo, paga-lhe a indenização de quinhentos mil réis. O teor do documento deixa transparecer que poderia haver no contexto uma fraude, na qual os senhores de escravos os enviavam para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros e depois reivindicavam a indenização. A documentação mostra que isso acontecia com fugitivos negros, pardos e mestiços, mas não com indivíduos de cor branca¹⁴⁸. O que se percebe é o comportamento dos agentes recrutadores ao ver algum jovem largado, seja nas ruas, cidades, vilarejos e campos, perdidos a ermo, na vadiagem ou no ócio, sendo que negros ou mestiços, sem nenhuma carta de alforria, eram pegos compulsoriamente e trazido para servir à pátria.

Não se pode deixar de conceituar mestiçagem, como “palavra em geral utilizada para denotar mistura racial por meio do sexo inter-racial e heterossexual, oferece um termo para se falar sobre fusão cultural” (TAYLOR, 2013, p. 144). A mestiçagem, portanto “refere-se a um conceito de fusão biológica e/ou cultural” (TAYLOR, 2013, p. 145). Conceitualmente, para Novell (2002), essa mestiçagem se refere, no seu caso, ao cruzamento dos brancos com as índias, o que faria prevalecer o traço branco dominador associado aos homens. A mestiçagem é termo que se converge “simultaneamente entre gênero, raça, origem étnica e posicionamento cultural de liminaridade – europeia e indígena” (TAYLOR, 2013, p. 134), haja vista que, ainda no século XIX, a composição da população brasileira ainda era na grande maioria de portugueses e seus descendentes.

Outro fator pertinente a ser discutido é o corpo como local específico da mestiçagem, já que estamos nos referindo aos jovens mestiços ligados à Marinha e seu quadro corporativo ser multirracial de variadas origens, ainda porque “a despeito de toda flexibilidade teórica, a mestiçagem se agarra tenazmente ao corpo” (TAYLOR, 2013, p. 153), de uma forma ou de outra”, fica claro que “o corpo funciona como o nódulo de convergência que une o indivíduo ao coletivo, o privado ao social, o diacrônico ao sincrônico [...]” (TAYLOR, 2013, p. 127).

Outro conceito a ser norteado é o de hibridismo cultural, ou seja, a multiplicidade de intercruzamentos ou fusão, produzidos em torno das fixações das identidades e diferenças, porém essa abstração é um “termo botânico que se refere ao enxerto (assexual) planejado de duas entidades dessemelhantes, constitui outro” (TAYLOR, 2013, p. 144). Ainda, segundo a

¹⁴⁸ Fonte: Arquivo Nacional, XM 562 Documento 87 de 05 de Dezembro de 1871.

autora, “os termos mestiçagem e hibridismo não são sinônimos” (TAYLOR, 2013, p. 144). O fato que originou a gênese do hibridismo foi o nascimento do primeiro mestiço, no Brasil, por isso, vem toda uma chancela de histórias que evidenciam a formação racial, étnica e nacional, isso porque a malha social da civilização brasileira imperial era basicamente formada por brancos, mestiços e negros, e estes últimos se concentravam predominantemente nas camadas sociais mais frágeis, econômica e politicamente da sociedade.

No Brasil, em vários regimes do século XIX, percebia-se que a população estava dividida entre brancos, índios, negros e pardos (esse último grupo até os dias de hoje causa muita confusão), porém, os brancos eram classificados, segundo José Bonifácio, de “‘brancos inferiores’, aos quais, junto dos mulatos, não se devia permitir que vivessem ‘na miséria e na indolência’” (SILVA, 1998, p. 154). Toda essa confusão classificatória teve seu início no primeiro censo demográfico feito no Brasil, a partir de 1872, quando perguntaram aos brasileiros em qual dos quatro grupos eles se enquadravam: pretos e crioulos, pardos, caboclos ou brancos. Essas tipologias de cor, fortemente arraigadas na cultura e sua tradição na definição da hierarquia social daquele mundo, faziam parte de um roteiro identificador social para fazer a separação quantitativa em massa dos indivíduos “apesar que no Rio de Janeiro do Século XIX, as principais ‘nações brasileiras’ eram a crioula, a parda e a cabra; escravos crioulos e pardos, que mantinham a identidades e comunidades tão separadas uma das outras quanto das nações africanas” (KARACH, 2000, p. 37). Por isso, as identidades sociais dos indivíduos eram exteriorizadas através das aparências, assunto estudado pelos antropólogos Émile Durkheim e Marcelo Mauss (1981), que abordam a identidade social como objeto de inúmeras análises no campo das ciências sociais.

Esse fenótipo cultural se arrastava por décadas, mostrando que cada elemento da sociedade era tratado conforme tal. Não havia o reconhecimento, no sentido de valorização, consideração e respeito por esse grupo social perante os demais membros da sociedade, como propõe Taylor (2013). Aliás, o Brasil, no ano do primeiro censo demográfico, contava com uma população de 9,93 milhões de pessoas, sendo 51,6% homens e 48,4% mulheres. Quando a análise considera a “condição social”, separando o universo entre livres e escravos, o resultado é 84,8% e 15,2%, respectivamente; a população brasileira seguia a proporção

aproximada de um escravo para cada seis pessoas livres¹⁴⁹, acrescentando-se que tinha 805.170 homens escravos somados a 705.636 mulheres escravas. Não respectivamente, mesmo com as leis de 1831¹⁵⁰, 1850¹⁵¹ e 1845¹⁵² não havia restrição da atividade escravocrata como fator norteador pelas legislações vigentes até aquele momento¹⁵³.

No desenrolar do século XIX, o Brasil tinha por base pensadores europeus, na questão evolucionista humana, sobretudo franceses, que faziam parte de um continente predestinado à anarquia: Gobineau, Spencer, Le Bon, Darwin, todos esses autores creditam à mestiçagem a situação de desestabilidade política da região. Muitos Oficiais brasileiros eram brancos, hierarquicamente superiores, educados nas melhores instituições de ensino, pertencentes a famílias abastadas, ou seja, filhos da elite, não só formados na Academia de Oficiais da Marinha, mas também em bons colégios, os quais se apropriavam da fonte do pensamento daqueles europeus.

Sobre a questão da desestabilidade política e social do Brasil, há de se pensar a “revolta dos Malês”, em 1835, que foi um breve período de manifestações sociais no meio negro, quando grupos de ex-escravos de ganhos (alfaiates, pequenos comerciantes, artesãos e carpinteiros), de origem islâmica, se revoltaram, pois, apesar de livres, sofriam muita discriminação por serem negros e seguidores do islamismo. Em função destas condições, encontravam muitas dificuldades para ascender socialmente, simplesmente por serem negros, devido ao “preconceito da cor”. O recôncavo da Bahia teve uma particularidade atinente à participação de tropas nos processos iniciais da independência do Brasil e, nesta província,

¹⁴⁹ Foi uma base no censo da época subjetiva. Fonte: www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o, acesso em 19 set. 2018.

¹⁵⁰ BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831, declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Fonte: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 182 Vol. 1 pt I. Disponível em www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899, acesso em 23 abr. 2019.

¹⁵¹ BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, promulgada no Segundo Reinado, proibiu a entrada de africanos escravos no Brasil, criminalizando quem a infringisse, conforme o seu artigo 3º. Disponível em pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Eus%C3%A9bio_de_Queir%C3%B3s#cite_note-2, acesso em 23 de abril de 2019.

¹⁵² Refere-se a uma lei aprovada pelo parlamento britânico, em março de 1845, e que concedia ao Almirantado Inglês o direito de aprisionar navios negreiros (navios que transportavam escravos capturados no continente africano), que realizassem o transporte de cativos da África para as Américas (incluindo-se aí os casos de navios em águas territoriais brasileiras), e de julgar seus comandantes. Fonte: www.infoescola.com/historia/bill-aberdeen/, acesso em 23 abr. 2019.

¹⁵³ Diz respeito a “Lei Feijó” e alcunhada de “Lei para inglês ver”, a qual proibiu o tráfico de “todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”, determinação reforçada em uma nova lei, essa de 1850 (Lei Eusébio de Queirós), que garantia a apreensão de navios de traficantes em mar ou portos brasileiros, e pela lei Bill Aberdeen, que dava liberdade à marinha inglesa para perseguir qualquer navio que traficava escravos vindos da África – essa foi finalmente a lei que colocou fim ao tráfico de escravos.

muitos portugueses insultavam aqueles que tinham a pele um pouco mais escurecida do que um mulato e mais clara do que um negro, como cabra.

Segundo o brasilianista que escreve sobre o assunto do recrutamento na Bahia, Hendrik Kraay, o mesmo apresenta uma nomenclatura igualmente citadas acima: os “cabras” (KRAAY, 2002, p. 112), que diz respeito ao Exército imperial. Já, na Marinha, ao fazer pesquisas no Arquivo Nacional, mais especificamente analisando o “livro de socorro”¹⁵⁴, da Companhia fixa de Aprendizes-Marinheiros do Rio de Janeiro, de 1837, encontrei o registro do jovem Aprendiz Geraldo Manoel Ferreira, um cabra de 16 anos de idade, cabelos pretos e olhos pardos, proveniente do Rio de Janeiro, que me deixou com dificuldade em entender sobre essa morfologia humana do que é o “cabra”.

No período em que a Marinha ainda era insipiente, os Aprendizes-Marinheiros provinham das mais diversas etnias e de origem social pobre, conforme registrado várias vezes aqui nesse trabalho, formando uma cultura popular diversificada na base da pirâmide social dos navios, muito diferente da dos Oficiais que mais se identificavam com o país, pois a Nação valorizava mais os brancos que deveriam “ser como uma vitrine bem cuidada, para dar a ideia do que não éramos, mas desejávamos ser, segundo os padrões da classe dominante” (SODRÉ, 1979, p. 134). De acordo com a aristocracia da época, negros, índios, mestiços, brancos livres e qualificados de pobre se mesclavam e constituíam uma categoria que necessitava ser educada para que fosse útil ao país. Fato este que justificava a criação das Companhias de Aprendizes.

Muitas crianças mestiças, na qualidade de bastardas, sem reconhecimento paterno, e algumas pobres, deserdadas pela sociedade, sem legitimidade social “e raça mista, vivia na própria pele as tensões, as contradições, as forças que puxam e repelem, o racismo [...] associadas com a dominação” (TAYLOR, 2013, p. 146) do Estado; elas eram inseridas nos centros de formação de marinheiros para viver emoções e dissabores que só aqueles que tinham a pigmentação da pele diferente sentiam. O exemplo disso foi o caso encontrado no “microfilme”¹⁵⁵ do arquivo da Marinha, de Camilo José dos Santos, cabra, 10 anos de idade, natural de Pernambuco, remetido pelo inspetor do Arsenal, em 23 de agosto de 1859, para a

¹⁵⁴ Fonte: Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro - 1837. Arquivo Nacional - Série Marinha, subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda, código XVII M 5314.

¹⁵⁵ Fonte: Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3523.

Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco. Esse caso sugere que as redes do recrutamento eram lançadas sobre aqueles que demonstravam visualmente escurecimento da pele, como já citado anteriormente.

Os “cabras”, oriundos do resultado heterogêneo, em síntese, como amálgama, não eram exclusividades somente no Norte, pois, no Brasil meridional, muitos escravos fugitivos também recebiam essa denominação. Foi o caso de João Francisco Vieira Braga, nascido em Camaquã/RS, 23 anos de idade, considerado cabra, fugitivo de uma das charqueadas de Pelotas, que se evadiu para o Rio de Janeiro a bordo de alguma embarcação para assentar praça no Corpo de Imperiais Marinheiros¹⁵⁶. No Paraná, segundo Brito (2011, p. 34), “havia a possibilidade de considerar a existência de alguns indígenas entre os pardos, tendo em vista que alguns deles possuíam a pele mais escura e poderiam também ser chamados de ‘cabras’”. Esses grupos, tanto indígenas quanto negros, “tinham um sistema de identificação altamente codificado, baseado em marcadores sociais e visíveis” (TAYLOR, 2013, p. 135). O fato é que os “cabras” são crioulos quando assim parecem, embora muitos crioulos pareçam com pretos e pardos, entre outros. Isso ocorre da mesma forma com os africanos, ou quando constavam designações da nação “Congo”, “cabinda”, “benguela” ou “mina”; embora esses cativos mestiços tenham uma inserção por sua cor, na Marinha, eles compartilham com os descendentes de africanos propriamente ditos o fato de terem nascido no Brasil.

Analisando os livros de socorro, das Companhias de Aprendizes de Pernambuco e de Santa Catarina, entre os anos de 1859-60, constatou-se que, em cada página, estavam registrados classe, nome, vencimentos e alterações, recebimentos e importância, naturalidade, idade, estado, altura, cabelos, olhos, barba e cor. Dentre vários, selecionei, conforme imagem 7 do documento exposto mais abaixo, o jovem Aprendiz-Marinheiro Camillo José dos Santos, filho de Thomaz José, se enquadrava na classificação da cor como cabra. Nesse mesmo livro de socorro, a quantidade de cabras se destaca preponderantemente frente a outras cores. Isso me leva a crer que, no Nordeste, a mestiçagem cabra é algo peculiar e típico da região, os quais, segundo Cortez (2008, p. 48)¹⁵⁷, ao analisar os cabras do Ceará, eram “indivíduos caracterizados por esta designação como resultado da miscigenação entre africanos ou mestiços e destes com o elemento branco ou o indígena”. O recrutamento para Companhia de Aprendizes, dos “cabras”, se justificava devido ao fato da região do sertão ser carente de

¹⁵⁶ Fonte: AHRS, Fundo polícia, maço 50.

¹⁵⁷ Para saber mais sobre os Cabras do Ceará. Ver em Cortez(2008, p. 37-51).

atenção devido à seca intensa. Por isso, segundo Peter Beattie (2004), “garantir o recrutamento de vítimas da seca era uma medida criativa para prover ajuda sem onerar os cofres públicos provinciais”.

Em termos de memória, o recrutamento militar se justificava naquelas regiões não só devido a numerosos movimentos de guerra que aconteciam, mas também à “imagem do Nordeste caracterizada pela pobreza, subnutrição, exploração e falta de educação” (BEATTIE, 2007, p. 163). Desta forma, o cotidiano duro e violento dos jovens e crianças oriundos daqueles lugares “reflete os ‘resultados extremos’ da violência econômica” (TAYLOR, 2013, p. 131), gerando desigualdade social. Ao se transformarem em marujos, depois de terem passado pelas Companhias de Aprendizes, suas vidas convertiam-se em cultura, em memória, em experiência. No entanto, o hibridismo étnico pode ser pensado para analisar a cultura dos subalternos da Marinha imperial e sua mesclagem híbrida como práticas culturais, sendo influenciada pela cultura hegemônica central alicerçada pelos elementos da elite imperial para o projeto estado-nação. Porém, combinado com Dayana Taylor, no México, assim como no Brasil, “a mestiçagem tem estado estreitamente ligada aos projetos do Estado-nação [...] em um sentido fixo de identidade nacional” (TAYLOR, 2013, p. 150, grifo nosso).

No tocante à mesclagem, para Stuart Hall (2003, p. 74), “hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população”. Para ele, esse amalgama étnico racial mais expansivo vai mais além do que a mistura de cor de um corpo ou uma fisionomia ligada à fusão de raças, numa síntese clara, “trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade” (HALL, 2003, p. 74). De uma forma ou de outra, no Exército ou na Marinha, os indivíduos eram classificados e qualificados em fichas por sua especificidade híbrida. Esse verbete “qualificação” em pesquisa se refere a anotações em documentos oficiais emitidos por delegados e subdelegados provinciais, documentos oficiais da identificação da pessoa quando capturados pela malha do recrutamento; também, aparece como sinônimo de atribuir qualidades, emitir opiniões e classificar.

A Marinha, naquele momento, se apropria da “norma policial de 1842”¹⁵⁸ que tipificava a qualificação em fichas como procedimento de notação e descrição do ocorrido, num livro em que deveriam constar dados relativos à pessoa, com seus sinais característicos,

¹⁵⁸ Regulamento n. 120, de 31 de janeiro de 1842, art. 171, Manual de delegados e subdelegados de polícia, p. 145.

como cor, altura, estado dos cabelos, cor dos olhos, barba, raça e todo tipo de sinais pessoais.

Sobre o estereótipo, após pesquisas no Arquivo Nacional e no Arquivo da Marinha, em que foram analisados os livros de socorro, gravados em “microfilmes de algumas Companhias/escolas de Aprendizes-Marinheiros”¹⁵⁹, do período compreendido entre 1840 a 1893, cheguei à conclusão de que a expressão cabra é típica, majoritariamente, dos centros de formação de marinheiros da região Nordeste: Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Mesmo assim, no Paraná e em Santa Catarina, também foram encontrados aprendizes classificados pela cor da pele como cabra, o que leva a pensar na movimentação de recrutas do Norte para o Sul para completar o efetivo das unidades navais de formação. Sua dinâmica estava significativamente vinculada à proposta de preencher o efetivo das Companhias que estavam paulatinamente sendo inauguradas pela província, naquele século, aqui entendido como o conjunto de processos sociais e culturais resultantes da interação e do movimento entre diferentes localidades e culturas reguladas entre si, pelas autoridades responsáveis para tal propósito. Isso acarretava no aparecimento e no crescimento endógeno de cabras em várias Companhias de Aprendizes fora do Nordeste.

Wagner Santos, analisando o senso da populacional do Nordeste, chega à conclusão de que “a população de menores livres de Pernambuco entre os 6 e 15 anos de idade era majoritariamente de pardos; os brancos ocupavam a segunda posição, já a população negra e a de caboclos ocupavam a penúltima e a última posição, respectivamente” (SANTOS, 2016, p. 205). O autor, para concluir sobre os recrutados para a Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, organizou um quadro para demonstrar quantitativamente, como se posicionava seus aprendizes, conforme Santos (2016, p. 205) cujos dados podem ser observados no Quadro 5.

Quadro 5 - Menores voluntários e recrutados por cor da pele na Província de Pernambuco em 1858/1859

Cor da Pele	Número de Indivíduos	Porcentagens
Branco	8	18,18%
Pardos	22	50,00%

¹⁵⁹ Fonte: Filme 597-007-3522 e livro de Socorro da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro - 1837. Arquivo Nacional - Série Marinha, subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda, código XVII M 5314, livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco 1857/1858. Filme 597-007-3522, Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. 1857/1858. Filme 597-007-3599. Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província do Rio Grande do Sul. Arquivo da Marinha. (DPHDM) Filme 43240-3567.

Quadro 5 - Menores voluntários e recrutados por cor da pele na Província de Pernambuco em 1858/1859

(conclusão)		
Pretos	11	25,00%
Cabras	2	4,55%
S/classificação	1	2,27%
Total	44	100,00%

Fonte: Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco. Arquivo da Marinha. Filme 597-007-3523.

Todavia, o que chama primeiro a atenção a partir deste autor é o número de meninos, pardos e pretos, em relação aos meninos de cor branca, matriculados na Companhia pernambucana. Pernambuco assim com boa parte das províncias, também foi um celeiro fértil para a prática do recrutamento, ela foi uma das bases de pesquisa de Wagner Santos. Comparando os números de indivíduos da população livre, entre 6 e 15 anos de idade daquela província, percebe-se que os brancos correspondiam a 39,44 % e os negros a 8,52 %, e, apesar da superioridade numérica dos brancos, o recrutamento recaía mais sobre os meninos negros (SANTOS, 2016). A conclusão que Wagner Santos chega é que

a Companhia de Aprendizes de Pernambuco era formada basicamente por meninos pretos e pardos. Como a maioria dos menores foi recrutada pelas mãos da polícia, podemos imaginar que boa parte deles vivia nas ruas pernambucanas, não frequentava a escola e, recorrentemente, era recolhida pelas autoridades para compor as fileiras da Marinha. Portanto, o recrutamento de menores para a Armada Imperial encontrou em Pernambuco um terreno fértil (SANTOS, 2016, p. 206).

O autor analisou essa Companhia de forma separada das demais, contudo, a política de imigração, ou seja, de mobilidade entre cidades procurando, pelas famílias, emprego, água e meio de subsistência, em alguns momentos por questões variadas, abandonando suas crias pelos caminhos, isso tornava o número de pretos e pardos a aumentar. Por outro lado, a demasiada quantidade de mestiços, espalhada pelas ruas, estigmatizados por isso, seriam presas fáceis para a malha do recrutamento.

Quase todas as Companhias recebiam variados jovens de várias cores e de diferentes províncias e, em muitos casos, sendo a Companhia de Marinheiros e o Corpo de Imperiais Marinheiros, serem sediados na Corte e o órgão principal de (re)distribuição para quase toda a Marinha, sediadas vários locais do Brasil, a Corte, em vários instantes, tinha de posse todas os tipos de cores de jovens recrutadas. Nenhuma alteração houve quanto a isso, pretendeu-se

primordialmente obter maior mobilidade no que se refere à utilização de jovens público, a partir do momento em que o sistema soube que estariam pronto para embarcar.

Esse tipo de mobilidade espacial, leva a crer que trazer um jovem do Norte para a Corte e enviá-lo para a Corte e logo depois remetê-lo a um navio sediado no Sul ou trazer um jovem do Sul, colocá-lo na Corte e direcioná-lo para o Nordeste, apesar de ser algo ligado diretamente à especificidade da profissão naval, naquela Marinha do Brasil do século XIX, significaria para o jovem uma viagem de ida sem perspectiva de volta.

De fato, a maioria dos egressos nos navios e principalmente das Companhias era de mestiços e híbridos, como os Cabras. Foi em meio a essa multiplicidade que se constituiu um grupo misto, no qual os laços parentescos entre brancos, índios e escravos, passaram a formar a base social da Marinha e os cabras, é claro, não ficaram de fora.

A prática de separação de grupos antagônicos estabelecida pela Marinha, tinha sua envergadura voltado única e exclusivamente dos mestiços e híbridos sociais no decorrer do século XIX.

Essa constituição entre mestiços e híbridos, constituem conjuntos relativamente semelhantes, nos quais a relação entre eles se finalizava com o nascimento de seres diferentes daqueles que achavam superiores em um modo de funcionamento e visualização físico e psicológico do indivíduo. Essa configuração fundamentalmente foram justificativas teoricamente usadas pela Marinha para solidificar a desigualdade entre todos aqueles que vinham para compor as fileiras do Corpo de Praça da Armada, que se dividiam entre recrutas para o Corpo de Artilheiros e aprendizes para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros.

As alusões e comportamentos variados entre os comandantes das unidades operativas quanto as organizações de ensino e formação nas províncias, ainda no século em XIX, cujo foco principal é a população livre mestiça ou híbrida, como forma de aprimoramento no sentido de controlar e disciplinar as aglutinações diferentes das elites, como os cabras.

A conjugação de etnias e os agrupamentos de povos heterogêneos criou grupos distintos que deu origem a variadas cores e os cabras não ficaram de fora dessa questão. Com isso a Marinha se apropriou de todo tipo de menores com variadas aparências para inseri-los nos livros de socorro. Observe na imagem 7, em uma das páginas do livro de socorro, tem-se como se apresentavam os dados biográficos e as atividades do Aprendiz-Marinheiro em um dos órgãos de formação de marinheiros na província de Pernambuco.

Imagem 7 - Página do livro de socorro da Companhia/Escola de Aprendizes-marinheiros de Pernambuco

CLASSES.	NOMES.								
<i>Aprendiz nº 36</i>	<i>Camillo José dos Santos</i>								
FILHO DE	NATURAL	IDADE	ESTADO	ALTURA	COR	CABELLOS	OLHOS	BARBA	
<i>Thomas José</i>	<i>Porto</i>	<i>16 annos</i>	<i>solteiro</i>	<i>1,60m</i>	<i>branco</i>	<i>negros</i>	<i>verdes</i>		
VENCIMENTOS E ALTERAÇÕES.	RECEBIMENTOS.		IMPORTANCIAS.						
<i>Deu-se a 20 de Agosto de 1859 dia em que veio recebido da Companhia de Aprendizes de Pernambuco do valor entregue por João José de Appencidão sobre a pe demissão entregue.</i>	<i>1859-60 Saldo de 23 no fim de Agosto. Pago em 9 de Thi. <i>[Signature]</i></i>		<i>1410</i>						
			053						

Fonte: DPHDM, divisão de microfilmagem

Esse é um fragmento do livro de socorro da Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, do Aprendiz Camillo José dos Santos, com o número de identificação pessoal

36, filho de Thomaz José, natural de Pernambuco, 10 anos de idade, estado civil solteiro, altura a crescer, olhos pardos, tendo o seu soldo com vencimento 1.700 contos de réis. Sobre esse documento a atenção se dá a cor cabra do jovem; com isso, ao serem expostos seus dados biográficos no livro de socorro, sejam estrangeiros ou nacionais, as autoridades passam a ter o controle em todas as conformações que possam dar conhecimento, sejam eles cabras ou outros fenótipos, caso o jovem venha a desertar. Por outro lado, para esclarecimento sobre a forma como se viam as fisionomias e expressividades dos recrutas no Exército, os perfis não ficavam muito atrás dos da Marinha. Enquanto na Marinha o livro de socorro nos trazia pistas claras da mestiçagem e do hibridismo de seus recrutas, no Exército, usavam-se documentos chamados fês de ofício, que são um tipo de histórico da pessoa do militar, o que trouxe melhor visualização de seus integrantes. Torna-se pertinente ressaltar que a diferença entre “livro de socorro” para “fês de ofício” é que enquanto um nos mostra biograficamente somente os militares da base hierárquica, o outro nos mostra não só praças, mas também cadetes. É nesse documento, fês de ofício, em que constam ano e lugar de nascimento, nome do pai, cor de cabelo, cor dos olhos, promoções, algumas características físicas, licenças, unidades em que serviu, e movimentações em que participou. Segundo Ribeiro (2013, p. 56), “em defesa da utilização desses documentos, pode-se argumentar que as fês de ofício permitem possibilidades de análise e comparações dificilmente alcançáveis a partir de outras fontes”.

Retornando ao mestiço, concorda-se com Taylor (2013, p. 134), de que “claramente, a própria mestiça é um produto da memória cultural”. O termo mestiçagem, embora seja subjetivo frente à etnia brasileira, nos leva a pensar que as distinções sociais são embutidas em variadas categorias. Predominantemente, brancos e pretos relacionam-se à condição cativa ou de liberto, além do mais é sinônimo dos que vêm da África. No entanto, pardo, no censo de 1872, parece referência à população liberta de cunho ascendente da África. Assim, a historiadora Hebe Matos adiciona dizendo que o pardo, dentro da mestiçagem, “é uma categoria de distinção positiva em relação aos ‘pretos’ e negativa em relação aos ‘brancos’”¹⁶⁰.

¹⁶⁰ A construção da categoria “pardo” é típica do final do período colonial, tendo uma significação mais abrangente do que a noção de “mulato” (termo de época ligado a mestiçagem) ou mestiço que muitas vezes lhe é associada. Enquanto os termos de “negro” e “preto” eram usados exclusivamente para designar escravos e forros (“preto” praticamente sinônimo de africano), “pardo” foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, mas ampliou sua significação quando ele teve que dar conta de uma crescente população para a qual já não era mais cabível a classificação de ‘preto’ ou ‘crioulo’, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravos ou ex-escravo. [...]. A emergência de uma população livre de ascendência

As Companhias de Aprendizes, como espaço de formação, levando em consideração as circunstâncias sociais que foram feitas para receber todo tipo de etnia, ficavam repletas de elementos híbridos étnicos ou sociais. As tradições dos senhores de terras e de boa parte da estrutura política ratifica como as práticas de escravização procuraram alcançar formas variadas para a manutenção da principal engrenagem da Força Naval, a saber, os aprendizes-marinheiros do Império.

O afrouxamento da lei por parte dos senhores desdobrou-se numa precarização da liberdade, “ninguém poderia ser negro – preto ou pardo – livre ou liberto, em segurança, numa sociedade em que escravizar ao arrepio das leis vigentes se fizera direito senhorial costumeiro” (CHALHOUB, 2009, p. 26). Podemos imaginar que, talvez, por serem aprendizes ou marinheiros, normalmente vindos das camadas mais humildes da população, a mestiçagem era o divisor de águas de quem deveria e quem não deveria fazer parte da Marinha, isso porque “estavam em perfeita consonância com a atmosfera escravista brasileira do século XIX, pois esta, para se reproduzir, não dispensou os castigos corporais” (GREENHALGH, 1998, p. 92). De maneira geral, “os castigos corporais estavam vinculados à manutenção da ordem. A chibata era o instrumento específico para disciplinar os marinheiros e coagi-los ao trabalho” (ARIAS NETO, 2001, p. 66), e desta forma o corpo sofreria o suplício imposto por esta Força Naval.

Cabe salientar que jovens com características híbridas, em seus cruzamentos entre indígenas, brancos, negros e pardos, eram todos oriundos de práticas sociais violentas, que se definem mutuamente e se caracterizam por códigos variados – tradicionalmente enraizados, sobrepostos e inter-raciais. Por outro lado, mas em consonância com a temática aqui abordada, ao analisar os ofícios de encaminhamento destes homens, Nascimento (1997) percebe que, entre os recrutados pelo chefe de polícia, encontravam-se negros e pardos em maioria e que, ao serem presos pela polícia, eram enviados para servir à Marinha; muitos deles, ainda, o faziam por opção, pois o serviço militar seria uma forma de não perder a liberdade.

africana – não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, irá por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo - consolidou a categoria ‘pardo livre’ como condição linguística necessária para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também se que perdesse a memória dela e as restrições que ela implicava. Ou seja, a expressão ‘parda livre’ sinalizará para a ascendência escrava africana, assim como a designação ‘cristão novo’, antes sinalizada para a ‘ascendência judaica’ (MATTOS, 2000, p.16-17).

O assunto mestiçagem da Marinha não é algo tão recente quanto parece, mas o que é recente são as análises historiográficas, o que é diferente. Por longas décadas, isso incomodava de tal forma as autoridades, que me faz remeter ao ano 1834, no qual o assunto debatido na Câmara parlamentar tinha como pauta o branqueamento do Corpo de Artilheiros da Marinha, o que acarretou na decisão de mandar destinar para a Corte, sempre que possível, rapazes de 16 a 20 anos, “desde que não fossem pretos”¹⁶¹, para serem empregados na Armada e artilharia da Marinha. Isso mostra o quanto a mestiçagem e o hibridismo incomodavam não só as autoridades militares da Marinha, mas também as autoridades civis.

A essa altura, a questão do recrutamento, levando em conta a cor e a fisionomia estética dos recrutados, demonstra ser interpretada como comportamento de superioridade pelos agentes recrutadores. Atribui-se significado construtivo e como culturas localizadas numa natureza áspera em que se viam que os iletrados e a base social da nação eram passivos de controle que, segundo Freyre, no entender de Da Matta (1997, p. 1-2), sobre a mestiçagem “o sistema cultural brasileiro como sendo simultaneamente dividido por antagonismos e reunido por complementaridades”. Entretanto, no topo da pirâmide, encontravam-se os almirantes e os oficiais de alto e médio escalão da Força. “Cabia, pois, a essa elite neutralizar a força da cultura popular proveniente da base dessa pirâmide, criando comportamentos homogêneos compatíveis com a disciplina requerida do marinheiro” (BARREIRO, 2007, p. 4).

É imprescindível deixar claro que os termos etimológicos trabalhados até agora, hibridismo e mestiçagem, são interpretados de diversas formas, ou seja, “enquanto mestiçagem conta uma história de dominação, estupro e reafirmação, o hibridismo conota um processo de categoria social” (TAYLOR¹⁶², 2013, p. 154) e ainda não se referindo a pessoas, mas signos, sistemas de poder e espaços (TAYLOR, 2013, p. 154). Porém, neste trabalho, apropriei-me, em alguns momentos, do pensamento da Marinha do Brasil, no século XIX, a fim de demonstrar as diversas formas comportamentais que aquela instituição usou para se

¹⁶¹ Decisão n. 353 de 16 de outubro de 1834 CLI, Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1866, p. 15. Também, é pertinente ressaltar que quando houve o pedido “que não fossem pretos” os enviados. Buscamos em nossas pesquisas tornar claro está dúvida, então ficamos com a hipótese, de que com a armada em formação não fosse interessante ter negros no Corpo de Artilheiros sendo a forma de embranquecer mais ainda esse grupo militarizado.

¹⁶² É importante deixar claro em que nos apropriamos em vários momentos de Dayana Taylor, mesmo que o assunto, mestiçagem e hibridismo, trabalhado por ela se envereda pela questão do México. Porém, incorporamos sua reflexão ao objeto de análise dessa abordagem que é a Marinha imperial brasileira e seus agentes.

impor, a uma parcela da população, no intuito de justificar a autoridade militar por ele produzida, considerando a inferioridade das raças “não brancas”, sinalizando dessa forma a aceitação da mestiçagem como caminho viável para a consolidação da supremacia do oficial branco, pela seleção natural.

Há muitos autores citados aqui, de diferentes perspectivas e filiações, elencados sobre a questão da mestiçagem; por isso, pautei-me numa convergência mais racial, no bojo da Marinha, num entendimento foucaultiano. Ao contrário de confrontar a mestiçagem como um fenômeno natural, isto é, como se fosse fruto de uma inclinação dos portugueses para a mistura étnica, ela é fruto de um dispositivo de poder. A questão racial, na Marinha brasileira, podia ser vista de maneira um pouco mais complexa e difundida, em alguns fatos, com a questão profissional, o passado servil e o estado do marinheiro que teve efeito nocivo que acarretou décadas mais tarde no levante dos marinheiros de 1910.

Essa questão da mestiçagem e hibridismo na Marinha me fez concordar com o médico, advogado e antropólogo “Raimundo Nina Rodrigues”¹⁶³, pois ele afirma que é impossível construir, no Brasil, uma civilização nascida da mistura entre brancos, índios e negros. Os dois últimos foram considerados inferiores e, portanto, não poderiam contribuir para esse ideal de civilização. Nina Rodrigues acreditava que a mistura entre as raças daria à luz indivíduos fracos, a fim de lidar mais apropriadamente com os “superiores” e os “inferiores” que não podiam mais se identificar com o modo de vida de nenhuma das duas raças. Esse pensador considerou que o Estado deveria legitimar as diferenças, como prática avançada por meio de um tipo de segregação por meio do darwinismo social: a eugenia.

Logo, na Marinha naquele período, percebe-se a ideia da segregação pela estética corporal como epicentro da reflexão sobre os afastamentos e as aproximações da população frente aos comportamentos a que essa instituição militar se apresentava, sobre as identidades e as alteridades que constituem aquelas experiências. Foi a partir dessa premissa que a

¹⁶³Médico e antropólogo brasileiro nascido em Vargem Grande, MA, fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país. Iniciou medicina na Bahia, mas concluiu no Rio de Janeiro, RJ (1888). Voltou à Bahia para assumir a cátedra na Faculdade de Medicina da Bahia (1891), onde promoveu a nacionalização da medicina legal brasileira, até então inclinada a seguir padrões europeus. Desenvolveu profundas pesquisas sobre origens étnicas da população e a influência das condições sociais e psicológicas sobre a conduta do indivíduo. Com os resultados de seus estudos propôs uma reformulação no conceito de responsabilidade penal, sugeriu a reforma dos exames médico-legais e foi pioneiro da assistência médico-legal a doentes mentais, além de defender a aplicação da perícia psiquiátrica não apenas nos manicômios, mas também nos tribunais. Disponível em: brasile scola.uol.com.br/biografia/raimundo-nina.htm, Acesso em 23 mai. 2020.

visualização das fronteiras entre oficiais, praças e populares se tornou distante como o *locus* articulador da análise que se desenrola nos campos do político, do social e do cultural, cada qual com sua especificação. A noção de mestiçagem e hibridismo ultrapassou as marcas político-administrativas da instituição naval e se converteu em baliza para dimensionar os múltiplos aspectos que conformam os fenômenos sociais da época.

Enfim, a Marinha, repleta de taxonomias raciais e mesmo mantendo os olhares de forma segregacionista e de erradicação, antropologicamente, aludidas por meio de estratégia de classificação social, concedia uma espécie de fronteira natural que diferenciava e nomeava a espécie humana. “As categorias relativas à cor da pele, por seu turno, faziam referência a um conjunto singular de possibilidades conjunturais” (CUNHA, 2002, p. 159). Aqueles seres, subjugados pela Marinha, tinham que resistir às formas de instrução e formação, pois não eram homens de madeira, e, mesmo com a revolução industrial sendo incorporada na Força, pelas novas tecnologias revestidas de aço que estavam sendo incorporadas, os marinheiros, depois de formados, teriam que se transformar, metaforicamente, em “homens de aço” para se adequarem à nova realidade, com base em um novo paradigma de ensino.

Vale mencionar, que aqueles homens, numa prática cultural, por serem subjugados pelas suas variadas etnias, estavam sujeitos as transformações que o sistema militar naval os proporcionavam, mesmo estando presentes a bordo ou em terra firme, contudo, as mudanças dos paradigmas de ensino, os colocavam entre a madeira e o ferro, se apropriando da evolução das tonelagens que as embarcações estavam passando.

4. ENTRE A MADEIRA E O FERRO, ENTRE A VELA E O VAPOR, A “EVOLUÇÃO” DE UM NOVO PARADIGMA DE ENSINO

Entre 1840 e 1847, burocrática e administrativamente, a Marinha se reconfigura, num processo de se (re)institucionalizar, e, no enalço de transformações internas, tem-se a tarefa de reorganização da sua Secretaria, pelo viés de seu poder executivo que ganhou contornos mais amplos, o que deve ser compreendido no processo de constituição do próprio Estado brasileiro. Visando a avançar, de forma evolutiva, o funcionamento da administração material e financeira da Marinha e também tinha como uma das funções seguir fornecendo diferentes graus de autoridade necessários para executar determinadas funções administrativas dentro da repartição naval, que se fez da seguinte forma conforme o quadro 6.

Quadro 6 – Reconfiguração departamental e funcional da Marinha, a partir de 1840

Departamentos	Funções
Contadoria-Geral da Marinha	Órgão que administra e examina todas as contas da repartição e as Estações Navais
Hospital da Marinha ¹⁶⁴	Tratar e baixar os enfermos
Estações Navais	Estabelecimentos navais nas províncias
Capitania dos Portos	Que controla as embarcações nos portos, além das que existiam, novas Capitánias dos Portos, criadas as de Santos, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, Sergipe até 1847
Praticagem	Ajuda na segurança das navegações em baías, canais e portos
Conselho de Ministros	Integram todos os ministros de estado do governo imperial chefiado por um presidente
Batalhão Naval	Organizado em Corpo especial de infantaria para o serviço de guarnição, tanto a bordo dos navios da Armada, como nos Arsenais
Conselho da administração	Incumbido de promover o fornecimento de viveres e fardamentos para os navios de guerra
Conselho de Saúde	Supervisionar os assuntos sanitários
Comissão para Exame das Madeiras de Construção Naval	Vincula ao Quartel General da Marinha que foi reorganizada e extinta
Asilo de Inválidos	Por meio de Lei orçamentária, autoriza a estabelecer um asilo provisório para os inválidos da Marinha
Contadoria de Intendência	Reorganiza as tesourarias de fazenda provinciais e do tesouro nacional e, nelas, centraliza os pagamentos de todas as repartições

Quadro elaborado por Serralheiro (2020), com base em (CAMINHA, 2002, p. 16-20).

¹⁶⁴ Fonte: AN. Série Marinha. Inspeção hospitalar no Arsenal da Corte, XM 675, Fundo B2.

Segundo o historiador Jorge Antonio Dias, ao estudar esse momento, o mesmo defende a tese que “a partir dos anos de 1840, com sua reconfiguração administrativa, se constituiu o nascimento da Marinha Nacional e Imperial”¹⁶⁵.

Entre os órgãos criados, destaca-se o Conselho de Ministros, pois foi um setor ligado de forma direta ao Poder Executivo, subordinado diretamente ao Imperador D. Pedro II, que se perpetuou até o advento da República. O Conselho de Ministros equivale ao que seria hoje o Primeiro-Ministro, criado pelo decreto n.º 523, de 20 de julho de 1847. Internamente, a maior autoridade, ou seja, o Monarca, nomeava o Presidente, dependendo do resultado dos votos das eleições para a Câmara dos Deputados. Dependendo de qual partido vencesse as eleições, esse teria o direito de organizar o Gabinete de Ministros. Também, o que justificava a criação desse conselho era dar às secretarias de Estado uma organização mais adaptada às condições do sistema representativo, cabendo ao órgão propor o regulamento a ser submetido à sanção imperial.

O Ministro da Marinha passou a se sujeitar diretamente às disposições de tal conselho, ratificadas pelo Imperador. Essa criação não era algo de uma hora para outra, mas pautado na primeira constituição imperial do Brasil de 1824, na qual, em seu artigo 101, cabia ao imperador, na atribuição de seu poder, nomear todos os ministros do gabinete. A partir de 1847, D. Pedro passou a designar somente o presidente do Conselho de Ministros, que deveria organizar seu gabinete. Na prática, esta foi a grande reviravolta realizada após o surgimento do cargo de presidente, a delegação da prerrogativa do monarca de nomear e demitir desembaraçadamente os ministros de Estado para as mãos de um dos ministros, que seria incumbido pela intimação de outros nomes para fazerem parte o ministério.

Ao pesquisar detalhadamente o organograma da Marinha, entre os períodos compreendidos de 1847-1889, retornei mais uma vez a Jorge Antônio Dias, que tece as seguintes considerações sobre a imagem do organograma administrativo da Marinha, demonstrado na Imagem 8 mais abaixo:

¹⁶⁵ Em sua tese de doutorado, Jorge Dias (2017), tendo como dados observados os aspectos institucionais de organização da Esquadra e de pessoal, com isso ele defende afirmando que a Marinha nasceu no ano de sua reorganização/reconfiguração, ou seja, a partir de 1840, isso desfaz a ideia da instituição que a Marinha teve sua gênese em 28 de julho de 1736, com base na Ordem do Dia, de 04 de 28 de julho de 2017 do Comandante da Marinha. Para alguns historiadores institucionais, representados pelos oficiais, a Marinha nasceu em 1808 com a chegada da família real ao Brasil, contudo, no primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado, especificamente no Capítulo primeiro, abordei o nascimento da mesma a partir de 1822, com a independência política e administrativa me debruçando no conceito de nação.

os órgãos representados em triângulos de linhas preenchidas existiam no início de 1822, os de linha pontilhada foram sendo criados paulatinamente. Observamos que, no decorrer dos anos de 1822 até 1847; a estrutura central ou de comando permaneceu inalterada, sendo acrescida de outras a partir da reativação do Quartel General da Marinha em 1828; e criado o quadro de ajudante de ordens, encarregado do expediente e intermediário entre o Ministro e os comandantes de força e navios e os chefes de estabelecimentos relacionados com o pessoal (DIAS, 2017, p. 93).

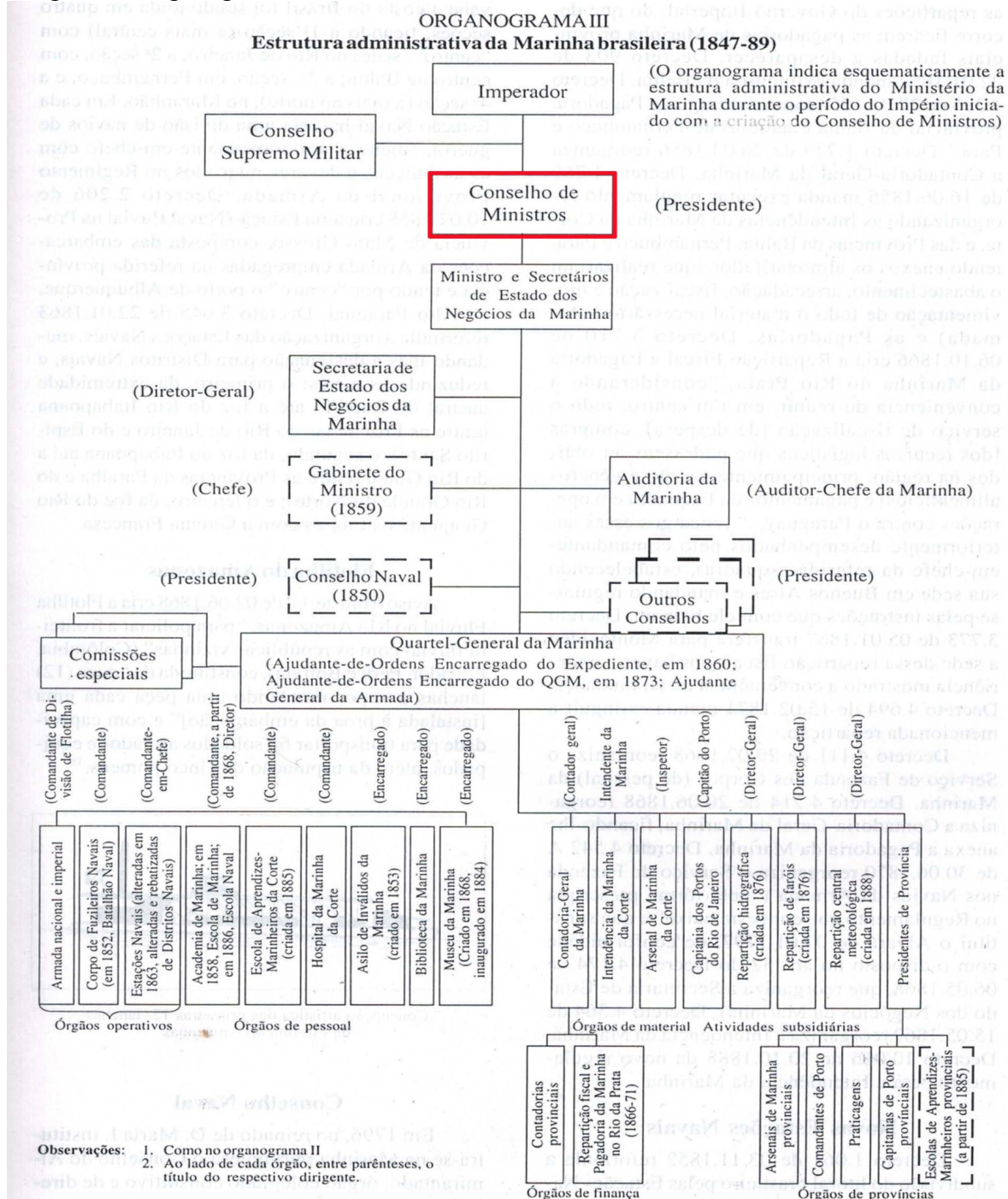
O organograma da Marinha brasileira estava, portanto, passando por transformações nos períodos regenciais e imperiais, embora pareça que a parte mais importante se refira ao Conselho de Ministros, por estar ligado diretamente ao Comandante da nação, o Imperador D. Pedro, de secretarias, gabinetes, auditorias na figura do auditor-chefe e na base estrutural, as Escolas de Aprendizes, a partir de 1855, quando foram disseminadas pelas províncias.

Na Imagem abaixo, observe que nas linhas pontilhadas encontram-se os novos departamentos incorporados ao organograma, durante aquele período, como o Gabinete do Ministro, o Conselho Naval, o Presidente dos Conselhos e, finalmente, as Escolas de Aprendizes-Marinheiros, repaginadas a partir de 1885. O foco prioritário é esta unidade de formação de marinheiros, pois ela entra em definitivo no repertório verdadeiramente legitimada por novas regras, o que será discutido em capítulos posteriores nesse trabalho de tese. Mais tarde, já próximo do Império, além de ter-se consolidado finalmente, a Escola também tira das mãos das províncias toda função de regulação da forma de recrutar e administrar esse órgão; explicando melhor: antes, as províncias cediam o espaço, tendo a responsabilidade em estabelecer rotinas e formas de recrutar, depois em 1885, as Escolas de Aprendizes passaram por completo a serem reguladas e comandadas pelo poder estatal, acabando assim com os atos de improbidade e de corrupção que aconteciam na forma de recrutar.

Ressalta-se que os métodos de recrutamento surtiria impacto na evolução de uma nova mentalidade na arte de ensinar, pois entre a madeira e o ferro, entre a transição da vela para o vapor, alguns paradigmas teriam que ser mudados, com atrelar a prática do ensino nas embarcações, com as teorias aprendidas nos centros fixos de formação de Marinheiros. Assim, para isso se fez necessário mudar e (re) organizar boa parte da sua estrutura administrativa,.

A priori, esse citado organograma, visto na figura abaixo, tinha o objetivo de fazer com que os setores se dialogassem harmonicamente entre si numa clara e melhor organização, conforme se apresentava na Imagem 8.

Imagem 8 - Organograma da Estrutura Administrativa da Marinha entre 1847-49



EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO DA MARINHA NO IMPÉRIO

Fonte: (CAMINHA, 2002, p. 21)

O organograma indica, esquematicamente, a estrutura administrativa do Ministério da Marinha, durante o período do Império, iniciado com a criação de Ministérios. Outrossim, esse esquema altera a forma de encarar as organizações militares, além de serem

predominantemente funcionais e hierarquizadas, no organograma, os processos e a ligação de cada um, como estes interagem entre si, onde as ações e decisões são tomadas verticalmente, de maneira estritamente departamental, sendo que, na maioria, deveriam envolver diversas áreas e funções paralelas e, para que os mesmos gerem melhores resultados, necessitam comunicar-se entre si, de maneira independente de hierarquias tradicionais.

Com isso, em meio a essa organização, toma posse, em 2 de fevereiro de 1844, ao assumir a pasta da Marinha, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, que, posteriormente, em 2 de dezembro de 1854, receberia o título nobiliárquico de Visconde de Albuquerque, fazendo parte do gabinete repleto de conservadores cujos membros e aliados formavam uma bancada de seis ministérios. Segundo o Imperador D. Pedro II, “resolvesse formar uma dinastia brasileira, nenhum outro clã teria tanta estirpe”¹⁶⁶, esses integrantes desse novo gabinete, que incluía o Ministro da Marinha, tinham a responsabilidade de assessorar tão bem ao Imperador, em assuntos relativos ao Império, então seu primeiro pronunciamento já revelava as propostas organizadas pelos chefes das diversas estações da repartição da Marinha, com a intenção de mudar o quadro da administração naval:

Da ordem de sua Majestade o Imperador, e na forma da lei, venho apresentar-se a proposta de fixação de Forças Navais para o ano financeiro de 1846 e 1847. Entende o governo que no dito ano é suficiente uma força igual á que se acha presentemente decretada, por isso que subsistem as mesmas necessidades do serviço naval¹⁶⁷.

Essa proposta deu entrada na assembleia geral legislativa, para debates, somente em 9 de maio de 1845, a partir da qual se pretendia qualificar melhor os jovens oficiais no tocante ao conhecimento das máquinas a vapor operando nas Marinhas Norte Americana e Inglesa, somado à pouca qualidade de comando que eles detinham. Assim, o ex-ministro da Marinha e Senador, Rodrigues Torres, alegava que “os oficiais de marinha precisam ter a instrução necessária para bem desempenharem suas obrigações”¹⁶⁸. Desta forma, a finalidade era de que “esses oficiais estudariam os progressos da Força Naval em duas nações marítimas de

¹⁶⁶ Reflexões no momento que era feita a fala do trono pelo imperador, no início dos trabalhos. pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Francisco_de_Paula_de_Holanda_Cavalcanti_de_Albuquerque. Acesso em 23 mai. 2020

¹⁶⁷ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1844, p. 3. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 05 set. 2019.

¹⁶⁸ BRASIL. Ordem do Dia da Sessão em 15 de fevereiro de 1845, sob a presidência do Sr. Conde de Lages. Fonte: www.senado.leg.br. Acesso em 06 set. 2019.

primeira ordem”. Segundo o Ministro, “igualmente se acham na Inglaterra dois outros educandos, que estudam a aplicação das máquinas ao serviço da Marinha de guerra”¹⁶⁹. Este intercâmbio para a Marinha foi uma valiosa oportunidade para observar, *in loco*, e estar a par da construção e condução dos novos tipos de navios a vapor no “estado da arte”. Essa proposta do intercâmbio tinha cunho pedagógico no tocante ao aprimoramento técnico-profissional, pois havia, entre os oficiais, “falta de pessoas inteligente, e com as precisas habilitações”¹⁷⁰. O aperfeiçoamento técnico-profissional, dentro de um repertório voltado para formar uma marinha moderna, mais operacional e eficiente, exigia de seus integrantes, cada vez mais, uma elevada capacitação profissional. O oficial teria que ter iniciativa própria ou cumprir programas institucionais e devia buscar seu continuado aprimoramento. Por mais que se evoluísse a arte da guerra, a tecnologia dos meios navais e a sofisticação dos equipamentos, a eficácia de uma Marinha dependeria, cada vez mais, de seus recursos humanos. Oficiais capacitados, pelo menos com conhecimento teórico das máquinas e bem liderados, continuarão sendo o fator decisivo para a vitória. Enviar o oficial para o exterior era uma das formas encontradas de motivar os oficiais para as implicações que envolvem a defesa do país como preocupação impositiva, seja pela índole pacífica da nação seja para manter a paz territorial, princípios, com base no conhecimento, que norteariam a vida profissional dos oficiais.

Ainda em relação ao ensino dos oficiais, uma das missões era a de “manter a autoridade do Estado visavam garantir a base de sustentação da coroa nas forças militares” (SOUZA Apud RIBEIRO, 2013, p. 59). Com isso, o Ministro da Marinha, no ano de 1843, salientava a importância da transferência dos oficiais para bordo da *nau* Pedro II, o que ele explicava diante na Câmara:

A ninguém é desconhecido [...], quando concorre para a força real de um navio de guerra a educação, a boa organização e disciplina de seu pessoal e muito principalmente dos oficiais que o dirigem; ninguém reconhece também quanto é indispensável que os indivíduos [...] comecem a dedicar-se às suas práticas e exercícios desde os mais verdes anos; raro será aquele que, afeito aos hábitos da vida civil, às comodidades que ela oferece, e ao trato da sociedade [...]. Ela pois de óbvia necessidade dar aos nossos oficiais de Marinha uma educação apropriada ao serviço, a que se eles destinam; habituá-los à severidade e regularidade do serviço de bordo; fazê-lo aprender praticamente todos os trabalhos e fainas, que tem um dia de

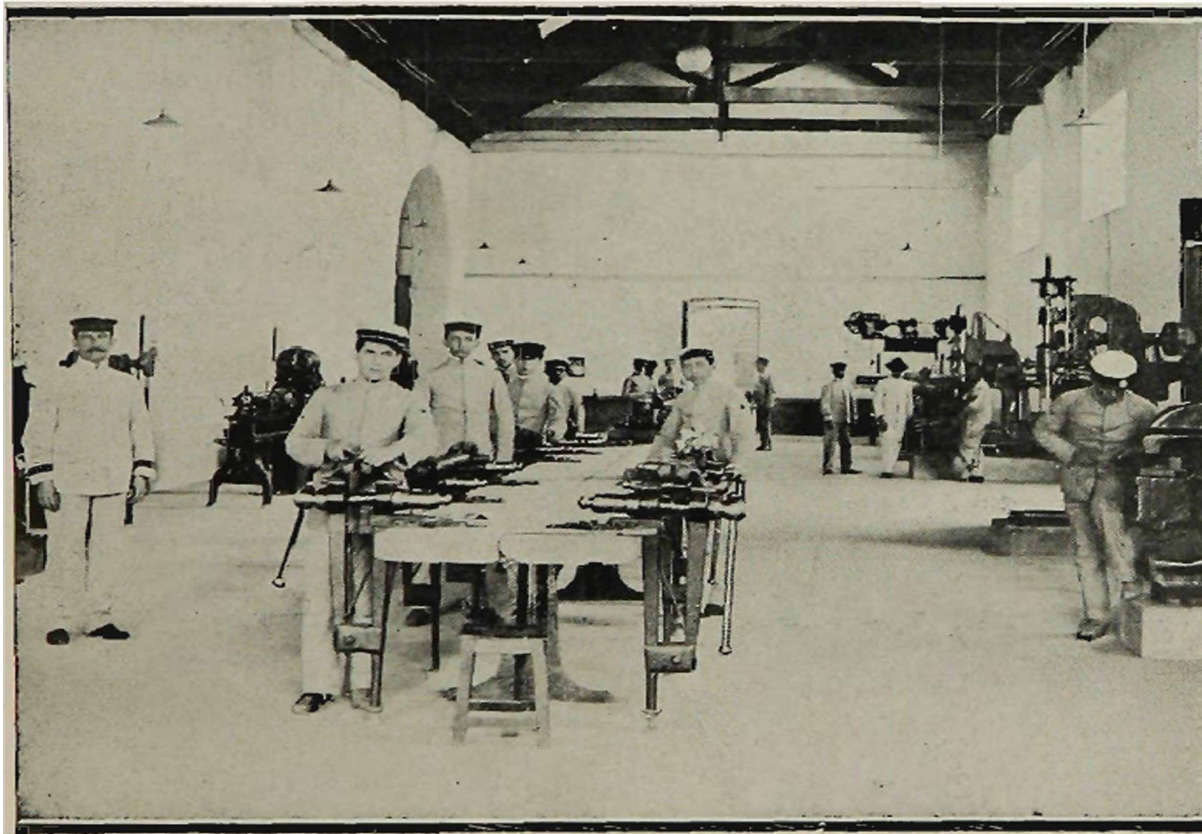
¹⁶⁹ Relatório do Ministro da Marinha, 1845, p. 7. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 05 set. 2019

¹⁷⁰ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1845, p. 7. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 05 set. 2018.

dirigir; formá-los no exercício da obediência e rigorosa disciplina, para que saibam dirigi-la e mantê-la entre os seus subordinados; acostamá-los enfim, desde a mais tenra infância, a considerarem o mar como o seu elemento, a amarem a apaixonarem-se mesmo por esse gênero de vida, porque só assim dedicarão exclusivamente a ele todas as suas faculdades, e poderão fazer todos os progressos, de que é capaz a inteligência humana [...]. Foi pois levado destas considerações, e para dar um remédio à contagiosa relaxação, que lavrava na academia de Marinha, que ela foi transferida para bordo da nau Pedro II, onde atualmente se acha[...]¹⁷¹.

Esta citação é necessária para entendermos o quão importante era a proposta de Rodrigues Torre, na conjuntura da quebra de um paradigma, cuja proposta se enveredava na formação de um oficial no tocante à vida do mar, isto é, na prática que, segundo Arias Neto (2001, p. 76), “a implantação de um novo sistema, no qual o conhecimento científico e prático fosse ministrado segundo um método disciplinar”. Tempos mais tarde, foi instalada uma oficina de máquinas, para melhor conhecimento específico do oficial e para conhecimento sobre máquinas referentes aos programas de ensino, na escola de formação de oficiais, conforme demonstrado na Imagem 9.

Imagem 9 - Interior de uma oficina de máquinas na escola de formação de Oficiais. s/d



Fonte: (DIAS, 1910, p.245).

¹⁷¹ BRASIL. Sessão da Câmara de 6 de maio de 1843. Fonte: imagem.camara.gov.br. Acesso em 19 nov. 2018.

Tanto o conhecimento específico veiculado pelo aprendizado fora do país como as poucas práticas profissionais de bordo e de liderança são compreendidas como questões político-sociais e militares. Essas questões estão atreladas nas ações básicas da condução da construção de navios de madeira e com o pouco conhecimento na condução de construções de navios movidos a vapor e, por outro lado, a liderança era movida pelo aparato opressor e cruel e instituída pelas legislações vigentes naquele momento para controlar e educar. As finalidades educacionais tinham que ser respondidas satisfatoriamente. Em tal cenário, em que as preocupações com o emprego são vistas como ponto central do sistema educacional, percebia-se um movimento amplo de reformulações com implicações sobre a formação profissional do oficial.

Cabe ressaltar que os primeiros barcos a vapor vinham com uma série de desvantagens sobre os navios à vela; as principais estavam relacionadas à redução do espaço e ao aumento de peso que terminavam por não compensar muito o ganho de velocidade e, às vezes, tiravam razoavelmente a estabilidade. Neste período, os vapores eram movimentados pelas rodas laterais, o que tornava o espaço para disposição de artilharia bastante reduzido. Além disso, outros espaços, antes disponíveis nos navios, passaram a ser ocupados pelas próprias máquinas e caldeiras e pelo combustível para alimentá-las – a lenha e depois o carvão. Isso trazia outro inconveniente: o abastecimento tinha que ser em intervalos de dias, o que reforçava os laços das esquadras com as atividades logísticas em terra, limitando seu raio de ação ou sua autonomia.

O inconveniente das rodas foi superado com a introdução da propulsão à hélice, nos navios, o que ocorreu por volta de 1842. Esta inovação era à vela e o vapor funcionava como força auxiliar em calmarias, tempestades ou manobras de batalha. Os navios mistos permitiam também a economia do carvão (GREENHALGH, 1965). No entanto, a substituição da vela pelo vapor “libertaria o marinheiro das preocupações com navegabilidade, permitindo o desenvolvimento de princípios gerais e abstratos de Estratégia Naval, como Jomini e Clausewitz já haviam formulado para operações terrestres” (HUNTINGTON, 1997, p. 275). Em face das peculiaridades, em particular as capacidades de maior autonomia e de deslocar-se em alta velocidade, por maior tempo possível, podendo fazer-se presente onde fosse necessário, o navio a vapor era o meio naval que, dentre todas na época, apresentava a melhor

razão custo-benefício. Por isso, sua simples existência é suficiente para produzir boa parte dos efeitos desejados com sua posse.

Os primeiros navios a vapor tinham como fonte de combustão principal a madeira qualquer, depois foi inserido o carvão, em que se aqueciam a fornalha e, conseqüentemente, a câmara de água transformava-o em vapor, sob alta pressão e temperatura. Esse vapor impulsionava pistões, aos quais era comunicada a energia. Os pistões, por sua vez, moviam o eixo de manivelas do barco, que fazia girar uma hélice, a qual impulsionava o barco.

Posteriormente, surgiram as caldeiras aquatubulares, sistema em que dentro das fornalhas passavam tubos em posições verticais por onde passava água, líquido que, em grande quantidade, se transformava em vapor direcionado por pressão em uma câmara à parte que, através de válvulas, era liberado e possibilitava, através de arrastamento, mover as palhetas fixadas na ponta do eixo que movimentavam concomitantemente a hélice. Cabe aqui uma observação: a invenção da hélice mitigou o problema de vulnerabilidade das rodas de pás e as melhorias nas máquinas, incluindo seu arranjo a bordo, a partir de 1836 - em menos de vinte anos, este invento superou definitivamente o sistema de propulsão por pás giratórias; tudo isso através de muita pesquisa e estudo de especialistas no assunto.

É importante observar que, em 1845, visando à formação do pessoal especializado, foram contratados doze artífices belgas e um engenheiro dos Estados Unidos. Foi instituída uma aula de geometria aplicada às artes; dois artífices do arsenal da Bahia foram enviados à Inglaterra e outros dois da Corte para os Estados Unidos, para estudarem com intuito de adquirir conhecimento sobre os novos processos de construção naval¹⁷². Assim, o Ministro entendia a importação de estrangeiros com conhecimento específico na área da construção naval, que seria interessante se apropriar dos conhecimentos desses profissionais para o propósito da Marinha. Começava, a partir daí, uma metodologia de intercâmbio entre profissionais de fora com os de dentro em toda estrutura da Armada, e todas as áreas, vinculadas às vigentes ocupações subordinadas às novas tecnologias, passaram a ser ocupadas “por oficiais e artífices formados no exterior, bem como engenheiros e operários belgas, ingleses, franceses e alemães”¹⁷³. A vinda desses estrangeiros fazia parte de um projeto de

¹⁷² No arsenal de Marinha da Corte, estavam outrossim [...] entregues ao cargo de homens que tinham, apenas, conhecimentos práticos, maquinistas e operários estrangeiros, simples condutores e não construtores, os órgãos do novo sistema de propulsão a vapor. Ver em Greenhalgh (1965, p. 335).

¹⁷³ Em 1841, foram criadas, no arsenal da corte as oficinas de fundição de ferro para fabricar peças de máquinas a vapor (GREENHALGH, 1965).

envergadura nacional que tinha como propósito inserir a Armada Brasileira em um grupo seleto de países detentores dos navios a vapor, em momentos beligerantes, e, ao mesmo tempo, estabelecer aprimoramento da construção de embarcações nos estaleiros locais, substituindo os meios mais antigos. Ao mesmo tempo, em paralelo a esse intercâmbio cultural, nossos oficiais eram enviados para a Europa para acompanhar a construção de embarcações em alguns arsenais e estaleiros.

No ano de 1846, o Ministro da Marinha, o então liberal pernambucano Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, auxiliado por seus escudeiros, que tinham o propósito assessorar o Ministro da Marinha, nos assuntos das atividades navais, sempre se mostrou um importante instrumento de apoio à tomada de decisão da Alta Administração Naval, contribuindo, em seu mais alto nível, para a salvaguarda dos interesses da Marinha do Brasil. Em seu relatório, firma a ideia de comprar novos meios para melhor aprestamento da força naval, e propunha que:

[...] expus urgente a necessidade em que nos achávamos de dar providência para a aquisição de alguns vapores em verdadeiro pé de guerra: forcejando assim por acompanhar quanto não permitem os nossos meios, os progressos das nações marítimas, e organizar a Esquadra em conformidade com o estado atual das ciências e das artes¹⁷⁴.

Naquele momento, o pleito dos ministros militares surtiu efeito, tanto que, ao longo do período compreendido, foram acrescentados à esquadra dezesseis novas embarcações, oito construídos no Brasil, quatro presas do tráfico negreiro e quatro adquiridos no exterior ou de particulares; por outro lado trinta navios foram desativados no mesmo período (CAMINHA, 1986, p. 181-225; ALBUQUERQUE, 1971, p. 9-25), mas ainda não eram os navios a vapor, como desejado. Segundo Arias Neto (2001, p. 75), “a preocupação que os ministros tinham com a conservação dos navios existentes e com a construção e aquisição de novos navios não era infundada”.

Às 10 horas e 30 minutos da manhã, reunidos em número suficiente de senadores, abre-se a sessão e aprova-se a Ata anterior, naquela sessão de 13 de agosto de 1846, sob a presidência do Sr. Luiz José de Oliveira, em 1ª e 2ª discussão – Orçamento da Marinha. Fixa a despesa que

¹⁷⁴ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1846, p. 11. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 05 set. 2018.

é a necessária para a força ativa decretada pelo corpo legislativo; não há nela o excesso apontado pelo nobre senador. No material podia se fazer economias desarmando os diferentes navios que hoje se acham prontos, mas semelhante procedimento seria altamente criminoso, porque embora o estado atual se não possa dizer inteiramente extraordinário, cumpre estar preparado para qualquer eventualidade. Além de que, a Marinha brasileira não se acha no estado que seria para desejar, deve-se por força gastar mais alguma coisa para a ir para lá conduzindo a pouco e pouco. Que importa que se gaste mais na Marinha se a produção, se o comércio, se as outras fontes de riqueza prosperam? Semelhante despesa é uma das mais produtivas¹⁷⁵.

Durante a vigência do reinado de Dom Pedro II, de 58 anos, pelo menos nos anos de 1840 a 1850, houve uma série de transformações ocorridas no Estado, com o redirecionamento dos investimentos de capitais no país, que começava a experimentar um novo surto de desenvolvimento, com um subjetivo desenvolvimento na base da economia¹⁷⁶, principalmente na “cultura cafeeira”¹⁷⁷. O Ministro Hollanda Cavalcanti, de uma forma ou de outra, teria que aprovar os gastos da Marinha, devido ao fato de naquele momento acumular a Pasta da Fazenda e da própria Marinha ao mesmo tempo; sendo assim, ele detinha o conhecimento prévio das finanças da nação. Possivelmente, a desaprovação por parte dele poderia causar certo desconforto para com os comandantes navais, sendo ele o comandante-geral daquela força.

A aprovação dos gastos da Marinha mediante a Fixação de despesa, e o orçamento da receita para os exercícios de 1846 a 1848 mostravam que eram altas as despesas, mas as autoridades entenderam ser pertinentes, de tal forma que o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha foi autorizado para despender, com os objetos designados, a quantia de 3.445.396\$493, a saber: Secretaria de Estado, Quartel General, Conselho Supremo Militar, Auditoria e Executoria, Corpo da Armada e classes anexas, dito de Artilharia de Marinha, dito de Imperiais Marinheiros, arrecadação, contabilidade, arsenais, Força Naval, hospitais, faróis e barcas de socorro, Academia de Marinha, escolas, reformados, obras, ficando o Governo autorizado a despender até dez contos de réis com a abertura da barra do Rio Ceará-Mirim, na Província do Rio Grande do Norte, Capitania de Portos, contadorias, eventuais e

¹⁷⁵BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil, 1846. livro I. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1846/1846%20Livro%201.pdf. Acessado em 05 nov. 2018.

¹⁷⁶A ampliação da cultura cafeeira e a nova direção apontada pela economia, com a introdução de outros setores mercantis, além da protoindustrialização, o Estado imperial passou a arrecadar mais. Para entender melhor sobre essa questão, ver em Almeida (2001).

¹⁷⁷O Brasil se tornou uma das maiores explorações agrícolas do mundo. Cf. Azevedo (1964, p. 96).

extraordinárias, exercícios findos¹⁷⁸. A verba a ser gasta nos arsenais era de 1.059.128\$590 e nos navios tinha cunho reestruturador para melhorar a qualidade de material e de vida a bordo das embarcações, e na Esquadra 1.294.172\$950, o que equivaleria a 67% do montante.

Supõe-se que essas duas repartições navais fossem consideradas o sistema nervoso central, naquele momento da Marinha.

Ao analisar como se deu a construção e a evolução do poder naval brasileiro, na transição entre a primeira metade e a segunda metade do século XIX, leva-se em conta o aprimoramento e a rápida mudança dos padrões de guerra naval. O avanço tecnológico, em nosso entendimento, foi responsável pela hegemonia naval brasileira, no Atlântico Sul, nas fases anteriores e durante a guerra da Tríplice Aliança, entre 1865-1872, sobretudo após a Batalha do Riachuelo, fazendo da Marinha Imperial Brasileira pudesse ser considerada uma das mais respeitadas do mundo.

Dito isto, verificou-se que, a partir de meados do século XIX, vários navios novos haviam sido incorporados à Esquadra, e houve uma considerável evolução no quadro envolvendo a modernização dos meios navais. Quase como se estivesse construindo uma nova marinha, o Brasil se esforçava para ter uma marinha adequada, por isso, uma das soluções foi formar melhor os oficiais com uma educação mais adequada aos padrões internacionais. A Marinha se apropriou dessa nova evolução tecnológica para obter certas vantagens nos eventos beligerantes ocorridos tempos depois, a saber, “as operações no Rio da Prata (1850) e a Guerra do Paraguai (1865)”¹⁷⁹.

Não vamos discorrer aqui sobre como se desenvolveu toda a transição dos navios de madeiras para os navios de aço, mais a ideia era demonstrar a evolução dos navios de guerra a partir de uma abordagem que levava em consideração novas questões no âmbito técnico e pedagógico, em que os oficiais precisavam se moldar frente à evolução tecnológica que estava ocorrendo, impulsionados pela Revolução Industrial que chacoalhou o mundo na ótica da construção naval.

O que se pode constatar, que o Brasil na medida do possível, se apropriou da madeira e do ferro, da vela e do vapor, para inserir jovens no intuito de instalar um novo padrão de ensino evolutivo numa revolução industrial que estava acontecendo naquele momento.

¹⁷⁸ BRASIL. Lei n. 396 – de 2 de setembro 1846. Fonte: Coleção de lei do Império brasileiro, ano de 1846.

¹⁷⁹ Para saber sobre o uso dos navios a vapor nos eventos beligerantes no Prata e no Paraguai. Ver em Johny (2015, p. 9-22).

4.1 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O INÍCIO DE UM NOVO PARADIGMA DA EVOLUÇÃO NAVAL

A Primeira Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, proporcionou diversos progressos, como a máquina a vapor e o desenvolvimento dos sistemas de transporte, que diminuíram as distâncias no mundo. Na Armada Imperial, as mudanças representaram enormes desafios, pois tiveram forte impacto na formação dos técnicos dedicados à construção naval, exigindo rápida adequação a essa nova realidade, apesar de que as máquinas foram introduzidas nos navios na primeira metade do século XIX, com a incorporação de navios mistos, que podiam ser movidos por máquinas a vapor e por velas.

É imperativo ressaltar que a Segunda Revolução Industrial aconteceu na segunda metade do século XIX, de 1850 a 1870, e representou um aprimoramento técnico e científico, e, baseada na indústria têxtil, na produção de ferro e nos motores a vapor, progressivamente, assistiu a uma ampliação e complexidade do sistema fabril, que passou a exigir uma série de insumos sendo fornecidos de maneira constante (POLANYI, 2012). Temos que deixar claro que a “Europa tinha sofrido uma mudança de mentalidade”¹⁸⁰ representada pela “Inglaterra”¹⁸¹, que foi o fio condutor na revolução dos artigos bélicos, principalmente voltados para a indústria de navegação que logo se voltou para a indústria militar. O historiador econômico Clive Trebilcock (1969) argumenta que o fenômeno de transferência de inovação do âmbito da produção militar para a indústria civil ocorre quando determinadas técnicas produtivas, mão de obra especializada e procedimentos inovadores elaborados no curso de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias militares são disseminados para outros ramos da indústria. Assim, tecnologias desenvolvidas em âmbito militar se tornam tecnologias de capacitação, produzindo uma espécie de efeito multiplicador de procedimentos e técnicas,

¹⁸⁰ A contar do século XVI multiplicam-se os nomes de filósofos e cientistas, com o culto da natureza, da experiência, da mecânica. [...] Aparecem as associações para o estudo da realidade. Ganha impulso o ensino técnico, até aí descurado. Revê-se o culto dogmático da tradição, outrora vivo, com posições de reexame do que fora dito por filósofos vistos por definitivos em tudo. Se antes havia a cabala, a astrologia, a magia, a alquimia, agora há a experiência que dá sentido científico ao estudo e às inquietações. A técnica, em suas feições mecânicas, passa a ser considerada. Surge a ciência moderna, antidogmática, fundada no experimentalismo. Essa mudança de mentalidade representa transformações intelectuais e cria o clima de crítica sistemática. Entre os muitos de seus efeitos, assinala-se o interesse pela indústria, para o qual a nova maneira de ver contribuiu decisivamente (IGLESIAS, 1981, p. 82).

¹⁸¹ Nos séculos XVII e XVIII, a Inglaterra, graças a seu poderio naval e comercial, conseguiu formar um dos maiores impérios coloniais da época. Esse processo iniciara-se com a vitória inglesa contra a invencível Armada espanhola de 1588 [...]. Ver em Vicentino (1997, p. 284).

permitindo o desenvolvimento de uma frente ampla de outras tecnologias. Um exemplo é o “processo de *pudlagem* (descarbonização do ferro que utiliza escória ou óxidos), para refinação do ferro e, datando de 1781, foi inventado por Henry Cort como produto de seus experimentos com ferro para a marinha inglesa”, isso segundo Trebilcock (1969 apud REIS, 2015, p. 8).

É claro que a Revolução Industrial deu origem, como incansavelmente já discutido, a muitos navios a vapor. Dessa maneira, muitos países se apropriaram dessas máquinas para sagrarem-se vencedores em seus conflitos. O período entre 1850 a 1856, quando a “Guerra da Crimeia”¹⁸² gera uma demanda de logística que exigirá métodos industriais de produção e transporte, foi quando os navios a vapor demonstraram, definitivamente, sua superioridade sobre os navios a vela. Exemplos a citar são a guerra civil americana, a batalha de Lissa, ocorrida em 20 de julho de 1866, pela unificação italiana, as lições que foram tiradas dos conflitos na América do Sul, a Guerra do Paraguai com destaque à batalha naval do Riachuelo, em 11 de junho de 1865, e às operações em torno do complexo defensivo de Humaitá, a Guerra da Espanha contra o Chile e Peru, no Pacífico, e as batalhas relacionadas a Abtao e Calao, ocorridas em 1865, e a guerra do Pacífico entre o Chile e o Peru em 1879. Essas guerras demonstraram o quão necessário foi o emprego das embarcações movidas a vapor e o quanto a mudança da madeira para o ferro seria interessante para a Marinha de Guerra do Brasil.

O vapor com suas tonelagens já era utilizado em larga escala, graças à revolucionária invenção do norte-americano Robert Fulton, em 1805, que agitou a navegação marítima. Esse americano “fez um pequeno barco a vapor que navegou no Rio Sena, e, em 1807, já de volta aos Estados Unidos, construiu uma embarcação a vapor que fez a viagem de Nova Iorque para Albany a uma velocidade de 4 nós” (VIDIGAL, 2000, p. 136). Nesse sentido, a marca do desenvolvimento tecnológico se fazia presente, já que havia “[...] 22 mil navios a vapor espalhados por outras marinhas em 1882, [...] ainda mais potentes como máquinas que as locomotivas” (HOBSBAWM, 1988, p. 48). Somadas ao surgimento de novas modalidades tecnológicas, como o transporte e a comunicação, supostamente o telégrafo, as ferrovias e os barcos a vapor, essas transformações causaram mudanças nas estruturas organizacionais das Forças Armadas.

¹⁸² Para saber sobre essa guerra e suas lições no uso dos navios a vapor, ver em Vidigal (2000, p. 139-140).

Aqui, no Brasil, o efeito da Revolução Industrial foi sentido, os ditos fundadores do Império, como aqueles que já passaram e estavam passando pela pasta da Marinha, Jerônimo Coelho, Rodrigues Torres, Hollanda Cavalcanti entre outros, ministros da Marinha, transitaram entre idas e vindas à Europa e tinham total conhecimento das transformações que estavam acontecendo no cenário mundial. Eram homens ligados ao tráfico de escravos “influentes e poderosos homens do seu tempo” (SOUSA, 1957, p. 66). Também, eram homens que, naquele momento, se prestavam a avançar na área do ensino e a ajudar uma massa de jovens a se inserir no pequeno mundo dos letrados, usando a Marinha como peça chave para esse fim. Afinal, eles viam que a Marinha brasileira, em “completa evolução tecnológica”¹⁸³, ainda insipiente em alguns setores, estava aquém de outras marinhas, em termos de equipamento sofisticado, e não era somente ter a frota naval em quantidade, mas era necessário ter a Marinha imperial em sintonia com as modernas tecnologias em disposição a outras forças navais fora do país, sobretudo as europeias. Desta forma, o Brasil, vendo que estava ficando para trás, procurou compensar o atraso tecnológico adquirindo navios no exterior:

[...] em 1852, chega ao Brasil a Fragata de propulsão mista, a roda, Amazonas; em 1854, recebe da Inglaterra os primeiros navios a hélice (quatro canhoneiras); em 1856, mais três – como construindo no Brasil – em 1854 inicia a construção da Canhoneira Ipiranga, que seria o primeiro navio construído no país [...] (VIDIGAL, 2000, p. 142).

É claro que a construção dessas embarcações teve a participação e a supervisão de estrangeiros que já estavam aqui no Brasil, há um bom tempo, agregando seus conhecimentos para a construção naval. Portanto, a Marinha já estava à margem da Revolução Industrial, articulando seu processo de emancipação evolutiva num contexto amplo abrangendo as transformações decorrentes desta revolução. Por outro lado, a Marinha entrava nessa concorrência, segundo Mello (2009, p. 111), “a exemplo dos modelos de Estado erigidos pelas sociedades europeias ocidentais, que se caracterizou pelo processo de profissionalização das instituições militares e pela competição generalizada entre nações”.

As ambições referentes às vicissitudes comuns à cultura do mar, em possuir a força naval modernizada, esbarrava-se nas condições ultrapassadas da instituição militar, cujas

¹⁸³ Para saber sobre o desenvolvimento e a evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil, ver em Vidigal (2000, p. 132-170).

atividades autoritárias de disciplina permeadas nos castigos físicos eram ratificadas. A Revolução Industrial trouxe uma nova modalidade na arte de moldar o coração das máquinas, a saber sua propulsão em torno da construção naval, antes impulsionadas pela vela, com o objetivo de dar outros significados em relação à logística e capacitação de seu pessoal e a estratégia (KEEGAN, 2006). Assim, mediante as novas configurações com base na Revolução Industrial, a Marinha de Guerra do Brasil passa a provar essa nova clivagem como forma de ensino do Foguista, do Carvoeiro e dos Maquinistas, nas praças de máquinas, que vinham no encaixe dessa tecnologia, muitos se esforçando para realizar as funções, outros estranhando a nova tecnologia que se embrenhava no interior das embarcações.

4.2 AS PRAÇAS DE MÁQUINAS E OS “BODES PRETOS”¹⁸⁴ OU MAQUINISTAS E A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

A navegação passava por uma virtual reinvenção, inserindo crescentes desafios logísticos no cenário naval, sendo necessária a formação de pessoal específico para a operação e manutenção dos novos sistemas de máquinas embarcados. Com isso, em 4 de maio de 1857, assume o comando da pasta da Marinha o Deputado José Antonio Saraiva, em um “gabinete chefiado pelo Senador, presidente do conselho, Pedro de Araujo Lima, mais conhecido como Marquês de Olinda” (JAVARY, 1889, p. 117-118). O Ministro, em seu primeiro pronunciamento, se mostrava consciente da importância quanto à regulamentação dos maquinistas para o avanço não só no ensino, mas também quanto à profissionalização desses profissionais. E assim ele discursou: “Ei bem criar um Corpo de Maquinistas para o serviço dos vapores da Armada, conforme o regulamento, que com esta baixa [...], que assim o tenha entendido, e que faça executar [...]”¹⁸⁵.

A partir de então, esse Corpo de Maquinista passa ter uma nova organização em sua estrutura, sendo fixada anualmente, em relação os serviços de vapores e outros conexos as

¹⁸⁴ O termo “bode” foi trazido e traduzido pelos nossos primeiros maquinistas formados pela Escola Naval, a partir de 1905, e que buscaram, na Inglaterra, os primeiros encouraçados da Armada brasileira, quando, naquele país, aprenderam eles a expressão “body” com significado de “corpo, corporação, classe, comunidade, sociedade etc.”, fixando ou dividindo o pessoal. De volta ao Brasil, reuniram-se em uma confraria, em um “body”, que passou a ser identificado como “bode preto” como referência às graxas e aos carvões que os envolvia e os lambuzava nas máquinas de então. Fonte: marinha.mil.br/dhn/?q=pt-br/node/99, acesso em 21 nov. 2018.

¹⁸⁵ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1857, p. 22. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 10 set. 2018.

funções de seus profissionais no bojo de seus encargos, dando uma imagem mais nacional em busca de mais eficiência na condução das máquinas.

A partir de então, foi elaborada a norma que se refere ao “decreto”¹⁸⁶ para o Corpo de Maquinistas dos vapores da Armada, com o propósito de formar os recursos humanos necessários à operação e manutenção dos navios, que surgiram com a utilização do carvão como fonte de energia e também continha cunho organizacional relativo a um grupo específico. Cabe ressaltar que, naquele momento da criação, esse novo Corpo ainda não era vinculado ao Corpo de Praça da Armada, isto é, não eram vinculados ao preceito militar. Desta maneira, tudo indica que, além dos foguistas e carvoeiros, o serviço das máquinas dos vapores da Armada devia ser feito pelas praças do corpo que estavam sendo instituídas futuramente¹⁸⁷. Outra questão a mencionar diz respeito a quem competiria, abaixo do Ministro da Marinha, controlar esses tipos de profissionais de máquinas, então ficou regulamentado que essa competência seria dada ao Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte quanto às nomeações de embarque das praças do Corpo de Maquinistas, e seu emprego nas oficinas, ou trabalhos do Arsenal¹⁸⁸.

A organização desse Corpo aspirava tão somente oferecer ao país homens preparados para conduzir equipamentos complexos, como as máquinas, mas também oferecer aprendizados para aqueles futuros “bodes pretos”. O Ministro destacava em seu relatório a importância da atuação de espaços voltados ao ensino primário e aprendizado dos menores pobres, órfãos e desvalidos, para melhorar a qualidade dos homens das máquinas a vapor. Portanto, a adição dos navios a vapor introduziu, na Armada brasileira, uma nova categoria de

¹⁸⁶ BRASIL. Decreto nº 1945 de 11 de julho de 1857, dava organização do Corpo de Maquinistas, habilitações e exames, disciplinava os serviços gerais, instrução de comportamentos dos primeiros Maquinistas, soldos e vantagens, disposições diversas e tabela dos vencimentos mensais, que competem às diferentes classes do Corpo de Maquinistas da Armada. Fonte: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1945-11-julho-1857-557993-publicacaooriginal-78817-pe.html. Acesso em 23 nov. 2018.

¹⁸⁷ Aproximadamente cinco anos mais tarde, no Decreto nº 3186, de 18 de Novembro de 1863, que deu novo regulamento ao Corpo de Maquinistas dos vapores da Armada, a situação parece ficar mais clara. A novidade se deu pelo artigo 20 e 24 quando estes elementos subalternos foram iguados às praças da marinhagem e, além disso, todos foram enquadrados no sistema disciplinar vigente: Maquinistas e Ajudantes Maquinistas, quer pertencentes ao Corpo, quer extranumerários, e bem assim os Foguistas e Carvoeiros ficam sujeitos à legislação penal e do processo em vigor na Marinha. Ver mais em (CASTRO, 2013, p. 57-59). No avançar das décadas, o plano de carreira dos maquinistas e foguistas foram se modificando. Assim, o decreto 5975, de 18 de abril de 1906, dá nova conjuntura aos quadros de foguistas, assim como o decreto 7752, de 23 de dezembro de 1909, pelo qual o ministro da época, Alexandrino Farias de Alancor, estabeleceu o regulamento para as escolas profissionais de Artilharia, de Defesa Submarina, de Inferiores e Marinheiros Foguistas e de Timoneiros, reunindo-as sob uma direção geral comum, revogados o decreto e disposições anteriores. Fonte: (DIAS, 1910, p. 244 e 247).

¹⁸⁸ BRASIL. Art. 22 do decreto 1945. Cap. 3. Fonte: CLI.

profissionais não militares, formada pelos carvoeiros, “maquinistas e foguistas”¹⁸⁹, os quais, dentro de seus ensinamentos, tinham função de “carvoar”¹⁹⁰ as caldeiras principais, supervisionadas por elementos, ainda que submetidos às formas disciplinares, quando embarcados em navios de guerra, e não faziam parte, conforme já mencionado, da cadeia hierárquica militar naval. Essa é a primeira disposição a respeito desses novos operários de Marinha, colocada em forma normativa de Aviso no parecer dos atos da administração da Armada Nacional. Entretanto, até 1840, todos os maquinistas eram estrangeiros, principalmente ingleses; a partir desse ano, começam a existir também brasileiros. Posteriormente, surge o aviso que também é uma decisão¹⁹¹ e determinava que os maquinistas das barcas de vapor fossem convertidos em oficiais-de-proa, e os moços de fogo ou foguistas, os quais na cadeia hierárquica, alguns eram equiparados às praças de marinhagem e aos imperiais marinheiros, que foram posteriormente todos os maquinistas instituídos à categoria de praças.

Com a mudança tecnológica, houve demanda da inclusão de novos agentes especializados para operar os aparelhos nos porões e nos conveses, que facilitavam a manobra dos navios e a operavam independentemente do vento. Por isso, eles desempenharam papel destacado e relevante em todas as atividades relacionadas à aquisição, ao projeto e à construção de diversos meios navais incorporados à Marinha. Nesse contexto, o Corpo de Maquinistas dos Vapores da Armada tinha sido criado, composto pelas praças do corpo que estava sendo instituído, os quais se somavam aos já existentes foguistas e carvoeiros, que não recebiam instrução formal e eram formados, como boa parte dos marinheiros, nas práticas de bordo. Convém ainda ressaltar que muitos eram formados a bordo, posteriormente passou a ser exigido que tinham que chegar já prontos para aquelas atividades, conforme preconizava a norma¹⁹². Naquela época, a Armada Imperial tinha dificuldade de recrutar pessoal para o

¹⁸⁹ Para posicionar melhor o leitor na questão diferencial, tem-se o seguinte: os foguistas eram os responsáveis pelo abastecimento das fornalhas com lenhas e, posteriormente, combustíveis fósseis, e os maquinistas usavam o vapor produzido pelos foguistas para dominar e manter o funcionamento de todas as peças que se moviam através da pressão produzida. Decreto nº 3186, de 18 de Novembro de 1863, Cap. II, Art. 4º e 5º. Disponível em www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3186-18-novembro-1863-555321-publicacaooriginal-74503-pe.html, acesso em 11 dez. 2018.

¹⁹⁰ Operação de receber carvão, o combustível dos navios antigos (MARTINS, 1988, p. 12).

¹⁹¹ BRASIL. Decisão nº 98 do Aviso de 28 de setembro de 1846 do Ministro da Marinha. Fonte: Coleção de Leis do Império de 1846.

¹⁹² Ninguém será admitido no Corpo de Maquinistas, se não como Ajudante Maquinista de 2ª classe. Para a nomeação de Ajudante Maquinista de 2ª classe são requisitos indispensáveis: Três anos de prática, pelo menos, nas oficinas de machinas do Governo, ou quatro, com aproveitamento, em algum estabelecimento particular de

serviço de máquinas em seus navios, competindo com a marinha mercante a obtenção de seus efetivos foguistas, carvoeiros e maquinistas. Por essa razão, praticava-se uma política de soldos diferenciados a esse pessoal, como forma de incentivo, comparativamente à marinagem, conforme se observa no quadro 7.

Quadro 7 - Vencimentos mensais, que competem as diferentes classes do Corpo de Maquinistas da Armada

Gradações	Soldo	Gratificação de embarcados	
		Em portos do Império	Em portos do Estrangeiro
Maquinistas de 1ª classe	100\$000	110\$000	160\$000
» de 2ª »	80\$000	100\$000	145\$000
» de 3ª »	60\$000	90\$000	130\$000
Ajudante Maquinistas de 1ª classe	-	140\$000	175\$000
2ª classe	-	120\$000	150\$000
3ª classe	-	80\$000	100\$000
Foguistas	-	48\$000	60\$000
Carvoeiros	-	24\$000	30\$000

Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1857, p. 25. Disponível em ddsnex.crl.edu/titles/142. Acesso em 27 set. 2018.

Verifica-se que os soldos aumentam de forma escalonada, a partir do momento em que os navios fazem comissões em portos fora do Brasil. Isso nos remete a entender que seria uma forma de compensar não só os dias fora de casa, mas também o sacrifício das longas viagens em que estes sujeitos eram submetidos a condições perigosas e insalubres das praças de máquinas. É imperativo registrar que no outro “regulamento para o Corpo de Maquinistas da Armada, publicado em 1876, a função de primeiro maquinista foi renomeada para chefe de máquinas e a ele, juntamente com o segundo maquinista”¹⁹³, se autorizava frequentar as “Praças D’Armas”¹⁹⁴ dos navios, onde deveriam apresentar-se sempre fardados.

Os maquinistas a bordo dos navios a vapor fizeram parte de um conjunto de transformações sociais e econômicas, observadas a partir das mudanças ocorridas no modo de produção de seus afazeres e nas relações de trabalho, o que propiciou um surto de desenvolvimento científico e tecnológico com profundos reflexos em todas as áreas do

igual natureza; aprovação nas matérias, que constituem o curso da Escola de Maquinistas do Arsenal de Marinha da Corte.

¹⁹³ Para saber sobre a modificação na estruturação da carreira do Corpo de Maquinistas da Marinha de Guerra, ver em Castro (2013, p. 86-99).

¹⁹⁴ As praças D’armas eram consideradas locais de refeição dos oficiais. Também, essa denominação prende-se ao fato de que, nos navios antigos, as armas portáteis eram guardadas nesse local privativo dos oficiais. Fonte: www.marinha.mil.br/content/tradicoes-navais#11, acesso em 13 set. 2018.

conhecimento. No campo da atividade marítima, a grande inovação tecnológica observada foi o surgimento, no início do século XIX, dos primeiros navios a vapor, conforme ressaltado neste trabalho, movidos por rodas de pás e que tinham o carvão como fonte de energia.

É claro que a necessidade de mudanças em seus meios, objetivando incorporar as evoluções bélicas e tecnológicas aplicadas pelos países mais desenvolvidos, e que atuaram em guerras com esses tipos de navios a vapor, se tornava algo imprescindível. Nesse sentido, a Marinha do Brasil necessitava de “requisição de verbas suplementares havia sido feita em função da insistência dos presidentes de províncias por novos vapores e, tornou-se necessário adquiri-las através de compras, pois não havia condições para construí-las no arsenal” (GREENNHALGH, 1965, p. 296).

Não adiantava ter embarcações e pessoal de convés bem preparado sem os homens de máquinas, também não se deve imaginar em um ingênuo equívoco que sem eles as novas belonaves iriam zarpar sem nenhum problema, pois teria que ter a participação de sujeitos dispostos a enfrentar ambientes inóspitos, carregados de carvão, em embarcações que, às vezes, eram abastecidas de 3 a mais de 260.000 toneladas de carvão, isso para permitir o navio chegar a deslocar-se a 11 nós de velocidade ou 20 km/h.

Certamente, quando se sabe que alguns daqueles homens eram graxeiros, maquinistas ou carvoeiros, de imediato já se apresentavam como um grupo pertencente àquela categoria, praticando certa atividade importante para condução das embarcações: compartimentos de caldeiras e máquinas com seus corpos sujos de graxa e fuligem, funcionários uniformizados carregando cada um com suas responsabilidades, condutores de equipamentos complexos e perigosos, apagar os fogos, dirigir os movimentos das máquinas, esgotos das caldeiras e evitando a explosão e abrasamento das caldeiras.

Esse pessoal de codinome “bodes pretos”, submetidos a grandes riscos iminente, recebiam tratamentos diferenciados com equidade, a fim de que possa ter estímulo no exercício das suas funções, dedicação pelo serviço, certo de que depois de um longo período de trabalhos exaustivos, muitas vezes sujeitos à intempérie e a não poucos perigos, após muitos anos de uma vida intensa, corriam riscos de invalidez prematura devido à insalubridade.

Esses “bodes pretos” passavam grande parte do tempo mal apresentados, desleixados ou sujos devido as graxas, carvões entre outros, muito a ver com a especificidade da função. Na Imagem 10, pode-se observar a estética desses profissionais.

Imagem 10 - Uma equipe de foguistas acompanhados de seus instrumentos de trabalho. Ano, S/d



Fonte: brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/visualizar-grupo-trabalho/107, acesso em 05 dez. 2018.

Conforme observado na foto, reflete-se o quanto esses sujeitos eram visualmente homens de idade adulta e não jovens ou crianças, que enfrentavam com muita coragem os perigos das praças de máquinas para manter em funcionamento das caldeiras de vapor, alimentando-as e manejando válvulas, registros e dispositivos similares, para fornecer a energia necessária à movimentação das máquinas principais e auxiliares de uma embarcação. Eles teriam que suportar as altas temperaturas que, em muitos casos, ultrapassavam sessenta graus centígrados, fora os perigos constantes e a falta de salubridade no ambiente de trabalho, e teriam que ser, metaforicamente, igualmente, “homens de ferro” ou homens fortes em navios de ferro.

Esteticamente, os “bodes pretos” se apresentavam sujos de graxas e de carvão, mas tinham que continuar vestindo a farda do tipo macacões claros, algo inapropriado para o ambiente de trabalho, mas era a consequência da devida função. A formação militar naval deles praticamente não existia, pois, devido a suas funções, as aulas aconteciam na prática e, em muitas vezes e com muita sorte, com os navios parados e/ou atracados nos portos com as caldeiras desligadas. O quadro de foguistas/maquinistas era à parte, dentro do plano de contingência e carreira propostas pela Marinha.

Outro fator importante era a regularidade das viagens, alcançada pela independência das condições de vento, o que impulsionou o desenvolvimento desse tipo de propulsão nas marinhas mercantes, em especial nos navios utilizados para transporte de passageiros. Nas marinhas de guerra, a adoção de navios com propulsão a vapor se deu de forma gradual e comedida, em função das limitações de abastecimento e da vulnerabilidade em combate com rodas de pás. Aos poucos, as dificuldades foram sobrepujadas e a nova tecnologia consolidou-se; a invenção da hélice mitigou o problema de vulnerabilidade das rodas de pás e as melhorias nas máquinas, incluindo seu arranjo a bordo, permitiram a evolução da arquitetura e da resistência dos cascos, culminando com o desenvolvimento dos encouraçados.

O Brasil não tardou a se inserir nesse contexto tecnológico. Em 1847, também na Inglaterra, foi lançada ao mar a *Fragata* Dom Afonso, primeiro navio de combate a vapor adquirido pelo Brasil, que utilizava rodas de pás laterais. A transição da era da vela para a era do vapor e do aço provocou significativas mudanças estruturais na Armada Imperial. Uma delas – se não a maior – foi a incorporação de profissionais com formação e conhecimento especializado para manter e conduzir as novas máquinas. Assim, surgiram a bordo os maquinistas, foguistas e carvoeiros, sendo que o primeiro passo para a integração desses profissionais se deu em 1857, com a criação do Corpo de Maquinistas para o Serviço dos Vapores da Armada, que, no princípio, não incluía os foguistas e carvoeiros, os quais eram equiparados às praças de marinhagem e aos imperiais marinheiros.

Progressivamente, com o aprimoramento das máquinas, os inóspitos ambientes das fornalhas e depósitos de carvão deram lugar a “modernas” e ventiladas praças de máquinas, fazendo com que os “Bodes Pretos” trabalhassem melhor. No início do século XIX, a história da construção naval, somada à ajuda dos homens de máquinas, deixou seu legado ímpar, fomentado pela transição da propulsão à vela para máquina a vapor, como sendo a espinha

dorsal dos navios. Tal advento alterou não só a maneira de impulsionar os navios, mas também a sua arquitetura naval, com a incorporação de imponentes chaminés e rodas de pás propulsoras.

Nesse processo evolutivo pelo qual a Esquadra estava passando, faz-se notória e evidente a vitalidade desses incansáveis homens do mar, empenhados em prontificar e conduzir os sistemas de máquinas daqueles navios, em ambientes ruidosos permeados com umidade extrema e com calor elevado, a fim de cumprir a nobre missão de mantê-los na melhor condição operativa. Mas isso ainda não era o suficiente, era preciso metaforicamente se transformar em “homens de ferro” mediante as responsabilidades e cobranças que lhes eram imputadas naquele ambiente mórbido e nocivo.

4.3 MAIS VALE UM HOMEM DE FERRO EM NAVIO DE PAU DO QUE O HOMEM DE PAU EM NAVIO DE FERRO

A marujada e os oficiais estavam acostumados com o modo de vida que se perpetuava no interior daquelas velhas embarcações. As “fainas”¹⁹⁵ e as cobertas eram rústicas, os “tombadilhos”¹⁹⁶ eram constantemente baldeados e secados para evitar escorregões e acúmulo de sal nas peças de metal, e havia aglomeração de umidade, que influenciava nos alimentos; por causa do mofo e da umidade, o modo de preservar os alimentos ainda era precário, usando a defumação, a salga e a dessecação, métodos disponíveis para esta finalidade. Essa alimentação passava por algumas alterações, ou seja, encontrava-se, às vezes, em péssimas condições. Apropriei-me da memória do marinheiro norte-americano Jacob Hazen, que estava a bordo numa das embarcações lutando contra os rebeldes da sabinada na Bahia, onde registrou seu olhar das condições da alimentação em sua embarcação na seguinte forma, em livre tradução:

[...] as rações pareciam mais uma bagunça preparada para um rebanho de porcos do que para marinheiros; e até o comandante, com seu rosto negro e peludo e um amplo sorriso licencioso, tinha uma semelhança mais próxima com um Orangotango *epauletted* do que com um oficial da marinha (HAZEN, 1969 apud FREIRE, 2012, p. 48).

¹⁹⁵ Fainas se refere a qualquer trabalho de execução difícil ou complicada ou atividade ou trabalho a qual concorre uma parcela ponderável da tripulação no navio ou do pessoal que serve no estabelecimento. (CAMINHA, 1996, p. 203).

¹⁹⁶ Convés mais elevado existente na popa (ré) dos navios.

Esse estrangeiro verbaliza uma imagem bastante agressiva, algo comum vindo de uma pessoa oriunda de um país onde as pessoas são majoritariamente branca. Também, esse relato tipifica a visão de um “estrangeiro a bordo de um dos navios brasileiros”¹⁹⁷, por isso, ao estudar a biografia desse personagem, a historiadora Silvana Jeha (2011, p. 104) descobriu que “ele tenha sido empregado na elegante Rua do Ouvidor na loja de sapatos pertencente ao inglês Mr. Bridges onde trabalhou ao lado de escravos africanos e trabalhadores livres” (JEHA, 2011, p. 104). Porém, sua convivência com negros não foi o suficiente para demonstrar um comportamento mais tolerante na sua narrativa dando uma impressão de estranhamento, totalmente racista e xenofóbico preconceituoso.

Continuando no assunto sobre o ambiente de bordo, a água era guardada em tonéis, barris e tanques na parte inferior dos navios, e, dependendo do tempo das viagens, era racionada ao extremo, acarretando em poucos banhos e higiene pessoal. Não havia geladeira e freezer para conservar certos tipos de alimentos. Nos navios à vela, a vida a bordo era muito difícil. O trabalho a bordo, com as manobras de pano, muitas vezes, durante tempestades, exigia bastante esforço físico e era arriscado. Durante os longos períodos de mau tempo, não havia como secar as roupas, causando desconforto na realização das tarefas. Da entrada até a saída da Marinha, visando ao emprego e à busca pelo ensino, os sujeitos corriam alto custo de vida, pois Arias Neto (2001, p. 107) também acrescenta que “as condições sanitárias e o regime alimentar a bordo dos navios e nos quartéis da Marinha eram precaríssimos o que mantinha as baixas por mortes em níveis geralmente altos”, conforme demonstrado parcialmente no Quadro 8.

Quadro 8 - Mapa estatístico da condição humana do Corpo de Imperiais Marinheiros

Situação	Períodos 1	Períodos 2	Totais em nº e %	
	1845-1854	1855-1866		
Morte por doenças	436	596	1.032	41,1%
Morte por desastres	-	114	114	4,6%
Substituição	1	2	3	0,1%
Inspeção	149	289	438	17,4%

Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1867 anexo. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 20 set. 2018.

¹⁹⁷ Para saber mais sobre a atuação dos marinheiros de outras nacionalidades na Armada Imperial brasileira, a bordo das embarcações, entre 1822 a 1854, em alguns eventos beligerantes desse período. Ver em Jeha (2011).

Entre 1850 a 1865, a sede do Corpo de Imperiais Marinheiros foi acometida de epidemia que ceifou muitas vidas, que foi a febre amarela, tanto que uma “população que chegava a 166.000 habitantes, houve em três meses 4.160 óbitos e 90.658 infectados, sendo de 80 a 90 vítimas por dia aproximadamente” (BENCHIMOL, 1992, p. 113). É fato que essa doença aniquilaria alguns na Marinha.

Repara-se, no quadro, que, daqueles 1.032 jovens matriculados no Corpo de Imperiais Marinheiros, 41% deles vieram a óbito por doenças, isso é o espelho não só do ambiente insalubre dentro das embarcações e dos quartéis nos centros de formações navais, mas também do momento do “paradigma miasmático”¹⁹⁸ pelo qual a Corte¹⁹⁹ passava. Na Marinha, o próprio Ministro Tosta trazia em seu relatório que 2.064 praças, sendo nos arsenais, nas Companhias e a bordo, haviam sido internados, no hospital da própria força, com febre amarela, dos quais 60 vieram a óbito²⁰⁰.

Para termos uma ideia melhor, com base nos estudos de Arias Neto (2001), em 1854, foram tratados na Armada (incluindo os avulsos) 4.864 doentes, dos quais 879 com doenças pulmonares (bronquites, pneumonias e tuberculose); 656 com doenças sifilíticas; 375 com febres (amarela, tifoide e outras); 396 com afeições reumáticas; e 133 como sarna. Com isso, para Chalhoub, “os médicos higienistas – brasileiros – e outros defendiam interminavelmente seus pontos de vista sobre as ideias de contágio e infecção; na realidade, muitas passaram boa parte de suas vidas debruçados sobre esse assunto” (CHALHOUB, 1996, p. 65). Portanto,

¹⁹⁸ O século XIX foi o momento em que se estabeleceram as bases históricas da moderna epidemiologia. Nesta época, como consequência da Revolução Industrial, as cidades cresciam e as condições de vida se agravavam. A grande massa da população vivia em ambientes poluídos e insalubres, parecidos com as condições de vida atuais da maioria das cidades do terceiro mundo. Neste momento, consolida-se a primeira era da epidemiologia moderna com seu paradigma dominante “miasma”. Este modelo preconizava que as doenças eram adquiridas através de emanções ambientais provenientes do solo, do ar, da água etc. Para saber mais a respeito, ver Pitanga (2002, p. 49-54).

¹⁹⁹ Em 3 de novembro de 1849, atracou, no Rio de Janeiro, a barca norte-americana Navarro, que vinha de Salvador. Nada constando sobre surto de febre amarela que estava grassando naquela cidade, teve o navio livre prática no porto. A notícia da epidemia chegou ao Rio somente em 13 de dezembro, pelo navio D. Afonso. Alguns dias depois, o consignatário da barca Navarro vendeu-a, amedrontado com a enfermidade que grassava a bordo. A tripulação dispersou-se, sendo que alguns foram morar na hospedaria de um americano chamado Frank, na Rua da Misericórdia (FRANCO, 1969, p. 35). Segundo Eulália Lobo, em 1850, comparada à dos anos anteriores, o brusco aumento da entrada de escravos às vésperas da extinção do tráfico, portadores de moléstias como bexigas e disenterias pútridas (das quais morreriam às dezenas), contribuiu também para aumentar a mortalidade daquele ano. A oscilação da mortalidade, entre 1851 e 1854, pode ser atribuída ainda à febre amarela, que nunca deixou de agir. Em 1855, o Rio de Janeiro foi assolado, pela primeira vez, pela epidemia de cólera-morbo, com 4.828 vítimas [...] (LOBO, 1979, p. 257-258).

²⁰⁰ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1950, p. 13. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 29 set. 2018.

com alimentação instável e uniformes impróprios para o trabalho no mar, as doenças epidêmicas, os tratamentos dados nas enfermarias e os falecimentos compõem o quadro das circunstâncias de sobrevivência dos meninos e rapazes a bordo das embarcações, mesmo assim “tal envolvimento com o serviço militar, representava uma introdução, mesmo que traumática, a um mundo cívico distinto da sua vida privada” (CARVALHO, 2007, p. 11). Entre os anos de 1846 a 1850, por causa do tipo de tratamento que as praças oriundas das Companhias de Aprendizes recebiam a bordo, conforme apontado pelo Ministro Manoel Vieira Tosta, desertaram, em 1846, duzentos e sessenta e sete; em 1847, duzentos e sessenta e seis; em 1848, duzentos e quatro; em 1849, cento e sessenta e dois; e, em 1850, cento e cinquenta e quatro²⁰¹. Essa numerologia aponta o quanto a forma despótica estava em consonância com a esfera naval. Outra preocupação considerável, defendida por oficiais, era a de isolar as acomodações, apontadas por Lins como o motivo de “impedir as misturas, as promiscuidades em alojamentos, nos hospitais e nas enfermarias. [...], mas para que não se contaminassem com as doenças infectocontagiosas de então” (LINS, 2012, p. 162).

Ainda sobre as condições de bordo, os navios veleiros, dependendo da posição dos ventos, se tornavam lentos e irregulares, estando sujeitos a prolongamentos da viagem que aumentavam a probabilidade de deterioração ou esgotamento da água e produtos comestíveis acarretando racionamento o tempo inteiro. Esses mesmos veleiros exigiam fainas de armação (ou armamento) que correspondem à expressão “armar um navio”, ou seja, provê-lo do necessário à sua utilização; os armadores armavam os mastros e vergas, com suas vestiduras, ou seja, os cabos fixos de sustentação e os cabos de laborar dos mastros, das vergas e do velame (velas). Podia-se armar um navio em galera, em barca, em brigue, pois a inspeção era rigorosa, e truculenta garantindo, assim, o uso, com segurança, da mastreação. As atividades a bordo eram duras e pesadas, tinham objetivos de fazer com que os navios sempre estivessem prontos para fazer frente aos trabalhos que envolvessem toda a gente de bordo ao mesmo tempo, ou parte dela, para um fim específico. Esses trabalhos são chamados de faina. Em um navio de guerra, algumas fainas feitas a bordo eram tipificadas da seguinte forma:

- Desamarrar ou desatracar;
- Fundear ou ancorar a embarcação;
- Atracar;

²⁰¹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1950, p. 13. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 29 set. 2018.

- Recebimento de munição;
- Baldeação;
- Recebimento de material comum ou insumos;
- Recebimento de mantimentos;
- Fainas regimentais (recolher e içar velas);
- Inspeção de material;
- Fainas de carvão;
- Pintura geral e;
- Recolhimento de naufragos (treinamentos).

Além das fainas, existem ocasiões em que toda a tripulação do navio deve atender a formaturas gerais, para certas formalidades a bordo ou para cerimônia. Outro fator importante que pesava era a idade não só dos maquinistas, mas também dos ajudantes de maquinistas, os quais, segundo a norma, deveriam ter idade maior de 18 e menor de 35 anos e com as seguintes exigências: conhecimento da língua nacional; da aritmética até as frações ordinárias e decimais, inclusive do uso dos pesos e medidas do Império, e dos Ingleses e Franceses; e dos nomes das diferentes peças de uma máquina de vapor marítima, e de seus usos, algo atípico referente aos Marinheiros de convés que eram iletrados. Também precisavam atuar por dois anos, pelo menos, de serviço em viagem como Ajudante Maquinista de vapores nacionais e estrangeiros, o que não poderia exceder ao limite de idade de 45 anos²⁰². Posteriormente, a idade foi alterada para 25 anos²⁰³, com a ressalva de ter constituição robusta e própria para a vida do mar²⁰⁴. Independente da robustez ou não, o ritmo de trabalho excessivo e cumprimento dos prazos colocavam-nos em pé de igualdade a uma máquina de transporte de material sem parar, mesmo com as fainas insalubres, jogo do navio e peso exagerado, nada disso importava para o comando e sim o pronto das fainas.

Outra relevância a ser destacada, muito embora as fainas de alimentar os navios de carvão, sendo a matéria prima das caldeiras, ou seja, o abastecimento de carvão, aconteciam com o navio atracado no porto, em algumas circunstâncias, esse trabalho era feito no mar com o navio fundeado, por meio de fainas de transferência de uma embarcação para outra. Não

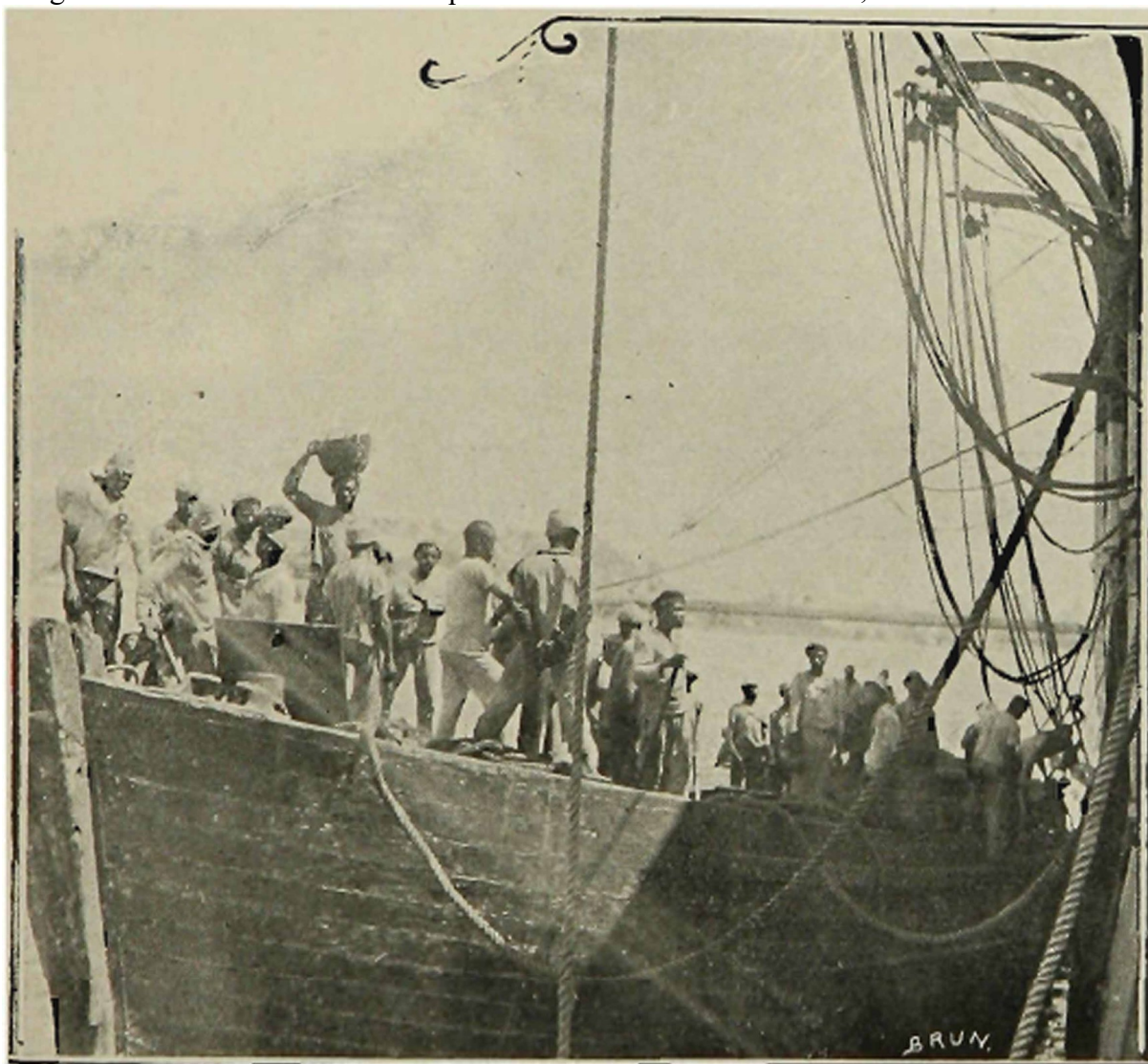
²⁰² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1857, p. 22. Ver também Decreto nº 1945, Cap. II, Art. 7º e 12º, de 11 de Julho de 1857. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1945-11-julho-187-557993-publicacaooriginal-78817-pe.html, acesso em 12 dez. 2018.

²⁰³ BRASIL, Decreto nº 3186, de 18 de Novembro de 1863, Cap. II, Art. 5º.

²⁰⁴ BRASIL, Decreto nº 3186, de 18 de Novembro de 1863, Cap. II, Art. 5º.

haveria dia e hora para realizar as fainas, só se evitavam dias de chuva para não molhar os carvões, podendo comprometer o rendimento das Caldeiras nas praças de máquinas. De forma pedagógica, os sujeitos eram posicionados no convés principal e a partir daí faziam tipo uma fila, um de cada lado, até as praças de máquinas, passando os baldes de carvão de mão em mão. Enquanto o combustível fóssil não tinha chegado, como é nos dias de hoje, a Marinha Imperial e Republicana teve o carvão mineral e em pedra como fonte de energia em seus navios. Desta forma, para posicionar melhor o leitor nessa fala, separei a foto logo abaixo para terem a noção clara como eram realizadas as devidas fainas referente ao abastecimento, conforme registro na Imagem 11.

Imagem 11 - Cenas do mar – embarque de carvão a bordo do Floriano, em 1908



Fonte: (DIAS, 1910, p. 121)

As fainas de transferência de carvão em alto-mar poderiam acontecer em quaisquer situações climáticas, e reuniam para tais fins não só o pessoal de máquinas, mas também o pessoal de convés, fossem elas (fainas) em mar revolto ou em momento de calma, o que importava era o cumprimento daquele tipo de faina, pois muitos navios dependiam disso para navegar. Mesmo com a expansão dos navios a vapor, os conveses e tombadilhos eram de madeira, por isso, a necessidade de ter, a bordo, carpinteiros e calafates, para eventuais rupturas, alargamentos e vazamentos. Também existiam tanoeiros, meirinhos, despenseiros, cozinheiros e bombardeiros. Havia, na tripulação, grande quantidade de “Grumetes”, que são aprendizes de marinheiros, novatos de primeira viagem. O uso desses menores na Marinha de guerra imperial nos faz retornar aos navegadores na Europa, a partir do século XV, com o aumento do tamanho das embarcações à vela, o que forçava agregar o maior contingente possível de menores Grumetes. O maior motivo disso, segundo a historiadora Edna Antunes, era:

A permanência por longo tempo em alto mar gerava dificuldade de abastecimento e a solução encontrada foi o recrutamento de crianças como grumetes, na medida que consumiam menos alimento e poderiam substituir os adultos em inúmeras atividades: cozinhando, limpando, carregando carga de projeção e a estopilha, para serem colocados nos canhões e demais armas de fogo das embarcações, servindo aos oficiais e cuidando dos animais usados a bordo para a alimentação. Crianças pobres, órfãos e enjeitados eram os alvos preferenciais (ANTUNES, 2011, p. 91-92).

Sobre os Grumetes, a decisão de 19 de dezembro 1834 elenca a importância dos embarques desses menores graduados, com o intuito de completar o efetivo das embarcações, conforme relatado por Boiteux:

[...] convindo regular o número de Grumetes menores, que pode ter cada um dos navios de guerra, fora da lotação, e que frequentam as Escolas nas embarcações onde são permitidas; previno a Vossa Majestade do que os Grumetes, de 12 anos para menos, devem ser considerados menores, e destes poderão ter, fora da lotação, as Fragatas de 1ª ordem até 25; de 2ª ordem 20; Corvetas; e Brigues 12 (BOITEUX, 1938-1972, p. 234).

Esses jovens não tinham nenhuma vantagem frente aos mais velhos e experientes, todos eram submetidos aos mesmos ensinamento e fainas, e aprendiam a içar e recolher as velas, operar as bombas para drenar o navio e outras rotinas náuticas; os que mostravam maior conhecimento aptidão eram promovidos a Marinheiros. Por fim, há os pajens, menores

embarcados que servem os oficiais de bordo, limpam as cabines, arrumam a mesa, servem as refeições e cantam hinos religiosos; também, cabe aos pajens controlar os horários para as jornadas de trabalho a bordo e o progresso do navio durante a viagem. Alguns navios levam ainda a gente de guerra, os Artilheiros Navais equipados com armas de fogo que eram treinados a tomar navios e abicar em cabeça de praia, como efeito surpresa perante o inimigo.

A vida de bordo era um ambiente de hostilidade, seja ela na vertical quanto na horizontal, pois aconteciam desacordos, o ambiente esse permeado por diferenças, sejam elas culturais e sociais, que envolviam crianças de etnias diferentes, isso porque havia certa rivalidade do pessoal do convés para com os maquinistas e foguistas, que eram homens rudes, sempre às voltas com óleos e graxas, por considerar um mais importante do que o outro.

Qualquer erro, principalmente das praças, era fatal, devido à forma como eram aplicadas as punições, que se refletiam na estratificação social, racial e econômica presente nas tripulações.

Além disso, havia, a bordo, o receio da falha. Em documento de ofício encontrado no Arquivo Nacional, tem-se o caso do aprendiz nº 5 de dezessete anos, Manoel dos Anjos, que, após deixar cair de suas mãos um balde, no momento em que descia uma das escadas em direção ao portaló do navio, com medo de represálias, atirou-se ao mar mesmo sem saber nadar, ocasionando sua morte por afogamento. Isso é relatado pelo comandante do navio: “acaba de cair ao mar e falhar o aprendiz nº. 5 Manoel dos Anjos [...] não se pode apanhar apesar de os cabos que se lhe atirou, e do auxílio infrutífero de um escaler que sem demora enviou-se, indo de um bote mercante que também procurou achar este infeliz”²⁰⁵. O que se pode notar é tamanho o descaso e desprezo nas palavras do comandante do navio para com o desespero do jovem que, sobre o fato, relata, da seguinte forma, a historiadora Edna Antunes (2012, p. 113): “o tom lacônico ao descrever a tentativa de socorro”. Também, havia a documentação encontrada, a omissão e a truculência quanto a esses casos a bordo, “[...] o fato revela como o rigor e a exigência na execução das tarefas era atemorizante para um menor, onde por qualquer falha no trabalho recebia-se castigos físicos” (ANTUNES, 2012, p. 113). Mesmo assim, acreditavam os oficiais que o sofrimento do castigo corrigia o indivíduo de suas indisciplinas e impunha temor à tripulação.

²⁰⁵ Fonte: Arquivo Nacional, Série Marinha, IX M 74, AZ, CODES.

Esses fatos faziam com que o navio fosse um monstro para alguns de seus servidores da base militar, e também demonstravam que a vida de bordo era repleta de “rigores das leis, as chibatadas, os ferros nos pés, a golinha ao pescoço, as intempéries climáticas, tudo isso formava o quadro desumano que fazia da marinha um purgatório” (MARQUES; PANDINI, 2002, p. 7-8). Não havia, ainda naquele momento, da praça poder reverter sua situação na cadeia hierárquica, havia sim uma distância entre aqueles sub-homens para com os oficiais, já que “[...] o oficial ‘nunca’ foi marinheiro. Os marinheiros nunca poderá ser oficial. [...] para a vir a ser oficial é preciso pertencer à burguesia abastada, ter dinheiro para custear a conquista do galão na Escola Naval e ser o menos mestiço e o mais branco possível” (BOMILCAR, 1916, p. 27-28).

Muitos dos Marinheiros eram jovens e teriam, a qualquer custo, que aguentar todo tipo de intempéries impostas a eles, uma realidade nua e crua. Eles eram submetidos ao recrutamento, na maioria das vezes, contra sua vontade; em muitos casos, eram embarcados em pequenos navios de madeiras com a lotação em excesso, devido às fainas de velas e aos mastros, e guarneciam junto com os artilheiros canhões com pesos infinitamente desproporcionais ao seu, muitas vezes, tinham que multiplicar suas forças com seus corpos raquíticos e franzinos para realizar as manobras. Os equipamentos de segurança como conhecemos hoje, compostos por óculos, capacetes, cintos de apoio e luvas, passavam longe, nas fainas de mastros e velas, onde os marujos tinham que se apoiar a mais de 30 metros de altura, levando ainda em consideração o balanço ou jogo dos navios e o vento soprando. As velas molhadas e pesadas tornavam as atividades marinheiras mais perigosas, não adiantava o sentimento claustrofóbico, pois se o militar se recusasse a fazer seria punido com a chibata.

Não foram encontrados traços da cultura naval predominante, na maioria das fainas executadas a bordo, referente à saúde e segurança no trabalho, que funciona ora promovendo, ora estabelecendo implementação de ações destinadas à melhoria e ao cuidado dos ambientes e das condições das fainas voltadas para a promoção da segurança dos Marinheiros a bordo. Nesse caso, o erro humano seria fatal, tais como uma possível falta de atenção e concentração por causa do cansaço ou quando realizavam algumas atividades trabalhistas monótonas ou rotineiras.

Com a quantidade de navios à vela, ainda naquele momento, se obrigava a subida e descida nos mastros para manutenção e fixação dos cabos para melhorar o recebimento dos

ventos em determinadas direções. Assim, “a exigência de melhor formação dos aprendizes aumenta na segunda metade do século XIX, quando a demanda internacional de industrialização e segurança passa a incentivar a admissão de navios mistos: à vela e a vapor” (LINS, 2012, p. 197). Por outro lado, a instrução regimental a bordo servia não só para corrigir os erros nas fainas, mas também para preparar melhor os recém-embarcados, e os mais experientes na forma de melhor aperfeiçoar as atividades nas embarcações.

Mastrear um navio exigia muito cuidado e extrema atenção, devido à grande altura e ao jogo do navio; os mastros eram geralmente de madeira de carvalho e não só o Aprendiz a bordo quanto o Marinheiro tinha a responsabilidade de executar essa atividade tão rígida e fatigante, tinha que ser metaforicamente, homens de ferro, ou seja, bem forte. Somado a tudo isso, os enjoo e os fortes ventos que em alguns momentos atingia os mastros, mas era necessários as execuções dessas atividades para a manutenção e cuidado com esses tipos de equipamentos, conforme demonstrado na imagem 12.

Imagem 12 – Instrução da escola regimental a bordo do navio Benjamin Constant (1906)



Também, a imagem mostra diversos aprendizes e de várias Companhias somados aos Marinheiros dessa embarcação, tendo aulas práticas de mastreação das velas sobre a supervisão de um militar mais graduado. Eram atividades executadas quase dioturnamente nos navios de guerra para o exercício dos Marinheiros e muito trivial para assimilação do conhecimento.

Na base do conhecimento a bordo, o objetivo era proporcionar a oportunidade dos aprendizes de conhecer e participar de atividades inerentes à embarcação, bem como desenvolver atributos que moldem sua personalidade como um futuro marinheiro, contribuindo assim para a formação e a preparação dos jovens para o futuro, daí a necessidade de aulas práticas, para absorverem a cultura, a tradição, o modo de fazer de agir e saber na Marinha num ambiente hierarquizado e disciplinado.

A construção do saber em um sentido bastante amplo só era significativa à medida que o aprendiz conseguisse estabelecer uma relação mesmo arbitrária, rude e substantiva entre as práticas a bordo e os conhecimentos previamente construídos por eles com teorias obtidas em salas de aula nas Companhias fixas de Aprendizes num processo de desafios e articulação dos significados. De alguma maneira, o adestramento técnico disseminava sua civilidade; ou, na margem oposta, é possível que os mais experientes não tivessem passado pelas Companhias de Aprendizes, não tivessem alguns padrões básicos de treinamento, de educação, capazes de adestrar os menos experientes: mão dupla no desafio do ensino militar naval.

A vida desses homens era repleta de desafios, porém, estava longe de ser fácil. O dia a dia no interior de um navio era marcado por trabalho duro, relações difíceis com os oficiais e com poucas horas de folga. Os tripulantes desses vasos de guerra dependiam, em primeiro lugar, do tamanho do barco e, em geral, variavam no quantitativo de 50 a 200 Marinheiros. Sobre as acomodações, os Marinheiros costumavam dormir em redes na coberta inferior, ou seja, nos alojamentos, junto com os canhões. Algumas poucas camas eram de lonas presas nas pontas por pequenas cordas, muitos dormiam no chão dependendo da inferioridade hierárquica, e em algumas cobertas não havia ventilação; as necessidades fisiológicas quase sempre eram feitas em latrinas que, periodicamente, eram arremessadas no mar; o clima de insalubridade era algo comum, e todos ficavam passivos de doenças contagiosas; os banhos eram racionados, assim como a água, devido aos tamanhos dos tanques de aguada. Suas roupas permaneciam constantemente úmidas, as doenças, como as malárias, eram eminentes,

constantemente tinham que drenar a água infiltrada, a alimentação era composta, na maioria das vezes, por biscoito, carne e peixe salgado, acompanhado de água e vinho, não havia variedades de cardápio tornando rotineira a mesma alimentação. As repetições de alimentos tornavam a refeição enjoativa e, na maioria das embarcações, não havia local específico para fazer as refeições, sendo que elas podiam ser feitas no interior das praças de máquinas pelos foguistas ou no próprio convés, improvisadas. O uso de bebidas alcoólicas, como vinho e aguardentes, era normal para muitos Marinheiros, com intuito de relaxar a mente e amenizar as saudades, esquecer e aliviar o estresse e a violência que sofriam em momentos conturbados, um momento de refúgio da vida de bordo que levavam.

Um parêntese a se abrir e fechar aqui sobre as relações familiares, pois eram conturbadas e quase sem nenhuma perspectiva de estabilidade familiar, devido as longas viagens, os castigos servis e a disciplina despótica e constrangedora que também “não receberiam a permissão de seus comandos a casar-se” (FILHO, 1982, p. 23).

Contudo, os hábitos gastronômicos só passaram a ter nova releitura próximo ao advento da República, em 1890, pelo decreto n. 181, de 24 de janeiro, o qual estabelecia um novo hábito alimentar, prevendo diferenças nos momentos em que o navio estivesse atracado no porto ou em alto-mar, e baseado em três refeições diárias: almoço, jantar e ceia. Um café adicional podia ser oferecido em caso de chuva, frio ou excesso de trabalho. Se a alimentação causasse algum tipo de desconforto estomacal, não havia espaço para o militar se recuperar a longo prazo, o mesmo deveria ser prontamente desembarcado para o hospital.

No afã das pesquisas, após tentativa de cruzamentos dados específicos, permitindo evidenciar como eram realizadas as refeições nas embarcações, em geral, cheguei à conclusão de que não havia nos navios locais apropriados para tal prática, exceto o comandante e dependendo do tamanho do navio, os oficiais, que faziam em câmara própria. Por outro lado, com a evolução das embarcações no estado da arte, elas foram sendo construídas com subdivisões, chamadas de cavernas, que melhor acomodassem a “guarnição”²⁰⁶ em locais específicos. É importante deixar claro ao leitor, que estou me referindo à prática de refeições dos navios a vela, conforme quadro 9.

²⁰⁶ Conjunto de praças que compõem a unidade militar, seja ela na terra ou no mar.

Quadro 9 – Refeições Diárias nos navios da Armada, 1847 (Navios a Vela)

Dias da Semana	Almoço	Janta	Ceia
Segunda	Carne de vaca, Arroz, toicinho, vinagre, farinha e sal	Porco salgado, feijão, toucinho, farinha, sal, vinagre	Arroz com açúcar
Terça	Idem	Vaca salgada, feijão, toucinho, farinha, vinagre, sal	Vaca salgada, azeite, farinha, vinagre, sal
Quarta	Idem	Porco salgado, feijão, toucinho, farinha, sal, vinagre	Arroz com açúcar
Quinta	Idem	Vaca salgada, feijão, toucinho, farinha, vinagre e sal	Vaca salgada, azeite, farinha, vinagre, sal
Sexta	Idem	Bacalhau ou peixe, azeite, farinha, vinagre e sal	Arroz com açúcar
Sábado	Idem	Vaca salgada, feijão, toucinho, farinha, vinagre, sal	Vaca salgada, azeite, farinha, vinagre, sal
Domingo	Idem	Carne vaca, arroz, toucinho, farinha, sal, vinagre	Carne salgada, azeite, farinha, sal, vinagre

Fonte: Arquivo Nacional, Série Marinha, VM 237 AX, Ofícios do Pessoal

A partir de pesquisas aprofundadas em arquivos, não foi encontrado nenhum vestígio de como se davam essas refeições nos conveses dos navios em dia de sol e de chuva, nos dias de vento forte e de mar revolto, mas, pelo bom senso, acredito que isso acontecia em dias calmos sem nenhuma intempérie do mar.

Outro ponto percebido diz respeito à questão da madeira e do ferro, já que não era apenas uma questão de abandonar as madeiras na construção dos navios e inserir o ferro junto com o vapor na estética naval, pois o uso de homens submetidos e privados de conforto a bordo seria mais do que uma exigência no cumprimento das funções, era oferecer a eles algo que não suportavam por muito tempo. Já, por outro lado, por mais que os carvoeiros, maquinistas e foguistas se esforçassem para manter suas obrigações atinentes à operacionalidade das máquinas, muitos desses homens, e até podemos dizer jovens, na maioria, não tinham “subsídios”²⁰⁷ suficientes para se manter por muito tempo na condução das máquinas, eram “homens de pau” em navios de ferro. Também, cabe aqui informar que o periódico criado por oficiais, em 1851, com o objetivo de divulgar a Marinha de Guerra, a

²⁰⁷ Talvez os decretos de 1857 e 1863 foram os subsídios necessários para, de certa forma, “melhorar” ou amenizar as atividades dos maquinistas. Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1857 e 1863. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 10 out. 2018

“*Revista Marítima Brasileira*”²⁰⁸, considerava o serviço de bordo como um castigo bárbaro e aviltante.

A vida no cotidiano desses homens, na história, é repleta de significados e embates, por isso que “é o efeito na vida cotidiana que dá importância a um fato histórico” (HELLER, 1972, p.20), e é por isso também que nos apropriamos disso para desvelar as “microrresistências”, espécie de subversão silenciosa das massas contra as imposições sociais e a ordem estabelecida naqueles espaços, em alguns momentos de penúria. Desta maneira, fica claro que essa vida de martírio possibilitava ao militar, quando o navio atracasse em porto, a deserção, mas era um caminho perigoso, devido à legislação pautada no artigo 80, que dava ao comandante do navio poderes de usar os castigos corporais na centralidade da punição no cotidiano dos navios brasileiros. Isso também não quer dizer que havia aceitabilidade dos fatos e falta de resistência, pois a chibata ou o chicote era visto como forma punitiva independente da idade do transgressor, fato este comprovado em um dos navios da Marinha, que estava passando em Gibraltar,

Houve um levante contra seu comandante. A causa principal da sedição foram os castigos corporais. **Na volta para o Brasil** em São Miguel, Portugal, pelo mesmo motivo, levantou-se, novamente, a tripulação, que foi dominada e os responsáveis barbaramente castigados (MOREL, 1959, p. 28, grifo nosso).

A forma de tratamento violenta e constrangedora, dispensada à marujada, ensejando as mais diversas formas de resistência ao recrutamento compulsório, remetia muitas vezes ao subalterno desanimar de continuar servindo à Pátria, após longos dias de mar. O historiador institucional Almirante reformado Hélio Alonso Martins, ou seja, aquele dedicado única e exclusivamente a estudos referente à sua instituição, ao estudar os Marinheiros, em parte daquele período, se apropriando da reflexão de outro profissional da história acrescenta que “aqueles diminutos esquifes de madeira permaneciam no mar centenas de dias, com alimentação deteriorada e reduzida, escorbuto corroendo as gengivas pela falta de vitaminas, água tornando-se cada momento mais poluída” (MARTINS, 1988, p. 84). Outro exemplo típico à época é descrito por Adolfo Caminha como um homem de imponência muscular, mais forte do que os outros Marinheiros, benevolente e voluntarioso. Por esses adjetivos, é chamado de “Bom-Crioulo”, devido à sua transgressão no alto-mar, a bordo da corveta, ou

²⁰⁸ Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos, 263, 01, 02, de 8 de março de 1851 – dezembro de 1852; janeiro – fevereiro, julho – dezembro de 1853; janeiro de 1854 – 28 de julho de 1855.

seja, por ter esmurrado um marinheiro de segunda classe chamado Aleixo, dessa forma ele é punido, legítima por um caráter punitivo, como forma de resistência ao transgressor, se apropriando de violência extremada no corpo daquele que de certa forma contribuía para não só o crescimento quanto para manutenção da Força Naval:

Bom-Crioulo tinha despido a camisa de algodão, e, nu da cintura para cima, numa riquíssima exibição de músculos, os seios muito salientes, as espáduas negras reluzentes, um sulco profundo e liso dalto abaixo no dorso, nem sequer gemia, como se estivesse a receber o mais leve dos castigos. Entretanto, já iam cinquenta chibatadas! Ninguém lhe ouvira um gemido, nem percebera uma contorção, um gesto qualquer de dor. Viam-se unicamente naquele costão negro as marcas do junco, umas sobre as outras, entrecruzando-se como uma grande teia de aranha, roxas e latejantes, cortando a pele em todos os sentidos (CAMINHA, 1997, p. 21).

O processo de punição que se desenrola nas embarcações representaria uma *via-crucis*, a punição só aumentava a empatia entre as duas classes hierárquicas tornando cada vez mais o sentimento de ojeriza pela vida de bordo, causando permanentemente um clima tenso nas rotinas das guarnições. Diante disso, é oportuno refletir sobre o tipo de tratamento que era dado àqueles subalternos, embora seja o escopo da pesquisa nesse capítulo, porém, carece de mais fontes primárias para detalhar a “rotina a bordo”²⁰⁹. Tal questionamento se revela como uma relevante estratégia dos oficiais em regular as rotinas e comportamentos daqueles militares, necessárias para manter o bom andamento das práticas a bordo.

Com essa questão se faz a pergunta: como esses grupos conseguiram as transformações necessárias, partindo da mente dos oficiais? Talvez, essa pergunta só possa ser respondida a partir de 1910 com a revolta dos marinheiros ou da chibata sobre a liderança de João Candido (MOREL, 1959; MARTINS, 1988; NASCIMENTO, 2001 e 2002). Pelo menos o que posso discorrer é que, cerca de dois mil anos atrás, o apóstolo Paulo declarou: “e não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente [...]”²¹⁰. O que devemos extrair e enfatizar dessa verdade milenar é que a autêntica transformação tem como pilar elementar a renovação do comportamento pela mente. É impossível transformar sem que haja a renovação da mente e, no caso da transformação do comportamento dos oficiais, as mentes dos públicos internos detentores do “poder”.

²⁰⁹ Por causa de falta de fontes aqui no Brasil, pautei-me no trabalho do historiador Amândio Morais Jorge Barro (2005), o qual pesquisou sobre o funcionamento das rotinas a bordo daqueles que chamam de “gente do mar” embarcados nos navios portugueses no século XVI.

²¹⁰ Bíblia sagrado de estudo de Genebra - Carta do apóstolo Paulo aos Romanos, Capítulo 12, Versículo 2.

Do ponto de vista desses homens, da política do Estado imperial difundia-se a instrução do ensino técnico primário desses “pobres coitados”, permeados pela rigidez e dureza, sem lhes conceder nenhum tipo de subsídio em suas tarefas diárias de forma a forçar o “espírito de associação” entre homens e máquinas. Essas características impositivas foram herdadas pelo Brasil Império da administração colonial, e mantinha-se a delegação dos poderes aos indivíduos da classe superior que representavam o Estado em locais onde ele próprio não poderia alcançar.

O que se percebe é que a Marinha do Brasil, instituição que se fez presente nos principais acontecimentos beligerantes e que buscava contribuir, com relevância, para aquele presente e no futuro do País, teve a participação e a contribuição dessa categoria de sujeitos das máquinas, sendo da base social em suas fileiras, cujos egrégios feitos, mesmo com as dificuldades e precariedades encontradas a bordo, alçaram ao patamar de servir à Pátria.

Diante disso, mesmo em certo momento não terem alcançado o *status* de militares, eles precisavam de outros componentes para o engajamento das fainas.

E possível compreender que a Marinha, perceber o avanço tecnológico, era vista como importante para a consolidação do Império, pois a vitória, em certos momentos, “dependia do mar” (MONTEIRO, 1981, p. 550). Isso tudo porque a Armada tinha que continuar atuando na manutenção do Estado vinculada à preservação do mercado interno e à delimitação da costa (*Ut ipossideti*)²¹¹.

Devido ao tamanho da costa, com o surgimento da navegação a vapor e o emprego de ferro e, posteriormente, do aço na construção dos navios, com a especialização de certas categorias, foram sendo incorporados: eletricitistas, telegrafistas, engenheiros construtores de máquinas em um processo contínuo, ou seja, as marinhas foram, profunda e continuamente, se modificando com os avanços da indústria, o que transformaria cada vez mais o homem de ferro em homem de pau, pela melhoria das condições a bordo. Mesmo que esses enfeitados recebessem alimentação, fardamento, soldo mensal, educação elementar, náutica e religiosa, isso não justificava o tratamento dado a eles, nada disso os impedia de desertar. Muitos desses

²¹¹ Esse termo é oriundo do direito Romano, do qual os portugueses se apropriaram para fazer diplomacia nos tratados de definições de fronteiras no período colonial. Posteriormente, o mesmo princípio foi adotado pela diplomacia imperial brasileira na resolução de pendências fronteiriças, até o início do século XX. Esse tratado foi utilizado pela diplomacia portuguesa com intuito de definir as fronteiras no período colonial, usado pelo ministério das relações exteriores, esteve sob a direção de José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do Rio Branco para beneficiar os lusitanos. Ver em (MAGNÓLI, 1997, p. 74-75; NETO, 2001, p. 20; BANDEIRA, 2010).

elementos, mediante as condições a bordo, se transformaram em homens de ferro em navios de pau e outros, homem de pau em navios de ferro, pois, para sobreviverem ao calvário da vida de bordo, era necessário dar-lhes mais dignidade e cidadania. Foi desta forma que o rumo da educação militar naval deu uma virada na expansão dos centros de formação de Marinheiro, mais conhecidas como Companhias de Aprendizes, em 1855, quando o projeto das Companhias de Aprendizes-Marinheiros emerge como uma política de cunho expansionista.

Desta forma, as Companhias de Aprendizes foram fundamentais no processo, ainda que parcial e incompleto, de instrução e educação formal dos Marinheiros. Mas, para uma melhor forma de quebrar alguns paradigmas, foi necessário implantá-las, fixá-las e fazer a expansão delas por boa parte do Brasil.

5. A (RE) FORMULAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA NA FORMAÇÃO DE BASE: IMPLANTAÇÃO, FIXAÇÃO E EXPANSÃO DAS COMPANHIAS DE APRENDIZES

A Marinha, como já foi dito, caracterizada pelo surgimento dos novos navios a vapor, começa a viver outra realidade referente a seu pessoal. Trata-se, então, de um momento diferente para marcar o fim de período histórico de uma só Companhia, isso porque o processo que desencadeou esse fato foi a inovação tecnológica, instigando as autoridades a inserir, na instrução militar naval, uma técnica capaz de organizar o processo de tripular os navios com elementos da base, na forma de disciplinar o Marinheiro e a formação de mais Marinheiros.

A Marinha havia tido quarenta e seis ministros que comandaram a pasta, entre os períodos desde 22 de outubro de 1822 até 14 de junho de 1855. Houve, portanto, um revezamento de ministros com personalidade de estadistas, em que boa parte deles tinha ligação direta com o partido conservador, muitos estavam inseridos, mesmo alguns sendo militares em lutas internas entre a proscrição dos liberais da vida administrativa e os conservadores. Entre esses ministros, que comandaram a pasta, estava a figura daquele que foi um dos mais importantes, “Joaquim José Rodrigues Torres”²¹², mais conhecido, pelo professor, jurista e escritor João Lyra Tavares, como “a luneta do Império”²¹³, e que foi ministro no primeiro e parte do segundo reinado. Após Torres, a partir de 1849, no momento em que as ebulições provinciais “cessaram”, surge um gabinete saquarema, isto é de conservadores, compostos por conselheiros e deputados, que consolida suas ações através de aprovação

²¹² Nascido em 13 de dezembro de 1802, em Porto das Caixas, Vila de Itaboraí, na província do Rio de Janeiro, ele diante de uma Câmara de maioria liberal, condecorado com várias ordens, foi agraciado com o título de Visconde de Itaboraí. Recebeu esse título nobiliárquico por decreto de 2 de dezembro de 1854, e exerceu a pasta da Marinha por oito vezes: de 28 de outubro de 1831 a 3 de agosto de 1832, de 8 de novembro de 1832 e 30 de julho de 1834, de 18 de setembro de 1837 a 16 de abril de 1839, de 23 de maio de 1840 a 23 de julho de 1840. Foi discente de humanidades do Seminário de São José, no Rio de Janeiro, cursou a Universidade de Coimbra, em 1821, formando-se em bacharel, em 1825. Alinhado aos conservadores, foi o primeiro presidente de província, no caso Rio de Janeiro, deputado, senador, conselheiro de Estado, ministro e presidente do conselho por várias vezes. Ocupou, em 1868, um momento político crítico para o Império, o Ministério da Fazenda. Sua nomeação, pelo Poder Moderador, visava à reafirmação do poder do Imperador, pois era o único representante vivo do Regresso. Ver mais em (VAINFAS, 2002, p. 408; FREIRE, 2014, p. 61 e BOITEUX, 1838). “Visconde de Itaboraí: Joaquim José Fernandes Rodrigues Torres”. In: Coleção Titulares do Império. Arquivo Roberval Bezerra de Menezes. Rio de Janeiro: IHGB lata 11, pasta 25. Cabe aqui uma observação: apesar do nome desse ministro ter aparecido várias vezes nesse trabalho, optei, por questão técnica/conveniência, inserir um pouco de sua biografia aqui nesse ponto.

²¹³ Rodrigues Torres recebeu, no mínimo, uma extensa e meticulosa biografia detalhada sobre os pormenores de sua vida militar e civil. Para saber por completo sobre sua trajetória social, ver FILHO, João Lyra. s/d.

rápida de projetos referente à Marinha. No segundo Reinado, a Marinha despontou ministros que tiveram como responsabilidade as Companhias de Aprendizes, dando início a uma nova fase na questão educacional da base militar, conforme quadro 10.

Quadro 10- Ministros que comandaram a Marinha em parte do segundo reinado²¹⁴, entre 1849 a 1864

Função	Ministros	Título nobiliárquico	Períodos
Conselheiro	Dr. Manuel Vieira Tosta	Marques de Muritiba	1849-1852
Conselheiro	Zacarias de Gois e Vasconcellos	-	1852-1853
Deputado	José Maria da Silva Paranhos	Visconde do Rio Branco	1853-1855
Conselheiro	Dr. Maurício M. Wanderley	Barão de Cotegipe	1855-1856
Deputado	José Maria da Silva Paranhos	Visconde do Rio Branco	1856-1857
Conselheiro	José Antonio saraiva	-	1857-1858
Conselheiro	Antonio Paulino Limpo de Abreu	Visconde de Abaeté	1858-1859
Conselheiro	Dr. Francisco Xavier Pais Barreto	-	1859-1861
Chefe de Esquadra	Joaquim José Inácio	Visconde de Inhaúma	1961-1862
Almirante	Joaquim Raimundo Delamare	Visconde de Delamare	1862-1864

Fonte: (SOUZA, 1988 Apud NETO, 2001, p. 82)

Por uma questão técnica, fiz o recorte entre 1849 até 1864, devido ao início da Guerra do Paraguai. Naquele período, o ex-ministro da Marinha, Torres, assim como Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde do Paraná, presidente do 12º gabinete, no segundo reinado, comandado por ele, entre 6 de setembro de 1853 a 4 de maio de 1857, considerado um dos mais completos estadistas da monarquia, tentaram, com êxito, dentro do ministério, conciliar ou irmanar os dois partidos rivais.

Honório Hermeto Carneiro Leão, na sessão da Câmara do Senado, de 12 de setembro de 1853, trazia o discurso apaziguador e negociador quanto à ideia de união dos políticos em prol da conciliação:

[...] o gabinete nada tem com o tempo passado, os seus membros não se consideram nem como luzias nem como saquaremas, estão todos de acordo em administrar o país segundo as suas necessidades atuais. Portanto aqueles que apoiam e compartilham o pensamento do ministério são ministerialistas, qualquer que tenha

²¹⁴ O segundo reinado é um período da história do Brasil inerente ao Império do Brasil que compreende 49 anos, iniciando-se com o fim do período regencial, em 23 de julho de 1840, com a declaração de maioria de Pedro de Alcântara ou D. Pedro II, e tendo o seu término em 15 de novembro de 1889, com o fim da monarquia constitucional e o início da República.

sido, ou seja, o seu partido; e os que não apoiam e compartilham esse pensamento, não sendo os mais aptos para executá-lo, não podem ser nomeados para os empregos políticos.

Assim, com vistas a atender algumas prioridades e unir as agremiações partidárias em sentido amplo, procuraram também dinamizar as reformas que já vinham se procedendo na Armada, os conservadores, incluídos os gabinetes da conciliação, que, segundo Holanda:

A conciliação de 1853, inaugurando a época da transação, segundo o nome que lhe deu Justiniano José da Rocha, se por um lado entorpece a fúria das contendas partidárias, deixa a liberdade mais ampla à Coroa na escolha dos ministros. Durante treze anos, a contar de 1850 não houve necessidade de recurso à dissoluções da Câmara (a última fora decretada em 1849), a princípio por causa do desbarato dos liberais ou luzias, que deixou os conservadores ou saquaremas donos quase incontestados da situação, depois porque praticamente tendia a esvair-se, graças à iniciativa conciliatória, muito aprovada por Sua Majestade, a linha divisória entre ministeriais e oposição. Resultava, do meio desta política sonolenta, sobressair-se a Coroa que, dispensada de atender ao jogo das facções, era convertida em fator decisório por excelência. Tentou-se golpear o poder das oligarquias provinciais com a introdução do sistema de eleições por distritos de um só deputado (lei 842 de 19 de setembro de 1855), logo atenuando nos seus efeitos pelo dos círculos de 3 deputados (lei 1082 de 18 de agosto de 1860) mas nada impedia, ao contrário, que se desenvolvesse um poder oligárquico centralizado que ia girar em volta de São Cristóvão. A disputa entre facções mudara-se na disputa pelos favores do Paço (HOLANDA, 1985, p. 61).

Naquele momento da conciliação, o país estava repleto de tradicionais facções antagônicas, o que, mesmo assim, não impediu que os conservadores se desagregassem. Muitos desses políticos, como o Visconde do Paraná, já estavam pensando no aprimoramento do padrão educacional da população. Por isso, ele afirmava, em seu discurso no parlamento, que “[...] que devemos procurar melhoramentos, não só materiais, mas também intelectuais e morais [...]. Propomo-nos a organizar a instrução pública primária, secundária e superior, cuidaremos com muita especialidade na instrução do clero e mesmo na educação [...]”²¹⁵.

Com isso, trazia a proposta de um progresso e uma reorganização do quadro da instrução pública: “[...] pertencemos à opinião, tal qual eu e meus nobres colegas a professamos, não exclui o progresso; pelo contrário, entendemos que não há boa conservação sem que também progresso [...]”²¹⁶.

²¹⁵ BRASIL. Anais do Senado, sessão de 10 de setembro de 1853. Disponível em imagem.camara.gov.br. Acesso em 14 mar. 2019.

²¹⁶ BRASIL. Anais do Senado, sessão de 10 de setembro de 1853. Disponível em imagem.camara.gov.br. Acesso em 15 mar. 2019.

Por um lado, a predominância dos interesses da facção conservadora se tornou responsável por duas formas de controle da expansão do ensino militar naval: o controle qualitativo, feito através de criação de normas que envolviam decretos e leis que favoreciam o controle social e a expansão do ensino, nos espaços de formação, dentro de uma estrutura rígida, discriminante e seletiva; e o controle quantitativo, que exerceu a função de expandir e descentralizar os locais de formação de distribuição dos recrutas, por meio de medidas e deliberações. Dentre as providências do gabinete de conciliação, em que gravitavam suas ações baseadas no consenso, estava a aprovação do regulamento para reforma do ensino primário e secundário do município da Corte (1854)²¹⁷ e, no que diz respeito à Marinha, a criação do Concelho Naval (1856). Outro dado importante sobre as condições do ensino primário na Corte era a pouca quantidade de escolas nas províncias. A maioria das informações prestadas pelas inspetorias e presidências das províncias da instrução primária e secundária foi relatada conforme destacado no quadro 11.

Quadro 11 – Instrução pública primária e secundária no Império, em 1854

Instrução Primária			Instrução Secundária		
Províncias	Escolas	Discípulos	Liceus ²¹⁸	Aulas Avulsas	Discípulos
Minas Gerais	232	13.235	3	23	636
Bahia	200	7.687	1	19	550
Rio de Janeiro (Corte)	177	6.236	3	13	354
São Paulo	162	5.559	1	29	275
Pernambuco	103	3.801	2	8	290
Alagoas	73	3.732	1	6	167
Rio Grande do Sul	97	3.481	1	-	69

²¹⁷ Diante da necessidade de melhorar a educação, criou-se o Decreto nº 1331-A de 17 de fevereiro de 1854, que estabelece o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Tal percepção se deu se apoiando na legislação como uma estratégia política para promover, por meio da escola, a civilização da população, e, por outro lado, um mecanismo de fortalecimento entre os súditos, Estado e os cidadãos, alimentado a ideia de que esta forma inédita de regulamentação, tinha como finalidade, instituir práticas gerais relativas ao ensino público em caráter particular.

²¹⁸ Devido a algumas autoridades se basearem no sistema de ensino Francês. Na França, o ensino privado e principalmente o público eram chamados de Liceus, porém, aqui no Brasil, tinham esse nome em alguns estabelecimentos de ensino e se apropriaram dessa nomenclatura, isso não significa que todos os órgãos de ensino primário e secundário chamados de Liceu no Brasil teriam a mesma característica dos Liceus na França. Entretanto, nos Liceus, para não influenciar os jovens sobre as ações dos conquistadores e aqueles com poder de influenciar a sociedade na questão da resistência, o ensino de história era censurado. Falava-se um pouco sobre Henrique IV e Louis XIV, mas não se dizia quem eram os Bourbons, quem seriam seus herdeiros legítimos e nem que eles viviam na Inglaterra. Ver mais a respeito em Démier (2000).

Quadro 11 – Instrução pública primária e secundária no Império, em 1854

(conclusão)

Sergipe	54	2.700	1	9	215
Ceará	53	2.572	1	8	360
Maranhão	56	2.227	1	12	296
Pará	45	1.860	1	4	116
Goyas (sic)	31	1.393	1	-	41
Parayba do Norte (sic)	37	1.345	1	-	87
Santa Catarrina	40	1.312	-	1	40
Rio Grande do Norte	34	1.306	-	6	111
Espirito Santo	28	956	1	-	72
Paraná	25	755	-	2	15
Piauhysic)	32	700	1	1	16
Matto Grosso(sic)	13	429	-	2	52
Amazonas	14	414	-	5	41
Total	1506	61.700	20	148	3.803

Fonte: Relatório do Império, 1854, p. 71-72. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/100, acesso em 14 mai. 2020

Tive que demonstrar com números como estava a situação da educação de base, sem citar, é claro, a educação privada, as escolas régias e confessionais no Brasil. Observa-se como ainda era pouco o investimento na cultura dos iletrados na sociedade, isso porque não havia interesse dos pais, conforme abordado no Capítulo 3, em ter seus filhos em escolas, devido à necessidade dos mesmos como mão de obra nas lavouras.

A historiadora Lívia Beatriz (2014) defendeu a hipótese, em sua tese de doutoramento, de que o Rio de Janeiro foi um laboratório da escola normal fluminense, um espaço que se constituiria, como no caso francês, enquanto estratégico na formação capacitada de professores primários atrelados às ações do Estado monárquico centralizador e instrutor. Mesmo que a intenção fosse relevante para os grupos subalternos, ainda assim, havia a real importância para muitos, sobre a inserção de seus filhos no ensino primário. Segundo Schueler:

A instrução primária foi entendida como a instrução popular por excelência destinada a toda a população livre. Incluindo as crianças provenientes das famílias pobres, a escola primária pretendia constituir um espaço de integração e inclusão social, preparando-as para a aquisição futura de uma instrução profissional. Por

outro lado, ao limitar ao nível primário a “dívida sagrada e restrita” do Estado, a escola também buscava excluir, criando e recriando hierarquias, diferenciando as crianças pobres daquelas pertencentes à “boa sociedade” (SCHUELER, 1999, s/p.).

Isso poderia ser um paliativo para reduzir o analfabetismo e ajudar a profissionalizar, em algum conhecimento técnico ou em alguma profissão, a juventude. Vários institutos, como os Asilos de Meninos Desvalidos, criados em 1875, visavam ao assistencialismo dos meninos livres que perambulavam pelas ruas e para a educação dos ingênuos, além de prover a educação profissional. Segundo Cunha (2000, p. 5), “a aprendizagem, assumiam o trabalho manual de tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, sapataria e outros”.

Na Marinha, os meninos pobres livres adquiriam aula elementar e, se demonstrassem competência, possivelmente, poderiam ser direcionados para a aprendizagem de um ofício nas oficinas particulares ou em Arsenais de Marinha e de Guerra, mediante acordo com o Estado. Muitos desses jovens estavam fazendo parte de um processo de recrutamento e até de seleção, presente em diferentes formas na sociedade, conforme discutido em alguns momentos nesse trabalho. Certamente, esse é um dos processos mais importantes das duas forças militares da época, usando jovens “paisanos”²¹⁹ para adquirir tipos variados de instrução através da farda. Para a historiadora Sabrina Loriga, “imersos desde a infância no mundo do trabalho, muitos jovens vestiam a farda sem nunca ter passado pela escola” (LORIGA, 1996, p. 33).

Muitos países, na segunda metade do século XIX, como França e Itália, exerciam a importante obra de alfabetização de sua população não só infantil como também do gênero masculino. “Na França, a ideia de instruir os jovens cidadãos analfabetos remonta à revolução, quando a convenção decidiu abrir cursos de leitura, escrita e aritmética, nos navios da República [...]” (LORIGA, 1996, p. 33). No contexto mais nacional, as Companhias de Aprendizes tiveram seu papel importante, sobretudo, próximo da metade do século XIX. As possibilidades educativas da Marinha não se restringiam apenas às formas rústicas envolvidas pelo regulamento sanguíneo, mas também estabeleciam certo paternalismo com o objetivo de moldá-los de forma mais nacional e técnica.

²¹⁹ É um vocábulo para denominar pessoas civis, que não fazem parte do mundo militar. Segundo Castro (2004, p. 42), “a origem de ‘paisano’ está no francês paysan (camponês, rústico)”. O equivalente a ‘paisano’, em termos conotativos, seria ‘milico’, depreciativo do militar.

A partir de 1840, com o primeiro órgão fixo de formação, deu-se início um momento de maturação. Com isso, como já se sabe, além da única Companhia de Aprendizes, tinha também o Corpo de Imperiais Marinheiros ao qual a Companhia era adida. Esse corpo compunha-se de certo número de Companhias de adultos, conforme a lei tivesse determinado. O Corpo de Imperiais Marinheiros nasceu com o intuito de ser o diferencial entre os Marinheiros das Companhias, embora a entrada tenha sido pelos mecanismos do voluntariado ou do recrutamento. Esses órgãos recrutavam, formavam e abasteciam quase todas as unidades de terra e mar da Marinha. Dessa forma, ela atuava de modo que era

[...] um depósito central de marinheiros, cabos e sargentos, de onde eram distribuídos por todas as unidades navais da Armada: fortalezas, departamentos e navios de guerra espalhado pelo Brasil. Dessa forma o indivíduo poderia sair de Pernambuco com destino ao Corpo, na cidade do Rio de Janeiro a fim de jurar bandeira e dali ser destacado para [...] qualquer outra província em que existisse um posto desocupado.[...] Assim o Corpo funcionava mais como um ponto para transferência de marinheiros, cabos e sargentos do que um lugar em que se fixavam por anos (NASCIMENTO, 2002, p. 100).

A Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro gerenciava a carreira do pessoal militar, de acordo com as diretrizes emanadas pelas propostas de fixação de força, de modo a contribuir para a otimização da capacitação e do emprego desse pessoal na Marinha, por meio de planos, programas de planejamento de pessoal, atendendo às necessidades da instituição. Fica uma ressalva: devido à necessidade, o governo tinha autorizado completar o Corpo de Imperiais Marinheiros, o Batalhão Naval e a Companhia de Imperiais da província de Mato Grosso²²⁰. Essa Companhia, devido ao fato de ser um posto avançado, era uma das mais isoladas da Corte, e funcionava com um grupo elevado de aprendizes que guarneciam unidades de terra e pluviais naquela região, desde 1851, para exercer funções navais e adquirir conhecimentos das funções marinheiras. Conjuntamente, a presença de uma Companhia por lá realizava “as necessidades de defesa de uma área de fronteira, o que justifica sua presença em Mato Grosso” (SILVA; ALBUQUERQUE, 2014)²²¹.

²²⁰ BRASIL. Lei 613 de 21 de agosto de 1851, Art. 2, 3 e 4. Fonte: [imagem/camara.gov.br](http://imagem.camara.gov.br). Acesso em 24 jan. 2019.

²²¹ Havia, naquele momento, a preocupação com a fronteira, o que era evidenciado em documentos oficiais do Ministério dos Negócios da Marinha. O próprio Aviso Imperial de 1857 registrava a necessidade de criar um Arsenal de marinha em algum ponto do Rio Paraguai, com fim de defesa do Forte Coimbra, da navegação do litoral do Paraguai dentro de nossos limites. Para saber mais sobre o assunto, ver em VOLPAT, 1993; SILVA; ALBUQUERQUE, 2014.

Assim como no Mato Grosso, as “ações que se expandiram por intermédio das Companhias de Aprendizes, vindo a constituir-se em iniciativa de instrução para a profissionalização dos marinheiros” (DIAS, 2017, p. 25). Essa expansão fazia parte de um repertório que se proliferava por boa parte do Império, usufruindo da Marinha como baluarte para tamanho propósito. Por isso, expandir esse modelo para as demais unidades da Administração Naval nas províncias era o propósito de reformulação do sistema centralizador da administração conservadora, mesmo que, de forma ampla, era “impossibilitada de expandir suas fronteiras, o Estado imperial era obrigado a empreender uma expansão diferente: uma expansão para dentro” (MATTOS, 2005, p. 26).

A Companhia de Mato Grosso, segundo Crudo (2000, p. 1), “foi a primeira instituição a desenvolver ali o ensino profissional no Arsenal de Guerra, localizada na cidade de Cuiabá, no período de 1842 a 1899, visando prepará-los, em ambiente militar, para o mundo do trabalho”. Além das aulas de primeiras letras, os meninos aprendiam os ofícios de sapateiro, tanoeiro e carpinteiro. Esse propósito de profissionalização, somado ao ensino militar, não foi o marco inicial em uma esfera mais consolidadora no intuito de formar a base para a expansão, mas se tornava um quadro refletivo, para que nas outras províncias viesse a ser problematizada a arte de encurtar mais a distância da ampliação de outras Companhias. É verossímil que essas foram ações que se voltavam também para o quadro evolutivo que a Marinha estava sofrendo em relação aos seus meio navais técnicos. Diante disso, se tornava clara a fixação, a organização e a disciplina da Força naval e, por isso, as propostas tinham o intuito de realizar mudanças, aprovar metas e fixar um corpo de homens que pudesse servir em torno da corporação.

Visando ao plano de expansão, em quase todas as épocas daquele século, a Marinha fixaria o efetivo com que cada estado da federação apoiaria para a composição do corpo de Marinheiros nacionais. Parece-me poder concluir que o sistema de fixar as Companhias acarretava problemas com os erários, com os problemas públicos, técnicos e militares, e somava-se à circunstância dos dispositivos dessemelhantes de composição das guarnições, o recrutamento, os prêmios e o engajamento. Por outro lado, na questão militar, isso dizia respeito a deserções, tanto quanto aquelas que puniam Soldados e Marinheiros que as normas permitiam, bem como discipliná-los por negligência ou conivência – o que revelava o quanto as estratégias da Marinha buscavam fixar as praças a bordo.

Pensando nas punições, as autoridades imediatamente superiores não se inibiam de tomar ciência da infração, e, portanto, de fixar a pena que se conjecturava mais adequada, ou, se depender de como foi cometida pelo inferior, de fazê-la cessar, diminuí-la ou aumentá-la, conforme a jurisdição da Marinha. Convém ressaltar que, para fixação e expansão, a punição exagerada não seria um bom negócio, pois afetaria diretamente no efetivo da força.

Já a busca de uma reformulação de ideias em um novo paradigma na formação de bases que vinham do mundo externo, incitava a implantação e fixação de novos quartéis, iniciando assim a expansão desses órgãos em cada província, nascendo a partir de então as Companhias de Aprendizes, com um número expressivo de jovens.

O quantitativo de menores a ser autorizado pela instituição era estipulado anualmente a partir da Lei de fixação da força naval decidido pelo imperador. Com isso, de imediato, devido à evolução tecnológica, era necessário o aumento gradativo no efetivo da Armada, conforme quadro 12, e se fazia necessário expandir os órgãos de formação e recrutamento. A Companhia da Corte, devido ao aumento das embarcações, não estava suprindo a falta da marujada, conforme se observa no quadro abaixo.

Quadro 12 – Mapa anual do Corpo de Imperiais e das Companhias de Aprendizes da Corte, em 1855

Situação do pessoal	Estado maior	Estado menor	Companhias			Forças das Companhias			
			Oficiais de Patente	Praças de pret.	Total	Estado efetivo das Companhias	Oficiais de Patente	Praças de pret.	Total
Prontos no Quartel	8	7	10	103	138	1ª companhia	1	106	107
Presos no Quartel	-	-	-	5	5	2ª Companhia	-	92	92
Prezo na província de Sergipe	-	-	-	1	1	3ª Companhia	1	85	86
Doentes no Hospital	-	-	-	12	12	4ª Companhia	1	93	94
Inspecionados	-	-	-	2	2	5ª Companhia	-	90	90
Destacados	-	-	1	964	965	6ª Companhia	-	90	90
Extraviados	-	-	-	3	3	7ª Companhia	1	92	93
Em serviço fora do Quartel	-	-	2	12	14	8ª Companhia	-	97	97
Cumprindo sentença na ilha das cobras	-	-	-	3	3	9ª Companhia	1	89	90
Licenciados	-	-	-	1	1	10ª Companhia	-	103	103
Estado efetivo	8	7	13	1116	1144	11ª Companhia	1	90	91
Faltam a completar	-	2	12	191	205	12ª Companhia	-	89	89

Quadro 12 – Mapa anual do Corpo de Imperiais e das Companhias de Aprendizes da Corte, em 1855

(conclusão)										
Excedem	-	1	1	59	61	13ª Companhia	-	-	-	
Estado completo	8	8	24	1248	1288	14ª Companhia	-	-	-	
Diferença do Mapa que acompanham o Relatório de 1555						Instrução	Estado efetivo	-	21	21
Passarão	Da Companhia de Aprendizes p/ o Corpo				80	Aprendizes- Marinheiros	Prontos no Quartel	1	29	30
	Da Companhia de Instrução p/ o Corpo				31					
Assentaram praças					46	Doentes no Hospital	-	5	5	
Capturados de deserção					11					
Apresentados de deserção					7					
Soma					175	Destacados	-	-	-	
Desertaram					145					
Tiveram baixa					49					
Faleceram					72	Estado efetivo	-	131	132	

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1855, p. 67, anexo “H”

Observa-se que, se levar em consideração os desertores, com as baixas, os falecimentos, sejam para mais ou para menos, tem-se um total de 266 aprendizes a menos, tendo em conta os doentes (5) e os (11) capturados naquele ano. Isso demonstra que a Companhia do Rio de Janeiro não estava suprindo o desejado e ainda tinha (92) presos que se tornavam peças improdutivas passivos de serem expulsos.

Este mapa anual, elaborado pelo comandante-geral, o Capitão de Mar e Guerra, Francisco Manoel Barroso, e por seus assessores, mesmo com 14 companhias e mais uma na ilha de Boa Viagem, demonstrou que as evasões eram numerosas, o que para a Marinha se tornava muito caro, devido ao fato de alguns desertarem. Somado aos números de aprendizes que estavam para assentar praça, formar a base não era uma missão tão simples,

principalmente com a Marinha sofrendo renovação de seus vasos, conforme se destaca no quadro 13.

Quadro 13 - Panorama da renovação da Armada

Embarcações	Períodos		
	1851	1864	1868
Vela	49	15	06
Vapor de rodas	10	15	21
Vapor de hélice/misto	-	13	51
Vapor encouraçado	-	-	16
Total	59	41	94

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1851-1868 Apud NETO, p. 88

É importante assinalar que a Marinha buscava reaparelhar seus meios a fim de que pudesse executar o papel de atestar o monopólio do “domínio do mar”, em sua jurisdição, na qual a liberdade das comunicações retrataria um ingrediente vital para a nação, ou seja, essa área setorial compreenderia as linhas de comunicação ao longo do litoral e entre os principais portos. Com a renovação da frota de navios, observando a evolução tecnológica em seu processo de (re)formulação, haveria a necessidade também do aumento no quantitativo de material humano, pois, naquele período, a vela já não estava mais tão presente nos navios, a quantidade de oficiais já satisfazia a Marinha e só faltava então aumentar o efetivo da marujada. Esse aumento de Marinheiros era tensionado em debates durante os períodos vigentes, o contingente tanto do Exército quanto da Marinha era elaborado por propostas de Fixação de Forças levado a debates pelos ministros militares, ou seja, Ministro da Marinha e Guerra, nas casas parlamentares, e decidido por votação no Plenário da Câmara. As propostas eram utópicas quanto ao quantitativo de Marinheiros desejados, pois nunca chegavam ao proposto. Na sessão da Câmara dos Deputados, iniciada no dia 10 de maio de 1854, as 10:30, sob a presidência do Sr. deputado Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Visconde de Baependy, teve-se como proposta do Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, em Ordem do Dia, a fixação das forças de mar para o ano de 1855-1856, e conforme a lei “em circunstância extraordinária 3.000 praças de marinhagem e de “*prét*”²²²

²²²A palavra *Prét*, em francês, significa pronto, ou seja, Marinheiros prontos, desta forma isto me faz pensar que o projeto original das Companhias de Aprendizes, inspirado pela influência de Joaquim José Rodrigues Torres,

dos corpos de Marinha embarcados em navios armados e transportes, e de 5.000 em circunstâncias extraordinárias”²²³.

À frente de um dos maiores desafios que a Marinha tinha sobre seu efetivo, nas circunstâncias extraordinárias, havia como proposta usar os Artilheiros/fuzileiros navais que eram a guarda de bordo dos seus Estabelecimentos. Daí eles eram submetidos também a disciplina militar, bem como serviam para as fainas e coadjuvação de todas as manobras, sendo usadas suas forças para tal serviço. Então, o Ministro propunha, com base na “norma”²²⁴ a respeito da escola de instrução a bordo de um navio armado, toda forma necessária possível de que não se deveria perder de vista logo que cessasse ou diminuísse ou faltasse marinhagem, que se experimentassem os fuzileiros para tripular os vasos.

Já na sessão da Câmara do Senado, de 14 de junho de 1854, presidida pelo Senador, o Sr. Cavalcanti de Lacerda, estando presentes outros senadores, como o Senador Tosta, ex-ministro da Marinha, e inclusive estando presente o Ministro da Marinha, o Ministro Paranhos reclama sobre a questão da necessidade de combate ao tráfico de escravos na costa brasileira. Ele destaca que, para isso, deveria ter o efetivo fixado em lei que chegaria a 3.000 praças de *prét*, que eram necessários pelo menos 3.825 Marinheiros, sendo que o real era bem menos, e assim ele dizia:

[...] logo, como pretende o nobre senador que com 3.000 praças de todas as classes, que são pouco mais de 2.000 praças de marinhagem e de *prét*, se pode guarnecer esses navios e outros que devem ser armados, porque o governo não pode deixar de atender às necessidades públicas, ao seu empenho de honra na repressão do tráfico?

Quando menciono a palavra utópica, refiro-me ao fato de que não houve momento em que se chegou ao efetivo desejado. Tudo isso se justificava devido às evasões que aconteciam, já que eram inúmeras as baixas, deserções e fugas dos adultos e menores, indicando uma

teve sua base na marinha francesa, de onde vem a origem desta organização [...]. Nos portos de Toulon e Brest há, em cada um deles, 53 companhias de 100 praças cada uma, mas não embarcam por destacamentos, e sim por companhias ou seções. Fonte: Ordem do dia da Sessão da Câmara dos Deputados, 1836, p. 199. Disponível em imagem.camara.gov.br. Acesso em 17 out. 2018.

²²³ Fonte: Sessão da Câmara dos deputados, de 10 de maio de 1854. Disponível em imagem.camara.gov.br, acesso em 23 jan. 2019.

²²⁴ BRASIL. Decreto 914 de 1852 Art. 5º e § 5º. Os que, por defeito físico, não estiverem nos termos de assentar praça em algum dos mencionados Corpos, podendo porém, prestar serviços na marinhagem da Armada, serão mandados para bordo dos navios de guerra, para servirem na praça de Grumete, ou naquela que merecerem. Logo que a primeira Companhia de instrução tiver mais de cinquenta recrutas, embarcará com o seu Capitão, e metade dos Inferiores, e Cabos em uma Corveta, ou outro navio armado, que tenha suficiente capacidade, a fim de prosseguir a bordo a instrução náutica e militar encetada no quartel.

postura de confronto em relação às normas. No entanto, nunca houve um quantitativo em número suficiente, apesar de que nem todos eram capturados novamente. Observa-se, no quadro 14, o efetivo referente à entrada e à saída de elementos da Marinha.

Quadro 14 – Quantitativa de ingresso e saída da Marinha no segundo reinado

Forma de ingresso e saída	1836-1854	1855-1865
Alistados	2.9131	3.814
Desertores	1.668	1.706
Apresentaram-se ou foram capturados	717	896
Perda efetiva	951	810

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1867, p. 175. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 17 out. 2018.

Num país como o Brasil, a Marinha Militar tinha fundamental importância estratégica, e, para manter sua soberania, dependia de um dos elementos como mola propulsora, a saber, os Marinheiros. Então, observa-se que, mesmo com ideias partindo de vários lados e em vários anos, a evasão por variados motivos como deserção e perda efetiva ainda acontecia. Também, a violência para com os aprendizes, ainda naquele momento, continuava sendo um dos motivos para as evasões, pois os oficiais, às vezes, usavam métodos nada suaves para exercer a disciplina, comportamento típico na sociedade brasileira. Um exemplo disso foi o fato publicado numa das páginas do Jornal da época, em 1857, “quando um sapateiro morador da rua do cano, nº 151 que tinha aprendizes homens e mulheres, a quem espanca barbaramente a ponto de incomodar a vizinhança com os gritos dos padecentes”²²⁵.

Um fator importante é que tanto os debates nas casas parlamentares por civis quanto os ministros civis que ocuparam a pasta da Marinha permitiram “aproximação entre políticos e militares na transição para o Estado moderno brasileiro e a expansão burocrática da administração naval” (SANTOS, 2013, p. 12). Entre alocações e rixas ministeriais e no campo legislativo, pude observar que as retóricas doutrinárias eram produzidas por atores com mote político, várias vezes, centrado na ideia de assegurar suas regalias, o que indicava algum grau de ligação com a atmosfera militar.

²²⁵ Fonte: Jornal *Diário de Rio de Janeiro*, 21 de janeiro de 1857.

Vale também destacar que, para a elite o “ser militar” “estava ainda ligado às noções de *status* e ascensão social, e partilhava dos valores comuns com determinada classe senhorial” (DIAS, 2017, p. 79). Conforme destaca a historiadora Adriana Barreto,

Reconhecer o caráter desmilitarizado da Real Academia Militar e os cotidianos problemas de disciplina experimentados por seus alunos e por aqueles que frequentam o Real Colégio dos Nobres, mais do que descrever seus currículos, é fundamental para desfazer uma certa imagem, bastante naturalizada, do que é ser militar no século XIX (SOUSA, 1999, p. 169-170).

Muitos desses jovens Cadetes do Exército e, no caso da Marinha, os Guardas Marinha, almejavam a carreira militar para poderem ter mais contato com a elite, seja agrária ou industrial, com intuito de manterem sua hegemonia dentro do patamar elitista. Ainda, para a elite, um bom casamento de suas filhas com os jovens oficiais era sinônimo da manutenção dos laços familiares com aqueles que eram o futuros detentores dos poderes e da ordem militar. Foi observado que, entre os períodos de 1837 a 1850, os jovens oficiais ascenderam à carreira de generais e almirantes, grande parte deles sem ter passado por academia militar, conforme Quadro 15.

Quadro 15 – Formação acadêmica dos militares

Origem	Número	Porcentagem(%)
Real Academia Militar	9	19,6
Academia de Marinha de Lisboa	2	4,3
Real Colégio dos Nobres	2	4,3
Real Academia dos Guardas Marinha	1	2,2
Universidade de Coimbra	1	2,2
Sem formação Acadêmica	30	65,2
Total	46	100

Fonte: Sousa (2014 apud DIAS, 2017, p. 80)

Ser oficial não era sinônimo de ter passado pela academia, o que me faz pensar que o título nobiliárquico não se fazia pela formação como aluno de academia e, sim, como já dito nesse trabalho, pelas origens. Um exemplo claro, que demonstra o quanto a academia não era tão prestigiada assim para ser oficial da Marinha, foi o caso do próprio daquele que hoje é o

“patrono da instituição”²²⁶, o Marques de Tamandaré, que cursou a academia de Marinha, mesmo após o seu ingresso naquele centro de formação de oficial, “onde ali aprendeu a teoria da arte naval entre janeiro de 1824 a 31 de julho” (SERRALHEIRO, 2017, p. 314) e, devido ao fato de ter sido convocado para participar de batalha da confederação do Equador, teve que abandonar a Real academia para participar daquela guerra.

Os oficiais, por outro lado, eram selecionados em função de comando dos órgãos de ensino, como, por exemplo, Inspetores de Arsenais, Comandantes do Batalhão Naval e da própria Companhia de Aprendizes, esse último, não passava de Capitão Tenente do Corpo da Armada, tinha periodicamente uma função educativa indireta e involuntária, devido ao fato de o Comandante somente comandar (re)passando as ordens diretas e não instruir os aprendizes.

Nesse trabalho, mesmo que eu esteja analisando profundamente a Marinha pelo viés de sua base, cabe aqui expor que os oficiais também tiveram participação na questão da formação da juventude, não só dentro das Companhias, mas também no interior das embarcações de guerra. Desta forma, também se corrobora com a pesquisadora Mônica Lins, quem, em seus estudos, acrescentou que:

Os oficiais traziam uma lógica de formação em que o “espírito militar” e as “virtudes marinheiras” informavam como seria a alma do homem do mar; por outras palavras, que esses aprendizes, mesmo longe da família, sofrendo com as intempéries do mar, com equipamento pesado, ou em batalhas em que pudessem perder a vida, deveriam receber uma educação que os preparasse para defender a Pátria (LINS, 2012, p. 16).

Vale lembrar que quase todos os ministros da Marinha elaboravam os relatórios e propostas, e também participavam ativa e presencialmente das discussões parlamentares na Assembleia Geral Legislativa. Eram esses agentes que representavam a Marinha em relação às necessidades e participações em palcos de guerra. Contudo, esses debates eram compostos por senhores de terra que se uniam visceralmente, em reuniões que aconteciam normalmente entre os meses de abril a setembro. Porém, devido à precariedade da época, que envolvia falta de comunicação entre as províncias, dificuldade na entrega das correspondências devido aos óbices em atravessar rios e florestas, e ainda às hostilidades de índios, ataques de animais

²²⁶ BRASIL. Decreto 3322 de 04 de setembro de 1925 por determinação do então Ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar, institui em 13 de dezembro, data do aniversário do Marques e Almirante Tamandaré, o dia do Marinheiro. Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1925, p. 319. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 23 jan. 2019.

peçonhentos e insetos somados nos caminhos tortuosos, tudo isso ocasionava no fato de que as autoridades não fossem subsidiadas com informações relevantes para debates.

Ao analisar os relatórios, entre os anos de 1840 até 1854, em que eram levados a debate, assuntos referentes à Companhia de Aprendizes, verifiquei que a maioria dos ministros e as autoridades políticas teciam elogios àquela unidade naval que tanto abrigavam e formavam Marinheiros, mesmo sendo dispendiosos os gastos, pautado no êxito logrado, em alguns momentos dos militares formados por algumas Companhias nos eventos beligerantes que aconteciam no Brasil imperial e regencial.

Bahia e Pará foram as províncias que mais apresentaram focos de resistência naquele século, e isso demandou o máximo possível de esforços do governo central para abafar aquelas tensões, colocando nas forças navais uma das maiores responsabilidades para estabilizar e consolidar o Império. Por isso, o Ex-ministro da Marinha, o Senador Holanda Cavalcanti, na sessão de Câmara de 1854, interpela o orador sobre a real situação no Norte do Brasil, discursando “os Srs Ministros, que tão próspero pintavam a Marinha, avenham-se com o seu sucessor. O orador acredita mais nele do que nos que diziam que havia muitos navios e muitos marinheiros”. A impressão que se tem é de que alguns parlamentares não tinham conhecimento do efetivo e da organização das Companhias de Marinheiros no norte. Hollanda Cavalcanti esclarece e ainda traz a seguinte proposta:

[...] a estas considerações gerais acrescenta o orador algumas outras sobre a organização das Companhias de Imperiais Marinheiros, inconvenientes do seu estabelecimento na corte e vantagens de serem formadas no norte com os índios menores, e conclui por estar a dar a hora, dizendo que as observações sobre diferentes objetos de que se há ocupado não se referem só ao atual ministério, mas também aos antecessores, porque de há que as dificuldades se têm agravado cada vez mais.

Isso nos remete à província do Pará, onde havia grande população de indígenas sobre o controle do Estado, e o próprio presidente daquela província já interpelava da seguinte forma:

[...] existem na província 15 diretores que compreendem 14 aldeamentos com 2.472 indígenas, aqueles 15 diretores reduzem-se unicamente a 5 porque acham-se em completo abandono pelos respectivos diretores que servem-se desse cargo quando querem tirar proveito do trabalho indígena.

Em sessão de abertura, realizada no dia 18 de agosto de 1854, o conselheiro do Império e presidente da província do Pará, o senhor Sebastião do Rego Barros, em sua fala sobre a necessidade de criação de um órgão de formação de Marinheiros, alega que, devido ao fato de ter uma colônia militar na vila de Obidos, oferece condições favoráveis para a criança compor uma seção filial daquela possível Companhia. O Capitão de Mar e Guerra, Pedro da Cunha, diretor daquela colônia militar, situada no rio Araguaya, julga vantajosa essa criação, não só pela facilidade do alistamento de menores, muito próprio para a vida no mar, mas como também sua utilidade nessa importante posição geográfica, em ter um pequeno estabelecimento naval, que seria um elemento para sua defesa, e mais um recurso para o seu desenvolvimento²²⁷.

A certeza era de que muitas Companhias de Aprendizes eram compostas por indígenas²²⁸ ou indígenas ribeirinhas no norte, engajados para completar o efetivo da Armada, mas o fato relevante é que muitas mães vendiam seus filhos para a Marinha em troca de comida. “Antes era muito difícil conseguir um indiozinho por menos de setenta mil-réis, mas agora os seus pais, não tendo o que dar de comer, nem o que comer, oferecem-nos facilmente por dez” (JEHA, 2011, p. 115).

Nas Américas, a militarização dos índios era uma tradição do período colonial, tanto que, em sua passagem aqui pelo Brasil, o viajante estrangeiro, Thomas Ewbank, deixou um testemunho diferente a respeito dos índios na Marinha, confirmando a ideia de que parte dessa instituição era composta por eles:

Encontrei, faz poucos dias, uma centena de recrutas recém-chegados de uma província do Norte. A maioria era de cor, um terço eram índios. Eles se alistam por quanto tempo? – perguntei. Eles absolutamente não se alistam, responderam-me. São agarrados e obrigados a servir. Os presidentes de província têm ordens para enviar todos os indivíduos desordeiros, e tantos índios quanto puderem apanhar (EWBANK, 1990, p. 278).

As circunstâncias apresentadas nas províncias do Grão-Pará e da Bahia, incluindo Pernambuco, eram favoráveis ao projeto articulado no Rio de Janeiro, quando foi criada a Companhia da Corte, embora essas regiões tenham contribuído para o fortalecimento do

²²⁷ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1854, p. 9 e Relatório da Província do Pará, 1855, p. 34-35. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142 e ddsnext.crl.edu/titles/172. Acesso em 25 jan. 2019.

²²⁸ Fonte: AN, Série Marinha, IM 483, que diz respeito aos Engajamento de indígenas para Armada.

poder imperial, como já mencionado aqui, tendo como ingrediente a mais a “presença dos indígenas”²²⁹ em seus quadros.

Do ponto de vista militar, tamanha era a insuficiência do contingente oferecido pelos órgãos de formação naval, que vinha se arrastando por décadas, que a Marinha recorreu à necessidade de contratação da marinhagem avulsa, como os escravos alforriados²³⁰ e os indígenas, e também ao “voluntariado indígena” (NETO, 2001, p. 23). Ainda assim, não era o suficiente para o cenário atual, então, as autoridades, preocupadas em abastecer o país com Marinheiros nacionais e “não internacionais ou estrangeiros”, tiveram um dos principais pretextos para alocar outras Companhias de Aprendizes-Marinheiro pelo vasto litoral brasileiro.

Outro fator importante foi a questão da responsabilidade colocada sobre a Marinha no combate ao tráfico negreiro, de tal forma que o Ministro Paranhos alegava, em seu relatório referente à Força Naval, que “os serviços que essa força deve satisfazer em tempos de paz podem ser classificados: [...] tendo, por fim, principal a repressão do tráfico de africanos [...]”. Por outro lado, essa lógica do Ministro justifica a dificuldade da aquisição de guarnições, as deserções e a aquisição de estrangeiros, o que o faz apresentar um projeto de reformas levado à Câmara que aprovava aumentar o tempo do serviço militar das praças²³¹. Foram propostas que não estavam dando certo, mas tudo levava a crer que aumentar o número de Companhias seria o ideal.

Com base nos pleitos dos presidentes de províncias e nas necessidades destes frente à juventude e às condições sociais dos lugares, esses presidentes provinciais se justificavam, alegando que a criação e a consolidação das Companhias, como organizações escolares e de

²²⁹A historiadora Silvana Cassad Jeha (2011) dedicou parte de sua tese para trabalhar sobre a participação dos indígenas na Marinha. Para saber mais sobre o assunto, ver o subcapítulo 3.9 de sua tese de doutorado.

²³⁰O governo imperial ordenava a admissão na Armada, marinheiros e grumetes, os escravos oferecidos pelos seus senhores, abandonando-se a estes as competentes gratificações [...], tanto que foi ordenado ao intendente da Marinha que comprasse escravos que houvessem adquirido no exercício marítimo a necessária aptidão para servirem de grumetes no serviço dos navios de guerra (MAIA, 1975, p. 60; CAMINHA, 1986, p. 231-35).

²³¹BRASIL. Decreto 1465 de 25 de outubro de 1854. Art. 2º e 3º. Os Imperiais Marinheiros que assentarem praça voluntariamente, e não procederem das Companhias de Aprendizes, somente serão obrigados a servir por tempo de seis anos, se entrarem para o Corpo em alguma das praças de Marinheiro, ou a obtiverem dentro do primeiro ano; e por tempo de dez anos, se entrarem como praça de Grumete, e não passarem à de Marinheiro dentro do primeiro ano. Continuando no serviço, gozarão das vantagens que acima se concedem aos recrutados e aos Aprendizes Marinheiros. Os voluntários, de que trata o artigo anterior, começarão a vencer a gratificação da terça parte do soldo desde o dia em que declararem que querem continuar, tendo completado o seu tempo de serviço; e a gratificação da metade do soldo logo que tenham feito igual declaração, findo o prazo de dezesseis anos. Fonte: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1465-25-outubro-1854, acesso em 14 fev. 2019.

arranjos educativos para com os jovens, poderiam constituir como estabelecimento sistemático de ensino, criando e difundindo laços de coesão, integração e pertencimento nacionais, “a instrução seria preparar, desde a infância, as gerações militares, dotando-as com a alma e o saber preciso para bem desempenharem a missão que lhes incumbe” (CARVALHO, 1986, p. 654).

Aconteceram discussões de maior relevância, no ano de 1854, que acarretaram em profundas decisões, as quais mudaram o rumo e a história das Companhias de Aprendizes. Entre réplicas e tréplicas, embates e peleja, aceitação e recusa, criou-se não um decreto, mas uma “lei”²³², pois as Companhias já tinham se cansado de receber ordens emanadas de uma autoridade superior, e entendiam que a lei teria mais força no âmbito da criação de órgãos navais do que um decreto. A atenção especial estava em um dois “parágrafos”²³³ da nova lei, que mandava criar até três Companhias de Aprendizes-Marinheiros nas províncias, como regra de ensino, em que o julgava ser conveniente. Assim, foram implantadas, a princípio, as do Grão-Pará e da Bahia, sobre as quais discorreremos adiante.

5.1 IMPLANTAR PARA EXPANDIR AS COMPANHIAS DE APRENDIZES, UMA NOVA REALIDADE DO ENSINO, O DUPLO NASCEDOURO: BAHIA E PARÁ

Tenho que retornar a décadas atrás para estabelecer o entendimento de que essa unidade militar, as Companhias de Aprendizes, já vinha sendo pensada há tempos antes de sua criação, diante da perspectiva de dar certa instrução ou educação militar, quando, em setembro de 1833, chegava às mãos do Ministro Torres um ofício, vindo de um de seus assessores, o Capitão Tenente Luiz Antonio da Silva Beltrão, comandante do (brigue) *Imperial Pedro*, oferecendo seu navio como alternativa de educação e disciplina, que se tornava um tipo último e único recurso da época para educar e instruir os que seriam Marinheiros. No caso, era aceito todo tipo de elemento que incorporaria as guarnições das variadas embarcações. Esse oficial trazia a seguinte informação:

²³² BRASIL. Lei nº 753, de 15 de julho 1854 que fixava a Força Naval, para o ano financeiro 1855 a 1856. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, Página 27 Vol. 1, pt I (Publicação Original), também disponível em www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-753-15-julho-1854, Acesso em 13 fev. 2019.

²³³ BRASIL. Lei nº 753, de 15 de julho 1854, parágrafo 2º, que Fixava a Força Naval, para o ano financeiro 1855 a 1856. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, Página 27 Vol. 1, pt I (Publicação Original), também disponível em www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-753-15-julho-1854. Acesso em 13 fev. 2019.

[...] estabelecerá a bordo do seu navio uma Escola de primeiras letras para instrução da respectiva equipagem e que abonara ao Grumete encarregado da direção da escola uma gratificação do seu bolsinho; além disso estabelecerá exercícios de infantaria e artilharia, com o que conseguirá adestrar a mesma guarnição e, para isso, solicitava fazer nos dias 1º e 15 de cada mês, prática de tiro de peça ao alvo, abonando-se uma pequena gratificação àqueles que nela mais se distinguissem (BOITEUX, 1933, p. 232).

Isso foi inspirado na ideia de prover ensino voltado a uma educação militar que fornecesse conhecimento técnico e artesanal aos jovens militares da Armada. Posteriormente, o avanço das tecnologias foi a justificativa do Ministro Torres, que veio desde quando Salvador Maciel tinha sido ministro da Marinha, para criar plantéis, coadunados com a ideia capaz de prover a formação das praças em um prisma educacional que esquadrinhou atingir a população litorânea do Império.

É preciso perceber como foram parcialmente ocupados os espaços vagos pela ação conservadora para propagar o processo civilizatório como parte das pretensões de um plano hegemônico de constituição do Estado Nacional moderno. Tamanho foi esse projeto de criação brasileira vinda das autoridades que, para Santos (2014, p. 4), as Companhias de Aprendizes-Marinheiros “indica que ela funcionou como parte de um mecanismo que não só viabilizou a ampliação das redes do recrutamento, mas também atendeu a ação educacional civilizatória do projeto centralizador”, por isso a necessidade de criar outras, como no Pará e na Bahia.

No momento em que se organizam as Companhias de Aprendizes do Pará e da Bahia, coube dar reconhecimento aos leitores desta criação sobre os antecedentes desse evento. Por isso, deu-se andamento à institucionalização desses projetos de expansão e de distribuição de Marinheiros, que até então eram de responsabilidade da unidade isolada, como a Companhia da Corte, e, em sua maior parte, integrados ao projeto estatal, tanto às expansões regionais e nacionais como à operação “Companhias avançadas”. Cabe salientar, por oportuno, que a Companhia da Corte manteve, juntamente com o Batalhão de Artilheiros Navais, bem como com o grupo de Marinheiros de Mato Grosso, esta última já citada anteriormente, um grupo avançado. Quando falo em projeto, estou afirmando que, quando o Estado assume a superintendência de extensão, em 1855, algumas atividades de distribuição já estavam implantadas na Companhia de Aprendizes, como, por exemplo, o serviço de formação a bordo, mas estas eram ligadas à sede por ela responsável.

O historiador Jorge Dias (2017, p. 325-341), em seus estudos, não encontrou, até onde foi possível verificar, uma possível justificativa para a criação das Companhias de Aprendizes nessas províncias, do Pará e da Bahia. Mas, mesmo assim, ele elabora hipóteses com base no que foi levantado até acreditar que houve uma associação de motivos, os quais variaram desde aspectos logísticos até o mapeamento da possibilidade de maior êxito nos recrutamentos. Nesse rastro, passei a elaborar ideias, apropriando-me do sistema discursivo das representações correligionárias para entender o contexto da criação daquele duplo nascedouro naval. Foi a partir das reuniões das comissões parlamentares que se começou a pensar na institucionalização das atividades e na expansão já existente como maneira de incentivar a criação de outras, que seriam formadas pelas províncias e executadas pelas diversas formas de recrutamentos. Tal prática, aliás, formou-se e, até hoje, é utilizada pelos órgãos responsáveis pelas ações de agrupamento de jovens.

Por consequência, as autoridades, reconhecendo que a Companhia de Aprendizes é a instituição militar mais profícua e a principal base do pessoal daquela força marítima, observou que é de absoluta necessidade a de recrutá-los, e tê-los, em consequência das dificuldades de captação desses recrutas. Entretanto, observa-se tamanho prestígio que estava tendo a primeira e única Companhia de Aprendizes até 1855, a da Corte. Referente à nacionalização da marujada, devido ainda à quantidade considerável de Marinheiros estrangeiros a bordo, passou-se a pensar em expandir esse órgão para outras províncias.

Entre 1836 e 1855 foi o período em que a marinhagem mostrou sua real importância frente aos fatos convulsivos que ocorreram. Contudo, na época, o prestígio dessas instituições em todo o Brasil foi algo notório, tanto que, no ano de 1855, houve discussões políticas quanto ao uso dos Marinheiros na navegação civil. Nos debates da Câmara do Senado, na 2ª Sessão preparatória, em 30 de abril de 1855, presidida pelo senador Manoel Ignácio Cavalcanti de Lacerda, e o senador Dr. Manoel, representante da província do Ceará, se discursava sobre o assunto referente à pesca, ao comércio e à nacionalização,

[...] a história mui (sic) instrutiva de todos os meios que a Inglaterra, a França, a Holanda e os Estados Unidos têm empregado a fim de promoverem a pesca com o intuito de criarem um viveiro de marinhagem para os navios mercantes e para os de guerra, livrando-se assim da dependência do estrangeiro [...]²³⁴.

²³⁴Fonte: Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1855/1855%20Livro%201.pdf, acesso em 27 fev. 2019.

Isso deixa pistas de que, naquele momento, o objetivo não era somente usar a marujada na prática do comércio, mas, também, dar continuidade no projeto de nacionalizar seus componentes em todas as instâncias navais.

Nas discussões de 2 de julho 1855, de igual modo presidida pelo Senador Manuel Ignácio Cavalcanti de Lacerda, em Ordem do dia, debateu-se a fixação das forças de mar, discursados pelo Senhores Souza Franco, Visconde de Jequitinhonha e Vergueiro e Manoel Felizardo de Sousa e Melo, este último ex-ministro da Marinha de origem baiana (1848-49), com a presença de 32 senadores. Aliás, cabe ressaltar que os baianos tinham muita presença no campo político. Segundo a historiadora Kátia Matoso (1992), além de entender que os baianos nada faziam pela sua terra natal, ela relata que, entre 1857 e 1871, por exemplo, 35% dos membros do gabinete imperial vieram da Bahia (de São Paulo só 8%); baianos também 25% dos ministros de estado do segundo Império.

Nessa sessão discursiva de 1855, teve-se como resultado a aprovação do quantitativo de Aprendizes e Imperiais Marinheiros e Fuzileiros Navais, os que continuava representando um descalabro financeiro a mais para o Estado, isso, para o ano financeiro de 1855-56:

Até 1851 em todas as leis da fixação das forças de mar fixava-se não só a força embarcada, mas a força desembarcada; porque a constituição não faz diferença, não diz que são só as forças embarcadas a bordo dos navios as que se devem fixar anualmente; diz que se devem fixar todas as forças de mar e de terra. Mas agora fixa-se a força em 3.000 praças, que se supõe embarcadas, e deixa-se de fora: o corpo de imperiais marinheiros, que o governo está autorizado a elevar a 2.525 praças de *prét*; o batalhão naval, que o governo está autorizado a elevar a 1.200 praças; a companhia de imperiais marinheiros de Mato Grosso com 106 praças, e as companhias de aprendizes menores do Rio de Janeiro, da Bahia e do Pará, todas com 649 praças; vindo a ser portanto de 4.470 e tantas praças a força que se não fixa, e de 7.000 praças a que se deverá fixar, sem que aliás na forma da constituição seja toda ela mencionada e especificada na proposta do governo, e fixada pela assembleia geral.

Aumentar o efetivo passou a ser o senso comum nas discussões referente a força naval e por meio da militarização das Companhias de Aprendizes e do Corpo de Imperiais Marinheiros, observa-se, assim, que a inclinação em relação à constituição das guarnições foi a de firmar os laços que objetivavam os jovens recrutados à Marinha. Entretanto, a institucionalização dos corpos possibilitou a estabilidade emergente aos organismos navais.

Na proporção em que se demandava/processava, na política, a centralização do Estado, portanto, militarizar as guarnições, usando a população não só adulta e infantil, em

uma engrenagem que possibilitasse o arranjo de uma força satisfatória, o que, “ao mesmo tempo, representava, uma redução dos gastos públicos evitando o recurso à contratação de estrangeiros, e ao que parece, uma definição do mercado de mão de obra ‘repartindo-os com a Marinha Mercante’²³⁵” (NETO, 2001, p. 80). Paradoxalmente, as autoridades, vendo a possibilidade de continuar mantendo os Imperiais Marinheiros, em alguns poucos anos, abordo dos navios de comércio, elaboraram um decreto que não os tiravam dessa função, mas também reduziam o tempo de embarque, como forma de prêmio por seu bom comportamento:

O Imperial Marinheiro, dos compreendidos no artigo primeiro, que tiver como tal serviço por espaço de seis anos, e com bom comportamento, poderá obter até quatro anos de licença para empregar-se a bordo de navios mercantes nacionais. Esta licença somente será concedida por prazos de um a dois anos. Apresentando-se o licenciado, e sendo julgado capaz de todo o serviço, continuará na mesma classe em que se achava ao tempo da licença, e entrará no gozo das vantagens que pelo presente decreto e outras disposições vigentes se concedem aos Imperiais Marinheiros, deduzido o tempo da interrupção²³⁶.

O fragmento da lei diz respeito aos Marinheiros que passaram das Companhias para os Corpos de imperiais. O embarque deles nos navios mercantes daria “certo conforto” e possibilitariam que se ausentassem um pouco do ambiente de tensão, que eram os corpos, com a ressalva de retornarem ao corpo. Caso isso não acontecesse, o referido Imperial Marinheiro seria considerado desertor, conforme disposto no Regimento Provisional e Artigos de Guerra, pelo motivo ali declarado “sendo porém entendido que, no caso da primeira e segunda deserção simples, lhes serão aplicas as penas impostas no art. 80 dos de guerra”²³⁷. Contudo, muitos militares que compunham esse corpo eram oriundos das Companhias, o que seria uma forma de brindá-los devido ao bom comportamento. Por outro lado, os Imperiais Marinheiros eram formados à parte, em relação ao resto da marinhagem, e tinham uma formação militar separada. Outra diferença entre o Corpo de Imperiais Marinheiros e dos

²³⁵ O Decreto 411 A, de 05 de junho de 1845, revoga o decreto 304, de 2 de junho de 1843, e manda pôr em execução o Regulamento para o corpo dos imperiais marinheiros que em seu Art. 29 sobre o uso desses, como tais, em navios mercantes, servirem por espaço de seis anos, obterão, se quiserem licença, em tempo de paz para navegar nesses Navios, por tempo de três anos, findos os quais deverão apresentar-se no Corpo, sob pena de serem considerados desertores [...]. Fonte: BRASIL. Coleção de leis do Império, 1845.

²³⁶ BRASIL. Decreto nº 1465 25 de outubro de 1854 Art. 1º e 4º. Fonte: Coleção de Leis do Império (CLI), 1854.

²³⁷ BRASIL. Decreto nº 304, art. 66 e 77, que seriam [...]o uso da golinha prisão no porão e perdimento da ração de vinho é o que se deve aplicar a oficiais marinheiros, marinheiros, inferiores, e artífices, assim como à marinhagem e soldados, que podem também ser corrigidos por meio de pancadas de espada e chibata, não excedendo o número de vinte e cinco por dia; isto é em culpas que não exijam conselho de guerra.

Aprendizes dizia respeito ao conceito de Companhia. Desta forma, se torna relevante ressaltar que, numa formação militar, “Companhia é um tipo de unidade, composta entre 60 e 250 militares e tradicionalmente comandada por um capitão. Normalmente, está dividida em dois ou mais pelotões [...]”²³⁸, e “também pode ser conceituada como uma subdivisão de uma unidade tática Militar (como um batalhão), por sua vez, subsidiada em pelotões” (CAMINHA, 1996. p. 55).

Quando o Corpo de Imperiais Marinheiros nasceu, junto dele veio o regulamento, sancionado pelo Ministro da Marinha da época, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, que organizava esse corpo diferente das Companhias. Esse Corpo de Imperiais Marinheiros era composto de um Estado-Maior e outro menor, e de tantas Companhias quantas fossem determinadas por Lei²³⁹.

Quadro 16 - Composição do Estado maior e menor do Corpo de Imperiais Marinheiros

Comandante Geral - Oficial da Armada de Patente não menor de Capitão de Fragata	1
Segundo Comandante - Oficial Superior da Armada	1
Ajudante - Primeiro ou Segundo Tenente da Armada	1
Comissario	1
Escrivão	1
Primeiro Cirurgião	1
Capelão	1
Sargento Ajudante	1
Fieis de Comissários	2
Tambor-mór	1
Mestre de armas	1
Mestre Carpinteiro	1
Mestre de Aparelho	1
Mestre Espingardeiro	1
Mestre de Velas	1
Total	16

Fonte: Coleção de Leis do Império, 1845.

O estado-maior, ou seja, aqueles responsáveis em administrar e adestrar os Imperiais Marinheiros chegaram à conclusão de que o número máximo que poderia chegar o Corpo de

²³⁸ Fonte: Disponível em BRASIL. <http://segundaguerra.net/organizacao-militar-o-que-e-regimento-divisao-brigadabatalhao/>, acesso em 28 fev. 2019.

²³⁹ BRASIL. Decreto nº 411A, de 5 de junho de 1845. Art. 1º. CLI

Imperiais Marinheiros seria de dezesseis; isso demonstra que era uma formação que diferenciava de cunho pedagógico das Companhias. Desta forma, poderia sim criar vários grupos com dezesseis, mas que não ultrapassasse a esse número. Essa organização era composta e liderada por militares como sargentos e oficiais que, na maioria das vezes, eram responsáveis pela manutenção e formação dos Marinheiros daquele corpo.

Mesmo que esses “enjeitados” recebessem alimentação, fardamento, soldo mensal, educação elementar, náutica e religiosa, isso não justificava o tratamento dado a eles, nada disso os impediavam de desertar. Todavia, as difíceis condições a bordo determinavam que os Marinheiros se mostrassem rebeldes e pouco adaptáveis às tarefas que lhes eram impostas, pois o estado brasileiro, percebendo isso, passou a considerar que o aquartelamento em variados centros de formação seria de suma importância para a manutenção da ordem e da disciplina dos futuros Marinheiros. “Torres retomava as ideias desenvolvidas na década anterior para justificar a organização militar do corpo de marinheiros e das companhias de aprendizes” (NETO, 2001, p. 78), no mesmo ano em que mandava criar uma Companhia de Imperiais Marinheiros no Mato Grosso.

Em 1843, o Ministro da Marinha à época, Joaquim Torres, em seu relatório, também via a necessidade de formar, assim como em Mato Grosso, outras Companhias em outras províncias:

Considero de grande vantagem a criação de companhias de aprendizes marinheiros [...] Estes moços, recebendo a bordo a educação apropriada, e habituando-se desde tenros anos à vida no mar, formarão, em chegando a idade viril, outras tantas companhias de marinheiros militares, que satisfarão a todas as condições do serviço naval²⁴⁰.

Para isso, depois de um longo período, ou seja, de quinze anos de experiência e observação, a Marinha, percebendo a expansão de seu material bélico e a evolução tecnológica em curso, tendo somente um órgão de formação de Marinheiros para tripular todos os navios da armada, autoriza a expansão de outros centros de formação.

Segundo Da Silva (2013, p. 60), “os esforços empreendidos pelo Estado imperial encontrariam pela frente forte rejeição de uma parcela da população ao serviço naval”. Serviço esse que, desde o período colonial, foi acompanhado de negativas experiências. Tal

²⁴⁰ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1843, p. 14-5. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 12 mar. 2019.

realidade muito tem a ver com o recrutamento opressor e os alongados anos de serviço militar e as penosas circunstâncias dos recrutas.

A Companhia de Aprendizes na Corte, como centro de aprendizagem militar naval, assumindo o papel de escola, mesmo sendo uma instituição militar de recrutamento, se tornou uma oficina de experiências, ou melhor, um laboratório humano e material, em que se observava o comportamento daquela Companhia. O Ministro Manuel Felizardo de Souza e Melo também deixou uma pista sobre a necessidade de expandir as Companhias de Aprendizes:

Os dois principais elementos que constituem a força naval são – o vaso de Guerra e o marinheiro. Mas o alistamento de marinagem é problema de espinhosa solução. [...] nunca se são demasiados os elogios tributados aos pensamentos que presidiu a criação deste corpo (Imperiais Marinheiros) que se segue pelo regulamento de 5 de Junho de 1845 e tem merecido por sua importância os desvelos das outras províncias do Estado. [...] o principal elemento da força que garante os nossos navios. [...] As Companhias de Aprendizes são a mais segura garantia de prosperidade para o Corpo de Imperiais Marinheiros. Enquanto maior incremento lhes fora dando melhor marujos teremos e sem avisar-se-á o pesado ônus do recrutamento. E nem a ideia do dispêndio [?] a criação dessas companhias em todas as províncias marítimas [...] ²⁴¹.

Entretanto, analisando a lacuna existente entre a criação da primeira companhia (Corte) com as duas que se seguiram (Pará e Bahia), que foi de 15 anos, considerando os estudos e as fontes pesquisadas, aquilo que poderia ser desmistificado do porquê de tanta demora na criação de outras, chega-se à conclusão de que esse órgão foi experimentado por certo tempo nas Companhias ou porque se esperava o resultado de seus formandos na participação dos eventos de guerra do Império ou para ver se esse modelo de confinamento e ensino daria certo.

Para Santos, seguindo as pistas do historiador Ilmar Mattos, por um viés mais político,

a Companhia de Aprendizes-Marinheiro, na medida que compunha, no conjunto das experimentações do laboratório fluminense, o escopo das reformas do Estado Imperial em meados do século XIX, que, por sua vez, fez parte de um conjunto de medidas e ações que reunia um projeto nacional em curso, o projeto conservador (SANTOS, 2016, p. 14).

Assim como Santos, Freire também se debruça na ideia de que a questão também tinha o viés político, porém adicionando a questão estratégica:

²⁴¹ Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha XM-84 B2 (apud DIAS, 2017, p. 325).

[...] foi ampliado, **as Companhias**, para outras regiões do Império, transformado numa política nacional. A preferência, logicamente, seria dada às províncias litorâneas, pois a proximidade e o envolvimento da população com rios e mares eram bem vistos pelos dirigentes da Marinha, que tinham o interesse em moldar essa cultura marítima popular a favor da prestação do serviço militar para o Estado, em particular na Armada (FREIRE, 2014, p. 70, grifo nosso).

Também, Freire traz, em outro momento de sua pesquisa, outra hipótese na qual a criação de outras Companhias de aprendizes teve a ver com questão elitista, evolucionista e do tráfico de escravos. Segundo ele, “as novas demandas das elites, em virtude da abolição do tráfico de escravos, associadas aos propagadores do discurso higienista em voga na segunda metade do século XIX, foram os principais elementos que animaram a criação de tais locais” (FREIRE, 2014, p. 70).

Já Reis, dentro da ciência da linguagem, aborda o fato como sendo a questão de “inserção social de menores desvalidos e órfãos que perambulavam pelas ruas das grandes cidades. [...], pois tinham por objetivo arredar da miséria e do vício inúmeras crianças desvalidas, abandonadas pela sociedade” (REIS, 2014, p. 35). Essa hipótese de Reis vai de encontro à fala do Ministro Wanderley, que em seu relatório justificava a expansão das Companhias pelo fato dos jovens serem órfãos, que ficavam ao desamparo por efeitos da cólera, e que acharam nas Companhias de Aprendizes e nos Arsenais tudo que lhes falta, porém, não serão remetidos pelas autoridades, recomendados pelo Governo²⁴². Entretanto, para o pesquisador Vêlor Carpes, supõe-se, em suas leituras, que o motivo da criação das Companhias em outras províncias, começando pela Bahia e pelo Pará, tem várias hipóteses, sendo que uma delas “pode estar relacionada com a presença, nestas províncias, de Arsenais da Marinha desde o período colonial” (SILVA, 2002, p. 43). Outro pesquisador, Raul Coelho Neto, alega que a província da Bahia, inicialmente, foi contemplada com uma Companhia de Aprendizes, devido ao fato de ser a “mais prestigiosa do território brasileiro” (NETO, 2009, p. 14), “mesmo a repugnância da população daquela província com a vida do mar” (NETO, 2009, p. 9). Para Antunes, a ampliação das Companhias de Aprendizes teve a ver com “a idéia de modernização da composição de pessoal da Armada através do investimento na formação de uma força estável” (ANTUNES, 2012, p. 91).

Para fixar as companhias pelas províncias, dependia-se das justificativas que seus

²⁴² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1855, p. 9. Disponível em ddsnex.cr.l.edu/titles/142. Acesso em 16 mar. 2019.

presidentes e o Ministro da Marinha davam à Corte. Por exemplo, no Pará, que é uma das províncias onde a população era mais assídua nas atividades industriais marítimas, e onde há quantidade expressiva de menores sem meios de subsistência, escapam estas à tutela do Estado, que os educa, sustenta e oferece-lhes um futuro vantajoso, para entregar-se a conjecturadores, que os diminuem a um estado praticamente de escravidão. Enfim, o fato é que, entre 1840 e 1855, houve inúmeros debates sobre a ampliação e a fixação das Companhias, porém a Câmara estava repleta exclusivamente de mais de 100 deputados com viés conservador e não se via algum político de vertente liberal, “o que tornava as votações na Assembleia um processo meramente ritual” (ALMEIDA, 2001, p. 17). Nesse período, assumiriam, considerados os principais articuladores da Coroa e do Partido Conservador, homens que estavam pensando em um Brasil mais civilizado, conjuntamente de uma só vez, as pastas da Justiça, Fazenda e Relações Exteriores, Eusébio de Queirós, Rodrigues Torres e Paulino Soares, que ficariam conhecidos como a “trindade saquarema²⁴³” (MATTOS, 1986, p. 175)²⁴⁴.

O que pude entender sobre isso foi o gabinete da década de 1850 que se erigiu, colocou projetos, antes parados por debates intermináveis, em ações práticas, o que acarretou na aprovação da expansão das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, propiciando a partir daí o surgimento progressivo de outras 17 unidades. Essa expansão se deu por várias províncias entre os anos de 1840 a 1874, conforme se observa no Quadro 17.

Quadro 17 – Local, ano e decreto de Criação das referidas Companhias de Aprendizes-Marinheiros

Ordem	Província	Data de criação	Decreto de criação
1	Rio de Janeiro	1840	Lei nº 148 de 27 de Agosto de 1840
2	Pará	1855	Decreto nº 1517 de 4 de janeiro de 1855

²⁴³ Só para título de conhecimento sobre o porquê do nome saquarema: Segundo relatos, nos idos de 1845, quando os liberais ocupavam de novo o governo do Império e a Província do Rio de Janeiro era presidida por Aureliano de Sousa Coutinho, o Padre José de Cêa e Almeida exercia as funções de subdelegado de Polícia na vila de Saquarema. Querendo garantir o triunfo nas eleições também naquela localidade, o Padre Cêa teria expedido uma ordem na qual autorizava até mesmo o assassino do eleitor que recusasse as listas do governo. Relatam também que Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, chefes conservadores, com grande parentela naquela localidade, onde eram também proprietários de terra e de escravos, teriam conseguido livrar seus protegidos dos desmandos daquela autoridade e que, desde então, a denominação *saquarema* passou a ser dada aos protegidos deles. Relatam, por fim, que muito rapidamente a nova denominação foi estendida aos adeptos do partido em todo Império. Ver em Mattos (1986, p. 106-107).

²⁴⁴ [...] em 1848, os conservadores tiveram sua supremacia na direção dos cidadãos ativos, transbordando seu domínio por toda a sociedade. A vitória sobre as revoltas liberais marcou o triunfo do projeto conservador. Ver em Mattos (1986, p. 86).

Quadro 17 – Local, ano e decreto de Criação das referidas Companhias de Aprendizes-Marinheiros

(conclusão)

3	Bahia	1855	Decreto nº 1543 de 27 de janeiro de 1855
4	Santa Catarina	1857	Decreto nº 2003 de 24 de outubro de 1857
5	Pernambuco	1857	Decreto nº 2003 de 24 de outubro de 1857
6	Mato Grosso	1857	Decreto nº 1987 de 7 de outubro de 1857
7	Rio Grande do Sul	1861	Decreto nº 2725 de 12 de janeiro de 1861
8	Maranhão	1861	Decreto nº 2725 de 12 de janeiro de 1861
9	Espirito Santo	1862	Decreto nº 4112 de 8 de fevereiro de 1862
10	Paraná	1864	Decreto nº 3347 de 26 de novembro de 1864
11	Ceará	1864	Decreto nº 3347 de 26 de novembro de 1864
12	Santos	1868	Decreto nº 4112 de 29 de fevereiro de 1868
13	Sergipe	1868	Decreto nº 4142 de 29 de fevereiro de 1868
14	Paraíba	1871	Decreto nº 4680 de 17 de janeiro de 1871
15	Amazonas	1871	Decreto nº 4680 de 17 de janeiro de 1871
16	Rio Grande do Norte	1872	Decreto nº 5181 de 16 de dezembro de 1872
17	Piauí	1873	Decreto nº 5393 de 18 de junho de 1873
18	Alagoas	1874	Decreto nº 5847 de 2 de janeiro de 1874

Fonte: (CAMINHA, 2002, p. 11)

Observa-se, pelo quadro, que a partir das Companhias do Pará e da Bahia, foram progressivamente, num período de 19 anos, sendo instaladas outras companhias pelo território brasileiro. Esses “viveiros”, de Marinheiros, eram regrados de “verdadeiros” homens e jovens com a lógica de laboratórios para a vida marítima, por isso, as Companhias de Aprendizes foram sendo construídas como modelo para o futuro desde a mais tenra idade. Paralelo às Companhias estavam também as Companhias de Aprendizes Artífices e de Artífices Militares, extintas em 1876, sendo estas formadas ou vinculadas ao Arsenal de Marinha na Corte, “considerada a maior organização industrial do período monárquico, a primeira instituição estatal a estabelecer o trabalho infantil compulsório e que também foi formadora de mão de obra para a indústria em crescimento” (LINS, 2012, p. 25).

Observa-se, pelo quadro, que a partir das Companhias do Pará e da Bahia, foram progressivamente, num período de 19 anos, sendo instaladas outras companhias pelo território brasileiro. Esses “viveiros”, de Marinheiros, eram regrados de “verdadeiros” homens e jovens com a lógica de laboratórios para a vida marítima, por isso, as Companhias de Aprendizes

foram sendo construídas como modelo para o futuro desde a mais tenra idade. Paralelo às Companhias estavam também as Companhias de Aprendizes Artífices e de Artífices Militares, extintas em 1876, sendo estas formadas ou vinculadas ao Arsenal de Marinha na Corte, “considerada a maior organização industrial do período monárquico, a primeira instituição estatal a estabelecer o trabalho infantil compulsório e que também foi formadora de mão de obra para a indústria em crescimento” (LINS, 2012, p. 25). A Marinha acreditava que, com esses viveiros, poderia obter a saúde e o ensino desejado, pré-requisitos que, com base em teorias científicas, lançariam o Brasil num novo nível de desenvoltura nunca antes imaginado. A desenvoltura desse projeto estatal se tornou uma das maiores tarefas que a Marinha teve na ocasião, a de expandir seu poder militar naval pelo litoral do território do Império. A Bahia, devido à posição geográfica, era o celeiro fértil para se recrutar e caçar o contingente grande de jovens, implementando práticas e modalidades de uso inspiradas em modelos formais, visando a definir os sentidos e as finalidades de utilização do material jovem, principalmente de origem negra, que habitava o recôncavo daquela região. Na assertiva de Santos tem-se que:

Na província da Bahia, em suas cidades e vilas, o recrutamento de menores para a Companhia de Aprendizes movimentou uma rede de indivíduos: ocupantes de cargos públicos, familiares e até particulares se empenharam na tarefa. O pagamento de prêmios intensificou essa rede e aguçou a ânsia de indivíduos que, ao se apropriarem na legislação, conseguiam, em certa medida, tornar o recrutamento de menores um bom negócio. Os agentes públicos, empenhados na execução desse rentável negócio, aproveitaram a situação de pressionados pelas autoridades do governo e não mediram esforços para atendê-las (SANTOS, 2016, p. 160-61).

Na Bahia, “o recrutamento estava fortemente enraizado neste sistema de patronato, tanto como mecanismo coercitivo de última instância para manter as hierarquias de classe quanto como maneira na qual os pobres livres distinguiram dentre os com e os sem honra” (KRAAY, 1999, p. 116). Também na Bahia, devido aos problemas de relacionamento conjugal, “onde apenas uma pequena parte da população casava-se na igreja, a isenção de um filho de viúva protegia apenas os poucos que atingiram aquele nível de respeitabilidade social”, havia facilidade de alguns filhos caírem facilmente na malha do recrutamento (NASCIMENTO, 1986, p. 114-115; MATTOSO, 1992, p. 151).

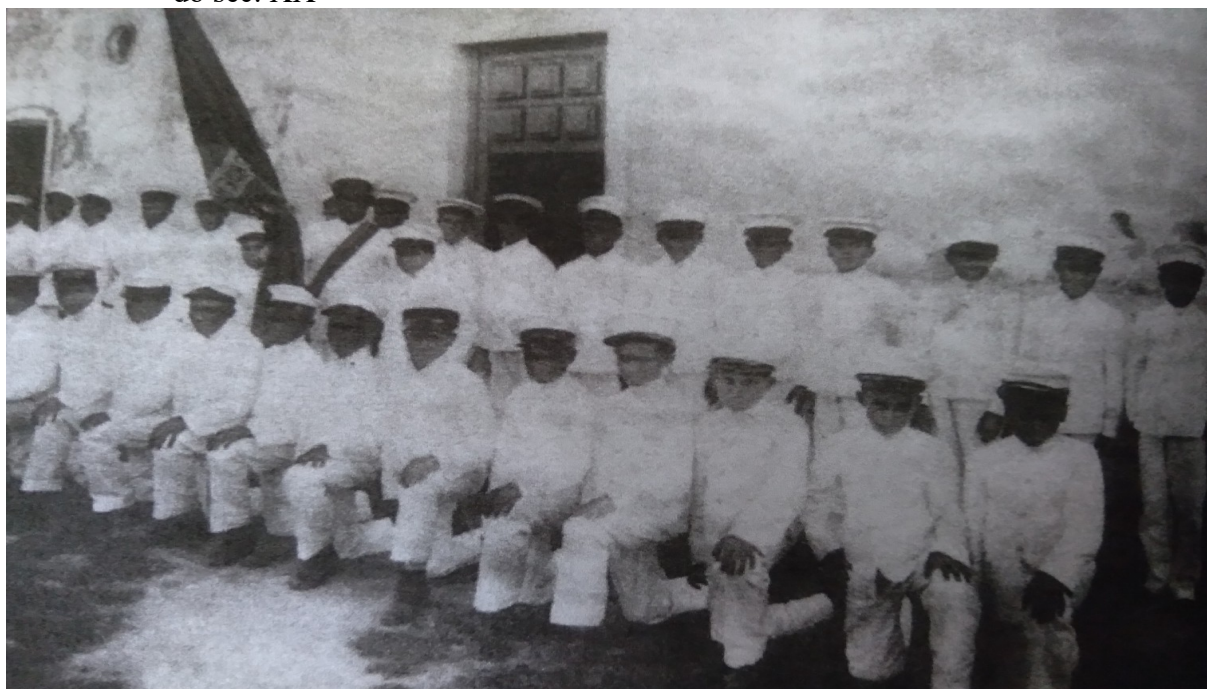
Buscando dar continuidade ao projeto de implantar para expandir as Companhias de Aprendizes em uma nova realidade do ensino, após a Companhia do Pará já ter sido estabelecida, já estava acertado que, na Bahia, também seria criado um dos nascedouros

navais. Era uma questão de tempo para tal propósito, obedecendo, é claro, às diretrizes da Companhia do Pará. Naquele momento faltava, às autoridades baianas, provocar o sistema para que a princípio fosse implantada em solo da Bahia.

O presidente da província da Bahia, em ofício enviado ao Ministro da Marinha, em 10 de abril de 1854, sugeria a criação da Companhia de Aprendizes e alegava que, na Bahia, já contava com alguns aprendizes, no entanto, esperava que essa Companhia fosse criada em um ano. A proposta inicial seria seu estabelecimento no Arsenal de Marinha para esse fim, e para o serviço da Capitania o registro militar do porto. Para o Ministro da Marinha, a execução dessa medida dependia da remoção da fortaleza, o depósito de pólvora. Na opinião dos Oficiais da Armada, essa Companhia é a que mais promete.

Outra questão referente ao projeto de ter o efetivo desejado na Companhia de Aprendizes da Bahia, tinha muito a ver com o que aconteceria nas próximas Companhias que seriam expandidas pelo Império, no que tange as políticas sociais, ou seja, se apropriar das crianças que completassem o limite do tempo de permanência nas Santa Casas de Misericórdia, que variavam de 7 a 10 anos e engajá-las para a militarismo, conforme imagem a seguir.

Imagem 13- Aprendizes Marinheiros, expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Início do séc. XX



As Santa Casas de Misericórdia se apresentavam como uma instituição ou um dos paliativos que forneciam crianças oriundas das rodas dos expostos para a Marinha, por serem crianças saudáveis e mais bem disciplinada. A diferença seria na forma de cuidar, pois entendendo que sair de um ambiente hospitalar e religioso de acolhimento e adentrar com pouquíssima idade para o militarismo sobre a égide de um regulamento extremamente rígido, vestindo a farda, predestinava aquela criança a um mundo de suplício quase “eterno”.

A princípio nas duas províncias, Bahia e Pará, com a criação dessas duas companhias, resultariam, além de algumas vantagens para os iniciantes na carreira militar, a não menos apreciável de darem asilos a centenas de crianças desvalidas ou jogadas a ermos, que em seu seio poderiam ter uma honrosa profissão, tornando-se cidadãos prestantes, relevantes e úteis ao projeto original do viés conservador, com intuito de não só beneficiar o país quanto as províncias que recebesse esses seres.

Chegou-se um certo ponto, analisando o relatório de 1860 e 1861, que a Companhia da Corte e da Bahia, não ofereciam carências de aluno para as vagas oferecidas para cada uma delas, apesar do efetivo total quase sempre não se completava.

Na Companhia da Bahia, quando criada, inicialmente, seus aprendizes não tiveram sua instalação em prédio fixo. No primeiro momento, foram enviados para as embarcações desarmadas como as corvetas *Euterpe e Bertioga*, as quais foram suas casas; posteriormente, em 1859, foram transferidos por ofício para a escuna *São Leopoldo*²⁴⁵; em 1870, eles foram transferidos para o forte São Marcelo; sendo finalmente, anos mais tarde, transferidos para edifício situado nos terrenos do Arsenal de Marinha²⁴⁶. Esse forte foi concedido em definitivo para a Marinha pelo Ministro da Guerra, por Aviso de 18 de novembro de 1868 e “em 1885, teve sua reorganização administrativa promovida pelo Almirantado” (NETO, 2009, p. 14). Essas embarcações postas fora de serviço seriam o quartel provisório e de escola à dita Companhia de Aprendizes²⁴⁷. O fato motivador para implantar e expandir as Companhias de Aprendizes como órgão de ensino foi a declaração do Ministro de que “se essa experiência for bem sucedida, o que muito depende da sua execução, seria conveniente criar novos e iguais

²⁴⁵ Fonte: Arquivo Nacional, Série Marinha. Códice IXM-84 – subsérie Intendência da Bahia.

²⁴⁶ O estudo de mestrado de Raul Coelho Neto (2009), busca entender a importância de criação e arcabouço temático dessa Companhia/Escola de Aprendizes do recôncavo baiano, tinham para a Armada nacional.

²⁴⁷ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1854, p. 9. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 29 jan. 2019.

viveiros nas províncias de Santa Catarina e do Espírito Santo²⁴⁸. Sendo assim, esse era um projeto de expansão visando ao controle em massa da população jovem. A Bahia demonstrava ser o local em que poderia expurgar muitos desses jovens da sociedade onde nada produtivo faziam, por Salvador ter sido um porto de imensa recepção de negros africanos.

Primeiro implantar as Companhias para depois expandir e prestar algum tipo de ensino, necessitava de um efetivo regular e ainda tinha que contar com as deserções que poderia acontecer. Por isso da necessidade de agentes públicos para esse propósito. Outro fato a explicar, diz respeito a dependência de alguns pais e tutores trazer suas crias, verifiquei que essa prática não tão intensa devido a ojeriza da população na questão do doloroso recrutamento.

Na Companhia de Aprendizes da Bahia, analisando a chegada dos jovens nessa caserna na cidade de Salvador, através de ofícios e cartas, entre 1859 a 1860, enviados pela Intendência da Marinha e pelos Chefes de Polícia, e através prêmios, as formas que eram apresentados os capturados me chamam a atenção sobre como era o recrutamento da Marinha em relação aos baianos. Esses registros eram remetidos, geralmente, por alguma outra autoridade, como o Delegado ou Juiz de Órfãos, e, então, encaminhados para o Arsenal. Essa documentação era elaborada por escrivães de órfãos e uma miríadas de oficiais escreventes com a função de produzir os escritos manuscritos, e é a partir daí que foram inseridos esses documentos muito parecido com cartas e correspondência.

O que se chama atenção, foi que na Bahia houve pouquíssimos casos de jovens que se apresentavam espontaneamente para assentar praça, mesmo os cativos sabendo que seria a possibilidade de ganhar certa liberdade, obrigando aos agentes tornar a caçada mais intensa e usual.

Também os ofícios forneciam dados e informações a respeito das Companhias quanto do envio de jovens ao quartel, aqueles remetidos pela intendência, juiz de órfãos e pelos delegados de polícia, conforme já dito, sendo a minoria enviados pela polícia, pois o interesse maior desse último, não era a captura de menores e sim delitos de elevado fato.

Por outro lado essa documentação trazia a forma simples que era produzida tamanho relato, não havia muitos rodeios e palavras rebuscadas. Era a forma de apresentar o jovem capturado para assentar praça em alguma Companhia daquela jurisdição. Segundo a

²⁴⁸ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1854, p. 9. Disponível em ddsnex.crj.edu/titles/142. Acesso em 30 jan. 2019.

professora Edna Antunes (2011), pelo número total de assentamentos no período (44 matrículas), vê-se o predomínio de menores encaminhados à Companhia pela Intendência da Marinha (79%). Em poucos casos, aparecem registros de menores encaminhados diretamente pela Polícia – o número de 5 menores; e pelos pais ou tutores – apenas 4 matriculados. Conforme ofício demonstrado na imagem 14:

Imagem 14 – Ofício de envio de jovens para a Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Bahia

Conforme se evidencia com o Decreto me
 n.º 1543 de 27 de Jan.º ultimo remette-se
 a V.ª Magestade Joao Evangelista
 de Almeida e Apolinario Joao
 de Almeida, aquelles de B.ª, e este
 de Marim de idades, filhos de
 phasos dos finados Joao Evangelis-
 ta de Almeida e sua mulher B.
 Mathilde de Santos e Almeida
 victimas da epidemia reinante,
 as quaes memores geras. e em prega-
 dos segund o omissos Decreto na
 Companhia de aprendizes Ma-
 rinheiros.
 B.ª a V.ª Cochocira de
 Outubro de 1855.

J.º de S.º Miguel Aguiar
 Farias, chefe de B.ª
 e Intendente

Ricardo Pinheiro de Vas.º
 Juiz de Officio

O documento diz o seguinte:

De conformidade com o decreto nº 1543 de 27 de janeiro último remeto a Vossa Senhoria os menores João Evangelista de Almeida e Apolinário João E. de Almeida, aquele de 13, e este de 11 anos de idades, filhos órfãos dos finados João Evangelista de Almeida e sua mulher senhora Mathilde dos Santos e Almeida vítimas da pandemia reinante, as quais menores serão empregados segundo o mesmo decreto na Companhia de Aprendizes Marinheiros.

Deus Salve a Vossa Senhora Cachoeira 8 de outubro de 1855

Excelentíssimo Senhor Diogo Ignacio Tavares, chefe de Divisão e Intendente

Muitos jovens eram entregues pelas autoridades, por meio de documentos oficiais do tipo ofícios que eram tipos de correspondências por meio do qual autoridades da Marinha correspondiam-se entre si, podendo ser assinado por delegação de competência por outro oficial do mesmo nível ou genérico. Assim, esses documentos eram acompanhados juntos com os capturados, como forma de oficializar o endereçado a pessoa a quem é dirigido. Na Bahia, foi recebida, por ofício, uma quantidade razoável de jovens.

Como já dito anteriormente, mas sem redundância, essas Companhias, como a da Bahia, recebiam a remessa de material humano a pedido de seus comandantes e de algumas autoridades em remetê-los, como os Chefes de Divisão ou Distritos, “juizes de órfãos”²⁴⁹ e os intendentess da Corte. Eles variavam quantitativamente entre 100 a 200 jovens com a tenra idade entre 12 a 17 anos e, às vezes, chegavam jovens com 10 e 13 anos. Assim foi o caso demonstrado acima dos menores João Evangelista de Almeida e Apolinário João de Almeida, um de 13 e outro de 11 anos de idade, ambos filhos de João Evangelista de Almeida e de sua mulher Sr^a. Mathilde dos Santos e Almeida, vítimas da epidemia reinante, sendo esses menores contagiados. O documento demonstra que a Companhia de Aprendizes na província da Bahia foi criada em um dos momentos mais complicados daquela região, pois foi assolada entre os anos de 1855 a 1856 com uma das maiores devastadoras epidemias do *cólera-morbus* de sua história. Naquele momento, o ambiente que mostrava Salvador, capital da província da Bahia, na metade do século XIX, era pouco salubre; os habitantes e as habitações eram pouco saudáveis, pois conviviam com a pobreza extrema e muita sujeira. Tamanha era a

²⁴⁹ Quando uma criança era órfã de pai, ou este, por um motivo qualquer, era considerado ausente, o juiz de órfãos nomeava um tutor para cuidar dela, caso não houvesse algum nome indicado em testamento. Isso em geral acontecia mesmo se o menor vivesse com sua mãe, pois esta era quase sempre impedida de assumir a responsabilidade jurídica de seus filhos. O tutor escolhido pelo juiz seria responsável não só pela integridade física da criança ou do adolescente, mas também pela gerência de seus bens. Por isso, de tempos em tempos, devia prestar contas da administração do patrimônio do menor. Se o juiz desconfiasse de alguma irregularidade, poderia destituir o tutor e nomear um substituto. Ver em Azevedo (1995).

precariedade que fome e doenças eram algo que se apresentava por quase todos os lugares, universo esse que possibilitava a exposição diariamente ao perigo de bactérias e fungos, ocasionando surtos de “epidemias como a varíola e da febre amarela”²⁵⁰. Segundo David (1993, p. 18), “na maioria das freguesias urbanas de Salvador, [...] se erguiam lado a lado casas de pobres e ricos. Ainda não havia separação rígida entre ‘bairros nobres’ e ‘bairros populares’”. Esse foi o ambiente social encontrado pela Companhia de Aprendizes baiana, tanto que, ainda segundo esse historiador, “os hospitais da Marinha localizados na capital recebiam os leprosos” (DAVID, 1993, p. 69). Para dificultar mais ainda, a condição financeira desses órgãos nos seus anos iniciais de existência não era nada animador.

Na Bahia, era deplorável o quadro educativo das crianças desvalidas, e muitos pais de alguma forma se apropriavam da Marinha para prover o sustento de seus familiares. Um órgão, mesmo sendo militar, para prestar algum tipo de ensinamento e ainda pagando alguma soma de dinheiros aos responsáveis que entregassem seus filhos para serem recrutas, poderia ser uma esperança profunda, mesmo sendo algo parcial e provisório e ainda “consistia em uma das pouquíssimas alternativas de educação profissionalizante destinada à infância pobre daquele lugar” (VENÂNCIO, 2004, p. 199).

A Bahia, como já dito, era um celeiro fértil para recrutar, e sendo assim já estava sendo um alvo fomentando não somente o recrutamento, mas também o ensino, educando-os para tentar dar algum tipo de autonomia, mesmo que depois viessem a sair da Marinha. A ideia dessa nova estrutura de ensino estava prestes a ganhar uma forma mais concreta desde a criação da primeira Companhia. O modelo vinha ganhando projeção e defesa das autoridades, e assim, por decreto foi implementação na província da Bahia, não mais como regime de plano piloto, pois não precisava mais isso, devido na Corte ter sido o laboratório “eficaz”. Por outro lado, algumas províncias estavam criando expectativa para o sucesso deste projeto, para determinar suas metas no que diz respeito ao acolhimento e educação de seus jovens.

A partir da implantação da Companhia da Bahia, expandir, seria uma nova realidade de ensino. E tudo indicava que este modelo deveria se espalhar pelo país, pois os bons resultados são palpáveis e relevantes. No entanto, o Ministro da Marinha, assim como outras autoridades, determinou que, para aderirem ao programa, indicariam futuramente quais as províncias que receberiam essas escolas militares, em formato de Companhias, para atender

²⁵⁰ Para saber por completo como estava a situação de saúde da população baiana, ver em David (1993).

alguns requisitos, tais como: aumento do índice da Educação de base, localização em áreas de alta vulnerabilidade social, próximo de regiões marítimas e fluviais, dentre outros.

Cabe lembrar que esse modelo buscava fazer uma gestão compartilhada entre autoridades provinciais e Estado/Marinha. Mas, tanto no Pará como na Baía existiram algumas regras gerais de como isso funcionaria, pautado no regulamento da Companhia do Pará. A partir disso, outras futuras Companhias das províncias seguiriam o mesmo molde.

Sem ser redundante na localização das Companhias, elaborei o mapa da Figura 1 para demonstrar com mais clareza a localização geográfica dessas unidades militares.

Figura 1 – Localização geográfica das 18 Companhias de Aprendizes-Marinheiros nas províncias do Brasil nos regimes vigentes à época entre os anos de 1840 a 1874



Mapa editado e montado por Serralheiro (2019) usando o programa Adobe Photoshop CS5, em 18 dez. 2019.

Para fins demonstrativos, com intuito de situar o leitor na localização das Companhias, foram representadas por meio de bandeiras coloridas as que eram pertencentes às províncias da época do Império e ao lado das bandeiras, com um pouco de redundância, o decreto de criação dos órgãos de formação naval. Repara-se que as únicas províncias que, naquele momento, não receberam a Companhia foram as de Goiás e Minas Gerais. A hipótese pensada foi que sua localização geográfica no centro do país, e por não ser banhada por mar, rios volumosos, bacias e lagos, fizesse com que, estrategicamente, não fossem contempladas com esse órgão de formação militar.

O fato é que as Companhias de Aprendizes não nasceram de uma hora para outra, mas fizeram parte de um conjunto de medidas vindo de ideias e proposições, através de relatórios ministeriais de ministros de épocas diferentes, levadas várias vezes para debates nas Câmaras dos deputados e senados, discutidos por diversos tipos de políticos, sejam eles de agremiações políticas de correntes liberais e conservadoras. Ao final, tiveram a positivação relevante, que acarretou na criação desses centros de ensino militar naval.

Quadro 18 - Mapa do estado das Companhas de Aprendizes-Marinheiros das províncias baixo designadas

Estado dos indivíduos	Bahia				Pará			
	Oficiais		Praças de Prét	Total	Oficiais		Praças de Prét	Total
	De patente	Excede			De patente	Excede		
Prontos no Quartel	2	2	55	59	2	2	22	26
Doentes no Hospital	-	-	5	5	-	-	-	-
Estado efetivo	2	2	60	64	2	2	22	26

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1855, p. 69, anexo "I". Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 06 fev. 2019.

Apesar das informações dessas Companhias de Aprendizes terem surgido ao final de 1855, esse mapa só foi executado em 31 de março de 1856, o que denota bem claro como estava o estado atual de produção daquelas duas recém-inauguradas Companhias. Desta forma, depois que essas duas Companhias nascem, desvinculadas do Corpo de Imperiais Marinheiros, introduz-se novo regulamento, com o objetivo de aumentar o número de menores nas Companhias. Porém, nada disso faria sentido se as normas não atendessem à nova demanda que estava sendo alcançada, isto é, não era somente o fato de ter mais

Companhias pela costa e sim regularizá-las com leis que pudessem manter a ordem e o controle sobre aquela demanda de sujeitos que estavam para se formar, daí fixar a lei seria para as autoridades o ideal para tal propósito.

5.2 FIXANDO LEI E REFORMULANDO AS NORMAS, UM ELEMENTO A MAIS PARA DISCIPLINAR OS JOVENS: O CASO GRÃO-PARÁ²⁵¹

Conforme iam sendo criadas, com a finalidade de defender o país e proteger suas zonas costeiras, oferecer suporte marítimo, no caso de guerras e realizar policiamento para evitar contrabando de mercadorias e tráfico negroiro, e também expurgar os jovens das ruas, tinham-se os projetos de fixação das Companhias de Aprendizes nas principais províncias, e com a finalidade de apresentar uma concepção de evolução naval, no horizonte temporal até 1874, bem como estabelecer metas intermediárias e para ajudar na orientação do processo de transformação em curso na instituição. O estabelecimento de novas Companhias e de normas para justificar o uso da força nas províncias está entre os pontos mais sensíveis das discussões parlamentares. A aspiração de implementar um arcabouço normativo para regular os órgãos de formação derivou, por exemplo, na criação de duas Companhias, Pará e Bahia, e toda sua estrutura de limitação da violência. Nesse sentido, questões como quem tem o poder para criar tais normas, qual a verdadeira capacidade delas de constranger quem não queria ser militar e quais atores podem ignorá-las, necessariamente, permeiam as análises daquele cenário nacional.

Uma das formas de se tentar responder tais questionamentos é através da análise das capacidades materiais e estruturais do Estado brasileiro. Dentro de um contexto força-poder, os agentes aptos a determinar motivos para o uso da força e criar normas que serão seguidas, no caso do Brasil, seriam aqueles com maior poder militar e econômico. Dentro dessa esfera

²⁵¹ Esse nome com o qual o atual estado do Pará era conhecido nos períodos colonial e imperial. O nome Pará tem origem no termo Pa'ra, que significa “rio-mar” na língua tupi-guarani, pois era assim que os indígenas se referiam ao braço direito do rio Amazonas, aumentado com as águas do rio Tocantins, que é vasto a ponto de não se poder ver a outra margem, dando a impressão de se tratar de um mar, não de um rio. Os portugueses chamaram o território recém-ocupado de “Terra de Feliz Luzitânia”, nome logo depois foi substituído pelo de Grão-Pará (grande rio-mar), para, finalmente, se tornar apenas Pará. A ocupação europeia da região começa no início do século XVI, com as incursões de holandeses e ingleses, que estavam em busca de sementes de urucum, guaraná e pimenta. Os primeiros portugueses só chegam em 1616, e o marco inicial de sua presença se dá com a fundação do Forte do Presépio, ponto de partida da construção da cidade de Belém, na época Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Fonte: www.infoescola.com/historia-do-brasil/grao-para/, acesso em 13 fev. 2019. Para saber mais sobre a Companhia do Pará, ver em SILVA, 2020.

analítica, os agentes com maior capacidade material necessariamente determinariam como e quando se devia intervir. Aos outros atores, com poder de recrutar, caberia uma capacidade de agenciar de forma reduzida, restando seguir tais determinações ou tentando conquistar poder para, no futuro, serem capazes de estabelecer tais indagações.

De certa forma, apropriei-me dos conceitos criados pelo filósofo francês Pierre Bourdieu (2009), primariamente as considerações sobre a hierarquização em campos de disputas e do poder simbólico pautado nos padrões de autoridade e legitimidade, fundamentalmente. Conforme apontado por ele:

[Os atos discursivos de modificação social] estão destinados a falhar sempre que forem pronunciados por um agente que não possui o “poder” para empregá-los [...] Poder, nesse sentido, precisa ser entendido não no sentido materialista, mas como poder simbólico: a capacidade de empregar estruturas simbólicas de representação e de ocupação de posições sociais, de onde o agente pode efetivamente modificar a realidade e, caso necessário, mobilizar poderes materiais.

Nessa contextualização discursiva, as ações executadas, como a criação de órgãos militares de base, podem ser incluídas naquilo que Bourdieu (1991, p. 74-75) chama de “mágica social”, que pode ser considerada a capacidade de fazer algo ser inserido na realidade social através do ato de nomeá-la. Essa disposição, contudo, não deve ser vista como puramente linguística. Apesar de literalmente qualquer ator ter a capacidade de vocalizar determinadas considerações, não são todos que podem exercitar a “mágica”. A capacidade de criar constrangimentos e moldar a realidade através da prática discursiva está ligada a estruturas de reconhecimento, através das quais as palavras são condensadas em ações sociais: padrões de autoridade e legitimidade, essencialmente. Por fim, através do instrumento descritivo analítico, foi-se tentar compreender as movimentações brasileiras, não como tentativa de efetuação de normas, mas de construção de elementos simbólicos para modificar parcialmente as considerações sobre a aplicação da violência simbólica. Por esse motivo, acredita-se que uma análise um pouco mais reflexiva das estratégias de política interna da Corte me fez esclarecer certas atitudes ainda incansavelmente analisadas e, principalmente, acenar para diferentes formas de se constituir configurações de se estabelecer influência e prestígio, como da Companhia da Corte.

Apos um hiato de 15 anos, quase um abismo, entre a primeira Companhia com a segunda, Pará, denotando o período de tamanha reputação que a Companhia da Corte teve na

formação de seus Marinheiros, esses receberiam o quinhão merecido, principalmente nos eventos de guerra ou rebeliões, sejam eles republicanos e separatistas, que ocorreram nas províncias, entre elas a do norte (Pará). Essas regiões, pelo fato de terem sido centros de grande efervescência e insatisfação em relação ao Governo central, em um período sensível da história, abrigaram futuramente quartéis, entre eles do Pará, formadores de Marinheiros nacionais, onde tiveram seus propósitos voltados para o recebimento de jovens em vulnerabilidade social.

A Companhia da Corte foi a primeira e única, até certo momento, responsável em proporcionar instrução e educação aos Marinheiros que dariam origem aos chamados Imperiais Marinheiros. Quanto a essas instituições de recrutamento militar, para o historiador Renato Pinto Venâncio (2000, p. 199), “é a partir da criação das Companhias de Marinheiro que se fundam, ineditamente no Brasil, instituições inteiramente públicas voltadas para os menores que não podiam estar sob os cuidados de seus responsáveis ou de hospitais”. Já para Jorge Dias:

A Companhia de Aprendizes de Marinheiros do Rio de Janeiro passou a desempenhar um papel importante na constituição de um grupo específico de trabalhadores do mar, constituídos aqui pelos marinheiros, cujo objetivo era dar início ao processo de instrução e educação formal das praças de Marinha [...] (DIAS, 2017, p. 14).

Desta forma, a militarização com cunho educacional foi a forma encontrada pelas autoridades políticas e militares para exercer controle e disciplinar a juventude para o trabalho, a qual viviam na ociosidade. Nesse sentido, também de acordo com o olhar da historiadora Sabrina Loriga, “na segunda metade do século XIX, o Exército, **inclusive a Marinha** realizou uma importante obra de alfabetização da população masculina” (LORIGA, 1996, p. 33, grifo nosso). Os discursos médicos, no entanto, validavam essa conduta política ao afirmar que aqueles jovens, ao se constituírem nas ruas “na grande escola do mal” e no “espaço de produção dos futuros delinquentes” (MARCÍLIO, 1998, p. 76), precisariam ser acolhidos e disciplinados.

Três meses após a criação das Companhias de Aprendizes do Pará e da Bahia, pensando na expansão de outras Companhias que poderiam vir pela frente e com receio de não ter o efetivo desejado, as autoridades, sendo a principal delas a figura do Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos

Negócios da Marinha, determinam que sejam observadas as instruções por que deve ser feito o alistamento de voluntários e de recrutas para o serviço da Armada. Para Paranhos, era conveniente agrupar e completar as providências que, por vários Avisos, e em diferentes épocas, se tem expedido para a aquisição de Marinhagem, e de praças de *prét* da Armada, harmonizando-as com as novíssimas disposições relativas a tão importante objeto, e disse ele: “Ei por bem Ordenar que se observem as Instruções, que com este baixão (sic)”. Assim, nasceu a norma em forma de Decreto nº 1591, de 14 de Abril de 1855²⁵², que tratava primariamente das instruções para o alistamento de voluntários e de recrutas para o serviço da Armada. Essa norma já vinha sendo pensada por tempos, mas não nasceu de imediato, e veio para revogar o regulamento definido pelo Decreto nº 411 A, de 5 de junho de 1845. Também, tal norma surge antes da criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Pará, quando o legislador se apropria dela para aprimorar o decreto citado acima, ou seja, o de abril de 1855.

A Companhia de Aprendizes do Pará foi considerada o plano piloto das demais Companhias que foram sendo criadas devido ao regulamento para organização, comando e administração não só dessa, mas de outras Companhias. Para fins pedagógico e de controle, o decreto 1517, de 4 de janeiro de 1855, composto por quarenta artigos, nasceu com intuito de cumprir a lei do ano anterior²⁵³. Também, possuir Arsenal de Marinha acabou sendo razoavelmente mais um motivo para ter uma Companhia de Aprendizes naquela província.

O pesquisador Jorge Dias, analisando os relatórios ministeriais, entre os anos de 1855 a 1860, encontrou informações pertinentes relativas à instalação das Companhias de Aprendizes ali no Pará, onde havia constituição de um Arsenal de Marinha. Segundo ele, “essas informações, constantes num documento oficial a nível provincial, reflete a importância para aquelas localidades do aparato militar ali instalado” (DIAS, 2017, p. 327). Já, para a professora Edna Antunes, um dos motivos que levaram as autoridades a firmar a criação da Companhia de Aprendizes, naquela província, tem a ver com “as condições favoráveis da população local acostumada a navegação e a existência de menores para a Companhia – os pais hesitavam em oferecer seus filhos a instrução [...]”. É claro que um ano antes (1854), o decreto nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854, a fim de ensinar os menores que

²⁵² BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1855. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, p. 16 e parte 1, 1856, p. 58.

²⁵³ § 2º do Art. 4º da Lei Nº 753 de 15 de Julho de 1854, CLI. Cabe ressaltar que o decreto 1517, de 4 de janeiro, não veio para revogar as disposições do Regulamento de 5 de Junho de 1845, anexo ao Decreto nº 411 A, da mesma data, pelo contrário, veio para tornar compatível com a diferença de circunstâncias e das localidades.

vivessem na mendicidade, enviava-os para os Arsenais ou Companhia de Marinheiros, o que acontecia no Pará.

A Companhia de Aprendizes do Pará passa a se (re)modular, a partir do momento em que a regra das normas se torna uma ferramenta de cunho organizacional dentro de seu escopo que tem entre si relações essenciais, segundo as quais devem ser preparadas e organizadas. O funcionamento da Companhia era pautado pelas ordenações do Decreto, que fixava seu público-alvo, circunstâncias de acesso, educação oferecida, permanência, dentre outros elementos.

Quadro 19 – Organização administrativa da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Pará

Posto/Graduação hierárquica	1ª Divisão	2ª Divisão	Total
Comandante (Capitão Tenente ou Primeiro Tenente da Armada)	=	=	1
Escrivão da Armada	=	=	1
Tenentes (Primeiros ou Segundos ditos)	=	=	2
Encarregado	=	=	1
Mestre	=	=	1
Contramestre	=	=	1
Guardiães	=	=	1
Mestre d'Armas	=	=	1
Marinheiros de Classe Superior	=	=	8
Aprendizes Marinheiros	=	=	200
Posto/Graduação hierárquica	1ª Divisão	2ª Divisão	Total
Tenentes	1	1	2
Mestres	1	-	1
Contramestre	-	1	1
Guardiães	1	1	2
Marinheiros de Classe Superior	4	4	8
Aprendizes Marinheiros	100	100	200
Total por Divisão	107	107	214
Mestre, Contramestre ou Guardiã	1		1
Marinheiros de Classe Superior	2		2
Aprendizes Marinheiros	50		50
			53

Real efetivo da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da província do Pará

Tabela elaborada pelo autor com base no decreto de sua criação²⁵⁴, usando o editor de texto LibreOffice

²⁵⁴BRASIL. Art. 2º, do decreto 1517, de 4 de janeiro. Também Fonte: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1517-4-janeiro-1855, Acesso em 15 mar. 2019 e Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1856, p. 33, mapa “G”. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em

Para não caracterizar o conceito militar de Companhia, este foi mantido com base na lei de no máximo duzentos aprendizes e, ainda para dar um toque de qualidade, o “artigo”²⁵⁵ impunha que os Oficiais Marinheiros e os Marinheiros de Classe Superior seriam tirados do Corpo de Imperiais Marinheiros, e escolhidos dentre aquelas praças que tiveram distinção por sua aptidão e comportamento.

Para disciplinar os Aprendizes, eram usados os toques de ordem de comando que transmitem informações, marcando os quartos de serviço e fazendo cumprir a rotina de bordo da Companhia. Para fazer parte dos “cerimoniais”²⁵⁶ de recepção e despedida, comandado pelo Mestre ou Contramestre de serviço, foi necessário haver, na Companhia, dois tocadores de pífaros e dois tambores, tirados dentre os mesmos Aprendizes, e que seriam ensinados em terra, ou a bordo de algum dos navios de guerra que estacionassem no Pará. Além disso, os toques e exórdios correspondentes de guerra eram usados no serviço interno e no cerimonial militar, pois, além da obrigação dos sinais sonoros para chamar atenção, na rotina diária, os sinais de ordenança eram indispensáveis para indicar os horários dos serviços aos Aprendizes, que na época não sabiam ler informações escritas e nem usavam relógio.

Abre-se um parêntese, pois tem todo sentido explicar a lógica desses toques de apitos na busca da profissionalização de um Marinheiro. Contudo, nas minhas pesquisas, não consegui precisar, mas tempos mais tarde, alguns cerimoniais na Marinha, o pífaro e o tambor, foram sendo substituídos pelo apito do Marinheiro. Assim, os principais eventos da rotina de bordo são ordenados por toques de apito, utilizando-se, para isso, de um apito especial, o “apito do Marinheiro”. O apito serve, também, para chamadas de quem exerce funções específicas ou para alguns eventos que envolvam pequena parte da tripulação. Ele tem sido, ao longo dos tempos, uma das peças mais características do equipamento de uso pessoal do pessoal de bordo. Os gregos e os romanos já o usavam para fazer a marcação do ritmo dos movimentos de remo nas galés. Com o passar dos anos, o apito se tornou uma espécie de distintivo de autoridade e mesmo de marcar as honras. Na Inglaterra, o *Lord High Admiral* usava um apito de ouro ao pescoço, preso por uma corrente, e um apito de prata era usado pelos oficiais em comando, o “Apito de Comando”. Eram levados tais símbolos em tanta

06 mar. 2019.

²⁵⁵BRASIL. Art. 2º, do decreto 1517, de 4 de janeiro. Fonte: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1517-4-janeiro-1855, Acesso em 15 mar. 2019.

²⁵⁶ Fonte: Marinha do Brasil, EMA-2017, 2ª Rev, Cap. I.

consideração que, em combate, um oficial que usasse um apito preferia jogá-lo ao mar a deixá-lo cair em mãos inimigas.

Nessa Companhia, como estratégia usada durante o processo ensino-aprendizagem, organizar a Companhia em duas divisões, que se denominam primeira e segunda, para verbalização e observação da rotina, foi repartida em números de membros conforme a quantidade de alunos em cada divisão. Assim cada uma delas ficaria com um Tenente a frente como responsável, um mestre, sendo um contramestre e somente na segunda divisão, um guardião e um Marinheiro de classe superior em cada divisão com intuito de melhor adestrar em formato de pelotão dentro da Companhia, e cem Aprendizes, perfazendo um total de cento e sete militares²⁵⁷. Em cada divisão, só se podia formar duas Seções, compostas da seguinte forma: um Mestre, Contramestre ou guardião, dois Marinheiros de classe superior, cinquenta Aprendizes-Marinheiros, perfazendo o total de cinquenta e três²⁵⁸.

O Mestre d'armas não tinha envolvimento direto nas divisões, o que hipoteticamente tem a ver com sua competência relativa a presidir as refeições dos Cabos, Marinheiros e oficiais, e também com sua responsabilidade em gerenciar o cuidado com os armazenamentos de materiais alimentícios e, por isso, ele não aparece nas divisões. Já o comandante, devido a seu cargo de comando, tem a função irrestrita ao comando das divisões. "Ficava a cargo do escrivão da Armada, responsável em registrar punições e o pagamento nos livros de socorro dos militares em específico dos aprendizes, outra função do escrivão geralmente preenchida por um oficial"²⁵⁹ (LEITÃO, 1974, p. 234).

A partir da criação dessas Companhias, com base na do Pará, estava organizada a formação singular de marujos e se operava como instituição de ensino com característica de regime de internato. Nela, oficialmente, os aprendizes desfrutavam do direito a alimentação, soldo mensal, material escolar, andainas de fardamento, bem como auxílio médico e religioso. O que se percebe, no transcurso do século XIX, é a dependência de um saber especializado que estará sobre a responsabilidade de interesses políticos e de dispositivos que tiveram o interesse de prevenir, cuidar e medicar não apenas o corpo individual, mas também do coletivo.

²⁵⁷ BRASIL. Art 4º do decreto de criação daquela companhia.

²⁵⁸ BRASIL. Art. 5º do decreto de criação daquela companhia.

²⁵⁹ A bordo das embarcações, era representado por um oficial de fazenda, encarregado de escriturar a receita e a despesa dos navios de guerra. Dependia do comandante, era um dos fiscais da Fazenda e, como tal, exercia vigilância sobre a legalidade das despesas [...]. Em sua falta, era substituído pelo comissário.

Em suas pesquisas, em parte, sobre a Companhia de Aprendizes da Bahia, a historiadora verificou que “algumas vezes, o médico declarava o menor apto para o serviço, mas advertia ao comando sobre a pouca idade. Principalmente, nos casos dos órfãos, o juiz intercedia ao Intendente de forma que o menor fosse recebido na companhia” (ANTUNES, 2011, p. 111). Muitos médicos não viam com bons olhos a carreira militar, já que, segundo Lins (2012, p. 162), “[...] pois nem todos os médicos estavam propícios a expressar a arte de seu ofício tão somente para referendar o que o oficialato ou os governos desejavam [...]”.

Ao pesquisar documentos no Arquivo Nacional sobre atuação dos médicos nas Companhias, na alegação de Antunes (2011, p. 111) “algumas vezes, o médico declarava o menor apto para o serviço, mas advertia o comando sobre a pouca idade. Principalmente, nos casos de órfãos, o juiz intercedia ao Intendente de forma que o menor fosse recebido na Companhia.” Por outro lado a paradoxalidade se torna latente, pois de um lado temos a pouca idade e de outro o vigor físico, como elemento principal para ter um bom marinheiro apto para os serviços navais, que ainda “são contraditórios a um feitor que exige vigor físico e saúde, necessários ao desempenho das tarefas de feitorias e, costumeiramente, estão presentes nessa idade” (ANTUNES, 2011, p.111). Cabe ressaltar que o aval em ter o recruta pronto para as atividades nas Companhias dependiam dos médicos, porém a escassez desses profissionais dificultava um pouco a liberação do jovem da perícia médica, com intuito de servir a pátria. Por isso, “o médico se torna o grande conselheiro e o grande perito, se não na arte de governar, pelo menos na de observar, corrigir, melhorar os ‘corpos’ social e mantê-lo em um permanente estado de saúde” (FOUCAULT, 1979, p.202-203). Ainda coadunando com esse autor “um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas (FOUCAULT, 1979, p.97).

A falta de profissionais da saúde, de certa forma, poderia atrapalhar o bom andamento das Companhias. Se em terra já estava difícil em adquirir cirurgião militar, nome que eram chamados os médicos na Marinha, imagino o médico saber que iria para bordo, que poderia causar desconforto devido ao ambiente insalubre de bordo. A dúvida ficava sobre quem seria responsável pela parte médica a bordo, o que só foi respondido ao se analisar a documentação pesquisada no Arquivo Nacional, quando o ofício enviado pelo Primeiro Tenente José Marques, que era o comandante da Companhia de Aprendizes do Pará, ao Inspetor do Arsenal da citada província, enumerava o efetivo da Companhia e citava a presença de “um cirurgião-

mor²⁶⁰, conforme documento da imagem 15.

Imagem -15 Ofício do Comandante da Companhia de Aprendizes do Pará em 10 de outubro de 1855

igual cargo na Companhia de aprendizes artifices
do Arsenal de Marinha.
É um grande inconveniente ter esse official da
Fazenda de occupar dois empregos interinamente
opostos e de differentes rubricas. Antes da nova
reforma do corpo de Fazenda, marcara para
esta Companhia dois officiaes de Fazenda, e
antes dois para a Companhia de artifices do
Arsenal: hoje um só official occupa o serviço
de prates, a consurgendo haver ditta forma prejuizo
para a Fazenda nacional ou para o offi-
cial de Fazenda que não se culpada.
Ho um prates entendido julgo que, tendo cada
Companhia o seu official de Fazenda, escreverá uma
uniforme e regular o serviço em ambas.
Comfirmacia. Isto a cargo d'esta repartição e 2.
Cirurgião do Corpo de Saúde d'Armada Dr. Can-
dido Firmino Bastos. Os doentes que necessitam
de um tratamento longo e mais regular são
enviados para a Comfirmacia de Marinha e aqui
deahi serem medicados. Durante o mes de de-
zembro e Janeiro apresentaram-se a bordo al-
guns casos de varicela que felizmente não fo-
ram victima alguma. Falleceram durante o mes
uma annos de varias molestias e não me-
nos...

Imagem editada pelo autor usando o programa photoshop CS5

Para posicionar melhor o leitor, a novidade do fragmento da documentação era a presença do 2º cirurgiões do Corpo de Saúde da Armada, Candido Firmino Bastos dos Santos,

²⁶⁰ Fonte: Arquivo Nacional. Série Marinha. XVIII M 3, Subsérie Arsenais de Diversos Estados.

que veio enviado do Arsenal daquela província, sendo que o mesmo alegava que foram apresentados, naquela Companhia, doentes que necessitavam de um tratamento longo regular, os quais são enviados para a enfermaria do hospital de Marinha, a fim de ali serem medicados. Durante os meses de novembro a dezembro, apresentaram-se a bordo alguns casos de varíola que, felizmente, não fizeram vítima alguma. Cinco menores faleceram, durante o ano, de várias moléstias. Além disso, a Companhia sempre tinha doentes na coberta no dia a dia²⁶¹.

A Companhia de Aprendizes do Pará iniciou suas aulas inicialmente com dois oficiais de patente, dois oficiais de fazenda, nenhum doente no hospital e vinte e dois praças de *prét*, perfazendo um total de vinte e seis e até 1874 havia obtido 453 recrutados²⁶². Meses depois, pelo menos naquele ano, havia 34 menores sobre o qual seu comandante, em carta, se mostra preocupado com o estado de saúde, sendo que cinco deles necessitavam de um tratamento longo, que só podia ser feito na enfermaria do hospital da Marinha na província. O referido comandante relata que faleceram durante o corrente ano de várias moléstias, outros cinco menores aprendizes que alguns casos se apresentaram a bordo do navio-quartel portadores de varíola, mas que felizmente não foram vitimados com essa doença. Nessa Companhia, segundo o comandante, devido ao clima do lugar, tem sempre doentes na coberta diariamente²⁶³.

A varíola, como a cólera, foi a maior e mais devastadora das doenças pandêmicas que grassaram no século XIX na província do Pará, sendo que a “cólera veio da Europa”²⁶⁴ e estava devastando as populações locais. Foi esse ambiente encontrado naquele momento da instalação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no Pará, e por isso a necessidade de ter dois cirurgiões naquele quartel devido a possível demanda de Aprendizes que ela poderia receber.

Apesar de ter feito várias pesquisas em arquivos especializados, como no DPHDM

²⁶¹ Fonte: Aquivo Nacional. Série Marinha. XVIII M 3.

²⁶² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1855, p.69 anexo “I”. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 25 mai. 2020 e A.N. Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados códice XVIII M 3.

²⁶³ Fonte: Arquivo Nacional, XVIII M3. Série Marinha. CODICE.

²⁶⁴ Em maio de 1855, durante a terceira pandemia, apareceu em Belém do Grão-Pará uma doença de caráter maligno, importada pela galera portuguesa *Deffensor*. A embarcação atracou no porto da cidade no dia 14 daquele mês trazendo colonos procedentes da cidade do Porto, região do Douro, em Portugal, cujas imediações eram assoladas pela doença. Era o início da saga brasileira. Do Pará a epidemia atingiu a Bahia em junho de 1855 e em julho chegou ao Rio de Janeiro, capital do Império, para desespero da corte (COOPER, 1986). Houve ocorrências, também, em Pernambuco e no Ceará (1861-1862) e (BELTRÃO, 2007, p. 148).

(Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha), constatei que há pouquíssimos registros da documentação que envolve as primeiras Companhias que foram criadas, Bahia e Pará. Minha curiosidade se manifestava em relação à questão de saber um pouco mais da saúde dos Aprendizes em algumas Companhias. O que pude verificar foi que alguns jornais eram usados pela Marinha com o intuito apologético de incentivar a vinda de alguns jovens para as Companhias, que foi o caso noticiado no jornal de Pernambuco,

Em virtude das ordens recebidas do Exm. Sr. Presidente da Província [...] a todos os chefes de família que queiram alistar seus filhos, ou tutelados, menores, na companhia de aprendizes marinheiros, a comparecerem na mesma capitania em todos os dias úteis nas horas de seu expediente²⁶⁵.

Também era de interesse dos presidentes de província, numa via de mão dupla, costurado a partir do poder central, boa parte deles atrelado a Marinha, para que jovens viessem a compor o efetivo das Companhias justificando a existência delas. Por isso que na busca de menores para serem enviados e matriculados nas Companhias, as autoridades se apropriavam dos jornais de época para tais finalidades, demonstrando um clima amoroso e de paz e harmonia como forma de incentivo no momento de recrutar. Exemplo disso tipificado em um de seus exemplares abaixo:

[...] Em se em todas as demais províncias os comandantes das Companhias forem como cremos que são, iguais ao Sr. 1º Tenente José Francisco Pinto, por certo esses meninos ter em vez de comandante, um pai extremoso. Temos por vezes observado o modo por que são os aprendizes tratados, pelo seu comandante e demais oficiais. O cuidado é extremo, quer no gozo de saúde quer quando doentes, nada lhes falta, a comida é abundante, bem feita e do melhor gênero, o vestuário é o que todo o público observa: sempre limpos e bem vestidos. E a alegria que se divulga no rosto desses jovens, é o melhor atestado que se pode ter do bom tratamento que eles recebem²⁶⁶.

De forma não verdadeira, os jornais, como foi o caso desse periódico pernambucano, emitiam uma ideia ludibriadora da Marinha, como estratégia de incentivar os menores a fazerem parte do quadro de praças da Armada. A realidade não era essa, pelo contrário, os ambientes de algumas Companhias eram permeados de grilhões e problemas, referente à alimentação, o que, em alguns momentos, levava os jovens a adquirir doenças. Também, foi o caso em Sergipe, quando o Ministro da Marinha recebeu do presidente daquela província os

²⁶⁵ Fonte: *Diário de Pernambuco*. Ano XXXVI. Nº 160. 19 de julho de 1850. p. 2

²⁶⁶ *O Constitucional*. Ano I. nº 13. Maranhão. 7 de março de 1863. Ver em Santos (2016, p. 158-59).

jovens Evaristo da Silva Barreto e José Máximo d'Aquino, comunicado pelo comandante de um dos órgãos de recrutamento, ou seja, a Capitania do Porto:

Dentre os recrutas vão dois, os de nomes Evaristo da Silva Barreto e José Máximo d'Aquino, pela soltura dos quais, principalmente do primeiro se desenvolveu nesta Província o mais pronunciado e caprichoso patronato, chegando a tal ponto o capricho e o escândalo que, de sadios e robusto que visivelmente mostram ser, foram considerados doentes e incapazes para o serviço d'Armada.

A questão da estética, valorizada no requisito para ser recruta, ou seja, “a robustez para ser aprendiz”²⁶⁷, nesse caso não fez a diferença, devido ao fato de os menores estarem acometidos de doenças, o que, para os comandantes das Companhias, fazia a diferença na questão do formar.

O fato é que, quando a Companhia do Pará nasce, com a fixação e reformulação de norma, se torna um elemento a mais para disciplinar os jovens. Neste sentido, o Grão-Pará recebeu a segunda Companhia que, à primeira vista, pode parecer redundância, mas para o projeto conservador se tornava uma prática construtivista que acarretou em fundações discursivas permeadas por debates e conceitos que vieram a inspirar a criação de outras pelo Império afora.

5.3 A EXPANSÃO DAS COMPANHIAS DE APRENDIZES-MARINHEIROS: FUNDAÇÕES DISCURSIVAS

A atuação das autoridades, diante das discussões sobre o emprego das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, parece ter seguido, num primeiro momento, essencialmente a linha argumentativa/discursiva e materialista, anexado a um contexto regional de aproximação com o acolhimento da população infantil. A Companhia da Corte esteve, em menor ou maior grau, dentro da esfera de influência sobre as outras províncias, estabelecendo suas ações de acordo com tais premissas. Importante ressaltar que compreendo o Estado não como um ator passivo e também unitário, mas um conjunto de vetores de forças que dialogam, discutem e intercalam interesses distintos para estabelecer determinada ação interna e externa. Nesse ponto, ao citar, em vários momentos, os debates parlamentares, faço considerações às ações

²⁶⁷ BRASIL. Decreto nº 1517, de 4 de Janeiro de 1855. Art. 6º Parágrafo 3º. Ser de constituição robusta, e própria para a vida do mar.

tomadas de âmbito nacional como resultado de jogos políticos de uma série de atores internos. Quanto à expansão das Companhias de Aprendizes, principalmente nas discussões sobre a implantação delas, existe a predominância das decisões, tanto dos ministros militares, quanto dos deputados, senadores e presidentes das províncias, com o conhecimento do Monarca e, dependendo do período, do(s) Regente(s).

Assim, num primeiro estágio de funcionamento da Companhia, a partir de 1840, posso definir parcialmente, até 1855, um momento de empirismo, quando o país esteve mergulhado socialmente em ebulição interna guiada, em grande medida, pela instabilidade da soberania sem restrição quase que absoluta do uso da força para tal fim. Apesar da existência de momentos de anomia, de forma geral, os procedimentos internos do país foram tensionados nesse sentido. Esse discurso de hegemonia pautou as ações em inúmeras ordens institucionais, na segurança, sendo parcialmente explicativo para a negatividade brasileira por normas mais ilustrativas em questões socioambientais. A materialização dessas considerações pode ser encontrada nos pilares pedagógicos institucionais da Marinha de Guerra e aponta que as ações internas seriam guiadas, entre outras, pelos seguintes princípios: instruir, implantar e formar, logística, recrutamento e captação, educação e cultura, recursos humanos, cabedal financeiro, autodeterminar, intervenção igualitária entre as províncias e resolução normativa/decreto com a criação de outras Companhias de Aprendizes para o crescimento da Marinha e da nação.

Nesse caso, entra o papel da geografia militar como aspecto mais concreto no fenômeno da expansão, da logística e da estratégia inteligente. Com isso, ter esses órgãos espalhados, era, sobretudo, aproveitar a vantagem de ter elementos humanos pelas ruas como um inconveniente e estabelecer o controle geográfico social naquela grande parcela da população. Com a aprovação de estratégias funcionais, viram-se consistentes planejamentos que se consolidavam no preparo das transformações sociais voltadas para as diretrizes de gestão vetorial, abarcadas desde a criação dessa instituição até a criação da última Companhia, o que aconteceu em 1874.

As transformações na implantação das Companhias de Aprendizes seguiram caminhos, às vezes, tênues, mas verdadeiramente legitimadores, com o entendimento de que certa parcela da sociedade civil que necessitava de algum ensino básico. As Companhias foram passando por reformas no bojo de sua administração, assim como no mundo civil as reformas no ensino foram efetivadas, para Moacyr (1937), em 1854, 1865, 1871, 1879 e 1885,

muito paralelo aos períodos de evoluções das Companhias.

A fundação dessas Companhias foram pensadas e discutidas por várias vezes e vários anos por determinados ministros, em grande parte, por Ministros militares com viés conservador, todos ligados diretamente ao poder central. Alguns desses ministros foram intelectuais com notório conhecimento da questão social, ideológica e militar europeu, por terem residido algum tempo em países como Portugal, Inglaterra e França. Para cunho demonstrativo, será pontuado de forma vetorial, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Vetores de transformação na implantação e continuidade das Companhias de Aprendizes-Marinheiros



Figura elaborada por Serralheiro(2019) usando o programa adobe photoshop CS5

Em relação à capacidade vetorial de vencer a inércia, o movimento que impulsionou, dentro das fundações discursivas, as primeiras Companhias de Aprendizes-Marinheiros iniciou-se com “o pouco simpático português, adesista de última hora” (BOITEUX, 1935, p. 20) – trata-se do Ministro Salvador Maciel, em 1836. Referente à profissionalização e nacionalização, em 1840, os ministros, o luso-brasileiro Jacinto Roque de Sena Pereira, Joaquim José Rodrigues Torres e Antonio Francisco de Paula de Holanda de Albuquerque, normalizam e fixam, em definitivo, por lei, a primeira Companhia conforme já relatado. Já, em 1855, com João Maurício Wanderley e José Maria da Silva Paranhos, deu-se andamento

ao projeto de consolidar, “culturalizar” e educar, numa continuidade ao recrutamento e à captação com vieses expansionistas, inaugurando outros espaços de formação no Norte e no Nordeste do País. O cabedal financeiro foi o cerne da questão devido ao descalabro dos cofres públicos relativo ao ônus a mais para o Estado²⁶⁸.

Todo esse autodeterminismo foi o vetor de força discursiva, sendo que as autoridades se apropriaram de uma identidade coletiva permeada por intervenções nos atos da massa popular com baixa idade estigmatizada pela condição socioeconômica, sistematizada na ideia de Silva:

[...] tal como a diferença, é uma relação social, isso significa que sua definição – discursiva e lingüística – está sujeita a vetores de força, as relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (SILVA, 2000, p. 81)

O Brasil estava passando por um período histórico de desigualdade social, principalmente na questão escravista, argumentando que o crescimento social é um pré-requisito básico para garantir metas significativas. O clímax para essas alegações está na interpretação de que o poder militar e social, e por que não econômico, é tão importante quanto nas grandes alas daquela sociedade, que são os atores que tendem a estabelecer práticas intervencionistas na vida dos mais fracos. Outro estágio da política de criação das Companhias, dentro da discussão nacional sobre o uso da força, pode ser percebido após 1854. Com o fim dos discursos bipolares, a criação e, ousado dizer, a ascensão de novos espaços de formação faz engatar a expansão que se inicia em 1855. Tal momento insere-se no país dentro do horizonte em que uma participação mais comprovada não foi só desejável, como requerida.

Observado como uma expansão emergente, o país aumenta relativamente a quantidade de Companhias após a Companhia da Bahia, progressivamente uma após a outra, apesar de estar claro que sua influência territorial seria de fato estabelecida. Considera-se que a consolidação da Companhia do Rio de Janeiro, apesar de fixada em âmbito regional, numa

²⁶⁸ A lei de 15 de dezembro de 1830 fixa as despesas do ministério do império, na qual se orça a receita e os gastos para o ano financeiro de 1831-1832 e determina a apresentação na câmara dos deputados, até 15 de maio de cada ano, de relatórios impressos, nos quais, muito circunstanciadamente, se exponham o estado dos negócios a cargo de cada repartição, as medidas tomadas para o desempenho de seus deveres, e a necessidade ou utilidade do aumento ou diminuição de suas respectivas despesas. Ver em Caminha (1986, p. 255).

parte do Brasil, não impediu a Marinha de dar saltos maiores nas províncias. Independente dessas ideias, a expansão desse órgão foi visível e acarretou, muitas vezes, na execução de atos que vieram a ser interpretados como invasivos dos direitos a liberdade. O discurso de absoluta junção à consolidação e soberania, inserido nesse contexto, poderia servir de pano de fundo para tais movimentações. Todavia, essa perspectiva, que poderia ter representado um fenômeno de ruptura com antigas práticas coloniais, foi vista como um processo desencadeado pela significância de discursos e princípios. Em vez de deixar para trás os pressupostos explanados anteriormente, a Marinha as adotou (as Companhias de Aprendizes) para uma nova realidade, principalmente em decorrência da renovação da nova frota de navios, “para o contexto das guerras que viram pela frente”²⁶⁹, isto é, uma década adiante. Essa força naval brasileira, para fazer frente a tais desafios e ameaças, que poderão aumentar no futuro, buscou desenvolver sua própria metodologia para formar sua força, tornando-as aptas para responder prontamente, na medida do possível, às necessidades impostas pelo cenário não só nacional, mas também internacional. Essa vontade política tornou-se uma realidade, em 1855, quando o ministro da Marinha autorizou a criação de duas Companhias de Aprendizes, como já insistentemente relatado. Assim sendo, a grande oportunidade, que se descortinava, transformou-se, também, num dos maiores desafios da instituição, uma vez que, desde 1840, se tinha uma Companhia Fixa. A Marinha de Guerra se encontrava, assim, num contexto em que possuía a aspiração de ser mais ativa nacionalmente no combate ao tráfico e na patrulha da costa, incluída como sendo uma instituição potencialmente emergente. Para isso, envolvia toda uma estrutura de logística que exigia material eficaz e pessoal preparado, não só do topo (Oficiais), mas também da base (Marinheiros).

Dentro desse panorama, por um lado, a Marinha esforçava-se para ter um peso a mais em questões nacionais englobando as associadas com a segurança e a paz, mas, por outro lado, mantinha-se emparelhada com outras noções no propósito intervencionista, em uma explanação híbrida, que mescla o interesse de ação com valorização da soberania estatal e das garantias de logística galvanizante interna.

Na questão à instrução, a norma era bem clara. O jovem aprendiz que completasse 16 anos e tivesse pelo menos três anos de instrução no quartel da província seria enviado para o Quartel Geral do Corpo, na Capital do Império, mais especificamente remetido para o Corpo

²⁶⁹ Estou referindo à guerra do Paraguai, que iniciou em 1864 e terminou em 1872.

de Imperiais Marinheiros para conclusão da educação militar e náutica²⁷⁰. Essa instrução ocorre desde os primeiros dias em que o jovem é inserido dentro daquele espaço, onde executam movimentos corretos e uniformes para moldá-los conforme a crença naval.

Sobre a organização administrativa da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Pará, levando em consideração o estudo de caso em uma abordagem investigativa, destaca-se que as fundações discursivas que originaram essa Companhia do norte, cujo método quantitativo, nos traz números e informações para sua classificação leva em consideração também o qualitativo, por meio da investigação analítica, que considera a existência de uma relação dinâmica aqueles sujeitos e seu mundo real. Neste caso, as Companhias do Pará e da Bahia nasceram, inicialmente, com duas divisões, ou seja, enquanto uma divisão estava aquartelada em prédio fixo, outra ficava a bordo de embarcações desarmadas, isso seria a forma de diversificar o ensino ou instrução. Outras companhias seguiram esse molde, como, por exemplo, a do Desterro/Santa Catarina, em que as duas divisões e seções ficaram aquarteladas em lugares fixos de terra, ou seja, enquanto uma ficou no próprio Desterro, outra ficou em Laguna. Outras companhias nasceram somente com uma divisão/seção, como caso ocorrido com a do Rio Grande do Sul (1862), que ficou aquartelada na região da ponta da macega, na província de Rio Grande onde hoje se localiza o Comando do Quinto Distrito Naval. Ainda outras seguiram esse mesmo sistema. Desta forma, as Companhias do Norte abriram espaços para o surgimento de outras, sendo um modelo em curso, mas o clima de formação em seu interior buscava o aprimoramento, a instrução e o conhecimento das práticas militares como alternativa de educação à criança desvalida, pautadas no regulamento ou na força do poder.

Cabe aqui discorrer como se formava militarmente um marinheiro no interior daquele espaço de formação e os diversos comportamentos que o estado usava frente àquele “grande” contingente de menores que iam chegando às Companhias. Assim, marchar, perfilar, estudar, dormir, acordar, vestir os uniformes e os tipos de farda, além do controle com o uso do monopólio do poder disciplinador, pelo viés da estética, são questões que serão discutidas no próximo capítulo.

²⁷⁰ BRASIL. Decreto 1517, 4 de janeiro de 1855, Art. 23. CLI.

6. APRENDIZES, ALVORADA²⁷¹! “OUVE-SE AO LONGE UM ANDAR CADENCIADO”²⁷² PELA ESTÉTICA DO PODER

A partir desse momento, debruçar-me-ei na “rotina”²⁷³ prescrita para os Aprendizes, a qual era ferrenha, consoante aos moldes da época. Para desenvolver essa ideia, apropriei-me do enfoque do “poder”²⁷⁴, pautado e postulado na ótica do pensador e filósofo francês Michel Foucault (15 de outubro de 1926 a 25 de junho de 1984), pois ele aborda as relações entre indivíduos dentro de instituições. Segundo o autor, “não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros” (FOUCAULT, 1995, p. 40). Para descortinar o conceito de poder, por ser elástico, também me aproprio das contribuições desse autor para analisar a educação, com suas adições a essa compreensão, ao abarcar sobre sujeitos vindos da classe subalterna que compõem a tendência pós-estruturalista e ao apontar algumas outras expectativas analíticas que essa perspectiva coloca para a nossa assimilação sobre a educação daquele período.

Michel Foucault (2009) traz em suas ideias a afirmativa que o objetivo da disciplina é estabelecer corpos dóceis, ou seja, corpos fácil de serem ensinados, ou em até alguns momentos, alienáveis, que assimilam muito bem a orientação vinda da relação de poder. O corpo está em constante disciplina, se orientando pelo tempo nas fábricas, nas instituições religiosas, nas prisões, e no nosso caso nos quartéis, além de seguir uma cartilha visual de

²⁷¹ Sobre a alvorada, essa metonímia no militarismo significa toque de alvorada, toque de corneta ou banda marcial ao alvorecer, para despertar os soldados, marinheiros e nos quartéis ou a guarnição a bordo de navios.

²⁷² Essa frase diz respeito à letra e à música do hino da Marinha que tem como título “canção viva a Marinha”, produzida pelo Contra-Almirante, Luiz Felipe Menezes de Magalhães, natural do Rio de Janeiro, que teve seu ingresso na Marinha pelo Colégio Naval, aos 17 anos, nascido em 01 de fevereiro de 1921 e falecido em 28 de agosto de 1971.

²⁷³ A origem da palavra rotina foi procurada com o objetivo de encontrar algum dos pontos de emergência do tema, isto é, uma definição ou uma conceitualização inicial do termo. Além dos dicionários etimológicos, foram também consultados dicionários de língua estrangeira e dicionários temáticos de diversos campos do conhecimento, para estabelecer um pequeno inventário de sentidos que possa produzir a construção de significações para a palavra rotina e, posteriormente, construir seus significados pedagógicos. Barbosa *Op. Cit.*, p. 41. Entretanto, a palavra rotina surge no francês antigo como *route*, um derivado da palavra do latim vulgar *rupta* (rota). Seus primeiros registros aparecem na alta idade média, possivelmente no século XV. A data de registro de seu aparecimento na língua portuguesa é de 1844, segundo Cunha (1982).

²⁷⁴ A palavra poder é uma etimologia latina vulgar *potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis esse*, “ser capaz”, “autoridade”. A palavra poder torna sempre uma palavra ou ação que exprime força, persuasão, controle, regulação entre outros.

como se deve comportar, como a marcha, por exemplo, dos Soldados ou, também, dos Aprendizes-Marinheiros.

Apesar de Foucault não ser contemporâneo ao Império, sua retórica baseou-se no fenômeno do poder através da ideia prática de uma rede ou teia que se ramifica para distintas direções, diluindo, assim, o conceito em determinado ponto: o saber-poder, enquanto um conjunto de conhecimentos norteia as relações de poder e define os papéis nessa rede. O poder, segundo o autor, acontece de forma dinâmica, diluindo-se em níveis que não são cognoscíveis a todos os envolvidos na rede, como instrumento de imposição e/ou legitimação de uma classe ou categoria sobre a outra. Na linha de pensamento de Foucault, o ser-poder é um exercício de ações entre pares, não é algo que uns possuem e que também podem ser vítimas. Portanto, não existem aqueles que possuem o poder e os que dele estão separados, pois a dinâmica das relações de poder indica que ele está em todo lugar a partir do momento em que uma ação interfere na ação do outro.

Ainda, conforme Foucault, o processo disciplinar se alonga mediante a força, em termos sociais de utilidade, e limita a resistência corporal mediante o poder. Em seguida, na própria Companhia, ao ouvir ao longe um andar cadenciado, com a ordem de comando “marche”!, percebe-se o sentido de expressar a postura corporal sem tardar, buscando anular ao máximo possível o espaço entre a consumação do ato e a ordem, dentro do tecido corporativo.

Filosoficamente, na esfera social, seja pela corporação e pela instituição, a palavra poder, quer seja por direito, se estabelece como “a capacidade de este conseguir algo, por controle ou por influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado [...]” (BLACKBURN, 1997, p. 301). Assim, na questão dos Aprendizes, o poder sobre seus corpos norteia a proposta de se recorrer ao dever da obediência com absoluta dependência de qualquer interesse e espécie de motivos. Desta forma, isso pode significar, para eles, a “dominação” e sua relação com o conceito substanciado do poder. “No sentido geral de poder e, portanto, de possibilidade de impor a própria vontade sobre a conduta alheia, a dominação pode apresentar-se nas mais diversas formas” (CARDOSO; ESTEVAM, 1979, p. 10).

Poder e dominação possibilitam impor a ordem normativa e a própria vontade dentro da relação social, entre determinados sujeitos, para um mandato, por parte de uma conjuntura

de materiais humanos em que alguns não estavam dispostos a uma obediência, em virtude de atos arraigados, seja automática, simples ou pronta. Isso faz o conceito de poder ser sociologicamente algo sem forma determinada e, de certa forma, se mantém no monopólio da coação física.

Continuando nessa discussão, outra questão importante é a “estética do poder” (SANTANELA, 2000, p. 11)²⁷⁵. A Marinha, como instituição militar, veste a farda nos recém-chegados às Companhias para fazer valer a separação, através do uniforme e de divisas em seus braços, de quem é menor e maior hierarquicamente. Aqui também entra a questão da identificação do belo da utilidade dos uniformes e a conveniência na questão de manter “o poder tutelar”²⁷⁶, quem manda e quem obedece, remetendo à ideia das relações entre o parecer e o ser, dentro do mesmo espaço interativo.

O vínculo interativo de “aliança”, em estarem juntos no mesmo espaço desde o acordar, base das futuras estruturas de domínio envolvendo os Aprendizes-Marinheiros, é elemento básico desse constructo formal, sendo relevante ressaltar que a existência de três estratos – organização controladora, recrutadora e administrativa – evidencia possibilidades relacionais passíveis de serem apropriadas com base na ideia da trindade, como comentada por George Simmel (1964), uma esfera de três termos. O objeto de disputa dessa esfera é o butim, passa-se muito mais além de dissemelhantes conexões de poder, que pode sofrer ou experimentar a descrição para casos concretos por meio da noção de situação histórica. Para isso, o exercício do poder tutelar encontraria interessantes matizes quando remetido a esse quadro formal de convívio triangular.

Ainda, convém ressaltar que, na esfera do poder, a experiência estética se faz na medida em que nos aproximamos com o universo das representações. Tudo isso está ligado ao propósito pedagógico de usar o signo (farda), para, *a priori*, prestar algum ensino, não como forma libertadora e sim controladora. Logo, a Marinha dá continuidade ao projeto de ensino (re)organizando as Companhias de Aprendizes, em meados do século XIX, especificamente em 1855, e através do instrumento jurídico chamado decreto, baseado na Companhia do Pará,

²⁷⁵ A palavra estética deriva do greco *aisthedi*, que significa “sentir os sentidos”, sentir enquanto percepção física, podendo ainda qualificar, como utilizada hoje em dia, tanto a filosofia do belo como uma forma elegante, atraente ou sedutora de ver e qualificar algo. Para saber mais sobre o assunto, ver em (HUISMAN, 1961; PASSOS, 2010).

²⁷⁶ Para outros trabalhos dedicados a pensar outros aspectos do poder tutelar, ver Barroso-Hoffman (2009), Chuva (2009), Corrêa (2000, 2003, 2008), Costa (2008), Lugones (2013), Ramos (2006), Vianna (1999, 2002), e Souza Lima (2014).

cujas tarefas compreendiam não apenas a defesa nacional, mas também a formação de jovens na instrução e disciplina, com intuito de tê-los como membros produtivos e responsáveis da comunidade naval. Isso me faz pensar o quanto a educação militar reflete o conservadorismo em duas tendências: a que incentiva a reprodução de comportamentos e práticas militares que passam a ser consagradas, a partir daquele momento; e a outra por meio do uso de fórmulas doutrinárias expressas na legislação vigente, isto é, nos regulamentos militares.

A doutrina militar nacionalista leva-os ao desencorajamento pelo perigo compartilhado que aqueles espaços de formação traziam. A Marinha estava no propósito de fazer cidadãos e combatentes. A chegada dos menores no interior das Companhias foi graças à malha do recrutamento, que envolvia agentes com papel fundamental na captura daqueles futuros Marinheiros, em que a polícia executava uma função importante na busca de indivíduos. Os processos de admissão com a chegada deles e os testes de obediência podem ser desenvolvidos numa forma de iniciação que tem sido denominada “as boas-vindas” (GOFFMAN, 1961, p. 55).

A partir dessa explanação figurativa, verifica-se a ligação dos vértices: Estado, poder e sociedade militar. É possível entender, de forma análoga, a identificação das relações de poder entre os setores apresentados, devido à transformação de vida que ocorre naquele espaço, que, segundo Ferreirinha e Raitz (2010, p. 371), “são tão complexas, tácitas, intrínsecas e interdependentes que, por vezes, encontram-se discursos de verdades e direitos desenhados pelo interesse individual”. Para aqueles indivíduos, a transformação pode ser positiva e dramática, e a iniciação em treinamento pelas Forças Armadas pode melhorar a saúde física, recrutar e ensinar habilidades básicas, bem como disciplina, qualidades imprescindíveis para a instituição naval.

De certo ponto de vista, o cumprimento do horário, do levantar ao deitar, não era somente um gesto de despertar e voltar a dormir, era na realidade mecanizar os corpos sem pedir sua permissão e sim fazer de forma obrigatória, era um tipo de coação que se fazia sobre a homogeneidade dos movimentos, cujo resultado era uma codificação atrelada ao tempo e gesto. Assim corrobora-se com Foucault ao alegar que “o tempo penetra no corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2009, p.146). Se antes o jovem, por algum motivo social, não tinha responsabilidade com o cumprimento do horário, após sua inserção na Marinha, o comportamento se muda a partir do alvorecer, e é claro com

conturbadas relação entre a base, passando pelo meio da pirâmide e finalmente sendo atingido pelo topo.

Para a sociedade como um todo, o triângulo complexo de relações instáveis envolve poder, sociedade civil e Estado. Isso me remete ao aparelho de Estado, de forma análoga à figura 3, que mostra como se comporta o poder na sociedade, por meio de recurso analógico, comparando-o ao triângulo do tripé da sociedade militar de base.

Figura 3 - Triângulo conexo a Foucault tripé da sociedade militar



Fonte: Com base análoga a obra de Foucault (2009), feito por Serralheiro (2020), usando o photoshop CS5

No topo da pirâmide social encontravam-se aqueles que detinham o investimento no poder sobre todos os corpos sociais, seja no lado nobiliárquico, seja no lado religioso, seja no lado civil e militar. O que se percebe é que o exercício do poder está diluído de forma vertical em uma rede de instituições disciplinares que constituíam aquela sociedade, sendo cada um tão importante quanto ao outro, estabelecendo regra no seu próprio grupo. Já no meio da pirâmide encontrava-se os executores, isto é, aqueles investidos no cargo de servir não só a população, como também apaziguar a sociedade de algum tipo de mal, por ser um corpo de cidadãos conscientes de seu protagonismo social na qual cabia-lhes fazer as prisões e as capturas para recrutamento, o que implicava numa coação absoluta e ininterrupta que “exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo [...] os movimentos, o controle minucioso dos corpos” (FOUCAULT, 2009, p. 133). Na base, ficava o grande montante, aqueles passivos de capturas, da violência, da discriminação, da estigmatização, mas se

tornaram úteis para compor, por conveniência ou por imperativismo, as fileiras da base militar.

Por outro lado, muitos servidores na prática da improbidade formam todo aparato se apropriando do Estado, que, em muitas vezes, faz vista grossa para a forma como os agentes atuam, com atos reprováveis, para trazer vários corpos para as instituições militares ganhando prêmios por isso. No entanto, esse biopoder, Estado e servidores, poderia levar os jovens à experiência coletiva e produzir indivíduos isolados à variedade de grupos étnicos com os quais compartilham um território e construir uma camaradagem entre todos, expondo-os a temas nacionalistas a um senso de dever patriótico. Desta forma, os militares pareciam cumprir quase todas as funções, sendo que jamais poderiam pedir de uma instituição pública o controle de suas ações e desenvolvendo cidadãos a arte de guerrear, promovendo mecanismos de ensino para esse propósito.

As guerras provinciais, por um lado, não valeram a pena, na questão social, devido aos altos custos na destruição da vida humana, por isso, se apoiaram na constituição de tais órgãos sociais como as Companhias. Por sua vez, a ausência de tais instituições, ou a incapacidade de aproveitá-las adequadamente às oportunidades oferecidas pela guerra, representaria uma perda potencial significativa para uma sociedade. Para alguns indivíduos, a transformação que essa instituição trazia poderia ser dramática e positiva.

A alvorada representaria, na vida daqueles jovens, bem mais do que momentos de expectativa e ansiedade; na prática, anunciava o início de uma nova jornada repleta de atividades que começavam bem cedo e terminavam no fim da tarde. A partir da alvorada iniciavam-se os ofícios, que frequentemente eram estressantes e perigosos. A Marinha se colocava como a tutora daqueles jovens que, no século XIX, confirmavam certo paternalismo, pois os garotos mantidos pelo poder público em confinamento constante teriam a pátria como pai e a Marinha como mãe, sendo os demais Aprendizes como irmãos, “ditames de uma disciplina paternal”²⁷⁷, formando, assim, compulsoriamente, os denominados “batalhões da esperança” (VENÂNCIO, 2004, p. 195), “mesmo que órfãos de mãe com pai declarado, órfãos de pai e mãe tutora, pai e mãe vivos e alguns casos velados” (SERRALHEIRO, 2017, p. 200).

²⁷⁷ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1860, p. 9. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 22 mai. 2019.

Em suma, as forças e faculdades impostas pelo recrutamento eram, muitas vezes, desmedidas aos estados nascentes. Recrutar e recrutamento, como natureza coercitiva, tinham custos financeiros, políticos e administrativos, e apenas preparar os conscritos, explicar, mudar vidas, dar vestimenta e alimentação era muito mais do que a maioria dos governos poderia dar. As relações com as províncias foram particularmente problemáticas nesta questão, pois poucos queriam oferecer suas crias para a Marinha, devido ao recrutamento militar no Brasil imperial ser extremamente odiado pela população masculina, especialmente a adulta, livre e em idade produtiva. O próprio Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos, dizia em seu relatório que “é lamentável que, como informa o Intendente da Marinha da Bahia e o Inspetor do Pará, alguns pais e tutores preferiam antes ver seus filhos e pupilos na miséria do que oferecê-los ao serviço nacional”²⁷⁸.

O desenvolvimento da Marinha, a partir de sua criação, por exemplo, foi atrasado pela relutância provincial para separar os homens com intuito de incorporá-los nas batalhas e com a continuidade da série de revoltas locais que pareciam mais urgentes para o relevante momento. O serviço militar e as rotinas institucionalizadas naquele espaço faziam com que “os quartéis segregassem os praças da sociedade que os rodeava de maneira muito semelhante aos presídios e às senzalas” (BEATTIE, 2009, p. 34). Então, com o propósito de orientar a prática e os exercícios, estabelecendo normas que padronizassem sua execução no âmbito naval, a Marinha se apropria da prática de Ordem Unida como modo regulador de coesão e estética da tropa. Desta maneira, a rotina desses militares era feita em um sistema de vigilância permeada pela rigidez absoluta “em um exercício de tirania” (FOUCAULT, 2009, p. 110).

A ordem unida, permeada pelo andar cadenciado em formato de marcha, era feita para estabelecer um padrão de movimentos imbuídos de treinamentos constantes e simétricos com a qual “as instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento” (FOUCAULT, 2009, p. 110). O que estava em voga não era somente a forma rude e/ou rudimentar no tratamento para com o aprendiz, era a concretude na medida em que ele é o objeto e o vetor de poder, era toda forma usada de força para converter a alma daqueles

²⁷⁸ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1856, p. 6. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 22 mai. 2019.

passivos à estética do poder. Ainda, segundo o próprio Foucault, “é desta prisão, com todos os investimentos políticos do corpo, que ela reúne em sua arquitetura fechada, que o próprio outro gostaria de fazer história” (FOUCAULT, 2009, p. 53).

Para os que viviam no interior daquele espaço “prisional”, a jornada começava bem cedo, em horário pré-estabelecido pelo comandante, ou seja, às 05 h 30 min da manhã, com o toque da alvorada. Logo que acordavam, arrumavam o alojamento, vestiam seus uniformes e seguiam para o rancho, local onde realizavam todas as refeições, para o café da manhã. A ordem unida passou a ser um ato de instrução individual e coletiva que tinha como ponto máximo a disciplina dos movimentos do corpo em detrimento do espírito, dentro do interesse dominante justificado pela reabilitação física, “uma vez que a arte/ciência da guerra, independente do estágio de desenvolvimento social, necessita do trabalho corporal em maior ou menor grau” (FERREIRA NETO, 1999, p. 6). Por um lado, viver em constante disciplina militar, por longos períodos, de modo a estar sob vigilância constante, tornava aquela rotina austera, algo estressante e desgastante. Assim, preliminarmente, pode-se afirmar que foi necessário estabelecer normativamente rotinas regulares para manter os corpos “viris” para que conseguissem o resultado final, desde o acordar até o dormir, e para isso uma das propostas concedidas para tal fim usado pela Marinha foi a ordem unida.

6.1 DO CREPÚSCULO DO AMANHÃ AO PODER DA ORDEM UNIDA

A ordem unida teve seus primórdios com o jovem Rei da Prússia, atual Alemanha, Frederico II, governante do século XVIII, nascido em 24 de janeiro de 1712 e falecido em 17 de agosto de 1786. Ele entendia que a ordem unida era de extrema importância para suas tropas e impunha que, no cotidiano, seus súditos executassem movimentos em marcha a pé firme com a finalidade de desenvolver, principalmente, a disciplina e o espírito de corpo. Frederico II dizia que “a prosperidade de um Estado tem por base a disciplina dos seus Exércitos”²⁷⁹. A partir daquele momento, o conceito de ordem unida se caracteriza por:

uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes – instrutores e instruendos, comandantes e executantes – como um significativo esforço para demonstrar a

²⁷⁹ Fonte: logisticamilitarblog.wordpress.com/2017/11/29/direita-vol-ver/, acesso em 26 mai. 2020.

própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra²⁸⁰.

Apesar de esta citação ter sido apropriada das Forças Armadas dos dias atuais, com poucas modificações, ela é uma referência clara que se encaixa perfeitamente nas instruções das Companhias de Aprendizes, como um dispositivo individual e de ensino para sincronizar os movimentos daqueles sujeitos. Assim, a característica da ordem são termos consubstanciados para manter rigor, destreza e disciplina, como: coluna por um, distância, linha e fileira, intervalo, alinhamento, entre outros. Tudo isso é expressado por vozes e gestos de comando, padronizados também por cornetas e apitos, pelos quais o comandante de uma fração exprime a sua vontade.

Na Marinha de Guerra do Brasil, a filosofia de tornar senso comum, no cotidiano dos militares, em especial, os Aprendizes Marinheiros, só foi implementada normativamente pela ordem unida em 1843²⁸¹. Além de receberem mesma instrução que as praças das outras Companhias, os Aprendizes aprenderiam a ler, escrever e contar, fazendo todo o serviço de Marinheiro que fosse compatível com suas forças²⁸². Nesse mesmo decreto, caberia aos oficiais ensinar-lhes também o exercício do fuzil e da pistola, e bem assim a marchar e a fazer algumas evoluções militares. Essa última instrução não lhes era dada se não quando estivessem suficientemente adiantados nas manobras navais e de Artilharia²⁸³, tudo isso no alvorecer, pois:

A marcha tinha não só o propósito de mexer com a alma, mas também com o corpo inteiro, vários gestos faziam isso acontecer, como uma engrenagem ajustada e manipulada: Leve a arma à frente. Em três tempos. Levanta-se o fuzil com a mão direita, aproximando-o do corpo para mantê-lo perpendicularmente em frente ao joelho direito, a ponta do cano à altura do olho, apanhado-o batendo com a mão esquerda, o braço esticado coloca ao corpo à altura do cinturão. No segundo, traz o fuzil com a mão direita o apanha pelo punho, com o braço esticado, o guarda-mato apoiado sobre o primeiro dedo, a mão esquerdo alça de mira, o polegar esquerdo deixa o fuzil a cair ao longo da coxa, a mão direito o eleva, com o fecho para fora e em frente ao peito, com o braço direito meio esticado [...] ²⁸⁴.

²⁸⁰ BRASIL. Estado Maior do Exército Portaria nº 079 de 13 de Julho de 2000.

²⁸¹ BRASIL. Decreto 304 de 2 de junho de 1843. Fonte: CLI

²⁸² BRASIL. Decreto 304 de 2 de junho de 1843, Art. 20

²⁸³ BRASIL. Decreto 304 de 2 de junho de 1843, Art. 19

²⁸⁴ Código Francês de ordem unida “Ordonance du j janvier” (Ordenação de janeiro) Apud FOUCAULT, 2009, p.148. Na gênese das Companhias de Aprendizes-Marinheiros tiveram como modelo o sistema francês de organização militar defendida por Rodrigues Torres. Fonte: Ordem do dia da Sessão da Câmara dos Deputados, 1836, p. 199.

O Canto das aves, ao nascer do dia, se tornava uma das primeiras manifestações sonoras antes dos toques de corneta ou apito. A partir daí, os comandos por vozes se tornava a maneira padronizada pela qual se exprime um comando, verbalmente. Na instrução de ordem unida, as vozes de comando constam de vocativo, voz de advertência e voz de execução dos agentes executores, sejam eles oficiais ou praças. A instrução individual de ordem unida passava a ser ministrada desde os primeiros dias de incorporação dos jovens nas Companhias de Aprendizes. Contudo, o tempo que esses Aprendizes passavam, antes de serem promovidos a Grumetes e posteriormente a Marinheiros, seria com base no artigo 23 do decreto²⁸⁵, que dizia que, depois do jovem ter completado 16 anos e tivesse pelo menos três anos de instrução no quartel da província, seria enviado para o Corpo de Imperiais Marinheiros, localizado no Quartel General na Capital do Império, para conclusão da educação militar e náutica. Aqui cabe uma informação importante: quantos menos tempo os Aprendizes ficassem aquartelados nas Companhias, menor a oneração nos cofres públicos do Estado.

A partir do momento em que esses jovens eram apresentados ao quartel central, já formados e no pleno conhecimento das ordens unidas, isso não os eximia de ter seus corpos controlados por atividades rotineiras no que diz respeito aos movimentos individuais. Essa instrução individual deixou desenvolvidos neles os hábitos de ordem, precisão e disciplina.

Para aqueles jovens Aprendizes, a ordem unida passou a ser um tipo harmonioso de movimentos equilibrados, sincronizados, uniformes e até cadenciados e dos movimentos de marcha, além de externar a disciplina e o garbo militar. Esse tipo de atividade é possível que tenha desenvolvido exatamente o fortalecimento dos relacionamentos. Levando em consideração que a Ordem Unida esquadrinha e trabalha a exatidão na execução linear dos movimentos, ela condiciona fisicamente aqueles jovens militares a ser o mais proficiente possível, ganhando autoconfiança para enfrentar as agruras das possíveis guerras que poderiam macular o solo pátrio.

A imagem a seguir deixa bem claro o quanto os Imperiais Marinheiros e Grumetes se congregavam para formar linhas e fileiras, com o objetivo de harmonizar as formaturas. Esse tipo de disciplina criaria certa identidade dentro da especificidade, mesmo que o rapaz viesse a desincorporar da Marinha, ajudando a formar cidadãos úteis a si e à Pátria dando a eles uma certa disciplina.

²⁸⁵ BRASIL. Decreto 1517 de 4 de janeiro de 1855. Fonte: CLI

Imagem 16 - Marinheiros na esplanada da Fortaleza de Villegaignon, quartel central do Corpo de Marinheiros. Ano s/d



Fonte: (DIAS, 1910, p. 261)

No Quartel central, aglutinavam-se Grumetes, Marinheiros e Artilheiros navais. Com o conhecimento devido, da ordem unida, passavam a participar de formaturas de todo tipo, como, por exemplo, marchas e comemorações cívicas, algumas formaturas como cerimônias institucionais, como forma disfarçada de controle, antes de embarcar nos navios selecionados pela autoridade competente. “As cerimônias institucionais que se dão através de alguns meios [...] presumivelmente atendem funções sociais latentes; algumas delas parecem muito claras em outro tipo de cerimônia institucional [...]” (GOFFMAN, 1961, p. 64).

Socialmente, o resultado da ordem unida só era revelado depois desses jovens formados e com domínio disciplinar de seus corpos. A aplicação do serviço militar representaria o triunfo do anseio da política conservadora e era a equiparação das camadas sociais, escola da ordem, da coesão, da disciplina, o empirismo da dignidade basilar e do “senso patriótico”. Em todas as esferas militares, a instrução de ordem unida era obrigatória, a higidez obrigatória, a reestruturação muscular e psicológica imperiosa. Naquele momento, a falta de opções em uma sociedade profundamente desigual e um estado que não oferecia serviços básicos faziam as cidades se encherem de jovens vivendo na ociosidade descalços, inimigos do aprender e da higiene, maltrapilhos; muitos tinham apenas a natureza da maldade,

o que, segundo Olavo Bilac²⁸⁶, era os rebotalhos da sociedade, tanto que o quartel seria o espaço da salvação. O serviço militar os purificava, devolvendo-os à sociedade como novos brasileiros, conscientes e dignos, gerando uma identidade. Para Frank MacCann (1982, p. 39), “nos quartéis, ser-lhes-iam oferecidas a disciplina e as ordens necessárias para reconstruir o Brasil, melhorando a situação de milhões de desgraçados”.

O historiador e professor Fernando Rodrigues entende que “o pensamento de Bilac demonstra uma concepção cujo modelo também é elitista ao perceber, nas camadas médias urbanas e nos militares, a salvação da sociedade” (RODRIGUES, 2010, p. 72). Olavo Bilac é o autor da letra do Hino à bandeira do Brasil. Assim como Bilac, na Marinha, tamanha que foi a valorização da ordem unida que o Contra-Almirante, Luiz Felipe M. de Magalhães, já falecido, conforme citado anteriormente, produziu a canção “viva a Marinha!” com letra e música em uma de suas estrofes que diz: “ouve-se ao longe um andar cadenciado; soam os clarins da banda militar. E ao ritmo da marcha compassado surgem os homens do mar”²⁸⁷. Apesar de ter sido escrita no século XX, é posta no cotidiano da Marinha até os dias de hoje, e muito me remete ao Brasil Império quando a ordem unida trazia a destreza da marcha nos movimentos, daqueles futuros homens do mar, a saber: os Aprendizes-Marinheiros, incluindo também os Artilheiros/Fuzileiros navais, a firmeza nas pernas e braços e a disciplina com os movimentos, muitas vezes, acompanhados de uma banda ou corneteiro para marcar seus passos ajudando na homogeneização das passadas.

A própria norma exigia vivacidade, com objetivo de padronizar a execução no âmbito da Marinha. A instrução militar dos Aprendizes-Marinheiros começava por aprenderem a entrar em forma, perfilar, volver à direita e à esquerda, marchar a passo ordinário e dobrado, manejar das armas brancas, nomenclatura da palamenta, a carreta e as peças de artilharia, além do uso que tem cada um destes instrumentos²⁸⁸.

O artigo que regia a norma tinha cunho pedagógico, mas não com tanta eficácia quanto parecia. Isso no futuro gerou certa crítica pelo próprio comando naval na figura do

²⁸⁶ Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, nascido no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1865 e falecido em 28 de dezembro de 1918, formado pela Faculdade de Direito pela Universidade de São Paulo e Universidade do Rio de Janeiro, foi um jornalista, contista, cronista e poeta brasileiro, considerado o principal representante do parnasianismo no país. Em 1907, foi eleito “príncipe dos poetas brasileiros”, pela revista Fon-Fon. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 15 da instituição, cujo patrono é Gonçalves Dias. Fez parte do movimento parnasianismo, que era um estilo de época que se desenvolveu na poesia a partir de 1850, na França, com o objetivo de retomar a cultura clássica. Ele é considerado o patrono do serviço militar.

²⁸⁷ Fonte: www.marinha.mil.br/sites/default/files/letra_cancao_viva_a_marinha.pdf, acesso em 09 abr. 2019.

²⁸⁸ BRASIL. Art 15º do decreto nº 1517, de 4 de Janeiro de 1855, CLI

Almirante Custódio de Melo, tipificado em seu relatório, que disse: Realmente, quanto á instrução, não há muito a esperar presentemente [...]”²⁸⁹. Os métodos utilizados para instrução e disciplina podem ter sido um dos principais motivos da baixa procura de voluntários. A necessidade de aprimorar a formação do aprendiz ficou explicitada desde a criação das Companhias de Aprendizes quando se considerava que os princípios e a lei dependiam da força e só poderiam ser alcançados através da subordinação, conservação e instrução na Marinha.

Tamanha era a disciplina com os corpos que o ato impulsivo de se defender levava-os com seus corpos franzinos a ter uma relação direta na articulação corpo-objeto, numa minuciosa engrenagem entre arma e humano, que se obedece, se manipula e se molda. Essa máxima entra no entendimento que moldar o corpo é quase a mesma coisa de discipliná-lo e para esse propósito, o exercício e baioneta permitiria não o conhecimento com arma perfurante em mãos, mas também se tornava um tipo de diversão através desta prática que utiliza a destreza e inteligência nos movimentos, na busca de tocar o adversário sem ser tocado, conforme a imagem 17.

Imagem 17 - Exercício de baioneta. Ano 1917



Fontes: Arquivo da Marinha DPHDM e Álbum 13 da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará – foto 39317

²⁸⁹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1891. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 18 fev. 2020.

Com base no princípio das ações, as armas, sendo brancas ou não, são instrumentos usados na ordem unida para empregos futuros, sejam elas em tempos de paz ou tempos de guerras, dependendo do ponto de vista de má sorte. Empregá-las por muito tempo produziria calamidades e mortes ou não, como o livro sagrado diz: “[...] se feriu alguém com um objeto de ferro e disso resulta a morte desta pessoa [...]”²⁹⁰. Essa metodologia disciplinar proporciona ao aluno conhecimentos básicos sobre as armas a que ele terá contato, visando a uma padronização de procedimentos nos serviços armados cumpridos pelos alunos.

O projeto político pedagógico conservador pode ser tomado como ação técnica na medida em que é explicitado pelo caráter controlador. Assim sendo, a opção administrativa para controlar o ensino pedagógico dos movimentos corporais baseia-se mais no cumprimento de regras do que em incentivos devidos ao universo diferenciado do mundo externo. Repensar a nova política educacional, retirando a velha forma de ter um Marinheiro, ou seja, ter um militar formado somente nas práticas a bordo é romper com as atribuições ao sistema militar de ensino em novas dimensões cognitivas, instrumentais e normativas, de maneira que a educação geral, oferecida aos militares, seja mais ampla. Isso significa profissionalizar mais o marujo, consoante à evolução e ao progresso em todos os campos do conhecimento militar naval, com intuito de acompanhar a evolução da sociedade, das ciências e do ofício do militar ao longo de sua carreira.

O momento exigia um clima de providências de primeira ordem, satisfazendo os requisitos convenientes, cada um em sua categoria, tanto sob o ponto de vista dos adestramentos quanto do ponto de vista do ensino, tudo isso para manter a lei e a ordem no ambiente de formação, sendo que os castigos corporais eram usados para tal fim e propósito. Estudando a Marinha brasileira, o brasilianista Zachary Morgan (2004, p. 2) reflete que “os homens recrutados para a Marinha eram inferiores racialmente e que não podiam treinar os Marinheiros de forma efetiva, mas que teriam que ser forjados à ordem através da disciplina militar”.

A instrução dos Aprendizes não era algo direcionado somente para os Aprendizes-Marinheiros, mas também para os Grumetes, pois estes eram treinados com espingardas, com baionetas (arma branca) ou uma espécie de estilete, punhal ou sabre, desenhado para encaixar no bocal dos fuzis, mosquetes ou armas similares, fazendo da arma também uma lança,

²⁹⁰ Fonte: Bíblia de estudo de Genebra. Antigo Testamento, livro de Números Cap 35: Vs 16.

através da ordem unida. O intuito de treinamento com armas era capacitar os jovens das Companhias a lidar tecnicamente em situações envolvendo armas brancas acopladas na ponta dos fuzis, de forma a preservar a integridade física de si e dos outros, da vítima e da tripulação em geral, preservando vidas.

Essas atividades com arma branca, habilitava o aprendiz a se defender em momentos agudos, pois em último momento, caso o inimigo viesse a encarar ou tentar contra a integridade física do militar; não só nas organizações militares em terra como no mar, o marujo poderia se defender ou atacar com esse tipo de arma, conforme imagem 18.

Imagem 18 - Instrução dos Grumetes de esgrima com fuzil e baioneta, Ano, s/d



Fonte: (DIAS, 1910, p. 110)

A ordem unida se tornava o hábito de manter os movimentos uniformes esperando o comando, sem movimentar a cabeça, marchando com passo sólido, com as pernas e joelhos esticados, com armas ou não, tudo isso bem observado pelos instrutores, fazendo com que o “corpo como objeto é alvo de manipulação do poder” (FOUCAULT, 2009, p. 132). Dentro de um conceito próprio, a ordem unida se tornou a tarefa que possibilitava a manifestação da disciplina militar com intrínseca reação na atividade e na apresentação dos militares de todos

os graus hierárquicos, sendo seus propósitos básicos: assegurar aos militares e às unidades os meios de se deslocarem e de se apresentarem com a fisionomia enérgica e marcial, em perfeita ordem, em todas as circunstâncias sinistras ao combate; desenvolver os reflexos de obediência e o sentimento de coesão, que são fatores preponderantes na formação do combatente; e adestrar oficiais e graduados no comando da tropa. Todos esses fatores estão relacionados à “manipulação do corpo, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2009, p. 132). Segundo Ervin Goffman,

[...] alguns movimentos, algumas posturas e poses traduzem imagens inferiores do indivíduo e são evitadas como aviltantes. Qualquer regulamento, ordem ou tarefa, que obrigue o indivíduo a adotar tais movimentos ou posturas, pode mortificar seu eu (GOFFMAN, 1961, p. 30).

Uma postura significativa é o paradigma de deferência indispensável das instituições totais. O controle dos movimentos dos Aprendizes-Marinheiros, pelos agentes responsáveis pela modelagem de seus corpos, representa uma “manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2009, p. 133). Já para Rozenilda Castro Silva, analisando os Aprendizes da Companhia do Piauí, “o corpo seria manipulado, modelado e treinado para obedecer, tornar-se-ia hábil, transformando-se na figura ideal do marinheiro” (SILVA, 2005, p. 62). Manipular o corpo consiste no total controle sobre a vida e as atitudes daqueles que eram subjugados pelos mais fortes, assegurando o nivelamento e o controle, estabelecendo a vitória cultural, em que poderá ser considerada como desviante qualquer conduta daqueles que fujam à regra. De uma forma ou de outra, conforme Castro (2004), nas escolas de formação objetiva-se alcançar a chamada vitória cultural sobre o aprendiz durante o período liminar e a ordem unida era ferramenta para ratificar essa vitória.

A ordem unida é constituída na base da instrução militar, sem arma ou com ela, e compreende a prática dos movimentos indispensáveis para que o militar possa tomar parte nos exercícios coletivos individuais. A precisão e a disciplina fazem parte da instrução individual desenvolvendo naqueles grupos de jovens na iniciação militar os hábitos de ordem. Jamais, nesta fase da instrução, se “pecará” por excesso de cuidado e de método, pois a instrução coletiva assegura ao grupo a evolução dentro de sua fração, em cooperação com os companheiros, e a relação entre instrutores e instruídos “não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a

atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e de rapidez” (FOUCAULT, 2009, p. 147).

Para valorar melhor desempenho na busca do senso comum, a melhor atuação na forma de controle seria propriamente um equívoco em termos de abordagem teórica escolhida. Acrescentando os conteúdos do adestramento em uma teoria da prática acionista, como a de Bourdieu (2009), é possível perceber o mecanismo de atuações, tentando tecer contrapontos mais englobantes com outras formas de poder historicamente relacionadas às práticas da administração entre os aprendizes. Portanto, ao analisar o recrutamento militar, apontam-se as relações de poder prescritas entre os atores do Estado como atores sociais e populares infiltrados no sistema de formação da burocracia estatal, pois,

O recrutamento oferece uma oportunidade de ver de dentro o funcionamento do Estado brasileiro e de analisar os valores que norteavam os homens dentro do aparelho do Estado, uma abordagem que pode produzir resultados significativos para os estudos sobre a formação de estados em outros lugares, especialmente dada a diversidade de setores sociais ligados pelo recrutamento (KRAAY, 1999, p. 42).

Aqueles jovens que serviam à Marinha ficavam em menor vantagem, pois ficariam grande parte do tempo confinados no interior e também nas redondezas das Companhias, submetidos à extrema vigilância dos instrutores, afastados semanas e provavelmente meses de seus laços familiares e da convivência espacial, e eram indivíduos passíveis de observação. O isolamento permitia que, do levantar ao deitar, seus corpos passassem a ser objeto de controle, que segundo Foucault,

[...] o corpo encontrava-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem (FOUCAULT, 2009, p. 16).

A partir disso, é possível verificar que a vigilância permitia aos agentes classificar ou identificar e até punir alguns transgressores pelas falhas que cometiam no universo de formação, como um controle normativo, uma vigilância que permite imperativamente qualificar, classificar e punir. Todavia, o poder de punir do Estado na esfera administrativa está conjugada com a legislação naval que trata sobre dessa questão, por isso, estão intimamente ligados.

Em vasta pesquisa, foi verificado que os Marinheiros oriundos das Companhias de Aprendizes se mostraram superiores aos vindos do recrutamento forçado, levando-os diretamente para as embarcações. Com esse prestígio, as Companhias foram sendo multiplicadas aos poucos pelas províncias ao longo da costa brasileira. Daquele momento em diante, “as guarnições dos navios seriam compostas de Marinheiros militarizados, de marinhagem contratada ou recrutada e da Artilharia de Marinha. A proporção que foi sendo vantajosa à formação de marinheiros nos destacamentos imperiais [...]”(VICENZI; MORETTO, 2015, p. 201).

Com tamanha expansão das Companhias de Aprendizes, progressivamente, o Corpo de Imperiais Marinheiros foi sendo extinto, só permanecendo o da Corte. O conjunto de disciplinas “e atividades que iam da alvorada ao toque de silêncio, a preocupação por intervir em hábitos, quer seja dos menores aprendizes, quer seja dos professores, faziam parte da utilização dessa tecnologia disciplinar” (MACHADO, 2007, p. 118). Tamanha era a vigilância que, metaforicamente, parecia que as paredes tinham olhos de ângulo panorâmico para observar seus comportamentos e reações. Do acordar ao dormir, os rituais militares demonstravam tamanho ato híbrido: militar e ensinar foram sendo mantidos até os dias de hoje.

6.2 OLHOS E LENTES NA ROTINA *VERSUS* COTIDIANO DA PRÁTICA “ESTÉTICA” DE MODELAR E ENSINAR

Para iniciar a discussão sobre rotina e cotidiano, destaca-se que, sobre a rotina é bom entender que, no caso das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, este é um conceito mais voltado para o sistema categórico da pedagogia, na qual os responsáveis pela instrução e educação dos Aprendizes constroem para, a partir daí em diante, ampliar as atividades em seu cotidiano nessa instituição de ensino militar naval. As alcunhas dadas à rotina são múltiplas da cultura do ato de repetição: utilidade do tempo, horário, continuidade de ações, projetos diários, trajetória e rotina diária. Entretanto, o cotidiano é um campo de estudo voltado para as culturas refletidas geradas, motivadas no dia a dia e no espaço-tempo, que, segundo Barbosa (2006, p. 37) “[tem] como objetivo a organização da cotidianidade”. No caso, são as atividades feitas pelos aprendizes que os levam a práticas no cotidiano, tais como: varrer,

passar, lavar, marchar, tomar banho, dormir, cozinhar, estudar, “brincar” montar guarda entre outros.

A importância diária na educação daqueles “desclassificados sociais” deriva da perspectiva de edificar uma visão própria como consumação paradigmática de uma concepção de educação e de cuidado, já que, uma vez que o jovem voluntariamente é inserido nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros, ele pode passar pela mesma rotina de experiências dos que entram contra sua vontade. De qualquer modo, considera-se que a grande maioria chegava de forma obrigada, pois, principalmente para os recrutas inseridos forçadamente, constituía, na Marinha, o grupo mais numeroso. Seu primeiro contato com a instituição apresenta uma, como já foi apresentado aqui neste trabalho, entre três formas clássicas de recrutar. Os recrutas eram grupos que receberiam a vigilância total para evitar as deserções – o que ocorria quase que exclusivamente entre alguns jovens.

A carreira do aprendiz pode ser vista através de um modelo próprio de expropriação, pois começa com relações e direitos e termina, no início de sua estada naquela organização militar, praticamente sem relações e com poucos direitos. Portanto, os aspectos morais dessa carreira iniciam geralmente com a experiência de desamparo, hipocrisia e desgosto, o que pode ocorrer ainda que, para os outros, precisasse de amparo, e ainda que, uma vez na Companhia, passe a admitir isso.

Na proposta das rotinas apresentadas pela Marinha, segundo Barbosa (2007, p. 35, grifo nosso), “a rotina é usada, muitas vezes, como o cartão de visitas da instituição, quando da apresentação dessa aos pais **a Marinha**, ou à comunidade, ou como um dos pontos centrais de avaliação da programação educacional”. Na prática, a educação está sempre presente a uma rotina de atividades, que pode ter ações diversas pela própria arte de ensinar: em variados casos, são normas institucionais que conferem aos aprendizes responsabilidade em aprender, devido às punições que poderiam acontecer com aqueles que não assimilassem o conhecimento. É certo que a rotina, regimento interno da Companhia e currículo, concorria na interferência sobre o mau caráter daquele grupo social. Aquelas camadas sociais viviam sob dois prismas: como um meio de controle e de disciplina da população que deveria se acostumar à rotina dos horários e à lógica dos trabalhos impostos. Como parâmetro demonstrativo, as atividades ficavam posicionadas como se vê no Quadro 20, tendo como exemplo o formato da Companhia da Bahia:

Quadro 20 - Atividades semanal dos Aprendizes Marinheiros da Companhia da Bahia

Horários	Dias da semana com as atividades						
	2ª-feira	3ª-feira	4ª-feira	5ª-feira	6ª-feira	Sábado	Domingo
07:30 as 09:00	Artilharia	-	-	Mostras		Artilharia	Mostras
09:00 as 11:30	Primeiras letras	Idem	Idem	Idem	Idem	-	-
13:30 as 15:00	Natação dependendo da ocasião	Infantaria	Armas brancas	Bordejo	Aparelhos	-	licença
15:30 as 17:00	Aparelhos	Remar	Bordejo	Remar	-	Arrumação	licença

Fonte: Arquivo Nacional, Série Marinha IX 74 AZ Codes

Apesar do levantar-se ser às 07 h 30 min da manhã, as variadas atividades começavam duas horas depois e envolviam instrução de ordem unida no manejo de armas brancas e mosquetes de artilharia, como movimentos uniformes de forma equilibrada, no intuito de manter o corpo corrigido com posturas de “automotismo dos hábitos” (FOUCAULT, 2009, p. 131). Em pesquisas no Arquivo Nacional, “deparei-me com fontes, além da citada acima, que demonstram as rotinas dos aprendizes em todos os dias da semana”²⁹¹. Inicialmente, elas se dividiam de forma organizacional, dependendo de qual Companhia, que iam de 05 h 30 min da manhã até as 17 h, ou seja, na alvorada até próximo ao final da tarde, a Companhia de Aprendizes-Marinheiros como coparticipante de uma instituição total com tendências a funcionar no bojo de um arcabouço hierárquico de poder controlador, cujas decisões tomadas envolviam várias lideranças, como: “Comandante da Companhia ao Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, passando pelo crivo do Presidente da Província, sendo o registro escrito uma rotina no seu interior” (CASTRO, 2005, p. 17). Segundo Wandoberto Silva (2013, p.39) em Pernambuco, “para preencher o dia dos aprendizes com tarefas e responsabilidades era uma forma de gerenciar os tempos para que ele fosse de boa qualidade durante todo o seu transcurso”. Era dessa forma que se comportava a Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco perante as rotinas impostas, conforme demonstrado no Quadro 21.

²⁹¹ Fonte: Arquivo Nacional, Códice IIIM-700 (rotinas da Companhia de Piauí), AN Série Marinha, XM 494 (rotinas da Companhia do Maranhão e Rio Grande do Sul) e códice XVIII M 3 (rotina da Companhia de Aprendizes do Pará).

Quadro 21 – Listas de atividades dos Aprendizes da “CA de Pernambuco”²⁹²

Dias da semana	Horários	Atividades
Segunda	das 09 h 30 min às 17 h	Primeiras letras/Ensino de aparelhos/Pano
Terça	das 09 h 30 min às 17 h	Primeiras letras/infantaria/Primeiras Letras
Quarta	das 09 h 30 min às 17 h	Primeiras letras/Ensino de aparelhagem/Pano
Quinta	das 09 h 30 min às 18 h	Remar
Sexta	das 09 h 30 min às 17 h	Primeiras letras/infantaria/primeiras letras
Sábado	às 09 h 30 min	Primeiras letras

Fonte: APEJE (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano), Série Arsenal de Marinha de Pernambuco, ano 1861. v. 24, n. 1 Apud SILVA, 2013, p. 39

Repara-se que, nessa Companhia, as rotinas se iniciavam às 09 horas e 30 minutos e terminavam às 17 horas, exceto na sexta-feira, quando havia uma hora a mais para o exercício de remo. Nas segundas e quintas, os jovens eram submetidos à prática de coser pano, que significava costurar os panos, ainda porque muitos navios da Marinha usavam as velas com o propósito de direção, propulsão e velocidade. O marujo que é marujo tinha a obrigação de saber coser as velas quando sofriam algumas avarias, seja pelo desgaste temporal, ou seja, pelas avarias em algum tipo de evento beligerante, o que fazia parte do currículo pedagógico²⁹³. Renato Venâncio (1999, p. 199) também apresenta seu entendimento sobre as Companhias como “formação eficiente e diversificada, em que os aprendizes aprendiam a manejar armas, remar, coser velas, desfilar em mostras e bordejar em navios, e recebiam aulas de natação e primeiras letras inacessíveis para a população mais pobre”.

A arte de coser panos não foi algo que nasceu nas Companhias de Aprendizes, essa prática estava inserida na legislação vigente fazendo parte do plano de aprendizado de instrução. Destacava-se que a instrução náutica consistiria em aprender os misteres relativos à arte de Marinheiro, incluindo, finalmente, aparelhar e desaparelhar um navio. Esta instrução pode ser adquirida na casa do aparelho e nas velas do Arsenal, ou a bordo de algum dos Navios, que estacionam na Província; era a arte de modelar, ou seja, dar forma aos aprendizes dando-lhe aparência de um verdadeiro Marinheiro.

As instruções nas Companhias eram divididas em partes, como: técnica ou profissional, instrução primária e militar. A primeira consistia na aprendizagem das tarefas

²⁹² Criada pelo Decreto nº 2003 de 24 de outubro de 1857, sendo quinta Companhia de Aprendizes-Marinheiros a ser criada no Império do segundo reinado. Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1857.

²⁹³ BRASIL. Lei 1517 de 1855 art. 16. A instrução náutica consistirá em aprenderem os misteres relativos á arte de Marinheiro, como [...] coser pano [...].

que eram próprias aos Marinheiros, tais como coser pano, aparelhar um navio, natação etc.; da segunda o responsável era o capelão; já a terceira, ou seja, a militar, compreendia os exercícios de artilharia e infantaria dado pelos instrutores.

As especificidades pedagógicas requeriam a transmissão do conhecimento restrito somente aos Marinheiros, por meio do aprendizado no interior das Companhias de Aprendizes, em razão de a vida desse tipo de aprendiz implicava um cotidiano marcado por peculiaridades em relação a outros trabalhadores, pois “a divisão do trabalho a bordo determinava as responsabilidades de cada indivíduo e definia suas relações internas” (RODRIGUES, 2005, p. 163). O manuseio da arte marinheira, com seu diversificado conjunto de operações de coser lonas, cordame e velame, exigia Marinheiros detentores de saberes específicos.

Para dar uma dimensão daquilo que estou referenciando, entre as raríssimas fotos que mostram os aprendizes em atividade de marinharia durante os regimes vigorantes, selecionei a Imagem 19, da Escola de Aprendizes-Marinheiro do Ceará²⁹⁴, para revelar como era feito a prática rotineira de coser panos.

Imagem 19 - Aprendizes do Ceará na arte Marinheira de coser os panos, 1917



Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha (DPHDM)

²⁹⁴ A Companhia de Aprendizes do Ceará sendo a 11ª companhia a ser criada no Império pelo Decreto 3347 de 26 de novembro de 1864. Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1864, p.8. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 16 mar. 2019.

Com a atividade de coser panos, é dada continuidade ao processo de profissionalização parcial e incompleto daqueles “incorrigíveis”. Isso deixa claro que, mesmo que esses viessem de alguma forma a sair da Marinha, pelo menos sairiam com algum conhecimento profissionalizante específico que os direcionasse à prática de alguma atividade no mundo civil. Ou, em outras palavras, propor um tipo admissível à formação da identidade de marinheiro por intermédio das Companhias. Certamente, concorda-se com as ideias de Hall (2008, p. 109), quando afirma que “elas (as identidades) emergem no interior do jogo de modalidades singulares de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica”. Ademais, há maior flexibilidade no horário das aulas, permitindo a conciliação com as demais tarefas do dia a dia. Dessa forma, não havia barreiras para que os estudantes se dedicassem à formação profissional, o que contribuiu para seu engajamento em relação aos conteúdos.

Cabia aos comandantes das Companhias se responsabilizar pela rotina e ter “que lidar com comportamentos que apontavam para uma recusa às regras disciplinares das companhias e uma rejeição à vida militar por parte dos aprendizes” (SILVA, 2013, p. 42). Tais ações “pedagógicas” tendem a apresentar-se sob a forma de imposição, mas caso o aprendiz não obedecesse sofreria gritos nos ouvidos e agressões tipificadas nas normas. Também, cabe ressaltar que a rigorosidade não era algo exclusivo somente das instituições militares, pois, nas instituições civis, usavam-se métodos violentos em suas rotinas para aqueles que apresentavam dificuldades no comportamento ou na aprendizagem, por via de castigos e palmatória, para manter a disciplina entre os alunos, “[...] uma espécie de último recurso para meninos sem jeito” (REGO, 1975, p. 4). Os corriqueiros castigos e punições que aqueles jovens eram sujeitos, considerados desmedidos e em alguns momentos exagerados, se configuravam como uma ardilosa imposição da autoridade. Esses castigos eram promovidos visando à disciplina, cujos objetivos fundamentais eram criar um ambiente comum, com grande número de pessoas tratadas da mesma forma sendo imperativas às iguais atividades, com horários rigorosos, submetidas a regras e, caso não cumprissem, sofreriam várias sanções explícitas e coordenadas por um grupo detentor do poder de normatização. O horário deveria estabelecer várias dicotomias sobre o tempo: treinar e descansar, livre e ocupado, seriedade e tempo de entretenimento, tempo de atividade e tempo de ócio, tempo de silêncio e tempo de falar. Havia horário para tudo: entre o horário matutino e o vespertino, nas Companhias, as

rotinas ficavam divididas entre o acordar na alvorada, 5 horas e 30 minutos, e o toque de silêncio, na hora de dormir, conforme o que se destaca no Quadro 22.

Quadro 22- Mapa semanal das lições da “Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Ceará”²⁹⁵ em dez de 1871

Dias do mês	Dias da Semana					
	Sexta-feira		Sábado		Segunda-feira	
	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde
	Instrução					
4	Aparelho	Primária	-	-	-	-
5	-	-	-	-	Infantaria	Primária
7	-	-	Doutrina Artilharia	Cristã Primária	-	-
13	-	-	Doutrina Primária	-	Infantaria	-
27	Aparelho	Artilharia	-	-	-	-
14	Aparelho	Primária	-	Cristã	-	-
16	-	-	Doutrina	-	-	-
21	-	-	-	Cristã	-	-
26	Aparelho	Primária	-	-	Infantaria	Primária
27	-	-	-	Cristã	-	-
Dias do mês	Dias da Semana					
	Terça-feira		Quarta-feira		Quinta-feira	
	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã e Tarde	
	Instrução					
5	Aparelho Fuzilaria	-	Doutrina Artilharia	Cristã	-	
6	-	Primária	-	-	-	
7	-	-	-	-	Fuzilaria	
9	Aparelho	-	Doutrina Artilharia	-	-	
11	-	-	-	Cristã Primária	-	
12	-	-	Doutrina Artilharia	-	-	
13	Aparelho Fuzilaria	-	-	-	Fuzilaria	
14	-	Primária	-	-	-	
15	-	-	Doutrina Artilharia	Cristã Primária	-	

²⁹⁵ Para título de conhecimento, essa Companhia de Aprendizes, inicialmente seu aquartelamento se deu na distribuição dos aprendizes em 9 casas pertencentes ao negociante José Joaquim Carneiro, das quais 4 achavam-se um quase completa ruína e as outras embora novas, já precisando de prontos reparos. Fonte: Arquivo Nacional, XM-562 Codes.

Quadro 22- Mapa semanal das lições da “Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Ceará” em dez de 1871

(conclusão)

19	-	-	-	Cristã Primária	Fuzilaria
22	Aparelho Fuzilaria	-	-	-	-
23	-	Primária	-	-	Fuzilaria

Fonte: Arquivo Nacional Série Marinha XM-562 Codes.

Fonte: Arquivo Nacional Série Marinha XM-562 Codes.

Depois do treinamento com aparelhos, acontece a instrução de artilharia militar, que pode ser prática, com a ministração de preceitos dos movimentos dos corpos, ou prática com armas, com uma aula de tiro, por exemplo. O fim da jornada matinal é recompensado com o toque avançar ao rancho, que significa a ida para o almoço. À tarde, os alunos participam de outra instrução militar e também doutrina cristã.

O comandante dessa Companhia do Ceará, José da Cunha Moreira, em seu relatório enviado ao quartel central, em 1 de janeiro de 1871, quanto à rotina, relata que as lições e os exercícios são feitas por dois turnos, um pela manhã e outro de tarde, exceto o exercício de manejo de espingarda, que é feito de uma só vez pelos aprendizes mais desenvolvidos fisicamente. Nas quartas-feiras e aos sábados, quando permite a maré, terão 14 aprendizes da turma de estudo da doutrina cristã para o exercício de remar ou bandeiras nas embarcações miúdas²⁹⁶.

Essa Companhia passava a receber os Aprendizes-Marinheiros de várias regiões, a que determinava a norma e com algum aproveitamento, devido à circunstância de ter a Companhia, tinha um certo militar por mestre e instrutor, o 1º Sargento Júlio Cesar da Silva Pereira, que reunia, segundo relato do Comandante, as habilidades necessárias a dar de bom comportamento militar e civil²⁹⁷. Geralmente, depois de todas as atividades praticadas durante o dia, os aprendizes se recolhiam aos alojamentos e, depois de seus banhos, todos eram submetidos à inspeção de seus uniformes e das camas, que eram em formatos de maca, como materiais de lona, fora os que estavam de serviço no horário, estavam ali presente.

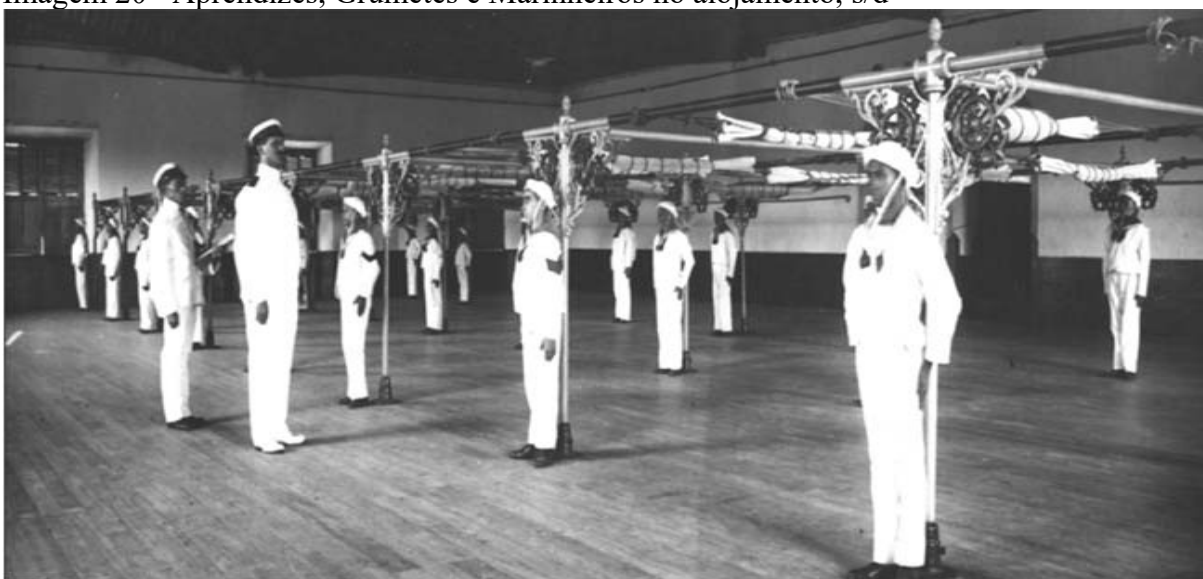
²⁹⁶ Fonte: Arquivo Nacional, série Marinha XM-562 Codes.

²⁹⁷ Fonte: Arquivo Nacional, série Marinha XM-562 Codes.

Tamanho era o controle das rotinas que após a revista do recolher não deveria haver a saída de alunos do alojamento, somente em casos excepcionais como ir ao banheiro ou em caso de algum tipo de atendimento médico. A revista do recolher era realizada de forma centralizada, com todos os jovens deslocando-se para o local determinado, tendo que se posicionar à frente de suas camas/macacões facilitando a transmissão de ordens e os avisos de caráter geral.

Entre a revista do recolher e o toque de alvorada era notória a certificação da presença das praças que devam permanecer no alojamento. Desta forma, a postura, a vestimenta completa dos uniformes, o chapéu/caxangá preso por tiras do tipo jugular fazia parte do ritual nas inspeções por olhares minuciosos. Não é à toa que o poder se revela através do olhar por meio dos “dispositivos disciplinares se lê o terror dos [...] das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morre na desordem” (FOUCAULT, 2009, p. 188). É por isso que a inspeção se apoia num sistema de registro constante que realizado em muitas vezes não por mais por dois e até três instrutores. Isso posso chamar de desindividualização do poder, já que vários sujeitos têm nas mãos o poder de anotar e punir quem estiver se movimentando ou com a cama em desacordo com o senso comum da caserna e até com a vestimenta suja e maltrapilha. Isso era um tipo de ritual usado para manter a ordem e a disciplina, algo inerente da atividade militar. Na imagem 20, pode-se observar como eram realizadas as inspeções:

Imagem 20 - Aprendizes, Grumetes e Marinheiros no alojamento, s/d



Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM.

Repara-se, na imagem, a posição de sentido após o ato de comando militar, em que o mais graduado executa ordens aos subordinados para que fiquem em determinada posição, a qual consiste no ato do subordinado ficar rígido, com as mãos espalmadas junto às coxas e os braços ligeiramente curvos. Isso remete a Foucault (2009, p. 147), quando diz que “o corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto”. Nas afirmativas de Celso Castro, sobre a postura militar, tem-se que:

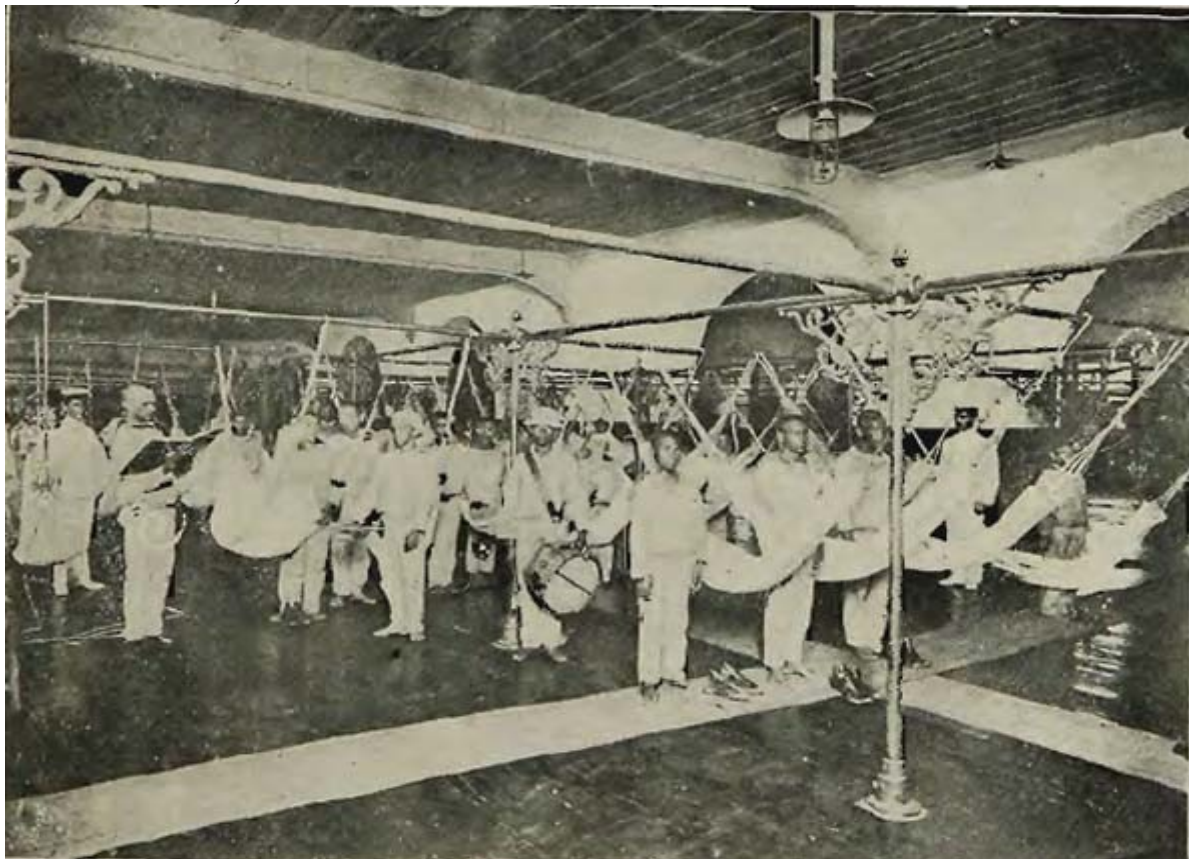
A entonação da voz clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa “densidade” corporal – tônus muscular, relação peso x altura equilibrada, uma noção rígida de higiene corporal –, usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio [...]. O senso de honestidade e “retidão” de caráter; a preocupação com as causas “nobres e elevadas” [...]; o espírito de renúncia e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia [...], uma vida levada ao ar livre, saudável, mais natural (CASTRO, 2004, p. 45-46).

O gesto da posição de sentido, a imobilidade do corpo e a posição ereta faziam parte da norma, pois “a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, [...] um controle laicizante, uma racionalidade econômica ou técnica [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 136).

Os significados desses gestos que os aprendizes realizam durante sua atuação no interior das Companhias e seus efeitos na atividade cognitiva são salutar para disciplina. Nesse sentido, a complexidade gira em torno da acepção que os gestos produzem perante os atores de determinado ambiente e como é formada a comunicação na condução de mensagens, preocupando-se com os seguintes aspectos: qual é a interpretação dos gestos na comunicação; como são executados os gestos e a sua produção de significados na atividade militar; quais são os modelos de percepção cognitiva com a utilização dos gestos e o que se pode melhorar em termos de prática naqueles agentes ainda em atividades de ensino, com a assimilação do processo de formulação de um sistema simbólico representado pelos gestos. Inclusive, ou mesmo principalmente, no que dizia respeito ao gesto corporal, sua ação singular de edificação dos movimentos dialoga com as ideias de que, naquele momento histórico, era preciso se estar apto para atender todos os comandos dos superiores, respondendo em posição

de sentido e continência. Isso se chama manipulação ou codificação do corpo, através da sujeição, mais uma vez demonstrado na imagem abaixo:

Imagem 21 - Escola de Aprendizes do Rio de Janeiro - chamada noturna e toque de silêncio.
Ano, s/d



Fonte: (DIAS, 1910, p. 265)

A professora Sílvia Capanema tece uma tradução analítica dessa foto, pois, para ela, essa simbologia “mostra meninos indo para a cama em ordem, perfeitamente organizados e cheios de redes (tradicional no Nordeste do Brasil, mas também nos fuzileiros navais) e de acordo com um ritual preciso presença do tambor indica o sinal dado para ir para a cama” (ALMEIDA, 2009, p.106). Na foto, existe um militar mais bem graduado hierarquicamente, hipoteticamente, com um livro de registo de presença em mãos, fazendo a contagem e o controle dos presentes naquele alojamento, o que representa, conforme afirma Foucault (2009, p. 187), “a vigilância se apoia num sistema de registo permanente [...]”. Traduzindo melhor, o

controle dos gestos e a economia dos movimentos regularizam o corpo material e simbólico dos militares, ou seja, o encadeamento entre corpo-arma e corpo-instrumento²⁹⁸.

Moldar os atos daqueles jovens com rotinas diárias é tornar possível desenvolver, de outro modo, a questão do contexto e do valor de si para o Outro. Como afirma Pierre Bourdieu, “todo ato de transmissão cultural implica necessariamente na afirmação do valor da cultura transmitida e, paralelamente, a desvalorização implícita ou explícita das outras culturas possíveis” (BOURDIEU, 2005, p. 218), salvaguardando que os atos na adolescência podem ser lidos como um apelo diante dos impasses vivenciados na busca de novos modos de se inserir no campo social.

De uma forma ou de outra, posso trazer aqui a hipótese de que, para os instrutores das Companhias, a partir de seu comandante, propagar a seus aprendizes aquilo que elegiam como positivo e relevante não era o suficiente. Ao refletir sobre isso, é possível que aqueles jovens comecem a moldar seu projeto de vida, simultaneamente ao projeto profissional, por vislumbrar seus sonhos, aspiração e ideias, em conformidade com a realidade concebível para o momento oportuno e com a ótica de futuro. As rotinas empunhadas pela liderança naval aos jovens, de natureza igual, tinham muitas semelhanças com a vida em alto-mar, o que fazia com que as rotinas desses aprendizes girassem em torno das atividades. É importante destacar que a Marinha possuía o controle ideológico dos egressos nas Companhias, podendo executar um poder de manutenção do sistema nos termos que convinham.

A construção analítica dessas relações de poder como ações sobre ações distingue-as, portanto, das relações de violência que atingiriam coercitivamente os corpos daqueles sublevados e, por isso, Foucault (1997) sugeriu pensar o poder em termos práticos sobre o combate, reportando à política de formação daqueles rapazes para a guerra, como seu prolongamento por outros meios numa inversão. Analogicamente, retirou três implicações especialmente significativas para a construção da ideia de poder tutelar: a primeira diz respeito às relações de poder que remontam historicamente à guerra, e ao poder político que, ao se fazer a paz, reatualiza a guerra de diferentes modos, então moldar/modelar com o intuito de prepará-los para a guerra também era uma das funções das Companhias; a segunda é que, conseqüentemente, devem-se interpretar as lutas políticas como formas de continuidade e de deslocamento da guerra; por último, o autor sugere que o conflito deve ser a última instância

²⁹⁸A vinculação entre corpo e objeto discutida por Foucault (2009), para quem a disciplina estabelece a união entre ambos, denominada pelo autor como “codificação instrumental do corpo”.

da guerra. A utilidade dessas concepções para a reflexão sobre o relacionamento entre aprendizes e instrutores é grande, sobretudo quando se consideram os múltiplos processos de captação, submissão e controle das rotinas, recomposição desses sublevados no caso das doutrinas militares. A afirmativa é válida desde os primeiros contatos com as variadas formas de domínio do estado brasileiro perante os hábitos costumeiros.

A humanidade, desde seus primórdios, já nasceu inserida, segundo Agnes Heller (1972), numa continuidade, a partir da qual os indivíduos vivem em grupos sociais, necessitam, desde seus primeiros anos de vida, aprender os costumes, as regras e as tradições de seu grupo cultural a que pertencem. Assim, tem-se a arte de transformar o cotidiano nas rotinas, por mãos ermas de seres ativos, pois são indivíduos que operam comumente sobre o contexto e constroem variações, pois o cotidiano se inventa de mil formas possíveis; por isso, têm-se são múltiplos usuários e as Companhias, de certa forma, adotavam um discurso hegemônico para procurar banir dos comportamentos daqueles rapazes a alegria, o desejo e a transgressão. A partir de Certeau, pode-se considerar isso da seguinte forma:

Mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade interna não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam a ela a não ser para alterá-los; enfim, que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos dominados, dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica (CERTEAU, 1994, p. 41).

Se, por um lado, o cotidiano é demarcado como um conceito de vida diária, e a rotina é um artefato que organiza um estilo de vida da mesma maneira, cujas rotinas corporativas tornam-se absolutas, herméticas e alienadas, por outro lado, é interessante evidenciar que os rapazes criam suas próprias operações de apropriação, suas posturas de agir, e que é indispensável relativizar a presumível passividade deles e de seus comportamentos, fazendo com que as rotinas contenham um estilo próprio do cotidiano, mas não se limitando a ela (rotina). Assim, isso faz com que a rotina seja uma categoria central da educação daqueles jovens.

Ao promover o isolamento dos quartéis e navios, visava-se ao treinamento militar e à disciplina, cujos objetivos fundamentais eram criar um ambiente comum, com grande número de pessoas tratadas da mesma maneira e obrigadas às mesmas atividades, com horários rígidos, submetidas a regras formais explícitas e coordenadas por um grupo de superiores, o que tornava possível a vigilância através do poder disciplinar. “As restrições da vida

Quadro 23 - Mapa do serviço semanal em que se aplicam aos Aprendizes Marinheiros da companhia da província do Maranhão

		(conclusão)																
Quinta-Feira	'	'	Intervalo de 1 hora da maré	'	'	'	09 à 1 1/2	'	'	1 1/2 a 3 1/5	'	'	'	'	'	'	'	'
Sexta-Feira	'	'		'	'	'	'	'	'	5 1/2 às 8	'	'	'	'	'	'	'	'
Sábado	'	'		'	'	'	'	'	'	'	'	'	'	'	'	'	'	'

Fonte: AN XM 560 códice (Apud FREIRE, 2014, p. 91). Com base nos relatórios ministeriais

Com base no quadro tem-se que, na Companhia do Maranhão, as rotinas iniciavam às 5 horas da manhã na alvorada, fato que confirma a ideia de que cada comando na Companhia funcionava de acordo com o horário estabelecido pelos superiores, que determinavam o horário padrão, algo delegado a eles dando-lhes autonomia para tamanha prática. Essa dinâmica estabelecia um sistema rigoroso com padrão de horários naquele universo de formação escolar através do poder simbólico e da disciplina de trabalho, “como forma de regulamentar os ciclos de repetição” (FOUCAULT, 2009, p. 144). Para o pesquisador Tarantini Freire, ao estudar a rotina dessa Companhia, o mesmo constatou que:

Nos sábados, depois da ceia, se fará a limpeza do armamento. Nos domingos, depois da missa, mostra geral. Todos os dias, na hora do recreio, exercício de ginástica. Todos os dias, depois do almoço, formam-se os aprendizes para passar-se mostra de roupa. Ao toque de silêncio às 9 horas e 30 minutos, fecha-se o portão do quartel (FREIRE, 2014, p. 90).

Os olhos se voltavam, o tempo inteiro, para os aprendizes, suas atividades e, no geral, as rotinas de trabalho, começavam bem cedo, pouco depois do toque da alvorada, a qual seria a passagem de um estado de comportamentos errôneos e ociosidade para uma vida de disciplina e de dinamismo em um mecanismo de controle permeado de interferências e de desconfiança, que pairava por parte dos militares da base. Assim, o poder imediatamente se tornava uma ferramenta de repressão, oriundos das elites e do aparelho de Estado e de:

[...] esforço para ajustar os mecanismos de poder que enquadram a existência dos indivíduos: significa uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, gestos aparentemente sem importância; significa uma outra política a respeito dessa multiplicidade de corpos e forças que uma população representa (FOUCAULT, 2009, p. 76).

Na ótica da resistência e do esforço, já que os sujeitos passavam, em muitos casos, por castigos corporais, sendo submetidos a diferentes rotinas indispensáveis de trabalho e a uma diferenciada e rígida disciplina, que incluía alimentação precária e atividades braçais, muitas vezes, o abuso de poder era significativo pelo ritualismo do Estado, o qual arma o velho teatro da repressão e a legitimação da punição e/ou pena que elege a condição de irmãos. Foucault lembra que a justiça criminal sabe se travestir: em vez de punir, ela se vinga e, nesse sentido, o corpo era como instrumento de poder, os corpos dos discentes eram alvos de “manipulação, que se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2009, p. 132). Presumivelmente, o sistema militar de ensino poderia ser um exemplo para o público externo ou interno “de maneira pela qual os fatos de um estabelecimento podem ser explicitamente empregados para modelar a concepção que uma pessoa tem de si mesma” (GOFFMAN, 1961, p. 128). De outra forma, aquele espaço militar poderia ser um lugar de resistência coletiva, por meio da consciência crítica em torno das práticas modeladoras das atitudes de desrespeito sofridas pelos sujeitos, afastados do envolvimento político nas atividades práticas conflituosas. Homens e jovens, até então paralisados diante dos acontecimentos, do desprezo, da passividade, da humilhação, entre outros aspectos, observavam tudo de forma “socialmente bestializada” (CARVALHO, 2004).

Na formação do sujeito e na implementação de novos valores, eles usavam a deserção como estratégia de reconhecimento social, uma vez que os sujeitos envolvidos nessas estratégias são atingidos de forma desigual e injusta: “Um processo que os priva de reconhecimento social e, por isso, os vexa no sentimento de seu próprio valor” (HONNETH, 2003, p. 263). Vale a pena ressaltar que os conflitos estavam associados aos sentimentos de estar passando, na coletividade, por uma experiência injusta e ao desrespeito ético, moral com pouca efetividade e muitas vezes sem limite. Como sinalizou Thompson, em um momento do seu livro *a Miséria da Teoria*, tem-se que: “[...] a experiência é válida e efetiva, mas dentro de determinados limites [...]” (THOMPSON, 1981, p. 16).

Aqueles jovens teriam que viver e viviam, em decorrência do hábito transformado em desconfiança, acreditando que todo som que fizessem seria ouvido e todo movimento seria examinado meticulosamente, algo que os sufocava e os deixava desgostosos da vida. A ideia de vigilância remetia ao confinamento e, portanto, à situação física que era uma espécie de contraponto que caracterizava as preocupações das Companhias. O problema era o

movimento físico, em marcha, dos aprendizes, seu deslocamento espacial. Vigiar era, basicamente, regular os passos daqueles indivíduos, era “o olhar está alerta em toda parte” (FOUCAULT, 2009, p. 186). A vigilância daqueles jovens, pelas autoridades, era associada à responsabilidade, ao envolvimento e à atitude, combatendo, por exemplo, o relaxamento, as brigas, a valorização exagerada do controle, desvinculadas totalmente da realidade educacional da educação civil. Com essa justificativa, é presumível articular hipóteses, alternativas e estratégias paralelas de lutas, além de revigorar uma das ideias centrais de Thompson, mais uma vez, em *a Miséria da Teoria* (1981, p. 206), de que uma “teoria desvinculada das evidências, da prática e da realidade de vida das pessoas tem pouca ou quase nenhuma validade para os movimentos sociais”. Ao relacionar esta discussão teórica com os princípios e valores daquele grupo subalterno, percebe-se que o poder da vigilância se revela através do olhar por meio dos “dispositivos disciplinares se lê o terror dos ‘contágios’, da doença, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem” (FOUCAULT, 2009, p. 188).

Durante o período de permanência dos meninos na instituição, tudo aquilo que acontecia lá, marcava a trajetória de vida de cada um deles e determinava sua inserção na sociedade. É bem provável que eles passassem por mudanças ruins e boas, direcionando-os de várias formas, sobretudo atinente ao comportamento:

Cada uma dessas mudanças exige uma alteração fundamental no nível de vida e nos materiais disponíveis com os quais pode construir uma rotina de atividades, uma alteração cuja amplitude é equivalente, digamos, a uma ascensão e queda de uma classe num sistema de classes da sociedade mais ampla (GOFFMAN, 1961, p. 138).

O Estado procurava certos artifícios usando a Marinha como laboratório de atividades, experiências, para aquela classe, em que concebe a cultura escolar parte do conjunto de ideias, normas, procedimentos, práticas, e definições que se expressam em modos de fazer experiências morais, modificar e treinar o corpo, e pensar o cotidiano das Companhias. Logo, pode-se entender que os indivíduos e suas práticas são basilares para o entendimento daquela cultura que estabelece mudanças, construções e inovações por ela apresentadas, as quais apontam, nas fontes, diversos propósitos. Essas mudanças educacionais, usando a lógica da vigilância, ocorrem após o aperfeiçoamento das Companhias, quando as autoridades civis e militares passaram a preocupar-se com a remodelação do sistema educacional vigente. Essa preocupação vincula-se, particularmente, com a ideia de “civilizar” aqueles grupos sociais de

jovens e construir um quadro burocrático administrativo nacional dentro do espaço de formação militar. Isso faz obter um traçado relativamente objetivo, colocando-os como foco principal na Companhia. Entretanto, como centro das atenções nas Companhias, crianças pobres, órfãos e enjeitados eram tratadas como verdadeiros homens, cada erro era fatal. Aquelas criaturas, além da discriminação social, viviam a triste realidade dos sentimentos de inferioridade que, de uma forma ou de outra, poderiam causar efeitos nefastos em suas vidas, e conviviam com outros que vinham de culturas e formações diferentes e estilos de vida distintos.

Entre 1840 e 1865, as Companhias de Aprendizes viveram anos de visível ampliação e reconhecimento. A partir do momento em que eclodiu a Guerra do Paraguai, subitamente deu-se o contrário e, por causa da repulsão ao recrutamento, a Marinha começou a ter problemas com seu efetivo, tanto que as evasões nas Companhias de Aprendizes se tornaram claras, por outro lado a caçada humana se tornou mais intensa. Quanto a isso, Venâncio (1999, p. 202-204) contribui alegando que

A situação que então se inaugura é a do recrutamento forçado, do recrutamento a todo custo. As diversas instituições destinadas a meninos maiores de sete anos, a começar pelas companhias de aprendizes, passam a ser alvo de um assédio sem tréguas. [...] As crianças passaram a ser alvo de uma insaciável caça. [...] Isso só foi possível graças à montagem de uma verdadeira máquina de recrutamento forçado, na qual a polícia desempenhava um papel de fundamental importância.

Também, as avaliações rígidas, os castigos e a vigilância exagerada dificultavam a vinda de novos recrutas, tanto que o Ministro da Marinha, no bojo do início da guerra do Paraguai, questionava os pouquíssimos recrutas que vieram para as Companhias de Aprendizes:

Pouco tem sido os engajamentos de voluntários para os Corpos da Marinha. Os de Imperiais Marinheiros, conta com apenas 43 voluntários do ano corrente. O prejuízo que daí resulta mais ao indivíduo, que perde certas vantagens garantidas em lei, do que ao serviço naval, visto como o recruta não cede ao voluntário em valor e disciplina. Quando patrioticamente afluirão voluntários para a organização dos corpos do Exército, o governo jugou oportuno fazer um apelo à população do litoral para alistar-se no serviço da Armada. Deu para isso as instruções necessárias ao distinto chefe de esquadra conselheiro Joaquim José Ignácio, o qual depois de percorrer vários pontos da província do Rio de Janeiro, dirigiu-se às províncias do Espírito Santo e da Bahia. O resultado da comissão não respondeu ao zelo e esforços empregados pelo digno General, e foi ela suspensa de acordo com suas leis informações. O recrutamento continua a ser, por enquanto, uma necessidade que não

podemos prescindir atenta a grande repugnância de nossa população para a vida marítima²⁹⁹.

No relato acima, observei que não adiantava a Marinha se apropriar de velhos hábitos vindos do sistema colonial que se perpetuou no Império, como a exploração da mão de obra infantil, o excesso de correções, as ameaças, a falta de afetividade e o recrutando forçado de crianças, praticamente caçando-as nos centros urbanos. Tudo isso, somado também às notícias de que o recrutamento era severo com fins correcionais e violência exacerbada, colocava a responsabilidade sobre os pais, de escolher em qual das instituições seria melhor ensinar seus filhos, mesmo tendo filhos indisciplinados que haviam cometido “as maiores hostilidades” e travessuras.

Na questão da responsabilidade em ensinar, cabia ao Estado abrigar todas as crianças para serem educadas e não interferir diretamente na educação, apontando o conteúdo a ser ensinado e o modo de ensiná-lo. Com relação à Marinha, esta tinha seu próprio conteúdo de ensino. Tais reflexões me conduzem a entender que, de certa forma, a responsabilidade de escolha em qual instituição o(s) filho(s) receberia(m) educação, ou seja, a liberdade para escolher a instituição escolar e o tipo de molde de ensino, como já foi mencionado, cairia sobre os pais.

O professor José Pires de Almeida, sobre esse período, tece a seguinte pergunta “se o serviço militar obrigatório era visto com um benefício à sociedade: porque a obrigatoriedade do ensino não o seria, se impediria que os indivíduos crescessem na ignorância e se tornassem flagelos da sociedade?” (ALMEIDA, 1989, p. 182-183). A resposta disso seria, assim como hoje, que não haveria a necessidade de instruir a todos, pois ter a grande massa como ignorantes era melhor para o controle e molde social.

Pensar o militarismo como forma de moldar as mentalidades, as condutas e as maneiras de gerir os jovens, controlando e se apropriando de suas multiplicidades culturais, utilizando o máximo possível de atividades, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los, constituía um sistema que poderia ser um tanto quanto pernicioso, mas para a Marinha era uma forma de remodelar os comportamentos. Sobre a questão de práticas de condutas e representações sociais, Chartier nos traz as seguintes considerações.

²⁹⁹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1865, p. 5. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 25 mai. 2019.

Pensar deste modo as apropriações culturais permite também que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturante os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma algumas redutíveis a vontade dos produtores de discursos e de normas (CHARTIER, 1988, p. 136).

Como se pode notar, tamanha era a prática de intrometimento nas culturas daqueles jovens recrutas que isso fazia com que a impessoalidade, desde o controle de seus corpos, passando pela apoderação de seus comportamentos até sua instrução militar, sendo que um dos propósitos do governo “seria preparar, desde a infância, as gerações militares, dotando-as com a alma e o saber preciso para bem desempenharem a missão que lhes incumbe” (CARVALHO, 1986, p. 654).

As lentes e os olhares, na maioria dos casos, estavam sempre voltados para a instrução militar, a qual, em muitos casos, não ocorria da forma que deveria ser, devido à estrutura física dos jovens não se adequarem ao tamanho e ao peso dos armamentos. Isso ficou claro no relatório enviado à Corte, entre os anos de 1864 e 1868, da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul, em inspeção realizada naquela Companhia. Foi verificado que os aprendizes executavam muito mal qualquer das evoluções para entrar em forma, as marchas, e o formar em pelotões, bem como nenhum conhecimento adquiriam do manejo das armas, pois o grande peso do manejo das armas os impedia de fazer os devidos exercícios³⁰⁰.

Já o oficial responsável pelas instruções, como agente passivo na formação militar, não era visto como incapaz, tanto na natureza social quanto no aspecto moral. Por isso, Erving Goffman entende que “grande parte da instrução fosse inevitavelmente destinada a desenvolver a aptidão física, havia a crença muito arraigada de que um oficial, apto ou não, deveria ter tanto orgulho (ou ‘fibra’) que nunca admitiria inadequação física” (GOFFMAN, 1961, p. 80). Seja em qualquer lugar, nas Companhias ou nas embarcações, “faziam de tudo para continuar tendo o estilo de vida ao qual estavam acostumados, assumindo em relação à marujada, atitudes de superioridade” (MELLO, 2011, p. 1). Sobre essa diferenciação social, parafraseando a reflexão de Ervin Goffman, alega-se que, entre os oficiais, existia a convicção de que poderiam efetuar atividades físicas e suportar mal-estar físico sem que tivessem a

³⁰⁰ Relatório de inspeção das Companhias de Aprendizes da província de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 23 de setembro de 1868. Fonte: Arquivo Nacional XM-530 Codes, Série Marinha.

menor necessidade de treinar-se ou preparar-se para essas coisas, de acordo com o que era pleiteado pelas praças.

Para aquele espaço de instrução que também era zona de vigilância, a área era o local em que o aprendiz não precisava de uma justificativa clara para ficar, mas onde estava passivo à autoridade, ao dever e às restrições usuais do estabelecimento. Isso fazia com que aquele grupo estivesse inserido numa parte do espaço, transformando o ambiente à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita a se moldar às coisas materiais que a ele resistem: “O lugar recebe a marca do grupo e o grupo recebe a marca do lugar” (HALBWACHS, 1990, p. 133).

Ainda, corroborando com Foucault (2009, p. 165), “o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo olhar: um aparelho onde as técnicas permitem ver, induzam a efeitos de poder [...]”. Para os aprendizes autorizados, circular livremente nas áreas internas e externas, que incluía a grande parte da Companhia, era uma rotina normal, mas perigosa, pois era controlada e, em muitos casos, exigia autorização. Afinal, havia espaços não regularizados pela autoridade usual da equipe de instrutória.

Por fim, desejo considerar as diversidades deste tipo de espaço, o qual não era somente espaço de suplício, mas, sim, em alguns momentos, espaço de entretenimento e recreação, mesmo sem uma segurança consolidada. Levando-se em consideração que muitas Companhias, em que os prédios eram construídos sem muros e cercas, facilitavam-se as fugas e evasões, porém muitos achavam que a falta de muros justificava a deserção, achando que não pegava nada fazer isso, mas não era bem assim. Mesmo assim, o cotidiano da vida militar sob a perspectiva dos aprendizes gerava sociabilidade presente naquele corpo de praças.

6.2.1 Cotidiano na vida militar das Companhias de Aprendizes e as sociabilidades identitárias

Continuando na análise do processo de criação das identidades sociais das praças em seu insipiente processo de formação, com base nas rotinas, vale a pena pontuar algumas advertências. Nem todos os movimentos sociais, no século XIX, tinham vínculos estreitos com qualquer espaço social, seja de grupos e classes específicos, seja de caráter étnico ou mesmo cultural. Mas, por outro lado, nem todos os movimentos identitários possuem o caráter cultural ou classista, assim a base de sua identidade pode ser quase unicamente espacial,

compondo um amplo aspecto cultural e social que tem como unidade o compartilhamento de um determinado espaço.

Então, a relação de convivência daqueles grupos de indivíduos me fez pensar as práticas desses residentes naquele espaço de formação e o cotidiano em que eles estão inseridos. Por isso, as reflexões do pesquisador erudito das Ciências Humanas, antropólogo, psicanalista e linguística, Michel de Certeau (1994), em sua obra *Invenção do Cotidiano*, deixou subsídios marcantes para a análise social sobre as compreensões das práticas cotidianas, as quais qualificou como “arte do fazer”. Seus estudos focaram especialmente, entre outras áreas, num viés mais social. No presente caso, trazendo essa forma de pensar para as Companhias, a grande questão que percorre essa pesquisa são os discursos e atos que compõem cenários que produzem significados compreensíveis, observados e fiscalizados pelos instrutores. Certeau abarca o homem comum e seu afazer, suas ressignificações e apropriações, ele teoriza o consumo dos bens culturais e materiais, que são imprevisíveis às suas apropriações, isto é, a uniformização única não existe na maneira de consumir os bens culturais e materiais. À vista disso, o vértice deve apontar positivamente para as práticas e os usos de bens diversos e não para os produtos culturais. Sousa Filho (2002) debate sobre as práticas e as artimanhas praticadas pelos autores sociais no cotidiano para enfrentar as imposições sociais, morais e religiosas.

A partir disso, colocam-se as pesquisas sobre o cotidiano numa perspectiva mais interna, mais institucional de interrogar sobre o dia a dia, sobre a rotina que compõe os acontecimentos diários da vida e os significados que as pessoas vão construindo nos hábitos, nos rituais, no interior das Companhias de Aprendizes. De certa forma, a lógica costumeira, pensada na prática sob a reflexão de Certeau (2013, p. 31), diz que “o cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia”. É claro que essas práticas eram informadas aos Ministros subsidiando-os de informações contundentes sobre o andamento das organizações militares voltadas para o ensino.

Os ministros se apropriavam de subsídios e, por intermédio disso, criavam leis em formas de decretos, uma prática que eles mesmos exercitavam em seus seguidos relatórios ministeriais ao se referir às rotinas de todos os Marinheiros. Esse aspecto aponta para o que Michael de Certeau refletia como “os relatos e as representações têm, com efeito, uma clara

função possível de abrir um teatro de legitimidade às ações efetivas” (CERTEAU, 1998, p. 186).

É preciso entender a juventude da época como construção que não pode ser dissociada de outras variáveis da análise social, como gênero, raça, classe e outros. Por isso, é necessário ver aqueles garotos como sujeitos ativos em face das estruturas e dos processos de sociabilidade, é preciso sair da perspectiva do adulto e entender o construto social fundamental para a fundamentação ou (re)afirmação de identidades e o estabelecimento de suas fronteiras, pois os jovens também eram “agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la” (PORTELLI, 1997, p. 13). É importante frisar que a “identidade está ligada a sistemas de representações e tem estreitas conexões com relações de poder” (SILVA, 2014, p. 97), e só se garante o construto de identidades distintas ao se desvincular a oficialidade da representação usual ao Marinheiro, bem como o hiato social entre os dois segmentos. Como um ser representativo da hierarquia militar, tal como mencionado algumas vezes, os oficiais usavam a rigidez como forma de controle em suas rotinas, isso fazia com que a vida militar se tornasse um espaço marcado por divisão e repulsa. Para Chartier (1990 p. 17), “essas representações não são discursos neutros, elas produzem estratégias e práticas tendentes a impor autoridade, acatamento e mesmo legitimar”.

No percurso que Certeau propõe, o lugar do poder deve ser percebido, num primeiro momento, como conformismo e uniformização, tendo o cuidado de se afirmar se os autores do controle são ou não os comandantes das Companhias de Aprendiz, pois “é necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes [...]” (CERTEAU, 2013, p. 41). Isso fazia o poder normatizar suas ações e práticas, para evitar fugas ou evasões em massa do quartel.

6.3 APRENDIZES “BÓI”³⁰¹, “PEGA TUDO”³⁰²! “TÔ PENANDO”³⁰³ E VAMOS “VIRAR GÁS”³⁰⁴

A partir da criação dos centros de formação de Marinheiros, pelas províncias autorizadas, muitos desses quartéis, seja em terrenos nacionais ou em locais de empréstimos e

³⁰¹ Marinheiro inexperiente, recém-chegado na Marinha. (MAIOR, 2006, p. 34).

³⁰² Significa, deu tudo errado (MAIOR, 2006, p. 112). Não se sabe precisar a partir de que ano iniciou-se esse tipo de palavreado na Marinha, porém, segundo informações, algumas gírias reportam desde a formação da Marinha imperial brasileira.

³⁰³ Na linguagem marinheira significa, sofrendo (MAIOR, 2006, p. 115).

³⁰⁴ Sumir, ir embora durante o primeiro expediente (MAIOR, 2006, p. 153).

aluguéis, eram edificados para receber jovens não só oriundos daquelas províncias, mas também de outras. Assim, por opção, iniciarei a discussão citando a quinta e a décima sexta Companhia de Aprendizes, criadas no Brasil, a do Rio Grande do Sul e a do Rio Grande do Norte. Nesses espaços, os terrenos foram doados por simpatizantes da causa governamental, alinhados ao projeto conservador, o que foi o caso da Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Sul, noticiado em um dos jornais da cidade, *O Diário do Rio Grande*, de 24 de janeiro de 1851:

[...] os senhores João Rocha e José Francisco de Castro propuseram a venda de suas propriedades, situada na ponta da Macega, para o estabelecimento do Arsenal de Marinha. As mesmas propostas fizeram o senhor José Borges Ribeiro e alguns herdeiros de falecido Joaquim Rasgado, relativamente as suas propriedades, situadas na Praça Municipal. De todas estas propostas a mais vantajosa à fazenda pública, é sem dúvida a do Sr. João Rocha.

Apesar de o Senhor João da Rocha não ter servido à Marinha, ele, como militar, em alguns períodos, serviu à Pátria. Tais períodos incluem a Guerra dos Farrapos e, ao saber da proposta de criação de unidades navais em Rio Grande/RS, como simpatizante da causa naval, cedeu ao governo sua casa e os terrenos, que atenderam perfeitamente às condições necessárias para que pudessem ser instalados o Arsenal e a Capitania de Rio Grande.

Ainda em 1851, o jornal *O Diário do Rio Grande*, de 03 de junho, passava a ter caráter de utilidade pública ajudando na tarefa de convocar a população local e lindeira para fazer parte da armada imperial, pois, como também foi dito, essa organização militar não tinha somente a responsabilidade de controlar a navegação portuária, mas também de recrutar Marinheiros para o serviço da Armada. O mesmo jornal, de 1851, retornou o assunto, retratando o fato, evidenciando as vantagens da edificação da Capitania, no local chamado Macega, que é o nome da região na qual seriam construídas as novas unidades navais, dizendo:

[...] ali possui terrenos e dois edifícios o Dr. Rocha, que quanto a nós, havia servido ao país, cedendo ao governo a sua casa e terrenos, que desempenham, perfeitamente, as condições necessárias para o arsenal e Capitania. Os edifícios são novos, bem construído e próprios para os misteres que se tem em vista. O terreno imenso que pode ser no futuro vendido a particulares; a posição conveniente do vértice da figura extremada pela trincheira e água dos sacos que bordam o terreno onde está edificada a cidade, são razões que abonam a compra da propriedade do Dr. João Rocha em proveito do país. “Em nosso abono vem a opinião do Sr. Greenfel, quando aqui comandante da força de mar, que sempre passamos (refere-se à guerra dos Farrapos).

Com isso, foram construídos dois prédios, a Capitania dos Portos e a Companhia de Aprendizes-Marinheiros, de extensões razoáveis com o intuito de receber a demanda de recrutas que aquartelariam aquelas unidades navais, todos com estruturas de concreto armado, bem como sem muros de arrimo, paióis, e com reservatórios de água. Percebe-se, que determinadas unidades militares; como algumas Capitânicas, por serem instalações não vinculada diretamente ao aquartelamento e sim registro tenho como foco, o controle de embarcações, não tinham a necessidade de muros para sua proteção.

Por uma questão cultural de momento e social, os muros ou muralhas não estavam sendo usadas para prover a segurança de algumas organizações militares da Marinha, não era normal esse tipo de proteção.

Posso cita entre várias unidade navais, a Capitania dos porto de Rio Grande, no Sul do Brasil, estava completamente desprotegida sem nenhum tipo de muro ao seu redor, como demonstrado na Imagem 22.

Imagem 22 - Velho sobrado e primeira Instalação da Capitania do Porto, ano não referênciado, s/d



Fonte: Arquivo da Biblioteca Pública de Rio Grande

Essa foi a segunda Capitania fundada no Brasil imperial. A imagem mostra o prédio em estado de ruína, mas também demonstra a falta de muros rodeando esta unidade militar.

Nesse contexto, o muro constituía uma barreira de duplo caráter: tanto para os que viviam na área que ela encerrava quanto para aqueles que, vindos de fora, a quisessem transpor. Nesse caso, essa dicotomia não fazia sentido devido à inexistência de tal muralha.

A partir do momento em que o recrutado passava da porta para dentro do quartel, permanecia, assim, ao ser inserido no seu interior, obrigado à sujeição a normas e à aceitação de exigências. O muro, como barreira, possui por si as mesmas circunstâncias de lugar antropológico ou espaço de contato, assumindo essa coexistência no momento em que se transforma em referência para as pessoas que vivem ao seu redor. Mesmo sem a existência de muros, os aprendizes se colocavam no setor externo sob vigilância constante, às vezes para pegar sol, as vezes para receber as instruções e as vezes para sofrer algum tipo de inspeção.

O resultado das pesquisas, com base em fotografias e imagens, me mostrou que, praticamente todas as Companhias foram edificadas sem o muro, que de certa forma ajudava nas evasões ou na pouca permanência dos recrutas naquele espaço, os anexos, com base nessas provas provam essa hipótese e para atual visualização, observe a Companhia de Aprendizes-Marinheiros, da Imagem 23.

Imagem 23 – Escola de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande/RS, s.d



Fonte: Arquivo da Biblioteca Rio-Grandense

A relevância desta foto está na centralidade do prédio e seu ponto de fixação, devido à parte da retaguarda e sua lateralidade estarem desprotegidas, sem cercas e muros para demarcar ou até delimitar sua dimensão, somado à questão da falta de segurança. Analisando esta foto, é possível verificar que a parte frontal do prédio delimita-se pela saída da Lagoa dos Patos e suas laterais sem muros facilitam a fuga dos aprendizes. Aquela arquitetura estrutural assume a responsabilidade do risco, mas, também, um dogma de sentido característico dos instrumentos arquitetônicos. Se analisarmos um muro apenas como barreira, não faria avançar a produção de conhecimento sobre a arquitetura e a segurança daquele órgão, apenas reforçaria um tipo de definição pré-concebido que este objeto dispõe, atravessando o jeito corrente de absorver o universo interno das Companhias/Escolas de aprendizes.

Aqui, o ponto de partida para a compreensão do muro será a própria natureza da barreira, como também ferramenta de demarcação do território. Entretanto, no primeiro momento, serão agregados outros pontos de vistas, tais como a simbologia e a evasão, de forma a construir uma base teórica que torne possível pensá-lo de forma mais livre e ampla, percebendo-o como elemento carregado de expressão visual não abstrata, mas concreta. Nesses aspectos, as dimensões, a altura dos pavimentos e os alinhamentos das edificações dos centros de formações de Marinheiros estavam em consonância normatizadas não só pelos códigos de posturas de algumas províncias, mas, também, com a arquitetura do Brasil do século XIX. Essas normas revelam uma preocupação com a paisagem urbana, “cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades [...] a aparência da Corte Portuguesa” (REIS FILHO, 2011). Com a criação das Companhias de Aprendizes, o muro funcionava como um dos símbolos de poder e era utilizado como expressão de força e proteção daquele lugar, mas isso não se tornou realidade, pois, com o regulamento repressor e o controle “absoluto”, não se evitava que algumas deserções acontecessem.

Analisando o mapa estatístico do Corpo de Imperiais Marinheiros, desde a criação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, em 1836, até 1874, foram recrutados 10.640 aprendizes, dos quais 4.817 desertaram³⁰⁵, equivalente a aproximadamente 45% de evasões. Levando em consideração a quantidade de embarcações e a dificuldade de obter recrutas, isso demonstra que a vigilância controlada nos espaços de formação não surtia o efeito eficaz, somado à falta de muros e segurança em algumas Companhias. Entre 1867 a 1874, alistaram-

³⁰⁵ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1874, p. 56. Disponível em ddsexnext.crl.edu/titles/142, acesso em 20 mai. 2019.

se 3.361 recrutas e, ao mesmo tempo, desertaram 1.370³⁰⁶, o que possivelmente teve a ver com a Guerra do Paraguai ainda em andamento, por muitos se recusarem a participar do palco de batalha.

Nesse momento, ter um recruta custava caríssimo para os cofres, tanto que, “em 1860, com a proximidade da Guerra do Paraguai, o prêmio pago aos recrutadores chegou ao preço de 30\$000:00 nas grandes cidades e de 20\$000:00 nas demais” (SOUSA, 1998, p. 68). Mesmo assim, no ano de 1866, mais 12 navios suspenderam tripulados e 1.549 praças foram reforçar a esquadra em operações na bacia do Prata, entre os meses de janeiro e dezembro³⁰⁷.

Já no Exército o fato era diferente: segundo Victor Izecksohn (2004), observou-se um notável crescimento no número de voluntários no início do conflito, que durou por pouco tempo, ou seja, nos três primeiros meses, a província do Rio de Janeiro contou com 2.500 voluntários. Aproximadamente 139.000 soldados se alistaram no Exército durante os quatro anos da guerra³⁰⁸. Esse recrutamento nas forças de terra se fazia de forma compulsória e através de requerimento.

Na Marinha, grande parte dos requerimentos de protestos era desconhecida pelas autoridades que, assim mesmo, sem o consentimento dos pais, acabavam enviando os garotos reclamados para o cenário de batalha, como foi o caso da reclamante Maria Joaquina do Espírito Santo:

[...] O requerimento dessa mãe do aprendiz artífice Camilo Francisco dos Santos, informo a V. Ex. que com efeito esse aprendiz é um dos que se oferecem para servir voluntariamente na Guerra do Sul, que não foi seduzido para tal fim, como diz a suplicante. O menor tem de idade treze anos e nove meses, e acaba de asseverar-se que é muito de sua livre vontade que se ofereceu para seguir³⁰⁹.

Cumprе mencionar que “as fugas dos garotos e a resistência dos pais são outros sinais que mostram o quanto os estabelecimentos da Marinha eram rejeitados pela população, especialmente, no momento da Guerra” (SILVA, 2013, p. 109). As fugas podem ser

³⁰⁶ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1889. Mapa Estatístico do Corpo de Imperiais Marinheiros, anexo. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 20 mai. 2019.

³⁰⁷ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1864-1866. Ver em MAIA, 1975; CAMINHA, 1986; FIGUEIREDO, 1984; NETO, 2001.

³⁰⁸ Para saber mais sobre a situação do recrutamento no Exército naquele período, ver em CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004 p. 179-208.

³⁰⁹ Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’Almeida. Inspetor do Arsenal da Marinha para o presidente província, Dr. Antonio Borges Leal Castelo Branco. APEJE, Série A.M, v. 26, n. 846.

consideradas o aspecto mais comum de resistência à dominação dos agentes recrutadores. Alguns se aproveitavam das brechas abertas pela vigilância, nos momentos de falha na segurança, para desertar. Mesmo com esforços de aumentar o efetivo do Corpo de Praça da Armada, com o recurso do recrutamento de voluntários e por prêmio, com a chegada dos jovens nas Companhias de Aprendizes, ao vislumbrarem o ambiente que os acolhia, as formas de recrutamento, as práticas pedagógicas, as instruções militares, a saudade da família, a falta de liberdade nos comportamentos, tudo isso os incentivava a evadir ou “virar gás” para o mundo externo. Ao mesmo tempo em que as Companhias de Aprendizes eram a porta de entrada para oportunidades em alguma área da vida, por outro lado, eram a porta de saída para aqueles que não aceitavam e se sentiam descontentes com as doutrinas militares. Esses meninos, ao serem trazidos para o interior da Companhia, dividiam com os outros as rotinas tão rigorosas, e tentavam a qualquer custo evadir-se para o mundo externo. A ideia de que a fuga desempenha um papel fundamental na construção social dos “aprisionados”, como se fossem criminosos, esquadrinhando o perfil dos ilegalismos que estão sujeitos a captura. O evadir, representava uma forma de resistência e não aceitabilidade daquela vida que levavam no interior das Companhias.

Fugas ou “virar gás” eram muito comuns com o intuito de voltarem para as cidades de origem, como, por exemplo, no Sul, fato esse publicado numa das páginas de um dos jornais na cidade de Rio Grande:

Aprendizes Marinheiros. Da Companhia de Aprendizes de Marinheiros fugiram cinco menores, supondo-se que tenham ido para a cidade vizinha. A pedido do s.r. capitão do porto, o delegado da polícia daquela cidade trata de descobrir se eles lá se acham. A autoridade pelotense está disposta a aplicar rigorosamente a lei contra quem haja acoitado aqueles desertores³¹⁰.

Aquele meio, regido pelas legislações tirânicas forjava uma linha tênue, observação essa que concorria na evidenciação de uma complicada relação de poder entre sujeitos e instituição. Essa dicotomia corroborava para a derrocada da proposta de completar o efetivo das Companhias. O “virar gás”, combinado ao sistema de desprivilegio, está associado a alguns processos importantes na vida das classes subalternas dessa instituição total, na qual as privações ou a ausência da afetividade, como um mal desnecessário, se tornava uma prática, às vezes, constante; já o “tô pensando” é uma “gíria institucional”, através da qual os internos

³¹⁰ Fonte: Jornal *Echo do Sul*, 1º de fevereiro de 1889. Biblioteca pública Rio-Grandense.

verbalizam os sentimentos fundamentais em seu mundo singular. Com certeza, a equipe dirigente, principalmente em seus níveis inferiores, isto é, os Marinheiros da guarnição e os sargentos instrutores, conhece também essa linguagem e pode usá-la ao falar com os internados, embora passe à linguagem mais padronizada quando fala com superiores e estranhos, seja dentro ou fora da instituição. Os aprendizes obtêm conhecimento dos vários cargos e dos outros militares, um conjunto de “lendas” e histórias sobre o estabelecimento, bem como certa informação analógica sobre a vida e o passado da Marinha.

Ao aproveitar-se da falta de cercas e muros que algumas Companhias aconteciam, as fugas que se tornavam um recurso perigoso, pois, mesmo que com astúcia, se as intenções das fugas eram relevantes, com a justificativa de voltarem para seus lares, eles teriam que se valer da sorte de não serem capturados. Caso ele, o desertor, não voltasse para a Companhia de Aprendizes em três meses, a lei era bem clara. Conforme o art. 39, do decreto que regulava a disciplina das Companhias de Aprendizes:

[...] o Aprendiz Marinheiro que desertar e for capturado, ou se não apresentar dentro de três meses, será remetido logo para o Quartel central na Corte, sendo conservado preso até a ocasião da partida. Se, porém, apresentar-se voluntariamente dentro de três meses depois da deserção, continuará na Companhia, sofrendo neste caso o castigo correccional que o Comandante da Companhia julgar justo³¹¹.

Quanto aos castigos, por outro lado, agravavam mais ainda a situação das deserções pela aplicação do Regimento Provisional e Artigos de Guerra da Armada, sendo, porém, entendido que, no caso de primeira deserção simples, com base no art. 77, lhes serão aplicadas as penas impostas no art. 80 Artigos de Guerra, pelo motivo ali declarado. Então, será que valeria a pena essa “bóizada” “virar gás”? Assim como nas embarcações, nas Companhias, o desertor seria corrigido por seu superior através de chicotadas. Conforme afirma Foucault (2009, p. 173), “o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios”. Ainda, o castigo disciplinar é menos “a vingança da lei ultrajante que sua repetição, sua insistência redobrada. De modo que o efeito corretivo que dela se espera apenas de uma maneira acessória passa pela expiação e pelo arrependimento [...] castigar é exercitar” (FOUCAULT, 2009, p. 173). Talvez pelo grande número de deserções, a punição exemplar aplicada diante do coletivo da tropa era como um ritual: “através de chibatadas ou espadadas de prancha fosse mais prática

³¹¹ BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto nº 1517, de 4 de Janeiro de 1855.

para a resolução desses casos, não sendo necessário levar a Conselho de Guerra” (BANDEIRA, 2010, p. 106).

O virar gás na Marinha era tão arriscado e perigoso, que os militares viviam a sombra das rígidas normas, que os capturados eram submetidos as duras penas, tanto que, anos antes, em 1856, o Ministro da Marinha, João Maurício Wanderley, pedia retificação da legislação penal da instituição devido aos excessos que aconteciam na hora de punir. Ele reclamava que

[...] a revisão dos Artigos de Guerra[...] é uma necessidade reclamada de há muito tempo; não porque tenham dado lugar a tantos abusos quantos se afiguram à imaginação de alguns, à quem com razão impressiona o arbítrio, mas, para que se coatem(sic)os abusos prováveis, classificando-se melhor os delitos e proporcionando-se-lhes, quanto se possa, o castigo [...] Uma reforma [...] neste sentido deverá compreender a forma do processo, em que se reúna à presteza e certeza do julgamento a maior garantia dos acusados. A reforma do Regimento Provisional, [...] não poderá ser completa sem que se prenda à das penas e do modo de impô-las³¹².

Analisando a documentação com base nos estudos do professor Arias Neto(2001), após 1854, o índice de deserção sofreu significativa alta. A culpa disso pode ser atribuída ao aumento do tempo de serviço militar compulsório e à imagem ruim que os Marinheiros faziam do serviço militar, visto como castigo, o que os chocava, conforme ressaltou um dos comandantes, o Capitão Elisário dos Santos. Para Arias Neto (2001, p. 103), “esse oficial reforça esta suposição, também, o fato de que o índice de captura elevou-se significativamente no segundo período (29% do total de desertores) em relação ao primeiro (20%)”, o que demonstra que a Marinha alterava sua legislação com o objetivo de manter o recruta o máximo de tempo possível na caserna, é claro que isso não era visto com bons olhos pelos agentes, pois, quanto mais tempo servisse à Pátria, maior seria o tempo de penúria. Tal fato era acarretado pela pouca procura no alistamento, já que o número de alunos estava sempre abaixo do que era desejado. Quanto às evasões, quando o garoto fugisse, a Marinha faria tamanho esforço para não largar de mão o desertor, pois recrutar, treinar e formar custava muito caro aos cofres públicos, era necessário ter de volta o fugitivo para realocá-lo.

Dando seguimento ao estudo do espaço físico de acomodação dos aprendizes, conforme apresentado no início das discussões, a Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Norte também fez parte daquelas unidades que, inicialmente, nasceram em local vulnerável às fugas, apesar de, inicialmente, essa Companhia ficar alojada no Convento

³¹² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1856, p. 8. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 29 mai. 2019.

de São Francisco, e depois se transferir para um prédio alugado. Algumas dessas instituições religiosas foram apropriadas pelo poder estatal como forma de abrigo, sobre o que Foucault (2009, p. 137) destaca: “o modelo de convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito [...]”. Sendo assim, a Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Norte, conforme a imagem 24, surge inicialmente como quartel em propriedade particular e, devido ao estado daquele espaço, passam a ser executados alguns melhoramentos indispensáveis ao alojamento dos menores e à boa regularidade do serviço³¹³.

Esse tipo de melhoras dar um toque de melhor organização e notoriedade, pois em seus estudos sobre as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, Venâncio (1999, p. 192-209), “classifica a trajetória delas, como uma fase de expansão e prestígio, entre períodos variados no século XIX”. Esses órgãos militares eram uma faca de dois gumes, enquanto eram prestigiosas por muitas autoridades, porém, por outro lado, eram marginalizadas por uma relativa massa da sociedade e também por parte dos aprendizes e por isso o “virar gás”.

Visto pelo olhar vindo das autoridades, devido ao prestígio que estavam tendo as Companhias de Aprendizes e à fase de expansão, as bem-feituras eram necessárias para melhor acomodação dos indivíduos, mas também para a estética das construções militares, estabelecendo a segurança na unidade militar. Portanto, o “virar gás”, para o mundo externo, “[...] eram consequências diretas das incertezas, privações e estigmas da vida militar. No século XIX, vários mecanismos de mobilização militar foram experimentados” (LIMA, 2013, p. 34). Então, em caráter institucional para fins militares, foi autorizada a construção dessa Companhia de Aprendizes-Marinheiros, para acomodar a quantidade expressiva de jovens na província do Rio Grande do Norte, com intuito de se alinhar ao projeto nacional.

Essa Companhia preenchia os requisitos exigidos para sua fundação, como, por exemplo, ter sua construção numa região marítima na Costa oceânica de uma província ou próxima algum rio, que foi o caso na dessa Companhia que teve sua fundação inicial na margem direita do rio Potengy numa região chamada Ribeira. Observe esse primeiro prédio a seguir:

³¹³ BRASIL. Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Norte, 1874, p. 40. Disponível em: ddsnext.crl.edu/titles/181, acesso em 21 jun. 2019.

Imagem 24 – Prédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Norte, s/d.
Parte 1



Fonte: DPHDM

Repara-se, na foto, que o quartel foi apropriado de uma residência construída em terreno irregular para abrigar as primeiras turmas de aprendizes num espaço sem muros nas redondezas, fazendo valer na mente das autoridades o recrutamento condigno “a fim de introduzir ao serviço militar – a fim de obter submissão ao poder militar” (KUHLMANN, 2001, p. 43).

Essa Companhia de Aprendizes, apesar da autorização de sua criação, ser em 1872, teve um pequeno atraso no início de funcionamento, que foi em 1873, questionado pelo presidente daquela província, o senhor, Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves, seu relatório expõem que, “tendo sido criada nesta província, por decreto [...] de Dezembro do ano passado, uma companhia de Aprendizes Marinheiros, não pode ser ainda instalada por falta do necessário pessoal (RPP, 1873). Na medida que essa Companhia receberia uma quantidade razoável de aprendizes que nos seus anos iniciais, chegou a mais de 110 aprendizes, seu prédio passaria a ser ampliado.

Contudo, o imóvel foi aumentando de tamanho, com o passar do tempo, de acordo com a chegada de novos aprendizes. Além disso, a construção vai tomando forma com partes

anexas a ela, analogicamente em forma de encaixe, criando mais espaços, conforme se observa na Imagem 25.

Imagem 25 – Prédio da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Norte, s/d. Parte 2



Fonte: DPHDM

Alguns presidentes de províncias à época questionam a necessidade, que deveria ser brevemente atendida pelo governo imperial, de um navio escola para os exercícios dos Aprendizes Marinheiros. Apenas em 1875, por determinação do Ministro da Marinha, Luís Antônio Pereira Franco, Barão de Pereira Franco, houve consentimento da compra do prédio em que estavam alocados, fato que só tornou realidade no ano seguinte, em 1876³¹⁴. Desta forma, esse prédio passou por várias reformas, tendo em vista que houve outras reivindicações de adaptações e de melhorias em suas acomodações. A primeira delas aconteceu em 1877, tipificada no Relatório de Presidente de Província, na seção de Obras Gerais que continha a seguinte descrição: “Estão em andamento e em breve ficarão prontas as obras necessárias para a armação das macas dos menores. O seu orçamento importou em 877\$92. Tesouraria de

³¹⁴ BRASIL. Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Norte, 1875, p. 39. Disponível em: ddsnext.crl.edu/titles/181, acesso em 21 jun. 2019.

Fazenda. Os reparos que se executam neste próprio nacional equivalem quase á uma reedificação [...]”³¹⁵.

De acordo com os estudos do pedagogo Laelson Vicente Francisco, sobre a estética do prédio, tem-se que:

[...] o edifício “que antes era um pardieiro” pois “mal acomodava a Companhia de Aprendizes” passou a medir cinquenta e quatro metros de fachada de frente por cinco de altura; foi dividido em cinco corpos, sendo três salientes e curvados com outros frontões, sendo tatuado no centro o emblema das armas imperiais. O centro do prédio compreendia o alojamento, as enfermarias, a praça de armas, o corpo de guarda e a cozinha. Nas laterais, dois paióis, os aposentos de inferiores e uma pequena capela para realizar as orações dos menores. Esses espaços foram dispostos de forma a montar duas áreas interiores para ventilação do edifício (FRANCISCO, 2018, p. 32).

A cozinha era anexa ao restante do prédio, assim como as casas da parte traseira, que eram dos sargentos instrutores, o que me leva a pensar que o prédio principal ou central recebeu encaixes por partes, conforme Imagem 25. As reformas foram defendidas como “necessária[s] para se obter o crescimento da Companhia, para oferecer o aspecto de Instituição Militar pertencente Marinha do Brasil. As reformas eram defendidas como fundamentais para melhor vivência dentro dos espaços educativos” (FRANCISCO, 2018, p. 33). No entanto, os muros contribuía decisivamente para a segurança da Companhia, isso porque observar alguns detalhes no momento de planejar intervenções no espaço de formação naval pode diminuir a probabilidade de ocorrência de delitos e aumentar a sensação de controle do Estado. O muro, na medida em que ia crescendo por todo lado e formando uma imensa barreira geográfica, fazia, do contexto “prisional” vivenciado pelos jovens das Companhias, uma barreira étnica social. Assim conceitualmente, um muro idealiza territórios e impossibilita o encontro indesejado com o outro; o muro é uma construção física que existe para dividir o mundo de dentro do mundo de fora.

Para todos os aprendizes, salvo exceções dos poucos que tinham autorização para sair pela cidade, tudo que estivesse fora dos muros da instituição estava fora de seu alcance. Para as Companhias de Aprendizes que já tinham muro, um jovem que desejasse “virar gás” ou se evadir poderia, além disso, encontrar vários locais pelos quais pular o muro ou transpor

³¹⁵ BRASIL. Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Norte, 1875, p. 16. Disponível em: ddsnext.crl.edu/titles/181, acesso em 21 jun. 2019.

possíveis locais não murados, na medida do desespero pelo que estivesse passando. Na Imagem a seguir, tem-se a Companhia de Aprendizes com seu muro em fase de completude.

Imagem 26 – Prédio da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Norte, s/d Parte 3



Fonte: DPHDM

A imagem registra o aumento do espaço e/ou da estrutura para melhorar e acomodar os aprendizes estabelecendo melhores transformações espaciais e estéticas no ambiente militar. Posteriormente, nessa Companhia, com o intuito de se evitar que os jovens “virassem gás”, foi construído muros e um portão ao centro, ainda mais que

Cercas, barras e muros são essenciais [...] não só por razões de segurança e segregação, mas também por razões estéticas e de *status*. Todos os elementos associados à segurança tornaram-se parte de um novo código para a expressão da distinção [...] (CALDEIRA, 2000, p. 294).

A falta de muros como forma de segurança era algo normal e típico na construção das Companhias de Aprendizes, conforme os anexos “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G” e “H”.

Foucault em capítulo específico, denominado *Os recursos para o bom adestramento*, aborda o exercício da disciplina por meio da vigilância hierárquica, expõem que era o

propósito de expandir o espaço para os lados e para cima, transformando-o naquilo que o ele mesmo denomina de “escola edifício como operadora de adestramento ou uma máquina pedagógica” (FOUCAULT, 2009, p. 166).

Com a distinção de certo e errado, cumpre-se, desta forma, o papel da disciplina e a inflexível observância e a obediência integral dos regulamentos, normas e disposições que fundamentam as Companhias de Aprendizes e sistematizam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes daquele órgão. Deste modo, “a disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (FOUCAULT, 2009, p. 137).

Desvalidos e arrimos de famílias, sem nenhuma condição financeira para manter suas crias, também eram os recrutados que compunham a “Companhia do Rio Grande do Norte”³¹⁶. Não havia interesse dos pais e tutores daquela província em ter seus garotos inseridos naquele tipo de lugar, que “ocorreu devido ao público que a escola abrigava, sendo considerado um modelo de educação sem atrativo para as famílias” (FRANCISCO, 2018, p. 61). No que se refere aos desvalidos, o modelo era considerado infalível: “retirava-os da rua e colocava-os submissos à ordem, por meio de questões disciplinares. Fato considerado por alguns desvalidos como algo bastante desconfortável, pois sempre que podiam recorriam às fugas” (FRANCISCO, 2018, p. 61).

Quando faço constantes referências às fugas, a impressão que se tem é que o sistema de internato era duradouro, impossibilitando que os jovens tivessem acesso ao mundo externo, o que não é fato consumado, já que as carências, as saudades dos familiares e a solidão obrigavam os comandantes das Companhias a darem algumas licenças temporárias para os recrutas desfrutarem de alguns momentos com seus familiares. “A solidão necessária do corpo e da alma, dizia um certo ascetismo: eles devem, ao menos por momentos, se defrontar a sós com a tentação e talvez com a severidade de Deus” (FOUCAULT, 2009, p. 138). É claro que isso era uma tentativa de evitar as deserções, o que, em alguns aspectos, aliviava as tensões e

³¹⁶ Não vou aqui estudar a fundo essa Companhia/Escola de Aprendizes-Marinheiros, mais se o leitor quiser saber mais informações, ver o trabalho monográfico de Laelson Vicente Francisco, que visou analisar a formação e os primeiros anos de atuação da Companhia de Aprendizes Marinheiros, que funcionou na Província do Rio Grande do Norte, com sede na cidade do Natal, na segunda metade do século XIX. A delimitação temporal para aquela pesquisa se debruçou no intervalo de tempo compreendido entre os anos de 1872 a 1890. Ver mais em Francisco (2018).

o saudosismo existente nos corações e almas daqueles “pobres” garotos. É importante salientar que as licenças eram de forma coordenada e em grupos, como demonstrado na imagem a seguir.

Imagem 27 - Licenciados no bondinho da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1917)



Fonte: brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/discover?query=marinheiros&submit=Ir. Acesso em 06 mai. 2019

Observa-se que, para o cumprimento de um dos principais pilares do militarismo, a hierarquia, coube ao militar com menor posicionamento hierárquico guarnecer as rédeas do animal e guiar o veículo pelos trilhos até o portão de saída, enquanto que os militares mais bem graduados, ou seja, não exclusivamente, mas principalmente aqueles detentores de divisas em seus braços, ficaram sentados. Apenas eles poderiam se assentar, mas, em caso de vaga cedida pelos aprendizes mais antigos, o restante ficaria na retaguarda em pé, o que

remete a um perceber superior ou inferior, partindo do princípio de que o “perceber-se” enquanto grupo, no meio das profissões militares, segundo Celso Castro (2004, p. 34), “tem por base, principalmente, a crença na superioridade física e moral de seus integrantes, uma representação coletiva que forja coesão e homogeneidade”. Entretanto, mais uma vez observando a foto, podemos constatar que nem todos os integrantes dessa Escola de Aprendizes tinham a superioridade física maior do que aos outros. Também, na foto, percebe-se, de forma simbólica, marcados em seu “caxangá”³¹⁷ números, o que denota a colocação hierárquica na qual cada aprendiz possuía, sendo o militar com divisa no braço não possuindo esse número, isso comprova que este não era aprendiz e/ou sim Grumete ou Marinheiro.

Ainda, na questão do verbo “perceber-se”, incita-me a analisar um pouco da essência desses sujeitos que, por suas trajetórias, a Marinha, dentro das Companhias, priorizavam a disciplina e a ordem militar em detrimento da complexa postura social que, devido aos novos comportamentos, agora também lhes cabiam, pois as regras de conduta também se aplicam, já que os valores devem nortear a vida daqueles militares, qualquer que seja o contexto dos fatos.

Antes dos militares se ausentarem dos quartéis, eles eram instruídos a se comportarem pacificamente no ambiente externo, que, às vezes, não ocorriam devido às rixas com outras forças, como as policiais:

Remeto [...] os imperiais marinheiros Paulo Antonio da Silva, Joaquim José do Sacramento e Francisco José de Sant’anna, que foram presos por andarem às 2h30 da madrugada de hoje, em estado de embriaguez provocando desordem pelas ruas, armados com os canivetes, os quais opuseram tenaz resistência à prisão e travaram luta com a polícia no ato de serem recolhidos ao xadrez, conseguindo nesta ocasião evadirem-se os dois últimos, que, sendo perseguidos, foram outra vez presos depois de nova luta, da qual saiu com a farda, colete e camisa cortados e levemente ferido por um golpe que lhe deu o de nome Joaquim José do Nascimento o guarda urbano Estevão Gomes³¹⁸.

Os dias de folgas eram o período em que os Aprendizes-Marinheiros saíam às ruas a experimentar uma sensação de liberdade de não estarem enclausurados às ordens, à hierarquia militar e à disciplina, mas também para alguns cometerem alguns delitos. A vista disso, ressalta-se que o cumprimento dos deveres, das ordens emanadas, embasadas no respeito à disciplina, assim como o asseio e o bom comportamento em serviço e nas ruas eram práticas

³¹⁷ Chapéu do marujo. Ver em Maior (2006, p. 46).

³¹⁸ Série Marinha – Arquivo Nacional, IIIM-657: OCP ao EQG.

cruciais na disciplina das Companhias de Aprendizes-Marinheiros. O não cumprimento dessas práticas, por qualquer indivíduo fardado, era considerado como um desprezo ao serviço militar, conduta pouco tolerada. As Companhias de Aprendizes não eram somente espaços de penúria e sofrimento, mas, também, em alguns momentos, lugares de arrefecimento e “entretenimento”, onde os garotos recebiam esperança de dias melhores, pois eram “infelizes” criaturas que antes poderiam trilhar a estrada da perdição e depois poderiam assumir a identidade do homem de farda corajoso e “feliz”.

6.4 APRENDIZES GAIATOS: SUAS RELAÇÕES ENTRE FELICIDADE E O PODER

Posso considerar a gaiatice com substantivo pejorativo, cuja tradução denota inúmeros significados como: brincadeira, chacota, travessura, arte, astúcia, diabrura, distúrbio, estripulia, traquinice, traquinada e gaiatada. Longe de deixar de lado o questionamento sobre a organização da rotina, que deve garantir a flexibilidade e a plasticidade das ações do comando e dos instrutores das Companhias de Aprendizes frente às crianças e jovens, passei a entendê-la conforme ia se desenvolvendo nas Companhias. Para Elias, “somente ao crescer, com efeito, toda criança vai-se familiarizando com o ‘tempo’ como símbolo de uma instituição social cujo caráter coercitivo ela experimenta desde cedo” (ELIAS, 1998, p. 14). A educação prestada a eles como etapa inicial da educação básica nas instituições navais é de extrema importância para o futuro desenvolvimento das habilidades nas embarcações que possibilitarão a compreensão e a interiorização do mundo militar pelos jovens.

Em minhas reflexões, sugiro considerações e discussões sobre a infância e seu modo de ser e viver no âmbito do cotidiano histórico oitocentista, dentro da caserna. Tais sugestões permitiram contextualizar as iniciativas traçadas nos comportamentos e posturas numa análise mais aprofundada, e é nesse cotidiano das relações interpessoais que a referência àqueles corpos individuais adquire sentido em um ambiente de cobrança.

Se, por um lado, eles eram adolescentes que viviam em espaços de controle, por parte dos adultos, por outro, eram cobrados não como jovens e sim como adultos, pois ser adolescente na Marinha, em momento de amarração entre o real e o simbólico, traz à tona questão sobre a aceitabilidade de suas meninices e brincadeiras exacerbadas. “O serviço militar sanciona o ingresso do indivíduo no mundo dos adultos que desempenha as tarefas

militares como se já fosse homem” (LORIGA, 1996, p. 17). Trabalhar a partir dessa perspectiva auxiliou-me na tentativa de responder, mesmo que provisoriamente, as indagações apresentadas. Estudar os atos de formação de “uma geração de cidadãos guerreiros” (LORIGA, 1996, p. 17) daqueles adolescentes no interior da caserna me permite analisar os impasses de cada jovem na ampliação de seus laços sociais, em decorrência de sua posição na relação com o outro, principalmente na cultura do Brasil oitocentista. Por serem muito jovens, suas gaiatices, dependendo de quais fossem, colocavam-nos em risco, pois, se algumas linhas fossem ultrapassadas, o regulamento os colocariam na berlinda militar, fazendo com que as relações de poder se tornasse uma linha tênue, tornando-os menos felizes.

Vejam a ideia apresentada por Mônica Lins:

Se por um lado, a dura disciplina, as longas jornadas de trabalho, o espaço compartilhado com as formas de viver do adulto, a racionalidade imposta ao ambiente laboral estabeleciam uma regulação da vida dos pequenos em sua mais tenra idade, de outro, crianças e adolescentes não fugiam da condição própria de suas idades e transgrediam as regras com suas brincadeiras (LINS, 2012, p. 96).

Nessa direção, é interessante retomar a reflexão iniciada sobre adolescência, em que relações de poder são cimentadas pela imposição da responsabilidade e da seriedade passada para aqueles jovens. Era-lhes exigido o dever com o anseio corporal, os sapatos engraxados, os uniformes sempre limpos, a gola e a gandola sempre alinhada, e os cabelos sempre cortados para diferenciar um militar do civil, bem como eram constantemente cobrados para manter a uniformidade na vida militar. Apesar do corte de cabelo não ser algo ainda tão padronizado assim, as Forças Armadas, ainda naquele período, eram o que distinguiam o militar do civil, o que, em alguns momentos, causava horror e medo para alguns garotos da época. Exemplo disso foi o caso ocorrido com o jornalista, poeta, cronista, crítico literário da época, Humberto Campos, que teve receio de ser inserido na Escola de Aprendizes-Marinheiros no Parnaíba-PI, relatado da seguinte forma em um dos capítulos de sua obra de romance intitulada *Memórias*:

Entre os castigos que eu mais temia, estava a internação na Escola de Aprendizes Marinheiros [...]. Motivos ponderáveis contribuíam para esse pavor supersticioso. As notícias que me davam desse estabelecimento eram as de uma casa de torturas inconcebíveis. Um dia, correu na cidade a informação de que na Escola havia recebido uma “máquina de cortar cabelo”. Quase ao mesmo tempo começavam a aparecer nas ruas aprendizes-marinheiros pelados rigorosamente, com o casco da

cabeça à mostra. Semanas mais tarde, ao passar pela casa em que se achava instalado esse instituto naval, aconteceu-me ver, por uma janela, enorme aparelho, com caldeira, cilindros, e outras engrenagens, destinadas, talvez, à instrução de futuros maquinistas.

- Que é aquilo? – perguntei a um parente que ia comigo.

- Será a tal máquina de cortar cabelo?

-É, sim, - confirmou ele, perverso.

E indicando uma chapa, semelhante a um chuveiro, que havia no alto:

-Mete-se a cabeça do menino, ali, a máquina roda, e arranca todos os cabelos de uma só vez. (CAMPOS, 1962, p. 260-261).

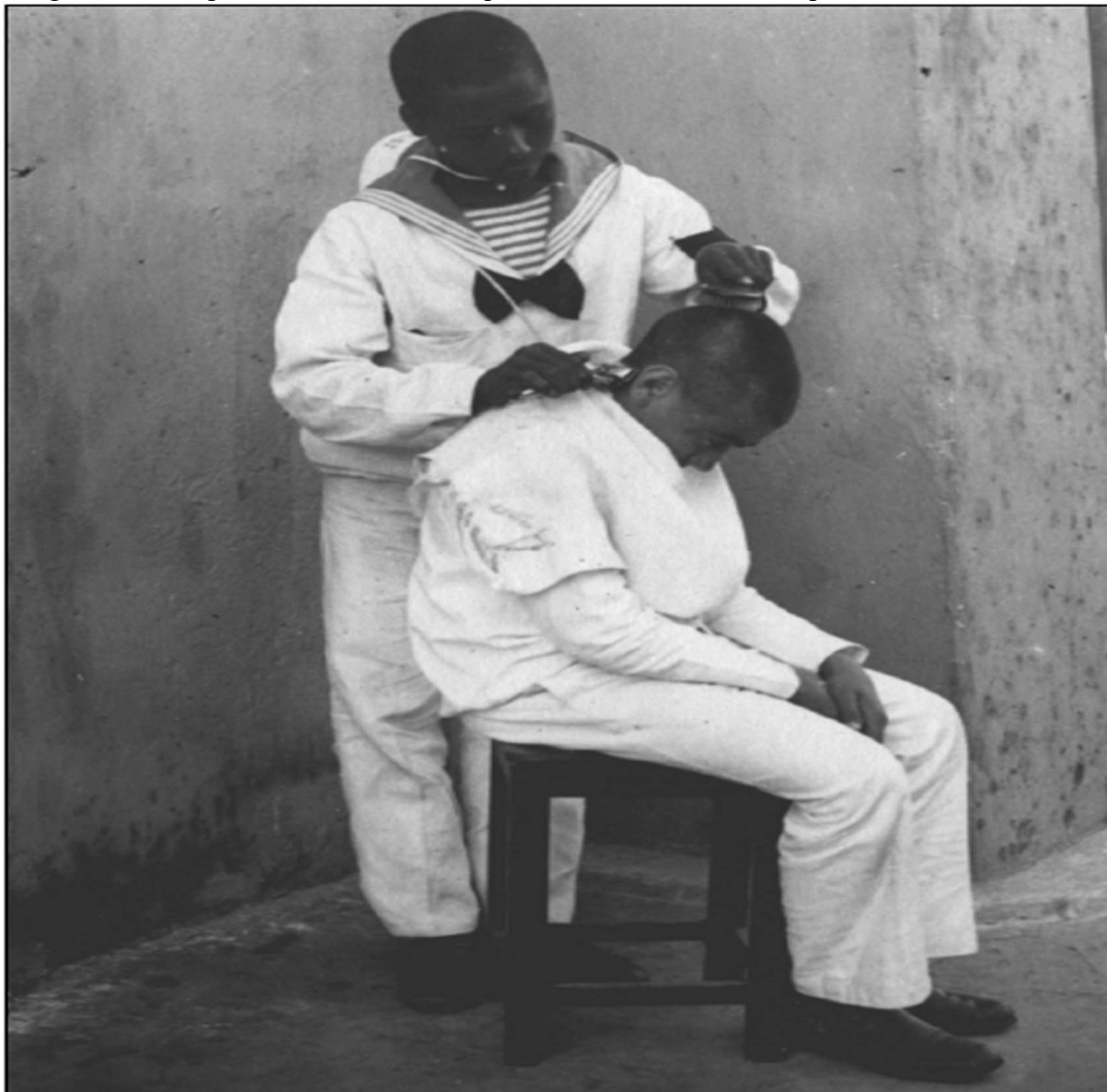
Num capítulo específico de sua obra, denominado “*Um susto*”, Campos relata as interpretações da mencionada entidade, em seu imaginário de garoto da época, como um local aterrorizante e atormentador. Repara-se a imaginação pavorosa do jovem Humberto Campos relativa ao imaginário de uma chapa parecida com o chuveiro, na qual a cabeça do menino era inserida arrancando todos os cabelos da cabeça. Contos como esse eram disseminados entre outros jovens pela região e tornavam o recrutamento mais apavorante.

No imaginário daqueles jovens, a felicidade parecia algo muito distante quando dizia respeito sobre a Marinha, pois o medo, o desembaraço e a expectativa desanimadora, colocava em cheque as relações entre poder e felicidade andarem desarmoniosas e os recursos da indisciplina e das fugas serem um dos ardis mais utilizados pelos recrutas. A comédia dos erros com base no excesso de brincadeiras os afetariam com as punições, deixando triste uma das fases da vida daqueles jovens aprendizes, que podia ser lembrada pelo resto de suas vidas.

Retornando ao imaginário de Humberto Campos, o simples cortar o cabelo, trazia a lógica que os instrumentos eram tão grandes que poderiam rancar a cabeça ou causar algum tipo de lesão corporal, causando dor e terror. Assim, naquele momento, não havia espaço para traquinagem ou algum tipo de gaiatice. Também cabe salientar que a padronização dos cortes de cabelo ou imposições estéticas naqueles quartéis militares, como cunho pedagógico, tinha como propósito neutralizar as desigualdades dos indivíduos em prol de uma uniformização que suprimia qualquer diferenciação subjetiva.

Como não houvesse algum especialista para tal fim, era usado, dentro do próprio conjunto, algum aprendiz, que tivesse um mínimo conhecimento na arte de tosquiá, para exercer a função de cumprir a tarefa nos cabelos de seus colegas. Para manter a postura, higiene para evitar piolhos em massa no corpo de alunos, observe na imagem abaixo, qual, quem, como ou de que forma como era feito o corte/tosquiamento de cabelo dos Aprendizes-Marinheiros.

Imagem 28 - O Aprendiz cabelereiro tosquiando o cabelo de outro Aprendiz, “Ceara, 1917”³¹⁹



Fonte: DPHDM, Divisão de Documentos Especiais

Conforme o Artigo 80 dos crimes de guerra no art. 2º, tipificavam-se nove itens considerados contravenção disciplinar passivos de duras punições, como os açoites, e também o cabelo em desalinho. Também, a imagem 27, portanto, remete-me a várias formas de representação simbólica, não só a um tipo ideal de militar limpo e asseado, mas também de organização e postura, o que era exigido daqueles jovens.

³¹⁹ Na busca de fotos e imagens dos aprendizes, em plena pesquisa em arquivos como o da Marinha, só foi encontrada essa foto, da EAMCE, com o aprendiz, praticando esse tipo de obrigação, por isso, daqui por diante, algumas fotos dessa escola e desse ano, serão a base de análise.

A criança não passava pelos estágios da infância estabelecidos pela sociedade atual, devido a seus comportamentos no meio social serem manipulados pelos adultos, as gaiatices sempre aconteceriam, pois seria a forma de extrapolar as energias e manter o bom humor nas Companhias, mesmo sem o lúdico e o mágico, o brinquedo e as trapalhadas, o “fervor” das brincadeiras, nada disso era permitido pelos algozes. Tendo em vista compreender a extensão do mundo social em que viviam, “a brincadeira, a alegria, o gingado livre do corpo muitas vezes fugiam ao controle e apresentavam formas de resistência para as crianças e adolescentes” (LINS, 2012, p. 96).

A juventude na tenra idade é um momento da vida que responde por diversas alterações comportamentais, psicológicas, físicas e de socialização. O processo de socialização desses garotos já nasce com eles, quando se rompe com o vínculo físico estabelecido com outro ser, no útero materno, mas, nem por isso, se tornam autônomos, devido à dependência, vai muito além do período inicial de aleitamento. Desde a inserção na caserna, nos primeiros momentos, os jovens já iam sendo preparados, socializados e educados, em certo sentido, “domesticados”. Dentre algumas mudanças de paradigmas encaradas por aqueles adolescentes estão as de diferenciação e de identificação com grupos sociais, alterações ligadas ao corpo, e mudanças de comportamentos, sendo necessário compreender a adolescência considerando-se o contexto social, cultural e histórico em que estão inseridos.

Para os garotos que eram inseridos na Companhia da Corte, muitos vindos de um grupo social em que figuravam despossuídos de condições básicas de alimentação, moradia, saúde e educação, havia a esperança de que, após a formação, permanecessem tripulados nos navios sediados na própria província. Porém, em outras Companhias/Escolas sediadas fora dali, a ansiedade e a expectativa eram grandes e mexiam com os sentimentos de culpa e os ânimos, devido ao fato de, após um período de internato, que duraria de quatro meses a dois anos, o menor ser remetido, independente de qual Companhia fosse, para o Rio de Janeiro, exclusivamente para o Quartel General, “onde participavam do ritual em que juraram ‘bem servir à pátria’ diante da bandeira nacional – finalizado esse mero protocolo – pudessem assentar praça como Grumete de Armada” (NASCIMENTO, 2002, p. 99).

Muitas vezes, a passagem era de ida e não tinha volta. Para espelhar um pouco mais esse assunto, vejamos o que diz Walter Benjamin sobre essa etapa de vida:

Culpa e felicidade manifestam-se na vida das crianças com mais pureza do que na existência posterior, pois todas as manifestações na vida infantil não pretendem outra coisa senão conservar em si os sentimentos essenciais. Aqui, as hostes inimigas, culpa e felicidade, ainda se encontram inseridas em seu cenário, no terreno pacífico da futura batalha, da qual somente os anos vindouros conseguirão avaliar o desenrolar ambíguo e o desenlace que tudo decide. Por isso, nada mais reconfortante e, ao mesmo tempo, elucidativo do que permitir ao olhar que, da altura desses anos, venha repousar no campo da infância – campos cortados por abismos, embora também pacificados [...] (BENJAMIN, 2002, p. 49).

A escritora inglesa Mary Carpenter, dedicando-se, em seu estudo, à criminalidade e ao comportamento das crianças do século XIX, define a categoria como “infância culpada”, vocábulo usado para caracterizar meninos de rua, “buscando associar grupos sociais, formados à margem da sociedade civil, às pessoas que haviam passado pelas prisões ou que optavam por obter o sustento de sua família mediante outras práticas como o furto e o não trabalho” (CHALHOUB, 1990, p. 1-21). Mesmo com os riscos que as ruas impunham aos jovens, isso não os impedia de participarem, mesmo em momentos de refresco e livres, de brincadeiras e “felicidade” com suas gaiatices. O mundo das Companhias apresentava como particularidade, porém, uma oscilação regular entre as gaiatices não autorizadas e o regulamento “corretivo” indispensável para todos. Este aspecto do corrigir propiciava a não quebra de ordem, ou o afrouxamento das restrições institucionais.

Essa forma de comportamento, ou seja, as gaiatices pressupõem que há brincadeiras que podem ser em alguns momentos exageradas, o que poderia ser muito comum entre jovens comungando o mesmo espaço. Jovens, muitas vezes indefesos, são sempre vítimas. Sempre tem aquele mais intrépido que acha que pode fazer tudo, mas vem e humilha, bate, agride não só fisicamente, mas moralmente.

As brincadeiras de mau gosto realizadas consubstancializam-se nos atos com intenção de prejudicar, subestimar, subjugar, envolvendo sempre um conteúdo de poder, quer seja social ou físico. Erving Goffman, ao estudar o comportamento de indivíduos nas instituições totais, discorre da seguinte forma:

Encontramos brincadeiras de identificação, quando, para fazer piadas, uma pessoa de um grupo se comporta, por algum tempo, como se participasse do outro, ou por algum tempo trata um companheiro do grupo como se fosse pessoa da outra categoria. As representações anuais que satirizam as pessoas da equipe dirigente constituem uma fonte dessas brincadeiras; os momentos de brincadeira pesada, durante o dia, apresentam a mesma coisa (GOFFMAN, 1961, p. 98).

Pela epistemologia dos fatos, a formação pedagógica precisa estar pautada na ação conjunta e indissociável de cuidar e educar, portanto, isso significa proporcionar situações que abarquem não só os cuidados físicos, mas também a troca, o aprendizado, mediante as brincadeiras, traquinagens e gaiatices em diferentes linguagens: do corpo e do gesto. A Imagem 29 traz um momento de folga para os aprendizes.

Imagem 29 – Momentos de folga e entretenimento dos Aprendizes, s/d



Fonte: DPHDM, Divisão de Documentos Especiais

Traduzindo os comportamentos pela foto apresentada, verifiquei que os dois meninos sentados em cima do burrinho, no canto direito da foto, o outro à esquerda, ambos, pelo olhar do observador, usam o colega como se fosse o burrinho, outro colocando o colega de cabeça para baixo, montado nas costas do outro, fazendo continência irregular para foto, posando para foto sem chapéu na cabeça, deitado no chão sem a preocupação de sujar seus uniformes brancos e alguns apontando para a gaiatices dos outros. Portanto, a principal mensagem que esta foto passa, pelo viés da estética, é a do momento de felicidade, alegria e bem-estar, marcado com elementos do cotidiano do convívio desses personagens.

Partindo-se do pressuposto de que a felicidade naquele espaço social reflete comportamentos variados, pode-se inferir, por meio dessa ideia, que é fundamental que aqueles garotos tenham um espaço povoado de atitudes, nos quais criar brincadeiras e traquinagens, algo típico da idade, que possa também servir de universo de entretenimentos, o qual certamente não será o mesmo para os outros militares bem mais graduados. Desta maneira, a Companhia pode ser pensada como um “apêndice” da instituição para propor desafios que atentam tais interações, como objeto promotor de atividades que não são exclusivas da sociedade externa. Não obstante, não se pode esquecer o sentido dos valores consolidados por eles, por ocasião da fisionomia de alegres e felizes mostrada por aqueles jovens. Ao requererem impressionar ou produzir um interesse no outro, eles atuam com o desejo do exibicionismo corporal, como, por exemplo, demonstrado na foto, colocando o colega de cabeça para baixo muitas vezes buscando atenção para si mesmo. Por esse motivo, pode-se induzir ao extremo que isso suscita atenção exagerada do semblante e clama solenemente a encenação de seu mundo interno, como que dizendo: “sou alguém, ocupo um lugar no espaço social, quero e necessito que me vejam, me admiram e me compreendam exatamente como sou” (CAMPOS; GOTO, 2017, p. 359).

A busca pela atenção sistematizada demonstra que aqueles jovens viviam num ambiente interpessoal, em um processo de manutenção e estabelecimento de relações, envolvendo a apresentação dos “outros” a um “eu”, por intermédio de canais não verbais e verbais, mas, como aquele era o ambiente de rivalidades, é possível que muitos jovens buscassem modelar seus corpos com práticas de exercícios naquele contexto social, cultural e simbólico, melhorando assim a estética do corpo.

6.5 A ESTÉTICA DO CORPO NA EXPRESSÃO DO PODER

Dentro do bojo da especificidade militar, o Estado, por intermédio da Marinha de Guerra, representado pelas Companhias de Aprendizes, procurava treinar e preparar os corpos dos aprendizes transformando-os em elementos obedientes, disciplinados e produtivos. Aquele sistema tentava, através de práticas esportivas, gestar seus próprios padrões de corpo para construir suas particularidades, bem como fortalecer as qualidades de conjectura mais necessárias para os anseios da Marinha. Logo, “no corpo estão inscritas todas as regras, todas

as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contacto primário do indivíduo com o ambiente que o cerca” (DAOLIO, 1995, p. 105). Esse raciocínio soma com as ideias de Le Breton (2012, p. 18) discorrendo de forma enfática que “[...] as representações do corpo, e os saberes que as alcançam, são tributárias de um estado social, de uma visão de mundo, e, no interior desta última, de uma definição de pessoa. O corpo é uma construção simbólica, não uma realidade em si”.

Entretanto, o simbolismo do corpo se representa por meio de atividades que deixam aqueles jovens fisicamente mais preparados e ainda os mantém dinamicamente mais ágeis em seus movimentos. Por isso, apropriei-me de imagens para demonstrar a dinâmica de seus corpos em um clima esportivo permeado por disputas, nas quais havia empates, vencedores e perdedores, pois “as imagens nos transportam para tempos distintos e fazê-los se encontrar provoca muito mais do que operações mentais sobre o seu entendimento. Um conjunto de imagens propicia também uma configuração da memória” (STUNVOLL, 2014, p. 19). Com a fala desse autor, faço uma conexão com Michael Pollak (1989) para entender que a memória é um processo de construção social, assim, seja ela individual ou coletiva, aponta três critérios que compõem estes processos, os quais são: lugares, acontecimentos e personagens, conhecidos indireta ou diretamente que, obviamente, podem dizer respeito a acontecimentos numa sociedade humana, e a noção de espaço está associada à ideia de localização de lugares que são importantes para aqueles que compuseram a Companhia de Aprendizes, pois observamos que nela houve relações sociais concretas. Com isso, Meneses já afirmava serem “as imagens fotográficas suportes de relações sociais” (MENESES, 2003 apud MAUAD, 2012, p. 6).

Para demonstrar a convivência das relações interpessoais, baseado no uso da sociometria heterogênea para entender a formação de interações entre grupos como uma prática ou uma saída discursiva para mantê-los unidos na coexistência no nível de relação que permanece na condição de ilusão grupal, criando assim certa relação entre estruturas sociais, apropriei-me da Imagem 29 para traduzir melhor essa fala. É oportuno ressaltar que, até agora, as imagens estão sendo usadas como forma de análise literária como um tipo de tradução semiótica do texto. Para tanto, a imagem é primeiramente visualizada em sua relação com o ambiente, por isso, concorda-se que a natureza das relações entre imagens e palavras pode ser vista de várias formas. A imagem 30, portanto, coloca os indivíduos na posição de

uma equipe esportiva apresentando-se como certo paradigma de vida humana com cooperação e convivência mediadora.

Imagem 30 - Escola Modelo de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul, s/d



Fonte: (DIAS, 1910, p. 274). Aprendizes jogando “foot ball”

Nessa perspectiva, a fotografia é um ato que subtrai algo daquele tempo e espaço para transformá-lo numa imagem. Assim, ao olharmos a fotografia dos aprendizes praticando esporte no pátio, conforme mostra a figura, observa-se que eles eram jovens, baixos, negros e brancos, fazendo existir uma confluência que mostra pistas de como as imagens se inserem no tecido social. Ao considerarmos o estatuto que cada vez se mostra heterogêneo no tratamento

da fotografia como documento no qual a semelhança se sobressai no contexto, o autor dessa foto tece ficções em suas narrativas visuais. É pertinente destacar que esses seriam os futuros Marinheiros imperiais ou republicanos.

A imagem passa a ser uma testemunha ocular de um componente de análise histórico-cultural, o que não quer dizer caminhar entre estrada, mas fazer separações cuidadosas refugando alternativas simples, em concordância com o que ela tenta executar ao longo do estudo. Para Peter Buker (2004, p. 233), “em vez de descrever imagens como confiáveis ou não confiáveis, adeptos da terceira via estão preocupados com graus ou formas de confiabilidade para propósitos diferentes”. Isso quer dizer que as imagens seguem em várias vias em mãos duplas, se são confiáveis ou não, de vários significados e ambíguas, passíveis de múltiplas interpretações, e têm alta qualidade icônica, sendo a foto que emite uma visão de um momento, de uma época ou de um mundo que só os elementos que viveram naquela época podem dizer. Por isso, utilizei-me dessas imagens para conhecer como essas representações influenciavam nas várias esferas da vida social, ajudando também a desvendar o sentido dado ao mundo em cada época ou em cada lugar.

Ao selecionarmos esta imagem de um fotógrafo anônimo, o que podemos perceber é outra intenção para a captação da imagem – uma fotografia instantânea. Ao olharmos com participação no registro da cena, as pessoas, em sua maioria, não observam que estão sendo fotografadas, o que permitiu que não vissem o golpe do tempo da fotografia. Como outra possibilidade para percebermos o tempo, a foto seria a própria construção da imagem através da pose, mas os aprendizes nessa foto não aparecem posando. Taruzzi nos fala da pose como sendo um símbolo da fotografia do século XIX. Segundo a autora:

A pose é o ponto de partida e de superação do aparente paradoxo que se estabelece nas imagens estatísticas de uma sociedade que vive na era do movimento. Onde os homens trilham, cada vez mais, o caminho da velocidade que impulsiona os meios de transporte, a fabricação de mercadorias e as próprias relações sociais (TURUZZI, 1995, p. 13).

Essa citação faz referência à modernidade, mas podemos fazer um contraponto com essa foto, pois, deste modo, poderíamos ver a história da fotografia nesse movimento entre a pose e o instantâneo, o que seria um modo de tirar a foto natural sem a percepção dos personagens. Observam-se, ainda, o campo de chão batido ainda com poucas gramas, um “travessão” de gol, com a parte superior de maneira improvisada e torta, representada por uma

corda, e o prédio imponente com telhado sem o uso de platibandas e com aberturas com vergas, o que não era um sobrado, pois não tinha dois pavimentos, mas possuindo portas e janelas com formato retangular, edificação com característica única no período, construção que pertence à linguagem arquitetônica luso-brasileira, com seus telhados cerâmicos. À frente, vê-se uma quantidade exagerada de “jogadores”, sendo que um time se completava com 22 jogadores, mas, para adequar todos num time, poderiam ter quantos necessários ou, talvez, possamos afirmar que muitos naquele momento não estavam participando desse esporte. Com toda esta análise, não significa que a fotografia seja de fato fiel ao quanto se apresentava ou à situação exposta, mas há uma fidelidade em relação aos personagens, suas feições, seus uniformes gandolares compostos por golas e lenços³²⁰, seu corpo e seu tempo. Como afirma Boris Kossoy:

Assim como as demais fontes de informação históricas, as fotografias não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fiéis dos fatos. Assim como os demais documentos elas são plenas de ambiguidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas pela competente decifração (KOSSOY, 2002, p. 22).

Por isso, as fotografias carecem de uma metodologia analítica própria, isso significa que foi feito o uso da fotografia em pesquisa qualitativa. Assim, usou-se a diretriz de interpretação crítica da fotografia no campo da pesquisa por ela ser um recorte real, um recorte do real no congelamento de um instante, uma vez que “gravam detalhes que podem instigar os expectadores a refletirem sobre realidades culturais mais amplas” (HARPER, 2000, p. 727), pois quer dizer que quando olhamos para os sujeitos na imagem 30, para aqueles que estão dentro da imagem, o que podemos dizer sobre os infinitesimais segundos de tempo que a imagem nos traz e sobre esta fissura que se abre em nosso tempo? Uma pergunta fica no ar: se eles estão jogando futebol, então onde está a bola? Podemos responder essa última pergunta observando que os aprendizes estão de calça branca, porém não vestindo gandolas e sim camisa de meia manga, por ser mais leve à prática desse esporte; na escada, há militares com dólmas, o que nos leva a crer que eram os instrutores e não os aprendizes, e que esses não estavam participando do ato esportivo, ou seja, parece que, nessa época, não havia uniforme específico para tal prática. Outra questão que fica no ar é se era obrigatória a prática

³²⁰ Naquela época, o uniforme típico do Cabo e do Marinheiro era universal, pois os mesmos usam uniformes de gola, com cobertura de boné sem pala, isso se dá até os dias atuais. Tradição do Mar: usos, costumes e linguagem. Fonte: Clube Naval, 1973, p. 22.

de esporte com coberturas na cabeça, o que possivelmente pode ter a ver com algum tipo de regulamento que obrigasse os sujeitos a estar sempre com o chapéu na cabeça, ou pode ser o sol em excesso durante aquele momento.

Se a foto não estabelece a data de publicação, podemos concluir que o ano da mesma está próximo do fim do século XIX e início do século XX, pois foi o período em que chegou esse esporte (futebol) ao Brasil. Por isso, pode nos remeter a um anacronismo referente ao recorte temporal, mas se torna relevante a respeito de relatar o tipo de rotina que tinham dentro do universo militar-naval.

Partindo da compreensão de que aqueles jovens também aprendem no convívio com seus pares, é fundamental a preparação de um espaço que dê conta dessa alegação, permitindo que, ao conviverem com grupos diversos, as rotinas adaptassem seus corpos com o intuito de “direcionar o tempo para que este fosse útil e impedisse o ócio disseminador dos comportamentos viciosos; porém, produzia não apenas a docilização esperada, mas também as brigas, as fugas do serviço, a deserção, a revolta” (LINS, 2012, p. 22). Assim sendo, o jovem de 10 a 17 assume distintos papéis e aprende a conhecer melhor seu corpo, pois sua evolução física corresponderia à idade evidenciada, para tanto, o governo fundamentaria paradigmas de tamanho e a dimensão torácica correlata ao estágio evolutivo bem característico da idade. Assim, a educação física e a ginástica, desde os primeiros regulamentos das Companhias de Aprendizizes, faziam e fazem parte do cotidiano até os dias de hoje, para melhorar a qualidade física do corpo dos militares.

A ginástica, de modo geral, objetiva-se por melhorar o desempenho físico do indivíduo, tendo em vista que a grande parte dos jovens ainda não possuía robustez necessária para atingir o ideal exigido para as atividades marítimas que viriam pela frente. Além de ajudar no estímulo saudável, também ajuda, de acordo com seus interesses, para uma visão de corpo educado, adestrado, com dinâmicas gímnicas perfeitas, pervertendo assim, suas manifestações anteriores. Ao passo que a prática de exercícios militares constitui a única ocupação eventual dos Aprendizizes, em consequência desses fatores, os treinamentos para os referidos exercícios militares geram algum tipo de “felicidade” em raros momentos, uma forma de entretenimento. A importância das rotinas na educação física deriva da perspectiva de estabelecer um olhar das mesmas como concretização paradigmática de uma concepção de educação e de cuidado com corpo daqueles jovens. De certo modo, posso afirmar que elas, as

rotinas e a educação física, sintetizam o projeto pedagógico das instituições totais, conforme o que se observa na Imagem 31.

Imagem 31 – Aprendizes em ginástica Sueca, s/d³²¹



Fonte: (ANTUNES, 2012, 144)

Os exercícios eram necessários com o objetivo de contribuir na formação física e moral dos jovens. Foi na França, em 1762, por Jacques Ballexserd, que se usou a educação física como esporte, mas não surge de maneira direta e clara no contexto escolar. Porém, foi John Lucke, na Inglaterra, em 1893, quem usa pela primeira vez o termo “Educação Física”.

³²¹ A ginástica sueca surgiu com a finalidade de extirpar os vícios da sociedade, em especial o alcoolismo. Com a missão de regenerar a população, possuía um caráter não acentuadamente militar, mas sim pedagógico e social. Deveria gerar indivíduos fortes que pudessem ser úteis à pátria, como soldados ou trabalhadores civis (SOARES, 2004). Contudo, o método sueco foi criado por Pier Henrich Ling (1776-1839), militar e instrutor de esgrima, ele acreditava que seu método assegurava a saúde, por ser essencialmente respiratório, e a beleza, por seus efeitos corretivos e ortopédicos.

No Brasil, as Escolas de Aprendizes-Marinheiros e no Batalhão Naval, com os Artilheiros/fuzileiros navais, foram das primeiras instituições a se apropriarem do método sueco como forma de preparação de jovens para melhorar não só a condição física, mas também para servir à Pátria. Sem ser redundante, cabe ressaltar que esse exercício mantém a higiene mental, sendo os jogos físicos acompanhados pela ginástica sueca, que se difundiu ou foi introduzida na corporação da marujada e na Escola de Marinha. Também, por isso, a esgrima como método sueco foi apropriado pela Marinha, conforme demonstrado na Imagem 32.

Imagem 32 – O Batalhão Naval em exercícios de esgrima ao ar livre. s/d



Fonte: (DIAS, 1910, p.280).

Do ponto de vista institucional, através do exercício físico mediante a esgrima, na antiguidade chamado de “*mensur*”³²², que é um esporte que envolve uma coragem medieval, a honra, e evoca a nobreza, os rapazes deveriam adquirir força física e porte atlético, exigência que a norma trazia naquele momento de formação, pois era o estado apropriando-se da disciplina dos aprendizes, não só nas escolas, mas também a bordo das embarcações. Assim, as Companhias de Aprendizes estabelecerem uma intervenção despótica em prol da ginástica

³²² É um esporte de suposta origem aristocrática, que permaneceu numa Alemanha (e sob outras formas e nomes, em alguns outros cantos da Europa) cada vez mais burguesa, o *mensur* consistia num duelo entre universitários portadores de instrumentos pérfuro-cortantes, geralmente ligados a irmandades (os Corps-mais fechadas e aristocráticas e as Burrschenschaften – mais abertas) com códigos de honra, lealdades e respeito muitas vezes rígidos (GAY, 1995, p. 26).

militar. Do ponto de vista científico, o corpo poderia, como construtor de movimentos precisos e adequados, receber exercícios para ser remodelado. Essa é uma das principais justificativas pelas quais ele vai indicando distintos pontos de vistas para a ginástica, segundo seus propósitos, nas várias versões: científico, militar e pedagógica, adicionado a isto, como propõe Pereira de Abreu (1867, p. 13), “o exercício físico [...] é o mais útil e próprio, derramando sobre todos os músculos a seiva vital que tende a concentrar-se nos órgãos da geração; com ele, pois, prevenimos os hábitos ociosos que o excesso da sensibilidade” que destes órgãos determina muitas vezes. Além disso, atuaria nos “maus hábitos”, o que, segundo Silva e Melo (2011), inibiria na masturbação e na homossexualidade, sobretudo, naqueles tão fortemente estigmatizados pela moral e pela higiene oitocentistas. Como aponta Ljunggren (2011), na ginástica de Ling não havia limites bem definidos entre idealismo, estética e ciência, se, conforme já mencionado antes, a esgrima e a ginástica também estavam no repertório do preparo físico, conforme demonstrado na imagem 33.

Imagem 33 – Aprendizes na prática de esgrima de espada, 1917.



Fonte: DHHDM, setor de documentos especiais

A prática de esgrima como arma branca, conforme observado na foto, com cunho pedagógico, revela a capacidade que o futuro marinheiro tem de atacar e defender-se. Ela se torna uma modalidade esportiva, um elemento da cultura corporal, e tomou-se como princípio a premissa educativa e militar com suas regras de combate. Se, por um lado, a prática acontece pela coação, por outro, se torna “uma manipulação calculada de seus elementos, de gesto, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2009, p. 133).

É uma forma de se comunicar pelo corpo no meio militar naval como expressão própria de identidade grupal ou representação simbólica, através de gestos e padrões que constroem suas particularidades. Logo, nesta linha de pensamento, dialoga-se com a reflexão de Bourdieu (2007), que entende que a relação mantida por um agente com o mundo social e o lugar por ele atribuído, nesse sentido, expressa-se por meio do corpo no espaço físico, por sua postura e pelos gestos reservados ou firmes. O corpo é expressão da presença identitária do elemento ativo no mundo; era no cuidado com o corpo que se promoviam campanhas de combate às doenças infantis, pois como diziam os gregos “*mente sã, corpo saudável*” – uma forma de buscar o equilíbrio entre a saúde física e mental daqueles jovens.

Deve-se ainda observar conceitualmente o exercício de ginástica como possibilidade de treino que consiste numa variedade de movimentos, na maioria das vezes, rítmicos e simples. Eles, os aprendizes, são destinados a aumentar a força e a flexibilidade corporal com movimentos como flexões e saltos usando apenas o peso do corpo, direcionado principalmente àqueles jovens de corpos franzinos e em fase de desenvolvimento, além de beneficiar o condicionamento físico, fortalecer os músculos, melhorar as habilidades psicomotoras, tais como agilidade, equilíbrio e coordenação, e proporcionar a boa forma. Trata-se de uma atividade que proporciona, a quem pratica, uma melhora na saúde, na estética e na disposição.

Tamanha era a preocupação com higidez física do aprendiz que o comandante do Quartel da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Amazonas emite documento ao Quartel central expondo a avaliação de itens do perfil do militar e, dentre eles, a saúde e a aptidão física³²³. Havia preocupação da educação física nas Companhias visando à manutenção de sua prática como um dos principais objetivos de criar uma cultura de corpo saudável bem treinado

³²³ Fonte: Arquivo Nacional XM 700, Documento 1883.

e preparado para as necessidades da Força Naval, em sua fase inicial de formação. A imagem 34 mostra a prática de educação física nos centro de formação de Marinheiros.

Imagem 34 - Exercício de educação física, s/d



Fonte: (ANTUNES, 2012, p.144)

Essa atividade física, sob a orientação e supervisão de um sargento, devia principiar a desenvolver a musculatura e adquirir destreza para se tornarem fortes nos ramos profissionais aqueles que, no futuro, pudessem se dedicar à vida de bordo. Também, assim como na ginástica, a natação fazia parte na especificidade do atributo do futuro marinheiro, por outro lado, tinha o objetivo de manter a saúde e a boa forma do aprendiz. A natação, que, pela uniformidade de seus movimentos, é um dos mais admiráveis exercícios higiênicos, era cultivada como imposição disciplinar, antes com verdadeiro amor, aproveitando todas as ocasiões para conseguir um aperfeiçoamento físico.

Em alguns centros de formação de Marinheiros, era obrigatório, independentemente do clima, que os aprendizes praticassem esse exercício, como foi o caso no Rio Grande do Sul, em que era feito nas margens do quartel, e, com o fim de evitar algum sinistro, o lugar até onde podiam chegar os aprendizes achava-se marcado com balizas³²⁴. A imagem 35 demonstra o prédio da escola às margens da Lagoa dos Patos onde aconteciam os exercícios de natação.

³²⁴ Fonte: Série Marinha - Arquivo nacional XM-530 Codes e Relatório do Ministro da Marinha, 1867

Imagem 35 - Prédio da Escola de Aprendizes do Rio Grande do Sul a margem da lagoa dos Patos, [1889?] data provável



Fonte: Biblioteca Pública Riograndense

Apesar de a documentação trazer a afirmativa sobre a questão das boias de marcação ao largo dessa Escola de Aprendizes, a foto não mostra esse acessório náutico, possivelmente pode ser o ano da foto, pois o documento do Arquivo Nacional é de 1867 e a foto de 1889, ou seja, nesse último ano, já não se usavam essas boias para marcar a distância. Na Escola de Aprendizes de Santa Catarina, esse exercício era feito com maior regularidade em horários pré-determinados, assim como no Rio Grande do Sul³²⁵.

A Marinha investe nesses corpos, sendo que, de acordo com as discussões de Louro (2000, p. 8), “[...] as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais e físicos dos grupos a que pertencemos”. Nesse ambiente se favoreceria o disciplinamento e a instrução, principais propósitos não só da instituição como do controle estético dos corpos, para o que se debruçaram rotinas de extrema obediência e inflexíveis que ofereceriam um consistente regime disciplinar: os exercícios

³²⁵ Fonte: Série Marinha - Arquivo nacional XM-530 Codes e Relatório do Ministro da Marinha, 1867.

físicos, os uniformes, os trabalhos cotidianos, o controle social limitador e minucioso, conjugado ao espaço coletivo e ao enclausuramento, que promoveriam, segundo os interesses dominantes, a reabilitação física e, somados ao uniforme, uma boa estética na aparência.

6.5.1 A estética da farda: um olhar pelas narrativas visuais dos Aprendizes

De forma geral, na história das sociedades, os uniformes estão conectados ao aparecimento das “relações de poder” (FOUCAULT, 2009, p. 29), que começam a aparecer nas Forças Armadas através dos uniformes. Neste ponto, é preciso conceituar o uniforme militar como tipo de vestimenta regida e nem sempre padronizada, rotulada pelos componentes naquele período, pela Marinha e pelo Exército. A farda é um dos principais símbolos que reproduz a atividade militar, ela diferencia o civil do militar e também reflete as tradições e o valor, materializando os principais pilares, disciplina e hierarquia, contribuindo de forma a elevar a “dignidade”, potencializando a manifestação de força e transmitindo, subjetivamente, um ideal corporativo de igualdade a partir do qual nem todos são nivelados, dependentemente de sua condição e origem social. O uniforme militar da Marinha é um elemento exclusivo para praticar a conduta prevista naquela administração e instrução Militar. Naquele período, não importava local ou atividade que praticava, se o agente pretendia ou não utilizar para praticar o esporte o uniforme de passeio, neste caso, interna ou externamente, simbolicamente caracterizava-o como diferente. No entanto, dentro da própria Marinha, havia distinção entre Marinheiros e Artilheiros/Fuzileiros, fato esse que só mudou depois da segunda metade do século XIX, quando passa a ser regulamentado por “legislação específica”³²⁶ e seu não uso pelos garotos das Companhias podia acarretar em duras sanções.

Deste modo, continuo abordando as narrativas visuais de fotografia com base na estética e na linguagem representativas dos Aprendizes-Marinheiros do século XIX. O ponto principal do método proposto continua sendo as fotografias desses sujeitos e das rotinas dos

³²⁶ Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Conselho, Senador do Império, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, em sua primeira fala ele disse “assim o tenha entendido e faça executar Decreto nº 5268, de 26 de Abril de 1873”. Dá novo plano para os uniformes dos oficiais e mais praças de todas as classes e denominações da Armada. Ei por bem que os uniformes dos oficiais e mais praças de todas as classes e denominações da Armada e do serviço da Marinha Nacional, sejam regulados de conformidade com o plano anexo ao presente Decreto, revogado o que a esse respeito dispõe o de nº 4303 de 23 de Dezembro de 1868. Fonte: disponível em www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5268-26-abril-1873-551329-publicacaooriginal, acesso em 11 jul. 2019.

Aprendizes. A participação dessa instituição Militar no Brasil imperial nos mostra que a fotografia foi essencial para resgatar/registrar a tradição da Marinha, de modo que as fotos revelaram pistas ou indícios de alguns comportamentos daquele passado e nos ajudaram a descortinar como eram usados os uniformes na forma de dividir, controlar, ordenar e ensinar, ou seja, pode ser entendido como uso do poder com base na estética dos uniformes.

Outra questão importante a destacar, referente à estética, é o fato de os uniformes serem criados para identificar os grupos hierárquicos e também manter o controle na organização militar, assim também das exigências dos instrutores quanto aos aprendizes na questão da apresentação da farda. Esse ato costumeiro colocava a responsabilidade nos aprendizes de representar a corporação a que pertence. Na ótica de Gilberto Freire (1959, p. 325), a farda é “equivalente da batina universitária: traje igualitário ou democrático de escolares, seja qual fosse sua origem social ou sua situação econômica”. Pelo menos na Marinha, a gênese do uniforme naval começou após a independência, em 1822, quando o decreto imperial de 27 de outubro de 1823 aprova o plano para os uniformes dos oficiais da Armada Nacional e Imperial. Essa legislação se deu a partir do momento em que certos grupos embarcados, tais como oficiais de fazenda, cirurgiões e artífices, eram compostos por civis, o que acarretava em relacionamentos conturbados para com os militares. Posteriormente, a decisão de 30 de junho de 1829 “dispôs sobre graduações e postos militares e uso de fardas pelo exercício de certos empregos (dando honra aos militares)” (CAMINHA, 2002, p. 51). Ainda, segundo Caminha, a decisão de 22 de julho de 1837 aprova a tabela dos fardamentos, que deviam ser pagos as praças das Companhias fixas de Marinheiros³²⁷.

O uso indevido de uniforme tipificaria transgressão, pois descaracterizaria a figura do militar, com pena que poderia chegar a castigos ou detenção. Interessante perceber a menção ao termo “uso indevido de uniforme”, e, conseqüentemente, orbita na esfera institucional como sujeito, nas funções auxiliares nas rotinas das embarcações, enquanto o outro se dedica a abordagens em alto mar, segurança de navios de guerra e defesa de instalações navais.

Ficou a partir daí, também, indevido o uso de uniforme como uma contravenção de mera conduta, o que atinge os bens jurídicos tutelados por aquela lei, independentemente da

³²⁷ BRASIL. Decreto 50, de 17 de setembro de 1840, baixado pelo Ministro da Marinha Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, aprova o plano para uniforme do Corpo de Artilharia da Marinha e também regula as prescrições de composição, uso de uniformes e peças complementares.

finalidade do militar, visto que o Marinheiro, ao vestir sua farda, de forma simbólica passa a se diferenciar dos civis, potencializando assim a manifestação de força.

A figura 4 nos dá a clara ideia dos tipos de uniformes que os Marinheiros Imperiais e Artilheiros usavam no início da incipiente Marinha brasileira.

Figura 4 - Uniformes dos Marinheiros imperiais (1803-1831) e Artilheiros Navais (1808-1829-1832)



Fonte: Historia Naval Brasileira – Terceiro Volume -Tomo 1, p. 51

Apesar do tamanho ampliado da imagem, não se consegue visualizar todos os detalhes que o uniforme mostra. Assim, observa-se que, pelo menos, é visível ver a farda comprida de pano azul ferrete, com peitos escarlates, assim como a pestana do canhão, vivos, e vistas, no apanhado das quais há uma bomba amarela: os botões serão lavrados, tendo no centro uma coroa. Os oficiais subalternos terão dragonas de franja de canotilho em ambos os ombros, e se distinguirão os postos por uma bomba de prata com uma âncora vazada, posta sobre a concha da dragona: o Segundo Tenente terá a bomba à esquerda, o Primeiro Tenente à direita, e o Capitão em ambas; semelhantemente, distinguir-se-ão os oficiais superiores, com a diferença de que as dragonas serão de cachos. O Talabarte será branco, ao tiracolo, com chapa de armas

dourada em alto-relevo sobre o peito e terá francaletes, que prenderão a espada, a qual será um sabre de bainha de couro com bocais e guarnições douradas. O Fíador será de fio de ouro, e retos escarlate. Os oficiais usarão gola, mas em ponto muito pequeno, cujas armas serão de prata; seu cordão será semelhante ao fíador; a pluma no chapéu terá o pé preto e a parte superior encarnada.

Em 1856, como de praxe, por meio de decreto³²⁸, o Ministro da Marinha, João Mauricio Wanderley, manda observar novo plano para os uniformes dos oficiais do Corpo da Armada e classes anexas. Essas ditas classes anexas foram mensuradas da seguinte forma: oficiais superiores e subalternos, Guardas Marinhas e Aspirantes, oficiais de capela, saúde, oficiais de fazendo do número e extranumerário, dispenseiros, fiéis de comissários, pilotos, numerários, praticantes de nomeação ou arvorados, primeiro maquinista, segundos, Terceiros e quartos maquinistas, foguistas, carvoeiros, oficiais de apito, entre outros. Desta forma, o que se vê é a Marinha dando continuidade na profissionalização de Força, regularizando seus uniformes, dando forma e fazendo o enfardamento de todo seu pessoal.

Ao fazer pesquisas dos arquivos específicos, não foi encontrada nenhuma documentação que nos traga a real interpretação da estética dos uniformes dos Marinheiros, principalmente nas duas primeiras décadas da formação da Marinha, no século XIX, mas algumas hipóteses são trazidas com base nas imagens para traduzir a estética do marujo com a farda. Assim, repara-se que os chapéus tinham dois tipos de formato, enquanto uns possuíam formato de cartola, outros mais pareciam com boinas e na parte de trás tinham tiras do tipo fíador, conforme baixo na Figura 5. Outra hipótese referente a esses chapéus com formato de cartola é que, enquanto os Marinheiros de baixa graduação só vestiam com gola e lenço, os outros de graduação mais alta usavam pano azul-ferrete.

O pano azul-ferrete passa a ser usado em definitivo como andaina de uniforme, a partir de 1856, não como jaqueta longa, mas sim na parte de cima como embaixo, pois antes o branco predominava completamente, porém os fiéis (laços) nos chapéus são abolidos, dando lugar ao nome dos navios que estavam embarcados os Marinheiros. O Marinheiro, seja embarcado ou em terra, ao estar fardado passa a ser identificado pelo que está vestindo e é elemento característico da instituição na qual trabalha.

³²⁸ BRASIL. Decreto nº 1829, e 4 de Outubro de 1856. Fonte: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/18241899/decreto-1829-4-outubro-1856-571812-publicacaooriginal-94944-pe.html, acesso em 26 jul. 2019.

Ao analisar o uso da farda, compreende-se como tipo de referência ideológica para que estejam integradas as regras e virtudes compartilhadas na esfera das instituições navais, para o entendimento sobre a construção da subjetividade do indivíduo no âmbito desta organização. Fica claro que esse discurso está diretamente ligado à questão da representatividade, que me faz concordar com Goffman (1985), ao dizer que o sujeito, ao trabalhar em uma organização, está constantemente se submetendo a espaços de compartilhamento de representações. Essa representação está demonstrada, também, conforme a figura 5.

Figura 5 – uniforme dos Marinheiros imperiais em 1840 e 1856



Fonte: DPHDM, Divisão de Documentos Especiais

Destaca-se, por meio da imagem, que, em 1856, os Marinheiros já vestiam sapatos, o que nos remete a um aspecto importante, do efeito da realidade, que é verificado especificamente na Marinha, em respeito ao fato de que a possibilidade da utilização de

sapatos em conjunto com a farda, seja ela branca ou azul, não era para todos. Considerando que a grande maioria dos Marinheiros era composta por indígenas, negros ou pardos, o fato de manter os pés calçados, quando fardados, reveste-se de grande simbolismo e seguramente nos remete ao poder controlador devido a um passado de domínio senhorial e escravista ainda vigente naquele momento histórico. Também, na maioria dos chapéus dos Marinheiros, estava registrado, como já referenciado, por meio de fitas, o nome dos navios de que eles faziam parte, como forma de identificação e controle regulador.

Figura 6 -Marinheiro do período regencial 1832-1841



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, setor de iconografia, autoria: Joaquim Lopes de Barros Cabral Teive

Observa-se que o Marinheiro imperial não possuía sapatos, o que poderia ser uma questão de estabelecer o poder e a identidade na base da pirâmide social Militar, pois a

maioria daqueles “indesejáveis úteis sociais” eram negros, indígenas e pardos. Porém, é bem previsível que houve um número razoável, dentre os aprendizes ou Marinheiros, com características não brancas, que tenha se evadido da Marinha vestindo a farda e descalços, para o mundo afora.

No detalhe da figura 5, alguns Marinheiros “trajavam calçados”, fato absolutamente comum, pois os sapatos são um modo de diferenciação social. No Brasil, era costumeiro, com base nos escravos, que a marujada andasse descalçada, principalmente em fainas a bordo, fato esse não aprovado pelos Artilheiros/fuzileiros, como evidenciado nos debates parlamentares pelo Senador Vilela Barbosa “[...] os soldados não gostam de andar um dia fardados e calçados e de arma ao ombro e no outro dia descalços baldeando, dando alcatrão nos cabos, ferrando o pano, etc”³²⁹, conforme se observa na Imagem 36.

Imagem 36 - O Marinheiro Nacional em uniforme de inverno (flanela azul)



Fonte: (DIAS, 1910, p. 283)

³²⁹ BRASIL. Anais do Senado. Marquês do Paraná, p. 126.

Na imagem, verifica-se o cruzamento entre a imagem e a história que se dá a partir do estatuto técnico das pinturas e seus sentidos, de certa autenticidade e prova, o que as transforma em testemunhas oculares de fatos. Por essas figuras e imagens acima, se verifica uma universalidade dos uniformes dos Marinheiros imperiais brasileiros, usando tipo de padronização nos estilos voltados para a História passada³³⁰. E, com base no uniforme da imagem 36, observe que suas características são, principalmente, o lenço passando por baixo da gola, a polaina envolvendo parte dos sapatos e a gola azul de três listas, o que é explicado mais adiante, “além disso, a imagem possui um registro abrangente, baseado em um dos sentidos que caracterizam a condição humana” (KNAUSS, 1999, p. 99).

Outra peça fundamental para dar simbolismo aos Marinheiros é o lenço, privativo de um segmento específico da hierarquia Naval. Esse tipo de uniforme, tradicionalmente, teve sua origem na artilharia dos tempos antigos, da Armada à vela. Os marujos usavam um lenço na testa, durante os combates, amarrado atrás da cabeça. Desta forma, este procedimento evitava que o suor se misturasse à graxa dos cabelos e evitava que a pólvora das peças que atiravam lhes caísse nos olhos. Após os combates, o lenço era girado e arriado ao pescoço, ficando, portanto, na parte da frente da blusa, as duas pernadas da amarração, presas com cadarço branco. Usualmente, esses lenços eram coloridos, mas, certo dia, os Marinheiros ingleses do navio Warwick desfilaram com lenços pretos, o que foi mais tarde posto em uso na Marinha britânica e adotado por praticamente quase todas as marinhas do mundo. É oportuno deixar claro que não existe fonte específica para comprovar isso, mas a Marinha incorporou aquilo que se vem passando de geração a geração no decorrer dos séculos, se transformando numa história tradicionalmente consolidada. Contudo, nas reflexões de Adilson Almeida (1998), os uniformes têm as funções pragmáticas, diacríticas e simbólicas. As funções pragmáticas referem-se à aplicação prática do uniforme, devido às suas características estruturais (materiais e métodos de confecção, cores e modelos).

A gola é usualmente simbólica, repleta de significados no processo de disputas simbólicas no espaço das organizações militares, ela é útil para moldar comportamentos e “civilizar” a marujada. Por esses motivos, a gola passou a fazer parte de uma tradição forjada

³³⁰ O “uniforme”, como indumentária militar, foi idealizado para trajar o soldado-cidadão, integrante do exército nacional permanente. Trata-se de uma derivação da lógica imbuída da ordem e da civilização, visando ao controle e à disciplina dos indivíduos, comprometida com o positivismo lógico e influenciada pelo paradigma mecânico newtoniano. O soldado-cidadão substituiu o emprego dos mercenários dos exércitos temporários dos Estados dinásticos, onerosos e pouco confiáveis. Ver em Tilly (1996).

pela Marinha, com seus usos e costumes navais como uma espécie de elo a torná-los em um grupo distinto, conforme se observa na Figura 7.

Figura 7 - Gola do Marinheiro



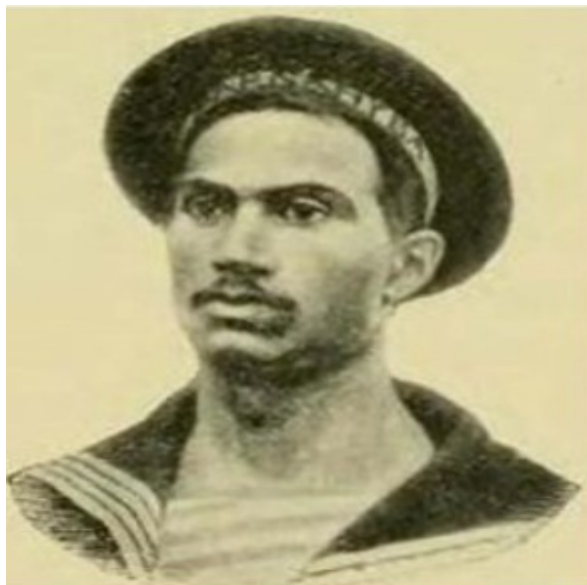
Fonte: <https://www.google.com/search?q=foto+da+gola+do+marinheiro>. Acesso em 25 out. 2020

A gola é vestida não somente pelos Marinheiros, como também por aprendizes e grumetes, a qual era feita de tecido pesado em duas camadas quadrangulares de flanela azul, costuradas juntas e cortadas num quadrado que cai nas costas e vai estreitando-se até formar uma ponta na frente, onde se amarra um lenço. Convém ressaltar que, em algumas fotos, aparece o “herói naval”, o Marinheiro Marcílio Dias, com sua gola com três listras e, em outras fotografias, ele aparece com a gola de duas listras. Por isso, com base nas pesquisas, não sabemos precisar o ano exato em que a gola com três listras passou a vigorar nos uniformes da Armada Imperial Brasileira, mas, com base em indícios, se chega à conclusão de que a gola é bastante antiga. No Brasil, não se pode afirmar que ela foi implantada no uniforme da marinhagem, em 1836 ou em 1840, com a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros.

Não posso afirmar que, antes de 1836, os Marinheiros já usassem a gola, mas por uma questão de tradição incorporou isso. Na nossa Marinha, em seus primórdios, ela não nasceu autóctone, ela nasceu híbrida com ideologias inglesas, porém, com a marinhagem inspirada pela Marinha francesa, leva-me a crer que possivelmente a gola já nasceu com a Marinha brasileira desde o início da criação da força com a independência do nosso país. Para

materializar de forma visual, observa-se na figura 8, do Marinheiro Marcílio Dias, a gola, e como ficavam as listras na gola.

Figura 8 - Marinheiro imperial Marcílio Dias. Nota: Nascido em 19 de junho de 1838, no Rio Grande do Sul



Marinheiro artilheiro de segunda classe. Em 06 de julho de 1855, ingressou na Armada Imperial Brasileira, como Grumete, e faleceu em 11 de junho de 1865, na Batalha Naval do Riachuelo, a bordo da Canhoneira a vapor Parnahyba. Fonte: www.naval.com.br/ngb/M/M024/M024-NB.htm. Acesso em 18 set. 2020 e (NASCIMENTO, 2015, p. 84-95).

A gola era usada para proteger a roupa das substâncias gordurosas como um aparador com que os marujos untavam o “rabicho” de suas cabeleiras. O uso do rabicho desapareceu como parte bem característica do uniforme. A cor azul é adotada por quase todas as marinhas do mundo. Também, vale informar que a cor preta, diferentemente do que muitos dizem, não é originada em sinal de luto pela morte de Nelson, pois é usada, pelos Marinheiros, com essa cor, bem antes disso, embora, naquele evento, tenham retirado o lenço característico do pescoço, que ficava nessa parte do corpo e o colocado em volta no braço. Devido ao fato de a Marinha imperial brasileira ser híbrida, ou seja, ter nascido com material português e administração brasileira e portuguesa, pessoal brasileiro e estrangeiro, e doutrina inglesa, essa última característica é justificada pela Marinha brasileira com base em “tradições inventadas” (HOBSBAWN; RANGER, 1984) o uso das três listras na gola do marujo, segundo a Marinha brasileira é em homenagem ao Almirante britânico Nelson, na vitória contra a esquadra francesa, nas batalhas no Cabo de São Vicente (1797). Aboukir (1798) e Trafalgar (1799).

Cabe aqui ressaltar que, nesse mesmo capítulo, existe certa interposição de crenças talvez próprias dos Marinheiros, que formam um intrigante amálgama de uma tradição naval que nomeadamente pode ser a história dos lenços e das listras, em meio à construção científica da tese. Tais crenças, típicas de um imaginário coletivo e institucional, não têm caráter de estatuto científico, pois não estão explicitados documentos que demonstrem a origem dessas tradições; assim, podem ser assumidas como tradição e não história e, sendo tradição, podem até se tornar objeto de escrutínio em pesquisa histórica.

No Brasil, não só o lenço fazia parte da andaina do uniforme, mas também as roupas de frio se tornavam algo importante na região Sul. Por isso, a Armada teve que oficializar, através de documento, o uso diferenciado da cor dos uniformes. Desta forma, principalmente na região Sul, em especial nos períodos de inverno, a Marinha passou a adotar o grupo azul como uniforme padrão, conforme demonstrado na Imagem 37.

Imagem 37 - Companhia de Aprendizes Marinheiros de Rio Grande/RS, ano 1889



Fonte: acervo da Biblioteca Pública de Rio Grande/RS

Observa-se, na foto, um grupo de Aprendizes Marinheiros formados, na cidade de Rio Grande, em frente ao prédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros, de frente para a Lagoa dos Patos, de uniforme de grupo azul, o que nos remete a afirmar que o período seria do inverno.

Estamos falando aqui em sensação térmica, referente aos quesitos climatização/temperatura que podem ser influenciados pelos diferentes tons visuais, já que houve relevante solicitação do uso de agasalhos para aqueles jovens frente às baixas temperaturas e à grande umidade que em certo período assola aquela região no sul do Brasil.

Tomando em consideração o que representou a Capitania do Porto da província de Santa Catarina, e as ponderações feitas pelo Conselho Naval em consulta número quinhentos e vinte dois, de três do corrente, sobre a necessidade de se fornecer cobertores de lá aos Aprendizes Marinheiros da Companhia ali estabelecida, a fim de evitar-se as enfermidades a que são sujeitos, por falta do necessário agasalho na estação intensa [...] ³³¹.

Essa decisão faz parte de um pacote de providências referente às Companhias de Aprendizes localizadas na Região Sul do Império, com relação às baixas temperaturas locais, o que não quer dizer que só as Companhias do Sul usavam o uniforme de inverno da cor azul, mas se tornava mais usual por essa situação.

Em 1873, os uniformes, não só dos Marinheiros, mas também dos Fuzileiros, com uma nova remodelagem para fins hierárquicos e estéticos, tiveram algumas alterações. No caso da marinhagem, o uniforme era o mesmo das praças do Corpo de Imperiais Marinheiros, sem ter, porém, estrelas no colarinho da camisa e sim uma âncora e nem as âncoras nas mangas das jaquetas e o Marinheiro de classe superior o distintivo de Cabo, ao 1º Marinheiro o da 1ª classe, de Imperiais ao da 2ª classe.

Para fins de padronização do fardamento, com o passar do tempo, numa lógica de melhor identificação, este foi recebendo divisas nos uniformes em forma de insígnias, em que se identificava a graduação hierárquica ou equivalência de cada militar, sejam eles aprendizes, Grumetes ou Marinheiros e, daí em diante, em outras graduações das praças. De forma pedagógica, para o militar aumentar o número de divisas em seus braços, a merecimento se fazia eficaz, pois dependia não só do comportamento, mas também daqueles mais destacados e que tinham melhores rendimentos escolares. Com isso, o Marinheiro de classe superior tinha, na manga direita da camisa ou da farda, a mesma divisa dos Cabos do Corpo de Imperiais Marinheiros. Essas divisas se apresentavam em formato de “V”, dedutivamente, como se fosse uma embarcação vista de frente e na medida que os Marinheiros ascendiam

³³¹ BRASIL. Decreto n. 2866, de 21 de Dezembro de 1861 altera a tabela, que marca o abono de fardamento aos Aprendizes Marinheiros, exatamente para as Companhias das províncias de Santa Catarina e S. Pedro do Rio Grande do sul. Tipografia Nacional - Relatório Ministerial de 1862. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 14 mai. 2019.

novas graduações hierárquicas, as divisas aumentariam, se tornando um tipo de promoção que estabelecia certo incentivo na carreira, conseqüentemente os ganhos financeiros também se alteravam. Analisando também pelo lado psicológico, quanto mais divisas mais crescimento hierárquico teria o militar dando suporte a ética máxima seria a necessidade da expressão do ego.

Observe abaixo na figura 09 como eram representadas as divisas naquela época.

Figura 09 – Formas das divisas para uso dos Marinheiros e inferiores

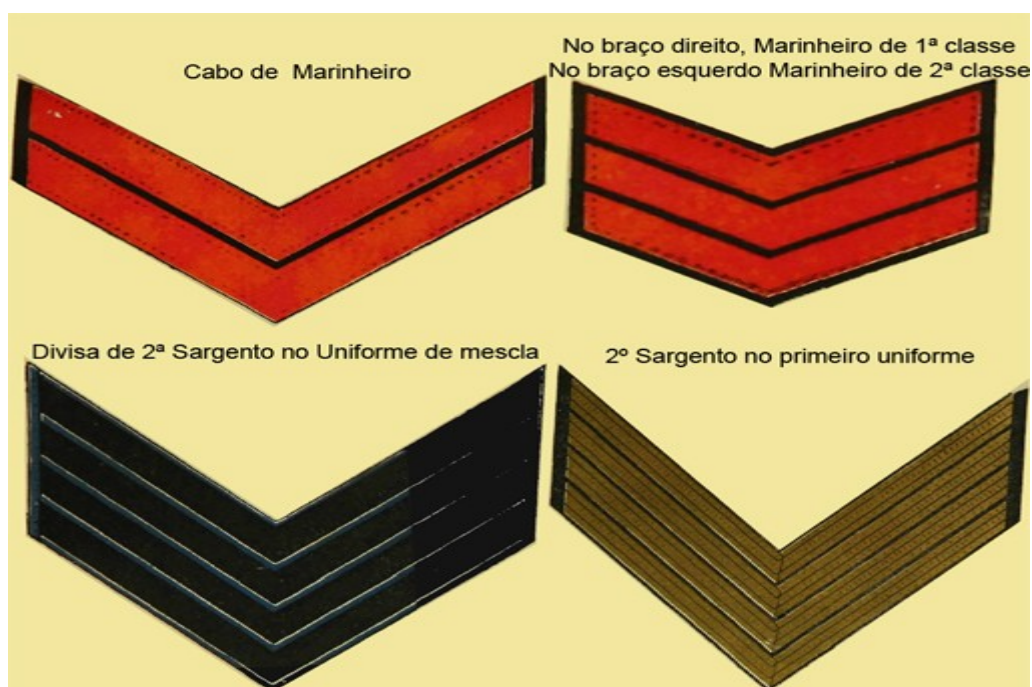


Imagem elaborada por (SERRALHEIRO, 2019), com base em Dias (1910, p. 221).

Essas divisas serviam, como cunho prático, em prol da organização, para fazer a diferenciação de uma graduação hierárquica da outra. Assim, a maioria das praças, quando formados, usavam sempre, para distinção de graduação, divisas nos braços, fazendo com que essas fossem signos potentes na moldagem de comportamentos incorporando em si uma *persona* que passa a agir conforme as práticas diárias, com atuação pautada no regulamento militar.

Outros aspectos a serem observados são que os Aprendizes e os Grumetes não usavam divisas. O uniforme, em todas as Forças Armadas, é símbolo de autoridade militar e dá direito ao gozo das prerrogativas a ele inerentes, e na Marinha não era diferente. O uso daquelas

fardas era exclusivo dos militares em completo serviço ativo das Forças Armadas, o que, de certa forma, ajuda na autoestima. Isso se torna necessário, porque a farda é também um mecanismo que favorece a disciplina, a ordem e o controle interno, possibilitando que todos tomem forma, potencializando a vigilância.

Tempos depois, para tentar resolver o problema da indisciplina e do mau comportamento habitual, é criada, para fins de coação e controle regulador, a Companhia Correccional, que veio para substituir outra legislação penal, a dos Artigos de Guerra, principalmente em seu artigo 7º do “decreto”³³² dizia que:

[...] As praças incluídas na Companhia Correccional ficam sujeitas, além do prescrito na legislação vigente, ao seguinte regime que lhes será peculiar: a) ficam privadas do gozo de licença; b) não vencem ração de vinho ou aguardente; c) terão alojamento e formarão rancho à parte; d) não tomarão parte no recreio da guarnição; e) trarão cozido na manga da camisa ou blusa um C de casimira encarnada [...].

Não vou me pautar em toda legislação, mas o que fica claro é que usar a farda como uma marca simbólica, para punir, demonstra total falta de consideração e respeito vindo das autoridades para aqueles que, durante longas datas, foram a máquina propulsora da Marinha, a saber, os Marinheiros, segregando-os de imediato e estabelecendo um conjunto de sanções físicas, morais e até econômicas, bem como criando punições especiais para as faltas cometidas no interior das Companhias, obrigando-os a andarem sempre com aquela letra “C” numa parte do uniforme depois de serem presos a ferros na solitária, vivendo a pão e água por três dias, causando tremendo constrangimento.

Não vou continuar avançando mais nesse assunto, mas o que fica aqui é que a farda/uniforme, a partir do início da década de 70 do século XIX, passa a fazer parte de ajuste no ensino militar naval e, com isso, também nos uniformes dos Marinheiros como modo de

³³² BRASIL. Decreto 328 de 12 de abril de 1890 Art. 2, 7 e 8. a) ficam privadas do gozo de licença; b) não vencem ração de vinho ou aguardente; c) terão alojamento e formarão rancho à parte; d) não tomarão parte no recreio da guarnição; e) trarão cozido na manga da camisa ou blusa um C de casimira encarnada; f) perceberão apenas metade de seus vencimentos; g) perderão o direito a qualquer gratificação extraordinária; h) contarão por metade o tempo de serviço; i) durante o dia estarão sempre no convés, sob as vistas do oficial de quarto, e durante a noite ficarão sob a vigilância do inferior de serviço, e guardadas à vista por um plantão ou sentinela; j) sempre que não estejam em fainas, permanecerão Segregadas da guarnição; l) uma vez incluídas na Companhia Correccional, se por espaço de três meses não modificarem notoriamente a conduta será rebaixada a grumete aquelas que maior graduação tiverem; m) prestarão todo o serviço em concorrência com as demais praças, exceto montar guarda ou desempenhar cargo que importe confiança n) serão empregadas de preferência nos serviços mais pesados e nos de asseio, tanto a bordo dos navios, como nos arsenais e diques; o) nas formaturas e exercícios gerais formarão uma esquadra à parte; p) não poderão ser promovidas. Para saber mais ver NASCIMENTO, 1997, p. 118-120; ALMEIDA, 2009, p. 228-230.

simplificar, sem prejuízos, as habilitações necessárias, não só dos oficiais, mas principalmente das praças, como parte de um programa de desenvolvimento da ideia de reformar o ensino militar naval.

O fato é que, entre permanência e mudança nos tipos de uniformes, haviam uma forma pedagógica de reconhecer quem é o militar menos e mais graduado, levando é claro a questão da hierarquia, porém o pano de fundo sempre de forma inflexível, era manter o controle regulador para ter uma tipo de Marinheiro pronto e preparado, especificamente para as inovações navais que estavam por vir, principalmente, a partir da segunda metade daquele século.

7. O PONTO DE (IN)FLEXÃO: ENTRE PERMANÊNCIA E MUDANÇA NO MODO DE RECRUTAR, A MELHORIA DOS MEIOS E DO ENSINO MILITAR NAVAL

Após o encerramento da Guerra do Paraguai (1864-1870), a Marinha se apresentava cansada e um pouco sucateada, e este foi o momento em que se engajaram todos os tipos de militares para lutar na mesma causa, sejam eles oriundos do recrutamento forçado ou do voluntariado, causando um dispendioso gasto, mas isso não acarretou em esvaziamento por completo dos cofres públicos no investido na guerra do Paraguai, devido à prosperidade financeira³³³. Mesmo assim, paradoxalmente, a guerra só fez agravar a crise, pois a dívida brasileira chegou a três milhões de libras em um ano após aquele sangrento evento.

As autoridades, sabedoras do gasto que seria criar órgãos de formação, do começo ao fim da guerra, criaram três Companhias de Aprendizes-Marinheiros: Santos, Sergipe e Paraíba, as quais se juntaram às três que já existiam na região próximo ao conflito, que era a de Santa Catarina, a do Rio Grande do Sul e a do Paraná. Este fato foi uma questão de mudança no modo operativo em ampliar os centros de instrução.

Naquele momento, estavam acontecendo mudanças de direção referentes à educação dos representantes da Marinha, flexionando as ideias quanto aos órgãos de formação, abreviadas pela capacidade de organizar e não só de aperfeiçoar, como também de melhorar os meios operativos, em prol da profissionalização, seja das praças como dos oficiais, discussões que envolviam aspectos relevantes, como a meritocracia pessoal, a hierarquia, a remuneração dos oficiais e o bom comportamento, que interferiram de certa forma na produção de um exercício de direitos.

³³³ Já em princípio de 1872, os altos preços alcançados no exterior pelos produtos brasileiros tinham mais do que compensado a deficiência da última safra. Mais alentadora se torna a situação quando os Estados Unidos deliberam suprimir as taxas de importação sobre o café. O ano de 72 foi, aliás, de notável prosperidade para o país. As abundantes colheitas, somadas à constante alta do café no mercado internacional, deram grandes lucros aos fazendeiros, que ganharam novo ânimo depois das inquietações causadas pela lei emancipadora. Tudo assim contribuía para criar uma atmosfera de confiança no governo, que ainda pode anunciar, por fim, um superávit. O câmbio sobre Londres, que mal ultrapassara de 22 dinheiros por mil réis no começo de 71, ascenderá a 26 ½ nos últimos meses, e em março seguinte voltará à paridade, pela primeira vez, desde antes da guerra do Paraguai. Nem a tremenda crise que em 1873 se alastrou pelo mundo inteiro, pareceu atingir nosso principal produto, pois os preços do café chegaram então a altitudes jamais alcançadas antes. Não se cingiu este progresso apenas à lavoura. No rol das sociedades mercantis que tiveram autorização para funcionar no país, e que durante a guerra oscilavam por volta de 10 anualmente, o total registrado para 1872 é de 77, entre nacionais e estrangeiras. [...] Tudo fazia pensar que entrara o país definitivamente numa era de recuperação depois do abatimento proveniente da guerra. Tendo o governo encontrado apenas 731 quilômetros de ferrovias em tráfego ao iniciar-se a sua gestão, deixará 1500 já construídos, 1619 em construção e 1700 concedidos, com garantias de juros [...] Igual e maior incremento teve a construção de linhas telegráficas para todo o país e o estrangeiro HOLANDA (1985 apud NETO, 2001, p. 139).

O Exército também não ficou fora desses embates, pois, segundo John Schulz (1994), desde meados do século XIX, iniciou-se uma tensão entre os oficiais do Exército e o Imperador, insatisfeitos com a limitação de seus direitos de cidadania. Naquela guerra, apesar de consolidar o Exército como um corpo, diferentes oficiais continuaram a reclamar da falta de envolvimento do governo imperial na mobilização de fundos e a modernização de seus meios.

Durante grande parte do segundo reinado, o posicionamento suprapartidário do Poder Moderador se apresentava espontâneo às ações do Imperador, de um mecanismo parlamentarista, assegurando à nação uma “democracia” coroada. Esse período político-administrativo estabeleceu na nação, entre 1871 até a implantação da República, em 1889, um período de apogeu, mas com poucos movimentos de agitação interna referente aos períodos anteriores deste século, como posso citar, a Revolta dos Muckers, de caráter religioso, no Rio Grande do Sul, os Quebra-Quilos no Nordeste, ambos ocorridos em 1874, que exigiram atuações das Forças Armadas, porém, também fez o país testemunhar episódios que causaram intenso desgaste político-imperial que foi a questão servil, religiosa e militar, o que provocou mudanças de mentalidade no Império.

Na vanguarda das mudanças políticas, os conservadores liderados por Torres (Itaboraí) se viam em briga constante e inflexivas com os liberais³³⁴, acarretando em um desalinho na cadeia hierárquica da Marinha, por causa da intervenção de seus oficiais na política estatal. Prova disso foi a Guerra do Paraguai, que marcou o fortalecimento da Marinha como instituição militar e também política que, evidentemente, nos anos beligerantes, fez predominar as providências tomadas pela administração militar, permitindo que a marujada revestisse-se de sapiência tática e discursiva, isto é, tomados por ideias e preceitos de atuação, por eles reformulada em sua lide pelo revés de direitos de estabelecimento na sociedade. Ainda, era escasso todo e qualquer tipo de condições para a população exercer o mínimo de direitos civis necessários aos legalmente livres, acima de tudo a educação.

Outra questão importante foi a de 1870, ano de bastante ebulição ideológica, em que o poder moderador estava assombrado pelo regime Monárquico, pois se havia condenado o

³³⁴ Ora, cabe ressaltar que liberais e conservador, as semelhanças são mínimas, pelas suas características antiquadas e restritas, ambas possuíam escravos em suas senzalas, ambos tinham viés partidários ideológicos. Os partidos imperiais foram o manto sob o qual se escondeu as forças dos chefes locais; sua realidade como partido político, no sentido de arregimentação de pessoas em torno de um programa ou de um ideal, não existiu; liberais, conservadores, as ideias de seus membros não apresentavam diversidade palpável (QUEIROZ, 1969, p. 15).

“manifesto republicano”³³⁵ como sendo antagonista da soberania nacional. Uma das causas desse manifesto foi a insatisfação de todos contra Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, enquanto Ministro da Marinha (1866-1868), por conta da guerra do Paraguai, deixando o Brasil financeiramente bastante prejudicado.

Nesse clima de dissabores, toma posse o gabinete do conservador Visconde de Itaboraí o Senador Joaquim José Rodrigues Torres, como presidente do conselho de ministros, quem manteve a máxima de sempre dar prosseguimento no rodízio de seus correligionários, e permaneceu no poder até 29 de setembro de 1870, o qual, logo ao se instalar, obteve a dissolução da Câmara e a plenária convocatória. Possível eventualidade levou-o a autorizar a subscrição popular por meio dos empréstimos e a regular a arrecadação de vários impostos, como selo, profissões, indústrias, comércio etc. Esse gabinete também vislumbrou o fim da guerra no Paraguai, com a morte do ditador Francisco Solanos Lopez, em Cerro Corá, no dia 01 de março de 1870, pelo qual os guaranis paraguaios sacrificaram aproximadamente 85.0000 vidas, somados aos aliados 40.000, inclusive 33.000 nacionais, e se produziram as mais estupendas tradições, querendo ou não, de bravura de brasileiros, uruguaios e argentinos que, também se mostraram valentes. Também, isso não quer dizer que, nos anos anteriores, houve a supremacia conservadora, tanto que, na época da guerra, até 3 de agosto de 1868, o 21º gabinete, chefiado pelo Marquês de Olinda, era formado pelo liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos, que foi até 16 de julho de 1868, exonerado pelo ilustre conservador chefe, a Vossa Majestade, o Imperador D. Pedro II³³⁶.

³³⁵ São variados os fatores trazidos pela historiografia tradicional para explicar o avanço das ideias republicanas a partir da década de 1870. Esse movimento tomou mais força nas províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul. O fato é que este documento foi uma declaração publicada pelos membros dissidentes do Partido Liberal (ex-luzias), liderados por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho, criadores do club republicano e com a adesão de 60 membros da elite intelectual, que propunha o estabelecimento de uma federação baseada “na independência recíproca da Província, elevando-a à categoria dos Estados próprios unicamente ligados pelo vínculo da nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e defesa exterior...”. O Manifesto ainda falava em “direitos da nação”, “opinião nacional”, “soberania do povo”, “causa do progresso”, “liberdade individual”, “liberdade econômica”, “voto do povo”, entre outras expressões. Fonte: *Jornal A República de 1870*. Disponível em memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=138916&PagFis=7&Pesq=manifesto, acesso em 13 ago. 2019.

³³⁶ A prática liberal se deu a partir da proclamação de Independência um mês mais tarde trouxe o fim da fase heroica do liberalismo. Daí em diante, as elites enfrentaram a difícil tarefa de converter os ideais em realidade. Haviam conquistado seu objetivo principal: libertar a colônia da metrópole. O segundo objetivo era assegurar que o controle da nação permanecesse em suas mãos. Por isso, os debates mais sérios e o conflito mais grave ocorreram nas discussões sobre a delimitação dos poderes. Esse conflito foi renovado sempre que ficou evidente a intenção do imperador de invadir setores não especificados pela Constituinte como de atribuição do poder real. Mas na luta por afirmar a sua hegemonia, as elites tiveram que enfrentar não apenas a oposição do imperador, mas também as reivindicações populares. O conflito entre as elites e o imperador emergiu já na primeira reunião da Assembleia Constituinte e as divergências tornaram-se mais profundas com o passar do tempo. Os liberais

Ainda em 1870, ele assumiu um gabinete, conforme demonstrado no quadro 24, repleto de agentes com ideais liberais, mas alinhados aos conservadores com viés monarquistas, para dar uma reviravolta no jogo político. Eram homens que tinham suas ideias voltadas para estruturação administrativa, sejam elas militares ou não, com objetivo de acompanhar os tipos de progressos nacionais que, em alguns momentos, se desenvolviam sob intentos liberais e “democrático” das novas instituições.

Quadro 24 - Gabinete ministerial de 29 de setembro de 1870

Pastas ministeriais	Nome do Ministro	Posição política/nobiliárquica	Ano da posse
Império	João Alfredo Correia de Oliveira	Deputado	29 de setembro de 1870
Justiça	José Ildefonso de Souza Ramos (Barão das Três Barras)	Posteriormente Visconde de Jaguary	2 de dezembro de 1870
Estrangeiros	José Antônio Pimenta Bueno	Visconde de S. Vicente, Senador e presidente do conselho.	29 de setembro de 1870
Marinha	Luiz Antônio Pereira Franco	Deputado	29 de setembro de 1870
Guerra	João Frederico Caldwell e Raymundo Ferreira de Araújo Lima	General Deputado	9 de novembro de 1870
A.C e Obras Públicas	Jeronymo José Teixeira Júnior e João Alfredo Correia de Oliveira	Deputado Deputado	29 de novembro de 1870
Fazenda	Francisco de Salles Torres Homem	Senador	29 de setembro de 1870

Fonte: (ARCHANJO, 1894, p. 30).

Um detalhe importante a ser observado era que foi empossado o gabinete técnico, como de costume, com homens intelectuais formados no Brasil e na Europa, em campos de atuações militar, jornalística e “na área jurídica como de praxe”³³⁷, porém, com bastante

desejavam ampliar a esfera do poder legislativo em detrimento do poder real. A questão colocada já por ocasião da abertura da Constituinte, quando se discutiram os termos da Fala do Trono, seria retomada em outras ocasiões, por exemplo, quando da discussão sobre o modo de nomeação dos governos provinciais. A Assembleia tentaria também instituir o princípio da responsabilidade ministerial que lhe possibilitaria o controle do executivo, convocando ministros para prestar esclarecimentos, convite aqui estes freqüentemente se furtaram. Os liberais pretendiam ainda limitar o direito de veto do imperador recusando-lhe a iniciativa na elaboração e execução de leis e a direção das forças armadas, que queriam subordinar diretamente à Assembleia (COSTA, 1999, p. 138-139).

³³⁷ Um diploma de estudos superiores, especialmente em direito, era condição *sine qua non* para os que pretendessem chegar até os postos mais altos. A partir daí vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio.

experiência no campo político, social e militar. A exemplo disso tem-se o Ministro da Guerra Cadwel, que foi oficial do Exército trazendo um pouco da sua experiência de campo, e o Ministro Raymundo, que teve atuação em campo na questão religiosa ao lado dos bispos presos, processados e a favor da liberdade dos nascituros, filhos de escravos, participando da campanha abolicionista. Com esse objetivo, eles, com pensamento liberal tinham o propósito ao tomar o poder de “transformar a teoria em prática” (COSTA, 1999, p. 133).

O Ministro do Império, João Alfredo Correa, deu continuidade à proposta, em alguns pontos, de seu antecessor, o Sr. Paulino de Souza, em reformar a instrução pública, com a criação do ensino obrigatório, a criação de escolas de ensino obrigatório, a melhoria dos profissionais de ensino e a modificação do ensino escolar.

Outro detalhe importante, ainda não discutido aqui desde o capítulo 2, foi o grande revezamento de ministros civis na pasta da Marinha, todos eles intelectuais que faziam parte do clube da elite, contudo, havia como regra não oficializada um rodízio no clube. Entre eles, foi observada a utilização da pasta da Marinha como ensaio para ascender a outros ministérios, e, nas alegações de José Murilo de Carvalho, “o fato pode indicar pouco apreço pelo posto, mas pode também mostrar o bom relacionamento da elite civil com esses ramos das forças armadas” (CARVALHO, 1981, p. 96). A capilaridade de suas ideias e sua importância para a atual sociedade, referente à questão servil, impunha que eles estivessem presentes no cotidiano de todos os pareceres das votações a favor da liberdade dos escravos, a fim de apoiar todos para esse fim de forma eficiente. Na verdade, o afastamento do Visconde de Itaboraí do governo foi o resultado de sua desarmonia ou discordância à aprovação de um aditivo de Nabuco de Araújo e outros liberais, ao orçamento, autorizando aplicação de 1:000\$000 (mil contos de réis) para alforria de escravos, já pensando em outra forma de amenizar a escravidão, que no futuro hipoteticamente seria a “lei do ventre livre”, discutida mais adiante.

Naquele momento, cabe, ainda, destacar a prestimosa contribuição desse gabinete especializado nas comissões de discussões para solução dos complexos desafios do setor político à escravidão, sem traumatizar a vida econômica do país, e ao ajuste referente ao

Em alguns casos, a influência familiar era suficientemente forte para levar o jovem bacharel em direito diretamente a Camara. O apoio familiar e dos amigos e o patronato dos líderes já estabelecidos era, aliás, uma presença constante em todos os passos da carreira. Correndo um pouco por fora havia apenas os militares que em geral não passavam pela Camara: entravam diretamente seja para o Ministério seja para a presidência de províncias (CARVALHO, 1981, p. 96).

ensino, seja ele civil e militar. Essas discussões levaram Vossa Majestade a se manifestar, pela primeira vez, um posicionamento sobre a escravidão, em sua “fala do trono”³³⁸ da abertura da assembleia geral, de 22 de maio de 1867, em que declarou: “o elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura [...]”. Esse de fato pode ter sido o primeiro ponto de flexão do Imperador relativo ao relaxamento da escravidão e, mesmo de forma tímida, havia certa preocupação com a questão que envolvia as alforrias, que poderia ser de muito uso para fins da guerra.

Desse gabinete citado, o nosso foco de debate se fixa, a partir daqui, no Ministro da Marinha, Luiz Antônio Pereira Franco, que assumiu a pasta entre 29 de setembro de 1870 a 7 de março de 1871, porém não teve sequer alguma contribuição relevante para a Força Naval como chefe daquele cargo devido, talvez pelo pouco interesse ou tempo que exerceu a pasta. Já o seu sucessor, Ministro Manoel Antonio Duarte de Azevedo, empossado na mesma data, fez a seguinte fala:

Sei que é defectivo esse trabalho, organizado com a experiência de pouco mais de dois meses, espaço de tempo que não me podia habilitar para a apreciação aprofundada das instituições, serviços, e necessidades da Marinha. Confio, porém, em que a sabedoria do Corpo Legislativo supra a deficiência da exposição que passo a fazer, e que protesto completar com quaisquer informações, que de mim exigirdes³³⁹.

Sabedor da responsabilidade que teria pela frente, mesmo sem nenhuma experiência nessa pasta, ele assume no momento em que a Armada estava desiludida e descontente com o governo central, por parte dos oficiais, o que não era somente vindo dos militares, mas também dos civis. Os militares conservadores também se sentiam desprestigiados pela forma como a coroa os recebia, e percebiam o prestígio da Guarda Nacional como força de linha, não bem-vista pelos militares, principalmente depois da guerra do Paraguai. Segundo Adriana Barreto, “a recepção pouco calorosa que teria recebido do governo, após arriscar a vida nos

³³⁸ A fala do trono era considerado um momento de caracterização do poder simbólico (BOURDIEU, 1989) para manutenção da ordem genealógica da monarquia brasileira, ou até mesmo o seu auge. Esse ato do monarca, para Calmon, “era a oração com que o Imperador abria e encerrava a sessão legislativa” e reconhecida pela Constituição Imperial de 1824 como “sessão Imperial de abertura” (CALMON, 1977, p. 7).

³³⁹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, p. 3. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 05 ago. 2019.

pampas paraguaios, produziria grandes descontentamentos entre a oficialidade, inaugurando uma nova fase da história militar do país que culminaria no golpe de 1889” (SOUZA, 1999, p. 17). Isso porque a própria conjuntura na qual estava disposto o contingente da tropa de linha se encontrava em situação social precária, que segundo Nelson Werneck Sodré:

A sociedade do período áureo do Império, entretanto, não concede ao militar nenhum lugar de destaque. Daí ser comum que as tropas permanecessem longos meses à mercê da sorte, sem perceber vencimentos, fardamento ou quaisquer recursos. Ao longo de toda essa época de vários quadrantes, de todos os lugares em que havia força militar de linha, a queixa é a mesma, e dela não estão ainda isentos os que vivem na fronteira sulina, sempre mobilizada ou conflagrada: o descaso com a tropa constituía regra inflexível (SODRÉ, 1979, p. 137).

No entendimento de Sodré essa reorganização acontece durante o processo de fortalecimento da classe senhorial, ao longo da segunda metade do século XIX, sobretudo quando se averiguou o desenvolvimento das atividades relacionadas ao café. No entanto, para que as análises não se esgotem no sentido da instituição militar, a historiadora Adriana Barreto chama a atenção para a necessidade de considerar sua particularidade singular, dando atenção e interpretando as intervenções militares na política como algo específico e particular, pois a atuação deles não deve ser vista somente como intervencionista por meio das armas. De certa forma, isso alavancou o processo de construção da cidadania e de reconhecimento da Marinha pelas autoridades: “Neste sentido, os militares reformistas passaram à identificar-se a própria pátria, apesar de suas ingratidões” (NETO, 2001, p. 137).

As ingratidões, demonstradas pelo governo, fariam o Ministro ter a árdua tarefa de apaziguar os ânimos de seus oficiais, principalmente no período em que as ebulições se tornavam constantes, como a “política hostilidade com os Argentinos”³⁴⁰, as ideologias abolicionistas e a “questão dos bispos”³⁴¹. Mais internamente, na ótica do Ministro, a guerra do

³⁴⁰ Em aguda reflexão de Umberto Eco, a guerra moderna teria um ‘momento final’ se Clausewitz tivesse razão, ou seja, que a guerra “acabaria quando fosse atingido um estado de equilíbrio que permitisse o retorno à política. [Mas, acrescenta o pensador], em nosso século é a política do pós-guerra que será sempre e de qualquer forma a continuação (com qualquer meio) das premissas colocadas pela guerra. Não importa qual seja seu andamento, a guerra (...) vai prolongar-se em uma dramática instabilidade política, econômica e psicológica nos decênios seguintes, que não poderia produzir senão uma política guerreada” (ECO, 1998, p. 24).

³⁴¹ O imperador acumulava as funções de nomear e sustentar os membros do clero nos espaços coloniais. Além disso, todas as bulas e encíclicas papais só teriam validade mediante a aprovação prévia do rei. No Brasil, mesmo com o estabelecimento da independência, esse modelo das relações entre Estado e Igreja acabou sendo preservado pelos apontamentos da Constituição de 1824. Durante o Segundo Reinado, o sistema de padroado instaurou uma grave crise entre Dom Pedro II e os clérigos católicos brasileiros. Tudo começou em 1864, quando o papa Pio IX enviou uma bula que determinava, entre outras coisas, que todos os católicos envolvidos com a prática da maçonaria fossem imediatamente

Paraguai havia deixado algumas marcas significativas na questão da profissionalização dos oficiais e no baixo nível intelectual dos mesmos, pois, em ampla análise, tinha a questão de saber até onde deviam ser elevadas as habilitações científicas do oficial de Marinha para preparar a força intelectual requerida pelo aperfeiçoamento das armas.

Assim, na vanguarda dos direitos e interesses do país em alinhar a Marinha em alguma condição de igualdade, a ideia do Ministro era analisar as marinhas Russa e Americana e entender como se formavam seus oficiais e, possivelmente, tê-las como base para implantar o sistema pedagógico de ensino aqui no Brasil em sua Escola de Marinha³⁴². Essa unidade de formação de oficiais, denominada Escola de Marinha, antiga Academia de Guardas-Marinha³⁴³, tinha como local prático de ensino aos jovens aspirantes as Fragatas *Constituição*³⁴⁴ e *Isabel Maria*, nas quais os currículos de instrução não demonstravam o real resultado para ter um bom oficial, a tal ponto que o Ministro da Marinha, em 1868, Dr. João Maurício Wanderley, se manifestou da seguinte forma:

Conheceis cabalmente o estado pouco lisonjeiro desta instituição pelas informações sucessivas que vos têm sido dadas. Apesar do zelo da diretoria da escola e da dedicação de seus lentes, ela não satisfaz às necessidades de nossa Marinha de Guerra; porque não conseguiu ainda fornecer-lhe, anualmente, o contingente de oficiais indispensáveis para preenchimento do quadro nos postos subalternos (SCAVARDA, 1995, p. 91).

excomungados da Igreja. O anúncio acabou atingindo diretamente Dom Pedro II, que integrava os quadros da instituição censurada. Valendo-se dos poderes garantidos pelo sistema de padroado, o imperador brasileiro formulou um decreto em que não reconhecia o valor da ordem dada pela Santa Sé. Inicialmente, a ação de D. Pedro II não teve maiores repercussões, tendo em vista que a maioria dos clérigos brasileiros apoiava incondicionalmente o regime monárquico. Entretanto, os bispos de Olinda e Belém preferiram acatar a orientação de Pio IX, promovendo a expulsão dos párocos envolvidos com a maçonaria. Inconformado com a insubordinação destes bispos, o imperador reagiu com a condenação dos mesmos à reclusão e prestação de trabalhos forçados. Imediatamente, os membros da Igreja passaram a atacar o regime imperial dizendo que D. Pedro II cometera um ato de extremo rigor e autoritarismo. Mesmo anulando a decisão posteriormente, o governo imperial perdeu uma fundamental e influente base de apoio político ao regime. Fonte: mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/questao-religiosa.htm, acesso em 05 ago. 2019.

³⁴² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, p. 6-7. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 23 fev. 2020.

³⁴³ Decreto 2163 de 1 de maio de 1858. Essa academia estava a bordo da *Nau* Pedro II, desde 1837 como unidade de ensino e devido as condições precárias dessa embarcação, retornou a unidade de terra em 1849. E para saber mais sobre o assunto, ver Donin (2014).

³⁴⁴ A Fragata *Constituição* teve praticamente seus serviços, como navio escola, encerrados em 1882, devido suas condições teve agravamento, no entardecer do dia 14 de fevereiro quando foi verificado aumento do nível de água em seus porões, fato esse observado a tempos, atribuído até então, as copiosas chuvas ocorridas na ocasião. Constatou-se ter esse nível às 19 horas, atingido as 40 polegadas, ou seja, 1,10 metros, foi a embarcação socorrida pela inspeção do Arsenal e por praças da Corveta Guanabara, por ordem do comandante da Divisão do Primeiro Distrito Naval, logo substituídas por uma barca d'água, com bombas, À qual coube esgotá-la. Para saber mais sobre esse assunto, ver Mendonça (2001, p. 20).

Wanderley, nascido na Bahia, foi o último bahiano entre os secretários de Estados da Marinha e ministro a exercer o cargo durante a guerra do Paraguai. O Ministro Wanderley, em vários momentos, se posicionava favorável a mudar a forma de ensino e a formação dos oficiais, devido à experiência desses homens na guerra. Por este motivo o ministro se posiciona referente à inadequada formação dos oficiais da instituição e mostrou preocupação na melhora de ensino com a prevalência não só da parte prática, mas também das experiências teóricas.

O que decorre disso, portanto, é a alocação dos jovens aspirantes em prédio fixo para tal experimento, conforme imagem 38:

Imagem 38 – Escola de Marinha na Praça Mauá no Rio de Janeiro (1849-1867)



Fonte: (MENDONÇA, 2001, p. 18)

Localizado na região central do Rio de Janeiro, na atual Praça Mauá, onde funcionava o antigo Liceu Literário Português, esse prédio passou a receber os futuros homens que liderariam a Força Naval em possíveis eventos que poderiam atentar contra a honra e dignidade, não só da Marinha como também do Brasil, com o propósito de formar oficiais de Marinha para os postos iniciais de suas carreiras, assegurando, aos alunos, as premissas no preparo intelectual, físico, psicológico, moral e militar-naval, e incentivá-los para a carreira naval, num momento de escassos meios materiais para recebê-los. Mesmo com um prédio físico para abrigá-los, com objetivo do ensino teórico, isso não quer dizer que as embarcações

foram tiradas da posição de escolas, pois ainda se mantiveram abrigando os futuros oficiais, como centro de atividade prática.

Não eram só as duas Fragatas que prestavam apoio ao ensino prático dos jovens futuros oficiais, pois havia esforços em ter mais embarcações para tal propósito. O Comandante da Escola de Marinha, que estava a bordo da Fragata Constituição, sugeriu disponibilizar o Brigue Capiberibe para serviço da referida escola, a partir de agosto de 1869, por questão de espaço na embarcação, fato não concretizado³⁴⁵.

Para melhorar a qualidade da formação dos aspirantes e Guardas-Marinha, foi inserido em seus currículos o adestramento no mar a bordo, “em viagem de instrução”³⁴⁶, de algumas embarcações. “Eram aproveitados os períodos de férias escolares para o embarque dos aspirantes em navios aptos a realizar cruzeiros, de menor extensão embora que enquanto Guardas-Marinha, ao longo do litoral brasileiro” (MENDONÇA, 2001, p. 22).

Posteriormente, outro Ministro da Marinha, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (1872-1875), pensando na melhoria do ensino prestado aos futuros oficiais, se preocupava em ser indispensável ampliar as instalações do prédio fixo, pois, na falta dos navios de instrução ou outro inconveniente, o externato seria a melhor forma. Lembrava ainda que na “Grã-Bretanha e em outros países têm sido ultimamente transferidas para terra as escolas de Marinha” (SCAVARDA, 1955, p. 113). Contudo, isso seria também relacionado a influência sobre a estratégia naval da Marinha brasileira que se daria a partir da Escola de Marinha, haja vista que a função desta Escola era de aprestamento dos oficiais para o Estado da Arte em termos de procedimentos e doutrinas navais. De certa forma, concluo que as forças navais brasileiras foram e continuavam sendo fortemente influenciadas por fortes tendências e doutrinas de marinhas estrangeiras, como a Marinha britânica.

A Marinha dispunha, naquele momento, de material de guerra bem reduzido, com uma quantidade razoável de oficiais que chegavam a 349 de diferentes classes de embarque, que comandavam 5.099 praças de *prét* e com uma marinhagem de 5.456 espalhados em seis tipos de embarcações, conforme indicado no quadro 25:

³⁴⁵ Fonte: Arquivo Nacional, XVIIIM - Documento 4173 de Julho de 1868.

³⁴⁶ Entre 1870 a 1885 foram feitas viagens de instrução de cruzeiro mais longa, em especial as que tocaram em portos exteriores, com os Guardas-Marinha em cinco navios diferentes do tipo *Corveta*. Para saber mais ver Nogueira (2001, p. 109-111).

Quadro 25 – Estado do material de guerra da Força Naval

Tipos de embarcações	Quantitativos dos oficiais embarcados
Navios Encouraçados	17
Navios á vela	5
Navios Mixtos	13
Navios a vapor de rodas	14
Transporte a vapor	7
Total	56

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, p. 9.

Em sentido inverso, os Encouraçados, construídos em estaleiros no Rio de Janeiro, estiverem em uso na guerra do Paraguai, comandados por várias patentes de oficiais, e vários tipos de praças não estavam acompanhando a evolução tecnológica em caráter global com outras marinhas, pois não eram navios oceânicos e sim costeiros e fluviais.

Esses oficiais e praças, embarcados em diversos tipos de navios encouraçados, estavam todos distribuídos entre várias províncias costeiras do Império, que incluía Mato Grosso, e também fora do país, como no Uruguai³⁴⁷. Outro fator que mostrava a problemática nos quadros de carreiras dos oficiais era a falta de Segundos Tenentes, pois, analisando o mapa demonstrativo da distribuição dos oficiais do Corpo da Armada Nacional, enviado ao Quartel General da Marinha, em 8 de março de 1871, constatou-se que, entre os oficiais de primeira classe, havia apenas quatro, sendo dois cumprindo sentença, um em comissão na Europa e um no Batalhão Naval. Dos oficiais no posto de Segundo Tenente de segunda classe, havia um extraviado (desertor), e dois Segundos Tenentes extranumerários em comissão, sendo um doente³⁴⁸. Desta forma, o Ministro entendia que essa defasagem no quadro de oficiais subalternos poderia afetar seriamente a instrução, pois tão sensível desfalque seria altamente prejudicial à disciplina e poderia desregular o andamento do serviço naval, abrigando-os a lançar mão de oficiais de comissão, pilotos, carecedores da maior parte dos conhecimentos e requisitos indispensáveis ao oficial da Marinha de Guerra³⁴⁹.

³⁴⁷ Na sessão de Sessão em 1 de Julho de 1870, havia um questionamento do Sr. Senador Silveira Motta, sobre a questão do por quê no Uruguai havia comando militar, hospital militar e agência fiscal, acarretando o gasto excessivo para os cofres públicos. Disponível em: senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1870/1870_Livro_2.pdf. Acesso em 12 ago. 2019.

³⁴⁸ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, p. 35. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 23 fev. 2020, p. 35. Mapa demonstrativo de Oficias nº 2.

³⁴⁹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, p. 12. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 23 fev. 2020. Mapa demonstrativo de Oficias nº 2.

Além de tudo, a partir de 1870, foram apresentadas propostas de modificação da corporação, como a lei de promoções e reforma de escola de formação dos oficiais, o ministro observava que a guerra do Paraguai proporcionou aos oficiais certa deferência e algum crédito, fazendo o país a reverenciar tal feito.

O que se ver no relatório do Ministro da Marinha de 1870 são os oficiais gozando de prestígios, dentro da instituição, por terem sido consagrados vitoriosos numa fase de ebulição bélica na fronteira sul do Brasil, numa busca de incentivos para a carreira, levando o ministro a reverenciar toda a classe como forma de incentivo no fluxo das promoções rápidas e boa remuneração para continuarem no cumprimento de seus deveres. Por outro lado, as famílias de alguns oficiais tinham ojeriza pelo serviço militar na Marinha. Para amenizar a questão dos reclamantes, houve a necessidade, como forma de incentivo, de trazer algum paliativo para incentivar os oficiais. O professor Arias Neto, ao analisar esse ano de 1870 no que diz respeito à proposta de mudança dos paradigmas educacional dos oficiais, acrescenta que houve:

Mudança fundamental se processou no acesso à academia com a criação de um externato que tinha por finalidade ministrar cursos preparatórios para os exames de ingresso na escola de Marinha. Foram implantados critérios diferenciados para a admissão no externato (preparatório) e no internato (preparação de guardas-marinha e pilotos) e para assentamento de praça como aspirante a guarda Marinha. O governo foi autorizado a criar colégios navais e externatos onde julgasse necessário (NETO, 2001, p. 140).

Na abertura dos debates da 42ª sessão, em 8 de agosto de 1870, sob a presidência do Sr. Visconde de Abaeté, ele sugere o acréscimo de 10:000\$ para a criação de um externato no arsenal de marinha, no qual se facilitassem os estudos preparatórios de matrícula na Escola de Marinha, ficando o governo autorizado para simplificar o sistema de ensino da mesma escola, modificando as condições de matrícula³⁵⁰.

Nos acirramentos das discussões, o ponto central nos debates era trazer pareceres quanto ao fortalecimento e não tornar inerte a Escola de Marinha, a ponto de surtir efeitos deletérios no futuro, no intuito de ter uma Escola de Formação de oficiais forte e bem preparada no seu sistema pedagógico.

Assim, pelo Decreto nº 4679, de 17 de janeiro de 1871, foi estabelecido, no Arsenal de Marinha da Corte, no Rio de Janeiro, um externato, que consistia de um curso, de um ano,

³⁵⁰ Fonte: www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1870/1870_Livro_3.pdf, acesso em 23 fev. 2020.

para o ensino das matérias preparatórias do curso da Escola de Marinha. Em seguida, pela Lei nº 2670, de 20 de outubro, foi autorizada a criação do Colégio Naval, sendo este o primeiro educandário militar de nível médio do Brasil. Posteriormente, sua efetivação só se deu pelo Decreto nº 6440, de 28 de dezembro de 1876, assinado pela regente do trono à época, a Princesa Isabel. O Colégio estabeleceu a rotina conjectural, a princípio, de três anos de curso preliminar, em caráter de internato, suprimindo-se o externato de Marinha. Sua inauguração ocorreu em fevereiro de 1876, por ordem do Ministro em admitir 75 alunos, sendo 58 dos habilitados na Corte e todos os 17 vindos das províncias. Porém, não se tendo apresentado três destes últimos, 72 alunos frequentaram as aulas do colégio ³⁵¹.

Inicialmente, a Escola de Marinha foi instalada em prédio do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, localizado ao lado da Igreja de São Bento, atualmente ocupado pelo SSPM (Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha). O processo de seleção dos docentes se deu de forma criteriosa, já que quem fazia as escolhas eram os oficiais que pertenciam ao Quadro do Magistério Naval.

Assim, pela questão cultural, a prioridade para compor o externato era dos filhos de oficiais de Marinha, todavia, outras pessoas, e até mesmo os estrangeiros e/ou naturalizados brasileiros, poderiam fazer parte depois de aprovados no processo seletivo, autorizados a frequentar a Escola de Marinha, também submetidos às mesmas normas disciplinares dos internos aspirantes. Isso era uma proposta urgente de formar os guardas-marinha, para promovê-los logo ao posto de Segundo-Tenente para o serviço da Marinha de Guerra. Apesar disso, o que o externado perpetuava de seu aprendizado institucional pode dizer muita coisa, no tocante à obediência e a fidelidade ao projeto imperial que aquela instituição total poderia proporcionar. Muito frequentemente, a inserção significa, para o principiante, que ele passou para o que poderia ser denominado uma condição dinâmica dentro do *status quo*, não apenas sua posição social dentro daquele complexo naval chamado de Escola de Marinha é radicalmente diversa da que era fora dos muros, mas sua posição social no mundo externo provisoriamente não seria igual a que era. Esses espaços foram construídos e pensados durante os séculos XVIII e XIX.

Analisando a documentação, a primeira turma do Colégio Naval não surtiu o efeito necessário, pois, dos 75 alunos matriculados no 1º ano, os três primeiros foram remetidos para

³⁵¹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1876, p. 23. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 24 jan. 2020.

a Escola de Marinha pelas notas, 37 conseguiram passar para o 2º ano, depois de aprovados em todas as matérias, 15 repetiram no 1º ano, por terem sido reprovados em alguma matéria, 20 foram eliminados e expulsos por atos ofensivos à moral ou por não terem conseguido se matricular, por ter atingido a idade maior de 15 anos até a data da matrícula no 2º ano, julgados incapazes para a vida do mar, por não terem se apresentado na abertura das aulas, por não terem concorrido à prestação de exames e por motivos justos alegados e provados por seus pais. Isso prova que a (re)construção de um novo paradigma educacional, inicialmente, para a formação dos oficiais, até aquele momento, não deu certo, tanto que o colégio naval foi extinto anos depois, porém, a qualidade do ensino do oficial tendeu a melhorar.

No que se refere às escolas de formação de oficiais, destaca-se que “o modelo de convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito”. Segundo Ervin Goffman, em suas reflexões:

quando o *status* proativo é relativamente favorável, tal como ocorre com os que se formam em internatos de elite, escolas para formação de oficiais, conventos aristocráticos etc. - podemos esperar reuniões oficiais de júbilo, com proclamações de ‘orgulho’ pela escola (GOFFMAN, 1961, p. 68).

A grande parta daqueles garotos era advinda de famílias abastadas, com toda pompa, muitos sem sequer ter conhecido a rigidez e a rigorosidade da vida, a disciplina militar que a maioria daqueles aspirantes não tinha. Contudo, apesar de todos estarem juntos em um local de rigor, mas fazerem parte de uma mesma condição econômica e social, os causavam júbilo. Havia uma rígida rotina diária, que a muitos afugentava. Pela especificidade da profissão, a rotina militar, o treinamento físico e a condição de internato, e seus adestramentos, além das formaturas criavam as condições nas quais parecia possível lapidar alguns maus hábitos daquela pequena parcela da população, preparando-os para os possíveis sinistros que poderiam acontecer. Assim sendo, me remete a Michel Foucault quando diz que “a disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local fechado de monotonia disciplinar” (FOUCAULT, 2009, p. 137). Fazendo uma pequena tradução desse autor, quando diz respeito a heterogeneidade, me remete a variedade de jovens, assim como dos Aprendizes-Marinheiros, de variadas etnias

Isso foi pensado atinente às ideias da formação dos oficiais de todas as classes inclusive dos de máquinas. Referente ao Corpo de Maquinistas, devido à atuação desses profissionais a bordo das embarcações referentes às suas participações na guerra do Paraguai,

havia um entendimento de que seria interessante e de grande proveito a modificação daquela organização do corpo, ainda porque muitos estrangeiros estavam a bordo dos navios na condução das máquinas e, com isso, seria interessante uma maior nacionalização do quadro, pois na fala do Ministro,

[...] confiar a máquina do navio de guerra ao pessoal estrangeiro é procedimento arriscado. Em momento crítico é possível, que a execução de uma manobra não se concilie com as ordens do comandante; e nem sempre os rigores da disciplina poderão dominar instintos de nacionalismo, despertador por assomos(sic) de mal entendido patriotismo³⁵².

Com a tecnologia naval vinda de fora batendo na porta da Marinha, para inflexionar a entrada de estrangeiros com intuito de expurgá-los e melhorar os meios navais, era preciso dar uma formação profissional especializada aos nacionais para que se suprissem as necessidades das embarcações. Desta forma, o Ministro Manoel Duarte nomeia uma comissão para modificar o ensino complementar dos maquinistas, pois, além de geometria aplicada às artes, seria inserida também a aritmética, até proporções, álgebra, geometria e suas aplicações, e o desenho linear, adicionando os elementos de geometria descritiva, para melhor compreensão do desenho, que deveria abranger o traçado das rodas dentadas, com as convenções adaptadas³⁵³. Tudo leva a crer que os engajamentos de estrangeiros começaram a desaparecer e o uso de nacionais dentro dos quadros anunciados acima começaram a avançar. Isso me faz concordar com Michel Foucault³⁵⁴, ao dizer que “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”.

Já sobre o Corpo de Imperiais Marinheiros, o Ministro tece demasiados elogios tributados e eles, colocando-os como principal elemento da Força, pois a guerra do Paraguai foi o maior motivo para que Manoel Antonio Duarte de Azevedo despejasse elogios em sua fala: “os imperiais marinheiros deram provas inequívocas do quanto podem o valor e a

³⁵² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1876, p. 16. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 24 jan. 2020.

³⁵³ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1876, p. 16. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 24 jan. 2020.

³⁵⁴ Aqui o autor aborda a arte das distribuições, na qual para ele a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição de um local no espaço. Para isso ele usa diversas técnicas e regras como das localizações funcionais, que nas instituições disciplinares, visa além de vigiar, também romper comunicações perigosas entre os indivíduos e criar ali um ambiente de utilidade produtiva e com organização (FOUCAULT, 2009, p. 137).

disciplina. Assim, como instituição militar, este corpo nada deixa a desejar³⁵⁵. Entretanto, são apontadas algumas dificuldades alusivas à sua formação:

A instrução prática da arte marítima ressentia-se no corpo dos imperiais marinheiros, como nas companhias filiais, da falta de embarcações próprias para seu aquartelamento e exercícios, o que os torna bisonhos a bordo nos primeiros tempos de embarque. Mas, a esse inconveniente não é possível por enquanto dar-se remédio³⁵⁶.

Apesar dos prédios fixos de formação espalhados pelas províncias, também havia a necessidade de ter embarcações próprias para a instrução e o adestramento³⁵⁷, navios esses que não eram somente à vela, mas navios “convencionais” que trouxessem novidades aos olhos daqueles que ajudariam a operá-los, como os navios a vapor e os encouraçados, para que pudessem vislumbrar um futuro melhor lhes dando alguma decência.

Mais uma vez, como já dito anteriormente nesse trabalho, não era necessário somente formar um marinheiro, havia muita deficiência na formação, ainda que eles, os aprendizes, saíssem bem prontos. Já quanto às Companhias de Aprendizes-Marinheiros, tamanho era seu prestígio que, para o Ministro, as vantagens destes sujeitos serem recrutados dos asilos e das escolas de infâncias seria uma das formas pelas quais se justifica a criação delas pelas províncias. Por causa disso, o Ministro trazia, mais uma vez, o seguinte elogio: “com razão se generalizou a todas as províncias marítimas a criação de tais uteis estabelecimentos, para cuja sustentação e progresso não ha despesas, que se deve reputar sem proveito³⁵⁸. Mesmo sabedor de que o recrutamento não era um mundo de maravilhas, como forma de incentivo, o Ministro continua no seu “reconhecimento” e, sendo laudatório, diz que:

A humanidade receberá seu preito (sic) de homenagem com o desenvolvimento de instituições de ensino, ou de estabelecimentos de educação profissional, em que os órfãos e menores, desamparados da fortuna, encontrem abrigo e ocupação docente e honrosa³⁵⁹.

³⁵⁵ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1876, p. 17. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 24 jan. 2020.

³⁵⁶ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1876, p. 17. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 24 jan. 2020.

³⁵⁷ Fonte: Arquivo Nacional XVIII 3 Códice. Em ofício emitido a Côrte, o Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará era a bordo do Brigue Rio Formoso. Pode-se supor que esse brigue abrigava o referido quartel.

³⁵⁸ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, p. 17. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 22 fev. 2020.

³⁵⁹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, p. 17. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 23 fev. 2020.

O ponto de flexão para melhorar o ensino militar naval, em suas instituições de base, continuava, via de regra, nomeando, de diversas formas, oficiais de culto como serventuários com a incumbência de ensinar as primeiras letras e a educação cristã aos menores. É claro que isso não era exclusividade de todas as organizações de ensino, como aconteceu nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros de Sergipe, Rio Grande do Sul e da Corveta *Nitheroy*³⁶⁰.

Naquela época, dentre as poucas pessoas que obtinham o conhecimento das primeiras letras e com formação intelectual mais avançadas, eram os párocos, pois eram aqueles que tinham o privilégio de terem sido culturalmente letrados. Era delegado ao padroado civil, mesmo como integrantes do funcionalismo público, a função de ensinar nas Companhias de Aprendizes; E convém ressaltar que, naquele ano de 1872, existiam 26 religiosos com essa a missão de ensinar, conforme o Quadro 26.

Quadro 26 – Mapa do estado dos Capelães da Marinha

	Arsenais		Asilo dos Inválidos		Corpos da Marinha		Companhia de Aprendizes MNs								Companhia		Embarcados						
	Cortes	Bahia	Pernambuco	Pará	Mato Grosso	Imperiais Marinheiros	Batalhão Naval	Corte	Bahia	Ceará	Espirito Santo	Maranhão	Paraná	Pernambuco	Rio Grande do Sul	Santos	Sergipe	Desembarcando	Enfermarias da Corto e Assumpção	Escolta da Marinha	Corveta	Vápor Amazônas	Hospital da Marinha da Corte
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1872, p. 48. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 18 set. 2020.

³⁶⁰ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, p. 15. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 29 fev. 2020.

Na busca por soluções para prover ensino aos aprendizes, o comandante da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da província do Paraná emite um documento solicitando ajuda de custo para o capelão, Padre João Manoel Pereira, de Guaratuba, pelos serviços de ensino prestados à Companhia³⁶¹. Segundo o documento, era usual contratar os serviços de um capelão que já estivesse a serviço de outra unidade para a prestação dos mesmos serviços aos quartéis da Marinha. Isso esclarece que eles eram também responsáveis pelo ensino das primeiras letras, na vida dos iletrados, na falta de um professor para isso contratado.

Mesmo os aprendizes saindo do mundo dos iletrados e tendo a oportunidade de aprender as primeiras letras, de forma resiliente, não se evitavam as evasões, mas o prêmio evitava, de certa forma, fugas. Ainda assim, o recurso dos prêmios, para os que fizessem o reengajamento após o término do serviço obrigatório, não evitava evasões, devido à forma dolorosa e repugnante de se recrutar, somada à vida dura e ao recebimento de baixos soldos, o que os levava a desertarem em maior número, fazendo-os se juntarem à massa de jovens andarilhos pelas ruas, a ermo, adicionados alguns filhos de combatentes no Paraguai abandonados pelos seus pais devido o desaparecimento desse genitor do palco de combate e dos cônjuges desses combatentes que abandonavam seus filhos. No clímax da guerra do Paraguai,

entre 1867 para 1868, na ausência absoluta de voluntários e em face ao número insuficiente fornecido pelo recrutamento forçado, decidiu o Governo realizar volumosa aquisição de escravos para engajá-los na Marinha após dar-lhe a Carta de Alforria, em troca de um contrato de trabalho por dilatado espaço de tempo. Nessa ocasião, adquiriram-se 2.902 escravos na Corte e nas províncias, realizando uma despesa que correspondeu a 14% da despesa global do Ministério da Marinha no exercício financeiro de 1867-68 (GREENHALGH, 1965, p. 187).

Essa alforria se deu pelo ponto de vista da guerra devido à falta de contingente, seja do Exército como da Marinha, para lutar em prol da causa nacional. Convém lembrar que a guerra do Paraguai deu o indicativo da relativa fraqueza do sistema político e econômico, bem como do sistema escravista. As complexidades para subjugar os paraguaios e a obrigação de vencer as forças inimigas e a necessidade de tirar proveito de escravos brasileiros para lutar na guerra tornaram mais evidentes as limitações do escravismo, tanto quanto forma de organização da produção como de poder. “Tanto que praticamente todos os historiadores

³⁶¹ Fonte: Arquivo Nacional XM, pasta 562 Documento 12 de 06 de Maio de 1872.

reconhecem que a Monarquia e a Escravatura entram em declínio irreversível com essa guerra” (IANNI, 1998, p. 45).

Aproveitando-se da captura de escravos para a guerra, os senhores de escravos fugidos se apropriaram disso para solicitar a entrega de menores escravos de sua propriedade ingressos, fato ocorrido na Companhia de Sergipe. Respeitando esse pleito, a Marinha pagava-lhe a indenização de Quinhentos mil reis³⁶².

Também com a falta de efetivo apropriado, os donos de fazendas eram obrigados a doar um de seus filhos para lutar no *front*, mas, para burlar o sistema de recrutamento com intuito de evadir-se do serviço militar obrigatório, eram enviados os escravos no lugar dos filhos e, para isso, davam emancipação aos escravos para lutar, como foi o caso do escravo na fazenda de Campinas em São Paulo, pertencente ao Barão de Itatiba Joaquim Ferreira Penteados:

Tenho um filho que não é guarda nacional e devido às circunstâncias em que nos achamos com a guerra contra o Paraguai e querendo concorrer com meu contingente para o triunfo do meu país, resolvi oferecer para sentar praça no Exército, em substituição ao meu filho, o meu escravo Marcolino de Camargo, ao qual concedo liberdade para esse fim³⁶³.

O recrutamento na Marinha era um caminho utilizado por escravos para alcançar a liberdade, mas o que se percebe é a passagem pelo Corpo de Imperiais Marinheiros, de fuzileiros navais e pelas Companhias de Aprendizes para assentar praça, o que ocorria de forma rápida devido à necessidade de tê-los “preparados” e instruídos para se destacar em qualquer um dos navios de guerra. De certa forma, fazendo uma comparação com as batalhas internas na década de 20 e 30 daquele século, a diferença era que as Companhias tiveram certo tempo de preparar e ensinar um civil a ser militar/marinheiro adaptando-o para aqueles navios, na sua maioria rústicos. Só que dessa vez era diferente, pois alguns encouraçados, com sua sofisticação, já estavam operando com mais intensidade no Brasil.

Boa parte dos combatentes que participaram daquela guerra do Paraguai era de escravos alforriados, sendo a maioria vinda de variadas fazendas, senzalas e charqueadas para se agruparem nas forças³⁶⁴. Assim, o montante de toda força naval atingia o total de “59 bocas de fogo e de 2.287 combatentes, inclusive Oficiais de mar e terra, sendo 1.113 da Marinha e

³⁶² Fonte: Arquivo Nacional. XM, pasta 562- documento 87, 05 de Dezembro de 1871.

³⁶³ Fonte: Arquivo Municipal de Campinas. Fundo Passaporte, Barão de Itagiba CX 5, 1867. Campinas (apud COSTA, 2001, p. 43).

1.174 do Exército, que se achavam a bordo para qualquer operação de desembarque” (SIQUEIRA, 2015, p. 74-83).

A possibilidade de ter militares das duas forças prontos para esses combates, foi um ponto de (in)flexão, gerando, de ambos os lados, divergências quanto à formação entre todos os grupos envolvidos, fossem eles civis na figura dos deputados, senadores ou militares representados pelos oficiais localizados na região Centro-sul e Norte. Numa linha de ação mais flexível, as autoridades usavam o recurso do recrutamento nas Forças Armadas para incentivar os fugitivos a terem sua liberdade, para isso “o governo imperial adotou uma posição em que os escravos que lutassem se tornariam livres, mesmo que tivessem fugido para unirem-se as fileiras” (GRAHAM, 1979, p. 37). Conforme afirmado por Flávio Gomes, a fuga era uma ação única e vivenciada diferentemente por cada escravo, levando em consideração desde o meio em que vivia, área urbana ou rural, sua naturalidade e o sexo, até sua socialização no universo da escravidão, incluindo aí a relação senhor-escravo (GOMES, 1996, p. 79-84).

Continuando ainda no ano de 1870, em 9 de fevereiro, o Ministro da Marinha expede um documento transmitindo informações e ordens de caráter geral, declarando que cada escravo liberto, que se achava há mais de três anos no gozo de sua liberdade, serviria na Armada, e não só deveria ser entregue à sua senhora que o reclamava como escravo como deveria ser imediatamente posto em liberdade³⁶⁵. Essa foi uma das formas encontradas pelos Oficiais, ainda em fase de melhor profissionalização/formação, encabeçado pelo estado, para melhor contingenciamento das forças de terra e mar, para aquele momento conflituoso.

Posso afirmar que a profissionalização da Marinha de Guerra brasileira, já em andamento, foi assim aperfeiçoada a partir da segunda metade do século XIX e especialmente no final da Guerra de Paraguai, deixando naquele momento de ser incipiente. Assim, pode-se pensar que a constituição hierárquica de uma classe de oficiais melhor treinados, formados e recrutando soldados entre os “cidadãos”, com base no princípio do recrutamento, ajudou de

³⁶⁴ Para complementar os contingentes de voluntários, o recrutamento forçado foi realizado entre os homens livres, os libertos, os escravos enviados por seus senhores, vadios e habituais. Quase 135.000 brasileiros lutaram por 5 anos de conflito, 50.000 estão mortos. Neste ponto, para saber mais sobre o assunto, ver em CHIAVENATTO (1983); COSTA (1996); DORATIOTO (1996, 2002); SALLES (1990, 2003); BOIDIN (2007).

³⁶⁵ Fonte: BRASIL. Aviso nº 54 de 9 de fevereiro de 1870. Disponível em www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao6.html, acesso em 14 de agosto de 2019.

forma eficaz a ter um contingente razoável para o serviço militar. O serviço militar obrigatório permaneceu por muito tempo no estado do projeto no Brasil.

Referente ao serviço militar obrigatório, ao analisar os detalhes do relatório contendo o somatório com base no mapa estatístico do Corpo de Imperiais e Aprendizes Marinheiros, enviado ao quartel do Corpo de Imperiais Marinheiros desde sua criação, ou seja, de 1836 e 1840 até 1867, foi visto que houve 3.178 praças que passaram por aquele órgão de recebimento não são inclusas, 1.838 que se achavam desertados e que ainda a ele pertencem porque, se estivessem reunidos, dariam o total de 5.016, além dos 474 que existem nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros que, reunidas aos 149 que estão ausentes, dariam também o total de 623 recrutas³⁶⁶. Na fala do Senador Saraiva, interpelando o Ministro da Marinha quanto ao quantitativo e por não ser utopia o recrutamento de voluntários, assim ele sabatinou: “O nobre ministro da marinha com a estatística de seu ministério demonstrou perfeitamente o ano passado que as Companhias de menores Marinheiros já davam á nossa marinha de guerra metade dos recrutas de que ela precisa”³⁶⁷, [...] dobrando, ou triplicando suas companhias de menores marinheiros [...]”³⁶⁸. De uma forma ou de outra a composição do Corpo de Artilheiro/Fuzileiros também não era diferente, pois havia preocupação no aperfeiçoamento, em tê-lo completo em Companhias, mesmo com 60 deserções ocorridas em 1870 e 23 falecimentos, comprometendo sua formação e instrução, mesmo que esse batalhão do corpo tivesse 1.285 homens para cumprir várias tarefas atinentes a sua especificidade.

Ainda sim cabe ressaltar que essa modalidade de militares passavam por sérios problemas que envolvia a questão das enfermidades, pois no montante apresentado, 409 soldados se encontrados baixados no hospital aguardando recuperação, o que causava um desfalque subjetivo para compor as escalas de serviço.

Sem muitas delongas, observei que referente ao ponto de (in)flexão: entre permanência e mudança no modo de recrutar, a melhoria do ensino militar naval, também afetava positivamente os Fuzileiros Navais, que estavam naquele momento divididos em nove Companhias, sendo assim um corpo bem dividido e consolidado como força marítima dando

³⁶⁶ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1867, p. 50. Mapa Estatístico nº 10. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 23 fev. 2020.

³⁶⁷ Sessão da Camara do senado em 16 de Agosto de 1870. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1870/1870_Livro_3.pdf, acesso em 15 fev. 2020.

³⁶⁸ Sessão da Camara do senado em 16 de Agosto de 1870. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1870/1870_Livro_3.pdf, acesso em 18 fev. 2020

real apoio as unidades de terra em estabelecimentos da Marinha, na forma de força de polícia, que cabia de forma institucional, ainda, ao Batalhão Naval, com a peculiaridade de responder a manutenção de atividades especiais desempenhadas por Companhia de Polícia, conforme se observa no quadro 27.

Quadro 27 - Mapa do estado atual do Batalhão Naval referente aos Artilheiros Navais

ESTADO			COMPANHIAS			FORÇAS DAS COMPANHIAS			
	Estado Maior	Estado Menor	Oficial de Patentes	Praças de Pret	TOTAL	COMPANHIAS	Oficial de Patentes	Praças de Pret	TOTAL
Prontos Doentes no hospital	7	3	6	393	409	1ª companhia	1	161	162
{ para responder a conselho	50	50	2ª companhia	1	151	152
Presos { Cumprindo sentença	8	8	3ª companhia	1	144	145
	2	2	4ª companhia	1	172	173
	5	5	5ª companhia	1	132	133
Ausentes.....	1	810	6ª companhia	153	153
Destacados.....	1	810	811	7ª companhia	..	138	139
Estado efetivo.....	7	3	7	1.268	1.285	8ª companhia	...	137	137
Falta completar.....	2	3	13	212	230	9ª companhia	1	80	81
Estado completo.....	9	6	20	1.480	1.515	Soma	7	1268	1275
Agregados.....					

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, mapa nº 12, p. 45.

Quanto aos Fuzileiros Navais, com a guerra, houve uma demasiada alteração para menos no seu efetivo, tanto que o ministro em seu relatório alegava que “o batalhão contava naquele período com 1.275 praças, havendo uma diferença para menos de 284 praças em relação ao ano anterior”³⁶⁹. Fica claro que um dos principais motivos que assolava essa diminuição, assim como na marinhagem, foram as baixas e deserções, sendo que naquele ano se apresentaram de deserção, somente 4, fazendo com que seu estado completo seria de 1.515, dividido em nove Companhias de fuzileiros³⁷⁰. No entanto, no mesmo relatório, ficou evidente que a composição do corpo de Fuzileiros, formado em grande parte de libertos, sejam eles alforriados ou não, é de recrutas viciosos.

³⁶⁹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, p. 18. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 12 fev. 2020.

³⁷⁰ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1870, p. 18. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 12 fev. 2020.

Já o pessoal da Marinhagem estava composto por 963 praças. O número dos Marinheiros de profissão, cuja maior parte é de estrangeiros engajados e voluntários, era muito limitado. A maioria do corpo é composto de recrutas e de alguns libertos transferidos dos corpos arregimentados, por serem impróprios para o serviço a que pertenciam.

Para o aprimoramento do processo de desenvolvimento doutrinário e de gestão do conhecimento na Marinha, desde a criação, as Companhia de Aprendizes mostraram que foram incrementadas ações que visaram à consolidação do ensino em seu bojo social, assim como os estabelecimentos de ensino militar tentou se consagrar como órgão de utilidade pública mesmo provocando-se duras penas aos recrutados e adotando-os de condições vulneráveis ou expurgando-os das ruas.

Entretanto, com a fim da guerra do Paraguai, muitas crianças haviam ficado órfãs de seus pais e algumas estavam vivendo em estado patológico precário devido ao formato das casas insalubres que eram porta de entrada de epidemias ou doenças, ou nas quais os hábitos de higiene eram inexistentes. A historiadora Mary Del Priore, discorrendo sobre o viajante estrangeiro de origem inglesa, John Luccock, no século XIX, afirmava que “os pés são geralmente a parte mais limpa das pessoas. Os rostos, mãos, braços, peitos e pernas que, todos eles andam muito expostos em ambos os sexos, raramente recebiam as bênçãos de uma lavada [...]” (PRIORE, 2011, p. 20-21) Esses fatos, somados às sujeiras nas ruas, entre outros, à falta de controle de natalidade, permitiam que as crianças fossem lançadas nas ruas, se tornando vítimas fáceis do poder público para se incorporar ao militarismo.

Ainda retornando ao assunto sobre o final da guerra do Paraguai, as autoridades, observando tamanha importância de ter uma boa frota de navios com tecnologias avançadas para algum futuro sinistro que pudesse acontecer, citam o governo inglês como exemplo de investimento em Marinha, devido à sua grande experiência, aproveitando de sua segunda revolução industrial, e autorizam a construção de mais doze encouraçados, além de outros tipos de navios de madeira³⁷¹. Esse exemplo foi citado devido à situação física em que se encontravam os meios navais; por isso, o ministro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, pensando na defesa marítima da nação em atender às demandas de atuação das marinhas, tanto militar quanto mercante, relatava que “o material flutuante, apesar de ser um tanto considerável, não

³⁷¹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1872, p. 22. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 28 fev. 2020

inspira confiança; nem corresponde aos serviços que deve desempenhar, nem aos sacrifícios das somas que nos custou”³⁷².

A não confiança foi o ponto de flexão para melhoria do meio, pois o ensino, tanto na formação dos Oficiais quanto para formar um Marinheiro ou Artilheiro, já estava implantado e consolidado, só faltava melhorar o meio bélico. No quadro 28, observam-se como estavam os encouraçados desde o final da guerra do Paraguai até o período de compra das “novas” classes e estilos de embarcações.

Quadro 28 - Demonstrativo do potencial numérico dos encouraçados durante parte do Império

Ano	De Casamatas	Monitores	Monitores Fluviais	De Torres (cidadela)	Total
1870	7	3	6	0	16
1871	7	3	6	0	16
1872	7	3	6	0	16
1873	7	3	6	0	16
1874	8	3	6	0	17
1875	8	4	6	0	18
1876	8	5	6	0	19
1877	8	5	6	1	20
1878	8	5	6	1	20

Fonte: (MENDONÇA, 2001, p. 38)

Essas embarcações eram máquinas que não dependiam do vento para se moverem, e se faziam de três formas: caldeiras, máquinas propulsoras e bombas hidráulicas, sendo esta última as que moviam alguns equipamentos, como as torres de disparos e as máquinas propulsoras. Elas chegavam à autonomia de navegação de mais de 10 quilômetros ou aproximadamente 5.500 milhas no mar. Esses tipos de encouraçados foram idealizados na Inglaterra, e tiveram a colaboração do brasileiro construtor naval Trajano Augusto de Carvalho, mas foram desenhados, inicialmente, pelo Engenheiro britânico Sir Esward J. Reed: “Esses modelos de embarcações vinham sendo defendidas como proposta de modernização dos meios desde 1854 pelo Ministro da Marinha da época, José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco” (MAESTRI, 2000, p. 36). Uma das circunstâncias que levaram a esse atraso foi a falta de uma marujada pronta com conhecimentos específicos para conduzir os

³⁷² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1872, p. 22. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 29 fev. 2020

equipamentos de algumas embarcações. Do jeito que estava, no raciocínio das autoridades, era necessário, de forma inflexiva, manter o tipo para formar o militar na busca de melhor qualidade e quantidade nas embarcações.

7.1 A PERMANÊNCIA DO RECRUTAMENTO CONSERVADOR COMO PONTO INFLEXIVO NA FORMAÇÃO MILITAR NAVAL

Por mais que a Marinha se esforçasse para acabar com o sistema opressor do recrutamento, havia dificuldades em conservar os Corpos compostos pelos Imperiais Marinheiros, Companhia de Aprendizes e Artilheiros Navais, que, mesmo assim, não estavam satisfazendo plenamente às necessidades do serviço a que eram destinados, mas, para estabelecer um melhoramento das condições do recrutamento, foi usado o paliativo de “reduzir de 20 anos a 10 ou 12, conforme casos declarados, o serviço do marinheiro, é muito justa em relação aos recrutas que, em geral, só assentam para depois de completar 20 anos”³⁷³. Isso significa que Marinheiros do Corpo de Imperiais, ao serem recrutados, ou que fossem oriundos das Companhias de Aprendizes, eram obrigados a servir pelo tempo de, pelo menos, uma década, contando da sua vida de Marinheiro, ou 12 anos como Grumete, continuando a gozar das vantagens da legislação em vigor, para aqueles que servissem além do tempo marcado.

Os oficiais gerais, subsidiando o Ministro da Marinha, como de praxe, para elaboração das propostas de fixação de força para o ano subsequente, com intuito de compor os relatórios, questionam a pequena quantidade do número de jovens que, para eles, era não apropriado para os serviços rudes exigidos para a Marinha. Não era somente a insensibilidade e aspereza no tratamento com os garotos nos quartéis e no interior das embarcações que era o ponto de inflexão, mas era o sistema de castigo herdado de outras marinhas no qual se baseavam, usando o artigo 80 como norma, dando direito aos oficiais de castigar com 25 chibatadas por dia qualquer praça, sem declarar os crimes e as faltas pelas quais ela tenha cometido. Esses atos, que vinham se arrastando por décadas, continuavam sendo o maior empecilho para recrutar, tornando a carreira militar algo áspera, principalmente a partir do fato ocorrido em outubro de 1873.

³⁷³ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1873, p. 10. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142. Acesso em 20 de novembro de 2019. Com base no artigo 3º da lei 1997 de 19 de agosto de 1871. Fonte: CLI.

Em 1873, para ser mais preciso, no dia 03 de outubro, a bordo do *Encouraçado* Bahia, estava de serviço o Soldado Fuzileiro Naval, lotado no Batalhão Naval, Luiz de Souza Neves, na condição de sentinela, quando ouviu gritos vindo de outro lado da embarcação. Ao se dirigir rapidamente para o local, avistou dois Imperiais Marinheiros, Laurentino Manoel da Silva e Valeriano do Espírito Santo, ambos se digladiando violentamente, desferindo e proferindo violências físicas e verbais. O Soldado seguiu em direção ao fato e apartou a briga. Laurentino, não conformado com a intromissão do militar, desacatou o sentinela com palavras de baixo calão. Naquele momento, o oficial que estava de serviço naquele horário era o Guarda Marinha Candido Francisco Garrido Bella Junior, que deu ordem para imobilizar o Marinheiro Laurentino com ferros em seus braços e calcanhares; então, naquele instante, aproveitando-se da falta de firmeza na imobilização, mesmo posto em ferros, Laurentino desferiu um soco no sentinela e puxou uma arma branca (canivete de mola) e tentou esfaqueá-lo. Laurentino, naquele momento, recebeu voz de prisão e, posteriormente, foi julgado pelo comandante do navio e, ao invés de receber 25 chibatadas ou espadada, o mesmo recebeu 500, fazendo descumprir a legislação que poderia ser enquadrado em dois artigos do Artigo de Guerra: nº 56 e 80:

LVI: Todos são obrigados a respeitar as sentinelas, e Corpos de Guarda; aquele que o não fizer, será castigado com seis meses de trabalho nas Reais Fábricas, ou mais rigorosamente conforme as circunstâncias do caso; e o que atacar violentamente qualquer sentinela, será enfocado, se a sentinela o não matar, como deve.

LXXX: Todos os mais delitos embriagues, jogos excessivos, e outros semelhantes, de que os precedentes Artigos não façam menção, ficarão ao prudente arbítrio do superior para impor aos delinquentes o castigo, que lhes for proporcionado; o uso de golinha, prisão no porão, e perdimento da ração de vinho, é o que se deve aplicar a Oficiais Marinheiros, Inferiores e Artífices; assim como a Marinhagem e soldados, que podem ser corrigidos por meio de pancadas de espada, e chibata, não excedendo ao número de 25 por dia; isto é em culpas, que não exijam Conselho de Guerra.

Após o fato ocorrido, devido ao exagero na punição e à violação da norma, o comandante interino da embarcação, na função de imediato, o Capitão Tenente José Candido Guilhobel, foi levado a julgamento ao Conselho de Guerra que, no final do processo, acarretou em sua absolvição³⁷⁴. O fato da absolvição é consequência da máxima de blindar os atos danosos, e assim o Conselho Supremo Militar, ao alvitar acerca do instituto da responsabilidade

³⁷⁴ Fonte: Arquivo Nacional – caixa nº 13170. Processo nº 695 (José Candido Guilhobel) - Conselho de Guerra. Segundo o historiador Alvaro Pereira do Nascimento, todas as informações e citações referentes a esse caso, algumas páginas foram retiradas deste processo. E para saber mais sobre todo o desenrolar dessa história ver em Nascimento (2001, p. 64-78).

militar, “refez a sentença do réu, convertendo-a de absolvido para advertido” (NASCIMENTO, 1997, p. 75).

Apesar de, segundo deliberação do Senado, a partir de 1824, ser incutida na Constituição a proibição de castigar com o chicote, torturar e outras formas de violência que viessem a submeter o corpo ao suplício, teoricamente, a carta magna deveria ser objeto de referência para as demais normas, mas a Marinha, por questão de conveniência e tradição, não seguia esses preceitos exigidos. Entende-se que a Marinha se fazia omissa quanto aos castigos corporais, devido ao momento social e cultural que vivia a nação, composta por homens de origem conservadora dentro de seus quadros, que tinham o controle sobre a massa dos excluídos sociais, permanecendo com antigos costumes e hábitos herdados de períodos anteriores.

A maneira despótica e cruel do recrutamento sempre foi o fundamento de conflitos e inquietações, que se arrastava desde o Brasil colônia. Mesmo assim, a deserção estava sendo uma das únicas soluções para aqueles que eram violentamente obrigados ao serviço militar, sendo um dos grandes motivos do aumento do grande contingente daqueles que compunham as fileiras de ladrões e vadios pelas cidades brasileiras. Portanto, pensando na melhora em obter elementos para as fileiras do corpo de praças da Armada, permanecendo no recrutamento conservador, mantendo-o inflexivo, foi usado um paliativo em mudar o hábito para recrutar e ensinar, a saber: o sorteio militar.

7.2 A MUDANÇA DE HÁBITO, O SORTEIO MILITAR, UM PALIATIVO POLÍTICO-SOCIAL PARA O ENSINO MILITAR NAVAL

Na Marinha, após décadas de discussão, foi aprovada a “lei do sorteio militar, de cognome Lei da Cumbuca”³⁷⁵, de 1874, que fixava o alistamento universal e o sorteio para completar as brechas não ocupadas pelo engajamento voluntário. Este representou o ano em que houve uma pequena ruptura e mudança de hábito do poder sobre o recrutamento em algumas regiões do Império. Nasce, a partir daquele ano, nova modalidade universal de absorver jo-

³⁷⁵ Com base na experiência e inspirada nas inovações observadas na Europa, particularmente as resultantes da Guerra franco-prussiana, foi promulgada a Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874, que adotou o sorteio para o Serviço militar, que marcou o início dos trabalhos das juntas de alistamento em todo o Império para 1º de agosto de 1875 (MENDES, 1997, p. 267) “Art. 1º - O recrutamento para o Exército e Armada será feito: 1º Por engajamento e reengajamento voluntários e 2º- Na deficiência de voluntários, por sorteio dos cidadãos brasileiros alistados anualmente na conformidade da presente Lei”. Porém esta Lei não atingiu os objetivos a que se propunha. Fone: Coleções de Lei do Império de 1874.

vens em estado de vadiagem e improdutivos, como se fosse uma forma justa de tê-los na Marinha. Em cada paróquia do império, de origem do sujeito, anualmente, este recrutamento deveria ser realizado, a partir da quantidade dos indivíduos analisados para serem alistados, numa caçada substituída pela conscrição ou seleção.

Havia muita confusão e controversa dos parágrafos, nos 12 artigos da Lei 2.556, salvo os artigos 8º e 1º, que diziam o seguinte: “ficam abolidos no exército os castigos corporais, sendo substituídos pelas outras penas disciplinares, cominadas nas leis e regulamentos. Por engajamento e reengajamento de voluntários [...]”. Os demais não trouxeram mudanças atrativas para a população recrutável, sendo que o primeiro foi um dos primeiros a serem contestados, porque colocava o sorteio como forma de engajamento dos recrutas, dificultando ou mesmo impossibilitando as formas de escapar do recrutamento forçado por meio de mecanismos clientelistas.

Observando os debates na Câmara dos deputados, majoritariamente os votos partiram dos integrantes do partido liberal, que, de forma vitoriosa, aprovaram a lei que “extinguiu” os castigos somente no Exército, devendo ser substituídos por outros tipos de penas disciplinares em regimentos específicos. Nesse mesmo ano da promulgação da famigerada lei do sorteio, o conselheiro Junqueira, sendo Ministro da Guerra naquela ocasião, calculava que, para fazer 2 mil recrutas sob o recrutamento forçado, era necessário prender 20 mil cidadãos, tantos eram os que desertavam “em rota”, liberados por isenções ou defeito físico ou quaisquer outras razões³⁷⁶. Paradoxalmente, o recrutamento provocava, ao mesmo tempo, enorme desorganização social e era ineficaz do ponto de vista das necessidades do Exército.

De fato, essa nova modalidade de recrutar, para preencher o corpo de praças com os aprendizes, objetivava a conservação e a gerência política do solo pátrio à proporção que exercia para enfraquecer as partes centrais das agitações em várias províncias e endossar os exercícios políticos no centro dos universos territoriais. A lei do sorteio causou um divisor de águas nas esferas políticas, pois, em debate no Senado, o Deputado Vieira da Silva interpela sua insatisfação com esse tipo de conscrição dizendo que “[...] os sorteios ferem a personalidade humana, ferem a família e destroem o lar. Os jovens não podem dedicar-se a uma profissão por termos de vê-la interrompida por essa loteria fúnebre”³⁷⁷. Na verdade, essa nova modalidade de recrutar, para preencher o corpo de praças com os aprendizes, objetivava a conserva-

³⁷⁶Fonte: Anais do Senado, 1874, vol. I, p. 52. Disponível em site www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1874, acesso em 28 ago. 2020.

ção e a gerência política na proporção que exercia para enfraquecer as partes centrais das agitações em várias províncias e endossar os exercícios políticos no centro dos universos territoriais. Na realidade, houve apenas uma mudança de termo e hábito, mas a prática continuou a mesma no alistamento, sendo o sorteio o meio de nomear os que deviam servir a Armada e no Exército, causando assim a ruptura da unidade nuclear, ou seja, a família. O mudar o hábito não esconderia a face oculta do recrutar, pois era um tipo de máscara usada para esconder aquilo que por detrás da forma de adquirir se escondia. Isso tenciona-se, tão-somente, na contextualização das formas de recrutamento de maneira a colocar em perspectiva de tipos de lei a realidade brasileira. Essa mesma lei era composta por um conselho responsável por essa nova configuração de alistamento que necessitava ser organizada pelo “juiz de paz, pela autoridade policial mais graduada e pelo pároco” (CARVALHO, 2005, p. 20). A metodologia usada após a referida lei era da seguinte forma:

1) primeiro a junta esperava os voluntários; como estes sempre eram poucos, a junta seguia para o segundo ponto; 2) o alistamento de todos os cidadãos de 19 a 30 anos da idade; 3) depois de alistadas, as pessoas que possuísem isenções a seu favor poderiam encaminhá-las à junta revisora (composta por um juiz de direito como presidente, pelo delegado de polícia e pelo presidente da Câmara Municipal) para não participarem do sorteio; 4) esse era também o momento de os indivíduos se dirigirem à junta de alistamento para comprar isenções, conforme previsto na lei; 5) os que não possuísem isenção a seu favor ou não dispusessem de dinheiro para comprá-la, estariam sujeitos ao sorteio (FREIRE, 2014, p.53).

Essa lei criou, como forma de intrometimento na vida das pessoas³⁷⁸, clima de tensão e violência se arrastavam em várias províncias, os “quebra-quilos” e “rasga listas”³⁷⁹ (BARMAN, 1977; COSTA, 1987 e CARVALHO, 1992). De igual forma, esse instrumento jurídico também veio para tentar evitar as fugas em massa que estavam acontecendo dentro da Marinha e do Exército, um subterfúgio associado às ordenações. Os prováveis recrutas, por outro lado, utilizam-se do enorme repertório de estratégias de evasão, legais ou ilegais; e o recruta

³⁷⁷ Fonte: Anais do Senado, Sessão em 20 de maio de 1874, LV 1, p. 46. Disponível em site www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1874, acesso em 29 ago. 2020.

³⁷⁸ O avanço do Estado na regulamentação da vida das pessoas foi uma das causas mais frequentes de revoltas populares, sobretudo porque ele se dava sem a contrapartida do aumento da participação política. Foi assim nos casos da introdução do sistema métrico, do sorteio militar, do recenseamento, do casamento civil e da vacinação (CARVALHO, 1999, p. 118).

³⁷⁹ Os “quebra-quilos” haviam dirigido sua ira contra os novos pesos e medidas, as coletorias e os registros notariais, mas não se haviam esquecido, também, das casas maçônicas, dos impostos provinciais e da nova lei do recrutamento (SOUTO MAIOR, 1978, p. 31). Rasga listas foi o movimento insurgente que teve como propósito a destruição dos novos pesos e medidas do sistema métrico nas feiras, a queima dos papéis dos registros notariais, dos correios e das coletorias (MENDES, 1999, p. 277).

mento dá origem a complexas manobras de identificação e obscurecimento de distinções, num jogo de proporções obsessivas (MENDES, 1999).

O medo se instaurou mais ainda nas províncias, a repulsa que já existia pelo recrutamento aumentou mais ainda. Nas juntas de paz de São Leopoldo, Bagé, Dores (pertencente à cidade de Porto Alegre) e Rio Grande, todas pertencentes ao Rio Grande do Sul, o fato foi menos efervescente:

No Rio Grande do Sul, por exemplo, não consta que a realização dos alistamentos encontrasse obstáculo na ação da multidão. Ao contrário, os trabalhos das juntas parecem ter-se realizado ali com ordem e regularidade. Província de tradição militar, é de supor que a presença das tropas oferecesse muito mais garantias à operação das juntas que no restante do país. Ainda assim, os alistamentos seriam marcados por problemas que revelavam claramente as múltiplas dificuldades que a administração honorária impunha à implementação da nova lei. Apesar de os alistamentos realizarem-se na província do Rio Grande sem a presença visível de distúrbios ou hostilidade popular, o trabalho das juntas seria objeto de tal grau de manipulação que tomaria inviável a realização dos sorteios. A tradução local que caracteristicamente marcava o recrutamento forçado se transferia ali para a realização dos alistamentos (MENDES, 1999, p. 281- 282).

Não se verificaram, nas pesquisas, registros que comprovassem o uso do sorteio militar para recrutar como forma de poder sectário no recrutamento das populações menos favorecidas das várias localidades provinciais do Sul. Havia, sim, fatos isolados, mas nada que se possa tipificar como grandes tensões. Outro ocorrido foi na junta na paróquia de Conceição, em Baturité-CE, noticiado em um dos jornais da época: “um grupo numeroso de pessoas, em sua maioria mulheres, invadiu a igreja e tomou os papéis das mãos dos membros das juntas e dilaceraram, atrapalhando o trabalho de alistamento como mandava a lei”³⁸⁰.

Dias depois, em outra cidade, o clima no Ceará se tornou insuportável, e o quebra-quilo virou uma grande tempestade e ainda somado à forma de prender o sorteado com “colete”³⁸¹ específico:

O povo continuava a resistir à famosa legislação da conscrição(sic). Continua a Tempestade. Em vários pontos tem havido manifestações populares. Em Quixadá na ocasião em que a junta qualificadora tratava de dar começo, a igreja foi invadida por homens e mulheres que arrebatando os papeis(sic) e livros romperam-nos com furor.

³⁸⁰ Jornal *A Constituição*, de 8 de agosto de 1875.

³⁸¹ Segundo Monteiro (1995, p. 29), um dos castigos mais comentados na época das revoltas dos quebra-quilos foi o colete de couro, inventado pelo capitão Longuinho. “O tórax e os braços do prisioneiro eram envolvidos em couro cru molhado; ao secar, o couro comprimia o peito da pessoa a ponto de provocar vômitos de sangue. Os que não morreram assim torturados ficaram doentes para sempre, com lesões no coração e nos pulmões.

Nota-se que nesses pronunciamentos tem tomado maior parte as mulheres. Estas, ao menos, estão isentas dos coletes longuinhas, que conquistaram a Parayba (sic), acabando com a raça de quebra-kilo³⁸².

“Outras cidades no Ceará”³⁸³ se insurgiram com a lei do sorteio, como Limoeiro, Quixadá, Quixeramobim, União (Jaguaruana), Saboeiro, Conceição (Baturité), Quixadá e Acara-pe. A lei gerou muitos atos de violência: dias depois, foi a vez de Limoeiro do Norte-CE rebelar-se. Anunciou-se que “uma multidão de homens, mulheres e meninos em número superior a 1000 pessoas, anularam o trabalho da junta de alistamento arrebatando os papéis, inutilizando-os” (SOUZA, 2014, p. 250).

Podemos observar antes da lei e depois da lei, no quadro 29, como se configuraram as entradas e as saídas dos aprendizes, baseado em anos em que aconteceram os alistamentos, a quantidade de sujeitos que se alistaram, as deserções, as perdas, os capturados e os que se apresentaram:

Quadro 29 – Alistamentos e deserções do Corpo de Imperiais-Marinheiros

Alistamento/ deserções - Corpo de Imperiais Marinheiros			
Anos de alistamento	1867-1874	1875-1888	Total
Alistaram-se	3361	5494	8855
Desertaram	1370	2872	4242
Apresentados/ Capturados	452	1555	2007
Perda Efetiva	918	1317	2235

Fonte: Mapa Estatístico do Corpo de Imperiais Marinheiros. Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1889 anexo. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 27 ago. 2020. Citado por Arias Neto (2001, p. 151).

Embora aquela lei do sorteio, em 1874, manifestou mudanças da organização militar e seu teste insatisfatório de empregá-la provocou a cessação parcial dos castigos corporais, em contrapartida, ajudou no aumento do efetivo de Marinheiros. O quadro mostra que os alistamentos aumentaram e as deserções também. Em vista disso, em 1876, o Ministro da Marinha alega que a lei do sorteio pode ser dispensável³⁸⁴, na ótica dessa autoridade, o que põe aquela lei em xeque na questão de sua eficácia.

³⁸² *Jornal Cearense*, de 12 de agosto de 1875.

³⁸³ Para saber quais as cidades cearense que se rebelaram contra a lei do sorteio, ver Souza (2012).

³⁸⁴ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1876, p. 8. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso 28 ago. 2020

Consequentemente, ao se investigar de modo panorâmico o percurso dos procedimentos de recrutamento e instrução dos efetivos da Armada brasileira, durante o século XIX, ficam perceptíveis os paradoxos e as linhas divisórias do esforço de propagação do serviço militar. A herança despótica e truculenta do recrutamento forçado e a atuação do Império nas conturbações sociais geravam “os extensos debates parlamentares sobre a modernização da lei de conscrição e as resistências aos sorteios militares após 1874 comprovam esses problemas” (GUIMARÃES, 2014, p. 51). Para Mendes (2010, p. 154),

[...] a lei do sorteio militar pelo Estado imperial procurou contornar os problemas de oferta de soldados e as interferências políticas no processo de recrutamento, estabelecendo um mecanismo de alocação de encargos de corte igualitário. Procurou, também, contornar a discricção dos notáveis na execução do recrutamento, estabelecendo um mecanismo cego às propriedades contingentes dos indivíduos. Insuficiente e contraditória para alguns, pelas oportunidades de escusa que admitia, tirânica e arbitrária para outros, pelas novas incertezas que criava, a lei do sorteio seria inviabilizada pela oposição e resistência dos rasga-listas. A lei do sorteio de 1874 se tornaria letra morta.

Os horizontes de expectativas assentados na produção de uma força militar moderna e coesa encontravam na realidade muitas limitações. Paradoxalmente, Mendes sintetiza bem as promessas e os fracassos da lei de 1874³⁸⁵ naquele esforço de modernizar a lei.

Em sessão de 09 de janeiro de 1875, o parlamentar Vieira Tosta, o Visconde de Muritiba, questiona a quantidade de isenções e a manutenção dos padrões aristocráticos, levando o recrutamento, com base nessa lei, a cair sobre as camadas mais pobres. O político alegou que “ora, instituindo um novo sistema de recrutamento a lei do sorteio considerou necessária a abolição de tais castigos [...] que tenha execução nas fezes da população [...]” (RODRIGUES, 1978, p. 199). Na ideia desse parlamentar, teria que a ver uma mudança de hábito na

³⁸⁵ Cabe aqui uma ressalva: as tentativas de mudanças, em suprir a falta de recrutas para o serviço ativo, são apreciadas em vários projetos apresentados à Assembleia Legislativa desde 1834, as Comissões, Armada e Guerra, apresentaram à Assembleia Legislativa um projeto atinente à reforma do recrutamento forçado, que visava substituí-lo por um sorteio militar. Essas ideias no decorrer dos tempos foram sendo modificadas por emendas e projetos para engajamento, garantindo a continuidade do recrutamento forçado como estabelecido pela lei de 10 de julho de 1822. O projeto de 1834 foi tema de quatro discussões na Câmara dos deputados, todas neste mesmo ano. Na primeira discussão, o projeto venceu outro rival que pretendia estabelecer um sistema nacional de alistamento voluntário financiado pelas câmaras municipais. Na segunda discussão, os deputados emendaram o projeto original para aumentar o número de homens isentos do sorteio (DA SILVA, 2006; KRAAY, 1994, p. 137). Outro fator que atesta a ineficácia da lei do sorteio foi a experiência dos sucessivos fracassos na realização dos alistamentos faria com que alguns ministros sugerissem que as paróquias refratárias fossem submetidas ao recrutamento forçado, como meio de correção do problema, mas a solução não chegaria a ser implementada. A geografia da rebelião dos “rasga-listas” não refletia, pois, toda a extensão do fracasso da lei do sorteio. Em muitas das localidades, as juntas simplesmente não se haviam reunido pela ausência de alguns dos seus membros, o que constituía impedimento legal para o seu funcionamento (MENDES, 1999, p. 282-284).

forma de recrutar, usando paliativos para o ensino militar naval, mesmo deixando alguns isentos do recrutamento.

Outro fato importante constatado com a questão das inserções dos jovens e das crianças desvalidas nas Companhias, objetivando a instrução pública, foi o efeito surtido na questão da educação como quesito parcial de inserção na sociedade, conforme o Quadro 30.

Quadro 30 - Estado de instrução das Companhias de Aprendizes-Marinheiros

Províncias	Analfabetismo (1871)	Analfabetismo(1873)
Corte	-	35
São Paulo	-	-
Paraná	1	-
Santa Catarina	12	-
Rio Grande do Sul	-	-
Espírito Santos	7	-
Bahia	3	22
Sergipe	14	-
Pernambuco	16	1
Paraíba	-	-
Ceará	5	9
Maranhão	7	2
Pará	4	-
Amazonas	-	-
Maranhão	7	2

Fonte: BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1872, p. 17. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 27 ago. 2020.

Observa-se que, levando em consideração as devidas proporções de aprendizes, as Companhias de Aprendizes de São Paulo, Paraíba, do Rio Grande do Sul e do Amazonas, no propósito de educar, mas com suas vicissitudes, entram no rol daquelas detentoras do poder, demonstrando que foram as que tiveram menor taxa de analfabetismo. Ou seja, com a existência ou não do sorteio como forma de inserção de jovens na vida militar o efeito de ensinar estava dando certo. A lei continuou e as deserções também; essas citadas Companhias, com ou sem a lei do sorteio, continuavam recebendo jovens desvalidos e órfãos³⁸⁶. Os incentivos fi-

³⁸⁶ Fonte: Arquivo Nacional - AN, Série Marinha III M 702 B5 CODES.

nanceiros não estavam contribuindo com a vinda dos meninos para as Companhias, mas o recrutamento forçado justificava o não esvaziamento daquele órgão de ensino. Para Antunes:

[...] em 1886, demonstrando que o prêmio em parte não foi motivação suficiente para convencer os pais e tutores a autorizarem seus filhos a assentarem praça na Marinha ao longo do funcionamento das companhias no século XIX. Ao enviar ofícios para a Corte, o comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul registrava o alistamento do número de 34 menores naquele ano, entre os quais, observamos grande a incidência dos órfãos para a Escola como principal fonte de alistamento (ANTUNES, 2011, p. 102)³⁸⁷.

Aquelas Companhias de Aprendizes, que estavam em atividades naquele momento, revelaram um fato interessante que foi a dependência do recebimento de órfãos para seu espaço. A documentação pesquisada no Arquivo Nacional, os ofícios e as correspondências identificaram vários agentes tais quais delegados, Juizes de direito e órfãos, tutores e até o hospital Santa Casa de Misericórdia, trabalhando na tarefa de alistar órfãos desvalidos, filhos ilegítimos, ingênuos, órfãos de mãe com pai declarado, órfãos de pai e mãe tutora, pai e mãe vivos, e alguns casos velados. Também podemos perceber, dentro do parâmetro do gênero, a atuação das mães e a “invisibilidade e o silêncio dessas mulheres ao fazerem partes da ordem das coisas” (DEL PRIORE, 2000; PERROT, 2013). Assim sendo, a condição social dos órfãos, no ato de seu registro, tinham conjunturas conduzidas pela situação materna: filho ilegítimo, sem pai declarado, ou viúvas, e que, por imposição do alistamento, apresentavam-se como tutoras.

Destaca-se que a Companhia de Rio do Rio Grande do Sul foi, segundo Torres (2006, p. 107), “ao lado das casas pias, roda dos expostos, colônias correccionais, abrigos de menores delinquentes e Companhias de artífices, uma das primeiras instituições militares estabelecidas em Rio Grande” com objetivo de dar assistência aos desvalidos. Esses meninos, ao serem trazidos para o interior da Companhia, como já dito incansavelmente aqui nesse trabalho, partilhavam de uma rotina tão rigorosa que tentavam a qualquer custo evadir-se para o mundo externo. Fugas eram muito comuns, com o intuito de voltarem para suas cidades de origem; semelhantemente, mesmo supondo que aqueles fugitivos fossem sorteados para serem recrutas nas Companhias, as deserções continuaram sendo instrumento de descontentamento da vida militar, tornando a lei do sorteio em letra morta.

Aquele ambiente permeado pelas legislações opressoras criava uma linha tênue, observação essa que colabora na evidenciação de uma complexa relação de poder entre sujeitos e

³⁸⁷ Fonte: Arquivo Nacional - AN, Série Marinha III M 702 B5 CODES.

instituição. Essa dicotomia corroborava para a derrocada da proposta de completar o efetivo das Companhias. O ambiente militar abriu um universo de possibilidades para corrigir algum tipo de mau comportamento, algumas vezes citado nesse trabalho, o qual nem todos possuíam. Para isso, coube à instituição passar para eles alguns valores que poderiam, de uma maneira ou de outra, favorecer na formação daqueles que estavam dispostos ou não a abraçar a causa nacional. Por isso, usavam os meios coercitivos, as normas e o poder político para tê-los naquela unidade naval com o objetivo de controlar e fincar os ofícios de marinheiro no corpo e na mente daqueles jovens. Portanto, estava na pauta governamental e ministerial da Marinha usar a dura servidão com base na disciplina e a hierarquia na rotina da Companhia para adequar e mudar o modo de vida externo para o interno do jovem.

Mudar o hábito e a rotina de forma ainda despótica, com o nepotismo aparente com a lógica de manter os poderes aristocráticos, foi um paliativo político-social e militar para agregar a proposta de ensino nos espaços de formação, sem se importar com a vontade popular, o que não corroborou em nada para aumentar o efetivo da Marinha, principalmente no período de investimento nos meios flutuantes mais modernos. Se essa modernidade, que estava batendo a porta da Marinha, de fato pode se explicitar numa só compreensão distinta da Marinha, pelos estigmas sociais, pela repulsa popular, ela, sobretudo, foi capaz de traduzir em prática, com vistas à transformação jurídica dessa lei draconiana e inadequada em lei incabível, desprivilegiada pela sua não aceitabilidade.

Com a não eficácia dessa lei no recrutamento militar, na Marinha só restariam, para a educação de base, as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, pois foi delas que o projeto político pedagógico dependia, para ter resultado eficaz, voltado à profissionalização dos futuros Marinheiros capazes de tripular navios caros e aperfeiçoados que estavam por vir. Assim, já estava mais do que na hora dessas ditas Companhias provarem o porquê de sua existência, com resultados relevantes.

7.3 O RESULTADO DO ENSINO NAS COMPANHIAS PARA PRÁTICA NOS MEIOS NAVAIS

1874 foi o ano da criação da última Companhia de Aprendizes, no século XIX, a de Alagoas. O que se percebe foram as experiências formativas pelas quais passaram os Aprendi

zes partindo do pressuposto da ideia de que a educação desses indivíduos acontecia em variados momentos da vida e não somente através de programas de estudos oficiais ou aulas, de regras disciplinares repercutidas reiteradas vezes, mas, ainda assim, os órgãos de recrutamento tiveram sua contribuição na vida daqueles mancebos.

Nesse ano, a Marinha já tinha 17 Companhias de Aprendizes, somando no total 1.122 aprendizes, faltando 2.278 para completar os 3.400 e para completar o Corpo de Imperiais Marinheiros foram cedidos 251 aprendizes³⁸⁸, desfalcando mais ainda as Companhias. Pode-se observar que os ausentes são mais do que o dobro dos presentes, ou seja, os doentes, as baixas e os desertores estavam provando que a grande quantidade de Companhias não estavam rendendo o suficiente, ainda porque a lotação, segundo a Lei de fixação da força naval de 1855, seria de 200 aprendizes, também estava causando grandes gastos provisionados ao erário. Não era somente recrutar, tinha-se que vestir, pagar soldos, alimentar, entre outros.

Hipoteticamente, as políticas de redução de gastos foram fazendo com que as Companhias inserissem menos aprendizes, e, quanto menos alunos somados às baixas e deserções, menor era o número de formandos, o que não era um bom sinal, fazendo com que as Companhias de Aprendizes se tornassem bem onerosas. Havia, também, a questão dos jovens liberados pela Marinha, devido ao pleito de seus pais. Isso aconteceu em 1874, quando um senhor requere ver seu filho e tê-lo de volta, da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Corte, localizada na Ilha de Boa Viagem (Niterói). Rejeitando inicialmente, sob a alegação de não ter o documento de fé pública necessária para comprovar a paternidade, a Marinha manteve o menino incomunicável. O documento esclarece a ação da polícia no recolhimento dos menores desprotegidos encaminhando-os para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, fazendo o jovem viver num local de isolamento e até sem contato externo, para receber as primeiras letras³⁸⁹. Em continuidade, em outro caso, o Sr. Bernardo José de Mattos, pai de Justino Silvestre de Mattos, apela a S. M. Imperial pela liberdade de seu filho. O documento deixa claro que as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, mesmo sendo um órgão de ensino, funcionavam como órgão de correção de menores infratores e eram consideradas, por muitos cidadãos,

³⁸⁸ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1874, p. 10. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 2 ago. 2020.

³⁸⁹ Arquivo Nacional. Série Marinha ARQUIVO XM – Pasta 562 – Documento 01.

como uma prisão. Isso de certa forma deixava muitos pais insatisfeitos requerendo a saída do aprendiz daquele órgão³⁹⁰.

Por outro lado, havia diversas formas para burlar o sistema, tornando mais dispendioso para o país, como trazer crianças e jovens alegando que eram seus filhos e posteriormente requerê-los de volta. Então, para dar fim ao sistema corruptor, posteriormente, em 1878, foi elaborada uma norma para acabar com isso:

O Aviso de 19 de junho de 1878 exigia para a matrícula dos menores voluntários a apresentação de documentação por seus pais ou tutores, certidão de nascimento, batismo ou tutela que declarasse nome, idade, filiação e a naturalidade dos menores. Proibia também o recebimento por parte da mãe, na ausência do pai, o prêmio por alistamento de 100.000 réis, caso não fosse provado o falecimento do marido [...] (ANTUNES, 2011, p. 99).

Essas práticas, de certa forma, faziam com que as autoridades reclamassem dos grandes gastos que as Companhias de Aprendizes estavam oferecendo, e mesmo com essas adversidades e com o prédio fixo sem professores e sem uma metodologia apropriada à aprendizagem, de fato, ensinar os futuros Marinheiros a ler e escrever não era o objetivo preferencial desse tipo de fundação de ensino da Marinha, pois a massificação desse ensino estava, em grande medida, associada ao projeto de controle do sistema conservador.

O projeto político e social para fins de controle social, no plano conservador, justamente se fez evidente nas vésperas de findar o prazo estabelecido pela lei “Rio Branco de 1871”³⁹¹: todos os recém-nascidos filhos de escravas nascidos nessa data seriam libertos após fazer 8 anos, legitimando o princípio de desigualdade natural entre os homens e as instituições, pois, em 1879, os senhores de escravos, mediante indenização de 600\$000, deveriam devolver as crianças libertadas ao governo ou continuar utilizando-as nos afazeres de seus donos até 21 anos. Isso ocorria porque, no artigo 1º, tinha-se que: os filhos de mulheres escravas que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre, em tese, serviria como tipo de salvo-conduto.

³⁹⁰ Arquivo Nacional. Série Marinha ARQUIVO XM – Pasta 562 – Documento 01.

³⁹¹ O Senado aprova a lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Lei do Ventre Livre, sob o Gabinete de José Maria Paranhos, o Visconde do Rio Branco que já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados. Esse projeto foi aprovado com 61 votos favoráveis e 35 contrários. Que tinha o objetivo de fazer a transição, lenta e gradual, no Brasil do sistema de escravidão para o de mão-de-obra livre, de forma a não romper bruscamente com os interesses econômicos escravocratas. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em 18 ago. 2020.

O fato é que, em suma, o Estado ao receber aqueles ingênuos, isto é, *status* dado às crianças nascidas da Lei do Ventre Livre, gozaria da prerrogativa de inseri-las no recrutamento da Armada. Entretanto, não existem dados concretos de que muitos desses ingênuos foram encaminhados para as Companhias de Aprendizes para fins de corrigi-los, ou ensinar-lhes as primeiras letras, na esperança de que aprendessem um ofício. O que se pode afirmar é que existe uma certeza de que muitos caíram na malha do recrutamento, ainda porque a fase de investimento na sofisticação de seus meios flutuantes exigisse maiores demandas de material humano para tais fins. Entretanto, no afã das pesquisas, o que se percebeu foram os militares se apropriando da brecha da legislação, com base no “§4º do art. 2º da mesma lei”³⁹², combinado com o “§2º do art. 10º do regulamento de 1855”³⁹³, das Companhias de Aprendizes, em aproveitar os ingênuos para serem recrutas na Marinha, conforme propôs o Ministro da Marinha, Antonio Carneiro Rocha, em 1881. Com isso, elaborei um quadro detalhado, logo abaixo, fazendo o cruzamento de dados para entender se, em mais de 10 anos após o ano de aprovação dessa lei, houve modificações no Corpos de Imperiais e nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros na canalização dos jovens para o recrutamento da Marinha. Com isso, observe o quadro:

Quadro 31 – Mapa estatístico com efetivo dos Corpos de Imperiais e Companhia de Aprendizes-Marinheiros

Ano	Corpo de Imperiais Marinheiros	Faltam para completar os Corpos de Imperiais marinheiros	Companhia de Aprendizes-Marinheiros	Faltam para completar as Companhias
1872	2.995	125	2.780	1.220
1873	2.897	298	964	2.239
1874	2.952	243	1.122	2.278
1876	3.079	117	1.528	2.072
1877	2.816	184	1.578	477 (excedendo 55)
1878	2.656	344 (excedendo 7)	1.367	640
1879	2.695	305	1.229	271
1880	2.638	362	997	503

³⁹² BRASIL. Lei 2040 de 28 de setembro de 1871. Fica salvo ao Governo o direito de mandar recolher os referidos menores aos estabelecimentos públicos, transferindo-se neste caso para o Estado as obrigações que o § 1º impõe às associações autorizadas direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em 19 ago. 2020.

³⁹³ BRASIL. Decreto nº 1517, de 4 de Janeiro de 1855. O número de aprendizes marcado será preenchido: Com os órfãos e desvalidos que, tendo os requisitos [...], forem remetidos pelas Autoridades competentes.

Quadro 31 – Mapa estatístico com efetivo dos Corpos de Imperiais e Companhia de Aprendizes-Marinheiros

(conclusão)

1881	2.694	306	959	541
1882	2.315	685	1050	450
1883	3.024	276	1.060	440
1884	3.024	276	1.031	469
1885	3.124	176	1.041	459

Fonte: Relatórios dos Ministros da Marinha, 1872-1885, com base em mapas demonstrativos. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 13 ago. 2020.

Embora o quadro tenha sido elaborado levando em conta o espaço temporal de treze anos na pesquisa, repare que não houve impacto no quantitativo, entre os excedentes e os que faltaram a completar, pelo contrário houve momento de estagnação e diminuição dos alunos, no entanto, se houve algum impacto importante no período imperial, conjectura-se que foi mais adiante, ou seja, isso só se tornou realidade no período republicano.

Nos períodos apontados no quadro, considero que só vieram a transformar esses ingênuos em potenciais analfabetos, por serem impedidos de frequentar a escola e participar da vida política do país. Pela Lei do Ventre Livre, o senhor que ficasse de posse da criança liberta não era obrigado a oferecer instrução primária, o que provocou a situação do abandono de milhares de crianças. Por outro lado, com a posse dessas crianças e seus impedimentos de se alfabetizarem, isso só veio a causar atrasos em tê-las prontas para sua inserção nas Companhias de Aprendizes, para receber o ensino necessário no intuito de tripular os novos tipos de navios que já estavam prontos para se incorporarem e fazer uso das práticas em seus meios. Muitas delas, por terem nascido durante a vigência da lei, foram canalizadas para o recrutamento e, por terem sido vítimas da escravidão, tiveram seus sentimentos e atos voltados contra a Marinha em busca de seus direitos, apoderamento, cidadania e reconhecimento, como foi o caso daquele que um dia foi ingênuo “Felisberto João Candido, em 1910”³⁹⁴. Os projetos do Império para com as Companhias buscavam a padronização e a organização do ensino docente, a

³⁹⁴ Nascido em 24 de julho de 1880, e teve a sua entrada na Marinha aos 13 anos. Além de ser um dos cabeças da revolta da chibata de 1910, um marinheiro formidável e excepcional – um marinheiro que sabe navegar, dirigir um navio, fazer parnasianismo de manobra. Alguns daqueles elementos assim como João Candido que participaram ativamente daquela revolta, foram as que nasceram em via de regra na vigência da Lei do Ventre Livre, outros tiveram a experiência de fugiram ainda que antes de 21 anos e se alistaram na Marinha para compor as Companhias como subterfúgio da escravidão. Os senhores quando descobriam seus escravos no serviço militar pediam a devolução, ou uma reparação econômica pela perda de sua propriedade. Porém não era muito fácil conseguir nem uma coisa e nem outra da Marinha, que começou a exigir dos requerentes que provassem que os negros alistados eram de fato sua propriedade. Ver em Nascimento (2010) e Morel (1963).

classificação dos alunos por número de identificação, o estabelecimento de exames médicos para sempre tê-los saudáveis, a necessidade de prédios próprios com a consequente constituição da escola como lugar e base fixa, o estabelecimento de programas amplos de ensino propedêutico. Assim, manter os procedimentos de ensino como a mesma cultura escolar no bojo da administração naval era um tipo de modalidade de ensino.

Passado esse momento da consolidação e criação de instituições do ensino de base, como as Companhias de Aprendizes e o Corpo de Imperiais Marinheiros, e com a institucionalização de uma escola de maquinista também como viveiro, a Marinha entra numa era de renovação de seu material de guerra, pois, sem eles, ela seria apenas um pretexto para despesas consideráveis. O Brasil alçava querer ter uma posição em relação a uma potência de poder marítimo, mas, para isso, não dependia apenas dos materiais bélicos sobre o comando dos oficiais, era necessário um grupo de profissionais, a dizer, Marinheiros, que necessitariam do conhecimento teórico e prático das atividades não só dos conveses, assim como das máquinas e da eletricidade.

Pensando pelo lado operante nos efeitos do ensino para com os aprendizes referente aos navios mais aprimorados, no ano de 1877, o Ministro da Marinha, Eduardo de Andrade Pinto, apresenta, em sua fala na Assembleia Geral Legislativa, na 1ª sessão da 17ª legislatura, a necessidade de bons Marinheiros em perfeita consonância com os foguistas atinentes às embarcações que estavam por chegar, deixando de lado algumas antigas e rústicas embarcações. Ele alega que, com muito critério e proficiência, havia a necessidade de suprir os vasos de guerra movidos a vapor, principalmente dos encouraçados, toda a mastreação, aparelho e velame, pois as obrigações do foguista excluem a do simples marinheiro, e nas guarnições de tais navios a classe a que se referiu pode ser numerosa e perfeitamente habilitada e disciplinada³⁹⁵. O Ministro da Marinha estava se referindo a tamanha qualidade do Marinheiro que por ser específico e limitados, não conseguiriam fazer as atividades de um simples marujo além de outras atribuições a de foguista nas praças de máquinas nos novos navios. Cabe ainda ressaltar que, em 1878, a Marinha tinha tripulada a bordo uma excessiva quantidade de Aprendizes e Imperiais Marinheiros, especificamente nos 15 encouraçados que se apresentavam totalmente

³⁹⁵ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1877, p. 17. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 10 ago. 2020.

obsoletos e que não prestavam mais para os serviços de combates nos mares servindo de escola prática a oficiais e Marinheiros³⁹⁶.

A soma entre os oficiais, o Corpo de Imperiais Marinheiros e principalmente as Companhias de Aprendizes-Marinheiros formava um grupo pluralizado cujos esforços estavam sendo usados na transição de uma Marinha com esquifes de vapor e mais mecanizada. No caso, a última citada (Companhia de Aprendizes), com um número às vezes concentrado e reduzido de alunos, estava produzindo Marinheiros capazes de conduzir embarcações mais sofisticadas. Esses formandos das Companhias apresentavam um avanço técnico importante. Mesmo assim, as relações referentes às divisões de trabalho a bordo se tornavam tensas, pois “com a introdução da máquina a vapor, oficiais maquinistas e Marinheiros maquinistas tinham o mesmo local de trabalho. Para se obter êxito nas fainas a integração desses profissionais era vital para o navio como máquina de guerra” (LEANDRO, 2002, p. 99).

É fundamental entender que, em mais de três décadas de Corpo de Imperiais e as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, pode-se observar resultado favorável produzido no formato apresentado, já discutido aqui nesse trabalho, embora esses órgãos de ensino estivessem sendo usados de forma eficaz no interior das embarcações. Pensando nisso, nesse ano de 1878, foi colocado em definitivo o projeto de formação de uma “esquadra evolutiva”³⁹⁷ com o propósito de trocar as estações navais e as divisões existentes naquele momento.

O projeto de uma Esquadra evolutiva dependia da manutenção e investimento de seus meios, isto é, assim como a formação elementar do Marinheiro, não dependia única e exclusivamente dos maquinistas, na realidade, dependia do esforço conjunto de todas as esferas, se-

³⁹⁶ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1878, p. 20. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 4 ago. 2020.

³⁹⁷ Diz respeito à esquadra de Evoluções, na qual perpassava por dois obstáculos condicionantes na área técnica, cujos efeitos dificultaram a Marinha imperial: o espírito rotineiro e a primazia política sobre decisões de caráter técnico. O primeiro influi na manutenção da estrutura inadequada das instalações e estabelecimentos da Marinha, onerada pela manutenção em atividade de numerosos arsenais, com equipamentos obsoletos e Companhia de Aprendizes-Marinheiros esparsas por todas as unidades do Império, bem como a preferência dada à realização de obras em belonaves obsoletas, em detrimento da aquisição de novos e modernos vasos de guerra, com evidente desperdício dos orçamentos disponíveis. O segundo, mas nem por isso menos importante, era inerente ao sistema político vigente à época que, importado da concepção parlamentar britânica, não se coaduna com a tradição brasileira, que atribuía ao cargo político de secretário de Estado dos Negócios da Marinha (ministro) o exercício, de fato, do próprio comando da corporação, em estrutura fortemente centralizada. Finalmente em 19 de agosto de 1884 foi criada a Esquadra de Evoluções, formada por quatro Encouraçados, quatro Cruzadores, cinco Torpedeiras e três Torpedeiras de porto. Ver em Mendonça (2011, p. 76-79). Já em 1883 foram criadas as Divisões de Evoluções compostas pelos seguintes navios: Nitheroy(sic) (navio de instrução), e dos cruzadores Guanabara, Trajano e primeiro de março, sob o comando do chefe de divisão João Mendes Salgado. Ver Relatório do Ministro da Marinha, 1883, p. 22. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 18 ago. 2020.

jam elas administrativas ou materiais, pois no encaço dos encouraçados estavam as classes de navios como as Fragatas, Corvetas, Canhoneiros, Bombardeiras, Vapores de Guerra, Avisos e lanchas Artilhadas, conforme Quadro 32:

Quadro 32 – Navios a vapor exceto os encouraçados

Ano	Fragatas	Corvetas	Canhoneiras	Bombardeiras	Vapores de Guerra	Avisos	Lanchas Artilhadas	Totais
1870	1	8	19	2	4	3	12	49
1871	1	8	19	2	4	3	12	49
1872	1	8	19	2	3	3	12	48
1873	1	9	20	2	3	3	12	50
1874	1	8	18	2	2	3	11	49
1875	1	7	17	2	1	3	11	45
1876	1	7	17	2	1	3	11	42
1877	1	7	18	2	1	3	9	42
1878	1	7	17	2	1	3	9	41
1879	1	7	16	2	1	2	9	40
1880	1	7	16	2	1	2	9	38
1881	1	4	14	2	1	2	9	38
1882	1	5	12	1	1	2	9	33
1883	1	5	15	1	1	2	9	31
1884 ³⁹⁸	1	1	12	1	-	2	9	32
1885	1	1	13	1	-	2	9	33

Fonte: (MENDONÇA, 2011, p. 59) e Relatórios dos Ministros da Marinha, 1870-1885. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 4 ago. 2020.

Com a crise dos grandes impérios, pode-se dizer, a crise mundial de 1875 (HOBBS-BAWN, 1998) e o momento de seca, pelo qual principalmente o norte passava, o Império viu-se numa grande crise financeira, que contribuiu para a redução dos gastos, principalmente no momento em que as grandes potências navais estavam investindo definitivamente em navios a vapor. Além disso, havia embarcações com grandes cavalos-vapor de potências, com chapas dobradas em polegadas e deslocamento de tonelagem que poderiam chegar a mais de 750 a 3700 HP e com velocidade que superariam 11 nós (19,80 km/h), somadas à robusta artilharia “Armstrong e Whitworth” (MENDONÇA, 2011, p. 53-54) de 6 polegadas e outros com 254

³⁹⁸ Com os navios Cruzadores em Expansão pelo mundo, por meio da decisão nº 2 de 23 de janeiro de 1884, reuniu cinco Corvetas e uma Canhoneira para o poderio de fogo ficar parecido com um Cruzador.

mm, tendo como fonte de energia geradora a base de corrente alternada e a propulsão feita por vapor expansivo para acionar dispositivos mecânicos, tudo isso a custa de carvão. Esses eram os navios que boa parte da marujada poderia guarnecer.

Os meios estavam sofrendo tamanha melhoria que necessitavam não só de oficiais, mas principalmente de Marinheiro capazes de conduzir tais máquinas. Nesse momento foram incorporados os Monitores “*Javari e Solimões*”³⁹⁹ deram um salto importante nessa questão da condução das máquinas, por serem navios sofisticados para sua época e que requeriam bastante profissionalismo para as devidas práticas com competência e as relações com o trabalho material, assim como a jornada de trabalho; em isolamento e confinamento; vivências entre o tempo de trabalho e não trabalho. Convém afirmar, que os maquinistas, sendo esses homens de bordo a alma dessas máquinas, como disse Morel (1963, p. 77), parafraseando o jurista Rui Barbosa, “o que constitui as formas das máquinas de guerra não é a sua mole, não é a sua natureza, não são os aparelhos de destruição – é a alma dos homens que as ocupa, que as maneja, e as arremessa contra o inimigo”.

Após esses navios, outros foram sendo produzidos de forma mais sofisticada e aprimorada, como o *Aquidabã e o Riachuelo*, fazendo com que o Brasil, no início da década de 1880, revelasse um robusto crescimento da Armada, pois os Arsenalis da Marinha do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco, do Pará e de Mato Grosso dessem continuidade à construção de dezenas de navios de guerra. Após esses navios, outros foram sendo produzidos, outros de forma mais sofisticada e aprimorada.

Cabe também explicar que os já citados encouraçados *Aquidabã e o Riachuelo*, sendo o primeiro a versão reduzida do segundo. Contudo, a incorporação desses dois encouraçados de alto-mar foi o ápice da Armada Imperial (ambos dotados de “tubos lança-torpedos”⁴⁰⁰, em

³⁹⁹ Foram Monitores construídos pela Compagnie des Forges et Chantiers de la Méditerranée na sucursal desta companhia de Havre, conforme contrato assinado em 2 de janeiro de 1874, com prazo de um ano para a entrega da primeira unidade, o *Solimões*. deslocavam essas belonaves 3.700 toneladas, tendo as seguintes dimensões: 73,2 m de comprimento entre perpendiculares; 17,7 m de boca; 4,2 m de pontal e 3,5 m de calado. Foram dotadas de casco duplo, tendo sido construídas de acordo com os princípios do Bausystem, sistema intermediário entre o Transversal e o Bracket, e artilhadas com quatro canhões Whitworth de 10 polegadas (25 mm), distribuídos em duas torres fechadas, à meia-nau. Esses canhões tinham o peso de 21 toneladas cada e as torres que os portavam eram encouraçadas, com placas de ferro batido, da espessura de 330 mm, pesando 25 toneladas cada. Os projetis atirados podiam ser sólidos, com 0,7 m de comprimento e 183 kg de peso ou granadas de mesmo peso, com 1,3 m de comprimento e 350 kg de peso. Seus costados eram protegidos por couraça, de proa a popa, com a espessura de 305 mm (12 polegadas) e o convés tinha placas de 75 mm (3 polegadas) [...]. Para saber essas embarcações, ver Mendonça (2011, p. 34).

⁴⁰⁰ Pensando em novas formas de ataque ou defesa, mediante aos possíveis inimigos, desde 1872, a Marinha teria reações favoráveis à implementação de novas armas nos novos navios que estavam sendo adquiridos, “em 1875

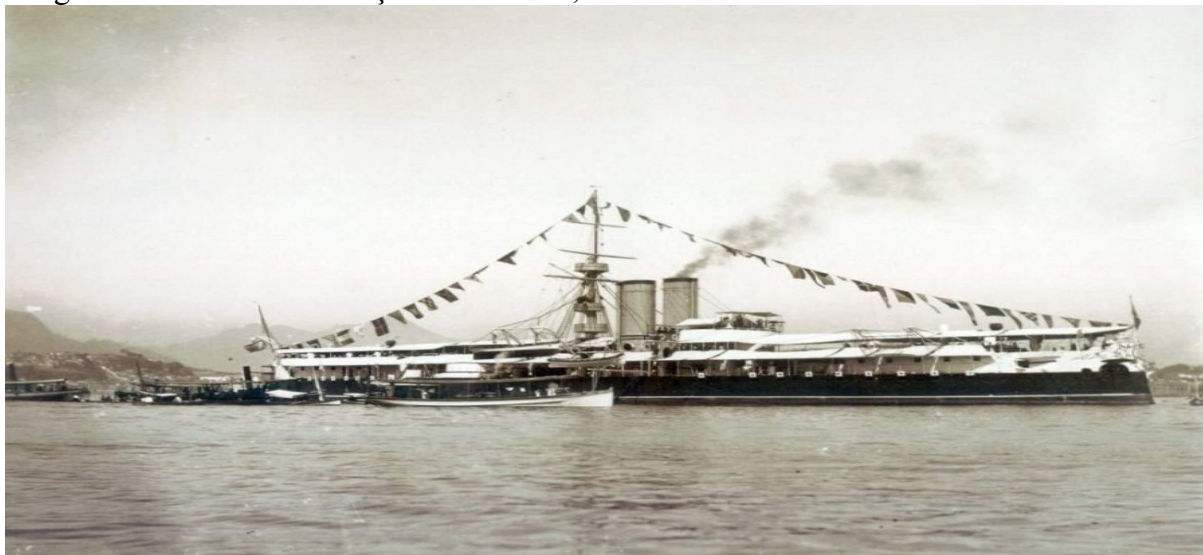
1884 e 1885, respectivamente. “A obtenção destes navios possibilitou o Brasil permanecer “entre as potências navais do universo” (MAIA, 1975, p. 221). Estes dois navios marcaram época, pois, nas afirmativas de Prado Maia,

Fizemos a Europa curvar-se ante o Brasil, porquanto o *Riachuelo*, ao ter a construção concluída na Inglaterra, em 1884, foi considerado pela opinião dos técnicos das nações marítimas mais adiantadas como um modelo em seu gênero, tais os aperfeiçoamentos que reunia (MARTINS, 1975, p. 216).

O legado deixado por esse investimento fez com que o reaparelhamento dos vasos de guerra se tornasse singular do ponto de vista da evolução da arte de construir navio, dando resultado eficaz na “República, tornando a Armada brasileira: uma das mais modernas do mundo” (MAESTRI, 2000, p. 36-41). Os efeitos da mudança de mentalidade no passado imperial fizeram com que, no início do século XX, “em 1910 o Brasil se tornasse na terceira potência Naval do mundo [...]” (MOREL, 1963, p. 26).

Para visualizar melhor a estética dos Encouraçados, segue abaixo a imagem dessa embarcação de guerra.

Imagem 39 – Navio Encouraçado Riachuelo, 1884



Fonte: cortinadopassado.com.br/2020/07/07/encouracado-riachuelo-navio-preocupou-os-eua/. Acesso em 19 set. 2020.

o Ministro da Marinha manda encomendar, na Europa, uma lança torpedeira, torpedos e minas com baterias elétrica. Entretanto, para avançar na manutenção e condução dessas armas, foram selecionados um grupo de Marinheiros recém formados nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros para se unirem aos outros já formados e experientes, em 25 de março de 1884 fazer parte do grupo de aprendizado na embarcação onde “foi instalada uma escola prática de Artilharia e Torpedos a bordo da Fragata Amazonas. Porém, após isso foi instalada torpedeiras ou lançador de torpedo nos recém incorporados *Aquidabã* e no *Riachuelo*. Para saber mais ver MENDONÇA (2011).

Após sumário exame, essas embarcações tinham como sistema nervoso central as praças de máquinas, que requereriam uma marujada própria para tamanha responsabilidade. Assim, nesse momento, as Companhias de Aprendizes-Marinheiros já tinham grande parte de seus formandos alfabetizados e com conhecimentos específicos para operar, porém, para as autoridades navais, ainda não era o satisfatório, pois exigiria que todos os corpos de Marinheiros fossem desviados para as funções de maquinistas. Desta forma, o Ministro da Marinha, o Almirante José Rodrigues de Lima Duarte, apresentou um relatório ao legislador nacional, se apropriando da “lei do ano anterior”⁴⁰¹ sobre a importância de ter no corpo de Imperiais Marinheiros três Companhias de foguistas para o serviço dos navios da armada, com a ressalva de não prejudicar os serviços⁴⁰². Estes foram atos para somar na associação de novas ideias para dar continuidade a uma Marinha moderna e bem conduzida por seus profissionais.

O modelo de ensino proposto para as Companhias de Aprendizes refletiu resultados eficazes referente ao guarnecimento de algumas funções, pois tornou os sujeitos capazes de tripular embarcações com relativas dificuldades aos equipamentos, pondo em prática aquilo que aprenderam para os meios navais.

Em vista do exposto, por outro lado, muitos dos preceitos e do juízo de valor sobre as Companhias, aos poucos, foram perdendo os adjetivos e sua boa reputação, graças ao deficiente resultado no quesito completude do efetivo, pois, para ter uma Marinha treinada, bem equipada e homogênea, mesmo observando que o resultado do ensino proposto para os órgãos de base estava surtindo efeito no recebimento dos novos meios que estavam chegando, não só os que estavam sendo construídos em solo brasileiro, nos Arsenais, como aqueles que estavam vindo da França e da Inglaterra, esbarrou-se no momento conturbado pelo qual o Brasil estava passando no que tange aos cofres públicos. Por causa disso, em 1878, foram propostas medidas de economia, entre elas o fechamento de várias Companhias de Aprendizes-Marinheiros, a redução do efetivo e a mudança de idade de 14 para 12 anos de ingresso.

Várias reclamações partiram de autoridades, sejam elas militares ou civis, sobre as Companhias, o que incitava em haver uma reforma dessa unidade de ensino. Dentre as reclamações estava a do Ministro da Marinha, Luiz Antonio Pereira Franco, em 1876, que questio

⁴⁰¹ BRASIL. Decreto n. 8666 de 16 de Setembro de 1882 Cria um corpo de foguistas para o serviço dos navios da Armada. Fonte: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1882, p. 228 Vol. 2 e Relatório do Ministro da Marinha, 1882, p. 17. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 21 ago. 2020.

⁴⁰² BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1883, p. 22. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 19 ago. 2020.

nava sobre “a decadência da Companhia Alagoas, devido as autoridades locais se mostrarem indiferentes em promover o alistamento das crianças desvalidas que vagueam nas ruas dos grandes povoados [...]”⁴⁰³, o que estava causando certo embaraço em transportar crianças do interior para o centro onde estava instalada. O Ministro da Marinha, de 1877, reclamava dos Corpos de Imperiais, assim como das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, “em não prosperarem por exonerar os cofres públicos sendo dispendiosa e quase improdutivas”⁴⁰⁴. “O Ministro João Ferreira de Moura, de 1878, sugere não se exagerar nas despesas no engajamento, o que quase sempre atrapalha o serviço”⁴⁰⁵. Os gastos excessivos foram um dos maiores empecilhos que estavam causando a perda de confiança em manter 18 Companhias, inclusive a de Mato Grosso, em funcionamento. O Ministro José Rodrigues de Lima Duarte, de 1879, questiona a vantagem que a lei concede para os reengajamentos não ter dado os resultados que se esperavam, e as Companhias somadas ao Corpo de Imperiais Marinheiros não terem prestado, nestes últimos anos, o contingente necessário para o provimento completo das vagas previsto no regulamento⁴⁰⁶. O Ministro Antonio Carneiro da Rocha, de 1881, relata sobre os muitos desfalcados, o que “[...] seria ocioso insistir sobre a excelência da instituição; mas é urgente tomar medidas que obtêm à sua patente decadente. Muitas estão onerosas aos cofres públicos”⁴⁰⁷. O Ministro João Florentino Meira de Vasconcellos, de 1882, corrobora com alguns ministros anteriores quanto às muitas despesas: “[...] um dos principais defeitos, que atravessavam no seu desenvolvimento a maior parte das Companhias de Aprendizes, e acrescenta que existe a falta de direção ou liderança por um oficial responsável e exclusivamente dedicado em mantê-las”⁴⁰⁸. O Ministro Antonio de Almeida Oliveira, de 1883, “alega a falta de resultado e muitos gastos, sugerindo reduzi-las em quantidade e aumentar o número de alistados”⁴⁰⁹.

⁴⁰³ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1876, p. 17. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 22 ago. 2020.

⁴⁰⁴ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1877, p. 18. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 22 ago. 2020.

⁴⁰⁵ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1878, p. 14. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 22 ago. 2020.

⁴⁰⁶ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1879, p. 16. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 22 ago. 2020.

⁴⁰⁷ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1881, p. 15. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 22 ago. 2020. Após feita intensa pesquisa, não foi encontrado o Relatório do Ministro da Marinha de 1880.

⁴⁰⁸ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1882, p. 15. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 22 ago. 2020.

⁴⁰⁹ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1883, p. 15. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 22 ago. 2020.

Sua proposta de (re)organização foi levada a debate na terceira discussão do Senado e, com uma votação expressiva, teve negada a ideia de aumentar o número de alistados, ficando claro que seria menos dispendioso manter e diminuir e não elevar o número.

Ficava claro que as novas embarcações exigiam alto padrão de profissionais, e algumas Companhias não estavam rendendo o suficiente para prover o suficiente, não só para os Corpos de imperiais Marinheiros, mas também para compor as guarnições das modernas embarcações que a Marinha já possuía. Para isso, foi proposta supressão de algumas sem prejudicar as províncias; então, promulgou-se a lei 3228, de 3 de setembro de 1884.

Essa lei além de orçar a Receita Geral do Império para o exercício de 1884-1885, dá outras providências, por exemplo, no §2º do art. 19º, indicou a redução do seu número sem redução de despesas. No quadro 33, tem-se a configuração das Companhias que estavam sem rendimento e estavam por ser desativadas.

Quadro 33– Estado situacional das Companhias de aprendizes em 1884

Companhias	Anos de Existência	Enviados ao Corpo de Imperiais Marinheiros	Média anual	Despesa anual	Efetivo
Amazonas	13	96	7	13:043\$ ⁴¹⁰	30
Rio Grande do Norte	10	191 ⁴¹¹	15	10:635\$	42
Alagoas ⁴¹²	9	142	13	11:389\$000	-
Sergipe	16	216	13	10:793\$ ⁴¹³	-
Espírito Santo	22	181	9	9:527\$000	-
São Paulo	16	155	10	14:943\$000 ⁴¹⁴	-

Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1882, p. 120-22. Disponível em ddsnxt.crl.edu/titles/142, acesso em 22 ago. 2020.

Havia a necessidade urgente de reformas e a extinção de algumas foi a forma encontrada para cortar gastos e melhorar mais a formação e o ensino, pois alguns oficiais da Marinha viam as Companhias somente como um estabelecimento para abrigo, sustento ou educação de jovens com dificuldades de se manter. Neste sentido, a Revista Marítima Brasileira publicou a seguinte nota: “As nossas – Companhias de Aprendizes, como se acham montadas,

⁴¹⁰ Aquartelada em casa alugada por 2:400\$000.

⁴¹¹ Essa foi a quantidade de Aprendizes enviados a Corte naqueles últimos 10 anos desde sua criação.

⁴¹² Posicionada entre Pernambuco e Bahia, pode ser sem inconveniente ser suprimida.

⁴¹³ O aluguel do prédio que foi aquartelada era de 600\$.

⁴¹⁴ O aluguel do prédio que foi aquartelada também era de 600\$.

participam, mais de carácter de asilos de menores desvalidos do que de escolas de ensino profissional da arte de marinheiro” (REVISTA, 1882, p. 587-588). Na ótica de Mônica Lins, o que levou à supressão de algumas Companhias foi:

[...] a questão econômica como uma de suas motivações centrais e seguiu os seguintes critérios para a eliminação de seis delas: extinção das que não tivessem, ao longo dos anos, completado a lotação; as que estavam localizadas em região em que a topografia não favorecesse a educação dos marinheiros e aquelas que não estavam estabelecidas em prédios do Estado, sobrecarregando orçamento com alugueis (LINS, 2012, p. 105).

Já para Mendonça (2001), mesmo afirmando que foram instituições formadoras de alta categoria, elas mostraram ser eficientes no ensino, mas com baixa produção de profissionais do mar. O autor ainda acrescenta que:

As possíveis modificações trazidas pelo aperfeiçoamento dos navios e de seus equipamentos, que se tornavam cada vez mais radicais a esse tempo, passaram a exigir sem remissão possível o aperfeiçoamento técnico [...] dos Marinheiros, elevando-lhes o nível intelectual e, em decorrência, fazendo-o sentir a necessidade de alterações que viessem modificar a situação disciplinar vigente, a qual, se bem fosse válida para as condições de antanho, não mais era aceitável para aqueles que, já agora dotados de condições intelectuais suficientes para fazê-los almejar tratamento mais adequado à nova situação, tinham o encargo de operar a nova maquinaria e as armas que guarneciam os navios de Armada (MENDONÇA, 2001, p. 22).

A pesquisadora Rozenilda Castro Silva, em seu trabalho de doutorado em Educação, entende que a redução desses órgãos de ensino foi:

[...] por causa da improdutividade que vinha acontecendo nos anos anteriores. Essa mudança entrelaçou as Escolas, aumentando as relações de interdependências entre algumas províncias, apresentando diferenciação no quantitativo de menores a serem atendidos (SILVA, 2017, p. 49)

A improdutividade relatada pela autora tem a ver não só com a falta de multiplicação de Marinheiros como também com as evasões que sempre ocorreram desde a fundação desse órgão. Em intensa pesquisa, analisando os mapas estatísticos de 1836 até 1884, foram contabilizados em torno de 6.500 militares do Corpo de Imperiais Marinheiros que desertaram, dos quais somente 3 mil conseguiram ser capturados ou tiveram sua apresentação de forma espontânea. Tudo isso fazia com que as Companhias fornecessem mais aprendizes para esse Corpo, causando um relativo desfalque no bojo. Essas evasões causaram um dispendioso gasto, que

acarretou na possível reforma das Companhias, somada também ao estado deplorável de alguns prédios, causando a derrogada de algumas Companhias.

O fator primordial que levou a esse tipo de reforma diz respeito a muitos fatores, como a baixa produtividade em números, a proximidade de uma Companhia com a outra, o excesso de gastos e a situação financeira que se encontravam os cofres públicos. O excesso de deserção, deixando as Companhias com muitos desfalques, e a mudança na forma de instruir, já que o regulamento servia para todos, não era um padrão seguido por algumas Companhias, pois a instrução literária era confundida com a instrução religiosa, a partir da qual os capelães eram mais sacerdotes do que pedagogos, “em alguns momentos as aulas eram ministradas por inferiores do Corpo de Imperiais Marinheiros, isto é, aqueles que já tinham sido alfabetizados e possuíam um pouco a mais de conhecimento, que mal sem método praticavam o ensino”⁴¹⁵. Isso me leva crer que, na falta do Capelão e de alguém habilitado para tal função, algumas Companhias ficavam sem professor.

Esses motivos levaram às reformas propostas e autorizadas pelo Senado, em 1884, e concretizada em 1885, que mudou o nome de Companhias para “Escola de Aprendizes-Marinheiros”⁴¹⁶. A nova regra valeria para todas, mas dessa vez subordinadas diretamente ao Quartel General, na Corte. Todavia, a codificação de cada uma delas em números foi ensejada para dar um melhor toque de organização, somadas as novas disposições que estavam entrando em vigência. Tudo isso sendo aproveitado para dar nova roupagem e *status* de escola aproveitáveis e indicar algumas em especial importância para o serviço interno, contém as seguintes modificações:

Numeração das escolas que passam a compreender províncias; divisão em quatro únicas categorias, segundo o número de aprendizes em que são lotadas; designação de comandante e oficiais para cada escola; aumento do pessoal de instrução; elevação da idade para a admissão; redução do tempo de aprendizado, marcando um período fatal de permanência nas escolas; estabelecimento de prêmios para os aprendizes, segundo o grau de instrução que tiverem ao assentar praça e considerável melhoramento e elevação do ensino, tanto literário como profissional⁴¹⁷.

⁴¹⁵ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1884, p. 18-19. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 25 ago. 2020.

⁴¹⁶ BRASIL. Decreto 9371 de 14 de fevereiro de 1885. Dá nova organização às companhias de aprendizes marinheiros. Fonte: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9371-14-fevereiro-1885. acesso em 25 ago. 2020.

⁴¹⁷ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1884, p. 17. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142, acesso em 25 ago. 2020.

Parece que o modelo antigo com base no projeto conservador tinha dado certo, na arte de ensinar e formar. Esse novo modelo passaria a fazer parte do projeto de ascensão social para muitos jovens de classe baixa, entre órfãos e desvalidos, que achariam condescendência ou ajuda, não simplesmente para sobreviver, fugindo da lastimável circunstância da infância negligenciada, tal qual para serem educados e empreenderem e/ou trilharem caminho na Marinha.

Para Rozenilda Castro (2008), as Reformas das Escolas de Aprendizes-Marinheiros, em 1885, com base no novo regulamento, eram tentativas de amenizar as representações que a instituição construía como um espaço indesejado. Pensava-se que se aproximando mais da organização escolar, seria possível atrair mais meninos com certo grau de escolaridade. As minhas considerações, em teoria, vão pelo prisma das experiências passadas que mostraram que gerir o gasto público nas Companhias gerava reclamações diversas, somadas às questões da improbidade dos recrutamentos provinciais pelas Capitânicas dos Portos, abrindo as portas para certas corrupções se apropriando de agentes do Estado, como delegados, policiais e intendentess da Corte desmilitarizarem o nome (Companhias), dando uma personalidade mais pedagógica, trocando o nome (Escola).

Com base na nova lei, as Escolas de Aprendizes foram reduzidas de 18 para 12 e cada uma receberia uma numeração, que, segundo Mônica Lins, se baseava na ideia do “Ministro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves propôs classificar as Escolas segundo a importância das províncias” (LINS, (2012, p. 125). Não entendo o porquê dessa importância, já que se fosse assim a Corte não seria a oitava e sim a primeira, conforme quadro 34:

Quadro 34 – Estado atual das Escolas de Aprendizes-Marinheiros

Escola	Província	Aquartelamento	Existem	Faltam
Nº 1	Amazonas e Pará	Belém	49	51
Nº 2	Maranhão	São Luis do Maranhão	39	61
Nº 3	Piauí	Terezina	54	-----
Nº 4	Ceará	Fortaleza	126	174
Nº 5	Paraíba e Rio Grande do Norte	Paraíba	91	9
Nº 6	Pernambuco e Alagoas	Recife	159	-----
Nº 7	Bahia, Sergipe e Espírito Santo	Bahia	111	39
Nº 8	Município Neutro, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo	Corte	243	57

Quadro 34 – Estado atual das Escolas de Aprendizes-Marinheiros

(conclusão)

Nº	9	Paraná	Paranaguá	25	25
Nº	10	Santa Catarina	Desterro	47	3
Nº	11	Rio Grande do Sul	Rio Grande	54	46
Nº	12	Goiás e Mato Grosso	Ladário	22	28
Companhia de Santos				51	

Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1884, p. 15. Ambos Disponíveis em ddsnxt.crl.edu/titles/142 e www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9371-14-fevereiro-1885. Acesso em 25 ago. 2020.

Em intensa pesquisa, debrucei-me na questão social cultura e econômica de todas essas 12 províncias para entender o motivo dessa numeração crescente, porém não consegui responder essa questão. Por outro lado, analisando os relatórios dos presidentes das províncias, constatei fortes indícios de que a numeração não foi aleatória e sim a questão da facilidade em recrutar indígenas, por serem boa parte deles conhecedores e experientes em navegação, principalmente em rios, mas nada comprovadamente concreto.

Segundo a nova norma, as Escolas deveriam ter de 50 a 300 aprendizes, para chegar ao seu número completo. Com isso, se observa que as Escolas 3 e 6 possuem excedentes de 4 e 9 aprendizes, respectivamente, o que seria algo fora da regra, mas o aprendiz não seria descartado, mediante a dificuldade em recrutar, pois considerava o recrutamento algo repugnante, parte da sociedade. Outro detalhe importante é a Escola de Santos que aparece no Relatório Ministerial e não no seu decreto de organização, contudo o que se sabe é que, na província de São Paulo, havia excedido a lotação e os Aprendizes aguardavam vagas e acomodações para se realocarem na Escola da Corte e, logo depois, o quartel de Santos seria desativado.

Anos mais tarde, verificou-se uma pequena falha na desativação de Algumas Escolas, e acordou-se que se deveria corrigir tal situação, o que foi feito em 1889, por “Decreto”⁴¹⁸ autorizando (re)criar mais quatro Escolas de Aprendizes-Marinheiros, as quais serão estabelecidas nas Províncias das Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e São Paulo.

Outro detalhe no quadro é que foi estipulado o número de 1.500 aprendizes distribuídos entre as Escolas, mas na primeira contagem, depois da nova alteração, se apresentava com 1.513, sendo 1.020 presentes e faltando 493 para completar. Em que pesa o fato de fixar-se

⁴¹⁸BRASIL. Decreto 10238, de 2 de maio de 1889. Disponível em www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/184885-crua-escolas-de-aprendizes-marinheiros-nas-provincias-das-alagoas-sergipe-rio-grande-do-norte-e-s-paulo. Acesso em 26 ago. 2020.

1.500 remeteria ao menos ser mais, o que daria fim em definitivo às propostas utópicas, do passado, sobre que para as fixações de forças almejavam-se 2, 3, 4 e até 5.000 aprendizes desejados, algo que nunca chegou a se concretizar.

A intenção seria trabalhar com um número fixo normatizado, o que faria manter, nas Escolas, a máxima em educar e preparar Marinheiros para os diversos serviços da Marinha Imperial, já que na questão do ensino elementar a norma dizia que compreenderia sete itens basilares:

Leitura de manuscritos e impressos; caligrafia; rudimentos da gramática portuguesa; doutrina cristã; princípios de desenho linear e confecção de mapas regimentais; noções elementares de geografia física, principalmente no que diz respeito ao litoral do Brasil; prática sobre operações de números inteiros, frações ordinárias e decimais, conhecimento prático e aplicação do sistema métrico⁴¹⁹.

No entanto, o ensino profissional compreendia:

Aparelho e nomenclatura completa de todas as peças de arquitetura do navio; nomenclatura das armas de fogo em geral; nomenclatura e uso dos reparo de artilharia; exercícios de infantaria, começando pela escola do soldado até a do pelotão; exercícios de bordejar e remar em escaleres; construção gráfica da rosa dos ventos, conhecimento dos rumos da agulha, prática de sondagem⁴²⁰.

A educação profissional estava no escopo da Marinha com a lógica da formação de jovens técnicos, para exercício da profissão, em elevar mais ainda o nível do futuro Marinheiro, para a qualificação ou até a requalificação daqueles que chegavam com algum conhecimento específico. O ensino profissionalizante firmado e regularizado foi um dos caminhos para se atender à demanda profissional de grande parte das “modernas” embarcações, em consequência de muitos aprendizes não ingressarem nas Escolas de Aprendizes, sem esse conhecimento específico da Marinha.

Havia, portanto, necessidade de se romper com os paradigmas tradicionais para que se alcançassem objetivos propostos para a educação profissional, ou seja, a educação básica nos órgãos de formação e a educação profissional somente a bordo. Tornou-se corrente afirmar que o conhecimento dicotômico, profissional e elementar foi o carro-chefe das Escolas de

⁴¹⁹BRASIL.Decreto 9371 de 14 de fevereiro de 1885. Disponível em www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9371-14-fevereiro-1885. Acesso em 25 ago. 2020.

⁴²⁰BRASIL.Decreto 9371 de 14 de fevereiro de 1885. Disponível em www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9371-14-fevereiro-1885. Acesso em 25 ago. 2020.

Aprendizes na produção de resultados nos vasos de guerra. Aprender a adquirir mais conhecimentos coloca-se, assim, como capacidade, com medidas cabíveis, indispensáveis para implantação numa competência social que se reformula continuamente. A perspectiva da educação deve ser, pois, desenvolver os meios para uma aprendizagem permanente, que conceda uma formação interrompida, tendo em vista a concepção da cidadania. Tudo isso “com uma constante referência à manutenção da boa ordem e disciplina das Escolas” (LINS, 2012, p. 213).

Dentro dessa perspectiva, a proposta foi se tornando uma forma dos mesmos adquirirem um conhecimento a mais da estrutura exigida para os navios de guerra. A educação profissional e a elementar, a partir de 1885, juntas, passaram a fazer parte de um arcabouço de atividades que visavam à junção prática e teórica de conhecimentos, atitudes exigidas e habilidades do saber para o exercício das funções próprias de vida marítima.

A educação seria concebida como base científica e “tecnológica”, nas máquinas a vapor, no sistema elétrico, nos armamentos e nas manobras de convés, em que conceito e aplicação concreta combinar-se-iam a uma revisão do papel dos componentes socioculturais, que, por sua vez, deveriam ter uma visão epistemológica que combinasse “tecnologia” e humanismo numa sociedade em evolução carente desses preconceitos.

Apresso-me a dizer que toda essa discussão aponta a um direcionamento voltado para a ótica dicotômica ensino e modernização dos meios, pois definiram os limites que as autoridades expressaram para deixar explícitos os projetos e desejos voltados para o investimento em novas belonaves e no aprimoramento das instituições de ensino militar naval, mesmo que, de fato, as práticas e os hábitos coloniais continuassem a ser usados como forma de controle e punição, ou seja, a golinha a chibata serem atreladas às práticas de prevenção e repressão. Assim, os Encouraçados, somados a outros navios em seus quantitativos, tripulados pela marinhagem e oficialidades, foram louvados e reconhecidos internacionalmente, pouco alteraram a rotina do pensamento imperial, mas deram resultado em transformar a Marinha de guerra do Brasil numa força homogênea, fortalecida e treinada para agregar valores e manter a soberania nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto, o tema apresentado neste trabalho teve suas justificativas em somar ao objeto desse estudo para aqueles que produzem assuntos desse tipo, mas também para a sociedade de modo geral, fato verdadeiro e comprovado durante a escrita dos sete capítulos, pautadas numa busca de satisfazer algumas curiosidades e preencher algumas lacunas que ficaram, no meu entendimento, relativos aos trabalhos acadêmicos de alguns profissionais, que tiveram a destreza de escrever sobre o assunto, a história militar naval, no estado da arte, e, mais especificamente, as Companhias/Escolas de Aprendizes-Marinheiros com seus elementos que participaram de algum modo da evolução dos seus meios flutuantes.

Dito isso, apesar da delimitação temporal sugerida iniciar em 1840, foi necessário ampliar o marco temporal, de maneira que se pudesse explicar melhor a necessidade de ter bons Marinheiros para variados tipos de guerra, lacustres e marítimas. Por isso, tive que retornar ao 7 de setembro de 1822, para entender o quanto a significância do brado de independência, vindo do Monarca às margens do Ipiranga, teve a ver direta e indiretamente com a formação, a profissionalização, a escolarização, o modo civilizador e a nacionalização da marujada. Desta forma, fui compelido a entender que, a partir do grito de independência, o clima começou a esquentar em algumas regiões do Brasil, em movimentos prós e contra Portugal, acarretando em combates armados e sangrentos nos quais os Marinheiros tiveram a tenaz participação. Nos conflitos da Independência, as Sabinos, os Balaios, os confederados do “Equador”, os Setembristas, os Malês, os Farrapos, entre outros, foram grupos antagônicos que exigiram do Império tamanho esforço para manter a ordem, a unidade e o controle sobre as províncias. Contudo, o Exército encontrava entraves para acessar os locais dos combates que, em muitas vezes, eram lugares inóspitos e com os terrenos bastante acidentados, e fariam com que as tropas demorassem a chegar, pois arregimentar milhares de soldados era um grande problema, então a Marinha teve a responsabilidade de levar algumas pequenas partes desse Exército, suprimentos e socorrer alguns feridos que chegavam dos locais de combate.

Em vários momentos, a Marinha se via em constantes combates com os insurgentes, com Marinheiros despreparados, insubordinados e heterogêneos a bordo, ou seja, de várias nacionalidades inclusive portuguesas, somados a indígenas e escravos, sejam eles alforriados

ou não, o que fez com que fosse mais difícil agir nos sinistros. Foi demonstrado que ter a marujada bem instruída, disciplinada, formada e preparada faria a diferença naqueles eventos beligerantes. Desta maneira, criar uma Marinha genuinamente nacional e mais evoluída foi uma das formas encontrada para nacionalizar seu efetivo e principalmente suas guarnições.

O que se observou é que, antes de 1833, houve tentativas em ter alguns navios como escolas práticas, mas as autoridades políticas e militares, imbuídas na causa de melhorar a qualidade e quantidade da sua marinhagem, no tocante à profissionalização, entenderam que essas embarcações eram meros depósitos de gente. O que se analisou foi que 1833 sagrou-se como o ponto inicial da discussão na qual, na arena política, alguns parlamentares subsidiados pelos Comandantes de força, no caso, representado pelo Ministro da Marinha, trouxeram propostas para as quais estiveram presente aqueles que seriam um dos principais personagens em criar o primeiro braço de ensino militar de base no seio da Marinha, o deputado e brigadeiro Salvador José Maciel e o professor e deputado Joaquim José Rodrigues Torres, ambos regressistas e futuros Ministros da Marinha, proposta inicialmente reprovada, que, três anos mais tarde, em 1836, seria positivada em sessão ordinária, nascendo, assim, a primeira Companhia fixa de Aprendizes-Marinheiros em número de quatro, com a lógica por meio do ensino em profissionalizar os Marinheiros.

Após toda essa narrativa apresentada neste trabalho, em definitivo, o ponto focal da discussão foi em 1840, quando é posto o plano de criar a primeira escola não itinerante, mas fixa de formação de Marinheiros, acabando com o sazonalismo e dando um formato de escola tradicional, com sala de aula, quadro, mesa e cadeiras e um professor à frente. Antes disso, teve a de um corpo próprio em formar os “melhores Marinheiros”, para posterior distribuição, o Corpo de Imperiais Marinheiros.

Sem nenhuma ressalva, em uma sociedade em que a grande parte da infância sofria abandono e falta não só de instrução, mas também de apoio ao estudo, somado à marginalização, a proposição que se admite é que realmente, analisando falas/discursos e normas, certamente as Companhias vieram para salvaguardar as crianças e os jovens da pobreza e da criminalidade, dando-lhes a oportunidade de profissionalização e de sair do analfabetismo, assim como a oportunidade de ascensão social dentro da Marinha. Outra suposição conjectural verificada e comprovada pelo empirismo diz respeito à relação de consequência, causa e até de frequência que as Companhias de Aprendizes tiveram sobre o

impacto social, em virtude de ter sido o primeiro órgão de acolhimento para jovens necessitados de seguridade social equivalente à sua condição vulnerável no Brasil. Nisso foi verificado que, desde a fundação, as Companhias foram compostas por diversos tipos de etnias e mestiçagens, como brancos, negros, pardos, indígenas e até mesmo os cabras, estigmatizados por suas condições sociais e origens, todos acolhidos por essa instituição total.

Desse modo, foi analisado que o processo de criação da Companhia de Aprendizes revelou que, muito mais do que simplesmente a criação de um quartel militar, produziu uma nova teia de relações econômicas, sociais, políticas e identitárias entre os habitantes vulneráveis das províncias, agentes responsáveis pela captura e pelo recrutamento autorizado de grupos políticos e militares. De certa forma, esse novo quadro político-social trouxe à tona a heterogeneidade de pensamentos em seus múltiplos aspectos, por meio de atos sugestivos, implementando projetos na busca da (re)construção de um novo paradigma educacional.

Parti da hipótese de que essa instituição total, com uma nova modalidade de ensino, formava um tipo de espaço pedagógico diferencial quanto a estratégias de moldar e modelar mentalidades e corpos, debruçada nos principais pilares, a hierarquia e disciplina, apropriando-se da estética da farda para fazer a divisão hierárquica. Desta forma, a pesquisa da hipótese mostrou que os regulamentos opressores e repressores geraram o terror naqueles recrutados, só reforçando a ideia do “tô penando” e do “virar gás”, ou seja, grandes evasões por meio das deserções mediante o terror e o modo dos tipos de castigos aplicados a eles, causando gastos infundáveis aos cofres públicos estatais.

Durante o trabalho, avaliei que, em alguns momentos do século XIX, o Brasil, representado por uma elite formada nos seios das universidades europeias, trouxe proposta de colocar o país em nível de Estado moderno, começando pelo ato de civilidade, no conceito de cultura e instrução, apropriando-se da Marinha com seus espaços de formação, que transformou modelos de várias representações como seres sociais dóceis, civilizados e instruídos, fato esse afirmativo que acarretou na fundação de várias Companhias de Aprendizes por diversas províncias, especialmente no litoral. Cabe ressaltar que o pano de fundo do projeto civilizatório é acobertado de modo a justificar que esse tipo de órgão de formação possibilitaria à força naval limpar das ruas seres improdutivos e largados a ermo.

Sustenta-se aqui que, embora o modelo de escola não tenha sido o mais perfeito, outros aspectos foram considerados, como a forma com que as Companhias conduziram o

projeto de civilidade, como aulas, ordem unida, responsabilidade com horários, exercícios de ginásticas, treinamentos com armas, entre outros, fator decisivo para ter corpos bem preparados e coordenados. Isso foi um tipo de formato de ensino colocado em prática, apropriando-se de duras rotinas no interior dessas instituições. Tamanho impacto resultou das Companhias de Aprendizes que, em algumas províncias, os responsáveis, vendo a possibilidade de esses espaços resolverem algumas questões problemáticas comportamentais e/ou condutas de suas crias, fizeram questão de trazer seus filhos para a Marinha, tudo isso somado aos prêmios que recebiam aqueles que entregassem os jovens nas Companhias, e a importância de dar-lhes algum tipo de cidadania, atinente à ascensão na carreira como algum tipo de ajuda de custo.

Entre outras, a principal tese que foi defendida, é que o Estado brasileiro à partir do momento que o Brasil se transforma em nação após a independência buscou nacionalizar e profissionalizar a Marinha e também afastar das ruas “os indesejáveis” úteis sociais que incomodava a sociedade, seres improdutivos, desvalidos e ingênuos, principalmente em tenra idade e, com isso, a Marinha se deixou apropriar com a criação das suas organizações de base, ou seja, as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, para prestar filantropia e ensino escolar com objetivo de moldar, civilizar e prestar algum ensino técnico àqueles seres vulneráveis de tamanha necessidade.

Quanto ao entendimento do objetivo geral e específico, desenvolvi nesse trabalho a ideia de que as Companhias de Aprendizes-Marinheiros foram fundamentais no processo “parcial” da lógica que diz respeito a implementar uma nova padronização do ensino militar naval, nos centros de formações de Marinheiros, próximo aos meados do século XIX. Identifiquei que não só as autoridades civis, mas também a Marinha, perceberam que a segunda revolução industrial mudou os paradigmas do conceito de embarcação, então a Marinha, começando a querer se modernizar, viu que não bastava somente ter navios sofisticados, havia a necessidade de investir não só na formação dos oficiais quanto na dos Marinheiros. Nessa lógica, formar culturalmente a base seria imprescindível para tê-la bem preparada, no tocante ao ensino/alfabetização e profissionalização, para conduzir as atividades nas novas embarcações que estariam por vir, somadas às novas modalidades de profissionais que estavam sendo incorporados naquela época, a saber, os maquinistas.

As vicissitudes desse tema abriram portas pelas concepções na “nova” história militar e ao movimento contínuo dos saberes, graças ao fecundante tema. Doravante, somados às bibliografias específicas, ou melhor dizendo, aos historiadores que dialogam com o objeto desse estudo, fontes primárias até então pesquisadas ou não, extraídas de arquivos espalhados pelo Brasil, cito: Arquivo Nacional e Diretoria do Patrimônio Documental da Marinha, ambos sediados no Rio de Janeiro, somados aos relatórios ministeriais, disponíveis no site da Universidade de Chicago, os quais foram decisivos e basilares não só para somar e encurtar mais ainda o caminho desse trabalho, mas, também, para conhecer determinados atores políticos que foram determinantes para os projetos conservadores.

Acredito haver demonstrado, em certos momentos, também o pensamento dos liberais para que essa experiência fosse vivida como uma forma de atuação política. A partir desse entendimento, procurou-se analisar neste trabalho as questões da consolidação do sistema político/imperial à luz da Marinha, na formação de Marinheiros, com base na criação das Companhias de Aprendizes, independentemente da forma como eles (jovens) fossem recrutados. Debateram-se as discussões na Câmara dos Deputados e no Senado sobre qual foi a intenção que culminou para a implementação do projeto que visava à formação de profissionais combatentes e da evolução dos vasos de guerra, recorrendo a uma (re)construção de um novo paradigma educacional. Por outro lado, dados coletados, como fotografias, imagens, no setor de documentos especiais da DPHDM, sobre os cuidados da servidora civil Márcia Prestes, colocou esse trabalho em nível de aprofundamento e discussão relativo às rotinas dos jovens no bojo das Companhias, em um método analítico e descritivo.

Quanto às falas dos Ministros da Marinha e de Senadores e Deputados, privilegiou-se a metodologia analítica com embasamento nos discursos dos elementos que compunham as duas casas parlamentares, para entender o corporativismo ideológico que foram cruciais na criação das instituições de base do ensino para algumas categorias específicas. Não seria possível entender a pensamento político se não fossem analisados os embates entre conservadores e liberais, tendo os saquaremas como grupos hegemônicos, de natureza agrária e escravocrata em suas origens, e as discussões que ocorreram na Câmara dos Deputados e do Senado foram fundamentais para a compreensão do entendimento referente ao desenvolvimento de uma Marinha mais evoluída e sofisticada, forçando não só a construção como a compra de embarcações no processo de modernização de seus meios navais. Nelas

verifiquei que a Marinha não estava imune à evolução que se orquestrava, pois, como elementos constituintes da soma das Forças Armadas e da elite intelectual, não se poderiam manter ausentes dessa evolução, com isso os militares, por sua vez, compunham no jogo político um ramo importante através das alianças políticas nesse processo.

Infelizmente, houve algumas limitações e dificuldades que impediram o maior aprofundamento do assunto devido à pandemia do COVID-19 e SRA-COV-2, esse minúsculo vírus oficialmente detectado em fevereiro de 2020, que dizimou parte da população mundial especificamente aqui no Brasil fazendo até agora mais de “582.879 óbitos”⁴²¹, onde seu ápice foi no dia 08 de abril de 2021, onde ceifou 4.249 vidas em um só dia, em que de forma decretal, os lockdown em medidas restritivas regionais, dificultando acesso à informações em arquivos públicos. Muitas atividades de arquivos ficaram suspensas às pesquisas, por devidas leis, em âmbito estadual; outros parcialmente; alguns com todos os funcionários, mas sem permissão para atendimento ao público; enquanto outros trabalhavam com metade do efetivo; enfim, não foi possível seguir adiante atrás de fontes para a completude desse trabalho, contudo, a problemática, os objetivos, as justificativas, as hipóteses foram respondidas no decorrer da escrita desde a introdução até o último capítulo. Fica uma dica não problematizada neste trabalho, porém, questionada, ou seja, sugiro outros pesquisadores a questionarem e pesquisarem fotos ou imagens que demonstrem como eram as rotinas dos serviços e do modo de ensinar, não na parte externa, mas sim no interior das embarcações; há inclusive a necessidade de se repensar o conceito de rotina abaixo dos conveses.

Por fim, essa história não se encerra por aqui, talvez ela possa ser escrita de outras formas. Agradeço atenção de todos o interesse na leitura dessa tese de doutorado. Bons ventos e mares calmos!

⁴²¹ Fonte: Brasil. covid.saude.gov.br/. Acesso em 3 set. 2021

REFERÊNCIAS

ABREU, Eduardo Augusto Pereira de. *Estudos hygienicos sobre a educação physica, intellectual e moral do soldado: escolha do pessoal para a boa organização do nosso Exército*. Rio de Janeiro: s.n. 1867.

ADÃO, Á. *As Políticas Educativas nos debates parlamentares*. O caso do ensino secundário licel. Lisboa: AR, 2002.

ALBUQUERQUE, Antonio Luis Porto. Impressões sobre a construção naval no Brasil durante a monarquia (1822-1889). *Navigator*: subsídios para a história marítima do Brasil Rio de Janeiro: serviço de Documentação Geral da Marinha, n. 3, junho/1971.

ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (Eds.). *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*. Gainesville, FL: University Presses of Florida, 1977. p. 211-243.

ALMEIDA, Adilson J. de. *Uniforme da guarda nacional 1831-1852: a indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ALMEIDA, Sílvia Capanema Pereira de. *Nous, Marins, citoyens brésiliens et républicains: identités, modernité et mémoire de la revolte des maletots de 1910*. Tese (Doutorado em História) – Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais em História da Civilização, Paris/Fr., 2009.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A formação da Marinha Imperial: uma criação autóctone. In: *Revista do Clube Naval*, RJ, 2010. p. 10-16.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A Historiografia naval brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, Ano III, Nº 8, Agosto de 2012. p. 34-56

ALMEIDA, Washington Perry de. *A ação da Marinha Imperial na Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1935.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: As Relações Econômicas Internacionais no Império*. São Paulo: SENAC, 2001.

ALMEIDA, José R. Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil. (1500-1889)*. História e Legislação. São Paulo, EDUC/ Brasília; INEP/MEC, 1989

ALONSO, Angela. *Idéias e movimentos: geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

AMBROSE, Stephen E. Nationalism rise of. In: *BEAR, I.C.B; FOOT, M.R.D.* (org). The Oxford Companion to word war II. New York. Oxford University press, 1995.

ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História Social) – História Social e Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ANTOCHEVIS, Eliza Furlong. *Da Catedral à Câmara do Comércio: o Centro Histórico do Rio Grande. RS (1755-1941)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

ANKERSMIT, Franklin Rodolf. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. [et al]. *História das sociedades modernas às sociedades atuais*, 24. ed. revisão e atualizada. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1988.

ARANTES, Esther Maria Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: *PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene.* (Orgs.). *A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Ed. Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria Ed., 1995, 168-220.

ARAÚJO, Johny Santana de. Entre a vela e o vapor, entre a madeira e o ferro: a transição, a construção e a ação dos Ironclads1 na Marinha Imperial Brasileira 1850-1865. In: *navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, 2015, v. 11, n. 21, p. 9-22.

ARIAS NETO, J. M. *Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Tese (Doutorado em História) –Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARCHANJO, Miguel Galvão. *Relação dos Cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil no período de 03 de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

ARRUDA, José Jobson de A e PILETTI, Nelson. *Toda a história geral do Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Ministério da Educação – FENAME, 1. ed, Rio de Janeiro, 1970.

AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à Ciência Política*. 12. ed. São Paulo: Globo, 1999.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

AZEVEDO, Gislane Campos. “*De Sebastianas e Giovannis*”: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917). Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, 1885.

BANDEIRA, Muniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata*. ed. Rio de Janeiro: rena; Brasília: Editora da UNB, 1998.

BANDEIRA, Fabiana Martins. *Disciplinando homens fabricando Marinheiros: Relações de poder no enquadramento social da Corte (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por amor e por força: Rotinas na educação infantil*. Porto Alegre: Arned, 2006.

BARBOSA, Rosana. *Immigration and Xenophobia: Portuguese Immigrants in Early 19th Century Rio de Janeiro*. United States: University Press of America. 2009

BARBOSA, Rosana. Os Relatórios do Ministério da Marinha como fontes para a análise da formação da disciplina de trabalho na Marinha do Brasil (1780 – 1850). In: *Patrimônio e Memória*. Assis, SP: UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 1, n. 2, 2005.

BARBOSA, Rosana. Marinheiros, portos e sociabilidades: o Brasil e a ascensão do Atlântico Sul (1780-1850). In: *VIII Congresso Internacional da Brasa: Brazilian Studies Association*. Nashville: 2007. p. 01-16.

BARMAN, Roderick. "The Brazilian peasantry reexamined: the implications of the Quebra Quilo Revolt, 1874-1875", *The Hispanic American Historical Review*, v. 57, n. 3, 1977. p. 401-424.

BARREIRO, José Carlos. Disciplina e educação marítima – Brasil (1808-1850). In: *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação*. Curitiba, 2004.

BARREIRO, José Carlos. Os relatórios do Ministério da Marinha como fontes para a análise da formação da disciplina de trabalho na Marinha do Brasil (1780-1850). In: *Revista Patrimônio e Memória*. v. 1, n. 2, 2005.

BARREIRO, José Carlos. A Formação da Força de Trabalho Marítima no Brasil: Cultura e Cotidiano, Tradição e Resistência (1808-1850). In: *Tempos*, 2007. p. 189-209.

BARROS, Amandio Jorge M. Vida de marinheiro: Aspectos quotidianos das gentes de mar nos séculos XV e XVI. In: *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, v. 1, 2004, p. 249-263.

BARROSO-HOFFMAN, M. *Fronteira étnicas, Fronteiras de Estado e Imaginação da Nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BARROS, José D'assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico* 7. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

BARRETO NETO, Raul Coelho. *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual da Bahia, 2009.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 269-299.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-1945)*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BELTRÃO, Jane Felipe. Memórias da cólera no Pará (1855 e 1991): tragédias se repetem? In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, dez. 2007. p.145-167.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical: a renovação urbana da cidade Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *Projeto História*. São Paulo.1995, p. 124.

BITTENCOURT, Armando de Senna. *Introdução à história marítima brasileira*. Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 2006.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Marinha Imperial na Revolução Farroupilha*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1935.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Corpo de Marinheiros Nacionais. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939. p. 227-241.

BOIDIN, Capucine; CAPDEVILA, Luc; RICHARD, Nicolas (dir.), *Les Guerres du Paraguay aux XIXe et XXe siècles*, Paris, Colibris, 2007.

BOBBIO, Norberto. et al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1983.

- BOMILCAR, Álvaro. *Preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro, 1916.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Estruturas sociais e estruturas mentais. In: *Teoria & Educação*, n. 3, Porto Alegre, 1991. p. 113-119.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOIDIN, Capucine; CAPDEVILA, Luc; RICHARD, Nicolas (dir.), *Les Guerres du Paraguay aux XIXe et XXe siècles*, Paris, Colibris, 2007.
- BRAVO, Manoel Pereira Pinto. *Curso de História Naval*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1959.
- BRAIAN, Vale. In: *Serviço de Documentação da Marinha – História naval brasileira*. v. 3, Tomo I, Rio de Janeiro, 2002.
- BRETAS, Marcos Luiz. A Polícia Carioca no Império. In: *Estudos Históricos*, n. 22, 1998. p. 219-234.
- BRITO, Edilson Pereira. *A serviço da pátria: o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Novas Perspectivas, São Paulo: UNESP, 1992
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CALDEIRA, T. P. D. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CALMON, Pedro. Prefácio. In: *SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS*. Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo, SP: 1977.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom-crioulo*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- CAMINHA, Hendrick Marques. Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império. In. *Marinha do Brasil. História Naval brasileira*. v. 3, Rio de Janeiro: SDGM, 2002.
- CAMINHA, Hendrick Marques. *Dicionário Marítimo Brasileiro*. 2. ed. Rev. Atual – Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996.
- CAMPOS, Humberto de. *Memórias*. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1962.

CAMPOS, Simeia Rodrigues; GOTO, Tommy Akira. Os Conflitos e Valores na Juventude: Transição para a Maturidade. Dossiê- Fenomenologia das idades da vida: infância e adolescência. In: *Revista da Abordagem Gestáltica* - XXIII(3) set-dez, 2017. p. 350-361.

CARDOSO, Fernando Henruque e MARTINS. Carlos Estevam. *Política e Sociedade*. Companhia Editora Nacional, Série 2ª, v. 53, 1979.

CERRUTI, Simona. . Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidade em Turin no século XVII. In: REVEL, Jacques (org). *Jogo de escala: a experiência da micro análise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial Teatro de sombras A política imperial*. 4. ed, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil, 1870-1914: a força da tradição. *Revista de Estudos Latino Americano*, n. 24, 1992. p. 145-162.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. Antropolítica: In: *Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, v. 1, n. 1, p. 7-36, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Escritos de história política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

CASTANHA, André. “O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira”, In: *Revista Brasileira de História da Educação*, no. 11, janeiro-junho, Campinas, SBHE/Autores Associados, 2006. p. 169-196.

CASTRO, C. O. *O espírito Militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus: 1997; p. 45-59.

CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. *Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta Trajano: as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873-1879*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio, Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.), In: *Nova história militar brasileira*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, S. Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império, 1900-1910. In: *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

CHIAVENATO, Julio José. *O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai*. Editora brasiliense, 1980.

CHIAVENATO, Julio José. *Os voluntários da pátria e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983.

CHUVA, M.R.R. *Os arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro Record, 2000.

CONCEIÇÃO, Livia Beatriz. *Diálogos Apropriados em tempos de "funestas paixões": uma leitura das relações entre os projetos para a instrução primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot (1814-1840)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro P. *Cabras, Cablocos, Negros e Mulatos: a família escrava no cariri cearense (1850-1884)*. Dissertação (Mestrado em História Social), UFC, Ceará, 2008.

COSTA, Emilia Viotti da. "Brazil: the age of reformation, 1870-1889", in BETHEL, Leslie (ed.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, v. 5. 1987.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 7. ed. São Paulo: Global, 2001.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HCITEC/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2000.

COSTA, G.V.L. *O aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social*. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2008.

COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu. *A história Geral e do Brasil da pré-História ao século XXI*. São Paulo: Scipione, 2008.

COTTA, Francis Alberto. Militares do Reino: A fabricação do Soldado português no século XVIII. In POSSEMAI, Paulo (org.) *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna* – São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 45-56.

CORRÊA, J.G.S.A. *A Ordem a se preservar: a gestão dos índios no Reformatório Agrícola Indígena Krenak*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2000.

CROUZET, Maurice (Direção). *História Geral das Civilizações. A Idade Média: os tempos difíceis*. V.8. Tradução de Pedro Moacyr de Campos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CRUDO, Matilde Araki. *Os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso: trabalho infantil e educação (1842-1899)*. Tese (Doutorado) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.

CRUDO, Matilde Araki. Ensino de ofícios: práticas e representações dos militares na Província de Mato Grosso, na segunda metade do Século XIX. In: *Sociedade Brasileira de História da Educação*, 2005.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, M.C.P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2000.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro 1927-1941*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

- DA MATTA, Roberto. Digressão: A fábula as três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: *relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 58-85.
- DANTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAHRENDORF, R. *Class and class conflict in industrial society*. Chicago: Chicago, 1959.
- DAOLIO, J. *Da cultura do corpo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: A epidemia do cólera na Bahia em 1855-56*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.
- DÉMIER, Francis. *La France du XIX siècle (1814-1914)*. Paris: éditions du Seuil, 2000.
- DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Editora planeta do Brasil, 2011.
- DIAS, Arthur, *Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da Marinha de guerra do Brazil no quadriennio de 1906 a 1910*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Liga Maritima Brasileira, 1910.
- DIAS TAVARES, Luis Henrique. “A Independência como Decisão da Unidade do Brasil”. *Luso Brazilian Review*. v. 12, n. 1 (Summer, 1975), p. 58-64. Disponível em www.jstor.org/stable/3512926. Acesso em 28 mar. 2019.
- DIAS, Jorge Antonio. *O Processo de criação e consolidação da primeira de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial (1840)*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), FGV/CPDOC, Rio de Janeiro, 2017.
- DORATIOTO, Francisco. *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Atica, 1996.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. Companhia das Letras, 2002.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. “Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas”. In: MAUSS, M. (org). *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 399-455.
- ECO, Umberto. *Pensar a guerra. Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. v. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, Ed., 1998.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: Cavalheiros e Tarpaulins. In: *Mana*, v. 7, n. 1, 2001, p. 89-116.

ELIAS, Norbert. *Escritos e ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An interpretation”. *The American Historical Review*, v. 98, n. 5 (Dec., 1993), p. 1399-1423.

ETGES, Norberto J. Conceito do trabalho, construção do conceito e trabalho do conceito. In: *Perspectiva 17*, 1992, p. 79-96.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil: ou o diário de uma visita à terra do cacueiro e das palmeiras*. SP: EDUSP, 1990.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 1. ed. Editora Brasiliense, 1984.

FERREIRINHA, Isabela Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. In: *RAP*— Rio de Janeiro 44, n. 2, mar./abr. 2010. p. 267-183.

FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola, a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999.

FERREIRA, Gladis Rejane Moran. *Cem anos do Porto do Rio Grande? Memória e esquecimento de um Porto Velho e de uma “Barra Diabólica”*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

FERREIRA, Manuel Jesuino. *A província da Bahia: apontamento*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878.

FERREIRA, Norma Sandra As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: *Educação & Sociedade*, 79, 2002, p. 257-272.

FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. *A Marinha de outrora (subsídios para a História)*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1984.

FILHO, Mário M. *Cisnes Negros: uma história da revolta da chibata*. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.

FILHO FRAGA, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/ Salvador: Hucitec / Edufba, 1996.

FLORESCANO, Enrique. A função social do historiador. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v. 4, 1997, p. 65-79.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. Editora: Mercado Aberto. Porto Alegre/RS, 1978.

FONSECA, Paloma Siqueira. A presiganga, uma galé nos trópicos. *Revista Archaí*, Brasília, n. 01, Jul 2008. p. 95-100.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. A vontade de saber, v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FOUCAULT, Michel. *II Fault Défendre la Sociéte: cours ou College de France*. Paris: Seul, Gallimard, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRANCISCO, Laelson Vicente. “Um passo para o homem, um salto para a Marinha”: *A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte (1872-1890)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2018.

FRAGA, Rose Mary do Nascimento. *A Praieira em jornais do século XIX constituição discursiva e identidades sociais*. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2008.

FRANCO. Júnior Hilário. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FRANCO, Odair. *História da febre amarela no Brasil*. Rio de Janeiro. Ministério da saúde/Dep. Nac de Endemias Rurais, 1969.

FRANK D. MacCANN. *A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro*. Tradução de Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982.

FREIRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959.

FREIRE, Tarantini Pereira. *Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900)*. Dissertação (Mestrado em História), UFMA, 2014.

FRIZOT, Michel. Os continentes Primitivos da Fotografia, In: *Turazzi*, Maria Inêz (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 27 – Fotografia, 1997, p. 36-45.

FROTA, Guilherme de Andrea. *Quinhentos Anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

GAY, Peter. Mensur – a acariciada cicatraiz. In: GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GAZE, Isabella Paula. In: *RBHE. As contribuições de E. P Thompson e o “fazer-se da escola profissional Visconde de Mauá”* Campinas, 2011. p. 1-15.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. *The In terp retation of Cultures*. N Y , Basic Books, 1973.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOFFMAN, Erving. 1963 *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. Englewood Cliffs N. J. : Prentice-Hall. (tradução brasileira: *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975).

GOMES, Flavio dos Santos. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”, *Tempo*, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro, 1996, p. 67-93.

GRAHAM, Richard. A escravatura brasileira reexaminada. In: *Escravidão, Reforma e Imperialismo*, São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAMSCI, Antônio. *Cartas do Cárcere*. Tradução de Noênio Spínola. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História (1822-1889)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

GREENHALGH, Juvenal. *Presigangas e calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998.

GUIMARÃES, Felipe Osvaldo. *Formação Militar e “amparo aos desvalidos” na Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais (1876-1891)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Vertice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaciara Lopes Louro – 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília: Editora: UFMG/Representações da UNESCO e no Brasil, 2003.

HATTENDORF, John B. *The uses of maritime history in and for the Navy*. Newport: Naval War College Press, 2003.

HARPER, Douglas. Reimagining visual methods: Galileo to Neuromancer. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). *Handbook of qualitative research*. 2. ed. Londres: Sage Publications Inc., 2000, p. 717-732.

HASSE, Geraldo; KOLLING, Guilherme. *Lanceiros Negros*. 2. ed, Porto Alegre: Já editores, 2006.

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HOBBSAWN, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWN, E., RANGER, T. *A invenção das tradições*. [Trad. Celina Cardim Calvacanti]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 316p. Pp. 9-23.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HONNETH, Axel. *Lutas por reconhecimento; a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. In HOLANDA, Sérgio B. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4. ed., t. 2, v. 5, São Paulo: DIFEL, 1985,

HUISMAN, Denis. *A estética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado – presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

IANNI, Octavio, *Escravidão e Racismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

IGLESIAS, Francisco. *A revolução Industrial*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

JANOTI, Aldo. *O Marquês de Paraná*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Balaiada: construção da memória histórica*. Revista de História, São Paulo, v. 24, n. 1, 205. p. 41-76.

JAVARY, Barão de. *Organizações e Programmas Ministeriaes desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

JEHA, Silvana Cassab. *A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c.1822- c.1854*. Tese (Doutorado em História Social da Cultura), Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, setembro, 2011.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação* n. 1, jan./jun. 2001. p. 9-43

JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1933.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

KARASCH, M. C. *Slave live in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton University Press, 1987.

KARASCH, M.C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 -1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KARASCH, M. C. "O Abrigo da Farda": o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800 - 1881. In: *Race and Slavery in the Americas Working Group*. da Universidade do Texas, em Austin, 1994.

KEEGAN, John. *A Face da Batalha*. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. Trad. Pedro Maia Soares. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KNAUSS, Paulo. *arte e cultura visual*. João Pessoa, 2005.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

KRAAY, Hendrik. "O abrigo da farda": o Exército brasileiro e os escravos fugidos (1800-1888). Afro-Ásia – revista de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Salvador, n. 17, 1996, p. 29-56.

KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento militar no Brasil Império”. In: *Diálogos DHUEM*, v. 3, n. 3, 1999.

KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra da Independência na Bahia. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002. p. 109-126.

KUHLMANN, Paulo Roberto L. *O serviço Militar, democracia e defesa nacional: Razões da permanência do modelo de recrutamento do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), USP, São Paulo, 2001.

KUPER, Adam. *Cultura, a visão dos antropólogos*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LACLAU, Ernesto. *Los caminos de la hegemonia y la autonomia*. Entrevista Página 12. 5 de outubro de 2014. Disponível em www.pagina12.ar/diario/elpais/1-256850.html. Consultado em 5 set. 2020.

LARA, Silvia Hunold. Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: *Projeto História*, São Paulo, v. 12, 1995. p. 43-56.

LEANDRO, Eulálio de Oliveira. *A Marinha e as camadas populares no Maranhão (1822-1872)*. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2002.

LE BRETON, David. Individualização do corpo e tecnologias contemporâneas. In: Couto, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 15-32.

LEITÃO, Humberto Leitão; LOPES, J. Vicente. *Dicionário de linguagem da Marinha antiga e atual*. Lopes. 2. ed. Centro de Estudos históricos e Ultramarinos da junta de investigações científicas do Ultramar, Lisboa, 1974. Disponível em: www.portalbarcosdobrasil.com.br/page/acervobiblioteca. Acesso em 5 set. 2020.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. “Eugene D. Genovese”. In: LOPES, Marco Antônio; MUNHOZ, Sidney. (orgs.) *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 93-113.

LIMA, Solyane Silveira. A educação para crianças e jovens desamparados na Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe (1868-1885). In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*. Invenções, tradições e escritas da História da Educação do Brasil – Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

LINS, Mônica Regina Ferreira. *Viveiros de “homens ao mar”*: Escolas de Aprendizes Marinheiro e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870- 1910). Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana), da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LJUNGGEN, J. *Por qué la gimnasia de Ling?* El desarrollo de la gimnasia sueca durante el siglo XIX P. Scharagrodsky, organizador. (Eds.), *La invención del homo gymnasticus*. 1. ed., Buenos Aires: Prometo Libros, 2011, p. 37-51.

LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2001.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos *Guilherme*. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Historia da Educação -*, 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOURO, G. (Org.). *O corpo educado: pedagogia das sexualidades*. Belo horizonte: Autêntica, 2000.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos *Guilherme*. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

LYRA FILHO, João. *Visconde de Itaboraí: a luneta do Império*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti, S/D.

LYRA, Tavares. *Os ministros de Estado da Independência a República*. Revista do IHGB. v. 193, out-dez. 1946.

LUGONES, M.G. *Obrando un Autos, Obrando em Vidas: formas y fórmulas de protección judicial em los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del signo XXI*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla História dos, nos e por meio dos periódicos. Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. *O ensino no Exército brasileiro: Histórico, quadro atual e reforma*. Dissertação (Mestrado em Educação), UNIMEP, Piracicaba/SP, 2006.

MACHADO, Gisele Terezinha. *Escreveu, não leu, o pau comeu: a Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina (1889-1920)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MAIOR, Roberto de Sousa. *Rolo de Japona: Dicionário, contos e crônicas do linguajar marinho (praças)*. São Paulo: Scortecci, 2006.

MAESTRI, Mario. 1910: *A Revolta dos Marinheiros*. São Paulo: Global, 1982.

MAESTRI, Mario. *Cisnes Negros: uma história da revolta da chibata*. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1975.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural. *Revista Eletrônica História em Reflexão (UFGD)*, Dourados, MS, v. 2, n. 4, 2008.

MARTINEZ, Alessandra F. *Educar e Instruir: A Instrução Pública na Corte Imperial (1870 – 1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação), UFF, Niterói, 1998.

MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta dos Marinheiros, 1910*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha/Ed. Nacional, 1988.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Sílvia. *Crianças trabalhadoras: os aprendizes marinhos no Paraná oitocentista*, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/24/tp.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. *A Setembrada: lutas políticas e participação popular no Maranhão oitocentista (1831-1832)*. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio – Os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- MATTOS, Marcelo Badaró; E. P. Thompson. *Tradição da crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012
- MAESTRI, Mário. *Cisnes Negros: uma história da revolta da chibata*. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.
- MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil. (1808-1912)*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-social*. 3 vols. Rio de Janeiro, 1866-1867, vol. 1, p. 2-3.
- MARTINS, Hélio Alonso. *A revolta dos Marinheiros, 1910*. São Paulo: Editora Nacional, SDM, 1988.
- MARTINS, Hélio Alonso e BOITEUX, Lucas Alexandre. In: *Serviço de Documentação da Marinha – História naval brasileira*. v. 3, Tomo I, Rio de Janeiro, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *O Capital*. (Crítica da Economia Política). Livros. I, II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *A Ideologia alemã (FEUERBACH)*. 11. ed. Tradução de José Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MAUAD, Ana Maria. Apresentação. In: MONTEIRO, Charles (Org.). *Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- MELLO, Saulo Alvaro de. Eugenia na Marinha Imperial Brasileira (1822-1910). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo*, julho 2011.
- McCANN, Frank D. The nation in arms: obligatory military service during the Old Republic. In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren. *Essays concerning the socioeconomic history of Brasil and Portuguese India*. Gainesville: University Press of Florida, 1977.
- MENDES Fábio Faria. A revolta contra o sorteio militar. *Revista Estudos Históricos*. América do Norte, 13, dez. 1999.
- MENDES Fábio Faria. *Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2010.
- MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. Organização do pessoal da Marinha Imperial. In: *Marinha do Brasil. História naval brasileira*. v. 3, Rio de Janeiro: SDGM, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, p. 11-36.

MEHDA, Uday S. “The essencial ambiguities of race and racism”. In: *Policial and Social Theory*. n. 11, 1997. p. 235-246.

MINC, Alan. *A nova Idade Média*. São Paulo: Ática, 1994.

MONTEIRO, Tobias. *A elaboração da independência*. 2. v. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte, 1981.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Revolta dos Quebra-Quilos*. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Guerras e Revoluções Brasileiras)

MONTEIRO, Nuno G. *O crepúsculo dos Grandes – A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

MOLET, Claudia Garcia Daiana. Do vapor União à cadeia: o escravo marinho Afonso (Rio Grande, segunda metade do século XIX). In: *VII Mostra de Pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Arquivo público de Porto Alegre, 2009, p. 273-288.

MORGAN, Zachary.R. *Legislating the lash: race and conflicting modernities of brazilian enlistment and corporal punishment in the military of brazilian empire*. *Jornal of colonialism and colonial history*, v. 5, n. 2, fall, 2004.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Esboço crítico da historiografia militar brasileira. *Escritas*, v. 5, n. 1, 2013. p. 99-126.

MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. 2. ed. Guanabara: Editora Letras e artes, 1963.

MORIN, Edgar. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI. Jornadas temáticas idealizadas e dirigidas por Edgar Morin*. Tradução e notas de Flávia Nascimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

MUNIZ, Jonei Coelho. *Mobilização do Estado e esforço de guerra da Marinha imperial no conflito contra os farrapos (1836-1840)*. Monografia (Curso de Especialização em História Militar Brasileira), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2012.

NABUCO, J. *O abolicionista*. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Marinheiros em Revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. Dissertação (Mestrado em História), Unicamp, 1997.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Entre o Convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: CASTRO, Celso (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Contra a chibata, canhões. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, n. 9, Rio de Janeiro, abr 2006. p. 21.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. O vaivém da memória: Marcílio Dias e João Cândido na história. In: CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2009.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. O marinheiro negro Marcílio Dias: as muitas memórias de um cidadão exemplar. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. v. 11, n. 21. Rio de Janeiro, 2015. p. 84-95.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). In: *Revista Brasileira de História*. v. 36, n. 72, São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira do. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

NASCIMENTO, Maria Isabel M. *A Primeira Escola de professores dos Campos Gerais-PR*, Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 2004.

NETO, Raul Coelho Barreto. *Marujos de primeira viagem: os Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910-1945)*. Dissertação (Mestrado em História Regional), Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2009.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 1, 2006, p. 2017-240

NORVELL, J.M. A brancura desconfortável das camadas médias brasileiras. In: MAGGIE, Y. e REZENDE, C.B. (Orgs.). In: *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)*. Tese (Doutorado em História), UFRGS, 2013.

PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiro platino. A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1999.

PADOIN, Maria Medianeira. *O Federalismo Gaúcho*. São Paulo: Companhia Nacional, 2001.

PALHA, Garcez. *Efemérides navais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983.

PASSOS, Álvaro Augusto. *A estética do poder*. Dissertação de Mestrado em Direito, PUC-SP, São Paulo, 2010.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A história militar tradicional e a “nova história militar”. In: *XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História (Anais)*. São Paulo, 2011.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013.

PITANGA, Francisco José Gondim. Epidemiologia, atividade física e saúde. In: *Rev. Bras. Ciên. e Mov. Brasília* v. 10, n. 3, julho 2002, p. 49-54.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2015.

PINTO, M.I.M.B. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo: 1890-1914. São Paulo: Fapesp/Edusp, 1994.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: As origens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989. p. 4.

PORTELLI, A. (1997). Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In *Revista Projeto História*, n. 15. São Paulo: Educ. p. 13-49.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política*. São Paulo, 1969.

RAGO, M. *Do cárcere ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RAMOS, J.S. *O poder de Domar do Fraco: formação de autoridades e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Neterói: EdUFF, 2006.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: O museu no ensino de História*. Chapecó: Argos. 2004.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

REIS FILHO, N. G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

REIS, José Carlos. *O Desafio Historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

REIS, Giana Fonseca. *A construção de identidade no discurso militar-naval das Escolas de Aprendizes-Marinheiros*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), UNISUL, Palhoça, Santa Catarina, 2014.

REIS, João Arthur da Silva. Os Efeitos do Industrialismo sobre a Estrutura das Forças Armadas e na Gestão do Estado e da Guerra entre 1850 e 1914. In: *I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Set. 2015, p. 1-22.

REGO, José Lins do. *Doidinho*. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros, 2000. p. 47-106.

RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

RIBARD, André. *A pedagogia História da Humanidade*. Tomo I. Tradução de Darcy Damasceno e Iracilda M. damasceno. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 18ª edição. Campinas: Autores Associados, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Os portugueses na formação da nação brasileira - o debate historiográfico desde 1836*. Ler História, n. 38, Lisboa: ISCTE, 2000.

RODRIGUES, José Honório (Org.). *O parlamento e a evolução nacional*. v. 2. Tomo II. Brasília: Senado Federal, 1972, p. 170.

RODRIGUES, José Honório. *Conselho de Estado: o quinto poder?* v. 12. Brasília: Senado Federal, 1978.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Fernando Silva. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí/São Paulo: Paco Editorial, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai - memórias e imagens*. Editora Miguel de Cervantes, Rio de Janeiro, 2003.

SANTANELA, Lúcia. *Estética de Plantão e Pierce*. São Paulo: Experimento. 2000.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. A Companhia de Aprendizes-Marinheiros: educação, formação militar e política no Império. In: *Anais do XVI encontro regional de história da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro, 2014. p. 1-9.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação (Mestrado em História Social), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem as nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de São Paulo, 1975.

SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. In: *BATALHA, C. H. de M. et al. (orgs.). Culturas de classe identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004.

SCAVARDA, Levy. A Escola Naval através do tempo. In: *Subsídios para a história marítima do Brasil*. v. 14. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. 1955.

SCHWARTZ, Lilian Moritz. *Os espetáculos das raças: cientistas, instituições e questões racial no Brasil -1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, São Paulo, set. 1999.

SCHENATO, Vilson Cesar. *Para além das fronteiras: as construções identitárias nas relações com os "outros"*. Um estudo de caso das relações entre colonos e assentados no Oeste paranaense. Dissertação (Mestrado), UFCG, Campina Grande, 2010.

SCHAFASCHEK, Rosiclér. *Educar Para Civilizar e Instruir Para Progredir – Análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na Década de 1850*. Dissertação (Mestrado em Educação), Florianópolis, UFSC, 1997.

SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERRALHEIRO, Cosme Alves. *A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de*

Rio Grande (RS) (1860-1885). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2017.

SERRALHEIRO, Cosme Alves. Almirante Tamandaré: suas ações em momentos de guerra ao translado a Rio Grande/RS o seu destino final. In: *I Congresso Internacional em Ciências Sociais: Fenômenos Sociais no Amálgama Social*. BASÍLIO, Amanda; MACHADO, Juliana Porto (Org.). Pelotas, UFPEL, 1. ed., 2018, p. 310-322.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: *Raízes*, v. 21, n. 01, Campina Grande, jan/jun. 2002. p. 10-31.

SOARES, Carlos Eugênio L e GOMES, Flávio dos S. Revolta, Marinheiros e sistema prisional no Arsenal de Marinha: notas sobre o trabalho compulsório e cultura política num Rio de Janeiro atlântico (1820-1840). In: *História Social*, n. 12, Campinas/SP, 2006. p. 11-33.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3.ªed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SILVA, Carlos André Lopes da. *Real Companhia e Academia dos Guardas Marinhas: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. Dissertação (Mestrado em História Social), Instituto de História, UFRJ, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Hathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva os Estudos Culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Piauí (1874-1915): história de uma instituição educativa*. Dissertação (Mestrado em Educação), da Universidade Federal do Piauí, 2005.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. Do suprimento humano para a Marinha de Guerra Nacional à escola para a infância pobre: interesses recíprocos no surgimento da Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Piauí. In: *Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *A Escola de Aprendizizes Marinheiros de Parnaíba*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *A Prática Educativa na Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915)*. Tese (Doutorado em Educação), UFPI, Teresina, 2017.

SILVA, Vêlor Pereira Carpes da. *A Escola de Aprendizizes Marinheiros e as crianças desvalidas – Desterro/SC (1857-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da e MELO, Victor Andrade de. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* v. 18, n. 2, Rio de Janeiro, Abr/Jun, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* / Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. *Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA, Liana Deise da; ALBUQUERQUE, Dalete; HEITOR, Cristiane Silva. Companhia de Aprendizes Marinheiros em Mato Grosso: Educação para o trabalho. In: *IV Congresso Internacional de História: cultura Sociedade e Poder*, Anais eletrônico, UFG, Jataí, 2014.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. José Bonifácio: projetos para o Brasil. In: DOLHNIKOFF, Miriam (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA LIMA, A.C. (Org). *Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos/Otávio Tarquínio de Sousa: História dos fundadores do Império do Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo. USP, 1988

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUTO MAIOR, Armando. *Quebra Quilos: lutas sociais no outono do Império*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1978.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil: Fatos e personagens em torno de um regime*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

SOUZA, Jorge Prata de. A mão-de-obra de menores escravos, libertos e livres nas instituições do Império. In: *SOUZA, Jorge Prata de. (org.). Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado de Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, Maria Regina Santos de. O Fantasma da “Guerra do Paraguai” e as oposições à “Lei do Sorteio Militar” no Ceará (1874-1875). *Historiæ*, Rio Grande, 5 (1), 2014. p. 237-261.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3. ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1979.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Fatos e personagens em torno de um Regime*. v. IX, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos/Otávio Tarquínio de Sousa: História dos fundadores do Império do Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia /São Paulo: USP, 1988.

SOBRAL, J. *Postos e Cargos Militares Portugueses*. Audaces, 2008.

SOUZA, Jorge Prata de. *A mão-de-obra de menores escravos, libertos e livres nas instituições do Império*. In: SOUZA, Jorge Prata de. (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado de Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, Adriana Barreto. *A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. Apud: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. 2004. p. 169-70.

SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Editora: Civilizacao Brasileira, 2008.

SOUZA, Adriana Barreto. O Militar e a elaboração de um projeto alternativo de modernização para o Brasil (1854-1855). In: *Revista Navigator*. v. 18, 2013. p. 11-25.

SILVA, Velôr Pereira Carpes da. *A Escola de Aprendizes Marinheiros e as crianças desvalidas: Desterro (SC), 1857-1889*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SILVA, Wandoberto Francisco da. *Guerreiros do Mar: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870)*. Dissertação de Mestrado em História Social de Cultura Regional. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

SIMEL, George. C. *The sociology of georg simmel*. New york: The free Press, 1964.

SIQUEIRA, André Cezar. In: *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. v. 11, n 21, Rio de Janeiro, 2015, p. 74-83.

STUNVOLL, Denise Bujes. *Fotografias e aproximações com a arte no início do século XX: um olhar para as narrativas visuais de Lunara*. Dissertação (Mestrado em Artes), UFRGS, Porto Alegre, 2014.

SOUSA, Jorge Prata de. “*A mão de obra de menores: escravos, libertos e livres na instituição do Império*”. *Escravidão, ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

TAMBARA, Elomar Calegaro; ARRIADA, Eduardo. *Coletânea de leis sobre o ensino secundário e primário no Primeiro Império brasileiro*. Pelotas: Seiva, 2005.

TAYLOR, Daiana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A História Militar e a Historiografia Contemporânea. In: *A Defesa Nacional*, v. 768, 1995.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. *The Heavy Dancers*. London: Merlin, 1985

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (A árvore da liberdade).

THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. Prefácio. In: THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tradução Denise Bottman. v. 1, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 1. ed. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward P. *Os românticos: Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, Edward P. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: AN, 1999. SOUZA, Adriana Barreto. A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50).

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus: 990 – 1992*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TORRES, Luiz Henrique. A casa da roda dos expostos do Rio Grande. *Revista Biblos*, Rio Grande, v. 20, 2006. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/724>. Acesso em 6 set. 2020.

TREBILCOCK, C. "Spin-Off" in British Economic History: Armaments and Industry, 1760-1914. *The Economic History Review*, v. 22, n. 3, p. 474-490, December 1969.

- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora da UnB, 1986.
- TURAZZI, Maria Inez. *Poses e Trejeitos: a Fotografia e as Exposições na era do Espetáculo*. Rio de Janeiro. Editora: Rocco/ Funarte, 1995.
- VALLE, Hardalla Santos dos. *As Propostas Educacionais da Administração de Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias): Um Estudo da Instrução Rio-Grandense do Séc. XIX (1842-871)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2013.
- VALE, Brian. Estratégia, poder marítimo e a criação da Marinha do Brasil; 1822-23. In: *navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. n. 4, dezembro, Rio de Janeiro, 1971, p. 9-10.
- VALE, Brian. A ação da Marinha na Confederação do Equador. *História Naval Brasileira*. Serviço de Documentação da Marinha, v. 3, Tomo 1. Rio de Janeiro, 2002. p. 129-156
- VASCONCELLOS, Joaquim José Pinheiro de. *Alguns apontamentos sobre Instituição dos Aprendizes Marinheiros, nas diferentes nações*. Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira, 1891, p.12-24.
- VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e Tensões na Produção da Inclusão Escolar de Crianças Pobres, Negras e Mestiças, Brasil, século XIX. *Educação em Revista*. v. 26, n. 1, Belo Horizonte, abr. 2010. p. 263-283.
- VEIGA, Cynthia Greive. Escolarização como projeto de civilização. In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 21, Set./Dez. 2002. p. 90-103.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- VEREKER, Henry Prendergast. *1860: roteiro da costa do Rio Grande do Sul*. Rio Grande/RS: Ed. da FURG, 2001.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador (séculos XVIII e XIX)*. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- VIANNA, Oliveira. *O caso do Império*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- VIANA FILHO. L. *O Negro na Bahia*. São Paulo: Martins Ed.; Brasília: MEC, 1976.
- VIANNA, A.R.B. *Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese (Doutorado), UFRJ, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002.

VICENZI, Renilda e MORETTO, Tatiany. História Renovada: a importância do contexto histórico e as novas abordagens. In: *Revista Semina*, v. 14, n. 2, 2015. p. 193-212.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil. In: *Revista Marítima Brasileira*. v. 120, n. 10-12. Rio de Janeiro, out/dez 2000. p.124-197.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil. In: *Revista Marítima brasileira*, SDM, 4º trimestre, 2000.

VICENTINO, Claudio. *História geral*. ed. atual, São Paulo: Scipione, 1997.

VIEIRA, Jofre Teófile. *Uma tragédia em três partes: o motim dos presos da Laura em 1839*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, 2010.

VOLPATO, Luiza R. Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá 1850-1888*. São Paulo: Ed. Marco Zero; Cuiabá, MT: Ed. da UFMT, 1993.

WALKER, Bessie. *The Annals of Tacitus: a study in the writing of history*. Manchester: Manchester University Press, 1960.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014

XAVIER, Maria E. S. P; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

XAVIER, Júlio Ribeiro. *A História do Batalhão Suez: Ações, Reações e Articulações cotidianas na Faixa de Gaza*. Dissertação de Mestrado em História, UFPel, Pelotas, 2015.

FONTES

Leis, Decretos, Avisos e Falas de Autoridades

Sessão Câmara dos Deputados de 31 de Maio de 1833, 15 e 16 de junho de 1860 e 17 de agosto de 1861. Disponível no seguinte site: ww2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Eus%C3%A9bio_de_Queir%C3%B3s#cite_note-2

Relatórios dos Ministros da Marinha, 1833, 1836, 1841, 1862 e RPP, 1862. Disponíveis em ddsnext.crl.edu.

Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 42 de 15 de outubro de 1836. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 148 de 22 de outubro de 1836. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 50 de 17 de setembro de 1840. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 54 de 26 de outubro de 1840. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 411-A de 5 de junho de 1845. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decretos 358 de 14 de agosto de 1845. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº 363 de 04 de setembro de 1845. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 451 de 31 de julho de 1847. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 454 de 31 de agosto de 1847. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 535 de 11 de setembro de 1847. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto n. 914 de 11 de fevereiro de 1852. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 1.067A de 24 de novembro de 1852. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 1.517, de 4 de janeiro de 1855. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº 1543 de 27 de janeiro de 1855. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto 1.591 de 14 de abril de 1855. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto Nº 1.829, de 4 de Outubro de 1856. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº 1.945 de 11 de julho de 1857. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº1945 de 11 de junho de 1857. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº 2003, de 24 outubro de 1857. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº2725, de 12 de janeiro de 1861. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº 3.186 de 18 de Novembro de 1863. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Aviso nº 54 de 9 de fevereiro de 1870. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº 5268, DE 26 de Abril de 1873. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº9371 de 14 de fevereiro de 1885. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº1296 de 14 de novembro de 1904. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº1517, de 4 de Janeiro de 1855. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>

Decreto nº 2.003, de 24 de Outubro de 1857. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

Lei de 7 de novembro de 1831, Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899, acesso em 23 de abril de 2019.

Lei 148, de 27 de agosto de 1840. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

Sessão Câmara dos Deputados de 31 de Maio de 1833, 15 e 16 de junho de 1860 e 17 de agosto de 1861. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899>

Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Eus%C3%A9bio_de_Queir%C3%B3s#cite_note-2, acesso em 23 de abril de 2019.

Relatórios dos Ministros da Marinha, 1833, 1836, 1841, 1862 e RPP, 1862. Disponíveis em <http://www.crl.edu/>

Decreto nº42 de 15 de outubro de 1836. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº148 de 22 de outubro de 1836. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº50 de 17 de setembro de 1840. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 25 jul. 2019

Decreto nº54 de 26 de outubro de 1840. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 29 abr. de 2019

Decreto nº411-A de 5 de junho de 1845. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decretos nº358 de 14 de agosto de 1845. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 29 abr. 2019

Decreto nº363 de 04 de setembro de 1845. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 29 abr. 2019

Decreto nº447 de 19 de maio de 1846. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº451 de 31 de julho de 1847. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019.

Decreto nº454 de 31 de agosto de 1847. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em

23 abr. 2019

Decreto nº535 de 11 de setembro de 1847. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº914 de 11 de fevereiro de 1852. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 25 abr. 2019

Decreto nº1067A de 24 de novembro de 1852. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº1517, de 4 de janeiro de 1855. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº 1543 de 27 de janeiro de 1855. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº1591 de 14 de abril de 1855. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº1829, de 4 de Outubro de 1856. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 26 jul. 2019

Decreto nº1945 de 11 de julho de 1857. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº1945 de 11 de junho de 1857. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº2003, de 24 outubro de 1857. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 4 set. 2019

Decreto nº2725, de 12 de janeiro de 1861. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 29 abr. 2019

Decreto nº3.186 de 18 de Novembro de 1863. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Aviso nº54 de 9 de fevereiro de 1870. Disponível em www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao6.html, acesso em 14 ago. 2019.

Decreto nº5.268, DE 26 de Abril de 1873. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 29 abr. 2019

Decreto nº9371 de 14 de fevereiro de 1885. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº1296 de 14 de novembro de 1904. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>, acesso em 23 abr. 2019

Decreto nº2725 de 12 de janeiro de 1861, Decreto nº 1.517, de 4 de Janeiro de 1855.

Decreto nº2.003, de 24 de Outubro de 1857. Disponível no seguinte site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>

Anais da Câmara dos Deputados

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1837 - 3º ano da 3ª legislatura. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1887. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1838 - 1º ano da 4ª legislatura. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1886. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1839 - 2º ano da 4ª legislatura. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1884. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1840 - 3º ano da 4ª legislatura. Vol. I. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1884. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1840 - 3º ano da 4ª legislatura. Vol. II. Rio de Janeiro, Typographia de Viúva Pinto e Filho, 1884. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>

Setor de Periódicos da Biblioteca Rio-Grandense

Jornal Correio da Camara, 13 de setembro de 1822

Diário de Pernambuco, de 19 de julho de 1850

O Diário do Rio Grande, de 24 de janeiro de 1851

O Diário de Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1857

Jornal Publicados Maranhense, 30 de janeiro de 1857

Jornal Diário de Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1857

O Diário do Rio Grande, em 29 de setembro de 1861.

O Diário do Rio Grande de 7 de junho de 1860

O Diário do Rio Grande, 15 de junho de 1862

O Constitucional, de 7 de março de 1863

A República, de 3 de dezembro de 1870

Arquivo Nacional

AN, IIIM 702 código

AN, IIIM-657: OCP ao EQG.

AN, IIIM409 – CODES -f.B5

AN, IXM-84

AN, XM 890

AN, XM 1161, doc. 45, Requerimentos, 1842

AN, XM 68, 1835

AN, Fundo Polícia IJ6 180, 16 de fevereiro de 1849

AN, IIIM-655 - Ofício do chefe de Polícia ao Encarregado do Quartel General da Marinha

AN, IXM-70 - CÓDICE- Intendência da Bahia

AN, XVII M 5314

AN, IX M 74, AZ, CODES

AN, XM 675, Fundo B2

AN, IM 483

AN, XM-84 B2

AN, IXM-84

AN, IX M-70

AN, XVIII M 3

AN, XM-562 Codes

AN, XM-530 Codes

AN, IIIM-657: OCP ao EQG

AN, XM-530 Codes

AN, IIIM-700

AN, XM 494

AN, XM 116

AN, XM 723

Arquivo Municipal de Campinas:

- Fundo Passaporte, Barão de Itagiba CX 5, 1867

Arquivo histórico de Porto Alegre- AHRs:

- Fundo polícia, maço 50.

Arquivo Público do Pará (ApeP):

- Fundo: Arsenal da Marinha, Vol. 16.

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha – DPHDM - Arquivo da Marinha:

- Transcrição de alocação realizada em Sessão memorativa ao centenário de falecimento dos almirantes supracitados, que ocorreu no Museu Naval em 27 de setembro de 1983, proferida pelo Prof. Antonio Pimentel Winz. Fundo: Extratos Biográficos. Envelopes de Elisiário Antonio dos Santos e de Francisco Cordeiro Torres Alvim.

- Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco 1857/1858. Filme 597-007-3522

- Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco.

- Filme 597-007-3523

- Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. 1857/1858. Filme 597-007-3599.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano/APEJE - Pernambuco

- Série Arsenal da Marinha de Pernambuco – Códices, 1861, v.24

- Ofício de Hermenegildo Antonio Barbosa D’Almeida. Inspetor do Arsenal da Marinha para o presidente província, Dr. Antonio Borges Leal Castelo Branco. APEJE, Série A.M., v. 26, n. 846.

Arquivo Público da Bahia - APEBa/ Seção Arquivo Colonial da Província/SACT

- Petição de Vitoria Maria de Jesus para o Presidente, [Caravelas], c. 1852. maço 2885.

- Petições de Maria Plorinda de São José para o Governo da Bahia, Salvador, c. 1823

- APE13a/SACI: maço 2889; e Felicia Rosa do Amor Divino para o Imperador, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1847.

- AHEx/RQ, T-1-8. Uma exposição completa sobre as bases Legais do direito de propriedade sobre os escravos e os libertos sob condições foi feita pelo Desembargador Procurador da Coroa para o Presidente, Salvador, 16 de setembro de 1865. APE13a/SACT: maço 3432.

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro:

- Arquivo Roberval Bezerra de Menezes. Rio de Janeiro: IHGB lata 11, pasta 2

Leis e Relatórios

Colleção de Leis do Império do Brasil. Disponível no seguinte site:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1884-1910>

Relatórios dos Ministros da Marinha dos anos de 1885-1910. Disponível no seguinte site:
<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>.

Relatórios do Ministro da Marinha

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1835, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Pereira Pinto. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1836. Disponível em <http://www.crl.edu/>.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1836, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Salvador José Maciel. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1838. Disponível em ddsnnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1838, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1839. Disponível em ddsnnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1839, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jacinto Roque de Sena Pereira. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1840. Disponível em ddsnnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral de 7 de maio de 1832, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1832 Disponível em ddsnnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa 8 de maio de 1833, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1833 Disponível em ddsnnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1834, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1834. Disponível em ddsnnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1835, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Pereira Pinto. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1836. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1836, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Salvador José Maciel. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1838. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1838, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1839. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1839, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jacinto Roque de Sena Pereira. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1840. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1840, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jacinto Roque de Sena. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1841. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinário de 1841, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa – Marquez de Paranaguá. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 1843. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa 1ª sessão da 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa – Marquez de Paranaguá. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1843. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1843. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão 5ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Jerônimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1844. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1845. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, (?). Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1846. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão 6ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1847. Disponível em ddsnext.crl.edu/titles/142

Marinha do Brasil.

- EMA-316. Normas a respeito das tradições navais, do comportamento do pessoal e dos cuidados Marinheiros, 2ª Rev, 2017
- EMA-2017, 2ª Rev, Cap. I.
- Ordem do Dia, de 04 de 28 de julho de 2017 do Comandante da Marinha.

Dicionário

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CAMINHA, Henrick Marques. *Dicionário Marítimo brasileiro*, 1996

AMORIM, João Pedro d'. *Dicionário de Marinha que aos oficiais da Armada Nacional Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário de língua portuguesa*. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FOLQMAN, Carlos. *Diccionario Portuguez, e Latino*. Lisboa: Na Officina de Miguel Menescal da Costa, 1755

MAIOR, Roberto de Sousa. *Rolo de Japona: dicionário, contos e crônicas do linguajar marinho (praças)*. São Paulo : Scortecci, 2006.

VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. RJ: Objetiva, 2002 .

Biblioteca Nacional

BN. Seção de Periódicos, 263, BN, Seção de Periódicos, 263, 01, 02 de 8 de março de 1851 – dezembro de 1852; janeiro – fevereiro, julho – dezembro de 1853; janeiro de 1854 – 28 de julho de 1855.

GLOSSÁRIO

AMANUENSE: funcionário de repartição pública que fazia cópias, registros e cuidava da correspondência.

ATRACAR: Encostar e prender (a embarcação, a cais ou outra embarcação).

BELONAVE: Navio de guerra.

DIVISÃO: Grupo de alunos normalmente formado a partir da separação de um todo em categorias ou classes.

FAINA: Atividade ou trabalho a cargo da tripulação de um navio.

GRUMETE: Marinheiro que está iniciando a carreira na armada.

IMEDIATO: Na hierarquia naval, aquele que está logo abaixo do comandante.

MANCEBO: classe de marinheiros aos quais se lhe não confiam ainda certos trabalhos de maior consideração, é termo mercante, entre marinheiro, e moço de governo.

OFICIAL: Militar que exerce certo grau de comando. Na marinha de guerra, aqueles que possuem nível hierárquico acima de suboficial.

PRAÇA: Militar de baixa patente. Na marinha de guerra, aqueles que estão abaixo de guarda-marinha.

TORNEIRO: Artífice que trabalha ao torno (engenho em que se faz girar uma peça para lavrá-la, ou para arredondá-la).

APÊNDICE

Nomenclatura de embarcações do período trabalhado século XIX. Seque abaixo a tipologia das embarcações verificadas nas fontes pesquisadas e citadas neste trabalho. Também elaborado pelo autor, que possivelmente, complementar ao texto, imprescindível a compreensão do leitor.

BRIGUE: “embarcação de dois mastros com cesto de gáveas, que tem só vãos e pequenas gáveas de brim, com armação à latina”.

CÚTER: “Embarcação de coberta e um só mastro à latina, em que se espiga um mastareó para o gaftop”.

ESCUNA: “embarcação ligeira de dois mastros e velas latinas, com uma ou duas gáveas, mas sem cestos”.

FRAGATA: “navio de guerra a vela, de três mastros, com apenas uma ou duas cobertas de canhões”.

NAU: “denominação abstrata dada a navios de grande porte com capacidade de 200 pessoas ou mais, até o século XV usados em viagens de grande percurso”

PATAXÓ OU PATACHÓ: “navios de dois mastros, armados e da proa à redonda e dá ré à latina”.

PALHABOTE: “é um navio veleiro de dois mastros, usando em ambos, velas latinas quadrangulares”.

ANEXOS

ANEXO “A” – fachada frontal da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Piauí – 1909



ANEXO “B” - Escola de Aprendizes-Marinheiros de Alagoas – 1896



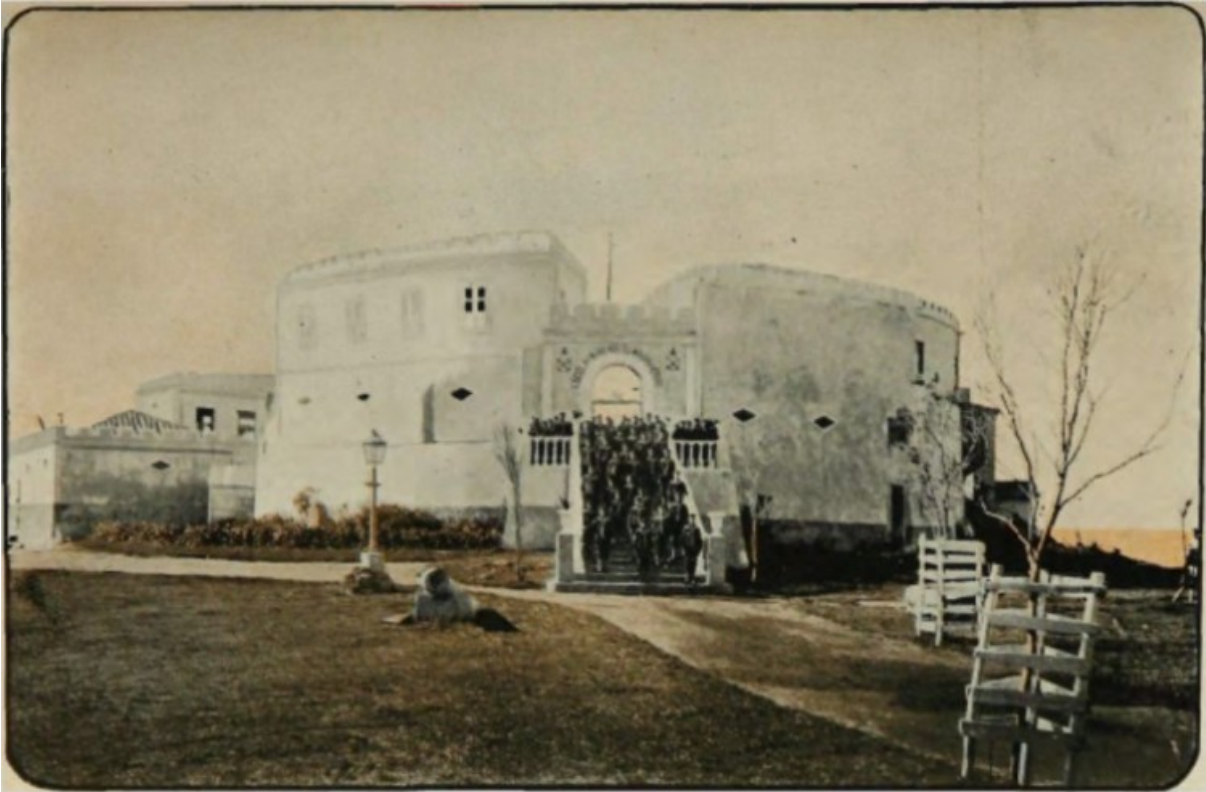
ANEXO "C" - Escola de Aprendizes-Marinheiros de Amazonas – s/d



ANEXO “D” - Escola de Aprendizes-Marinheiros de Ceará – 1917



ANEXO "E" - Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo – 1862



ANEXO “F” - Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santos – s/d



ANEXO “G” - Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina –1911



ANEXO “H” - Escola de Aprendizes-Marinheiros de Sergipe –s/d



ANEXO “I” - Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia– entre 1930/40

